



1910-2010

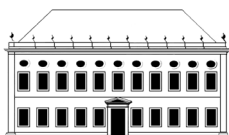
**COMUNICAÇÃO  
E EDUCAÇÃO  
REPUBLICANAS**

**R**

Ana Teresa Peixinho  
Clara Almeida Santos

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

**Imprensa da Universidade de Coimbra**

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

**António Barros**

INFOGRAFIA

**Carlos Costa**

REVISÃO

**Maria da Graça Pericão**

ISBN

**978-989-26-0106-9**

1910-2010

COMUNICAÇÃO  
E EDUCAÇÃO

**R**EPUBLICANAS

Ana Teresa Peixinho  
Clara Almeida Santos

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO</b> .....	7
Cristina Robalo Cordeiro	
<b>PALAVRAS INTRODUTÓRIAS</b> .....	9
Ana Teresa Peixinho & Clara Almeida Santos	
<b>1. OS HOMENS E A REPÚBLICA</b> .....	11
<i>António José de Almeida: jornalista e político da República</i> .....	13
Luís Reis Torgal	
<i>O projecto português dos Estados Unidos da Europa de Sebastião de Magalhães Lima</i> .....	59
Isabel Baltazar	
<i>Os Exilados Republicanos: os grandes esquecidos</i> .....	83
Heloisa Paulo	
<i>O Esculpir da Ética Republicana na Relação Pendular entre Qualidades e Defeitos</i> .....	93
José Brás & Maria Gonçalves	
<b>2. MEDIA E REPÚBLICA</b> .....	107
<i>50 anos de Telejornal: da tranquilidade à vertigem dos acontecimentos: Análise da notícia de abertura do TJJ (1959-2009)</i> .....	109
Felisbela Lopes, Manuel Pinto, Madalena Oliveira & Helena Sousa	
<i>Gazetas Académicas e Estudantis na I República Portuguesa: vulgarmente efêmeras mas recorrentes</i> .....	141
Ernesto Castro Leal	
<i>A I República e os jornais: o mito da liberdade imprensa</i> .....	157
Mário Matos e Lemos	

<i>O serviço público de rádio em transição: elementos para a história da Radiodifusão Portuguesa</i> .....	177
Sílvio Correia Santos & Isabel Ferin Cunha	
<i>A chegada da República à Província e o olhar da Imprensa Católica (Outubro de 1910 – Março de 1911). O caso de Viseu e do jornal diocesano A Folha</i> .....	199
Paulo Bruno Pereira Paiva Alves	
<i>Os Direitos de Autor e a Educação na República Electrónica (Entre o Acesso e a Exclusão)</i> .....	221
Alexandre Dias Pereira	
<i>A Perspectiva do Partido Republicano Italiano Sobre a Revolução de Abril: o Entendimento do 11 de Março</i> .....	241
Marco Gomes	
<i>Medicina, Farmácia e Publicidade: da I República ao Século XXI</i> .....	259
João Rui Pita	
<i>A imprensa estudantil vianense durante a 1ª República</i> .....	281
António Barroso	
<i>Palestra de JK com Getúlio Vargas no Céu: leitura Verbo-Visual de um Folheto de Cordel Republicano</i> .....	297
Alberto Rolphe	
<b>3. REPÚBLICA E EDUCAÇÃO</b> .....	325
<i>A República - Revolução na Educação?</i> .....	327
António Simões Rodrigues, António Martinho & João Amado	
<i>Práticas pedagógicas institucionais: subjectividade, normalização e o ideário de reeducação republicano</i> .....	351
Bruno Diniz Fernandes	
<i>A Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário/Escola Primária Superior Albicastrense (1898-1926): retrato de um percurso</i> .....	371
Helder Henriques	
<i>Biblioteca do Museu do Índio de Manaus</i> .....	389
Arlete Sandra Mariano Alves Baubier & Maria Amélia de Souza Reis	



## PREÂMBULO

A ideia de comunicação encontra-se no coração do ideal republicano. Comunicação entendida, em sentido restrito, como informação, imprensa, *media* ou, mais amplamente, como transmissão, partilha e linguagem. Quando o jovem Espinosa escrevia, no seu *Tratado da Reforma do Entendimento*, que estava em busca de um “bem comunicável” a todos, dava já os primeiros passos no caminho que o havia de conduzir à sua teoria da Democracia, cuja finalidade última era levar a sermos “o mais numerosos possível a pensar o mais possível”.

Mas é verdade que o que partilhamos com frequência não são verdades racionais mas paixões e ilusões. Ora, cabe aos jornalistas conscientes das suas responsabilidades, aos jornalistas que sabem que são os verdadeiros educadores e formadores da opinião pública, cabe aos jornalistas fazer com que a inteligência e a cultura ganhem o combate contra a idiotice, a credulidade e a apatia, portas abertas a todas as tiranias.

Se, como lembra o “Manifesto cívico pela moralização da República”, publicado em 5 de Outubro passado por um grupo de cidadãos vigilantes, se, e cito “Portugal corre o risco de cair nas velhas pechas de uma mentalidade passiva, adulterada pela sociedade de espectáculo permanente, sobre o pano de fundo da corrupção endémica”, esta situação desastrosa é felizmente “denunciada pelos media, por virtude da liberdade de informação e de opinião – a principal conquista do 25 de Abril, tem de reconhecer-se”<sup>1</sup>. É de facto nesta capacidade, nesta energia de denúncia que reside o principal mérito ético, levado por vezes ao heroísmo, do jornalismo.

---

<sup>1</sup> *Manifesto cívico pela moralização da República*, Coimbra, 5 de Outubro de 2010, p.5.

Mas o jornalismo deveria ter um outro mérito, corolário, o de assegurar a educação para a cidadania que a Escola parece ter dificuldade, cada vez mais dificuldade, em dispensar. A imprensa, nas suas diferentes formas (e são hoje numerosas) deveria, com efeito, ter a preocupação de suprir o que esse manifesto designa como “uma carência de Abril: a Educação Cívica”. Pois não há República, em direito, sem virtude republicana: que o mesmo é dizer que muito temos ainda que fazer antes de atingir o ideal republicano. E é menos num tratado teórico ou num manual escolar do que na análise e na avaliação quotidiana dos acontecimentos e dos factos sociais que melhor pode operar-se esta educação que tanta falta faz nos nossos dias.

Não que o jornalista deva ser um censor ou um moralista: mas deverá, sempre que abre a boca ou o computador, recordar-se que dele depende, em grande medida, que, no elemento comum da linguagem, a ideia do bem público leve a melhor sobre tudo o resto. Da ecologia à economia, tudo é avaliável em termos de bem público. E só, assim o esperamos, na redescoberta desse “bem público”, “bem comunicável a todos”, a terrível crise que atravessamos poderá ser ultrapassada.

Por isso felicito, em nome da Universidade de Coimbra, o CEIS20 e o Grupo 5 – Estudos de Comunicação e Educação, coordenado pela Doutora Isabel Vargues, pela organização deste mais do que nunca oportuno encontro. Regozijo-me ao ver alguns dos melhores especialistas, teorizadores ou profissionais, da comunicação trazer o seu precioso contributo a esta iniciativa que, sem dúvida alguma, tanto ou mais do que uma retrospectiva sobre o século passado, representa um acto cívico, um comprometimento republicano.

Cristina Robalo Cordeiro

Vice-Reitora da Universidade de Coimbra

21 de outubro de 2010

## PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

A educação, grande aposta dos republicanos, inspirava-se nas concepções iluministas, na filosofia positivista e na própria dinâmica gerada pela Revolução Francesa dos finais do século XVIII. Ela era entendida como essência da sociedade, o único meio capaz de vencer o obscurantismo de uma sociedade desigual que parecia parada no tempo e a ficar, cada vez mais, distanciada da Europa culta.

Entende-se, por isso, que os republicanos tenham projetado um sistema educativo e estratégias de combate ao analfabetismo como forma de vencer a inércia de uma sociedade profundamente iletrada. Tornava-se necessário apostar na mudança das mentalidades para uma transformação estrutural da sociedade e, deste modo, ser possível dinamizar o aparelho produtivo, consolidar as instituições democráticas, agitar o tecido social substituindo o súbdito pelo cidadão.

No seu ideal ético e utópico, conceberam e sonharam uma sociedade orientada por valores, que se queria mais livre, mais igualitária, mais aberta, mais tolerante, mais solidária, mais racional e mais laica a caminho da democracia.

Simultaneamente, surge neste período de transição entre o século XIX e o século XX, uma imprensa de combate muito relevante, numa primeira fase no desmoronamento da monarquia e, posteriormente, na divulgação dos ideais republicanos. Políticos, intelectuais, escritores, todos colaboravam na estruturação do discurso de imprensa, que atingia progressivamente mais públicos de uma população cada vez menos iletrada, devido ao investimento na educação.

Por outro lado, a propaganda republicana, a fim de vencer as barreiras do analfabetismo, apostou na divulgação de pequenos textos, na criação de coleções especializadas e na iconografia: a imagem era uma forma de chegar de um modo mais direto a todos os cidadãos. Assim, também postais, bilhetes, panfletos, caixas de alimentos, cartazes constituem um importante campo de investigação para quem queira entender o tipo de ideologia veiculada pelos primeiros republicanos do século XX.

Cem anos depois da Implantação da República, são muitas as heranças dos ideais republicanos que ainda suscitam o debate público: o laicismo nas escolas e nas instituições públicas, a educação para a cidadania, a liberdade de imprensa, a igualdade de oportunidades, a mobilidade social, o diálogo para a diversidade. Por todos estes motivos, o Grupo 5 do CEIS 20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX) promoveu uma ampla discussão em torno daquelas questões, no 3º Colóquio Internacional «1910-2010: comunicação e educação republicanas», que teve lugar em outubro de 2010.

Neste livro, reunimos uma parte significativa dos contributos desse encontro, desde conferências plenárias da autoria de reconhecidos estudiosos e académicos nacionais, a comunicações livres provenientes das mais diversas investigações realizadas em universidades nacionais e estrangeiras.

Estruturámos o livro em três partes, correspondentes a áreas temáticas autónomas. Assim, num primeiro momento – *Os Homens e a República* – publicam-se os textos dedicados a perfis e personalidades marcantes da I República, permitindo-nos destacar a magistral conferência do Historiador Luís Reis Torgal sobre António José de Almeida. A segunda parte – *Os Media e a República* – inicia-se com um estudo circunstanciado da Professora Felisbela Lopes sobre a história de 50 anos de televisão pública em Portugal e contém muitos outros contributos, essencialmente dedicados à imprensa. Na terceira e última parte intitulada *República e Educação* acolhemos os estudos sobre as alterações introduzidas pela I República no sistema educativo, em que salientamos o estudo de três autores coordenado por João Amado.

Informamos que o sistema de citação, de referência bibliográfica e norma ortográfica foram deixadas ao critério de cada autor.

Ana Teresa Peixinho  
Clara Almeida Santos  
Coordenadoras da obra

## I. OS HOMENS E A REPÚBLICA

(Página deixada propositadamente em branco)

Luís Reis Torgal  
*Professor Catedrático da FLUC*  
*Coordenador de Investigação do CEIS20*

**ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA:**  
**JORNALISTA E POLÍTICO DA REPÚBLICA**

*Em homenagem a Raul Rego, director do jornal República, fundado por António José de Almeida, com quem tive a honra de privar, ouvindo as suas belas memórias e os seus sonhos de Liberdade.*

**O Presidente da República e os jornalistas**

António José de Almeida, o mais carismático presidente da Primeira República, foi eleito pelo Congresso da República (de acordo com a Constituição de 1911), a 6 de Agosto de 1919. O seu opositor era o então ministro em Londres, Manuel Teixeira Gomes, que haveria de suceder-lhe no cargo, em 1923. Nos dois primeiros escrutínios, Almeida teve uma pequena margem, respectivamente, de cinco e de dez votos de vantagem sobre o seu opositor. Só no terceiro obteve 123 votos num total de 167.

Tomava posse, simbolicamente, no dia 5 de Outubro seguinte e Guerra Junqueiro, o seu amigo de sempre, em artigo que publicou no jornal República, que António José fundara, esperava dele “uma força suprema de direcção e harmonia”. Do seu retiro de Barca de Alva, acrescentará:

A crise em que nos debatemos é pavorosa. Ninguém o contesta. Mas o nosso destino, bom ou mau, depende de nós e só de nós. Lustremos as almas covardes e corruptas no fogo santo do sacrifício, nas labaredas ideais do amor à Pátria. Acordemos

as energias heróicas do passado, marchando ovantes para o futuro. No sangue do Povo circula ainda, radiosa e livre, a imortalidade de Portugal!<sup>2</sup>

14

Eram, pois, ainda de esperança e com um carácter retórico de época, anunciadoras afinal de maus tempos, as palavras do “poeta da República”, cujos versos simples haveriam depois de ser aproveitados pelo Estado Novo em textos pedagógicos e em gritos de vanguarda da direita.

Em 8 de Novembro, praticamente no seu primeiro acto público, dirige-se à imprensa<sup>3</sup>. Assistiram à recepção o presidente do ministério, coronel Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, o ministro dos Negócios Estrangeiros, João Carlos de Melo Barreto, jornalista e diplomata, e o ministro da Instrução Pública, Joaquim José de Oliveira, formado em Direito e Teologia, combatente da greve académica de 1907, ligado ao Centro Republicano de Braga e ali jornalista. O Presidente tentou captar os periodistas para colaborarem com o governo no “engrandecimento da Pátria”:

Um mundo novo se abre diante de nós. Se soubermos avançar para ele resolutamente, venceremos. Para incutir esta ideia no ânimo do Povo e a estimular no espírito das classes dirigentes, solicito, srs. jornalistas, a vossa decisiva interferência. Deposito uma confiança ilimitada no vosso Patriotismo. Para semelhante efeito, todos, certamente, vos ides entender e harmonizar. Cada um desfraldando o seu pendão político e vincando os processos da sua escola jornalística, mas todos, formando quadrado, ides trabalhar na missão sagrada de engrandecer a Pátria pelo fomento da sua riqueza e pela dignificação do seu ideal patriótico. Nenhum perigo especial nos cerca neste momento. Mas a nação corre o perigo — e esse bem grande — que é comum a todos os povos, que, não compreendendo o significado dos últimos terríveis acontecimentos que ensanguentaram o mundo, se deixarem ficar parados, numa inércia a um tempo imbecil e criminoso.

Tenho uma fé inabalável nas virtudes da raça e nos destinos da Pátria, que é imperecível, mas, srs. jornalistas, cumpro um dever de chefe de Estado e satisfaço um vivo desejo de

---

<sup>2</sup> In *República*, 7.10.1919, Apesar de termos percorrido o jornal *República* e outras fontes aqui referidas, para comodidade do leitor, citaremos, sempre que ali se encontre transcrito, a antologia em quatro volumes, publicada em 1933-1934, *Quarenta anos de vida literária e política*: vol. I, Prefácio e notas de Caetano Gonçalves, Lisboa, J. Rodrigues & C.<sup>a</sup>, 1933; vol. II, Prefácio e notas de Joaquim de Carvalho, Lisboa, J. Rodrigues & C.<sup>a</sup>, 1933; vol. III, Prefácio e notas de Hernâni Cidade, Lisboa, J. Rodrigues & C.<sup>a</sup>, 1934; vol. IV, Prefácio e notas de Caetano Gonçalves, Lisboa, J. Rodrigues & C.<sup>a</sup>, 1934. passaremos a citar pela sigla QAVLP. Neste caso, vol. IV, p. 59.

<sup>3</sup> Discurso de saudação aos jornalistas reunidos no Palácio de Belém em 8 de Novembro de 1919, transcrito in QAVLP, vol. IV, pp. 61-63.



antigo camarada vosso pedindo-vos que alumieis com a vossa inteligência o vasto campo onde encontraremos a felicidade, se o soubermos regar com o suor da nossa frente.<sup>4</sup>

15

A resposta foi dada por Silva Graça, director de *O Século*, que no dia seguinte, num artigo publicado naquele diário, com o título “Aliança”, releveu o carácter patriótico da acção do presidente Almeida e notou criticamente a ausência dos representantes dos jornais monárquicos e “extremistas avançados”. Como se vê, esta nova campanha de “atracção” continuava a não dar frutos nos meios avessos a uma política republicana de unidade.

Depois seguiram-se quatro anos de presidência, a única que completou o mandato constitucional, quatro anos marcados por momentos dramáticos e triunfais. Entre os primeiros recorde-se que, em 15 de Janeiro de 1920, quando foi nomeado para presidente do ministério Francisco Fernandes Costa, do novo Partido Liberal, resultante da fusão do Partido Evolucionista, que António José liderara, e da União Republicana, que fora liderada por Brito Camacho, que se retirara para Moçambique como Alto Comissário, houve um movimento de rua em Lisboa que evitou a tomada de posse. Na verdade, tratava-se do primeiro ministério surgido na presidência de António José de Almeida, dado que o governo de Sá Cardoso, vinha já da presidência anterior, de Canto e Castro. Portanto, as perspectivas artificialmente optimistas de Guerra Junqueiro e do Presidente, aquando da sua tomada de posse, não se consumavam. E o mais dramático estava para vir, pois, na sequência do golpe “radical” de 19 de Outubro de 1921, foi assassinado, para além do presidente do ministério, António Granjo, do Partido Liberal, os “heróis da Rotunda” Machado Santos e Carlos da Maia. António José de Almeida, que chegou a tomar a decisão de se demitir, conseguiu ultrapassar estes momentos trágicos, que foram seguidos pelo jornalismo da época, e, após a pacificação, veio a acompanhar e a apoiar, com o seu entusiasmo, a viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ao Brasil, que se consumou no dia 17 de Junho de 1922, depois de mudar duas vezes de hidroavião, com a chegada à baía de Guanabara. Finalmente, deu-se a viagem ao Rio de Janeiro do Presidente António José de Almeida, a primeira de chefe de um Estado português ao Brasil independente, viagem que, pelo menos formalmente, selou a amizade entre dois

---

<sup>4</sup> *Idem*, p. 63.

povos e entre duas Repúblicas (no Brasil era presidente Epiácio Pessoa, a quem António José se dirigira como deputado, aquando da sua visita a Portugal, em 1919, ainda como presidente eleito mas não empossado), que se verificou em Setembro de 1922, data do centenário da independência do país-irmão.

Foi, pois, uma presidência difícil marcada inclusivamente por actos muito polémicos, como foi a colocação do barrete cardinalício ao núncio papal, Achile Locatelli, em 3 de Janeiro de 1923, que sofreu a contestação tanto de D. Manuel, que considerava ser uma prerrogativa real, como pelos republicanos laicistas como Sebastião Magalhães Lima.

Por outro lado, o panorama político mudara, quer ao nível partidário<sup>5</sup> quer mesmo ao nível jornalístico. E os periódicos são sempre os instrumentos ideológicos da democracia.

Em Outubro de 1919 o directório do Partido Nacional Republicano sidonista integra-se no Partido Republicano Liberal, em que se fundem o Partido Evolucionista e a União Republicana ou Partido Unionista. Será seu líder António Granjo. Surge, entretanto, o Grupo Parlamentar Popular, ou Partido Popular, de Júlio Martins, onde chegam também evolucionistas que não se quiseram integrar no Partido Liberal. O Partido Republicano Democrático manter-se-á, embora vá atenuando as suas posições, vindo a ter como homem forte o engenheiro António Maria da Silva, que virá a presidir a seis governos (o primeiro iniciar-se-á em 26 de Junho de 1920). O Núcleo da Acção de Reconstituição Nacional, depois Partido Republicano de Reconstituição Nacional, ou simplesmente Partido Reconstituente, sairá do Partido Democrático ou do PRP. Nos inícios de 1923 o Partido Reconstituente e o Partido Liberal irão desaguar no Partido Republicano Nacionalista, que terá como principal líder Álvaro de Castro. Do PRP sairá também a Esquerda Democrática de José Domingos dos Santos. Cunha Leal passará por várias formações partidárias (entre elas o Partido Nacionalista) até que constituirá, já em 1926, um partido que se poderá entender como um mo-

---

<sup>5</sup> Ver sobre o tema, para além do gráfico que incluímos no nosso livro citado sobre António José de Almeida, p. 246, o artigo de Ricardo Leite Pinto, “União Liberal Republicana (URL). 1926-1930 (Um partido político na transição da I República para o Salazarismo)”, in *Polis*, n.º 4/5, Julho, Julho – Dezembro, Lisboa, 1995, pp. 131-260, e a obra recente de Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.

vimento já de tendência desagregadora do regime, embora Cunha Leal venha depois a ser, durante o Estado Novo, um dos históricos da oposição ao regime de Salazar. Trata-se da União Liberal Republicana. Surgem ou reforçam-se, cada vez com maior significado, outras forças políticas, como o Cento Católico Português, a União dos Interesses Económicos, e movimentos de opinião de cariz diferente, como o Integralismo Lusitano, a “Renascença Portuguesa” no Porto e a “Seara Nova”. E, para além do Partido Socialista, de Ramada Curto, e da Federação Maximalista Portuguesa, que dará origem ao Partido Comunista Português, surgirão grupúsculos de direita radical de tipo neo-sidonista, nacional-sindicalista e fascista. Numa lógica fascista projecta-se muito precocemente, a partir de 1919, um movimento nacionalista de que faz parte, entre outros, o filho de Ana de Castro Osório, João de Castro Osório. Vemo-lo a assinar e a divulgar gratuitamente um *Manifesto Nacionalista*.<sup>6</sup> Reunidos à volta do Partido Nacional Republicano Presidencialista, surgido em 1922, que teve por base o Partido Nacional Republicano (sidonista) e o Partido Republicano Conservador, de Basílio Teles, este grupo esteve envolvido no golpe militar de 8 de Julho de 1922, que originou várias prisões, não morrendo, todavia, depois disso, mas reactivando-se através mesmo de alguns jornais.

Os grandes jornais de referência também vão sofrer evolução e surgirão outros. *A Luta* (do Partido Unionista) deixará de ter uma publicação regular, *O Mundo*, ainda que ligado ao PRP, e, assim, ao Partido Democrático, já não tem a combatividade do tempo em que era seu director França Borges. *O Século* e o *Diário Notícias* tenderão para a influência de grupos económicos poderosos, ficando o primeiro ligado à União dos Interesses Económicos. Também *A Imprensa da Manhã*, ligada ao grupo do empresário Alfredo da Silva, terá um sentido idêntico. O *República* (do Partido Evolucionista) acabará por ser dirigido por António Granjo. Mayer Garção manter-se-á em *A Manhã*. E irá surgir em 1921 o *Diário de Lisboa* em concorrência com *A Capital*, que surgira em 1910. *A Monarquia* será, por pouco tempo, o jornal monárquico de referência, em paralelo com a revista *Nação Portuguesa*, que surge em séries sucessivas<sup>7</sup>. No campo católico, em Coimbra, depois da fase combativa do *Imparcial* surgirão os reflexivos *Estudos*, ligados ao Centro Académico de Democracia

<sup>6</sup> Cfr. *Manifesto Nacionalista*, Lisboa, Ed. Lusitânia, 1919, *passim*.

<sup>7</sup> Ver Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne/CEIS20, 2006.

Cristã (CADC)<sup>8</sup>. Os jornais *O Imparcial* (1922), *Portugal* (1923), *A Ditadura* (1923-1925) e *Ideia Nova* (1923) vão continuar o combate do movimento de direita radical e afirmar assumidamente a existência de um “Partido Fascista Português”. O jovem jornalista Raúl de Carvalho, que fora adjunto da Polícia Preventiva de Sidónio Pais e administrador de concelho, era um dos animadores deste movimento auto-intitulado “Nacionalismo Fascista”<sup>9</sup>. Era este um dos seus nomes — outros eram Acção Nacionalista ou Nacionalismo Lusitano. E, entretanto, João de Castro Osório ia publicando os seus opúsculos, a começar pela brochura *A Revolução Nacionalista* (1922)<sup>10</sup>.

No contexto deste panorama, António José de Almeida despede-se da presidência da República, passando a suprema magistratura a Manuel Teixeira Gomes, que nela apenas resistirá pouco mais de um ano, retirando-se para o seu exílio, onde virá a morrer na Argélia.

O seu último discurso como Presidente da República será dirigido, no Palácio de Belém, no dia 1 de Outubro de 1923, em homenagem à Imprensa.<sup>11</sup> Procuremos, pois, interpretar as suas palavras e os seus silêncios.

Foi, como dissemos, uma homenagem aos jornalistas (“admirável grémio de homens inteligentes e simples”), porque António José assumia-se como um deles e prometia voltar à sua antiga missão depois de 5 de Outubro de 1923, dia em que abandonaria o mais alto cargo da nação. A eles agradeceu, embora — dizia — nunca lhes tivesse pedido que fossem “favoráveis” aos seus “pontos de vista”, nem tivesse impedido o exercício do seu “direito de crítica”. E recordou não só os periodistas portugueses como os brasileiros.

---

<sup>8</sup> Ver João Paulo Avelãs Nunes, Jorge Seabra e António Rafael Amaro, *O C. A. D. C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993. Há também uma edição posterior da editora Colibri.

<sup>9</sup> Cfr. “O Fascismo em Portugal? Raul de Carvalho fala ao ‘Imparcial’”, in *O Imparcial*, 26 de Julho de 1923.

<sup>10</sup> *A Revolução Nacionalista*, Editor responsável — o autor, 1922. O livro traz como nome de autor João de Castro.

<sup>11</sup> Discurso transcrito in QAVLP, vol. IV, pp. 307-313.

As considerações mais interessantes disseram, porém, respeito, sobretudo, à situação constitucional da República e, no seu contexto, à posição do Chefe de Estado. Segundo ele, a Constituição Portuguesa, como outras que lhe serviram de modelo, estava “inteiramente fora das necessidades e do espírito da nova época que se abriu durante a Grande Guerra”. E refere-se em particular, como dizíamos, a uma “espécie de irresponsabilidade”, por vezes “bem chocante”, que tinha, segundo a Constituição, o Presidente da República. Como dizia, em palavras bem expressivas: “aquela espécie de assexualidade imposta ao Chefe do Estado pela nossa Constituição”. Era a sua justificação política de um presidencialismo ou de um semi-presidencialismo que desejava e a sua justificação pessoal de — como confessava — ter posto o seu nome “sob diplomas, dos quais ao ministro respectivo competia a exclusiva responsabilidade”.

E, numa conjugação de predições, de certezas sombrias e de dúvidas ainda luminosas sobre o futuro e acerca do papel da Imprensa nesse devir, a que prometia vir de novo a associar-se, concluía:

O mundo está passando por uma transformação prodigiosa e vai levado por um grande vento de incerteza e de revolta. Mais do que nunca se pode dizer que quem tentar resistir aos seus movimentos, que trazem em si a força dos cataclismos, será derrubado ou pelo menos brutalmente envolvido por eles. Portugal não pode fugir a esse impulso vertiginoso e fatal. A sua transformação, ou, melhor dizendo, a transfiguração do seu modo de ser político e social, que já se está fazendo bem perceptível, entrará porventura dentro em pouco na sua fase decisiva.

Qual será a intensidade e extensão dessa coisa formidável? Ninguém o pode saber. Só se pode saber que há ainda, entre nós, pedaços do velho mundo que hão-de cair, e grandes pedaços dele que é preciso, a todo o transe, salvar e fortalecer, para que sirvam de base e de amparo ao ideal nacionalista, que visivelmente e a valer está iluminando as nossas consciências e incitando os nossos corações.

Calculo que a nossa crise nacional, à semelhança das crises dos outros povos, vai ter o seu quê de tormentoso e dramático, embora tenha a certeza de que no fim há-de resultar benéfico para a causa da Liberdade e da Ordem. Mas nas perturbações que essa crise há-de trazer e no fragor que vai desencadear, se é preciso que pulsos de bronze a domem e conduzam, é necessário também que uma voz forte, de acento bem patriótico e de timbre bem insuspeito, se faça ouvir, orientando os espíritos e moderando as paixões, para que elas se não transformem em desvario, e estimulando as tibiezas, para que elas se não transmudem em cobardias.

Essa é a voz da Imprensa.  
Contemos com ela. Confiemos nela.

20

Por minha parte também contribuirei com o meu pequeno quinhão de esforço para tão formidável cruzada<sup>12</sup>.

Os augúrios de António José eram sentidos e verdadeiros. Só que o seu “pequeno quinhão” na “cruzada jornalística” foi demasiadamente pequeno. Nessa altura, a sua doença agravava-se mais e mais. Mas, não podia nem queria vislumbrar o final da sua vida, que duraria apenas mais cerca de seis anos. Não queria... em 1923, como não queria... em 1929. A esperança parece tê-lo acompanhado até ao fim. E talvez tivesse também mantido a esperança que o tal nacionalismo e a necessidade de ordem para que se sentia atraído não se transmudassem numa forma de autoritarismo, como, na verdade, veio a acontecer.

#### Estudante e médico jornalista

Começámos, pois, pelo fim. O início é cheio de um jornalismo activo e combatente, a começar, como se sabe, no famoso artigo “Bragança, o último”, publicado no número-programa do jornal *Ultimatum*, de 23 de Março de 1890, na sequência dos protestos nacionalistas do *Ultimatum* inglês.

O pretexto é a “irresponsabilidade” do rei considerada no artigo 72º da Carta Constitucional. Dentro da lógica das imunidades políticas que as constituições conferem, afirmava-se ali que a “Pessoa do Rei” era “inviolável e sagrada”, não estando “sujeito a Responsabilidade alguma”. Se o rei era “irresponsável” seria “um animal”, concluía ironicamente o jovem António José. Um boi, um gato, um camelo ou um orango? Achava que não, referindo-se em especial a essa espécie de símio: “Aquele macaco, para nós, discípulos de Darwin, está mais próximo do homem e el-rei está muito longe, está muito, mesmo muito afastado; separa-o de nós além da sua irresponsabilidade, o abismo imensurável da sua inviolabilidade sagrada.” Perante esta dúvida, que teria o próprio Lineu, conclui que o melhor seria não tentar mais: “Alguém

---

<sup>12</sup> *Idem*, pp. 310-312.

o classificará um dia e a ciência dar-se-á por satisfeita.” O que é preciso é “que a revolução se faça”. Mas o rei “não pode ser morto”. O melhor será “metê-lo numa das gaiolas centrais do Jardim Zoológico”. E concluía com uma dura ironia:

E então os jornais, depois de anunciarem que no Jardim Zoológico há música às quintas e domingos, dirão, subindo ao mais alto furo do *reclame*, que acaba de para lá entrar o último animal de Bragança<sup>13</sup>.

Este texto extremista de juventude levou-o à prisão durante três meses e transformou-o em Coimbra, num verdadeiro “herói republicano”. Pequenos jornais continuaram a contar com os seus artigos de combate desde *O Raio*, que dirigiu, ao *Alarme* e à *Azagaia*. Como se vê, todas estas folhas têm um título combativo e estavam ligadas a Pedro Cardoso e à Tipografia Operária, que foram igualmente responsáveis pelo jornal *Ultimatum*. Por sua vez, colaborou ainda n’ *O Defensor do Povo*, dirigido pelo republicano socialista Heliodoro Salgado, cujo discurso fúnebre proferiu, como fez outros discursos a personalidades significativas, como José Falcão ou a simples anónimos republicanos. Eram, pois, textos de combate aqueles que saíam da pena de António José de Almeida, inseridos em periódicos de combate. O mesmo sucedeu com o libelo contra a Universidade e a Faculdade de Medicina que teve já honras de livro, com duas edições sucessivas, em 1895 e 1896: *Desafronta (história d’uma perseguição)*<sup>14</sup>.

A saída para S. Tomé, onde foi médico durante sete anos, não o afastou das lides políticas, sendo inclusivamente apresentado como candidato republicano por Coimbra. Mas o jornalismo foi a sua grande paixão. No jornal *Resistência*, de Coimbra, deixou-nos uma crítica à colonização portuguesa em África, depois de ter conversado, em Luanda, com um velho colono angolano<sup>15</sup>. Já em S. Tomé fez a crítica à organização hospitalar da capital<sup>16</sup>. E ainda enviou ao jornal de Lisboa *O País*, por altura da sua morte,

<sup>13</sup> Ver *Ultimatum*, 23 de Março de 1890.

<sup>14</sup> *Desaffronta. (historia d’uma perseguição)*, Coimbra, Livraria Moderna de A. Oliveira, 1895 (2.ª edição: 1896)

<sup>15</sup> “Da África”, *Resistencia*, 25.10.1896.

<sup>16</sup> “De S. Tomé”, *Resistencia*, 17.3.1898.

um artigo sobre Sousa Martins, que conhecera em Lisboa antes de partir para terras africanas<sup>17</sup>.

22

Mas será depois da sua vinda de S. Tomé — mais tarde dirá que foi essa sua experiência de “médico de pretos e de brancos” que o formou como político<sup>18</sup> — que reiniciará a sua vida de político e de jornalista, mesmo ainda na sua ausência de Portugal. Com efeito, após sete anos em África, segue para a Europa além-pirenaica, destino científico, cultural e de lazer de todo o intelectual e de todo o político português. Passará pela Itália, pela Alemanha e por França, onde deve ter estagiado num hospital, provavelmente no âmbito das “doenças dos países quentes”, em cuja especialidade abrirá escritório em Lisboa, primeiro na rua do Ouro e depois no Chiado. Partirá em Agosto de 1903 e regressará em Fevereiro ou Março de 1904.

Em 21 de Novembro de 1903 publicará no jornal *O Mundo* o artigo denominado “Partido Republicano”, que será também publicado no jornal de Coimbra, ao qual se mantém fiel, *Resistência*, de 26 desse mês. O artigo é um verdadeiro toque de clarim incitando o PRP a lutar pela República. A imprensa — escreve nele — deve “fazer uma campanha harmónica e disciplinada, que seja uma incitação permanente”<sup>19</sup>. “Há uma terra, onde a reacção política, de mãos dadas com a reacção clerical, é teimosa, arbitraria e insolente? Convém mandar-lhe um tribuno cuja palavra, cheia de imprevisto e de rasgo, estabeleça o combate com denodo empolgante [...] Há uma localidade onde a alma nacional está convertida, mas desalentada? É preciso enviar-lhe um agitador de palavra nervosa e quente, que sacuda as convicções paralisadas e erga os espíritos adormecidos [...] A par dos jornalistas, que propaguem, e dos oradores, que evangelizem e defendam a ideia, é indispensável mobilizar, e ao mesmo tempo,

---

<sup>17</sup> “Sousa Martins”, *O País*, 11.10.1897.

<sup>18</sup> “Fui médico de pretos, esses pobres isolados, vivendo constantemente na nostalgia do seu sertão, do qual não tinham saído voluntariamente; fui médico dos europeus que lá iam à procura de fortuna e que, tantas vezes, morreram no meio da mais abominável desgraça; fui médico, ainda, de outra espécie de infelizes, mais desgraçados talvez que estes, — aqueles que, levando para lá um sonho de prosperidade e de fortuna, no mesmo momento em que o alcançaram, sucumbiram, deixando longe o espectro da família que esperava por eles”. (Discurso na Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1922, e QAVLP, vol. IV, pp. 263-264; ver também este discurso e todos os discursos do Brasil in Luís Derouet, *Duas Pátrias. O que foi a visita do Sr. Dr. António José d’Almeida ao Brasil. Colectânea de impressões e notas de “reporter”*... Lisboa, Sociedade Editora “O Mundo” / Tip. da Imprensa Nacional, 1923).

<sup>19</sup> “Partido Republicano”, *O Mundo*, 21.11.1903, e *Resistência*, 26.11.1903, transcrito in QAVLP, vol. I, p. 79 ss (cfr. p. 80).



pelo país, os organizadores [...]”<sup>20</sup>. É necessário um “cofre de subsídio e socorro” para “proteger os que forem perseguidos e atenuar o sacrifício dos que forem vitimados”<sup>21</sup>. É fundamental “energia” mas “prudência”, intransigência mas tolerância: “Nós queremos uma República larga e equitativa, sem represálias nem vindictas, não para um partido mas para a Nação. Queremos ressuscitar a Liberdade, já morta, estabelecer a Igualdade, salvar o património colonial, restaurar a Fazenda Pública, fazer um amplo regime de moralidade, resgatar, pela educação, a alma do povo e redimir uns poucos anos de História [...] E a pátria ressurgirá!”<sup>22</sup>.

Este grito de alerta foi, portanto, escrito de Paris, tendo como inspiração a estátua de Danton. E António José de Almeida depois de a descrever termina:

Do pedestal foram eliminados os dizeres graves e pausados, que são de uso nas homenagens oficiais, quase sempre tardias e nem sempre sentidas.

De definir o herói entendeu-se que só ele era capaz e, por isso, lhe puseram, nas faces do bloco que sustenta a estátua, estas duas sentenças, que tanto se salientaram na sua conculsa eloquência:

—Para vencer os inimigos da Pátria é preciso audácia, mais audácia, e sempre audácia  
— A primeira necessidade do povo, depois do pão, é a educação.

Entre estes dois conselhos, quanto a mim, se deve encerrar toda a tática do Partido Republicano Português. Somente ele se deve lembrar que, para educar o povo, não é lícito esperar pelo seu advento ao poder, porque, se a educação do povo é um fim, ela não deixa também de ser um meio, e que a audácia, sem deixar de ser audácia, é muitas vezes a fórmula suprema da prudência<sup>23</sup>.

E, em Fevereiro de 1904, também de Paris, envia a João de Meneses, colega de Universidade formado em Direito, como ele no mesmo ano de 1895, e então director do jornal republicano de Lisboa, *O Debate*, uma missiva que foi tornada carta-aberta, pela sua publicação no periódico no dia 24 do mesmo mês. Nela António José declara ao seu companheiro de luta que pode servir de intermediário de uma sua de-

<sup>20</sup> *Idem*, in QAVLP, vol. cit., p. 81.

<sup>21</sup> Cfr. *idem*, pp. 81-82.

<sup>22</sup> *Idem*, pp. 84-85. Cfr. também pp. 82-84.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 86.

claração pública: poderia dizer ao “Povo de Lisboa” que estava com ele “nos seus protestos, nos seus intuitos e nas suas esperanças”<sup>24</sup>.

### O jornalista e o político revolucionário da propaganda republicana

Nas suas andanças por Lisboa, António José de Almeida irá progressivamente abandonar a sua profissão de médico e tornar-se cada vez mais político e jornalista revolucionário.

O discurso fúnebre a Rafael Bordalo Pinheiro, no cemitério dos Prazeres, em 24 de Janeiro de 1905, marca o início da sua carreira de orador republicano na capital, em comícios, nos congressos do PRP, em celebrações diversas, no parlamento, para que foi eleito deputado, pelo círculo oriental de Lisboa, com Afonso Costa, sendo eleitos pelo círculo ocidental João de Meneses e Alexandre Braga, em 19 de Agosto de 1906. Em 5 de Abril de 1908 foram eleitos sete deputados republicanos: Afonso Costa e António José de Almeida pelo círculo oriental de Lisboa, e Alexandre Braga e João de Meneses pelo círculo ocidental, Manuel de Brito Camacho por Beja e, por Setúbal, Estêvão de Vasconcelos e Feio Terenas. E, nas vésperas da República, 28 de Agosto de 1910, catorze (dez por Lisboa: Afonso Costa, Alexandre Braga, Alfredo Magalhães, António José de Almeida, António Luís Gomes, Bernardino Machado, Cândido dos Reis, João de Meneses, Teófilo Braga e Miguel Bombarda; três por Setúbal: António Aurélio da Costa Ferreira, Estêvão de Vasconcelos e Feio Terenas; e um por Beja: Brito Camacho).

António José de Almeida gostava, sobretudo, de falar ao povo, de que se orgulhava de ser originário — disse enfaticamente que saiu “do rio vermelho do povo”<sup>25</sup> —, mas nunca deixou também de escrever, de escrever como falava, mantendo-se, pois, como um jornalista polémico.

<sup>24</sup> “A João de Meneses”, *O Debate*, 24.2.1904, transcrito in QAVLP, vol. I, pp. 87-90.

<sup>25</sup> Discurso proferido no Congresso Nacional, na sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, em 20 de Setembro de 1922, in QAVLP, vol. IV, p. 236.

Um facto importante para a sensibilidade dos republicanos ocorreu em 1905. No mês de Outubro, o Presidente Emille Loubet visita Portugal. Tal facto originou grandes manifestações populares de cunho republicano e discursos inflamados dos seus militantes de elite<sup>26</sup>, que António José de Almeida comentou num artigo publicado, em Janeiro seguinte, no jornal *A Luta*, tendo como tema a reformulação estratégica do Partido Republicano, ou melhor, a sua direcção no sentido do combate:

Deve considerar-se passado o tempo da declamação. Sendo preciso, sempre, instruir, educar, evangelizar, chegou o momento de fazer mais alguma coisa.

É bom ter em vista que, em todo o tempo, é ocasião de esclarecer os cérebros, mas não esquecer que bateu o minuto implacável em que é preciso sacudir as almas...<sup>27</sup>

Em 18 de Maio de 1907, os jornalistas de *O Mundo*, França Borges, como director, e Artur Leitão, amigo pessoal e colega de António José de Almeida, como redactor, foram julgados no tribunal colectivo da Boa Hora, por abuso de liberdade de imprensa. Entre as testemunhas estava António José. Fazendo a reportagem da audiência, *O Mundo* relatou o seu depoimento, o que levou, por sua vez, Almeida à barra do tribunal, como réu. Por esse texto concluíam-se que António José de Almeida defendera Artur Leitão por, indirectamente, chamar “ladrão” a D. Carlos: se o próprio Governo admitia como “ilegais” os “adiantamentos à Casa Real”, facilmente se concluíam, genericamente, como fizera o jornalista de *O Mundo*, que, na verdade, “Quem rouba o Estado é ladrão”. Nesta altura, ainda aproveitou para se referir, de forma assumidamente insultuosa, a João Franco e à sua lei sobre a Imprensa, desta forma expressiva, que levou à admoestação do juiz, Miguel Horta e Costa:

[...] Bem se vê que a lei infame foi feita de propósito para apunhalar a liberdade. Hedionda, degradante lei! Com ela o sr. João Franco abateu a pátria portuguesa, para uma craveira inferior à de Marrocos. De facto o sr. João Franco nem para governar rifeiros<sup>28</sup> se mostra competente. A sua acção política degrada, amesquinha, avilta a civilização do nosso tempo. Se este povo em véspera, aliás, de uma ressurreição, não estivesse no abati-

<sup>26</sup> Manuel de Arriaga, *À França da Revolução e ao seu legítimo e digno representante Mr. Loubet*. Lisboa, 10/10/1905, 8 pp. Texto existente no espólio de Manuel de Arriaga, cit. in Joana Gaspar de Freitas, *Bibliografia de Manuel de Arriaga*. Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2003, p. 19.

<sup>27</sup> “Partido Republicano”, *A Lucta*, 14.1.1906, in QAVLP, vol. I, p. 111-116; cfr. pp. 115-116.

<sup>28</sup> “Rifeiros” – relativo a Rife (Marrocos).

mento secular em que se encontra, já há muito que o estadista desastrado teria sido executado na praça pública.

*O Juiz* — Tenho a prevenir a testemunha de que não posso permitir a menor palavra injuriosa para o sr. presidente do conselho, ou para quem quer que seja.

*A testemunha* — Perfeitamente. E eu não tenho empenho em dar a v. ex.<sup>a</sup> o desgosto de me mandar autuar. Mas também não posso deixar de dizer a verdade toda, e por completo a hei-de dizer.

Esta lei miserável condena as frases ambíguas, as alusões, as alegorias. Quer dizer, ela vai jesuiticamente, com uma cobardia sem par, condenar as intenções de cada um. Por exemplo: Se a testemunha ali dissesse, — o que não diz — por não ser verdade, — que o rei de Portugal era um homem de bem, logo o rei iracundo o meteria em processo, porque tais palavras na boca de um revolucionário, era sinal certo de uma injúria, que, sem exteriorização, apenas ficava vibrando na consciência dele testemunha<sup>29</sup>.

Com este discurso, entre a expressão clara e a expressão irónica, António José de Almeida atingia assim João Franco e D. Carlos. E, no final, haveria mesmo, em pleno tribunal, de clamar pela Revolução:

Não! A Liberdade há-de vencer, por mais que contra ela se conspire na sombra criminosa das Necessidades.

E o sr. João Franco há-de tombar do poder apupado, como para o exílio há-de marchar o seu cúmplice, o rei de Portugal.

O juiz mais uma vez advertiu a testemunha, mas ela tinha o seu depoimento terminado<sup>30</sup>.

António José de Almeida ia, pois, ser julgado em 17 de Julho de 1907 por este episódio. Em carta-aberta, datada do dia anterior, ao seu defensor, Manuel de Arriaga<sup>31</sup>, que voltava a apoiá-lo depois do julgamento de Coimbra, dezassete anos antes, conta todo o episódio e confirma que o relato de *O Mundo* correspondia essencialmente à verdade e fora por ele próprio fornecido à redacção do jornal. E o motivo desta confirmação resultava do facto de o ministro da Justiça se ter intrometido no caso,

<sup>29</sup> Transcrição in QAVLP, vol. II, p. 200.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 201.

<sup>31</sup> *Situação clara: carta aberta ao cidadão Manuel d'Arriaga*. Lisboa, A. J. de Almeida, 1907. Transcrita in QAVLP, vol. II, p. 175 ss.

embora o Juiz Horta e Costa quisesse generosamente declinar a responsabilidade de António José de Almeida, afirmando que o que ele dissera no tribunal não correspondia ao que *O Mundo* escrevera. Foi o próprio António José que procurou o juiz para lhe confirmar a notícia do periódico republicano.

Como se vê, o próprio tribunal passou a funcionar como *forum* da oposição republicana. E os jornais atacavam de forma inaudita a ditadura e o rei. João Franco reforçou ainda mais a lei de imprensa, permitindo que os governadores civis suspendessem os periódicos prevaricadores. *O Mundo* acabou por ser suspenso por um mês, por apresentar na sua primeira página do dia 23 de Junho o título “A tirania dos Ladrões — Oprimir para roubar” .

Finalmente, só para se ver o alcance da propaganda republicana, de forma directa ou indirecta, através do jornalismo, recorde-se a entrevista que António José deu ao periódico parisiense *Le Matin*. Pouco antes da queda do franquismo, fora D. Carlos a dar uma entrevista a um periódico francês. Os republicanos faziam agora a sua propaganda para o estrangeiro. Teriam de explicar que a queda do franquismo e a morte do rei não fariam parar o avanço da República, porque ela era uma aspiração essencialmente popular. O seu essencial objectivo seria agora desmistificar a nova “monarquia nova” (pensando que este era o conceito chave do franquismo) ou a nova “monarquia velha” (supondo que se voltaria ao antigo “rotativismo”):

On pourrait supposer que la proclamation du nouveau roi viendrait mettre obstacle à la marche des idées qui nous sont chères, ou, au moins, en ternir l'éclat. Illusion!

Le roi Carlos était, en effet, un roi «providentiel» pour la république.

Son nom, c'était tout un programme de maladresse politique et d'inconscience morale. Lui et Franco ont donné à la marche de l'idée républicaine une impulsion vertigineuse.

Ces deux hommes disparus, “liquidés”, deux de nos principaux arguments contre la monarchie disparaissent avec eux. A ce point de vue, il est hors de doute qu'ils font défaut.

N'importe! La monarchie, qui est inconciliable avec les idées du peuple portugais depuis des siècles, l'est maintenant définitivement.

Un miracle ne sauverait pas la monarchie. Mettez Saint François d'Assise sur le trône et la révolution viendra quand même<sup>32</sup>.

28

Portanto, o jornalismo, o comício, o debate parlamentar, completavam-se e uniam-se todos num sentimento de revolta ou de revolução. Por isso na véspera do 5 de Outubro de 1910, ou seja durante o ano que precedeu o movimento em que esteve envolvido, através do PRP, mas também da Maçonaria e da Carbonária, António José de Almeida decidiu editar o seu próprio periódico, que é mais uma revista do que um jornal, que intitulou, à boa maneira do nacionalismo republicano *Alma Nacional*.

### O jornalismo nacionalista republicano e a *Alma Nacional*

O nacionalismo republicano de António José de Almeida é uma das características mais evidentes da imagem que pretende apresentar de si próprio e que acabou por ficar gravada nos seus contemporâneos.

Começemos por anotar que quando, em 1907, se iniciou na Maçonaria, na loja *Montanha*, n.º 214, de Lisboa, adoptou o nome não de um revolucionário, de um cientista ou de um filósofo, como nos parece mais comum, mas o nome de uma figura histórica, bem portuguesa, Álvaro Vaz de Almada, Conde de Avranches, um dos companheiros do Infante D. Pedro, morto com ele em Alfarrobeira. Um seu inicial correligionário, Alberto Veiga Simões<sup>33</sup>, haveria de dedicar ao “Infante das Sete Partidas”, considerado como símbolo da “Liberdade” e do “Progresso”, numa linha europeia, um estudo de referência.

Por isso, e pelo que temos analisado, não nos custa compreender que tenha escolhido para o título da revista, que passou a dirigir a partir de 10 de Fevereiro de 1910, *Alma Nacional*. Curiosamente — esta observação tem mesmo apenas o sentido de “uma curiosidade”, pois estamos agora a falar de um outro tipo de nacionalismo,

---

<sup>32</sup> Entrevista publicada pelo jornal *Le Matin*, em 17.2.1908, transcrita in QAVLP, vol. II, pp. 211-217; cfr. p. 214.

<sup>33</sup> Vide Lina Madeira - *Alberto da Veiga Simões. Esboço Biográfico*. Coimbra, Quarteto, 2002.

bem diferente — a primeira revista do Integralismo Lusitano, editada na Bélgica, chamar-se-á *Alma Lusitana*.

*Alma Nacional* tinha como sede da Redacção o rés-do-chão do prédio nº 36 da rua da Emenda: “Hoje escrevo de cima de quatro tábuas de pinho numa sala que pomposamente se intitula redacção. Amanhã, — quem sabe? — terei de escrever do cárcere ou do exílio, porque, por mais que nos chamem pedantes, quando falamos na cadeia que nos espera, é certo que não há homem revoltado em Portugal que, a estas horas, não traga iminente sobre a espádua uma mão de polícia.”<sup>34</sup> “Revista republicana e de publicação semanal — saía às 5.<sup>as</sup> feiras e sempre se publicou rigorosamente em cada semana, até ao seu termo — era quase toda ela organizada por António José de Almeida, o “Director”, tendo como colaboradores graciosos alguns dos mais famosos republicanos da época. Assim, só para citar alguns exemplos mais conhecidos de várias gerações, escreveram para ali os seus artigos Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Basílio Teles, Miguel Bombarda, João de Freitas, Aurélio da Costa Ferreira, Raul Proença, Tomás da Fonseca, Leão Azedo, António Ferrão, Aquilino Ribeiro, Belizário Pimenta. Almeida assinava sempre um dos artigos, para além certamente de a autoria dos pequenos comentários e de ser, sem dúvida, o redactor de uma rubrica intitulada “Por esses mundos”, que é firmada com o pseudónimo de *Álvaro Vaz*, ou seja, o seu nome de código na Maçonaria. Ainda contou com a colaboração — em duas caricaturas<sup>35</sup> — do famoso desenhador Francisco Valença e do artista de Coimbra António Augusto Gonçalves, na maqueta da capa. O desenho desta pretende — segundo diz António José de Almeida, no editorial da apresentação da revista — caracterizar, melhor que as palavras (utiliza como ponto de partida uma das *Cartas de M. Scevola*, de Garrett, de 1830), a “alma nacional”:

É certo. Os portugueses são assim, como diz Garrett: sofredores, pacientes, resignados. Mas, no meio da trágica resignação do seu sofrer, é visível a indómita rebeldia do seu carácter. São morosos na insurreição, mas, no momento supremo, quando a medida se enche, não há dique que se oponha ao extravasar da sua cólera.

<sup>34</sup> “Alma Nacional”, in *Alma Nacional*. Revista Republicana. Lisboa, n.º 1, 10.2.1910, p. 3.

<sup>35</sup> “A situação política. O herdeiro do Throno”, in *Alma Nacional*, n.º 10, de 14.4.1910, entre as pp. 152 e 153, e “A missa negra. Por alma de Herculano, nos «Jeronymos»”, in *Alma Nacional*, n.º 12, 28 de Abril de 1910, entre as pp. 184-185.

Edgar Quinet percebeu, num relance de génio, essa fibra tenaz que vibra como uma corda de bronze na nossa alma.

Mais precisos, mais justos, mais eloquentes do que as palavras de Garrett são os traços revoltados com que o grande artista António Augusto Gonçalves ilustrou a capa deste jornal.

Naqueles braços musculosos, jungidos por urna cadeia, há toda a verdade de quem é tenaz para sofrer e o é também para se revoltar.

A alma nacional materializada, em carne e osso, está ali naquele torso indomável, naqueles braços distendidos por um ímpeto secular, naqueles pulsos arrojados pela algema, como dizia Garrett, mas que uma persistência invencível cada vez acumula mais de força e de furor para poderem rebentar as argolas que os prendem.

Esse desenho parece uma página de Steinlen. Das suas linhas se evoca toda a amargura de uma raça vencida e se apreende, na sua palpitação sagrada, a ânsia de resgate e libertação que, nesta hora derradeira, é a esperança final da nossa vida.

Todo o pavoroso duelo do régimen e da Nação está ali: de um lado a corrente que a opressão lentamente forjou em séculos de tirania cobarde, do outro os braços ainda belos e potentes da Pátria, — os mesmos que, no dizer do cronista, enlearam montanhas de cordame no tombadilho das naus, — retesos e crispados no tentâmen de partir a prisão.

Só falta uma coisa que o desenho não pôde reproduzir: o grito lancinante, estrangulado, que se solta de todas as gargantas em rebelião, animando a vítima para que não sucumba à tortura do seu verdugo, para que empregue um último esforço que lhe transforme os pulsos de escravo em braços de cidadão liberto<sup>36</sup>.

E, depois de caracterizar assim a “alma nacional”, António José de Almeida explica a lógica do título do “jornal”, revelando também o sentido “internacionalista” do seu nacionalismo, do “nacionalismo republicano”, e voltando a apresentar uma ideia não violenta de revolução, própria da sua concepção romântica, que sempre lhe serviu de bandeira:

Por isso este jornal se chama assim.

Ele vai ser, por intermédio dos homens ilustres que o hão de colaborar, um dos legítimos representantes do espírito nacional.

---

<sup>36</sup> “Alma Nacional”, in *Alma Nacional*. Revista Republicana. Lisboa, n.º 1, 10.2.1910, pp. 1-2.



Órgão de um patriota, o seu título é expressivo. Órgão de um homem de ideias avançadas, o título não é descabido, porque amar a nação não significa egoísmo junto dos povos alheios. Pelo contrário, a alma nacional portuguesa foi sempre internacionalista, como o mostrou na sua aventura sobre os mares, abrindo caminho para a civilização dos outros e, mais tarde, assimilando, sem reserva, o espírito de progresso que dos outros povos lhe veio.

De resto as edições internacionais, que a *Alma Nacional* vai dar, são ainda uma aspiração para a difusão do seu sentimento patriótico no sentimento geral da humanidade.

O que a *Alma Nacional* sobretudo vai ser é um jornal humano. De orientação revolucionária, revolução para ela não quer dizer morticínio, destruição. A vida do homem é uma coisa sagrada que só em combate leal, e ainda assim bem lamentavelmente, pelo atraso em que nos achamos, se pode tirar. Arrancá-la à vítima domada e vencida é crime ou alucinação. E a revolução, necessidade dolorosa da época retardada em que vamos, só é respeitável se for clemente<sup>37</sup>.

Na capa, para além do desenho de Gonçalves, ali vemos a afirmação de Danton que lhe inspirou a sua estátua em Paris. Dali tirou um dos textos, que se encontram na parte lateral do monumento e que havia sido proferido no seu discurso de 13 de Agosto de 1793 na Convenção:

Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo.

E de José Estêvão — que tanto admirou, porque, como ele, era um orador espontâneo e combativo — transcreveu a sua “Profissão de fé política”, afirmada na sessão parlamentar de 5 de Abril de 1837:

Quando uma convicção sincera e profunda se apodera do homem, e a sua língua se não presta a manifestá-la, ou essa língua não é desse homem, ou ele é dotado duma prudência cem mil vezes mais perigosa, que a mais ilimitada fraqueza.

Por isso, a palavra de António José de Almeida queria expressar-se, porque ela — no seu entendimento — era a voz de “uma convicção sincera e profunda”. O “jornal”, publicado à sua custa, era uma “aventura romântica”, mais uma da sua vida política, que se prolongava desde os tempos de Coimbra: “Viverá este jornal muito ou pouco? Não sei também, nem isso me preocupa, certo como estou de que ele, desaparecendo

---

<sup>37</sup> *Idem*, p. 2.

inesperadamente da vida, não ficará a dever nada a ninguém.” E continuava: “Na vida dos homens que lutam com sinceridade e com fé, não há desgostos, nem cansaços, nem desenganos, nem desilusões. E, na minha vida modesta de batalhador, essa qualidade nítida ressalta da uniforme e banal aparência: — a qualidade de saber recomeçar”<sup>38</sup>.

E foi isso que sucedeu, na verdade, com António José de Almeida, pesem embora as “desilusões” ou, afinal, as aparentes desilusões que a vida política lhe haveria de reservar depois da República implantada, “desilusões” para que ele próprio teria também contribuído. Mas... por enquanto, durante a vida do seu “jornal”, que não durou um dia mas meses, vai terçando armas pelos seus ideais.

Um mês depois do dia do centenário do nascimento de Herculano, 28 de Abril, dedica-lhe algumas páginas. Considera-o como modelo, “síntese de uma geração de rebeldes”, “incorruptível”, zurzidor da “canalha” e amado pelo povo. E troça, ao mesmo tempo, pelo traço de Valença, das manifestações que o regime lhe dedicara, em mais um “centenário” oficial<sup>39</sup>.

Por outro lado, lamenta, noutro artigo, o destino de José Luciano de Castro, do Partido Progressista, a quem chama ironicamente “o dominador da política portuguesa”, “o árbitro supremo dos destinos dos cidadãos”. Ele chegou a apoiar João Franco e, depois da morte do rei, “foi o governante de facto”. Por isso previa o seu fim: “O sr. José Luciano não tem um fim de vida invejável. Morre coberto de ódios. O caminho da sua sepultura será juncado de rancores, dos mesmos rancores que a sua mão insensata semeou pela vida fora.”<sup>40</sup> E, na verdade, António José procurará valer a José Luciano em tempos de aflição, logo após a implantação da República.

Curiosamente, não deixa de manifestar admiração por Paiva Couceiro, que lhe oferecera um livro sobre Angola — o “Ultramar” constituía uma das paixões de

<sup>38</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>39</sup> “Centenários”, *Alma Nacional*, n.º 12, 28.4.1910, pp. 177-180. In QAVLP, vol. II, pp. 267-272. Alexandre Herculano nasceu em Lisboa em 28 de Março de 1810, celebrando-se, pois, em 1910 o centenário.

<sup>40</sup> “Expição”, *Alma Nacional*, n.º 14, 12.5.1910, pp. 220-222; cfr. p. 222. In QAVLP, vol. II, pp. 275-281.

Almeida — e a quem apelida de “valente, inteligente e honrado”, “bem intencionado”, e que considera tão “nobre combatente” como “um péssimo político e um mau administrador da política social”<sup>41</sup>. Afinal Couceiro e os monárquicos haveriam de criar-lhe inúmeros problemas, não só pelo espírito de revolta que ousaram manifestar durante a República, mas também pelas consequências do espírito de tolerância que com eles quis ter, com reprovação dos seus correligionários.

Não se deixou iludir pelo “gesto real” de simpatia que o jovem rei D. Manuel havia tido com um jornalista republicano de *O Mundo*. Dentro da lógica bipolar do tempo, não pôde deixar de salientar que havia uma incompatibilidade política, mesmo um “ódio”, entre republicanos e monárquicos: o rei era o “senhor absoluto, face à constituição, do exército, da armada e do povo”, era “o grande amigo dos clericais e dos reaccionários”, senhor de uma máquina que persegue os defensores da República; do outro lado, estava “o republicano”, “bom, simples, saído do povo, sem municipal que o defenda nem polícia que o guarde, não tendo quem lhe faça justiça nem lhe dê razão”, “o republicano socialista que quer um novo regime para a distribuição de riqueza”, “o republicano revolucionário que está pronto a dar a vida para salvar a pátria”... Mas, mesmo assim, fala dos monárquicos como podendo futuramente abrigar-se “à sombra acolhedora das novas instituições” republicanas, enquanto o rei terá de “ser exilado na hora da República se proclamar”<sup>42</sup>.

Refere-se à diplomacia republicana — problema que se pusera no congresso do Porto, de 29 e 30 de Abril de 1910, dominado pelo receio da não aceitação da República por parte dos países estrangeiros —, afirmando a necessidade de estabelecer relações secretas ou públicas com as diversas nações. A missão ao Brasil seria a mais importante, porque ela é “uma Pátria irmã”, porque os emigrantes portugueses que ali estão são sobretudo do Norte de Portugal, menos republicano que o Sul, e porque no Brasil seria fácil proclamar as ideias da República através da eloquência e pelos “combates da oratória”<sup>43</sup>.

<sup>41</sup> “Angola”, *Alma Nacional*, n.º 17, 2.6.1910, pp. 266-269. In QAVLP, vol. II, pp. 285-293.

<sup>42</sup> “O gesto real”, *Alma Nacional*, n.º 21, 30.6.1910, pp. 330-333. In QAVLP, vol. II, pp. 295-303.

<sup>43</sup> “Diplomacia Republicana”, *Alma Nacional*, n.º 23, 14.7.1910, pp. 364-366. In QAVLP, vol. II, pp. 305-311.

E, claro está, incita os republicanos a participarem activamente na campanha eleitoral que se avizinhava<sup>44</sup>, da qual saíram eleitos catorze deputados. Isso passar-se-á em finais de Agosto. Em princípios de Setembro — ainda não se conheciam bem os resultados das eleições — atacará o governo e Teixeira de Sousa, o seu primeiro ministro<sup>45</sup>, que, naturalmente, cairá com o regime (virá depois a escrever um grosso livro para se justificar<sup>46</sup>). Nesse número 31 da *Alma Nacional*, de 8 de Setembro, Teixeira de Queirós afirmava em artigo de fundo, “A Democracia avança”, que a Democracia e a República eram realidades próximas<sup>47</sup>, e o colaborador A. Matos Silveira profetizava (e também em parte se interrogava sobre as suas consequências) a concretização da prática violenta e do sindicalismo revolucionário de Sorel<sup>48</sup>, que será mais tarde — aparente contradição — um dos inspiradores da luta fascista.

Entretanto preparava-se o golpe de misericórdia contra a Monarquia. Depois de cinco governos cumpridos após o regicídio, quando (conforme se disse) presidia ao ministério, desde 5 de Junho de 1910, o médico António Teixeira de Sousa, líder do velho Partido Regenerador, dava-se a revolução republicana de 4-5 de Outubro de 1910, 3.<sup>a</sup> feira e 4.<sup>a</sup> feira. A revista *Alma Nacional* é ainda publicada na 5.<sup>a</sup> feira anterior, 29 de Setembro. António José de Almeida lançara as suas imprecações habituais contra o governo, num artigo intitulado sintomaticamente “Liberalões de bôrra”, considerando que os falsos liberais tinham então à frente — volta a manifestar essa opinião — “um reaccionário e um incompetente”<sup>49</sup>. Criticava a amnistia que por ele então fora concedida a vários sectores revolucionários, entre eles os jornalistas, mas que deixara de fora os “homens das associações secretas”, nomeadamente da Carbonária. E lançava para ar o último recado revolucionário:

O partido republicano chegou à maioria e seria ridículo estar a pregar-lhe conselhos.

<sup>44</sup> “A postos”, *Alma Nacional*, n.º 25, 28.7.1910, pp. 395-398. In QAVLP, vol. II, pp. 313-319.

<sup>45</sup> “Se elle fosse capaz...”, *Alma Nacional*, n.º 31, 8.9.1910, pp. 493-495. In QAVLP, vol. II, pp. 323-329.

<sup>46</sup> António Teixeira de Sousa – *Para a História da Revolução*. 2 volumes. Coimbra, Moura Marques & Paraísos, s.d.

<sup>47</sup> “A Democracia avança”, idem, pp. 481-482.

<sup>48</sup> “Waldeck-Rousseau ou Sorel?”, idem, pp. 489-492.

<sup>49</sup> “Liberalões de bôrra”, *Alma Nacional*, n.º 34, 29.9.1910, pp. 539-542.

Quando muito será conveniente incitá-lo. E isso faço-o eu no sentido de fazer pagar caro ao sr. Teixeira de Sousa o desprante com que deixou abandonados, às fúrias de uma justiça de arrocho, os homens das associações secretas<sup>50</sup>.

E... eram os homens da Maçonaria e das “lojas”, da Carbonária, das “choças” e da “alta venda” que, essencialmente, conspiravam contra a Monarquia e que tiveram um papel importante na sua queda. Assim terminava o governo da dinastia de Bragança, embarcando a família real para Inglaterra.

E agora a República...?

#### Ministro, deputado e jornalista da *República*

Logo nomeado ministro do Interior do Governo Provisório de Teófilo Braga, António José de Almeida iniciará uma actividade politica em várias frentes, de acordo, de resto, com as várias áreas que faziam parte da acção deste magno ministério, sucedâneo afinal do ministério do Reino da Monarquia. Surge então a legislação sobre a polícia e sobre a Guarda Nacional Republicana, então criada, leis eleitorais (muito discutidas), leis sobre o trabalho, como o descanso semanal, leis sobre a assistência médica e os hospitais, leis sobre os pelouros artístico e científico e sobre as questões da instrução pública, desde a escola primária à universidade. Para além de uma significativa reforma do ensino primário, com o aumento de vencimentos aos mestres-escola e a licença de parto por dois meses às professoras, são criadas, a partir de escolas superiores já existentes, as Universidades de Lisboa e do Porto, para além da Universidade de Coimbra ter sofrido profundas reformas, procurando laicizar-se o seu ensino e os seus costumes.

Em 15 de Janeiro de 1911, em plena posse do ministério do Interior, António José funda o jornal *República* que se tornará, nesta altura, o órgão de defesa das suas posições ministeriais. Em editorial do jornal, do próprio dia em que a lei da reforma do ensino primário foi publicada (30 de Março de 1911), concretiza os princípios

---

<sup>50</sup> *Idem*, p. 542.

fundamentais do republicanismo nesta matéria e nele deixa esta frase de síntese e de marcado sentimentalismo acerca da reforma do ensino infantil e primário:

36

Esta lei é, sobretudo, um apostolado. Todos os bons princípios de liberdade encontram nos seus artigos um culto que não é ilusório. A independência do município, base da liberdade antiga, que tanta conquista popular cimentou, e óvulo da liberdade futura que a Revolução fecundou; a autonomia do professor, a sua dignificação, o seu respeito que o hão-de arvorar no grande educador cívico das gerações que despontam, substituindo-o com a sua moral cívica ao padre que se estiola à sombra da moral católica; a afirmação desse direito, hoje indiscutível para os estados democráticos, de intervir directamente na educação da mocidade com o fim de fazer cidadãos, — tudo isso encontra, aqui e além, mais clara ou mais implicitamente, agasalho e atenção<sup>51</sup>.

Foi, todavia, uma lei polémica que levantou contra o ministro João de Barros e João de Deus Ramos, que haviam inicialmente estudado a reforma a levar a efeito. Mais polémica foi, porém, a publicação da lei eleitoral, em Março de 1911. O objectivo desta vez era neutralizar a acção dos caciques locais. Todavia, tal legislação originou um vasto protesto, que ia da direita à esquerda radical, chamando “traidor” a António José de Almeida e acusando-o, inclusivamente, de pretender que fossem eleitos deputados monárquicos — “quarenta deputados monárquicos que fizessem a sua política”. Mesmo *O Mundo*, então representativo do pensar da unidade do Partido Republicano, não escondia inicialmente a sua desaprovação, embora a pouco e pouco fosse alterando a sua linguagem.

António José, em artigo do seu jornal *República*, de 17 de Março de 1911, intitulado significativamente “O traidor!”, defendia-se das críticas que lhe eram dirigidas, procurando explicar minuciosamente o processo que levava à redacção do decreto, em que haviam participado várias forças republicanas e várias instâncias administrativas.

Era o momento da argumentação retórica de António José de Almeida, que, como sempre, surgia em tempo decisivo. Aqui está esse passo mais representativo do seu discurso jornalístico, onde ironicamente argumenta contra os radicalistas republicanos ou, no seu dizer, os “pseudo-radicalistas”:

---

<sup>51</sup> Editorial de *República*, 30.3.1911, transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 53-57; cfr. o passo transcrito na p. 55. A referida colectânea transcreve igualmente o relatório que precedeu o decreto de 29 de Março de 1911 — pp. 57-64.

Aí está a minha traição!

Bem negra é ela na verdade, e bem merece que para mim se peça a lapidação na praça pública, ou que esse pseudo-radicalismo, pior que todos os autoritarismos, me amarre, para exemplo, e escarmente, à cauda do seu cavalo de guerra. Eu que, durante quatro meses, trabalhei uma lei que declarei questão aberta, que meio mundo alterou, emendou, esfarrapou; eu que, em nome de princípios, perfilhei ideias e opiniões que nem sempre eram as minhas, sou na verdade um traidor, sou efectivamente um pulha, que quis retalhar na túnica da Pátria quarenta diplomas de deputado, para capacho dos meus pés na arena das Constituintes! Sim, sou um canalha que se vendeu ao inimigo e que negociou todo o seu passado de homem liberto, por quarenta consócios de veniaga, para a missão de chumbar novamente ao tornozelo do meu país a grilheta da ignomínia!

Traidores são mais cinco ministros, que, depois de contrapesarem com judiciosa cautela os interesses da liberdade, votaram pelos círculos plurinominais. Traidores são quinze governadores civis que, esclarecidos por um extenuante e meritório trabalho de organização e propaganda pelos seus distritos, votaram pelos círculos plurinominais. Traidores são os representantes da junta consultiva, do directório, das comissões distrital, municipal e paroquial de Lisboa, compostas por correligionários do mais alto prestígio e da mais provada dedicação, que votaram pelos círculos plurinominais.

Mas, sobretudo, eles o dizem, o traidor sou eu. Sim, sou eu, e devo sê-lo, porque apaguei a minha própria personalidade neste lance, com o intuito de bem servir a pátria, que recalquei, por vezes, as minhas próprias opiniões, que andei por toda a parte mendigando pareceres, que bati a muita porta no melhor espírito de conciliação, que quis finalmente juntar os homens e fundir os espíritos, para que o velho e glorioso partido republicano fosse, ao menos, até às Constituintes unido e forte<sup>52</sup>.

Mas, estas críticas a António José de Almeida já se prolongavam desde praticamente o dia da implantação da República. Dado o seu alegado espírito de tolerância, propôs-se (como se aludiu) defender os seus adversários monárquicos. E, se o discurso proferido em 16 de Outubro, nos funerais nacionais do contra-almirante Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda, tiveram como uma das notas mais salientes o apelo à concórdia, o mesmo tipo de palavras surge, de forma mais elaborada, no artigo-programa do jornal *República*, publicado no número 1, de 15 de Janeiro, e intitulado sintomaticamente “Paz”. Aí defende, pois, o que ficou conhecido pela “política da atracção”:

<sup>52</sup> *Artigo cit., República*, 17.3.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 48-49.

Somos 6 milhões de portugueses.

Quantos serão os republicanos históricos, militantes e activos? Não sei, mas são relativamente poucos em comparação com aquela massa de cidadãos.

O que é então essa massa? A maior parte é constituída por homens neutros que nunca tiveram política, homens de trabalho e de ordem que praticaram o erro lamentável de se afastarem sistematicamente da vida cívica do país, mas que não são maldosos, nem menos presadores da sua pátria, nem corrompidos na sua consciência. São criaturas de espírito manso e estagnado que só despertam às vibrações que lhes vêm de fora, sem força própria para agirem na independência de caracteres combativos.

É preciso trazê-los para a vida colectiva, interessá-los no debate político, fazer que eles sejam pelo sentimento o que já são pela inteligência: cidadãos. Eles constituirão o grande curso de aprendiz de direito novo, de que nós, os republicanos históricos, continuamos a ser leccionistas atentos e imprescindíveis. Precisamos de nos conciliar com eles na afoitada certeza de que o seu contacto não é prejudicial para a República, antes lhe é indispensável para que se alargue o âmbito, já formidável, da sua acção resgatadora...<sup>53</sup>

Em 3 de Setembro de 1911 terminava o governo provisório. Cerca de um mês antes, António José de Almeida escrevia um editorial, “De pé no estribo”, com um título e um discurso bem significativos<sup>54</sup>. Afirmava, com um certo optimismo, revendo-se na acção do governo provisório, que a situação do país era boa, do ponto de vista político. Todavia, não apagava as suas preocupações e admitia que ela poderia alterar-se de um momento para o outro. Por isso, entendia que deveria ser frontal: “Mas a hora é grave e não se pode estar à espera do bater de um minuto, quando o minuto que precede exige que se fale claro.” — afirmava. E quando se refere à composição do novo governo, não deixa de afirmar que o presidente da República eleito não deve “somente inspirar-se nas correntes da Assembleia Constituinte”, mas “deve guiar-se sobretudo pelas opiniões do país”. A sua desconfiança em relação aos políticos da capital aumentava e, como sempre fizera, virava-se para... “o país”, para “o povo”, que fora desde o início da sua militância — que ele entendia como “dedicação”, mas que os seus novos adversários consideravam (segundo o seu próprio testemunho) “ingenuidade” — o motor do seu discurso. E asseverava, em relação ao novo ministério: “O que se torna preciso é um grupo de homens, republicanos de raiz, inteligentes, sensatos, moderados, honrados e enérgicos, que façam administra-

<sup>53</sup> *Artigo cit., República*, 15.1.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 13-14.

<sup>54</sup> *Artigo cit., República*, 6.9.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, p. 89 ss..



ção pública a valer, que defendam a república sem defraudar as liberdades populares, que fomentem a riqueza pública, olhem para a defesa nacional e estabeleçam toda a harmonia possível entre tantos portugueses desavindos. Assim a república, em meia dúzia de meses ficará firme como uma torre de bronze num solo de granito”.<sup>55</sup> Sempre a ideia de “harmonia” e de “moderação”, de “apaziguamento” e de “pacificação”, que o tribuno opunha ao “combate” e à “guerra”, que já ia vendo por todo o lado e, ainda, a esperança da união dos republicanos — “é preciso conservar-se o partido republicano unido”, afirmava —, sentimento que cada vez mais o ia abandonando.

Terminava pois, um governo que tivera uma actividade legislativa nunca alcançada por outro governo republicano — 2148 diplomas legislativos, segundo o cômputo de Oliveira Marques<sup>56</sup>. Alguns que foram para sempre celebrados, como os que saíram da pena de António José Almeida sobre as questões da Instrução Pública, outros — mas sobretudo um deles — que foram considerados os pomos da discórdia, de que se destaca, naturalmente, a célebre “Lei de Separação do Estado das Igrejas” que tem a data de 20 de Abril de 1911.

Antes disso começara, porém, a luta entre a Igreja e o Estado. O bispo missionário, então na diocese do Porto, D. António Barroso, escreveu, em 24 de Dezembro de 1910, uma pastoral, que mandou ler aos párocos da sua circunscrição, na qual tomou uma posição dura contra a política religiosa da República. O bispo foi demitido, embora com uma pensão vitalícia. Em 9 de Março de 1911, António José de Almeida escrevia um artigo no seu jornal<sup>57</sup>, no qual justificava a posição do governo, criticando D. António Barroso do ponto de vista político — “uma das mil cabeças da hidra revolucionária”, “cabeça irreflectida de um reaccionário” —, mas louvando-o do ponto de vista moral noutras ocasiões da sua vida, a sua vida missionária: “a cabeça nobre que, entre os ocás e palmeiras, pregou a fama heróica e pacífica de uma pátria imortal”, “a figura mais grave, mais honrada e nobre que tinha o clero português”.

<sup>55</sup> *Idem*, pp. 91-92.

<sup>56</sup> Cfr. A. H. Oliveira Marques - *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Porto, Figueirinhas-Iniciativas Editoriais, 1978, p. 432.

<sup>57</sup> “Bispo do Porto”, *República*, 9.3.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, p. 37 ss.

Marcava, assim, António José a distinção entre a Igreja e o Estado, entre a religião como fé e a religião como acção política. Era esta que queria atacar, como todos os republicanos laicistas, os quais queriam garantir à sociedade uma posição de neutralidade religiosa e exigir à Igreja uma posição de neutralidade política, entendendo por esta a neutralidade em relação à política republicana. Cordato nos seus discursos, oscilava também entre a ideia da tolerância pessoal e a afirmação da “luta institucional” aos inimigos da República, de que o clero era uma das parte mais visíveis:

Fiéis, padres, bispos, ó crentes, se é que sois e quando sois, guardai e exercei as vossas crenças, porque a República não vo-las ofende nem magoa. Antes vo-las respeitará e defenderá. Mas no dia em que quiserdes pôr o pé sobre o pescoço da sociedade civil, vereis então que esse pé impenitente nem sequer vos servirá para fugir, porque, quando cairdes em vós da audácia, já a justiça implacável vos terá empolgado<sup>58</sup>.

Desta forma, o ministro do Interior justificava assim a lei de 7 de Março de 1911, publicada dois dias antes do artigo do jornal *República*, que impedia que o papa e os bispos — nomeadamente no plano missionário, em que poderiam agir directamente sem que o Estado fosse ouvido — interviessem no campo da pastoral. António José estava, pois, ainda, com a política de Afonso Costa. Mas — como veremos — os dois afastar-se-ão e a “lei de separação” também dividirá as posições dos dois correligionários que desde Coimbra faziam juntos a caminhada política. Outros motivos, de ordem pessoal e partidária, surgirão ainda para dividir estes dois republicanos, ambos beirões por nascimento. O fim do governo provisório marcará, afinal, o fim da concórdia e o princípio de uma separação que, por vezes, assume a forma de uma oposição frontal e violenta. Só em momento grave da vida nacional e internacional — em tempo de guerra — voltarão a encontrar-se. Mas, por pouco tempo e numa união instável, apesar de se ter chamado a essa ligação “União Sagrada”.

A votação da Constituição com grandes aplausos poderia parecer revelar ainda a unidade da República. Mas tal já não sucedia. E a luta pela eleição do Presidente, iniciada já antes dessa votação, iria dividir as facções.

---

<sup>58</sup> *Idem*, pp. 41-42.

Os grupos de António José de Almeida e de Brito Camacho, concentrados à volta dos jornais *A República* e *A Luta*, voltam-se para Manuel de Arriaga, enquanto o grupo de Afonso Costa e de *O Mundo* opta por Bernardino Machado. Os partidários de Machado Santos e de *O Intransigente* procuram fazer vencer Basílio Teles. Também se perfilava como candidato Sebastião de Magalhães Lima, que acaba por retirar, contrariado, a sua candidatura, que talvez – no caso de haver ainda hipóteses de alguma unidade — obtivesse um certo consenso. No dia 24 de Agosto verifica-se a eleição, tendo sido escolhido Manuel de Arriaga. O “Bloco” — como ficara conhecida a coligação entre António José e Camacho — conseguiu vencer o primeiro grande embate da República.

Mas as dificuldades começavam ou agudizavam-se. No início de Setembro de 1911 toma posse o primeiro governo constitucional, que permanecerá só até aos primeiros dias de Novembro. Apenas três meses. A vitória do “Bloco” vai perder-se na rua, na polémica jornalística, nas incursões monárquicas, nas alegadas consequências da política de “atração” e de amnistia e nas sequelas da “adesivagem” (nome segundo parece inventado por Brito Camacho para classificar os oportunistas da República<sup>59</sup>), nos comícios republicanos e no congresso do próprio PRP, partido onde muitos tinham lutado, como era o caso de António José de Almeida.

António José de Almeida apoiou com a sua pena algumas medidas do governo. Destaca-se, pelo seu significado, um artigo do jornal *República*<sup>60</sup> em louvor de duas portarias do ministro da Justiça, Diogo Leote, que, na sequência da “lei de separação”, recomendava que, ao proceder-se ao arrolamento dos bens da Igreja, não se maltratassem nem se desrespeitassem os símbolos religiosos, nem se ofendessem as legítimas susceptibilidades dos crentes.

É, com efeito, um discurso de tolerância e de distinção entre o que considerava, por um lado, a “separação do Estado das Igrejas”, marcada pela justa supremacia do poder civil e pelo registo civil obrigatório, em luta contra a “religião como liturgia”, a “reação religiosa”, o “clericalismo como religião”, o “jesuitismo como crença”, e,

<sup>59</sup> Cfr. Rocha Martins - *Portugal dos nossos dias. Vermelhos, brancos e azuis. Homens de Estado, homens de armas, homens de letras*, vol. II, p. 340.

<sup>60</sup> “Está bem”, *República*, 15.9.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, p. 95 ss.

por outro lado, a religião sentida pela “alma colectiva” do povo, que se deveria respeitar. Era a noção alemã do *Volks*, da “alma colectiva”, e a teoria das multidões de Le Bon, em que António José de Almeida bebia, embora menos filosoficamente do que como uma ética e uma prática política. A religião era, para ele, afinal, um sentimento de justiça que adquiria uma certa forma e que era menos necessário destruir do que orientar. Vale a pena ler o texto de António José, que revela também como o Positivismo ia sendo posto em causa por uma “lógica de sentimento”:

O livre-pensador Bombarda perguntava um dia: “Estando a desabar as velhas religiões, que religião nova se estará gerando no seio da humanidade que há-de vir?”

Era caso para lhe dizer que o que está derruindo são apenas as formas transitórias das religiões, e não há necessidade de gerar outra nova, porque a religião dos povos é sempre uma e a mesma: — a crença cega, absorvente e dominadora num bem que procura alcançar-se por processos que não se conhecem e ainda menos se determinam.

Ser cristão, esperando as indemnizações do céu para as iniquidades da terra, ou ser socialista das escolas mais avançadas, esperando encontrar na terra reparação para todas as desigualdades da vida — são aspectos diferentes da mesma ânsia de bem-estar, que é, no fundo, o motor, que jamais pára ou descansa, de todas as religiões.

Sendo assim, o homem, o governo, o regímen que queiram arrancar, pela violência, da alma do povo uma dada forma religiosa, não fazem mais do que cometer uma insensatez, que não conseguirá extirpar a crença e deixará em sangue a mão ousada que tal cometer.

As formas religiosas variáveis e modificáveis, só variam e se modificam criando-lhe a atmosfera propícia à mutação, — ensinando, instruindo, doutrinando.

[...]

Instruamos, doutrinemos, ensinemos a verdade, ergamos a ciência cada vez mais alta no seu altar inviolável, mas por pudor, por decoro, por decência moral e por conveniência política, não vamos, com mão bárbara, estorcegar, na alma das gentes simples, a planta, produto de uma velhíssima herança ancestral, que lá representa a continuação da vida psicológica que liga as gerações e tem unido os homens.

Cuidado. Não façamos tal, porque, nesse caso, a nossa mão de livres pensadores, querendo assassinar a crença, não seria menos cobarde do que a mão dos antigos inquisidores quando impunha, pelo fogo, a mesma crença...<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> *Idem*, pp. 98-100.

Posições deste tipo contrariavam, obviamente, os sentimentos de políticos radicais e de uma multidão cidadina ávida de violências anticlericais. E isso tornava-se mais evidente quando essas posições se desdobravam em defesa da amnistia.

O Presidente Arriaga, depois do governo democrático de Afonso Costa, um dos mais longos (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914) ia procurando criar um governo de “concentração”, enquanto os democráticos procuravam liderar o processo político.

O governo de Bernardino Machado, nomeado em 9 de Fevereiro de 1914, como extra-partidário, apesar de ter três ministros democráticos, que se comprometeram a governar fora das influências do partido, levou a efeito a discussão de dois temas candentes: a amnistia e a “lei de separação”. A amnistia, de que António José fora sempre o paladino, foi aprovada em 21 de Fevereiro de 1914 pelo Congresso. A discussão da “lei de separação” iniciou-se em 10 de Março de 1914. A lei — como dissemos atrás — havia sido assinada pelos três líderes republicanos e por isso nenhum deles ousou considerar que ela não era necessária à República, mas entenderam sim que ela deveria ser revista, como de resto o afirmava, apontando já para a sua apreciação na Assembleia Constituinte, o seu artigo 195º. Deste modo todos os políticos influentes deram o seu voto favorável à aprovação da lei na generalidade, enviando António José de Almeida para a mesa da Assembleia uma proposta de 17 pontos sobre os quais haveria de incidir o processo de revisão. Concluindo: tudo ficou na mesma, ou seja, a lei foi aprovada, não chegando a ser discutida na especialidade.

Foi durante o governo de Bernardino Machado — como veremos, o primeiro de dois — que se deu o caso mais grave nas relações entre António José de Almeida e Afonso Costa, os dois grandes companheiros de luta, há muito desavindos. O processo vem na sequência da crise surgida depois de Março: três cidadãos, entre eles o Engenheiro António Maria da Silva, solicitaram a concessão da exploração das quedas de água do Tejo em Vila Velha do Ródão, o que lhes foi atribuído pelo governo em 28 desse mês. Tal decreto colidiria com o artigo 21.º da Constituição que proibia qualquer deputado ou senador de “ser concessionário, contratador ou sócio de firmas contratadoras de concessões, arrematações ou empreitadas de obras públicas e operações financeiras com o Estado”, sob pena da “perda do mandato e anulação dos

actos e contratos nele referidos”. O caso foi levantado na Câmara de Deputados e classificado pela oposição, ali e nos jornais, como “mais um escândalo do Partido Democrático” (a que pertencia António Maria da Silva).

Neste contexto, Alfredo Pimenta, então do Partido Evolucionista, escrevera no jornal *República*, de António José de Almeida, de que era principal redactor, o artigo “O partido dos escândalos”. António José que, como director, dava ampla autonomia ao redactor, não lera o artigo antes da publicação, mas mostrou-se solidário com Alfredo Pimenta. O certo é que Afonso Costa, através de Álvaro de Castro e de Álvaro Poppe, desafiou António José de Almeida para um duelo. O caso ficou conhecido por algumas peças então publicadas no jornal *República*, por outras que foram inseridas no *Mundo* (15 de Junho de 1914) e que foram reunidas num folheto de António José de Almeida então muito divulgado, intitulado *Uma pendência célebre*<sup>62</sup>.

O mais interessante do artigo, para melhor conhecer a personalidade de António José de Almeida, é a sua posição de princípio contra o duelo — orgulha-se mesmo de ser “o chefe em Portugal” da “escola anti-duelista” — através de palavras bem significativas. Ainda — segundo afirmava — transigiu com os duelos no tempo da Monarquia, dando assistência a vários republicanos, entre eles Afonso Costa, apoiando medicamente os contendores ou, através do diálogo, tentando evitar que os dualistas se batessem. Todavia, no tempo da República, António José de Almeida havia, como ministro do Interior, criado os “tribunais de Honra” e proibido os duelos: “Era necessário acabar com o duelo, restos de uma doutrina cesarista, aristocrática e religiosa, derivada do juízo de Deus e portanto imprópria de uma democracia, e já de todas as democracias banida, com excepção da França que é ainda, como se sabe, uma aristocracia pretensiosa”<sup>63</sup>.

Confio na opinião do meu país. Tenho a certeza de que ela me fará justiça. E junto dela vou, levando por único advogado e patrono a consciência colectiva da minha pátria. Ela saberá pleitear por mim. Mais tarde a História, que não falha nos seus julgamentos implacáveis, julgará também. E tenho já a certeza de que a História,

---

<sup>62</sup> *Uma pendência célebre*, Lisboa, Livraria Ventura Abrantes, 1914.

<sup>63</sup> *Artigo cit. in lug. cit.*, p. 138.

sentenciando, espalhará sobre a minha memória um pouco de consideração e de carinho e, sobre a cova dos três, a condenação fulminante para um, e para os outros dois o desdém e o escárnio!<sup>64</sup>

Com este triste episódio duelistas chegamos ao fim do primeiro governo de Bernardino Machado. O professor da Faculdade de Filosofia acaba por pedir a demissão, embora António Maria da Silva não tenha perdido o mandato. A comissão de verificação de poderes da Câmara de Deputados, onde dominavam os democráticos, por quatro contra três votos considerou que não havia motivo para tal. O seu governo durara apenas pouco mais de quatro meses. Mas, na verdade, ia continuar, remodelado e com carácter mais extra-partidário, como desejara o presidente Arriaga. Mas também não se prolongará por muito tempo. Iniciado em 23 de Junho de 1914 só se mantém em exercício até ao fim do ano, 12 de Dezembro — menos de cinco meses. Ou seja, os dois governos “independentes” de Machado não duraram um ano.

Tendo terminado o mandato dos deputados, a Câmara não podia reunir. Por isso, o governo quase iniciou a sua actividade com a marcação de eleições. O decreto é de 31 de Julho e as eleições ficaram marcadas para 1 de Novembro seguinte. Pretendia-se reorganizar os círculos eleitorais e, como era costume, os partidos evolucionista, unionista e os seguidores de Machado Santos, bem como os “libertários” independentes, acusavam o governo de pretender favorecer o Partido Democrático. A situação vai, no entanto, agravar-se por outros motivos. Em 28 de Julho inicia-se a guerra. O Congresso volta a reunir-se de emergência em 7 de Agosto e manifesta o seu apoio ao aliado inglês. Preparam-se expedições a Angola e a Moçambique, mas entretanto as forças alemãs vão atacar o nosso território africano, primeiro em Moçambique e depois em Angola. No país, a situação ainda vai piorar, com a revolta monárquica de 20 de Outubro, em Mafra, que se estende também a Trás-os-Montes. Pouco durou este novo intento realista, mas a situação de crise nacional e internacional era evidente, mesmo antes deste movimento restauracionista. Assim, por decreto de 19 de Setembro de 1914, as eleições são adiadas *sine die*. Na sequência de todo este processo reúne-se de novo o Congresso, em 23 de Novembro, para autorizar o poder executivo a intervir militarmente, quando e como fosse mais conveniente.

---

<sup>64</sup> *Idem*, pp. 143-144.

António José de Almeida iniciará então a sua vasta campanha a favor da intervenção de Portugal na guerra ao lado dos aliados. Daí surgirá, mais tarde, a “União Sagrada”. Antes, porém, vejamos como se comporta perante as crises políticas que se avizinham.

Neste ano já encontramos António José de Almeida a incitar o país a entrar na guerra ao lado da Inglaterra e... em nome dos princípios da República. Em 20 de Outubro, como atrás se disse, surgiu mais uma insurreição monárquica, a partir de Mafra e de Trás-os-Montes. Começava a explorar-se, do lado germanófilo, o sentimento de que Portugal não deveria hostilizar a Alemanha e demagogicamente — no dizer do próprio líder evolucionista — “apelava-se para as lágrimas das mães, apondo-lhes os filhos varados pelas balas alemãs na carnificina da guerra” e “apelava-se para o soldado português, pregando-lhe aos ouvidos, dia e noite, que ele era a vítima desgraçada de miseráveis ambições de homens públicos portugueses, caminhando, mal armado e mal municiado, para os morticínios da guerra”. Contra esta insurreição e contra este antiguerrismo considerado hipócrita, erguia António José de Almeida, no editorial do *República* de 22 de Outubro de 1914, de que extratámos os passos anteriores, o grito de “Viva a República!” e a afirmação clara e sem rodeios de que “os soldados portugueses devem ir bater-se ao lado da Inglaterra, visto que ela, à sombra de tratados e ajustes, reclamou o nosso concurso militar”<sup>65</sup>.

As intervenções sucedem-se, cada vez com maior clareza de intenções. Em 1 de Novembro, no artigo “Latinismo”<sup>66</sup>, António José justifica, por uma questão de disciplina e devido aos “tempos excepcionais” de guerra, a censura prévia às reportagens e notícias dos jornais sobre o conflito, embora não aos artigos de opinião, medida que, efectivamente, foi tomada. Aproveitou então para falar do “vício” português de opinar a propósito de tudo, como se “as nossas opiniões” fossem “verdades indubitáveis” e “sentenças sem apelação”. Mas, não era só um “vício” português — afirmava — mas era “inerente, em grau maior ou menor, a todos os povos da raça latina”. Daí que não houvesse entre eles a “conjugação de vontades”, diluindo-se tudo “num reboiço de vaidade, numa sarabanda de invejas feridas ou mesquinhas e miseráveis”. Era um olhar amargo para fora, como para dentro. Na Europa em guerra

<sup>65</sup> “Lição oportuna!”, editorial de *República*, 22.10.1914; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 147-153; cfr. p. 148 e 151.

<sup>66</sup> *República*, 1.11.1914, transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 157-164.



comparava a organização militar da França, “muito aquém do que devia ser”, com a “engrenagem guerreira” da Alemanha. Em Portugal olhava amargamente para a sua situação: “Na sociedade portuguesa lavra uma grande indisciplina seja qual for o aspecto por que ela se encare”<sup>67</sup>.

O artigo é, como dissemos, sobretudo, sobre a censura prévia e os vícios das sociedades latinas. Porém, se deixa uma mensagem de esperança relativamente à França — “sacudida pelos primeiros abalos do vendaval que lhe traria a destruição irremediável”, a França ergueu-se através da acção de Joffre, “supremo guia e supremo chefe”, prevendo-se assim que “a Alemanha será vencida” — deixa também subentendida uma ideia de unidade necessária em Portugal. Surge, cada vez mais claramente, no seu pensamento, a ideia de uma “união” dos partidos, o que só virá a suceder mais tarde.

Em 5 de Novembro de 1914, de novo em editorial do *República*, regista que nesse dia seguia para a África Ocidental uma expedição da Marinha portuguesa<sup>68</sup>. O nacionalismo releva-se nas suas palavras, afirmando princípios de paz que sempre dizia defender, apesar de se ver forçado também a optar pela luta armada que nos era imposta. Deste modo, falava desses “valentes marinheiros” (comandados pelo capitão-tenente Alberto Coriolano da Costa, esclarecemos nós) que — no seu dizer — iam “manter, conjuntamente com o prestígio da nossa bandeira, a legítima posse do nosso património”, desses “mensageiros da legalidade e da ordem” que não iam “conquistar” nada, “fazer mão baixa no que pertence aos outros”, mas que “entrarão certamente em combate para defenderem os princípios da paz”, para “garantirem pelas armas, sendo preciso, a manutenção daquilo que nos pertence”.

Ficava também bem claro neste artigo o tipo de “ódio” que nutria pela Alemanha, correspondendo ao “ódio” de destruição e sem ética que nela via, em contraste com o “ódio” de defesa de princípios, que perscrutava nos aliados. Os seus sentimentos fluem, de resto, ao sabor da revolta, que, por exemplo, encontra nas palavras do escritor belga Maurice Maeterlink, mas que tomam um brilho diferente quando destaca a “atitude nobre” e “pacífica” do seu país. São palavras dramáticas e duras que revelam

<sup>67</sup> Artigo cit. in ob. e vol. cit., p. 163.

<sup>68</sup> “Boa sorte!”, editorial do jornal *República*, 5.11.1914; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 164-169.

a visão trágica desse tempo de violência, no qual, todavia, segundo sentia, se destacava o nosso “pacifismo” (de guerra defensiva) e o nacionalismo, que será a ideia forte, sempre afirmada oficialmente, no que respeita à nossa participação na Primeira Guerra:

Os homens atingiram uma espécie de loucura macabra, feita de raivas estridentes e de ódios enfiados em que a palavra *matal* é quase uma ternura; em que a palavra roubo é uma banalidade corrente; e em que a palavra incêndio é uma espécie de idílio sem um único laivo de violência ou de crime. Os homens mais sisudos e mais calmos perderam o sangue-frio e só pensam em destruir, aniquilar, avassalar e matar.

É claro que há diferença. O ódio nuns é o ódio surdo, tortuoso e vilão, de quem tem a tendência para o mal e na sua prática se compraz e regozija. É o ódio que têm os alemães [...]. É o ódio subalterno, espumante de cólera e paixão ruim que, partindo da ambição desmedida e cruel, desfecha no nihilismo de todos os respeitos humanos. É o ódio de chacal, alvar e sinistro, tendo no desencadear das suas paixões a revivescência brutal dos instintos mais primitivos do homem.

O ódio nos outros é uma coisa espiritualizada, produto obrigatório da justiça ferida e do direito ultrajado, consequência inevitável dos altos sentimentos humanos espezinhados, represália quase sagrada, quase bendita que, violenta como a tempestade, também tem, corno ela, as suas vantagens e virtudes.

Do choque destes dois ódios, do encontro terrível destas duas forças resulta um estado de alma furibundo, que se pode sintetizar numa única palavra: aniquilamento.

As nações da Europa batem-se num duelo de morte em que cada uma compra a vida pela única moeda que tem curso corrente: a morte dos adversários.

Pois neste verdadeiro pandemónio surge uma nota humana, de súbita beleza, parecendo moldar-se pelos exemplares do patriotismo clássico e parecendo revestir já um pouco a forma da única espécie de virtude guerreira que a hora alta da civilização que decorre devia permitir.

Essa nota é dada pela ida à província de Angola da nossa expedição de marinha, composta de homens que o destino fez herdeiros de uma grande glória e portadores inflexíveis de uma nobilíssima missão.

No escachoar de rancores que põem em tumulto os campos de batalha, esses homens simbolizam uma atitude nobre, e, poderei dizer, pacífica, que contrasta com a violência canibalesca dos teutões ou com a fleuma enraivecida dos aliados<sup>69</sup>.

<sup>69</sup> *Artigo cit. in ob. e vol. cit.*, pp. 166-168.

Em 7 de Novembro, surge novo editorial no jornal *A República*, com o título significativo “Em plena carnificina”<sup>70</sup>. Sobretudo ainda mais de tom o antigermanismo, como cresce a simpatia pelos aliados, neste caso simbolizada sobretudo no exemplo que apresenta do presidente francês Poincaré e do rei da Bélgica, “essa nobre e melancólica figura de cidadão e soldado que parece envolta nas fimbrias daquela lenda que o sentimentalismo gaulês criou em volta de Joana d’Arc” (como romanticamente o caracteriza). Nesta frase, curta mas incisiva, com que termina o artigo, pode sintetizar-se a distinção que António José de Almeida faz entre o espírito de guerra, respectivamente, dos aliados e dos alemães: “Da banda de cá mata-se por necessidade. Da banda de lá assassina-se por gosto”<sup>71</sup>.

Em 23 de Novembro, será a vez da sua intervenção no próprio *forum* parlamentar<sup>72</sup>. O governo levou ao Congresso extraordinário, reunido nesse dia, um texto que, depois de sumariar as posições assumidas desde 8 de Agosto, propunha a seguinte lei: “É o poder executivo autorizado a intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra, tomando, para esse fim, as providências necessárias que as circunstâncias de momento reclamem”.

Em nome do Partido Evolucionista, António José de Almeida proferiu um discurso que haveria de se tornar “histórico”, pois uma passagem dele — propositadamente, por razões diplomáticas, não transcrita no sumário oficial da sessão, mas sim no jornal *República* — foi aproveitada pelo Governo Imperial alemão para a sua declaração de guerra a Portugal, datada de 9 de Março de 1916. A atitude do partido de que era líder traduzia-se, como se poderia calcular, numa posição de absoluta e rotunda clareza. António José e o seu agrupamento político apoiavam a entrada de Portugal na guerra.

A par desta posição decidida, António José de Almeida refere-se criticamente à situação de Portugal. Apesar do seu indeclinável republicanismo, nunca deixou de

<sup>70</sup> “Em plena carnificina”, *República*, 7.11.1914; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 171-175.

<sup>71</sup> *Artigo cit. in ob. e vol. cits.*, p. 175.

<sup>72</sup> Discurso proferido no Congresso, em 23 de Novembro de 1914; transcrição da versão do jornal *República* in QAVLP, vol. III, pp. 177-182.

criticar a situação da República, crítica essa que era afinal uma das razões da sua defesa acendrada da união dos republicanos em volta de ideais idênticos: “país desmantelado com as arcas vazias, e, o que é pior, coberto de dívidas, com a nossa indústria atrofiada e a nossa agricultura numa situação difícil”, “país com exército diminuto e apenas sofrivelmente armado e equipado”, “depauperado e exausto por uns poucos de anos de deboche constitucional”...<sup>73</sup>

Mas, apesar dessa situação crítica, António José —talvez também pensando (sem nunca o dizer, o que contradiria o seu afirmado pacifismo, mas com base na sabedoria clássica, revivificada nessa época) que a guerra era também factor de progresso, de agregação de forças e de exaltação de ideais nacionais — advogava, como vimos, a entrada de Portugal na guerra, justificando a sua posição, por agora (outras motivações, já subentendidas, serão apresentadas *a posteriori*), quase tão-só na vontade da Inglaterra: “uma vez que a Inglaterra pede o nosso auxílio, só nos cumpre correr a dar-lho, espontaneamente e de boa vontade, porque a lealdade para com essa grande aliada, além de ser timbre do nosso ânimo, é segurança dos nossos interesses”<sup>74</sup>. Como estavam longe os anos do *Ultimatum*, em que o jovem estudante de Coimbra fustigara a Grã-Bretanha!

Agora, conforme percebemos pela dureza das suas palavras, era a vez da Alemanha ser atacada, uma Alemanha considerada “despótica” e “bárbara”, comandada por um Imperador “criminoso”, em oposição ao “direito” e à “justiça”, representada pelos aliados. Foi este afinal o discurso — tão idêntico àquelas palavras proferidas anos atrás contra o próprio rei português — que originou a referência de protesto na declaração de guerra germânica:

Esta guerra é a contenda sangrenta e à *outrance* do despotismo e do direito, da barbárie e da Justiça. Desencadeada por um criminoso vulgar a quem o destino pôs na cabeça uma coroa de imperador, ela tem sido conjuntamente uma guerra de traição, de espionagem, de cobardia e de crueldade. Atraiçoearam-se os tratados, que a chancela alemã rubricava, galgando por cima da pacífica Bélgica; espionou-se dolorosamente em todos os recantos do mundo a boa fé dos povos livres para os assaltar no momento em que eles estavam dormindo, convencidos da lealdade alheia; cobardemente se agrediram povos fadados para

---

<sup>73</sup> *Idem*, p. 178.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 180.

os mais amplos destinos, praticando nas suas gentes atentados sangrentos que repugnam à consciência dos homens; cruelmente se maltratam criaturas indefesas protegidas pelos mais altos princípios da civilização do nosso tempo e de maneira tão bárbara e selvagem que os próprios sábios militarizados da Alemanha não tiveram pejo em sancionar implicitamente essas infâmias cobardes, dizendo-se possuidores, contra certos povos, de um *ódio elementar*<sup>75</sup>.

E dirá ainda do imperador germânico, não deixando de explorar um certo ar de triunfalismo à portuguesa:

O Imperador da Alemanha, há anos, quando ainda não se tinha manifestado o malfeitor repugnante de agora, disse que admirava o nosso exército, e, em prova disso, colocou no peito de um soldado português as insígnias de uma condecoração guerreira. Então admirava-o. Não tardará muito que o tema também<sup>76</sup>.

As ditaduras vão surgir no contexto da República, para tentar resolver os problemas internos, mas também os problemas derivados da guerra. É nessas perspectivas que António José de Almeida e, na generalidade evolucionistas e unionistas, acabam por aceitar o governo de Pimenta de Castro.

São conhecidas as ideias do partido evolucionista, ainda há pouco manifestadas por quem escreve estas linhas, a respeito da funesta acção que ele atribui às ditaduras militares, por mais bem intencionadas que sejam.

Também é conhecida a tática política, que o mesmo partido adoptou desde os começos de Agosto passado, quando se apercebeu dos primeiros rolos de fumo saídos do incêndio que a ambição de alguns homens ateou entre as nações. Desde então o partido evolucionista, que vê a Pátria acima de tudo, moderou os seus processos de ataque, coibiu-se de muita represália justa, e lançou para o esquecimento muito desforço que tinha direito a tomar. E, coerentemente, ainda não alterou esta conduta que lhe foi determinada pelo seu amor à República e à Pátria de que faz parte. Continuará na mesma ordem de ideias, quer tenha de apoiar, quer tenha de combater.

O sr. general Pimenta de Castro disse há dias a um jornalista que o seu programa era simples: pegar na lei e andar para diante. Ótimo. Somente a lei é bordão tantas vezes flexível que dá amparo por caminhos de diferente trilho. Aquele programa, pois, carece de ser completado com a segurança de se marchar pela ampla estrada do Direito, caminhando decisivamente para a Justiça.

---

<sup>75</sup> *Idem*, p. 179.

<sup>76</sup> *Idem*, p. 182.

Nessa marcha conte o sr. Pimenta de Castro connosco para lhe dar apoio. Se s. ex.<sup>a</sup> se-guisse outra orientação, também nos encontraria mas para o combater. Esperamos, confiados, em que se dará a primeira hipótese.<sup>77</sup>

Todavia, a queda de Pimenta de Castro e, naturalmente, do presidente Arriaga, no golpe sanguinário do “14 de Maio” (de 1915), vai ser assumido por António José de Almeida:

Só me cumpre afirmar agora, como palavra de fé e palavra de esperança, que o Partido Evolucionista, contristado por situações que não criou, e não tendo que se arrepender da atitude que assumiu, mantendo-se sozinho e não precisando de ninguém que o ampare nesta hora de derrota, se não esgotará na contemplação dolorosa do que passou, antes, retomando a vida e o trabalho, continuará na esgotante mas grandiosa tarefa de dar solidez e moralidade a esta República e ordem e paz a esta sociedade, o que equivale a promover a grandeza da Pátria.

Pelo que pessoalmente me respeita, menos é ainda o que tenho a dizer.

São grandes as responsabilidades que me cabem, porque um voto de plena confiança do meu partido me impedia de as partilhar com alguém, ainda que eu fosse susceptível de semelhante fraqueza.

Altivamente as assumo, certo de que em qualquer caso nada ficarei devendo.

Se errei, ofereço à República, em paga do meu erro, toda uma vida de sacrifícios, de duros trabalhos, de quase incontáveis canseiras. Devo ficar quite.

Se não errei, — e creio bem que não! — desde já me dispenso de juntar a amargura das horas ultimamente vividas, às vicissitudes passadas, para merecer a estima e o respeito dos meus concidadãos<sup>78</sup>.

Só o ministério da “União Sagrada” porá fim por pouco tempo à separação partidária. Apenas por pouco mais de um ano (de 15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917).

---

<sup>77</sup> *Idem*, pp. 190-191.

<sup>78</sup> *Idem*, pp. 214-215.

Ao contrário das simpatias que nutria pelo velho Manuel de Arriaga, que o defendera na barra do tribunal, e da estima que mostrava ter pelo velho general Pimenta de Castro, já não se sente minimamente atraído para a aventura presidencialista sidonista, mesmo que ela possa ser considerada — como a anterior ditadura — uma hipótese de salvar a República das guerras constantes. Seja como for, para o tribuno popular que era António José, a ditadura de Pimenta de Castro era uma ditadura de transição, que aceitara como terapêutica forçada, ao passo que a ditadura de Sidónio lhe parecia um “outro regime”, ao qual jamais poderia dar apoio. O populismo de Sidónio era, de resto, bem diferente da militância popular de António José.

Eventualmente, depois de passar por algumas hesitações quanto ao apoio a conceder a Sidónio<sup>79</sup>, a posição de António José de Almeida, como se disse manifestada em editorial do jornal *República*, de 9 de Março de 1918 (quando ocorria a remodelação ministerial), é inequívoca: “a *República Nova* do sr. Sidónio Pais” era um “afadigado, incerto e nevrótico consulado”, onde imperava “a vontade de um homem, tão pessoal e tão autoritário que supomos estar em frente de um rei absoluto”. E a sua posição de ataque é essencialmente pautada pelo desejo de justiça, que sempre inspira o seu discurso. Luta fundamentalmente pelos direitos do homem, pelos direitos dos presos políticos: “republicanos que estão metidos nos cárceres há três precisos meses”! Mais concretamente, procura defender o seu adversário de há muito, Afonso Costa, com estas palavras bem significativas:

Em Elvas, há precisamente três meses, está encarcerado Afonso Costa. Refiro-me a ele em especial, não porque a sua liberdade valha para mim mais do que a dos outros presos políticos, mas porque contra o chefe do partido democrático se tomaram medidas mais despoticamente severas.

Sobre ele recaíam as acusações mais graves; era ele o alvo dos ódios mais acesos; dizia-se, sob a protecção das autoridades e com aplauso delas, que a República destes sete anos tinha sido um regime de atentados e crimes e fazia-se de Afonso Costa o símbolo vivo desses atentados e crimes. Mais uma razão, portanto, para lhe não taparem a boca, deixando-lhe a liberdade de amplamente se defender.

Vem de longe esta lei moral — que ao acusado se não tolha a defesa, que parece ser um atributo sagrado conferido ao homem pelos primeiros rudimentos da civilização.

<sup>79</sup> A crermos no testemunho de Rocha Martins (cfr. *Arquivo Nacional*, 29.12.1933).

Todavia Afonso Gosta está metido no seu *in-pace*, onde não chegam os rumores da vida social que o cerca. Ele, é mais do que um proscrito dentro da própria pátria; é uma espécie de morto dentro da própria vida. Têm-lhe atirado para cima as acusações mais sangrentas e os epítetos mais degradantes. Ondas de lama têm rolado sobre ele, cobrindo de podridão e de esterco a sua vida de homem público. Mas ele não pode falar. Se ao seu cárcere tem chegado, alguma vez, a notícia dessas torpes acusações à sua honra, ele tem curtido o desespero de não lhes poder responder. Não foi bastante tirarem-lhe o direito à liberdade; também lhe tiram o direito à vida moral, — o que de mais respeitável há no homem. Deixaram-lhe, é certo, a vida física, mas somos obrigados a concluir que por favor.

Quando os ataques são mais insidiosos ou mais abjectos, a sua digna esposa vem à imprensa dar esclarecimentos, mas percebe-se que o faz preocupada, entre o dever de defender a honra do marido e o receio de lhe agravar ainda mais a situação de presidiário.

Até quando estará ele assim? Quem o sabe...<sup>80</sup>

Nestas diatribes podemos compreender todo o sentido da crítica ao Sidonismo. No seu dizer, essa “República Nova” tinha sido “bem extravagante”. Acima de tudo, mais do que o regime em si, na sua perspectiva de organização política, o que critica é, pois, o modo de governar e o modo como governava Sidónio Pais: “É isto maneira de governar? Não. Isto é só maneira de tudo subverter”<sup>81</sup>.

Na sequência da vitória democrática em 30 de Junho de 1919, tomará posse um governo presidido pelo Coronel Alfredo Ernesto de Sá Cardoso. Afonso Costa, no exílio dourado de Paris, de onde praticamente não voltará até à sua morte, em 1937, será ali um rico advogado, participará na Conferência de Paz e presidirá à quarta comissão da Liga das Nações. Queixar-se-á mais tarde, na sua entrevista de 1934 ao jornalista brasileiro José Jobim, que o PRP não mais quis contar com a sua participação política, bem como de outros militantes republicanos<sup>82</sup>. Nesse dia 30, no parlamento, António José de Almeida tomará a palavra. Será a sua última importante intervenção como deputado<sup>83</sup>.

<sup>80</sup> *Idem*, pp. 252-253.

<sup>81</sup> *Idem*, p. 257.

<sup>82</sup> Cfr. *A verdade sobre Salazar*. Prefácio de Danton Jobim. Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934, pp. 28-35 e 108 ss.

<sup>83</sup> Discurso relativo ao processo de formação do novo governo, in *Diário da Câmara de Deputados*, 30.6.1919; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 279-289.



Manifesta consciência de que o seu partido, com a União Sagrada, quase se havia “desagregado”. A ligação ao Partido Democrático não fora pacífica e originara, efectivamente, a saída de alguns evolucionistas do seu partido: “vi — afirmava com angústia António José de Almeida — companheiros meus, alguns até amigos de infância, indo para outro lado por motivo da União Sagrada”<sup>84</sup>. Mas, como sempre, procura afirmar o seu optimismo, não só relativamente ao seu partido — “um partido, que, embora pequeno, tem sempre a alma grande, da grandeza necessária para poder receber a aspiração da nossa Pátria!” — , como também no que concerne às vantagens para o país da referida União, a qual teria sido afinal a causa de termos perdido o nosso isolamento, de termos mantido “as colónias intactas”, embora se pudesse dizer que não havíamos conseguido da nossa posição de vencedores “os resultados que deveríamos tirar”<sup>85</sup>.

Nesta perspectiva, António José lamenta que só afinal a guerra tivesse conseguido realizar a referida União e que a paz tivesse vindo terminar com essa miragem de unidade, que parecia ser, pelo menos em determinados momentos, um dos seus objectivos políticos. Mas não sucedera isso. Se a União Sagrada se decompusera, em Abril de 1917, com a afirmação da força democrática e com o aproximar da paz, também nesse ano de 1919, em Junho, depois de acalmada a tormenta interna, não fora possível, como teria sido desejável, a recomposição da União.

Desta forma, explicava, dirigindo-se especialmente ao coronel Sá Cardoso, que não poderia apoiar o governo democrático, embora mantivesse os seus compromissos republicanos e patrióticos. É bem o tom do discurso de António José de Almeida e, por isso e pelo seu significado no quadro da sua vida política, não poderíamos deixar de transcrever algumas das suas palavras:

Está portanto um ministério partidário no Poder; tem a sua maioria, maioria avantajada, maioria muito sua; tem o seu programa, tem um programa de partido, ratificado e rectificado, como disse o ilustre *leader* da maioria, o Sr. Álvaro de Castro. Tem este Governo elementos próprios para governar: caminhe, governe, marche.

Mas qual será a atitude do Partido Evolucionista? É simples e clara.

<sup>84</sup> *Discurso in ob. e vol. cits.*, p. 287.

<sup>85</sup> *Idem*, pp. 287-288.

Nós não podemos dar apoio ao Governo, porque somos o Partido Evolucionista; não somos o Partido Democrático. E que situação seria essa para o Governo, se nós fôssemos dar apoio a quem não precisa dele, a quem tem maioria para o apoiar?

A nossa atitude é de fiscalizadores; a nossa acção é de fiscalização, que tem de ser contínua, incessante, sucessiva, fiscalização de competência, umas vezes severa e ríspida, outras suave e facilitando a acção do Governo naquilo em que deve ser favorecido. Mas, única e simplesmente, fiscalização ou oposição que será leal, que será honesta, que será sincera, com sinceridade republicana (...). Será, como fiscalização, uma oposição que muitas vezes os apoiará, e conforme a gravidade dos erros que V. Ex.<sup>as</sup> praticarem, assim nós faremos as nossas observações e censuras. Eu creio que é esta a situação que V. Ex.<sup>a</sup> desejaria; é esta a que convém e que prestigia o Parlamento.

Mas então, perguntará V. Ex.<sup>a</sup>: é uma fiscalização constante, incessante, permanente, que fica sendo por assim dizer um guarda fiscal de todos os actos e palavras do Ministério, e que pode mais tarde transformar-se em obstrucionismo? Nada disso. É preciso sabê-lo. Nós somos homens duma só cara e duma só fé. Aquilo que um dia dizemos, cumprimos-lo-emos<sup>86</sup>.

Mas, António José de Almeida não será, pois, como dissemos, por muito tempo mais, líder da bancada evolucionista. Em breve será eleito presidente da República e tentará agregar as vontades nacionais. Procurará ser — como hoje é corrente dizer-se — “o Presidente de todos os portugueses”, o que em parte conseguirá. Mas foi a União Sagrada que possibilitou essa situação.

#### A concluir

Como presidente da República termina a actividade jornalística de António José de Almeida. Resta apenas o respeito para com o significado da Imprensa, conforme vimos.

O último artigo por ele publicado no próprio *Diário de Lisboa* em 15 de Junho de 1929 — certamente a sua última colaboração num periódico — não é, na verdade, tanto um texto de intervenção, mas uma homenagem póstuma a um escritor e jornalista muito considerado, João da Rocha<sup>87</sup>, que havia sido seu secretário parti-

<sup>86</sup> *Idem*, pp. 281-282.

<sup>87</sup> “João da Rocha”, in *Diário de Lisboa*, 15.6.1929.

cular durante a Presidência da República e em homenagem ao qual, nesse mesmo ano de 1929, seria publicado um *In memoriam*<sup>88</sup>.

Serão, porém, os jornais a fazer construir a sua memória desde os mais oficiais, como o *Diário de Notícias*, aos mais radicais, como *O Povo*. Mas será em reuniões no *Diário de Notícias* que irá surgir a ideia da estátua em sua honra. A primeira reunião efectuar-se-á poucos dias depois da sua morte e do seu funeral. Da reunião saiu a decisão de que se realizaria uma grande sessão na Sociedade de Geografia, que seria presidida pelo almirante Gago Coutinho, pelo que se nomeou uma comissão organizadora, constituída pelo almirante Aires de Sousa, pelo general Roberto Baptista, pelo arquitecto Alexandre Soares, pelo escultor Costa Mota (tio) e por Simões Raposo, Ribeiro de Carvalho e Eduardo Schwalbach. Em 31 de Outubro de 1937 será inaugurada em Lisboa a estátua de António José de Almeida.

Entretanto, o jornal *República* havia terminado em 1927, depois de ter sido dirigido, por altura da eleição de António José de Almeida para Presidente da República, por António Granjo, Ribeiro de Carvalho, Alberto Xavier. Em 1930 surgirá a II série dirigida por Ribeiro de Carvalho, e, depois, sucessivamente, por Carvalhão Duarte e por Raul Rego. Será um dos poucos jornais nacionais de oposição ao sistema salazarista.

---

<sup>88</sup> *João da Rocha – In memoriam*. Porto, 1929. Para além de António José de Almeida, a obra contava, entre outros, com textos dos seguintes autores, alguns já então falecidos: Henrique Lopes de Mendonça, Antero de Figueiredo, Raul Brandão, Afonso Lopes Vieira, Júlio Dantas, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro. Era ilustrado por vários artistas como, por exemplo, António Carneiro.

(Página deixada propositadamente em branco)

Isabel Baltazar  
*Universidade Nova de Lisboa*

O PROJECTO PORTUGUÊS DOS *ESTADOS UNIDOS DA EUROPA*  
DE SEBASTIÃO DE MAGALHÃES LIMA

Os Estados Unidos da Europa não constituem um sonho: existem já dentro da nossa mentalidade, dentro da nossa alma...

*Ortega y Gasset*

Neste estudo pretendemos apresentar a versão portuguesa dos *Estados Unidos da Europa* de Charles Lemonnier – por Sebastião de Magalhães Lima, um defensor do Republica- nismo com pendor de um socialismo utópico.

A Europa constituiu sempre objecto de reflexão por parte dos políticos, historia- dores e intelectuais em Portugal. No período que nos ocupa, a partir de 1870, essa reflexão acompanhou a própria reflexão sobre Portugal, procurando razões internas para a crise nacional, e encontrando na Europa uma saída para dar um futuro a Portugal.

É sobretudo neste contexto de problematização da identidade nacional que se pensa a Europa, ela própria, também, às voltas com o seu destino. A questão dos nacionalismos europeus exacerbados põe em risco a paz e a hegemonia europeias. A Europa corre perigos que precisam de ser acautelados. Por isso, os europeus procuram apontar caminhos e encontrar soluções para os conflitos que parecem não ter fim. E, de uma forma ou de outra, todos parecem concordar na necessidade de unir a Europa. Será nesse contexto que a várias vozes ouviremos a apologia dos Estados Unidos da Europa. Nesses europeus, estão, também, os portugueses que não deixam de pensar a Europa, ao mesmo tempo que se pensam a si próprios.

João Andrade Corvo é um bom exemplo. Na sua obra *Perigos* faz uma profunda análise da situação europeia, constatando que a Europa está em mudança, fazendo prever conflitos continuados entre as nações que a querem dominar. A vontade de poder das potências europeias está de tal forma acesa que são iminentes perigos para as nações mais pequenas; “No meio do perigo universal, é imenso o perigo para as pequenas nações. Onde a força domina só, os fracos são sacrificados à cobiça brutal dos fortes”<sup>89</sup>. Que fazer? O próprio responde: “É tempo de que a verdade se faça ouvir, para que a dissolução social não traga rapidamente à Europa uma época tenebrosa de feroz violência e de barbaria. Acudamos todos pelo direito, pela moral social e pela verdade. Quando são tantos e tão grandes os perigos olhem também nós, os portugueses, pelos nossos interesses. Proclamemos também os nossos direitos e mostremos ter a consciência dos nossos deveres e a força de os cumprir”<sup>90</sup>.

Perante tal gravidade, soluções difíceis se exigem para todos os que vivem na Europa. Mas, igual situação parece viver Portugal. Também este vive momentos difíceis para os quais procura uma saída. A um grande passado histórico, sucedem-se, agora, momentos de crise, que exigem um programa de salvação nacional, só possível pelo patriotismo de todos. Assim, tanto a Europa como Portugal parecem precisar de um rumo novo. A primeira resolvendo a guerra entre a França e a Prússia, conflito que abala o mundo civilizado; o segundo resolvendo as grandes questões nacionais. Para isso, muito ajudará, em sua opinião, uma boa ligação com Espanha: “Prova de bom juízo e de elevadas qualidades políticas é a constante harmonia que têm mantido até hoje em todas as suas relações as duas nações da Península, no meio das agitações gravíssimas que se sucedem na Europa, e das paixões que por vezes têm excitado o espírito público”<sup>91</sup>.

A Europa terá de recuperar o seu passado e desejar manter as suas raízes enquanto civilização. Por isso, há que evitar a constituição de impérios que absorvam as pequenas nações, sem as quais essa Europa perderá a sua identidade. O espírito europeu não pode ser mutilado. Para isso, precisa de afastar uma política de dominação

---

<sup>89</sup> João Andrade Corvo, *Perigos*, Lisboa, Typografia universal, 1870, p. 3.

<sup>90</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p. 98.

e conservar os pequenos estados, todos unidos para conservar a grandeza europeia: “Todas as grandes nações, apreciando os seus interesses com a elevação moral, que é do dever dos fortes manter nas suas resoluções e nos seus actos, devem trabalhar efectiva e eficazmente pela paz, e por dar à Europa uma constituição política assente no direito e na justiça, que assegure, quanto possível, a tranquilidade, a prosperidade e a liberdade dos povos”<sup>92</sup>. Nenhum estado europeu poderá ficar indiferente à guerra dos outros, todos perdendo com os perigos que ameaçam a civilização da liberdade e do direito. Grande é, por isso, a tarefa de uma Inglaterra que não poderá assistir, indiferente, à ruína de França, que conduziria à própria ruína da Europa. Como indiferentes não estão os próprios Estados-Unidos da América que abraçam a Europa de oriente a ocidente, aliando-se à Rússia e à democracia. Mas a guerra continua. Um império ameaça suceder a outro império. A gloriosa França do passado é esmagada pela poderosa Alemanha. A Turquia ameaçada; a Áustria em perigo, toda a Europa parece desmoronar-se. Mas ainda havia uma saída: pela liberdade e pela democracia. João Andrade Corvo termina com um aviso:

Contemplando ansioso a queda dos impérios, os desastres e angústias dos povos, a violência das paixões, a fúria cega das ambições e a onnipotência da força, o mundo descrê do poder da razão e da autoridade do direito. O mundo mede assustado a grandeza dos perigos que o cercam e o ameaçam. as bases morais da sociedade estão profundamente aluídas; e se a consciência humana não acordar e não opuser, enérgica e livre, as leis eternas da justiça aos abusos da força, a civilização terá de passar por longa e dolorosa provação, antes de entrar em nova era de progresso e liberdade<sup>93</sup>.

### Portugal nos *Estados Unidos da Europa*

Na mesma época, António Enes iria mais longe para afirmar a necessidade de integração de Portugal nos Estados Unidos da Europa: “compreendido nos Estados Unidos da Europa, Portugal seria respeitado e livre. O desequilíbrio de força, a desigualdade de população, riqueza, indústria, etc., entre os membros da associação não fariam perigar a independência de nenhum, porque protegeriam os interesses dos outros, e porque os grandes estados se subdividiriam constituindo federações.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, p. 146-147.

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, p. 162.

Anexados à Espanha actual seríamos absorvidos; associados com a Catalunha, Galiza, Aragão, Castela, etc., seríamos livres e poderosos: poderosos em relação aos membros da federação pela própria força, poderosos em relação às outras potências da Europa pela protecção legal e obrigatória da federação”<sup>94</sup>.

À sua semelhança, e muito anteriormente, também Lopes de Mendonça acreditara na vantagem de inserir Portugal nessa Europa Unida e que os Estados Unidos da Europa seriam um empreendimento forte<sup>95</sup>. Todos conheciam o projecto europeu e acreditavam na vocação europeia de Portugal.

### Os *Estados Unidos da Europa* de Charles Lemonnier - por Sebastião de Magalhães Lima

A apologia dos Estados Unidos da Europa teria em Portugal grande entusiasmo a nível das elites culturais<sup>96</sup>. Alguns limitavam-se a reproduzir o que era veiculado na Europa; outros adaptavam a situação europeia à realidade nacional. Mas todos mostravam não desconhecer a novidade do apelo aos *Estados Unidos da Europa* e, de formas muito variadas, e, por vezes, até opostas, davam, em Portugal, ecos desta nova realidade.

Curiosamente, o apelo aos Estados Unidos da Europa teria, em Portugal, dois grandes momentos de afirmação.

O primeiro seria, ainda, no século XIX, aparecendo ligado à própria afirmação da identidade nacional<sup>97</sup>. Nesse contexto, se compreende, também, a preferência por uma unidade europeia, a qual integrasse Portugal, face a qualquer outra forma de ligação do nosso país que significasse dependência e menoridade. Portugal na Europa manteria toda a “dignidade”, o que não aconteceria no caso de uma ligação especial a Inglaterra. Assim, é muito curioso como estávamos tão informados sobre o que

<sup>94</sup> António Enes, *A Guerra e a Democracia. Considerações sobre a situação política da Europa*, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1870, p. 23.

<sup>95</sup> Lopes de Mendonça, “Democracia portuguesa”, *Revolução de Setembro*, 23 de Outubro de 1952, p. 3.

<sup>96</sup> Curiosamente, o entusiasmo dos intelectuais não é acompanhado, da mesma maneira, pelos políticos. A estes últimos, a ideia não só não agradava como, na generalidade, ou era indiferente ou mesmo indesejada: o que queria era afirmar-se a ideia de nacionalidade, que nesta época sofria ameaças.

<sup>97</sup> Este tema será um momento fundamental de necessidade de afirmação da nacionalidade portuguesa face ao ultimatum de 1890. Será nessa época conturbada para o país, que não apenas os intelectuais ou políticos sentem a necessidade de Pensar Portugal, como, também, a opinião pública se “agitará” no sentido de garantir a independência de Portugal.



acontecia na Europa relativamente à ideia de uma unidade. Mais do que uma simples ideia, os *Estados Unidos da Europa* pareciam e apareciam, simultaneamente, como um Programa de Salvação Nacional.

O segundo momento, surgiria, como na própria Europa, a seguir à primeira Guerra Mundial, quando se pretendia encontrar uma saída para uma Europa arruinada e fragilizada face ao Mundo, e, por outro, quando se procurava encontrar uma solução duradoura e que evitasse uma nova guerra. Nessa perspectiva, Portugal, embora não tão envolvido “emocionalmente” como no primeiro caso, não deixava de se sentir parte dessa Europa e solidarizar-se com ela. Mas, os *Estados Unidos da Europa* eram agora pensados de maneira diferente: não de dentro para fora mas de fora para dentro; ou seja, perante os planos de salvação da Europa, e repare-se, não de salvação de Portugal, Portugal vai pensar a Europa, quando, anteriormente, pensava Portugal. Daí o entusiasmo europeu ser, agora, bem diferente, ou, melhor, tomar registos diversos. Mas, mais uma vez, defendendo ou não, como veremos, os *Estados Unidos da Europa*, o que se pretende é salvaguardar a posição de Portugal nessa Nova Europa que se deseja construir. Em todos os casos, Portugal tem sempre uma reflexão que precede a da própria Europa.

### O pioneirismo de Sebastião de Magalhães Lima

Sebastião de Magalhães Lima seria, entre nós, uma figura singular. Primeiro por defender a paz europeia, para a qual muito facilitariam os *Estados Unidos da Europa*.

E, sobretudo, por vir a difundir a obra de Charles Lemonnier<sup>98</sup>, precisamente intitulada *Estados Unidos da Europa*, numa versão portuguesa da sua autoria<sup>99</sup>.

Escrita em 1872, e apresentada em Portugal dois anos depois, aquela obra sintetiza bem o eixo central da problemática europeia. As páginas introdutórias partem da constatação de uma evidência: ninguém deseja a guerra mas a guerra existe. Todos são culpados. Governantes e governados tentam evitá-la, por um lado, mas contribuem para que se mantenha. Todos escrevem sobre o assunto. Políticos, filósofos, poetas, economistas e moralistas tentam encontrar razões para a guerra e soluções para a paz. No entanto, a guerra subsiste:

À hora em que escrevemos, ainda o mundo recua horrorizado, em virtude da luta travada entre a França e Alemanha. as duas nações, cujo acordo devia fundar a paz e a liberdade da Europa, revolveram-se ignominiosamente no sangue de seus filhos: uma toda inchada de haver alcançado uma vitória vergonhosa, outra não respirando senão vingança<sup>100</sup>.

Este é o estado da Europa: o conflito da Alsácia e Lorena; a França a pagar vinte anos de cesarismo; uma Alemanha convencida do seu poder; uma Europa de soldados e todos trabalhando pela destruição, enquanto os Estados-Unidos da América arrumam as armas:

---

<sup>98</sup> Charles Lemmonier foi um grande defensor do sansimonismo desde 1829, tendo, por isso, abandonado a docência de Filosofia no Colégio de Loreze, para conservar, segundo o próprio, toda a liberdade de pensamento. Após obter o grau de Doutor em Direito, em 1834, fica em Bordéus durante doze anos, continuando a escrever. Volta a Paris e participa na fundação da *Revista Religiosa e Científica*, que pouco depois seria suspensa, continuando, também, a difundir as ideias de Saint-Simon. Esteve presente no *Congresso da paz e da liberdade*, realizado em Genebra (1867) sob a presidência de Garibaldi, tornando-se um dos principais fundadores da *Liga da Paz e da Liberdade* e redactor do periódico *Estados Unidos da Europa*, órgão da Liga. Além de numerosos escritos políticos, jurídicos, económicos e filosóficos devemos salientar as obras *Determinar as bases de uma organização federal da Europa* (1869) e a *Questão Social* (1871), ambas importantes no contexto dos Congressos de Lausanne. A obra *Estados Unidos da Europa* (1874), aparece na sequência de ocupar a vice-presidência da Liga.

<sup>99</sup> Sebastião de Magalhães Lima, *Os Estados Unidos da Europa. A morte de dois inimigos: episódio da guerra franco-alemã*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1874.

Não conseguimos, como desejávamos, comparar a versão de Magalhães Lima com o original, embora o tivéssemos tentado na Biblioteca Nacional, em Lisboa e Paris. Sabemos, apenas, que existiu um periódico com o nome de *Estados Unidos da Europa* (1867) precisamente sob a direcção de Charles Lemonnier. No entanto, conseguimos apurar que a “obra” de Sebastião de Magalhães Lima não é, propriamente, uma versão dos *Estados Unidos da Europa* de Charles Lemonnier, mas uma tradução. O original intitula-se: *Les États-Unis d'Europe*, Paris, Place des Victoires, 1872. Não obstante a falta de originalidade, não deixa de ser interessante a sua divulgação em português, bem como os eventuais contactos entre ambos, na medida em que parece ser evidente que ambos os autores se conheciam bem, facto demonstrado até pela inclusão de páginas inéditas da sua segunda edição numa outra obra sua, *O Livro da Paz*.

<sup>100</sup> Sebastião de Magalhães Lima, *Estados Unidos da Europa*, p. 1.

Este sim, este é o exemplo d'um grande povo. Para ele não existe outro exército que não sejam as milícias, empregadas para a polícia de cada Estado. Enquanto ali se aplicam vantajosamente as forças intelectuais, físicas e morais, nós, o velho mundo europeu continuamos a sacrificar essas forças nas aras de uma prodigalidade insensata.

Prolongar-se-á, porém, semelhante estado de coisas?

Porque é que esta utopia da verdadeira paz; da paz definitiva, da paz permanente, hoje já uma realidade na América, não tomará vulto entre nós?

Acaso seremos nós condenados a falar sempre em justiça, sem nunca a atingir? porventura seremos nós os deserdados do verdadeiro e do belo? pois a nossa civilização há-de afogar-se eternamente no sangue de seus irmãos?

Então que somos nós, selvagens ou civilizados, não teremos nós força suficiente para realizar o justo?

Porque não imitará a Europa o exemplo da Suíça e dos Estados-Unidos?

Qual o seu segredo? Que tem a nossa geração empreendido para fundar a paz definitiva?

Porque se não realizaram as tentativas? Que esperamos pois? Sobretudo que devemos fazer para que esta esperança, do maior bem possível, se torne uma realidade? Em tão breves interrogações reside o plano da nossa obra<sup>101</sup>.

Começa a obra por uma análise do grande plano de Henrique IV, assim designado por Sully, por ser a primeira tentativa de realizar uma federação europeia, de povos e de governos. Seria uma República Cristã, sob a tutela do Papa, e nela haveria liberdade religiosa, de comércio e independência interior. No entanto, considera Lemonnier, que Henrique IV se esqueceu do essencial: a paz universal teria de fundar-se na inviolabilidade da pessoa humana e não no interesse. Também o projecto do abade de Saint-Pierre não servia a Europa.

Parecia ainda mais frágil do que o anterior, porque menos favorável à liberdade e à justiça. Propõe uma confederação de todos os soberanos mas desligada da ideia de evolução social, e de que a Europa geográfica e política não se altera. Se um simples tratado pode unir potências europeias, não pode, no entanto, fundir essas nações. Os estados não são nem homogêneos nem solidários a ponto de perderem a sua identidade histórica, política e cultural. Como tal, podem unir-se para um fim comum mas não fundir-se. Isso é evidente e isso foi esquecido pelo Abade de Saint-Pierre.

<sup>101</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

Constata Lemonnier: “As diferentes potências aliam-se, é verdade, contratam, unem-se em virtude de um simples tratado, mas não se fundem realmente em um mesmo corpo, não formam uma organização nova. Nota-se aqui uma justa posição apenas e não uma verdadeira união. Nenhuma das potências se desarma; nenhuma renuncia explicitamente ao direito de paz e de guerra; acima de todas e de cada uma não se encontra um poder mais forte, independente, que exerça uma acção eficaz e coercitiva”<sup>102</sup>.

Em conclusão, e segundo Lemonnier, faltava ao projecto homogeneidade de interesse e de organização, o desarmamento efectivo de cada membro da confederação e a formação de um governo superior que integrasse as finanças e os exércitos. Reconhece, no entanto, ao projecto a virtualidade de estabelecer as bases dos *Estados Unidos da Europa*.

Seria a vez de Kant. Vivendo num tempo de modernidade, novas serão, também, as suas ideias para a Europa. Segundo Lemonnier, enquanto o abade de Saint-Pierre viveu num velho mundo regulado por uma política velha, Kant era filho da revolução e, por isso, não se submetia, como o autor anterior, ao peso da tradição teológica e feudal; conseguia aliar a força do seu génio à modernidade e dar sentido à revolução. Compreendia bem o que era o iluminismo, como essa saída da menoridade, e tornaria fecunda essa maioridade:

Kant teve por si só a força do génio, como também a viva luz de uma consciência recta: melhor do que outros compreendeu e fecundou a ideia da revolução. Kant assistiu ao fim do século do qual o abade de Saint-Pierre não houvera conhecido senão um frouxo e ténue começo. Do fundo do seu gabinete de Koenigsberg viu ele caminhar a longa falange de filósofos, cujo caminho apresentava o surpreendente espectáculo de um novo mundo que então nascia<sup>103</sup>.

Enfrentando os novos tempos, soube encontrar soluções novas para os conflitos que insistiam em continuar; interessava pôr fim à guerra que, só seria eficaz se se fundamentasse em algo superior aos próprios tratados que a todo o momento podiam ser revogados. Assim, ao Direito Internacional teriam que acrescentar-se outras razões que ultrapassassem o domínio coactivo. Daí a pertinência dos *Fundamentos da*

---

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, p. 7.

<sup>103</sup> *Idem, ibidem*, p. 19.

*Metafísica dos Costumes*: mostrar que, para além da razão legislativa, existia uma razão moral, mais profunda e, por isso, fundamento daquela. Para aquele filósofo, as ideias políticas deviam subordinar-se às ideias morais e que só assim seria possível a paz, uma *Paz Perpétua*. Desta forma, sobre a justiça seria fundada a paz universal e inabalável entre os povos. A preparar esta teoria, surgiu, anteriormente, o opúsculo intitulado *Tentativa filosófica acerca dum projecto de paz perpétua*. A Paz Perpétua, ou mesmo temporária, parecia tardar. Na Europa os conflitos precipitavam-se:

Precipitaram-se porém os acontecimentos. O directório, o consulado, o primeiro império, a santa aliança, a restauração, derramaram trevas, que longe estão de ser dissipadas. A Prússia preparava entre sombras, a assolação de 1871. Presa dos imperadores e dos reis o povo ficou silencioso. Sobre a Alemanha e sobre a França brilhou a república, como um relâmpago. O segundo império mergulhou-nos na máxima abjecção. O resto sabe-se. A guerra rebentou. Para a Alemanha passou, debaixo doutra forma, a corrupção francesa. O povo, ébrio de egoísmo brutal enfeudou-se à altivez cesariana. Triunfou a imoralidade.

A Europa silenciosa e muda consente no roubo da Alsácia e da Lorena. O ódio derramou-se em larga escala. Franceses, ingleses, alemães, italianos, espanhóis: tudo foi dividido pela guerra.

Para onde voou esta folha dourada: tentativa sobre uma paz universal? Onde caiu esta semente? Quando germinará ela? Que aconteceu a Kant? É para ele que temos necessidade de nos voltar. Nem Bismark, nem Bonaparte o derrubaram. Sempre de pé o seu vulto majestoso, olhando e esperando<sup>104</sup>.

A guerra parecia fazer parte da natureza humana. Os tratados de paz eram precários, como precária era a justiça alcançada. Para unir povos seria necessário ultrapassar a pura legalidade ou o mero desejo de imitar povos unidos nascentes, como os Estados Unidos da América ou a confederação suíça. Era preciso ir mais além, ou seja, descer ao nível mais profundo que consistia em encontrar fundamentos morais para a paz. Era na consciência humana e não na história que se encontraria a saída. A federação europeia só poderia ser alcançada pela moral. Uma moral universal traduzida na prática republicana pela divisa — Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Vivendo segundo os princípios da moral seria possível uma federação de povos, unidos pelos mesmos fundamentos, vivendo para um mesmo fim. Assim, sem abandonarem os sentimentos de pátria e de patriotismo, sentir-se-iam, simultaneamente,

<sup>104</sup> *Idem, ibidem*, p. 20.

unidos a todos os povos numa vivência cosmopolita que muito poderia contribuir para a verdadeira paz. Uma federação de povos unidos pelos mesmos princípios: eis a solução encontrada pelo filósofo da moral.

Para encontrar uma saída para a crise da Europa lembremos Saint-Simon. O político que procurava, também, em 1796, um Projecto de Paz Perpétua; a reorganização da sociedade europeia; necessidade e meio de reunir os diferentes povos da Europa num só corpo político, garantindo a cada um a sua independência nacional. Segundo aquele autor, a Europa unida do cristianismo medieval perdera-se desde Vestefália. A partir daí as guerras sucediam-se e a paz era precária. Por isso, “o único meio de estabelecer na Europa uma paz duradoura é reunir os povos em uma única organização. (...) Deveriam todas as nações europeias ser governadas, cada uma por um parlamento nacional, concorrendo assim para a formação de um parlamento geral, cuja missão seria decidir acerca dos interesses comuns a toda a sociedade europeia.

Numa palavra, a Europa teria a melhor organização possível, se todas as nações que ela encerra, sendo governadas, cada uma por um parlamento, reconhecessem a supremacia de um parlamento geral, colocado acima de todos os governos nacionais, e investido do poder de julgar as suas contendas. Observada esta fórmula, aliás muito clara e precisa, nada mais nos restaria do que traçar a constituição de um parlamento europeu”<sup>105</sup>. Criticando o princípio hereditário da realeza europeia e defendendo a autonomia dos diferentes povos, Lemonnier tinha, ainda, dúvidas, da exequibilidade de um parlamento europeu. Por isso, procurava outra solução para o estabelecimento de uma federação europeia.

### Por uma federação europeia

Uma experiência assinalável foi a constituição da *Sociedade da Paz* na Inglaterra, à semelhança do que acontecia na América. Uma paz fundada em princípios religiosos que não podia, por isso mesmo, admitir a guerra. No entanto, esta organização provou não funcionar em momentos de guerra, como aconteceu em 1855, entre a

---

<sup>105</sup> Saint-Simon, *Projecto de Paz Perpétua*. Citado por Charles Lemonnier, op. cit., p. 24.

França, Inglaterra e Rússia. Continuou os seus esforços, convocando um Congresso para a Paz durante a exposição de Paris e pela publicação do seu órgão de comunicação *O Mensageiro da Paz*, além de outros escritos procurando demonstrar a necessidade da Paz na Europa. Outros congressos europeus aconteceriam todos com o mesmo fim.

O ano de 1867 seria decisivo em termos de Projectos para a Paz. Em Havre surgiria a *União da Paz* por iniciativa de M. Santallier; em Paris formava-se a Liga internacional e permanente da paz e em Génova, durante um desses Congressos para a Paz, nasceria a Liga internacional da paz e da liberdade. A primeira, muito ficou a dever a um dos fundadores, Frederico Passy, que, paralelamente, a difundia no jornal *O Tempo*. Constituída a 3 de Maio do referido ano, continuava os objectivos da Sociedade de Londres, mas, afastando todas as questões sociais, centrava-se, exclusivamente, em defender a paz. Para isso, muito contribuíram nomes como Miguel Chevalier, Arlés Dufour, Padre Jacinto, Martin Paschoud e Izidoro. Prestando grandes serviços à Europa, faltou-lhe, no entanto, perceber que sem constituir um estado jurídico internacional e fundamentar-se na liberdade dos povos, pouco avançaria nos seus objectivos. Caracterizando-se pela neutralidade política, a Liga conseguiria muitos adeptos, sobretudo da burguesia, propagando os grandes princípios da independência, justiça e respeito mútuo das nações, advogando a arbitragem dos conflitos em vez de medidas violentas de guerra. Este movimento cresceria e transformar-se-ia na *Sociedade dos Amigos da Paz*. Paralelamente, a Liga Internacional da Paz e da Liberdade afirmaria, profundamente, um programa político. Charles Lemmonier conta-nos como tudo começou:

No momento em que o incidente do Luxemburgo acabava de abalar a Europa, a 5 de Maio de 1867, o redactor do *Phare de la Loire*, E. Mangin, propunha nestes termos a reunião dum congresso europeu de paz: Em França permite a lei a reunião de vinte pessoas. Aproveitando-se desta faculdade harmonizar-nos-emos nós em cada centro mais importante, formando clubes, cujos delegados reclamarão, por intermédio da imprensa, a adesão escrita e mesmo motivada dos seus concidadãos. E assim, de posse destes mandatos, destas adesões e destes novos cadernos populares, comparecerão os delegados na sede do congresso, para aí fixar publicamente a base da união dos diferentes povos<sup>106</sup>.

---

<sup>106</sup> Charles Lemmonier, op. cit., p. 30.

Assim era anunciado o lançamento desta iniciativa para a paz. Iniciativa que se espalharia rapidamente pela Europa conseguindo adeptos de grande relevo<sup>107</sup>. Na Suíça organizar-se-ia, imediatamente, um centro internacional do movimento e, assim, se realizaria o primeiro Congresso de Paz e da Liberdade, em Génova, a 9 de Setembro de 1867, sob a presidência de Garibaldi, mostrando, assim, a adesão, também, da Itália<sup>108</sup>. Nunca nenhum outro movimento tinha tido uma receptividade tão espantosa<sup>109</sup> e resultados tão visíveis. Logo no primeiro Congresso foram tomadas resoluções em prol dos futuros **Estados Unidos da Europa**:

Considerando que os grandes Estados da Europa se têm mostrado incapazes de conservar a paz, assim como de manter o desenvolvimento regular de todas as forças morais e materiais da sociedade moderna;

Considerando mais que a existência e o aumento dos exércitos permanentes constituindo a guerra no estado latente, são incompatíveis com a liberdade e o bem estar de todas as classes da sociedade e muito principalmente com a classe operária;

O congresso, desejoso de fundar a paz, a democracia e a liberdade:

Decide:

Que seja fundada uma liga de paz e da liberdade, verdadeira federação cosmopolita;

Que seja dever para cada membro desta liga o estabelecimento da opinião pública acerca da verdadeira natureza dos governos, executores da vontade geral, e acerca dos meios de extinguir a ignorância e os prejuízos que hoje alimentam as diferentes guerras;

Que se envidem todos os esforços possíveis afim de operar a substituição dos exércitos permanentes pelas milícias nacionais;

Que se ponha em plena evidência a situação das classes laboriosas e deserdadas, afim de que o bem estar individual e geral, venha consolidar a liberdade política dos cidadãos;

---

<sup>107</sup> Devemos salientar os nomes de Luis Blanc, Luís Buckner, Victor Hugo, Quinet, Bourdilon, Carnot, Favre, Pelletan, Acollas, Luis Simon, Lemonnier, Littré, entre muitos outros que aderiram a este movimento.

<sup>108</sup> Jollisaint assumiria a presidência efectiva do congresso e Barni a vice-presidência.

<sup>109</sup> É de salientar que o número de votados excedeu os 10. 666 membros e de participantes 60. 000 de todos os países.



Além disto instituirá o congresso ainda um centro permanente, cujo órgão será um jornal franco-alemão, debaixo do seguinte titulo: Os Estados Unidos da Europa<sup>110</sup>.

Para dar continuidade à ideia dos Estados Unidos da Europa, sairiam logo a seguir ao primeiro Congresso da Paz, dois números do que viria a ser um periódico regular em prol da unidade europeia<sup>111</sup>. O seu título não podia ser mais explícito - *Estados Unidos da Europa* - e era, na prática, o órgão da Liga internacional da paz e da liberdade, tendo como objectivo principal preparar a criação dos futuros Estados Unidos da Europa.

Outros congressos da liga foram, entretanto, acontecendo<sup>112</sup>. Proclamando os perigos dos exércitos permanentes, necessidade de reformas sociais fundamentadas na liberdade, necessidade de separação entre Igreja e Estado, desejo de constituir uma federação republicana europeia e o reconhecimento dos direitos humanos, económicos, civis, sociais e políticos das mulheres. No âmbito do projecto dos Estados Unidos da Europa é de destacar o terceiro congresso, em Lausanne (1869), sob a presidência de Victor Hugo, que teve como principal finalidade estabelecer as bases de uma organização federal europeia. Vale a pena reflectir sobre os seus resultados:

Considerando que a causa fundamental e permanente do estado de guerra no qual se acha mergulhada a Europa, é a completa ausência de uma instituição jurídica internacional;

Considerando que a primeira condição para que um tribunal internacional substitua por decisões jurídicas as soluções que a guerra e a diplomacia em vão pedem à força

<sup>110</sup> Resoluções do primeiro *Congresso para a Paz*, em Génova, 9 de Setembro de 1867. Citado por Charles Lemonnier, op. cit., p. 31.

<sup>111</sup> O jornal *Estados Unidos da Europa* saíria primeiro em Novembro e Dezembro de 1867, em Berne, e posteriormente, a partir de 6 de Janeiro de 1869, passaria a ter uma periodicidade regular, saindo naquela cidade suíça todos os Domingos, escrito em duas línguas, francesa e alemã, sob a direcção do sr. Vogt. Após uma posterior interrupção de nove meses, passaria a ser um boletim mensal, desta vez tendo como lugar de publicação a cidade de Génova, dirigido por Barni e escrito em língua francesa. Teria nova interrupção em Outubro de 1870, voltando a ser retomado em 1872, desta vez com saída à quinta-feira. Este jornal podia ser assinado na rua Des Savoises, n.º 35, em Génova, pela importância anual de oito francos. Curiosamente, em Portugal também podia ser encontrado ou assinado na Livraria Internacional, em Lisboa, Rua do Arsenal n.º 96.

<sup>112</sup> São de referir os seguintes: depois do primeiro, em Génova de 9 a 12 de Setembro, seguiu-se o de Berne de 22 a 26 de Setembro de 1868; em Lausanne de 14 a 18 de Setembro; Em Bale a 18 de Julho de 1870 e novamente em Lausanne de 25 a 29 de Setembro de 1871. É de notar que o quarto congresso estava agendado para Zurich em Setembro daquele ano, mas, em virtude da guerra, não só foi antecipado como, também, deslocado para Bale.

e à astúcia, é que esse tribunal seja directamente eleito e instituído pelo povo, tendo, por regra, as decisões das leis internacionais, votadas por esses mesmos povos;

Considerando que, qualquer que seja a autoridade dum tribunal, a execução das suas decisões, para ser efectiva, deve ser sancionada por uma força coercitiva;

Considerando que uma tal força não pode legitimamente existir, a menos que não seja regulada e constituída pela vontade directa dos povos;

Considerando que o conjunto destas três instituições; uma lei internacional, um tribunal que aplica a lei, e um poder que assegura a execução das decisões deste tribunal, constitui um governo;

O Congresso decide:

Que o único meio de fundar a paz na Europa é a formação de uma federação de povos sob a denominação de Estados Unidos da Europa.

Que o governo desta união deve ser republicano e federativo, isto é, filho da soberania do povo e da autonomia de cada um dos membros da confederação;

Que a constituição deste governo deve ser perfectível;

Que nenhum povo poderá entrar na confederação europeia a menos que não tenha já o pleno exercício:

Do sufrágio universal;

Do direito de votar e de rejeitar o imposto;

Do direito da paz e da guerra;

Do direito de concluir ou de ratificar as alianças políticas ou os tratados de comércio;

Do direito de aperfeiçoar por si mesmo a constituição<sup>113</sup>.

Os congressos seguintes iriam aprofundar as resoluções anteriores e desenvolver outras, muito particularmente as questões sociais, seguindo a tradição da revolução europeia de 1789 e o exemplo dos Estados Unidos da América:

---

<sup>113</sup> *Resoluções do terceiro congresso da paz, em Lausanne* (1869). Citado por Lemonnier, op. cit., p. 32-33.

Este carácter da liga tem sobretudo, por fim, mostrar à sociedade que o espírito dela não é subversivo. A liga não caminha ao acaso. Tem luzes que lhe estabeleceram o caminho. Aqueles que julgarem a liga errónea, devem, pelo menos, prestar homenagem a tão generosa tentativa. Declarando, no seu último congresso, que a questão política, a questão social e a questão moral não tinham outro princípio que não fosse a justiça; e que a justiça de que tantas vezes se fala, não é em si mais do que a aplicação da autonomia e da pessoa, a liga tem a nosso ver, não só encadeado todas as verdades práticas, por ela aceites desde a sua origem, mas até estabelecido, perante o velho princípio da autoridade, o verdadeiro princípio de direito moderno<sup>114</sup>.

O fim da liga seria a paz, uma paz que devia ir do individual ao universal, uma paz ligada aos valores da liberdade, igualdade e fraternidade; valores conjugados nessa federação europeia que a liga sonhava criar. Estes não absorviam as pátrias individuais mas uniriam essas pátrias numa república universal<sup>115</sup>.

Finalmente, o último capítulo da obra aplaudida por Magalhães Lima é sobre os “Estados Unidos da Europa”. Idealizados por Mazzini, proclamados na cena política por Victor Hugo, eram, então, explicados e justificados por Charles Lemonnier. Servindo-se do exemplo americano, mostrava como todos os seus trinta e seis estados mantinham a individualidade embora reunidos num só corpo — a federação. Todos se encontravam unidos pelo laço federal que lhes dava identidade. Mas todos viviam segundo os seus interesses particulares, embora tendo interesses comuns defendidos por um governo geral. Transportando este modelo federal para a Europa o que aconteceria? Em vez de estados particulares apareceriam as nações europeias:

São trinta e seis Estados, que, num só corpo, reúnem a federação americana. Cada um destes Estados forma uma nação à parte: cada um tem as suas fronteiras, cada um o seu parlamento, cada um o seu governo, os seus magistrados, a sua polícia, as suas finanças, a sua bandeira; cada um é regido por leis próprias. E observemos mais: cada um tem a sua milícia; nenhum tem exército. Por mais que entre eles existam diferenças de riqueza, de forças, de população, de território — tem, todavia, cada estado a sua plena independência, e a sua plena autonomia; vivendo cada um a seu modo e do seu trabalho. Nova York tem quatro milhões de habitantes; Rhode-island tem duzentos mil apenas. E como poderá ser isto assim? É que cada um se acha unido aos outros pelo poderoso laço de um

<sup>114</sup> Charles Lemonnier, op. cit., p. 34.

<sup>115</sup> Dentro deste espírito de fraternidade universal agiu Arnaud Goegg, um dos fundadores da liga, indo pedir auxílio aos Estados Unidos da América na construção dos Estados Unidos da Europa... (1872).

governo federal. Estes trinta e seis estados, estas trinta e seis nações constituem um único povo — *o povo dos Estados Unidos da América*<sup>116</sup>.

### Os Estados Unidos da Europa

Eis o exemplo paradigmático de como seria possível constituir os *Estados Unidos da Europa*. À semelhança dos americanos, cada um dos estados conservaria a sua identidade, sendo apenas ligados pelo laço federal que os uniria interna e externamente. Mas cada um, além de preservar a sua individualidade, manteria, também, os seus interesses específicos, pondo, apenas, em comum o que fosse do interesse geral. Era este, aliás, o significado do federalismo preconizado, que, unindo, não eliminava a soberania dos seus estados. Charles Lemonnier explica bem como os Estados Unidos da Europa poderiam seguir o modelo americano:

Transportemos agora o pensamento, tendo em vista, já se vê, as numerosas modificações, exigidas pelas diferenças dos lugares, dos costumes e das tradições, transportemos da América, para a Europa, a constituição política, cujo esboço acabámos de traçar. Em vez dos Estados particulares, cuja união forma os Estados Unidos da América, pensemos nas principais nações da Europa — a França, a Alemanha, a Itália, a Inglaterra, a Espanha, a Áustria, a Grécia, a Bélgica, a Suíça, a Holanda, a Dinamarca, a Suécia e Portugal; — suponhamos que estas nações ou algumas delas, como por exemplo a Itália, a França, a Suíça, a Bélgica, a Inglaterra e Portugal estabelecem entre si uma federação análoga à federação americana. Suponhamos ainda que cada uma destas nações, graduando a sua plena autonomia, a sua independência, o seu governo, a sua administração interior, consente em formar um governo geral europeu, ao qual seria confiada a administração dos interesses gerais e comuns da federação, de tal modo que, em vez dos Estados Unidos da América tivéssemos nós os Estados Unidos da Europa. Sobre a dificuldade da execução falaremos mais tarde. Por agora convém que todos nós nos compenetrems da moralidade e da grandeza de semelhante empresa<sup>117</sup>.

Repare-se no realismo do autor. Os Estados Unidos da Europa eram apresentados como um projecto difícil de realizar. No entanto, o seu modelo era levado até às últimas consequências: um único exército, liberdade de comércio, uma verdadeira união económica, social e política. Todos ganhariam. Poupar-se-iam recursos financeiros e as nações estariam unidas pelos interesses comuns. Naturalmente, a paz

<sup>116</sup> Charles Lemonnier, op. cit., p. 36.

<sup>117</sup> *Idem, ibidem*, pp. 37-38.

seria um resultado dessa união, e, assim, as nações federadas ganhariam em felicidade e riqueza dos seus povos. No entanto muitos obstáculos ainda permaneciam.

A federação europeia encontraria obstáculos ligados a interesses dinásticos, clericais, ignorância popular e orgulho nacional. Os primeiros submetendo o povo ao direito divino, tornava-os dependente de um poder que não servia os interesses dos povos; contrariamente ao direito moderno em que só a consciência deve ser soberana e expressara a sua vontade através do sufrágio universal, no antigo direito - o direito divino - a soberania era real ou imperial. Assim, considerava a hereditariedade do poder contrária ao interesse dos povos que só podiam ser servidos por um governo republicano. Mas esse percurso histórico - político seria demorado e, consequentemente, longínquos seriam, também, os Estados Unidos da Europa<sup>118</sup>.

Embora os interesses clericais fossem por ele considerados muito menos influentes do que os dinásticos, não deixavam, ainda, de influenciar as consciências humanas. No entanto, à medida que se ia aprofundando a separação entre Igreja e Estado se tornaria menos pesada essa influência, não obstante a Igreja continuasse a tentar interferir nos assuntos estatais<sup>119</sup>. Mas o autor acreditava na própria evolução da Igreja, que não deixaria de reconhecer as virtudes do liberalismo e de se afastar do ultramontanismo. Mas, não podia deixar de reconhecer o grande peso social da ignorância. O povo era ignorante e, contra este facto, não se encontrava grande saída. Bastava olhar os níveis de instrução pública das nações europeias para constatar esta realidade. França, Espanha, Itália, Áustria, Rússia, Irlanda e Portugal eram algumas das nações referidas, cheias de superstições que abafavam qualquer racionalidade. Assim, e antes de mais, exigia-se um programa de instrução pública:

Vemos que foi a falta de instrução pública o principal elemento da estagnação. É este o facto que nos deve guiar. Os nossos deveres acham-se por si resumidos no seguinte

---

<sup>118</sup> Charles Lemonnier é, tal como Magalhães Lima, um republicano convicto. Por isso, não será de estranhar que a idealização que faz dos Estados Unidos da Europa só possa estar associada à conjugação de estados republicanos. Por isso, e referindo-se, por exemplo, ao caso inglês, ele espera que as ainda monarquias europeias se convertam em repúblicas para, posteriormente, poderem ser constituídas numa federação europeia. Por isso, tem consciência da demora deste projecto em tornar-se realidade embora acabe por admitir que será possível uma união europeia entre nações republicanas e monárquicas, mas, sempre na esperança da mudança...

<sup>119</sup> Neste caso, o autor refere-se à encíclica *Syllabus* e ao elenco dos “perigos” do liberalismo.

programa: — *a paz pela liberdade, a liberdade pela instrução*. O primeiro inimigo a combater é a ignorância. Sem o concurso espontâneo dos cidadãos é impossível realizar a evolução política, cujo termo deve ser a criação dos Estados Unidos da Europa. A força de nada vale. A violência é o retrocesso. Um só meio a fará desenvolver — a completa emancipação do indivíduo pelo derramamento da ciência. O começo da ciência está hoje, mais do que em nenhuma outra coisa, na propagação, fundação e desenvolvimento da instrução pública<sup>120</sup>.

No entanto, existia outro obstáculo à concretização dos Estados Unidos da Europa: o orgulho nacional. O estabelecimento da federação europeia encontrava este problema que se confundia com um ilusório patriotismo. Este fanatismo patriótico acabaria por impedir a federação europeia em nome de um amor à pátria, não percebendo que a federação procurava unir os interesses dos seus povos, impedindo o maior dos perigos — a guerra. Um governo europeu tornaria os seus povos muito mais unidos nas causas e cautelosos nas desuniões, conscientes de que as mesmas causariam danos a todos os envolvidos na federação europeia. Uma economia de escala, um único tribunal, fins sociais comuns com diminuição de custos, seriam alguns dos benefícios imediatos dos Estados Unidos da Europa.

Por fim, em conclusão, confessava tal empreendimento político uma utopia mas, por isso mesmo, capaz de transformar-se em realidade:

E a que distância, dirá o leitor, estamos nós desta sublime utopia?

Afoitamente podemos asseverar que nos achamos à distância que muito bem quisermos. A cada um de nós pertence o transformar a utopia em realidade. Não deixemos ao vizinho o cuidado. Compreendamos a sua necessidade ao menos. Se bem nos explicá-mos, o leitor deve ver que o princípio sobre o qual se baseia a fundação dos Estados Unidos da Europa é o mesmo princípio da república, o qual não é outra coisa do que a aplicação da moral.

Sem o ensino dos Estados Unidos da Europa, não pode haver uma educação. sem fazer germinar este princípio em todos os corações, é impossível a justiça, não só para com os nossos operários, como para os nossos mestres, como para os nossos servos. Os Estados Unidos da Europa são a continuação da revolução, não a revolução francesa mas europeia de 1789 a 1791. Nada se fará no futuro que não seja primeiramente precedido dos Estados Unidos da Europa. Deles dependem a liberdade, a fraternidade, a emancipação da

---

<sup>120</sup> Charles Lemonnier, op. cit., p. 41-42.

mulher, etc. etc. Trabalhando pela ignorância, pela tirania, pelas dinastias, pela servidão, pelo erro, trabalhamos contra eles. Eles brilham no futuro, ao lado da luz. Afastai-vos das trevas e caminhareis rectamente<sup>121</sup>.

Palavras esclarecedoras que bastavam por si mesmas e fazem perceber que, afinal, os Estados Unidos da Europa podiam não ser uma utopia. Só do ponto de vista retórico o autor assim os considerava. Na prática, já os via iniciados nas revoluções europeias e, pouco a pouco, edificados em pequenas, mas importantes, realizações concretas. Sem anular as nacionalidades nem os patriotismos, a federação europeia vai construindo os seus alicerces. Na base estava o sufrágio universal. A federação europeia podia começar quando, apenas, duas nações republicanas se unissem. Aí estaria o princípio dos Estados Unidos da Europa.

Parecia que o projecto de Charles Lemonnier, defendido e apresentado por Sebastião de Magalhães Lima estava concluído. No entanto, outras páginas se seguiriam, também, trazidas em primeira mão para Portugal por este. Curiosamente, fomos encontrá-las numa obra sua *O Livro da Paz*<sup>122</sup> precisamente no seu final. Uma leitura apressada nem daria conta desse último capítulo intitulado “Os Estados Unidos da Europa”, por aparecer de certa forma desligado do resto da obra. Mas as suas páginas estão lá e dizem ser inéditos da segunda edição da obra daquele autor francês. Isso dá-nos a convicção da importância atribuída por Magalhães Lima àquela “utopia” por um lado, e, por outro, como ele comunicava com o seu autor, ao ponto de conseguir apresentar as últimas “novidades” do projecto.

#### Uma versão portuguesa dos Estados Unidos da Europa?

Em vez do anterior seguidismo, passava a haver alguma originalidade em português. Duas citações aparecem de início, a primeira de Magalhães Lima: “*E pluribus in unum* (Muitos num). Era esta a nobre divisa dos Estados Unidos da América e será esta a fórmula dos futuros Estados da Europa”<sup>123</sup>. A segunda de Pierre Leroux:

<sup>121</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

<sup>122</sup> Sebastião de Magalhães Lima, *O Livro da Paz*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895.

<sup>123</sup> *Idem ibidem*, p. 219.

“A humanidade existiu virtualmente antes das nações e existirá depois delas; por isso mesmo que o fim das nações é constituí-la”<sup>124</sup>.

78

As páginas de Lemonnier apresentam as condições indispensáveis à constituição de uma federação, referindo e apreciando os projectos de Lorimer e Bluntschli. A primeira condição para formar uma federação seria a vontade dos governos das nações e dos seus cidadãos. Só a livre adesão é que pode torná-la sólida e duradoura. Depois harmonizar as constituições que proporcionasse entre as nações o adequado laço federal, sempre na perspectiva de que era possível melhorá-las para melhor se adaptarem aos seus povos. Lorimer parecia seguir, sem conhecer, as ideias de Saint-Simon e da Liga internacional da paz e da liberdade. *Apresenta um tratado em que todos os Estados serão convidados a tomar parte*. Reduzindo as forças nacionais de cada estado, estabelecer-se-ia um governo internacional. Por seu lado, Bluntschli admitia uma constituição europeia que integrasse os direitos dos povos e que os estados se pudessem desenvolver livremente. Não concordava com Lorimer na ideia de que exista um povo europeu, semelhante ao americano ou ao suíço. A verdadeira união política não seria possível em povos que desejassem, acima de tudo, afirmar a sua nacionalidade. Criticando esta posição, Charles Lemonnier considerava que era na república e pela república que os povos se realizavam e podiam formar uma federação europeia. As repúblicas federadas são o primeiro passo da constituição dos Estados Unidos da Europa e de um povo unido europeu.

Mas não seria só pela obra *Estados Unidos da Europa* que Sebastião de Magalhães Lima divulgaria aquela ideia. A unidade europeia perpassando toda a sua obra, quase sempre explicitamente, mas por vezes de forma oculta, que só a ligação entre as ideias permite descortinar. Essa presença ausente foi, também, uma forma doutrinária de “pregar” um evangelho político que, muitas vezes, usa outras expressões para significar o mesmo, como é o caso da já citada obra *O livro da Paz*.

Aquele livro, nada pacífico no debate político, vinha divulgar uma ideologia republicana de base, cujos princípios doutrinários se fundamentavam nas ideias de Paz e de Liberdade, que, em última instância conduziam a esses *Estados Unidos da*

---

<sup>124</sup> *Ibidem*.



*Europa*. O próprio título é elucidativo, assim como o prefácio assinado por Émile Arnaud, presidente da Liga da paz e da liberdade, bem revelador das relações próximas entre estes intelectuais. Sebastião de Magalhães Lima estava por dentro da problemática em causa e participava nela. Prova disso são, também, as cartas recebidas de escritores e publicistas da época, que apresenta na obra referida. Esta foi, aliás, dedicada “à memória sacratíssima de Charles Lemonnier, o grande e devotado amigo da paz e da justiça, apóstolo intemerato da federação e glorioso evangelista dos *Estados Unidos da Europa*”<sup>125</sup>.

*O livro da Paz*, oferecido, dedicado e consagrado a Charles Lemonnier, é, a nosso ver, o resultado da leitura e tradução dos Estados Unidos da Europa daquele autor. Seria, agora sim, a versão em português da obra francesa, que se quer difundir mas, também, adaptar ao caso nacional. O seu prefácio comprova esta tese; assinado por Émile Arnaud que parece fazer de ponte entre as duas nações, unindo-as pelo ideal e por homens que o desejam ver real. Reconhecia que Sebastião de Magalhães Lima usara a obra de Charles Lemonnier como um catecismo político, divulgando-a não só em Portugal como em Espanha, ainda enquanto estudante universitário. Desejava, assim, pôr em prática o ideal dos Estados Unidos da Europa de Carlo Cattaneo e os Povos Unidos da Europa de Victor Hugo, um primeiro estádio dos Povos Unidos da Humanidade. Uma política da paz: “é esta a política de Emanuel Kant, de Victor Hugo, de Charles Lemonnier, de Aurélio Saffi, de Luís Ruchonten, e é esta também a política de Pi y Margall, de Salmeron, de Zorrilla, de Teófilo Braga e de Magalhães Lima. Desejaremos que seja igualmente a dos nossos leitores, e por isso mesmo e graças a eles — a da Europa inteira!”<sup>126</sup>.

Sebastião de Magalhães Lima mostrava, assim, como conhecia de perto Charles Lemonnier; conviveu com ele, em Paris, e apreendeu a essência do seu espírito e da sua obra, à qual, de resto, dedicou a vida. Um apóstolo da paz e da federação entre as nações, única garantia para uma paz duradoura. O primeiro capítulo daquela obra trata da guerra, o maior dos flagelos da humanidade. Era necessária a sua abolição e preservar a paz. Só ela permitia a justiça, liberdade e autonomia dos povos. Fazendo a

<sup>125</sup> *Idem, ibidem*, dedicatória, p. 5.

<sup>126</sup> Emile Arnaud, *Prefácio* à obra de Sebastião de Magalhães Lima, p. 9-10.

história do movimento pacífico, citava o exemplo de pessoas e nações que fizeram a paz, os “amigos da paz”, incluindo mulheres que muito contribuíram para aquela causa.

Sebastião de Magalhães Lima não se poupou a veicular as ideias em que acreditava. Parecia fazê-lo como uma missão, e destinado a cumpri-la, ia pregando o seu evangelho político. É esse o sentido da sua obra *A Vida dum Apóstolo*<sup>127</sup>, onde retratou os momentos fundamentais da sua acção política, bem como o seu livro de memórias, *Episódios da Minha Vida*<sup>128</sup>. A estes, e para o tema em questão, devemos juntar um outro, *Terras Santas da Liberdade. França imortal, Portugal Heróico*<sup>129</sup>. Este último, e primeiro a ser escrito, é uma compilação de conferências onde se percebe o envolvimento político de Sebastião de Magalhães Lima. Aqui, era já bem visível, expressamente, a defesa dos Estados Unidos da Europa paralelamente à da unidade dos portugueses na afirmação de Portugal no mundo.

Nos *Episódios da Minha Vida*, este político ia mais longe e aspirava mesmo a uma espécie de Estados Unidos do Mundo, um mundo que precisava de se unir para servir a humanidade, numa fraternidade universal: “Os continentes fraternizam. A Europa é a América, e a América é a Europa. O Pan-Lusitanismo! A confederação entre povos afins será uma resultante lógica da evolução que se desenha já no horizonte como a única solução racional que os acontecimentos hão-de impor<sup>130</sup>.”

Finalmente, *A Vida dum Apóstolo*, um apóstolo da liberdade, igualdade e fraternidade, valores que entendia realizarem-se pela e na República que, tão fervorosamente, pregava<sup>131</sup>. Uma República que, unindo-se a outras, formaria uma República Universal. Para este evangelho político muito contribuíram figuras como Anatole de la Forge, Augusto Vaquerie ou Charles Lemonnier, que determinariam o seu pensa-

<sup>127</sup> Sebastião de Magalhães Lima, *A Vida dum Apóstolo*. Colectânea organizada por Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930.

<sup>128</sup> Sebastião de Magalhães Lima, *Episódios da minha vida. Viagens, homens e factos*, Lisboa, Livraria Universal de Armando Tavares, 1923.

<sup>129</sup> Sebastião de Magalhães Lima, *Terras santas da Liberdade. França Imortal, Portugal Heroico*, Lisboa, Sociedade Typográfica Editora, 1917.

<sup>130</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

<sup>131</sup> A este propósito refira-se a obra de Sebastião de Magalhães Lima, *Pela Pátria, Pela República*, Porto, Casa Editora Alcino Aranha e C<sup>a</sup>, 1880.

mento, como o próprio reconheceria: “Quando em 1878 visitei Paris, pela primeira vez, o meu maior desejo e a minha primeira aspiração foi estabelecer relações com alguns desses raros espíritos que a minha imaginação havia preadivinhado à distância”<sup>132</sup>. Segundo o lema “A Paz pela liberdade e por amor da justiça”, seria posto em prática o princípio federativo, ou seja, seriam edificados os Estados Unidos da Europa.

### Bibliografia:

- CORVO, João Andrade, *Perigos*, Lisboa, Typografia universal, 1870.
- ENES, António, *A Guerra e a Democracia. Considerações sobre a situação política da Europa*, Lisboa, Imprensa de Sousa Neves, 1870.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *A Vida dum Apóstolo*. Colectânea organizada por Álvaro Neves, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Episódios da minha vida. Viagens, homens e factos*, Lisboa, Livraria Universal de Armando Tavares, 1923.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *O Livro da Paz*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1895.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Os Estados Unidos da Europa. A morte de dois inimigos: episódio da guerra franco-alemã*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1874.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Pela Pátria, Pela República*, Porto, Casa Editora Alcino Aranha e C<sup>a</sup>, 1880.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Terras santas da Liberdade. França Imortal, Portugal Heroico*, Lisboa, Sociedade Typográfica Editora, 1917.

---

<sup>132</sup> Sebastião de Magalhães Lima, *A Vida dum Apóstolo*, p. 169.

(Página deixada propositadamente em branco)

## OS EXILADOS REPUBLICANOS: OS GRANDES ESQUECIDOS

### 1. Entre a memória e o esquecimento: as razões da não presença.

*De tal forma a História tem andado ao sabor dos regimes que acabámos amnésicos*<sup>133</sup>.

A História “oficial” é uma “guardiã” de memórias seleccionadas, transfiguradas numa memória única, “formatada” de acordo com as necessidades impostas pelo próprio tempo no qual está inserida a sua “construção”. Personagens e factos são “cristalizados” em versões que são incorporados como verdades históricas a serem aceites por toda uma sociedade. No entanto, já no dizer de Marc Bloch, a função do historiador é o questionar a história, buscando novas “memórias” que possam contribuir para este “refazer” da História e o dismantelar dos seus possíveis mitos<sup>134</sup>.

A História das oposições aos regimes ditatoriais do século XX está marcada por mitos e reconstruções elaborados de ambas as partes envolvidas, opositores e regimes oficiais. O caso da Guerra Civil Espanhola assume a condição de um “clássico” exemplo desta antinomia com a historiografia pró-franquista, desqualificando por completo o papel exercido pelos republicanos, e os historiadores mais recentes recuperando a memória da República, do exílio e do combate de quatro décadas contra a ditadura de Franco<sup>135</sup>. De igual forma, os estudos mais recentes acerca dos antifas-

---

<sup>133</sup> MÓNICA, Maria Filomena. “Biografia e Autobiografia”, in: Sousa, M. de (coord). *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa: Esfera do Caos, 2007, p. 25.

<sup>134</sup> A questão é antiga e retomamos aqui os clássicos dos Anais, entre eles, BLOCH, Marc . *Introdução a História*, Lisboa: Presença, 1976.

<sup>135</sup> São inúmeros os trabalhos a respeito produzidos nas últimas duas décadas, um bom resumo é dado por Moradiellos, Enrique. *1936, os mitos de la guerra civil*. Barcelona: Quinteto, 2004.

cistas italianos, os “partigiani”, durante o período de Mussolini, e sobretudo, durante a Segunda Guerra, oferecem uma nova visão do fascismo e da sua “não unanimidade” na sociedade italiana<sup>136</sup>.

No caso português, as análises da trajetória da oposição já possuem um lugar na historiografia<sup>137</sup>, mas muito deve ser feito em termos da história dos diversos núcleos oposicionistas espalhados pelas Américas e Europa. Entretanto, este tipo de investigação, envolvendo por vezes relatos na primeira pessoa, requer um cuidado especial e oferece algumas surpresas. Relatos únicos entre diferentes membros de um partido, que até mesmo viveram em espaço e tempo diferenciados, no caso especial do Partido Comunista, oferecem uma visão não muito esclarecedora quando “presa” ao relato oficialmente aceite pela cúpula do PC. De igual forma, a narrativa sobre os grandes personagens, como os casos de Galvão e Delgado, feita pelos seus seguidores, pode ter uma certa uniformidade, apesar de que o contraste entre as versões de ambos os grupos é de uma riqueza ímpar para a compreensão da dicotomia interna da oposição.

Assim sendo, a investigação da temática revela “novas memórias”, esquecidas em documentos perdidos em arquivos pessoais, ou ainda, silenciadas pelo esquecimento oficial da historiografia dos seus possuidores. A pesquisa com o Grupo dos Budas exilado no Brasil, Jaime de Moraes, Moura Pinto e Jaime Cortesão, traça um universo novo de memórias e personagens até então desconhecidos, mas “famosos” entre aqueles que os conheceram na condição de exilados. Há uma verdadeira “memória” da oposição construída pelos elementos vinculados aos Budas e aos demais republicanos emigrados ou exilados no Brasil, contemplando factos e nomes até então completamente desconhecidos pela historiografia oficial. Comerciantes, no caso de Dores Gonçalves, livreiros e tipógrafos, como Teófilo Carinhas, empresários, como José Augusto Prestes ou Ricardo Seabra, formam uma plêiade de nomes sempre presentes nas manifestações contra o regime imposto pela ditadura militar e pelo

---

<sup>136</sup> Ver, entre outros, CAPPELLANO, Filippo; ORLANDO, Salvatore, *L'Esercito italiano dall'armistizio alla Guerra di Liberazione*, Roma: Ufficio Storico dello Stato Maggiore dell'Esercito, 2005. DI CAPUA, Giovanni, *Resistenzialismo versus Resistenza*, Roma: Rubbettino, 2005.

<sup>137</sup> Ver entre outros PAULO, Heloisa. **Uma memória dos opositores sobre o regime e a oposição** in: TORGAL, L. e PAULO, Heloisa (org.). *Estados Autoritários e Totalitários e as suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 377 e seguintes.

Estado Novo nos anos trinta e quarenta. Na sua grande maioria, pelo conteúdo da correspondência trocada ou artigos publicados, demonstram um nível de cultura acima da média em relação ao emigrante comum, para além de que o seu passado político aponta as fortes convicções republicanas trazidas do país natal. O objectivo do presente trabalho é recuperar uma pequena parcela desta “memória” esquecida, colocando no debate da historiografia uma nova possibilidade de estudos biográficos que possam revelar a composição dos oposicionistas radicados no exterior.

## 2. Histórias de vida: a trajectória de alguns opositores no exílio.

*Republicanos portugueses confiam espírito justiça e humanidade Sociedade Nações negará meios existência ditadura Portugal revogou Constituição República mantém verdadeiro exército ocupação arruína tesouro. Pesadíssimos impostos violência inquisitoriais consecutivas deportações milhares republicanos climas insalubres África espalham miséria luto Portugal*<sup>138</sup>

Com o advento da ditadura militar e a repressão das tentativas revolucionárias do chamado “Revivalho”, muitos são os republicanos que buscam exílio no estrangeiro sem, contudo, deixar de lado o combate e a militância política. Em países como Espanha, durante o período republicano, França e Brasil, nomes como Alberto Moura Pinto, Jaime de Morais e Jaime Cortesão vão juntar as suas vozes de protesto ao coral de vozes republicanas já exiladas, como João Sarmento Pimentel<sup>139</sup>. Na historiografia portuguesa são poucos os estudos sobre estes personagens, no entanto outras figuras são completamente desconhecidas pelos estudos da longa e controversa história da oposição anti-salazarista. Nomes como José Augusto Prestes, emigrado político do 31 de Janeiro, Francisco Oliveira Pio, combatente em Espanha e exilado no Brasil, assim como uma pequena plêiade de republicanos exilados naquele país, foram responsáveis pela continuidade do combate em prol dos ideais democráticos durante mais de quatro décadas.

<sup>138</sup> Pela Liga Republicanos Portugueses, Ferreira Granada, Setembro de 1928. Arquivo Sarmento Pimentel. Mirandela.

<sup>139</sup> Sobre o tema ver, entre outros, PAULO, Heloisa. **O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antisalazarista.** *Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities*. *Portuguese Studies Review*, Trent University, 2010.

As manifestações republicanas no Brasil são iniciadas antes de 1910 através dos Grêmios e demais associações de fundo assistencialista ou culturais que espelham na sua denominação o espírito da República sonhada ou já concretizada e apoiada ao longe pelos seus defensores, como o Grémio Republicano do Rio de Janeiro, fundado em 1908. Participam desta associação, fruto de uma outra fundada em 1907, o “Grupo Pró-Pátria”<sup>140</sup>, republicanos que permanecem na posição de combatentes opositoristas como José Augusto Prestes, ou militantes da República que se rendem ao Estado Novo de Salazar, como Luís Gonzaga Fonseca Moreira. Trajectórias biográficas que espelham a “opção política” de muitos republicanos durante a vigência da ditadura militar e do Estado Novo. Alguns exemplos ilustram a afirmativa:

### 1. José Augusto Prestes

Natural de Lisboa, filho de uma família abastada e monárquica, logo revela a sua opção pelo republicanismo, o que leva o pai a mandá-lo para os Estados Unidos com o objectivo de completar os seus estudos. Formado em engenharia mecânica, retorna a Portugal e participa no 31 de Janeiro. O fracasso do movimento leva-o para o Brasil, onde participa de diversos empreendimentos, sendo responsável por múltiplas obras públicas como a edificação do Palácio do Governo de Manaus, em 1900. Está ligado à criação do Grémio Republicano, retornando a Portugal após a implantação da República. Com o governo de Sidónio Pais regressa ao Brasil. Em 1922, torna-se membro da Comissão do Centenário da Independência que recebe António José de Almeida e a sua comitiva. O seu ideal republicano está reflectido na sua postura como empresário, sendo responsável pela implantação da primeira siderúrgica da América Latina, a Usina Santa Luzia, e como director do Clube de Regatas Vasco da Gama, recusando acatar uma directriz da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos do Rio de Janeiro que, em 1924, proíbe a inclusão de negros nas equipas de futebol<sup>141</sup>. Falece no Rio de Janeiro a 7 de Julho de 1952.

<sup>140</sup> O Grupo Pró-Pátria é fundado aquando da passagem de António Luís Gomes, então membro do Directório do Partido Republicano Português pelo Rio de Janeiro. **Por Portugal. Pela República.** *Boletim Revista do Grémio Republicano Português*. Rio de Janeiro, 19 de Maio de 1931, p. 3.

<sup>141</sup> Ver SANTOS, Ricardo Pinto dos. Uma breve História Social do Esporte no Rio de Janeiro, in: Silva, Francisco Teixeira, Santos, Ricardo Pinto e Agostino, Gilberto et alii. *Memória Social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2006, p.49-50.



## 2. Luís Gonzaga Fonseca Moreira

Natural de Felgueiras e formado em Direito pela Universidade de Coimbra, emigra para o Brasil por influência do tio António José da Fonseca Moreira, também ele republicano. É também um dos fundadores do Grupo Pró-Pátria e do Grémio Republicano. Com o 5 de Outubro regressa a Portugal, sendo eleito deputado pelo Partido Republicano Português, em 1925, representando aquele concelho<sup>142</sup>. Com o 28 de Maio, segue novamente para o Brasil e é um dos signatários do Manifesto da Liga dos Republicanos Portugueses, enviado para Portugal<sup>143</sup>. Na correspondência com Sarmento Pimentel, critica a actuação de José Augusto Prestes no Grémio, reclamando uma postura mais agressiva<sup>144</sup>. No entanto, aceita a amnistia proposta em 1930, voltando a Portugal, onde torna a exercer cargos políticos.

## 3. Ricardo Seabra de Moura

Nasce em Avelãs do Caminho, concelho de Anadia, em 1892, emigrando para o Brasil para ser sócio do seu tio, António Ribeiro Seabra, também republicano. Após a morte deste, Ricardo e o irmão Gervásio tornam-se responsáveis pela firma Seabra e Companhia, voltada para o comércio de tecidos. Ambos são nomes destacados no movimento oposicionista, sendo Ricardo um dos seus maiores patrocinadores, chegando a ter uma ficha na PIDE pelas actividades desenvolvidas no Brasil. Participa do Grémio Republicano e patrocina diversas acções oposicionistas, desde o envio de verbas para a campanha de Norton de Matos até o financiamento da ida de elementos oposicionistas para Portugal. É amigo próximo de Alberto Moura Pinto, Jaime de Moraes e Jaime Cortesão, sendo famosas as reuniões ocorridas na sua casa em Santa Teresa, bairro nobre do Rio de Janeiro<sup>145</sup>. Falece na década de 70, depois do 25 de Abril.

<sup>142</sup> Sobre o tema ver QUEIRÓS, António José . *As eleições legislativas de 1925 no Concelho de Amarante*, in: *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, UP, 2003, 1ª Série, v.2.

<sup>143</sup> Sobre o tema ver PAULO, Heloisa. *“Aqui também é Portugal”*. *A colónia portuguesa no Brasil e o Salazarismo*. Coimbra; Minerva, 2000.

<sup>144</sup> Carta de Luís Gonzaga a Sarmento Pimentel, datada de 20 de Setembro de 1928, Arquivo Sarmento Pimentel, Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel, Mirandela.

<sup>145</sup> Pimentel, João Sarmento. *Portugueses emigrados políticos no Brasil* in : *Seara Nova*. Lisboa, 1952, (n.º 1266-69).

#### 4. Pedro Pinto de Miranda

Há poucos dados a respeito deste republicano, salvo a sua menção no Boletim do Grémio Republicano, como um dos seus fundadores, e a sua inscrição na Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, como seu sócio de número 147. Comerciante radicado no Rio de Janeiro, o seu nome consta de todas as manifestações levadas a cabo pelos opositores ao regime ditatorial em Portugal, desde 1926 até às listas de adesão aos jantares comemorativos do 5 de Outubro da década de 40. Segundo o depoimento de alguns exilados no Brasil nos anos sessenta, Pedro Pinto de Miranda possuía uma farmácia na baixa do Rio de Janeiro, local de encontro da oposição anti-salazarista ali radicada<sup>146</sup>.

#### 5. António de Sousa Amorim

Nasce em Ponte de Lima, Paredes de Coura, em 1882, emigrando para o Brasil após o 28 de Maio. No Rio de Janeiro, dedica-se ao comércio de tecidos, fazendo parte da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria. Republicano, é um dos fundadores da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, sendo o redactor do seu “Boletim”, publicado entre 1932 e 1938, naquela cidade. Para além da sua ligação ao Grémio Republicano, está vinculado ao Centro Republicano Dr. Afonso Costa, fundado em 1919. É o redactor do Boletim da Sociedade. É amigo próximo de exilados, como Jaime de Morais, Alberto Moura Pinto e Jaime Cortesão, sendo um dos correspondentes assíduos de João Sarmento Pimentel. Nas décadas de cinquenta e sessenta, convive intimamente com nomes como Castro Soromenho e outros intelectuais exilados no Brasil. Nas cartas trocadas com Pimentel há sempre observações em relação aos artigos da *Seara Nova* e à literatura portuguesa em geral. Falece no Brasil, já depois do 25 de Abril, em Junho de 1977.

#### 6. Alamiro Andrade

Natural de Cantanhede, comerciante, republicano, radicado no Rio de Janeiro, acompanha o movimento oposicionista durante todo o período ditatorial. Participa

---

<sup>146</sup> Depoimento de Manuel Pedroso Marques, participante da Revolta de Beja e exilado nos anos 60 no Rio de Janeiro, corroborado pelo de Jaime Conde, que busca exílio no Brasil após a sua participação na Revolta da Sé.

do Grémio Republicano, do Centro Republicano Dr. Afonso Costa e o seu nome aparece em manifestos da oposição durante todo o período mencionado. Correspondente de Sarmiento Pimentel, é um grande crítico da realidade portuguesa pós 25 de Abril.

### 7. José Gonçalves Paratudo

O seu nome está vinculado aos mais diversos grupos republicanos, como o Grupo dos Lusitanos Intransigentes de São Paulo, do início do século XX, ou o Grémio Republicano Português daquela mesma cidade. Escreve para jornais republicanos da colónia, como o *Portugal Republicano*, adoptando o pseudónimo de GÊPE<sup>147</sup>. O seu nome desaparece das manifestações oposicionistas na década de 40.

### 8. Francisco Dores Gonçalves

Algarvio, começa a sua trajectória na emigração como funcionário da Tipografia Villas-Boas, director do Centro Algarvio e membro do Grémio Republicano Português no Rio de Janeiro dos anos vinte. Figura activa do movimento republicano português naquela cidade, é o contacto do Grupo dos Budas no Brasil, que conheciam o seu irmão, Manuel Gonçalves, militante da oposição morto pela repressão salazarista<sup>148</sup>. É ele que acolhe os filhos de Jaime de Morais quando chegam ao Brasil, em 1940. Morre no dia 13 de Setembro de 1965.

### 9. António Dias Leite

Natural do Porto, em 1870, emigra para o Brasil dois anos após a sua participação no 31 de Janeiro, em 1893. Ali, na cidade do Rio de Janeiro, torna-se sócio de uma grande firma comercial, continuando a ser um combatente dos ideais republicanos até à década de 30. É membro fundador do Grémio Republicano, mas, a partir da criação da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, o seu nome

<sup>147</sup> Em diversos números do periódico *Portugal Republicano* temos artigos assinados por Gonçalves Paratudo, GÊPE, ver *Portugal Republicano*, Ano 1.

<sup>148</sup> Informação dada por Óscar de Morais ao pai Jaime de Morais, em carta datada de 1940. Arquivo Jaime de Morais, Fundação Mário Soares.

deixa de aparecer em manifestos oposicionistas. Falece em 1952, na cidade do Rio de Janeiro<sup>149</sup>.

90

#### 10. Ilídio Nunes

Nascido no Minho, é jornalista em Portugal, tendo o seu nome ligado a diversos jornais, como o *Jornal de Notícias*, *A Tarde*, do Porto, e *A Província*. Como republicano, já no Rio de Janeiro, está ligado ao Centro Republicano Dr. Afonso Costa, órgão da oposição. Como regionalista é director da Casa do Minho, no Rio de Janeiro.

#### 11. José de Araújo Lage

Pouco sabemos acerca deste personagem cujo nome é uma constante nas listas da oposição. Membro do Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro, também faz parte do Centro Republicano Dr. Afonso Costa e o seu nome está sempre presente nas manifestações

#### 12. Eugénio Martins

Natural da Guarda, jornalista, emigra para o Brasil no início do século XX. Na cidade do Rio de Janeiro, em 1918, funda o *Jornal Português*, periódico dedicado à colónia portuguesa. Republicano, filiado no Grémio Republicano, participa da directoria de um outro centro congénere, o Centro Republicano Português Dr. Afonso Costa, sendo ainda responsável pela publicação do periódico *Portugal Republicano* na década de 30.

#### 13. Teófilo Carinhas

Tipógrafo, dono de uma gráfica que leva o seu nome, é activo republicano até à década de quarenta, quando o seu nome desaparece das publicações e manifestos oposicionistas. É o responsável pelo *Álbum da Colónia Portuguesa do Brasil* que, em

---

<sup>149</sup> Sobre o tema ver: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e MAIA, Laura Lahmeyer . *Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952)*. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 2005.

1929, reúne um historial das principais associações de emigrantes portugueses naquele país.

### 3. A necessidade da retomada das Biografias para a História da Oposição.

Que são estes indivíduos prestigiosos, as ‘personagens históricas’? São, dissemo-lo recentemente, ‘os autores responsáveis de uma grande obra histórica’. Mas o que é uma grande obra histórica? Um conjunto de factos recolhidos, agrupados, organizados pelos historiadores, de tal forma que constituem um anel de uma dessas grandes cadeias de factos homogéneos e distintos (políticos, económicos, religiosos etc.)\cuja rede, mais ou menos apertada, lançamos sobre o passado histórico da humanidade. Somos nós que, sem cessar, forjamos e voltamos a forjar estas cadeias, na nossa necessidade de organizar o passado[...]<sup>150</sup>

O trabalho de recuperação da trajectória de vida dos exilados ou emigrantes políticos é complexo e, por vezes, não muito produtivo. As fugas e a não fixação de raízes, sempre à espera do retorno para a terra natal, leva à dispersão de arquivos ou ao seu desaparecimento. As associações políticas, mantidas graças ao esforço de grupos obstinados em não deixar morrer os seus ideais, acabam por desaparecer ante a pressão da legislação dos países de acolhimento<sup>151</sup> ou findam com o desaparecimento físico dos seus membros, condenando os seus arquivos a igual fim<sup>152</sup>.

Reconstruir cada biografia é um trabalho que envolve dados dispersos em jornais, revistas e, por vezes, recuperar informações a que poderíamos chamar uma certa “tradição oral” dos exilados e emigrados políticos residentes no estrangeiro. Trata-se de escrever ou “reescrever” histórias de vida relegadas ao esquecimento, descartando ou reconsiderando o mito que, por vezes, as cercam ou se sobrepõem ao papel que desempenharam.

<sup>150</sup> FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1977, v. II, p.144.

<sup>151</sup> A legislação do Brasil nos anos trinta proíbe as associações políticas mantidas por estrangeiros (sobre o tema ver PAULO, Heloisa, (2000).

<sup>152</sup> O arquivo do Grémio Republicano do Rio de Janeiro, em posse da família de José Augusto Prestes, teria desaparecido após uma disputa entre os seus herdeiros. Depoimento do neto, Dr. Prestes Soares Macedo à autora.

Na verdade, este tipo de abordagem desencadeia um questionamento acerca dos “heróis” já consagrados pela história oficial. O aparecimento destes “novos personagens” redimensiona o papel que lhes é atribuído, levando até à cena histórica actores até então desconhecidos. Assim sendo, estas personalidades, ainda que detenham um papel secundário, devem ser consideradas como parte de toda uma cadeia de actos e relacionamentos marcantes para a história da oposição aos regimes ditatoriais em Portugal.

O ESCULPIR DA ÉTICA REPUBLICANA  
NA RELAÇÃO PENDULAR ENTRE QUALIDADES E DEFEITOS.

1. Introdução

O movimento republicano, ao colocar em causa a legitimidade dinástica e divina, põe em marcha uma proposta de matriz ontológica (Catroga, 1991) e uma nova ordem, que reforça o sentido de pertença à nação e à pátria. E intensifica a importância da educação cívica que opera uma nova arte de existência e uma revolução mental, como bem sintetizou Vial (1991:2), na sua expressiva fórmula, “le passage du religieux au civique a constitué une révolution”.

A cidadania, diz-nos Canivez (1991:15), define a pertença a um Estado. Esta pertença dá ao indivíduo um *status* jurídico, ao qual ficam vinculados direitos e deveres. No entanto, o *status* fica dependente da lei do Estado, sendo possível existir tantos cidadãos quantos os tipos de sociedade. A questão da cidadania não é apenas um problema jurídico/constitucional, ela está relacionada com o modo como o indivíduo é inserido na comunidade.

Toda a comunidade é composta e ser cidadão não se reduz a uma questão de direito e de dever, pois implica, por um lado, adesão a uma determinada cultura e, por outro, coexistir numa fusão de relacionamentos. A participação é um vector fundamental de integração na comunidade. Na sociedade moderna organizada como Estado, ao ter substituído o poder do senhor pela interdependência dos poderes (legislativo, executivo e judiciário), tudo se encontra mais difuso porque nenhum dos três poderes se exerce sem o controle dos outros dois. Por outro lado, o Estado moderno não conseguiria sobreviver se apenas existisse obediência. É pressuposto o

indivíduo, no pleno uso da sua liberdade, comprometer-se com a comunidade, caso contrário a coesão fica destroçada. Isto quer dizer que o cidadão não é só governado mas também governante, não é um ser passivo mas activo, não obedece só por medo das sanções mas por livre consentimento, não é só habitar um mesmo território mas também comprometer-se com a comunidade (Brás, 2006). Acresce que é a partir da sociedade que nós formamos as nossas ideias, é daqui que se forma o nosso organismo mental. A sociedade não é uma abstracção, é algo que vive em nós e ao mesmo tempo nos transcende.

Na verdade, com a formação da *polis* emergiu, na vida humana, uma organização desta vida, o que vem tornar possível a realização do homem enquanto homem (Oliveira, 1993: 15), pois “o homem só é homem por viver em sociedade” (Durkheim, 1984:21).

Para a abordagem da problemática em análise delineámos dois objectivos: (i) Analisar a historicidade da montagem do dispositivo que tornou possível a ética republicana e (ii) Compreender o processo que foi interiorizando e construindo a ética republicana. Na tentativa de operacionalizar estes dois objectivos e, face à multiplicidade de ângulos de abordagem, vamos analisar fontes diversificadas: manuscritas, iconográficas e impressas (imprensa, legislação, publicações republicanas, congressos pedagógicos, ...). Estas fontes serão exploradas no sentido de captarmos a centralidade da Educação Cívica, da Instrução Militar Preparatória, da moral laica, das reformas e manuais escolares e das festividades cívicas no projecto pedagógico republicano.

## 2. A introdução da Educação Cívica no currículo como via de acesso a uma nova ordem simbólica

Começou a ganhar cada vez mais pertinência a ideia de ser imprescindível o conhecimento, pelo cidadão consciente, dos direitos e deveres cívicos. No dizer de Carneiro de Moura (1909: 214), “a nossa felicidade depende da felicidade dos outros, porque todos somos solidários na vida. Nas escolas primárias deve estar patente aos alunos um quadro onde se leiam os direitos e os deveres do homem livre”.

A Educação Cívica tornou-se nuclear no projecto político e pedagógico da I República (1910-1926), com o objectivo de, através desta disciplina, se consagrar e legitimar o novo regime. Comummente designada no período republicano, por



“evangelho das escolas” (*Educação Nacional*, ano XV, n.º 743, 11 de Dezembro de 1910: 99) - seria fundamentalmente o instrumento da socialização política e da coesão nacional (Catroga, 1991; Pintassilgo, 1998). Isto não significa, porém, que, durante a Monarquia Constitucional, as reformas escolares e, conseqüentemente, os manuais escolares, não espelhassem preocupações de natureza cívica e ética. Assim, neste trabalho, vamos cruzar a emergência da cidadania nos planos de estudo com a análise dos livros didácticos então concebidos para a leccionação e operacionalização dos conteúdos cívicos.

Com efeito, o manual didáctico, ao ser “um repositório dos conteúdos legitimados na escola e para a escola” (Castro *et al*, 1999:189), reveste-se de uma importância considerável no quotidiano escolar. Como corresponde *grosso modo* aos valores ideológicos e às opções políticas que o poder entende promover, é inegável que a literatura escolar veicule saberes que estão intrinsecamente ligados às normas e aos valores da sociedade, aos movimentos sociais e à conjuntura em que o manual foi produzido. Como refere Choppin (1993 :5), “le manuel est ressenti comme un produit national, au même titre que la monnaie ou le timbre-poste”. É também instrumento “de uma ideologia, de uma cultura e de uma história que se herda, se recebe e se transmite através do sistema escolar, à sociedade” (Faria, 1998: 45). E “transmissor de valores afectivos, estéticos, sociais, intelectuais e espirituais” (Brito, 1999: 145).

Partindo do pressuposto de que os livros escolares são portadores de um conjunto de mensagens que visam corresponder aos objectivos do ensino-aprendizagem das diferentes disciplinas e currículos e, ao mesmo tempo, veículo de uma cultura pedagógica e escolar, é com base nesta lógica interpretativa que vamos tentar *ler e olhar* os compêndios de Educação Cívica com vista à apropriação textual e semântica dos mesmos.

Como escolher o *corpus* de manuais que vamos analisar? Esse *corpus* foi seleccionado para o período antes da República mediante os seguintes critérios: (i) um compêndio que tivesse sido rejeitado pela Comissão Técnica Permanente; (ii) um compêndio que tivesse sido proposto pelos inspectores das circunscrições do Reino, em cumprimento da Portaria de 3 de Setembro de 1903, e que tivesse obtido aprovação pela Comissão Técnica Permanente para o triénio 1903-1906<sup>153</sup>; (iii) um

---

<sup>153</sup> De notar que o art. 352º do Decreto de 19 de Setembro de 1902 determinava o seguinte: “Os livros destinados ao ensino primário, quer nas escolas normais e de habilitação para o magistério, quer nas de instrução primária, são decretados pelo Governo de três em três anos, precedendo concurso”.

compêndio que tivesse obtido aprovação pela Comissão Técnica Permanente para o triénio 1906-1909 e que se tivesse mantido em vigor até à implantação da República.

Face a estes indicadores estudámos três manuais:

- 1) Padre José Correia Marques Castanheira (1903). *Primeiras noções de educação cívica - Para uso dos alunos da 4ª classe da escola primária*. Coimbra: Imprensa da Universidade;
- 2) Domingos de Almeida Nogueira (1903). *Primeiras noções de educação cívica - Ensino primário*. Lisboa: A Liberal - Oficina Tipográfica;
- 3) Trindade Coelho (1906). *Primeiras noções de educação cívica - Ensino primário*. Paris - Lisboa: Livraria Aillaud.

Para o período da I República, os manuais foram seleccionados segundo os seguintes critérios: (i) um manual publicado após a reforma de 1911, de António José de Almeida, e no ano em que foi criado o Ministério da Instrução Pública; (ii) um compêndio publicado no ano em que Portugal aderiu à 1ª Guerra Mundial<sup>154</sup>; (iii) um manual publicado já nos anos 20, no apogeu da Escola Nova:

Face a estes indicadores estudámos três manuais:

- 1) António Figueirinhas (1913). *Educação cívica*. Porto: Livraria António Figueirinhas;
- 2) Cardoso Júnior (1916). *Educação cívica*. Porto : J. Pereira da Silva;
- 3) António Figueirinhas (1922). *Educação cívica*. Porto: Livraria António Figueirinhas.

Vejam os temas em cada manual e comparemos os diversos temas e itens abordados com o número de páginas e respectivas percentagens.

---

<sup>154</sup> A Alemanha declarou guerra a Portugal a 19 de Março de 1916.

Quadro 1 - Abordagem temática - Análise quantitativa ( manuais antes da República)

<u>Manual</u>	<i>Primeiras noções de educação cívica</i>		<i>Primeiras noções de educação cívica</i>		<i>Primeiras noções de educação cívica</i>	
Autor	Padre Castanheira		Domingos Nogueira		Trindade Coelho	
N.º de páginas	90		33		72	
Análise quantitativa por assunto tratado	N.º de páginas	%	N.º de páginas	%	N.º de páginas	%
Prefácio e/ou Introdução	13	14%	—	—	1	1%
Dedicatória	—	—	—	—	1	1%
Programa de Noções de Educação Cívica	1	1%	—	—	—	—
Constituição do Estado	2,5	3%	1	3%	3	4%
Carta Constitucional	2,5	3%	2	6%	3	4%
Divisão dos poderes do Estado	35	39%	15	46%	25	36%
Divisão militar	8	9%	4	12%	11	15%
Divisão eclesiástica	1,5	2%	2	6%	3	4%
Imposto	5	5%	3	9%	5	7%
Eleições	3,5	4%	3	9%	11	15%
Deveres do cidadão	7	8%	3	9%	4	6%
Direitos do cidadão	7	8%	—	—	—	—
Conclusão	—	—	—	—	—	—
<u>Índice</u>	4	4%	—	—	1	1%
<u>Publicidade a outros livros didácticos</u>	—	—	—	—	4	6%

Este Quadro permite-nos verificar que a secção mais desenvolvida pelos três autores em análise, foi a divisão dos poderes do Estado. O livro do padre Castanheira é o único que inclui um capítulo dedicado aos direitos do cidadão com igual peso percentual aos deveres do cidadão (8%), é o autor que menor desenvolvimento dá à divisão eclesiástica (apenas 2%), é o que maior relevância atribui ao prefácio (cerca de 14%) e aquele em que o índice aparece, na arquitectura da obra, com maior pormenorização (4%). No compêndio de Nogueira há três secções: imposto, eleições e deveres do cidadão, que apresentam o mesmo valor percentual (9%). Nem Nogueira

nem Trindade Coelho incluem o programa de Noções Primeiras de Educação Cívica nem nenhum capítulo dedicado aos direitos do cidadão. Curiosamente, no manual de Trindade Coelho os capítulos da divisão militar e das eleições têm igual percentagem (15%). De registar ainda o espaço significativo que a publicidade a livros didácticos ocupa na obra de Trindade Coelho (6%).

Os manuais de Nogueira e Trindade Coelho operacionalizam fielmente as linhas-mestras do programa da disciplina Noções Primeiras de Educação Cívica e procedem ao cumprimento dos objectivos programáticos que incidem na enumeração dos poderes do Estado, das corporações administrativas e das atribuições de cada um desses elementos da administração pública e na explicitação dos deveres dos cidadãos. Estes dois manuais silenciam os direitos dos cidadãos e as maiores valências vão para os deveres dos cidadãos e para a divisão dos poderes do Estado<sup>155</sup>.

Quadro 2 - Abordagem temática - Análise quantitativa (manuais da 1ª República)

Manual	<i>Educação Cívica (1913)</i>		<i>Educação Cívica (1916)</i>		<i>Educação Cívica (1922)</i>	
Autor	António Figueirinhas		Cardoso Júnior		António Figueirinhas	
N.º de páginas	26		32		28	
Análise quantitativa por assunto tratado	N.º de páginas	%	N.º de páginas	%	N.º de páginas	%
Constituição do Estado	1,5	6	2	6	3	11
República	1,5	6			3	11
Divisão dos poderes do Estado	10	31	12	37	5	18
Administração pública	2,5	9	2	6	4	14
Defesa da pátria	2	8	4	12	2	6
Deveres do cidadão	3	11	3	9	13	46
Direitos do cidadão	2	8	—	—	2	7
Iconografia	—	—	4	12	4	14

Os quadros apresentados permitem-nos chegar às seguintes conclusões: os manuais publicados antes da República enfatizam:

<sup>155</sup> Para aprofundar esta temática, consulte-se (Gonçalves, 2002:113-164).

1. os deveres em detrimento dos direitos dos cidadãos;
2. a introdução de preceitos novos na Carta Constitucional pelos Actos Adicionais de 1852 e 1885;
3. as atribuições do poder moderador, do poder executivo e do poder judicial;
4. o ensino à base da memorização;
5. sob o ponto de vista icónico – ausência ou escasso suporte iconográfico.

Os manuais da I República enfatizam:

1. os deveres em detrimento dos direitos dos cidadãos;
2. a valorização do novo regime;
3. a laicidade da escola e do Estado;
4. um ensino de feição prática, *as lições das coisas*, a observação, o recurso a exemplos do quotidiano e menos à memorização;
5. sob o ponto de vista icónico - algum suporte iconográfico.

Naturalmente que os deveres e direitos dos cidadãos constituem um referente nos manuais em análise. A lógica da necessidade de levar o aluno a tomar consciência deles e a interiorizá-los, constituía uma linha estruturante do discurso pedagógico nacional fortemente influenciado, como já assinalámos, pelas ideias francesas:

Les citoyens ont des droits et des devoirs à remplir. Sans droits que serions-nous? De simples choses, des instruments aux mains d'un pouvoir despotique. Mais que serions-nous sans devoirs? Des êtres sans moralité et des citoyens dangereux (Baudriart, 1885, cit. por Deloye, 1994: 78).

### 3. A ética republicana e a moral laica

Já vimos que a Educação Cívica, ao ser considerada o “evangelho das escolas” tinha uma componente endoutrinadora, similar à do ensino da III República francesa. Um inspector do tempo de Ferry falava da escola como “l’atelier de la Nation” (cit. por Bride *et al.*, 2005: 3) o que mostra a plena consciência da nova função atribuída aos estabelecimentos de ensino. Como Ferry quis pôr “l’école au service de la République” (Nique, 1990:6), houve uma troca de papéis entre a Escola e a Igreja: “Jusqu’alors, celle-là [l’École] était la servante de celle-ci [l’Église]; désormais, la

première servira la République et la démocratie” (Mougniotte, 1991 : 47) também o projecto laicizante da I República Portuguesa enformava deste postulado. Efectivamente “o ideal laico do ensino neutro [era] o único que permitiria respeitar a liberdade de ensinar e de investigar” (Catroga, 1988: 253). E a lei da Separação das Igrejas e do Estado, promulgada a 20 de Abril de 1911, por Afonso Costa, determinava (i) a separação das Igrejas e do Estado (que passava pela separação da Igreja e da família, separação da Igreja e da Escola, separação da Igreja e da Assistência); (ii) a descris-tianização ou, pelo menos, a descato-lização de todas as atitudes e comportamentos individuais e colectivos ligados à vida da comunidade e à existência familiar e individual<sup>156</sup>; (iii) a laicização da sociedade e do ensino; (iv) a extinção nas escolas do ensino da Religião e a sua substituição pela Educação Cívica; (v) a expulsão das ordens religiosas; (vi) a obrigatoriedade do casamento civil; e (vii) a abolição dos juramentos religiosos nos actos civis. Neste sentido, a laicização completa da sociedade estaria indissociavelmente ligada à sua democratização política e à conquista da emancipação humana que só se consumaria com uma revolução cultural e social (Catroga, 1991). Acresce referir que a Moral Laica<sup>157</sup> pressupõe o respeito pela liberdade de consciência, o pluralismo religioso, a neutralidade da escola em matéria religiosa, a reciprocidade entre direitos e deveres e os valores ancorados na liberdade, igualdade e fraternidade.

#### 4. A Instrução Militar Preparatória – a ginástica da educação cívica. A educação cívica da ginástica

Na Primavera de 1911, poucos meses após a implantação do regime republicano, o *Diário do Governo* publica o decreto com força de lei de 26 de Maio desse ano que cria a Instrução Militar Preparatória (IMP) e regula as vantagens desta disciplina a ministrar a todos os mancebos antes de atingirem a idade de recrutamento<sup>158</sup>.

<sup>156</sup> Sobre este tema, consulte-se Catroga (1988: 254-255).

<sup>157</sup> Para aprofundar esta temática, veja-se Gonçalves (2007:178-202).

<sup>158</sup> Foi João Franco que promulgou pela primeira vez no nosso país, a IMP, pelo decreto de 27 de Junho de 1907. Para mais informações sobre este diploma, consulte-se Brás (2006:477-478). De notar que em França os exercícios militares foram introduzidos no plano de estudos das escolas normais em 1881 e nas escolas primárias masculinas em 1882 (Buisson, 1911: 518).

O diploma, promulgado pelo ministro da Guerra do Governo Provisório da República, António Xavier Correia Barreto<sup>159</sup>, enuncia no seu art. 1.º as finalidades que presidiram à criação desta disciplina:

A instrução militar ministrada aos mancebos, antes de atingirem a idade do recrutamento e serem incorporados nas unidades de tropa, tem por fim facilitar a sua preparação como soldados durante as escolas de recrutas, e permitir que a duração dessas escolas seja reduzida o mais possível, sem prejuízo para o valor e solidez do Exército (*D.G.* de 27 de Maio de 1911).

Este decreto — seguindo como modelos inspiradores os exemplos de países como a Prússia, Japão, França, Suíça e Alemanha — desenha uma ideia de escola associada à do Exército a fim de “educar a nação para o serviço das armas e da defesa da pátria” (*D.C.D.* sessão n.º 123, de 30 de Maio de 1912: 13), segundo a terminologia do deputado Cunha Macedo<sup>160</sup>. É no auge deste entusiasmo pela criação da IMP que um articulista do *Boletim das Sociedades de IMP (B.S.I.M.P)* o tenente José Valdez, escreveu com regozijo:

Bem procedeu pois a República, cónscia dos altos papéis que tem a desempenhar para a conquista das liberdades humanas, em se revigorar e fortalecer, criando cidadãos fortes e capazes de a defenderem à *outrance*, e assim, tendo instituído a IMP, um grande passo conseguiu dar na brilhante senda do seu futuro, e bem haja todos aqueles que a ela se têm dedicado (*B.S.I.M.P.*, ano I, n.º1, Maio de 1913:3).

Com efeito até à I Guerra Mundial generaliza-se na discursividade pedagógica da formação cívica o conceito de cidadão-soldado, aliado à manifestação do patriotismo e do nacionalismo típicos do ideário republicano<sup>161</sup>. A circular do Ministro da Guerra de 4 de Dezembro de 1910 revela bem a ideologia do novo regime acerca do soldado que “deixou de ser um autómato, uma simples máquina movida ao capricho dum soberano irresponsável. O soldado hoje é um cidadão consciente, é uma das

<sup>159</sup> Além de António Xavier Correia Barreto, o decreto é assinado por Teófilo Braga, António José de Almeida, Bernardino Machado, José Relvas. Amaro de Azevedo Gomes e Brito Camacho.

<sup>160</sup> Há diversos parlamentares, nomeadamente os que são militares, a pronunciarem-se sobre a IMP. Em 1911, na Assembleia Nacional Constituinte havia 30 elementos do Exército e 18 da Marinha o que perfaz um total de 48 deputados num total de 234. A quase totalidade dos eleitos para membros da Assembleia Constituinte transita depois para senadores e deputados.

<sup>161</sup> Esta ideia é recorrente na elite republicana. O senador Gaspar de Lemos diz que “a IMP é inspirada em intuítos e fundamentos patrióticos” (*D.S.R.* sessão n.º 37, 4 de Fevereiro de 1916: 3).

células sociais do organismo chamado nação”. E António Granjo sublinhava, “a IMP constitui em todos os regimes democráticos a demonstração de educação cívica” (António Granjo, D.C.D., sessão n.º 135, de 18 de Outubro de 1920: 5).

O mito do homem novo preconizado pela elite antidinástica corporiza, pois, o espírito da educação cívica, da disciplina, da obediência, da defesa da pátria e da robustez física. Neste sentido, João de Barros apelava aos professores primários para que “na moral educativa não falem esses dois elementos: higiene do corpo, para dar saúde física, robustez e equilíbrio; higiene da alma para que um vivo clarão de orgulho sério e de crença na vida ilumine todas as acções e faça frutificar todos os ideais” (*A Federação Escolar*, n.º 127, 2 de Agosto de 1914).

Com a IMP, pretendia-se, desde cedo, levar as crianças a pensar, a viver e a sentir que não pertenciam exclusivamente à família, mas que se integravam numa comunidade mais ampla. Daí a importância de socializar os jovens, através da IMP, com um novo modo de viver. No sentido de corresponder ao desígnio do governo republicano de formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres cívicos e de conceber um «homem novo», *republicanizado*, apto a defender e a amar a pátria, a operacionalização da IMP pautou-se pelo desenvolvimento do gosto pela ginástica e desporto e pela dinamização de paradas e festas cívicas<sup>162</sup>.

A dimensão curricular da IMP contemplava a demonstração de jogos desportivos e exercícios gímnicos. Os cortejos cívicos e paradas, enquanto formas de manifestação colectiva, ganharam com a República uma dominância tal que reforçaram o consenso à volta do novo regime - unificar e religar os indivíduos (Catroga, 1988: 312-313).

## 5. Conclusões

Neste breve excurso, pretendemos analisar a historicidade da montagem do dispositivo que tornou possível a ética republicana e, simultaneamente, compreender os processos que se foram interiorizando e que levaram à construção da ética republicana.

Com o Século das Luzes, surgiu a concepção de um novo tipo de homem com novos valores como a crença no poder da razão e do saber em oposição às categorias

---

<sup>162</sup> Para aprofundar esta temática consulte-se (Brás, 2006; Brás & Gonçalves, 2009).



e ritos religiosos, à ideia de Fé e de Deus que dominava o homem antes do Iluminismo. O vintismo e a Constituição de 1822 instituíram na sociedade portuguesa a substituição da condição de súbdito do Antigo Regime pelo conceito de cidadão<sup>163</sup>. Não admira, por isso, que, desde finais de Oitocentos, publicistas, pedagogos e políticos (na sua maioria republicanos), reclamassem a institucionalização curricular da Educação Cívica.

A ideia de formar cidadãos, conscientes dos seus direitos e dos seus deveres cívicos, começa a ser sentida como uma necessidade educativa, daí a sua integração nos currículos e, consequentemente, a elaboração de manuais escolares.

Os manuais analisados pretendiam inculcar os valores e ideais do regime vigente, “le manuel ne peut pas être neutre” (Mougniotte, 1991: 69), na medida em que “o manual escolar favorece, mas também silencia objectos do saber – saberes e pontos de vista” (Magalhães (1999: 287). E a educação cívica, bem com os manuais desta disciplina, devido à sua componente endoutrinadora, serviram para *republicanizar* os cidadãos e levá-los a aderir à nova ordem política. A disciplina Noções Primeiras de Educação Cívica foi implantada na reforma de 24 de Dezembro de 1901, tendo-se tornado nuclear no projecto pedagógico da I República.

Apesar de existirem manuais de Educação Cívica (a partir de 1902), a Educação Cívica continua a ser uma miragem porque o índice de analfabetismo era elevado<sup>164</sup> e a frequência escolar era muito selectiva<sup>165</sup>. Daí podermos falar de um processo rudimentar de educação cívica. A preparação cívica para o governo da vida (pública e privada) começou em Portugal, em termos formais, excessivamente tarde. Este atraso influenciou negativamente a nossa débil cultura democrática.

A Educação Cívica surgiu em substituição da doutrina cristã, daí a apologia pela elite republicana da laicização da escola. O ensino laico era percebido por republicanos, livres-pensadores e por alguns elementos socialistas e anarquistas, como libertador das potencialidades intelectuais da criança e veiculador da cidadania, da justiça e da igualdade. E na escola laica visava-se “acasalar a aprendizagem do ler, escrever e contar com a formação moral e cívica do verdadeiro cidadão” (Catroga, 1991: 242). A moral laica era um dos pontos nodais da estratégia cultural antidinás-

<sup>163</sup> Consulte-se Vargues (1997).

<sup>164</sup> Na primeira década de novecentos rondava os 74% (Teodoro, 2001; Ramos, 1998).

<sup>165</sup> Em 1910, a percentagem de crianças inscritas em escolas primárias era de 22,1% (Nóvoa, 1987).

tica. Os paladinos republicanos estavam conscientes de que o cumprimento da obrigatoriedade escolar requeria, concomitantemente, a aceitação da laicidade e da neutralidade religiosa, na medida em que “o ideal laico do ensino neutro [era] o único que permitiria respeitar a liberdade de ensinar e de investigar” (Catroga, 1988: 253). Assim, para intensificar a socialização da mundividência laica, reivindicavam o ensino obrigatório, gratuito e laico.

A IMP, face a uma recorrente discursividade sobre a “decadência nacional, passa a ser apresentada como via de salvação”, contribuindo para “a regeneração da raça em decadência, o que em última análise quer dizer, para salvar o país”, sendo fundamental operar uma “ruptura com o tipo de educação tradicional que era ministrada” (Brás, 2006:243).

## SIGLAS

BSIMP - *Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória*

D.C.D. - *Diário da Câmara dos Deputados*

D.G. - *Diário do Governo*

D.S.R. - *Diário do Senado da República*

IMP – Instrução Militar Preparatória

## Fontes e Bibliografia

### 1. Fontes

*Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória*

Buisson, Ferdinand (1903 [1887]). *Libre pensée et protestantisme libéral*. Paris: Bocard.

Buisson, Ferdinand (dir.) (1911). *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire* (2 vols). Paris: Librairie Hachette.

*Diário do Governo, 1911*

*Diário da Câmara dos Deputados*

*Diário do Senado da República*

*Educação Nacional*, Porto (1896-1910)<sup>166</sup>;

Moura, C. de (1909). *A instrução educativa e a organização geral do Estado. Relatório*. Lisboa: Imprensa Nacional.

<sup>166</sup> Esta delimitação cronológica corresponde à fase monárquica do periódico.

*O Vintém das Escolas*, Lisboa (1902 - 1906);

*Reformas do Ensino em Portugal, 1835-1910*. Lisboa: Secretaria Geral / Ministério da Educação.

*Relatório Geral do Conselho Superior de Instrução Pública* (1885, 1886, 1888, 1889). Lisboa: Imprensa Nacional.

105

## 2. Bibliografia

- Brás, J. (1997). Corpo, sociedade e escola: sensibilidade educativa. In *A criança, a Escola e a Educação Física* (pp. 49-58). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Brás, J. (2006). *A fabricação curricular da Educação Física. História de uma Disciplina desde o Antigo Regime até à I República*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa/ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Brás, J. & Gonçalves, M.N. (2009). O aperfeiçoamento técnico do corpo no imaginário da I República. A Ginástica da Educação Cívica. A Educação Cívica da Ginástica. *Entretextos nº 1* [disponível <http://www.ceief.ulisofona.pt/images/stories/artigos/entretextos%201finalpdf>, consultado em 10 de Setembro de 2010].
- Brito, A. P. (1999). A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões. In Castro, R. V., et al (orgs.). *Manuais escolares. Estatuto, funções, história*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Canivez, P. (1991). *Educar o cidadão?* São Paulo: Papirus Editora.
- Castro, R. V., et al (orgs.). (1999). *Manuais escolares. Estatuto, funções, história*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Catroga, Fernando (1988). “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, *Análise Social*, 100, (XXIV), 211-273.
- Catroga, F. (1991). *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Choppin, A. (1993). L'histoire des manuels scolaires: un bilan bibliométrique de la recherche française. *Histoire de l'Éducation*, Paris, nº 58, 165-185.
- Déloye, Y. (1994). *École et citoyenneté*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Durkheim, E. (1984). *Sociologia, educação e moral*. Porto: Rés Editora.
- Faria, J. J. S. (1998). *A instrução primária no distrito de Braga*. Lisboa: I.I.E.
- Guereña, J. L. (1997). La transmission des codes sociaux dans l'espace scolaire en Espagne au XIX ème siècle. *Romantisme*, 96, 51-58.
- Gonçalves, M. N. (2002). *Os primórdios da Educação Cívica em Portugal. O percurso da institucionalização curricular da Educação Cívica nos planos de estudo das reformas do ensino primário (1835-1910)*. Dissertação de Mestrado (2 vols). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Gonçalves, M. N. (2007). *O ideário educativo republicano. Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares*. Tese de Doutoramento (3 vols). Évora: Universidade de Évora.
- Magalhães, J. (1999). Um apontamento para a história do manual escolar – entre a produção e a representação. In Castro, R. V., et al (orgs.). *Manuais escolares. Estatuto, funções, história*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Matos, S. C. (1990). *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos liceus (1895- 1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mougniotte, A. (1991). *Les débuts de l'instruction civique en France*. Lyon: Presses Universitaires.
- Nóvoa, A. (1987). Do mestre-escola ao professor do ensino primário. Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). *Análise Psicológica*, vol. 3, 413-440.
- Oliveira, M. A. de (1993). *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Edições Loyola.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos*. Lisboa: Edições Colibri.
- Teodoro, A. (2001). *A construção política da educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento.

- Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, (XXIV), 103-104, 1067-1145.
- Vargues, I. (1997). *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora.
- Vial (1991). Préface In Mougnotte, A. (1991). *Les débuts de l'instruction civique en France (pp.1-3)*. Lyon: Presses Universitaires.

## 2. MÉDIA E REPÚBLICA

(Página deixada propositadamente em branco)

50 ANOS DE *TELEJORNAL*: DA TRANQUILIDADE À VERTIGEM DOS ACONTECIMENTOS.  
ANÁLISE DA NOTÍCIA DE ABERTURA DO TJ (1959-2009)

Se por noticiário televisivo entendermos um conjunto de peças organizadas de modo global, um alinhamento deverá sempre funcionar como um todo, apresentando uma evolução na continuidade. Se por alinhamento do telejornal concebermos a imagem de um *continuum* ao longo do qual as notícias passam de quentes a frias, de sérias a lúdicas, a primeira notícia, a de abertura, apresenta um particular interesse. Ela reflecte aquilo de mais importante acontece no país e no mundo, integra-se num conjunto de que se espera uma certa coerência e assume-se como o mais significativo do noticiário: é a primeira. Neste artigo analisamos a abertura do *Telejornal* da RTP desde 1959 até 2009. Distinguímos nesse trabalho quatro períodos que nos parecem distintos na História da Televisão Portuguesa: 1) o Estado Novo, 2) o 25 de Abril, 3) os anos de democracia em regime de monopólio televisivo e 4) o período pós-TV's privadas. Através desta análise queremos conhecer aquilo que, em meio século, o mais antigo programa de informação considerou ser o mais relevante no país e no mundo e, através disso, perceber a evolução dos registos de noticiabilidade aí destacados, o que nos ajudará a compreender melhor a evolução do jornalismo televisivo.

A análise da notícia de abertura do *Telejornal* entre 1959 e 2009 verifica-se no momento em que este programa assinala 50 anos de existência. Trata-se, pois, do formato mais antigo da televisão portuguesa. Ao reflectir aquilo que se considera serem os acontecimentos mais importantes de Portugal e do mundo, o TJ vai espe-

---

<sup>167</sup> \* Membros do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade.

lhando um certo modo de olhar a nossa sociedade e, simultaneamente, desenhando um determinado espaço público. Por outro lado, vai absorvendo o modo de fazer jornalismo próprio de uma época e ditando diferentes contornos para o campo jornalístico que, nestes anos, foi adquirindo renovadas configurações, elas próprias marcadas pelas vicissitudes históricas: ditadura, revolução de Abril... Situado num lugar central da grelha televisiva (o horário nobre), este noticiário assume-se também como espaço estruturante da identidade de uma estação. Estudar hoje aquilo que foi o *Telejornal* da RTP nestes 50 anos é reflectir sobre a sociedade que fomos, o desenho do campo jornalístico que a TV ajudou a construir e a história da própria empresa de serviço público de televisão.

Apesar de contar já meio século, o TJ não tem sido muito estudado em Portugal, embora os ângulos de análise possíveis sejam múltiplos. Neste trabalho, detemo-nos na peça de abertura, aquela que lidera um alinhamento onde as notícias tendem a ser colocadas por ordem decrescente de importância. Este estudo permite-nos perceber aquilo que, ao longo de meio século, o jornalismo televisivo considerou ser o mais relevante no país e no mundo; conhecer a evolução dos registos de noticiabilidade ao longo desses anos e perceber algumas mudanças do jornalismo televisivo entre 1959 e 2009.

## 2. Caminhos de análise

O noticiário televisivo é, por certo, um tipo de programa que se presta a múltiplas abordagens de investigação, sobretudo se ao formato se alia meio século de história de informação audiovisual. Dos conteúdos à cenografia, o *Telejornal* da RTP é uma fonte inesgotável de análise jornalística. O olhar crítico aqui adoptado incide exclusivamente sobre a notícia de abertura. Estabelecemos, por conseguinte, objectivos mais específicos e operativos do que os de uma análise globalizante, movidos pelo intuito de examinar as opções jornalísticas no que à primeira notícia dos alinhamentos diz respeito. Deste modo, traçámos como propósitos os seguintes aspectos: 1) perceber a que tempo e grau de previsibilidade e, concomitantemente, a que tipo de agendamento correspondem as notícias de topo; 2) compreender os temas/áreas de actualidade que parecem justificar a abertura dos noticiários; 3) traçar a geografia da notícia de abertura.



Para responder a estes desafios, procurámos os materiais disponíveis em arquivo na RTP. Não existindo registo sistemático em imagem das emissões do *Telejornal* desde 1959, uma vez que o arquivo regular das emissões é uma prática com sensivelmente 30 anos, resignámo-nos ao único instrumento que, aparentemente, poderia garantir alguma comparabilidade entre os anos em estudo: o registo escrito dos alinhamentos noticiosos, de que constam essencialmente os textos *pivot* lidos pelos apresentadores e a indicação da emissão de peças como unidades independentes. Disponibilizados em documentos PDF, estes registos obrigam ainda assim ao reconhecimento de algumas limitações. Trata-se de textos dactilografados, com marcas manuscritas, o que, em certo sentido, nos permite confiar que foram os documentos realmente utilizados pelos apresentadores do *Telejornal* durante as emissões<sup>168</sup>. Os documentos trabalhados representam uma fonte de análise extraordinária quer do ponto de vista formal quer do ponto de vista do conteúdo. Prestando-se a análises profundas dos recursos de linguagem e da evolução do estilo jornalístico, os textos *pivot* foram, porém, analisados essencialmente no que concerne à primeira notícia. Muitos vectores ficam, pois, com este trabalho ainda por explorar.

Também do ponto de vista global, a leitura de que este artigo pretende dar conta não se circunscreve à totalidade das emissões do *Telejornal*. Na verdade, dada a incomensurável dimensão do material disponível, seria difícil um trabalho que tivesse por objecto o conjunto das emissões diárias deste programa. No sentido de tornar a análise exequível, foi por isso estabelecida uma amostra de seis semanas de cada ano, cuja selecção obedeceu aos seguintes critérios: 1) foram considerados apenas os dias úteis, porque em determinados momentos da história do programa as edições de fim-de-semana do *Telejornal* tiveram características particulares que o distinguiram das edições de semana, nomeadamente no aparente tempo de duração da emissão informativa; 2) para garantir a comparabilidade entre os anos, foram consideradas as mesmas duas semanas, a segunda e a terceira, nos mesmos três meses, Março, Agosto e Outubro, de todos os anos. A opção por estes meses

---

<sup>168</sup> No entanto, é impossível dizer que estes documentos, mesmo com anotações, dão conta rigorosa das eventuais alterações de última hora que, pelo menos em anos mais recentes, as emissões do *Telejornal* possam ter sofrido. Por outro lado, há dias em falta nos arquivos, não tendo sido possível confirmar se estas omissões correspondem efectivamente a dias em que o *Telejornal* não tenha sido emitido ou se simplesmente correspondem a perdas no repositório.

não é aleatória, prendendo-se com a ideia de que, como as grelhas de programação, também os alinhamentos sofreriam alguma mutação ao longo do ano<sup>169</sup>. É certo que esta opção oculta e inviabiliza a análise de outros aspectos eventualmente relevantes. No entanto, por razões metodológicas, entendeu-se que Março seria um mês mais ou menos padrão no conjunto do ano, Agosto um mês-tipo do período de férias, e Outubro o mês que acompanha não apenas o arranque de um novo ano de trabalho (nomeadamente novo ano lectivo, em particular a partir dos anos 1970, quando o fenómeno das férias de Verão se massifica), como também o mês de consolidação de novidades ao nível da programação. Em termos estatísticos, estas opções corresponderiam a um total de 1470 emissões<sup>170</sup> analisadas (dez dias \* três meses \* 49 anos<sup>171</sup>). O número real de emissões analisadas deu origem, no entanto, a 1400 registos, correspondendo a diferença, com efeito, às lacunas identificadas no arquivo.

Em matéria de análise propriamente dita, os alinhamentos foram dissecados na perspectiva de uma análise de conteúdo que, para além de possibilitar a apreciação sistemática de informações contidas no texto (Quivy & Campenhoudt, 2003), tem por objectivo permitir também a inferência com base em indicadores de frequência (Bardin, 2004). Como é sabido, a análise de conteúdo obriga a um trabalho de classificação nem sempre fácil de objectivar e passível de ofuscar outros aspectos potencialmente interessantes. Contudo, revelou-se um método eficaz para a sistematização de alguns dados, cuja leitura confere uma imagem do que terá sido a abertura dos noticiários do principal canal de serviço público durante meio século. Ora, no âmbito desta análise, estabeleceu-se um conjunto de parâmetros de caracterização de que destacamos sobretudo os seguintes:

---

<sup>169</sup> Não podendo afirmar-se uma relação entre estas duas dimensões, a informativa e a da programação, entendemos que poderia verificar-se alguma contaminação do TJ por influência das novas grelhas.

<sup>170</sup> Em alguns períodos da sua história, o Telejornal tinha mais do que uma edição por dia. Por outro lado, nem sempre a edição principal foi emitida às 20h00. Momentos houve em que esta edição ia para o ar às 19h30, tendo chegado também a ser transmitida às 21h00. Para efeitos deste trabalho, analisámos apenas uma edição diária.

<sup>171</sup> O 50º ano está em curso, no momento em que produzimos este texto, pelo que, por razões óbvias, não foi considerado na amostra. A esta contabilidade, porém, acrescem algumas edições de Outubro de 1959, também analisadas.

- a) Tipo de peça jornalística: o primeiro elemento de classificação da notícia de abertura corresponde, pois, à tipologia de formas sob as quais a notícia pode ser apresentada, isto é, sob a forma de ‘pivot/slide/off isolado’; ‘pivot/slide/off em bloco temático’; ‘peça isolada’; ‘peça em bloco temático’, ‘rubrica’, ‘directo’, ‘entrevista’, ‘comentário’ e ‘editorial’.
- b) Temporalidade da notícia: neste domínio, procura-se acima de tudo saber a que tempo se reporta a notícia emitida, isto é, se se trata de uma ‘Antecipação de acontecimentos’, se de ‘Notícias do Dia’, ou do ‘Dia Anterior’, da ‘Última Semana’, se de acontecimentos com ‘Mais de uma semana’ ou acontecimentos considerados ‘intemporais’ próprios dos retratos de situação.
- c) Previsibilidade: concomitante do parâmetro anterior, neste procura-se compreender o grau de previsibilidade do acontecimento reportado, classificando-o em ‘Imprevisto’, ‘Previsto’, ‘Previsto com elementos imprevistos’ ou como dizendo respeito a ‘Ponto de Situação’.
- d) Agendamento: também inseparável dos parâmetros anteriores é a questão do tipo de agendamento, a partir do qual se classificam as notícias anteriormente consideradas como previstas. Neste domínio, consideram-se várias categorias que vão desde as inaugurações e as visitas, às greves e manifestações, passando naturalmente por conferências de imprensa e comunicados.
- e) Lugar: tendo procurado o tempo da notícia, procura-se também identificar o lugar do acontecimento, distinguindo sobretudo duas grandes categorias – ‘Nacional’ e ‘Internacional’. Estas sub-categorias foram operacionalizadas do seguinte modo: ‘Lisboa’, ‘Porto’, ‘ilhas’ e ‘resto do país’, no contexto nacional; por países, e consecutivamente por continentes, no plano internacional.
- f) Tema: finalmente, esta análise de conteúdo pretendeu também identificar a área temática das notícias em estudo. Considerando as áreas temáticas mais ou menos convencionais em matéria de informação – Política, Sociedade, Cultura, Economia e Desporto – as categorias consideradas pretenderam dar conta de aspectos mais particulares dentro de cada um destes campos. Deste modo, as categorias temáticas foram decompostas em 75 subcategorias, cujas variáveis mais significativas serão reportadas no ponto relativo à leitura dos resultados.

Finalmente, reclama esta nota metodológica um esclarecimento acerca da periodização aqui adoptada na análise dos 50 anos de história do *Telejornal*. Na verdade, por razões que se prendem com aspectos de carácter político, mas também com aspectos conjunturais do campo mediático, a investigação realizada considerou fundamentalmente quatro períodos, nos quais se secciona a leitura dos resultados e a interpretação de algumas tendências sinalizadas pelos dados.

O primeiro período diz respeito aos últimos 15 anos do regime de ditadura, de 1959 (primeiro ano de emissões regulares do *Telejornal*) até 1973. A vigência da Censura, o contexto de um regime ditatorial e a profusão da Televisão pelos lares de uma sociedade cultural e economicamente diminuída, são algumas das razões que tornam inescapável a circunscrição deste período em qualquer análise histórica da informação. O mesmo se poderia dizer para o período compreendido entre 1974 e 1976. Marcado pela Revolução do 25 de Abril e por uma profunda instabilidade política e social, apanágio de uma liberdade conquistada após quatro décadas de forte repressão, este período não seria apropriadamente considerado senão na perspectiva de um certo destaque. Trata-se, na verdade, de um período de transição que não corresponde ainda a uma transformação plena do panorama da informação televisiva, mas compreende um período híbrido, contaminado ainda pela linguagem própria de uma certa subserviência ao regime, característica do Estado Novo.

Efectivamente mais distinto é o período que compreende toda a década de 1980, estendendo-se desde 1977 a 1991. Fundamentalmente, este é o período que corresponde à consolidação do processo de democratização de Portugal, à entrada na então Comunidade Económica Europeia e à vigência de um regime de monopólio televisivo, assente nos dois canais de Serviço Público. A partir de 1992 e até à actualidade, a RTP passa a conviver com a Televisão de iniciativa privada. É este o principal marco do início do quarto período considerado neste estudo, pois que se parte de algum modo do pressuposto segundo o qual os canais privados terão desafiado, de algum modo, a lógica de produção de informação até então dominante.

É certo que outras delimitações temporais poderiam ter sido estabelecidas. Sobretudo mais próximo da actualidade, a rápida renovação tecnológica da Televisão

em geral e o modo como a RTP se prestou a acompanhar o processo de digitalização dos conteúdos, nomeadamente a pretexto da dinamização de outras plataformas como o portal e o RTP Mobile, exigiriam uma análise mais detalhada de diferentes etapas da história. Procurámos, no entanto, fazer um exame global, optando por isso por uma leitura analítica balizada por estes quatro marcos, apesar dos aspectos que esta opção possa eventualmente ofuscar.

### 3. Olhando para a abertura dos telejornais

#### 3.1. De 1959 a 1973: “o poder em cena”

Um dispositivo e um ritual de legitimação do poder político: assim poderá ser visto o *Telejornal* entre 1959 e 1973. Será esse o modo tentador de interpretar o principal noticiário da RTP, quando nos deparamos com alinhamentos que mais parecem obedecer à lógica da comunicação institucional do que às orientações da informação jornalística. Mas também poderemos olhar para o TJ deste período como um ritual que reflectia um país vagaroso, submisso a hierarquias e pendurado em tradições. Dentro do ecrã de notícias ali estavam os apresentadores ora sentados, ora de pé conforme o respeito que a personalidade retratada exigia. Mais do que uma função informativa, o noticiário assumia-se como uma cerimónia que mostrava, sobretudo, o poder em cena. As más notícias eram dadas quando já haviam decorrido alguns dias sobre o que se reportava ou quando a desordem estava normalizada. Um tempo de tranquilidade: assim era o TJ, que confundia “munícipes” com “paroquianos” (18 de Outubro de 1959), que arriscava preencher uma edição com a divulgação das listas da União Nacional às eleições nacionais (8 de Outubro de 1965), que tratava os governantes como “nossos ministros” (12 de Outubro de 1965), que promovia campanhas de apoio aos soldados enviados para as Colónias e que transmitia apelos de ajuda individual. Como este: “*uma doente em estado grave necessita urgentemente de um medicamento chamado Torecan em supositórios. Repetimos Torecan em supositórios*” (11 de Março de 1963). Neste período, a informação da RTP viveu sob a orientação dos serviços da censura e de propaganda do regime que mantinham uma relação próxima com a RTP, como bem documenta o trabalho sobre o *Telejornal*

realizado por Francisco Rui Cádima (1996). A 7 de Março de 1962, dia de aniversário da RTP, integra-se no *Telejornal* a seguinte notícia:

116

Recebemos na nossa Redacção um telegrama do Director dos Serviços de Informação do SNI, Dr. Ramiro Valadão, felicitando-nos por aquilo a que chama a ‘magnífica actividade do Telejornal. Os nossos agradecimentos.

Noticiava-se aquilo que era benéfico para o regime político que nem necessitava de controlar muito o que a RTP fazia, pois, no interior da redacção da TV pública, havia homens da confiança do poder político que ocupavam aí cargos de chefia. Para além de seleccionarem o que deveria ser noticiado, algumas dessas pessoas manifestavam mesmo em antena a sua posição favorável ao poder vigente. Exemplo disso são os comentários feitos no *Telejornal* por Manuel Maria Múrias que, em finais de 1963, substituiu Manuel Figueira na direcção de informação da RTP.

Nesta fase, o alinhamento do TJ compõe-se de um conjunto de notícias que, na abertura, dá primazia ao poder político português e se orienta por uma ordem cronológica. Primeiro noticia-se a demissão do ministro, depois dá-se conta da tomada de posse do governante que lhe sucede; primeiro reporta-se um jantar oferecido na noite anterior a uma delegação de políticos estrangeiros, depois fala-se do que fizeram na tarde daquele dia. O “quem?” é uma pergunta central na confecção das notícias, na medida em que se evidencia um cuidado assinalável em retratar tudo o que envolve determinadas pessoas, a maior parte das quais oriundas do poder político. Em Agosto de 1965, a notícia da posse do Presidente da República constituiu-se como abertura do TJ durante vários dias. Há numerosas réplicas deste prolongamento da noticiabilidade, sem haver motivos jornalísticos que o justifiquem. Na verdade, “o quê?” é uma questão que, nesta altura, não era muito valorizada. Não havia muito interesse em saber o que se fez em determinada viagem ou o que se resolveu em determinada reunião. Bastava noticiar o evento e descrever o ambiente. Por exemplo, noticia-se, a 19 de Outubro de 1959, a chegada a Lisboa do subsecretário da Educação, mas não se diz o que ele fez em Angola e Moçambique. Anuncia-se a agenda dos políticos (o que fizeram ou o que vão fazer) ou faz-se uma espécie de acta dos factos que, muitas vezes, ignora o essencial daquilo que se passou. Quase nunca conhecemos a essência das decisões do Conselho de Ministros ou das discussões da Assembleia

Nacional, embora estes dois órgãos protagonizem frequentemente a abertura do principal noticiário da RTP. O que ficamos nós a saber deste *pivot* que foi lido no dia 16 de Março de 1960, sem qualquer imagem ou depoimento que ajudassem a compreender o que era dito...?

Na Assembleia Nacional continuou hoje a apreciação do projecto de alteração ao Regimento. Entrou-se na votação, após o debate na especialidade, e vários deputados manifestaram a sua discordância em relação a alguns artigos propostos, tendo apresentado emendas que foram apreciadas em seguida.

No período antes da ‘Ordem do dia’, o deputado Ferreira Barbosa tratou de assuntos ligados à última conferência de Imprensa do ministro da Economia, especialmente no que se refere à concentração industrial, afirmando ser do maior interesse para a Economia Nacional e para o desenvolvimento geral a concentração de empresas numa perfeita fusão de trabalhos especializados ou afins.

Não podemos também percorrer os alinhamentos do TJ à espera de um fio condutor entre as peças. Não há uma ligação lógica entre as notícias e essa urdidura também seria difícil de construir face àquilo que poderia caber no noticiário da RTP. A 19 de Outubro de 1959 anuncia-se, para dali a dias, a inauguração da lavandaria do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Sangalhos e essa referência é colada à notícia do 107º aniversário da polícia italiana.

A abertura do *Telejornal* faz-se essencialmente com textos-*pivot*, muitas vezes ilustrados com fotografias, mapas ou algumas imagens em movimento. Não é comum encontrarmos uma peça noticiosa no topo do alinhamento. Da nossa amostra, e no período compreendido entre 1959 e 1973, as peças somam uma percentagem de 21.8%. As restantes notícias são dadas em texto-*pivot* (70.3%) e as restantes em forma de editorial (4.6%), de comentário (2.9%), de entrevista (0.2%) ou em rubricas<sup>172</sup> (0.2%). Quando os factos se apresentam sob a forma de peça noticiosa, os temas são predominantemente de Estado ou de diplomacia. Os géneros mais opinativos (editorial e comentário) raramente são colocados no arranque no noticiário, mas, embora não tendo um lugar fixo no alinhamento, são bem visíveis no noticiário da

---

<sup>172</sup> As rubricas, embora não raras na abertura, tinham alguma visibilidade no alinhamento no TJ, principalmente na parte final. “Letra de Imprensa”, “Jornal da Mulher”, “Natal dos soldados” são algumas das rubricas que integraram o noticiário da RTP entre 1959 e 1973.

RTP. No entanto, na era marcelista, o editorial ganha mais vitalidade, sendo mais vezes colocado a abrir o *Telejornal*. Em Outubro de 1969, essa opção faz-se com bastante frequência, tendo como tema de fundo a questão do Ultramar e a preservação das colónias portuguesas. A 8 de Outubro de 1969, o TJ abria assim:

Isto de se pretender discutir o que é, por definição, indiscutível revela falta de imaginação e ausência de maturidade de políticos cuja cartilha lírica não abunda de lucidez e coerência.

Como se dizia num editorial que abria o *Telejornal* de 14 de Outubro de 1969, “*a Pátria não discute, defende-se*”. As rubricas, embora com espaços generosos, não têm prioridade sobre as outras notícias, excepção feita à “Revista de Imprensa”. É igualmente raro abrir-se um noticiário com uma entrevista. Na nossa amostra isso aconteceu apenas uma vez: quando se deu a palavra ao presidente da RTP em dia de aniversário da empresa de serviço público (7 de Março de 1968).

Com uma frequência muito alta nos alinhamentos do período do Estado Novo, os textos-*pivot* ou os chamados ‘off’<sup>173</sup> não têm qualquer unidade de forma ou de conteúdo. De tamanho irregular, de tom diverso e de composição variável, este tipo de abertura surpreende-nos pela inconstância. Tanto pode apresentar-se em longo texto como numa espécie de agenda do poder político. Assim:

Com o senhor Presidente do Conselho trabalharam hoje os Ministros da Justiça e das Corporações. O Chefe do Governo recebeu o general Juarez Távora, ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil, que veio a Lisboa assistir à inauguração da Ponte Salazar. (11 de Agosto de 1966)

À falta de imagens, o texto-*pivot* procura anunciar por palavras aquilo que actualmente uma peça de um minuto e meio mostra. Acrescente-se que, nos primeiros anos da televisão em Portugal, não havia um entendimento das imagens do ponto de vista da narração informativa. Daí que, por vezes, esse trabalho fosse delegado em pessoas exteriores à redacção. Por exemplo, na edição do dia 17 de Agosto de 1960, abre-se o noticiário, dizendo que o Presidente da República visitara no dia anterior o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida e, a esse propósito,

<sup>173</sup> Alargamos aqui este conceito tomando-o como equivalente a textos lidos por cima de fotografias ou pontualmente ilustrados com algumas imagens em movimento.



anuncia-se uma “*reportagem filmada do acontecimento com imagens cedidas pelos Serviços cartográficos do Exército*”. Se os meios tecnológicos disponíveis não permitiam grandes ousadias em termos de captação de imagem e montagem de peças, por outro lado, o poder da palavra do apresentador continuava a sobrepor-se à força que eventualmente a imagem poderia ter. Se assim não fosse, como explicar o comentário ou o editorial no topo dos alinhamentos do TJ ou os textos noticiosos de registo descritivo? Veja-se como se noticiou a 14 de Março de 1961 a visita do Presidente da República ao Asilo D. Pedro V:

O Chefe do Estado visitou, esta manhã, o Asilo D. Pedro V, onde era aguardado pelo Ministro da Saúde, Dr. Martins de Carvalho; subsecretário das Obras Públicas, Eng.º Saraiva e Sousa; e ainda pelo Conselho director do Asilo. Após os cumprimentos, as alunas, em número de 87, formando em círculo, entoaram o hino nacional, sob a direcção da sua professora de música.

Esta visita de Chefe do Estado teve um significado especial, porquanto o Presidente Américo Tomás já era subscritor do Asilo antes da sua entrada para o Governo da nação. O Sr. Presidente da República visitou várias salas do Asilo, estando patentes, numa delas, diversos trabalhos efectuados pelas alunas, que fazem parte das encomendas aceites para a angariação de fundos.

No final, o Chefe do Estado ofereceu bombons, para serem distribuídos pelas alunas. À saída do edifício, o Sr. Almirante Américo Tomás foi delirantemente aclamado pelas educandas daquela instituição.

Embora o texto-*pivot* não tenha uma extensão-padrão (podendo ser muito reduzido ou extenso), os responsáveis do TJ sentem, por vezes, necessidade de construir blocos temáticos que, nesse caso, mais não são do que colagens de textos que fazem somar diferentes ângulos do mesmo acontecimento e, com isso, conferem maior notoriedade ao acontecimento em destaque. O Estado é o tópico onde este tipo de organização de peças tem mais rentabilidade. A saúde de António Salazar em Outubro de 1968 foi um dos acontecimentos que mobilizaram muitíssimo a atenção dos jornalistas da RTP. Sem imagens, o TJ ia dando os relatos possíveis (e recomendáveis para controlar a opinião pública). No dia 18, o TJ abre com o boletim clínico, assinado por quatro médicos e lido pelo apresentador assim:

As melhoras verificadas ontem mantêm-se. Às 20 horas apresentava os seguintes valores: temperatura – 36 graus e 9 décimos; tensão máxima – 13, mínima – 9. Pulso – 82 pulsações por minuto. A respiração é assistida com intermitências mais prolongadas.

Seguem-se mais quatro textos-*pivot*: um texto (pormenorizado) que dá conta das pessoas que se deslocaram à Cruz Vermelha onde Salazar estava internado; um outro (de 4 linhas) que salienta a deslocação ao hospital do secretário de Estado da Informação para visitar o chefe do Governo; um outro (de duas páginas) que cita o editorial do “Chicago Tribune” exaltando a figura de Salazar; e ainda um outro que faz eco de dois telegramas que convidam o presidente do Conselho a visitar Moçambique.

Ao longo do Estado Novo, não se nota uma grande valorização do valor-notícia “actualidade” enquanto sinónimo de algo que acaba de acontecer. Poder-se-ia dizer que os valores globais da nossa amostra contrariam, à partida, esta afirmação, na medida em que um pouco mais de metade das peças analisadas reportam acontecimentos do dia. Mas acrescenta-se que a maior parte desses acontecimentos eram previsíveis, podendo estar agendados já há alguns dias. Exemplos: visitas (de políticos) a determinados lugares, aniversários (de figuras de Estado), deslocações (de governantes) às colónias... O noticiário estrangeiro, embora não muito expressivo em termos numéricos, tem outro entendimento do tempo da notícia, estabelecendo intervalos curtos entre o que acontece e a respectiva mediatização. Ao percorrer os alinhamentos do TJ, sobressaem dois modos de fazer jornalismo: um mais substantivo, mais sucinto e mais ágil a noticiar aquilo que acontece (o internacional) e outro mais adjectivo, mais prolixo e mais despreocupado com pressões do tempo (o nacional). Poder-se-ia dizer que a televisão pública estava ainda a adaptar-se a uma realidade nova: o jornalismo televisivo. Que se debate com vários constrangimentos. Por exemplo, técnicos: se a abertura do ano lectivo da Universidade de Lisboa é notícia no próprio dia em que ocorre, a mesma cerimónia nas academias do Porto ou de Coimbra apenas tem essa possibilidade no dia seguinte, porque não há meios que encurtem distâncias. Por outro lado, há que sublinhar aqui o entendimento do tempo da notícia como algo bastante dilatado na linha temporal. De outra forma, dificilmente se compreenderia a inclusão de peças que narram factos que ocorreram “há dias” ou que omitem referências temporais, encarando-se o “quando?” como uma pergunta de valor menor. Este alargamento temporal daquilo que (ainda) pode ser notícia algum tempo depois da respectiva ocorrência tem implicações na (perda de) importância daquilo que é noticiado. Factos com mais de um dia perdem força no alinhamento, apesar de haver acontecimentos que, embora tardando a ser conhecidos, dificilmente poderiam ser atirados para lugares discretos de um noticiário. Como

um acidente aéreo onde morreram mais de 30 pessoas. Na edição do dia 14 de Agosto de 1961, o TJ abriu com as comemorações do dia da Infantaria em Mafra, seguiu-se a inauguração de um bairro de pescadores na Póvoa de Varzim pelo ministro das corporações e, na última parte do noticiário, inserido na 6ª posição de um bloco de notícias internacionais, aparece a seguinte notícia:

No passado dia 11 deu-se um grande desastre de aviação perto de Stavange, na Noruega. Um avião britânico embateu contra o pico de uma montanha e ficou completamente destruído. (pausa) No desastre morreram 34 estudantes, dois professores e os três tripulantes do avião.

O noticiário internacional tem menos relevância do que aquilo que acontece em território português: 73,8% das peças da nossa amostra referentes ao período 1959-1973 são nacionais e apenas 13,7% são internacionais (as restantes cruzam o nacional com o internacional). Os países mais visíveis são a França e os EUA, com 9 e 14 peças, respectivamente. A lista de países que foram notícias é, na verdade, muito reduzida. As colónias, nomeadamente Angola e Moçambique, tiveram assinalável destaque, muitas vezes para se falar de um clima aprazível e calmo, mesmo no tempo da guerra colonial. Essa preocupação era tal que muitos dos textos apresentam um alto grau de rasuras, como se vê na edição do TJ de 20 de Outubro de 1961 (6ª feira).

No continente, a região mais destacada é Lisboa. Quando a referência é a capital, menciona-se determinada igreja ou centro cultural e pressupõe-se que todos saibam que estamos a falar da principal cidade do país. Os outros locais poucas vezes são notícia. A RTP destaca-os no verão, quando fala das romarias ou quando o poder político se desloca à província. Aí não se poupam descrições. Por exemplo, a 13 de Agosto de 1962, diz-se que o Presidente da República se deslocou a Coimbra. Descrevem-se pormenorizadamente os sítios por onde Américo Thomaz passou, embora nada se diga do que falou. No dia seguinte, o TJ haverá de replicar a mesma abertura. O ‘onde, o quê e o quando?’ eram irrelevantes face ao “quem?”.

### 3.2. De 1974 a 1976: a conquista da liberdade

O ano de 1974 não é apenas um marco histórico em termos políticos; é-o também para o jornalismo, que abandonará progressivamente o tom elogioso com que se

reportava ao governo para adquirir um tom mais isento. Reflexo das mudanças em curso na sociedade, o próprio discurso jornalístico da televisão virá a dar conta de um país que se rebela contra o moralismo e ‘agachamento’ relativamente às instâncias de poder, característicos do Estado Novo. Longe da estabilidade e de uma certa conformidade com a norma própria de um regime mais opressor que expansivo, o jornalismo sofrerá uma forte transfiguração, de que durante o período destes três anos vemos apenas alguns sinais. A partir desta altura, por exemplo, o Presidente da República deixa de ser referido como o “Senhor Presidente”, mantendo-se apenas, em algumas exceções, os títulos de “Dr.” e “Prof.”.

Nos momentos finais da ditadura, porém, a palavra de Marcello Caetano era ainda, como sugestivamente se afirmava na abertura da edição de 6 de Março de 1974, «escutada, em todo o país, com a atenção e o interesse que a sua condição de Chefe do Governo implica». Só talvez por esta razão seja compreensível que uma comunicação de Caetano à Assembleia Nacional tenha justificado a abertura do principal noticiário durante três dias consecutivos. Só talvez por esta razão também e pela circunstância de as matérias informativas serem ainda submetidas ao constrangedor processo de ‘Exame Prévio’ se compreenda o tom elogioso adoptado pelos jornalistas para se referirem a este discurso do sucessor de Salazar. Num parágrafo particularmente opinativo, dizia um dos locutores, nessa edição de Março, que

... para além de ter sido um exemplar político do ponto de vista da clareza e brilho da exposição, da lógica do raciocínio e da coerência doutrinária – a comunicação de Marcello Caetano teve o condão de desfazer quaisquer dúvidas e de afastar as inquietações e as incertezas que pairavam em muitos espíritos.

Peça exemplar de um certo comprometimento da informação com o regime autoritário, a abertura do *Telejornal* nesse dia consideraria ainda que:

a lição de dignidade do presidente Marcello Caetano traduz uma nobreza de espírito, uma coragem moral e uma rectidão de carácter que o País não pode deixar de registar como um dos momentos mais altos da sua história política.

Ainda que não tenha sido sempre com este carácter laudatório que os assuntos de âmbito político foram tratados, eles correspondem a 89% das aberturas dos Telejornais, podendo dizer-se que os eventos políticos dominaram inteiramente o arranque do principal noticiário da televisão portuguesa entre 1974 e 1976. São muito residuais

os valores registados para as outras categorias temáticas, que, por essa razão, não nos mereceriam especial referência, não fosse uma das curiosidades de que também se faz a história do *Telejornal*. Em Agosto de 1974, no dia 14, o boletim informativo abria com uma notícia de Desporto. Em plena ‘Volta a Portugal’ em bicicleta, as primeiras palavras do locutor terão sido: «Sob o signo da monotonia e lentidão correu-se, hoje, a 17ª etapa da ‘Volta a Portugal’ em bicicleta». Numa formulação pouco condizente com a linguagem televisiva tal como a entendemos hoje, esta abertura ilustra também a resignação do *Telejornal* a notícias ‘mornas’ para o arranque do noticiário.

Observando mais particularmente que áreas da política justificariam a abertura do noticiário, registamos que a Política de Estado foi, na verdade, a categoria temática que mais sistematicamente deu o mote para a informação televisiva, tendo muito menor expressão os assuntos relativos aos Partidos Políticos ou mesmo as referências a questões militares e de segurança ou as de índole diplomática. Ainda que o período seja excessivamente curto para fazermos uma leitura longitudinal, há sinais de que os temas de política europeia serão também de menor relevância, tendo justificado apenas uma notícia de abertura em 92 registadas para estes três anos. Em todo o caso, considerando a excepcionalidade histórica dos anos examinados neste período, não serão, com efeito, de estranhar os resultados que dão conta de uma atenção particular sobre a política nacional.

Extraordinariamente considerados nesta amostra, os alinhamentos do *Telejornal* do final de Abril de 1974 são, talvez sem grande surpresa, pouco expressivos da dimensão da Revolução dos Cravos. Na noite de 24 de Abril de 1974, o *Telejornal* abria com a notícia da morte do Presidente da Áustria. Curiosamente, e talvez apenas por uma certa coincidência ocasional, numa noite que viria a ser singular na história política nacional, a notícia de abertura dava conta de uma informação internacional a que se seguiu outra relativamente à designação de um novo governo na Bélgica. Durante a madrugada, porém, entre as 3h00 e as 4h30 da manhã, a RTP seria tomada pelo Movimento das Forças Armadas. Às 18h40 do dia 25, a Televisão Pública emitiria o primeiro *Telejornal* livre, «difundindo um comunicado em que o MFA anuncia a rendição das forças fiéis ao Governo» (Reis, 1993:17). Ao serão, a RTP apresentaria ainda a Junta de Salvação Nacional ao país. Na documentação consultada para esta investigação não há, porém, registo nem do *Telejornal* nem de qualquer

outra informação difundida no dia 25. A edição das 19h30 do *Telejornal* do dia 26 pedia a atenção dos telespectadores para anunciar que «segundo as últimas notícias chegadas ao comando do Movimento das Forças Armadas, a situação em todo o país está normalizada». Tomada de assalto, o que a Televisão emitia era menos trabalho jornalístico do que anúncios ou informações instrumentais dos militares. É esse pelo menos o tom que se lê nesta insistência: «Repetimos – a situação em todo o país está normalizada!». De algum modo surpreendente também a forma como, imediatamente antes da leitura de um comunicado da Junta de Salvação Nacional, se dizia ainda que «outras notícias que circulam podem e devem ser consideradas boatos. Todas as informações são emanadas pelos meios de comunicação social» (26 de Abril de 1974, edição das 19h30). Na edição do fim da noite, pelas 0h00, o alinhamento dava conta, em notas muito breves, das várias felicitações manifestadas por diferentes governos europeus à tomada de poder pelo MFA. Na mesma edição, a RTP agradecia as felicitações recebidas pelo «trabalho desenvolvido pelos funcionários da RTP»:

Embora o livre exercício da profissão seja, para nós, um desejo agora transformado realidade, - o que nos compensa largamente pelo esforço dispendido – não queremos deixar de agradecer, em nome de todos os que trabalham nesta casa, essas provas de simpatia e compreensão.

Transmitir comunicados era, na verdade, uma vocação particular do *Telejornal* em meados da década de 1970. Mais apto a cobrir acontecimentos com um certo grau de previsibilidade (75% das notícias de abertura são neste período relativo a acontecimentos previstos e/ou previstos com elementos imprevistos), este serviço noticioso manteve, por conseguinte, uma forte dependência relativamente aos acontecimentos de agenda. Ainda que as razões deste facto reclamassem um estudo mais vasto sobre os critérios de noticiabilidade associados à primeira notícia do alinhamento, seria aceitável considerar que, tendo meios limitados para cobrir acontecimentos de última hora, a televisão teria dificuldade de reportar acontecimentos de algum modo inesperados. Decerto pela mesma razão são ainda irregulares as peças como unidades independentes, correspondendo à leitura dos textos-*pivot*, eventualmente sobrepostos a imagens cuja função era apenas a de ilustrar aquilo ou aqueles a que se referia o texto. Com efeito, foi assim que, no âmbito da amostra considerada, abriram 60% das emissões do *Telejornal*, ou seja, mais de metade das edições corresponde a notícias que não deram lugar a peças e, eventualmente, nem sequer à emissão de imagens.

Por outro lado, só 8% das notícias chamadas à abertura do *Telejornal* conseguiram entre 1974 e 1976, antecipar o acontecimento, sendo que 69% das notícias diziam respeito a acontecimentos do dia. O facto de os acontecimentos do dia anterior e/ou da última semana perfazerem apenas uma quota de 13% das aberturas denotam já uma evolução relativamente ao período anterior, marcado especialmente pela incapacidade de informar sobre a actualidade do próprio dia.

Relativamente ao tipo de acontecimento agendado que figura na abertura dos Telejornais, pode dizer-se que mais de metade dos acontecimentos com grau de previsibilidade reporta a reuniões (nomeadamente do Conselho de Ministros e da Assembleia), embora sejam também relevantes os registos de notícias originadas em conferências de imprensa e a pretexto de tomadas de posse ou nomeações. Em terceiro lugar nesta hierarquização do tipo de agendamento aparecem as visitas ou as chegadas de visitas oficiais.

No que concerne à localização dos acontecimentos, regista-se um predomínio esmagador da informação nacional, que representa 85% das notícias de abertura. No panorama nacional, Lisboa é, quiçá expectavelmente, o local onde têm origem mais notícias de abertura. Registe-se que, em associação com o tema das referidas notícias, se poderá perceber que a maioria dos acontecimentos tem, no entanto, impacto nacional. Trata-se, na verdade, de notícias referentes aos resultados das reuniões de Conselhos de Ministros, a tomadas de posse para cargos da nação ou à divulgação de comunicados. Por esta razão, apesar de o facto desencadeador da notícia ter epicentro em Lisboa, em mais de metade das notícias registadas, uma parte significativa pouco terá a ver com a vida urbana de Lisboa, mas antes com a circunstância de o poder central estar sediado na capital.

Apesar de não contemplar este trabalho um olhar específico sobre as fontes de informação, merece também este ponto uma anotação ao jeito de nota marginal. Na verdade, não são poucos os casos de notícias que não identificam a fonte originária da informação. Ainda que a questão da ausência de fontes ou a suposta dependência de fontes anónimas seja um problema transversal que se mantém até à actualidade, é meritória de registo a forma como a referência a essas supostas fontes é feita. Note-se, por exemplo, na expressão adoptada num texto-*pivot* de 16 Agosto de 1974 (edição

das 21h30), a propósito das relações entre Portugal e Moçambique: «... *fontes dignas de fé* indicam que Mário Soares, Almeida Santos e o major Melo Antunes se deslocariam a Lusaka» (sublinhado nosso).

A questão da linguagem é, na verdade, um dos aspectos mais interessantes da análise destes materiais, sendo a conviência com um certo tom moralista uma das marcas predominantes. Veja-se, por exemplo, como se referiam os locutores, em Agosto de 1975, a propósito de manifestações e comícios ocorridos em Lisboa e em Cascais:

Em jeito de prólogo, apenas diremos, parafraseando a linguagem do povo, que as acções (aqui, nas palavras e nos sons) ficam com quem as pratica. E será o próprio povo a julgá-las – certo que a verdade virá sempre ao de cima.

Não ficamos, certamente, esclarecidos sobre os factos que esta afirmação encerra, mas seria impossível ignorar uma certa preocupação pela expressão de opiniões ‘moralizadoras’. Esta é uma tendência, porém, que viria a esbater-se nos anos seguintes.

### 3.3. De 1977 a 1991: o caminho da democracia

Os anos que se seguem à Revolução dos Cravos são de franca instabilidade política, sucedendo-se governos de curta duração, o que agitou e dinamizou enormemente a política nacional e, por conseguinte, a actividade dos *media*. O grande volume de informação é, aliás, também o sentimento de uma época em que os editores se permitem abrir o *Telejornal* dizendo, como neste exemplo: «Boa noite, sexta-feira 16 de Março *um dia particularmente cheio de acontecimentos noticiosos*» (edição de 16 de Março de 1989, sublinhado nosso). A década de 1980 tem, por outro lado, a particularidade de consolidar um interesse pela resposta à pergunta “o quê?”, o que reflectirá não apenas as mudanças desencadeadas no jornalismo televisivo, mas certamente no jornalismo em geral. Na verdade, se nos períodos anteriores a visita de um ministro estrangeiro a Portugal era notícia independentemente dos motivos que o traziam ao nosso país e, em muitos casos, sem chegarmos a saber verdadeiramente o que fez ou disse durante a sua estadia, nos anos 1980, a visita enquanto tal esvazia-se de impacto noticioso, sendo, por outro prisma, pretexto para divulgação



de informações, por exemplo, de natureza diplomática. É disso indicador este exemplo de 1981:

A França não põe em causa a presença dos emigrantes portugueses. Quem o disse foi o ministro francês do trabalho Jean Matteoli, que hoje terminou uma visita a Portugal. (edição de 13 de Março de 1981)

Menos a pretexto de visitas do que antes, é certo, a Política continua, no entanto, a dominar as notícias de abertura, embora em menor percentagem do que no período anterior. Se entre 1974 e 1976, as notícias referentes a este âmbito correspondiam a 85% das aberturas do *Telejornal*, de 1977 a 1991 esta parcela desce para os 67%, o que significa uma considerável dispersão dos motivos de abertura por outras secções como Sociedade e Economia, que no conjunto representam quase um terço dos topos dos alinhamentos. Embora se mantenha um predomínio das notícias sobre Política de Estado, é também notória a progressiva ascensão das notícias sobre questões europeias para o topo da actualidade. Por outro lado, no que a matérias de Sociedade diz respeito, ganham expressão maior as notícias sobre Justiça e sobre acidentes e desastres. No que concerne ao campo económico, estão no topo dos alinhamentos também notícias sobre a situação económica em geral e questões de divisas em particular, bem como sobre questões laborais e sindicais (nomeadamente a pretexto de greves e manifestações).

Se é verdade que a linguagem não perde imediatamente os sinais de um certo comprometimento opinativo, pois que em Outubro de 1977, no dia 13, os locutores anunciam na abertura uma «visita oficial e amistosa» do Presidente da Jugoslávia a Portugal, é-o também que se nota uma progressiva transformação até um registo mais isento, que dispensa adjectivos. Diferenças profundas são, na verdade, notadas mesmo antes da abertura dos canais privados. A linguagem torna-se gradualmente mais directa, eventualmente mais aproximada da rádio do que da imprensa. É ainda assim marcada pontualmente por expressões que causam a uma leitura actual alguma estranheza. Em Outubro de 1985, a propósito da abertura do novo ano escolar e das dificuldades vividas por algumas escolas em particular, nomeadamente uma «situação numa dependência do Palácio da Ajuda», referem-se os problemas com os ordenados dos professores que colocam em causa o futuro dos alunos, diz-se durante o

longo texto-*pivot* desta abertura: «... é uma pena – até porque esta escola da Ajuda tem características únicas... é o género de projecto imaginativo que poderia mudar tanta coisa que precisa de ser mudada aqui...» (edição de 14 de Outubro de 1985).

Ainda que esta seja uma formulação algo surpreendente, a verdade também é que aumenta neste período a capacidade de o noticiário acompanhar acontecimentos imprevistos. O valor das notícias de acontecimentos previstos, de agenda, portanto, é ainda elevado, mas decresce cerca de 10% em valor dos acontecimentos imprevistos.

Em matéria de agendamento, mantém-se especialmente elevado o número de notícias que têm origem em reuniões, audiências, encontros e cimeiras. A sucessão de crises políticas desencadeadas pela instaladas pela demissão e substituição dos diversos governos constitucionais que se formam nesta altura multiplicam a visibilidade de reuniões entre partidos políticos e entre elementos do Poder Central. Pela mesma razão se justificará o interesse em conferências de imprensa. Por outro lado, têm também grande expressão as notícias de encontros entre políticos nacionais e representantes de outros países de que decorrem, por norma, negociações diplomáticas. Em Outubro de 1977, a visita do Presidente da Jugoslávia a Portugal justificaria a abertura do *Telejornal* durante quatro dias consecutivos na mesma semana. Como a análise dos temas já tinha evidenciado, são significativas as greves e manifestações registadas neste período, nomeadamente da Função Pública, dos trabalhadores dos transportes e dos CTT. Mas não são apenas as greves nacionais que justificam as aberturas. Greves na Polónia e em Itália são noticiadas em 1980.

Se entre 1977 e 1991 aumenta a dispersão pelos temas das notícias, crescendo o número de aberturas motivadas por questões sociais e económicas, também o é que aumenta similarmente a informação de carácter internacional. Durante a década de 1980, o Internacional conquista um terço das aberturas do *Telejornal*. É sobretudo a Europa que aparece no topo dos alinhamentos, mas África continua a ser o segundo continente mais visível. Já não são, porém, as ex-colónias portuguesas os motivos por que as questões africanas são chamadas ao topo da actualidade. Na verdade, se continuamos a registar um interesse sobretudo por Angola e Moçambique, e residu-

almente por S. Tomé e Príncipe, é da África do Sul e do Egipto que chegam as informações conduzidas à abertura dos Telejornais. No contexto nacional, Lisboa continua a ser o centro de maior difusão de informações, mas há um progressivo deslocamento para notícias assumidamente de interesse global nacional. E se acrescentarmos a esta impressão, o facto de serem igualmente elevados os registos em que não é indicada a localização, teremos neste domínio uma certa desvalorização da capital. Com efeito, os textos-*pivot* nem sempre identificam o local gerador do acontecimento, por duas razões sobre as quais a partir do material analisado apenas podemos especular: 1) por um lado, porque o tipo de acontecimentos reportados é por si suficiente para indiciar o interesse nacional das notícias; 2) por outro, tendo em conta que o número de peças informativas como unidades independentes é cada vez maior, o jornalista apresentador sentir-se-á dispensado de prestar todas as coordenadas de situação do acontecimento, remetendo esses esclarecimentos para o interior das peças. Em matéria de localização, registre-se finalmente o lugar residual do Porto e do Resto do País no topo da actualidade.

Pode dizer-se que a análise do tempo, tal como a do lugar da notícia, não registam diferenças significativas relativamente ao período anterior. Ora, apesar das expectativas com que partimos para esta investigação, não aumenta a proporção de notícias de antecipação de acontecimentos. Em todo o caso, diminuem os registos do dia anterior, sendo praticamente dois terços da informação relativa ao próprio dia.

No que diz respeito à tipologia das peças de abertura, pode dizer-se que se consolida a utilização de peças como unidades independentes do texto-*pivot*. A este nível, 88% da informação analisada corresponde ao lançamento para peças maioritariamente isoladas. Por outras palavras, à medida que avançamos na década de 1980, as notícias lidas apenas em *off* pelos apresentadores do *Telejornal* tornam-se cada vez mais escassas, dizendo, na maior parte dos casos, respeito a informações cujos desenvolvimentos se remetem para mais tarde. O directo é ainda escasso, tendo-se justificado apenas em 14 das 393 notícias examinadas neste período e em todos os casos apenas para informações de âmbito nacional. Finalmente uma nota para a proporção de peças que abrem o *Telejornal* compondo blocos temáticos. Esta é uma tendência visivelmente crescente.

### 3.4. De 1991 a 2009: a urgência de noticiar a última coisa que acontece

130

A velocidade é um dos principais traços distintivos do *Telejornal* entre 1992 e 2009. Porque à mesma hora há dois produtos concorrentes nos canais privados. Porque os meios tecnológicos permitem cruzar lugares longínquos e encurtar intervalos de tempo entre o acontecimento e a respectiva mediatização. Porque as fontes de informação, que podem e costumam ser notícia, estão profissionalizadas nos ritmos cronometrados do trabalho jornalístico. Porque a redacção da RTP soma mais de três décadas de experiência e, nesse tempo, foi adquirindo uma centralidade informativa, acentuada pelo surgimento da TV privada. O TJ apresenta-se assim como uma espécie de mapa que absorve e reconfigura determinada realidade: aquela que entra numa estrutura circular de informação que se estende aos outros canais televisivos, aos jornais, às rádios e, mais recentemente, ao universo ‘on line’.

Por vezes, essa reconfiguração desenvolve-se em (fugazes) ondas noticiosas que desaparecem sem haver obrigatoriamente um desfecho daquilo que é retratado, potenciando-se aí coberturas mediáticas favoráveis à criação de pseudo-acontecimentos ou até a rumores, como sublinha Peter Vasterman (2005) num artigo académico sobre este assunto.

Em termos formais, o alinhamento do TJ tende a abrir com notícias integradas num bloco temático. Porque o assunto é complexo e exige outros enquadramentos. Porque o tempo de uma peça se tornou demasiado curto para reportar um acontecimento. Porque se multiplicaram as possibilidades de reportar: infografias, ligações em directo...

Quanto ao tempo do acontecimento que se torna notícia, mais de 90% das peças relatam assuntos do dia. É irrisória a percentagem de peças que fazem eco de acontecimentos do dia anterior, mas também não há uma tendência para antecipar factos. O intervalo de tempo entre o acontecimento e a respectiva difusão é, a partir dos anos 90, cada vez mais curto. O exemplo de 12 de Agosto de 1993 não é de todo excepcional:

O Tribunal Constitucional deu razão às dúvidas colocadas pelo presidente a três das mais importantes leis recentemente elaboradas pelo Governo. A lei anti-corrupção,

segredo de estado e estatuto dos magistrados não respeitam a cem por cento as regras constitucionais. Por isso foram chumbadas pelo tribunal. Uma decisão divulgada há cerca de meia hora.

131

O noticiário das 20h00 do canal generalista de serviço público conta o que aconteceu no dia e, na abertura, esse relato reflecte, sobretudo, factos imprevisíveis (44,6%). Quando os acontecimentos que se colocam no topo do alinhamento são agendados de véspera, procuram-se ângulos inesperados. Veja-se esta abertura de 17 de Março de 1992:

Boa noite. A discordância é total entre Portugal e a Austrália quanto ao estatuto político de Timor-Leste. Se dúvidas havia, elas foram desfeitas hoje pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Australiano. Gareth Evans afirmou que a situação de Timor é irreversível e que para o seu governo o território é, de facto, a vigésima sétima província da Indonésia. Foram declarações do ministro australiano feitas em Lisboa durante uma conferência de imprensa com o seu homólogo português. Gareth Evans foi mais longe ao criticar duramente a presença colonial portuguesa em Timor-Leste. O ministro disse que Portugal abandonou Timor, deixando-o sem nada... sem escolas... sem outro tipo de estruturas. João de Deus Pinheiro reagiu e respondeu à letra dizendo como é possível uma experiência tão horrível ter deixado sentimentos de respeito dos timorenses para com Portugal. A nossa reportagem regista alguns momentos deste diálogo acalorado.

A mesma tendência é notada no agendamento noticioso. A este nível, as reuniões/cimeiras/encontros, as apresentações de planos/programas políticos e os jogos/provas desportivas são, por esta ordem, os acontecimentos com maior número de aberturas neste período. No entanto, isso não implica uma transposição directa para o topo do alinhamento daquilo que motivou a cobertura televisiva. Muitas vezes, o jornalista vai a um evento, mas a notícia constrói-se por outro ângulo. O exemplo da edição de 18 de Março de 2005 é ilustrativo de uma prática corrente:

Boa noite. José Sócrates diz que o Programa de Governo nada prevê quanto ao aumento de impostos. O primeiro-ministro explica que mantém a linha definida no programa eleitoral do PS:

Fazer crescer a economia através da redução da despesa pública e do combate à fraude e evasão fiscal.

Início Peça: pela primeira vez, desde a tomada de posse José Sócrates, pronunciou-se sobre a actualidade política. O programa de governo foi entregue ontem na assembleia da república, a Oposição diz que o documento deixa em aberto a possibilidade de aumentar os impostos.

...VIVO...

Uma linha da qual o primeiro-ministro promete não sair. Sócrates reitera que nada fará para o agravamento das contas públicas, o compromisso é o do crescimento económico.

...VIVO...

Esclarecimentos de Sócrates, ao participar num congresso dos jovens socialistas europeus. Mais uma oportunidade para o líder socialista apelar ao Sim à Constituição Europeia.

A política de Estado continua a ser o tema com mais visibilidade nas aberturas dos alinhamentos do TJ (25,6%). Esta foi, aliás, uma constatação dos estudos que Felisbela Lopes (1999) e Nuno Brandão (2002) desenvolveram em torno do *Telejornal*. No entanto, ressaltam-se outras áreas que, em períodos anteriores, não reuniam grande expressividade. Como os acidentes/desastres que, na nossa amostra, se situam em segundo lugar. Devemos aqui acrescentar que esses números se devem, em grande parte, ao trágico acidente da queda do tabuleiro da ponte de Entre-os-Rios que, em Março de 2001, vitimou várias pessoas que ali passavam de autocarro e de carro e que suscitou uma grande atenção dos jornalistas. Mas também poderemos acrescentar que, nessa altura, os três canais generalistas e o canal de cabo SIC Notícias criaram uma noticiabilidade que se auto-alimentava de meta-acontecimentos, ou seja, de factos criados pelo discurso mediático. Estas ondas noticiosas são, aliás, um traço distintivo deste período. Ao percorrer os alinhamentos pós-privadas, encontramos vários acontecimentos que emergem no topo do noticiário e que se mantêm aí nos dias seguintes, muitas vezes motivados pelo destaque que lhes foi dado no dia anterior. Veja-se o chamado “Caso Marcelo”, que ganhou esse estatuto não apenas pela polémica que rodeou o afastamento de Marcelo Rebelo de Sousa dos comentários que fazia no noticiário de domingo da TVI, mas também porque os jornalistas foram multiplicando os depoimentos que iam sendo feitos sobre o assunto. A 6 de Outubro de 2004, o TJ abria assim:

Marcelo Rebelo de Sousa deixou de fazer comentários na TVI. O político anunciou esta tarde que já não é comentador da estação de televisão. O anúncio surgiu depois do Governo o ter acusado de dizer inverdades nos seus comentários semanais e de alimentar ódios contra o Primeiro-Ministro.

Nos dois dias seguintes, o mesmo tema continuava na abertura do noticiário das 20h00 da RTP. Em tempo de verão, os incêndios e os casos de polícia, que adquirem neste período grande visibilidade, são os tópicos que mais ondas noticiosas criam.

No entanto, estes temas e outros que, em tempo anterior não eram muito valorizados, continuam em destaque para lá do tempo estival. Como os julgamentos, muitos dos quais convertidos em espectáculos mediáticos. Como o do Padre Frederico, cuja sentença foi noticiada assim a 10 de Março de 1993:

O padre Frederico foi condenado a 13 anos de prisão. O tribunal do Funchal considerou-o culpado dos crimes de homicídio e homossexualidade com o menor Luís Miguel Correia. Termina assim um julgamento que apaixonou o país e cuja sentença, há pouco mais de uma hora, foi transmitida em directo para todo o país através da TV2.

O discurso televisivo tem um papel importantíssimo na reconfiguração deste facto num acontecimento de relevância pública com grande visibilidade. Essa interferência é inevitável, mas por vezes o jornalista vai ao ponto de assumir um estatuto participativo nos factos. E, por causa disso, o seu trabalho ganha mais valor noticioso. Como aconteceu na edição de 14 de Outubro de 1999, quando se noticia em abertura um caso que a equipa da RTP descobriu, na Póvoa de Lanhoso, em que crianças fugiram da instituição “Casa do Miradouro”, por não quererem ser separadas, após o encerramento da instituição pela segurança social.

Quanto ao lugar dos acontecimentos colocados no topo dos alinhamentos, a zona da Grande Lisboa continua a reunir quase metade das aberturas do TJ (42,6%). O restante continente permanece silencioso e as ilhas constituem manchas praticamente invisíveis. São notícia de abertura essencialmente em caso de acontecimentos de ruptura ou quando o poder político dominante faz os seus périplos pelo chamado “país real” que continua a experimentar grandes dificuldades em conquistar valores-notícia como os da actualidade, importância, interesse público. Em tempo de verão e seguindo ondas noticiosas que podem oscilar entre incêndios, assaltos ou crimes, o também designado “resto do país” torna-se mais notícia. Assim:

Boa tarde. As chamas estiveram incontroláveis durante toda a tarde na Sertã. Os meios aéreos tentaram controlar uma frente de fogo que surgiu ao início da tarde, mas até agora sem sucesso. (6 de Agosto de 2003).

O internacional não tem grande relevância nas aberturas do TJ. No entanto, nota-se um alargamento do número de países que ocupam o topo dos alinhamentos: 32 países identificados na nossa amostra. Espanha, Estados Unidos, Alemanha e

Angola são os lugares com maior número de peças que abrem o noticiário da RTP: 15, 14, 11 e 10 respectivamente. As delegações/correspondentes sediados nestes locais e a proximidades geográfica/linguística serão factores que nos ajudam a perceber estes dados quantitativos, embora a relevância dos acontecimentos seja também um elemento decisivo nesta contabilidade.

No que diz respeito à linguagem, há uma tendência para encurtar os textos-*pivot* e o tamanho das respectivas frases. Regista-se também um aumento significativo de *offs* (peças lidas pelo *pivot*). À imagem, o TJ junta cada vez mais elementos infográficos. A primeira notícia da edição de 15 de Outubro de 2008 é um exemplo disso:

Boa noite. O pânico voltou aos mercados. Depois de dois dias de euforia, as bolsas registaram hoje um novo crash em todo o mundo.

MPB1 (Moving Picture Box): A Bolsa de Lisboa encerrou em terreno negativo. O PSI 20 fechou a cair 3,6%, com a quase totalidade dos títulos no vermelho. Mesmo assim foi a que registou menores perdas na Europa.

MPB2: O título que mais desvalorizou foi a Galp Energia, que perdeu quase 10%. O restante sector energético também registou uma queda acentuada. A EDP perdeu quase 5% e a EDP Renováveis caiu 3,47%. No sector da banca, o BCP foi o que mais desvalorizou, ao perder 2,67%.

MPB3: O receio voltou aos mercados europeus apesar do optimismo que marcou as duas sessões anteriores. Londres mergulhou num crash que ultrapassou os 7%. Seguiram-se as bolsas de Paris e Frankfurt, a perder mais de 6%. Madrid também encerrou no vermelho, a desvalorizar mais de 5%. Nos Estados Unidos a situação não era melhor com o Dow Jones e o Nasdaq a perderem quase 5% a menos de uma hora do fecho.

VIVO

Início Peça

#### 4. A notícia de abertura do TJ em perspectiva ao longo de meio século

Nestes 50 anos de emissões, a composição do alinhamento do “Telejornal” alterou-se significativamente, como podemos constatar no Quadro 1. Nos primeiros tempos, a notícia de abertura fazia-se sob a forma de *off* (texto lido pelo *pivot*, sendo predomi-



nantemente ilustrado com fotografias e imagens fixas). No período de monopólio em regime democrático, regista-se um aumento progressivo das peças isoladas e, em fase pós-privadas, há um predomínio de peças em bloco temático. O directo é mais visível numa fase mais recente, embora não reúna um número significativo de aberturas.

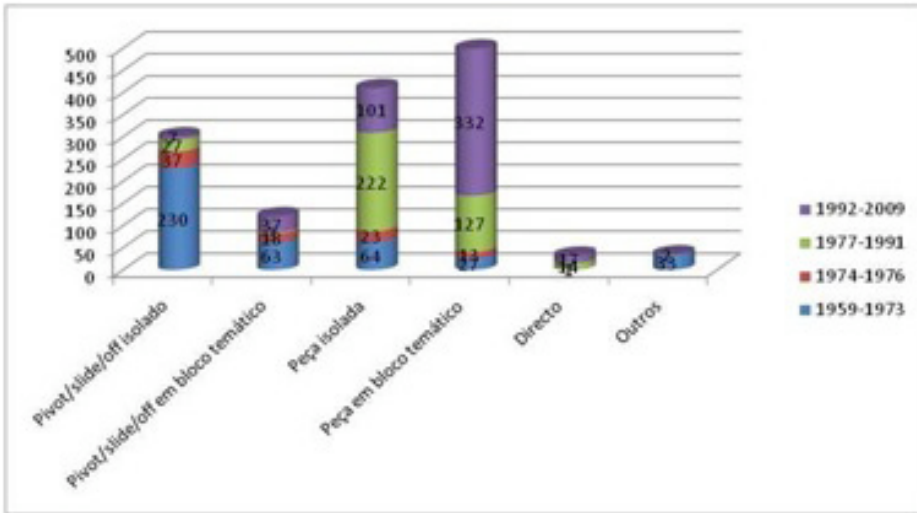


Gráfico 1: Tipo de peças do alinhamento do TJ entre 1959 e 2009  
(número de peças em valores absolutos)

No que diz respeito ao lugar dos acontecimentos noticiados, as diferenças são pouco significativas ao nível da distribuição entre Nacional e Internacional. As peças nacionais correspondem sempre a cerca de  $\frac{3}{4}$  das aberturas que compõem a nossa análise. Em termos numéricos, também não se notam grandes discrepâncias no que diz respeito ao tempo da notícia. Entre 1959 e 2009, os acontecimentos do dia marcaram a maior parte do topo dos alinhamentos do TJ, mas o grau de (im)previsibilidade das peças emitidas alterou-se significativamente, como se comprova no Quadro 2. Essa evolução tem naturalmente implicações no modo como o noticiário da RTP ia lidando com o presente.

Nos anos 60 e 70, as peças de abertura do TJ relatam cronologicamente os factos como se de um livro de actas se tratasse, anunciando os acontecimentos previstos numa lógica de agenda. O tempo é um valor-notícia menor. Depois da revolução de

Abril e até ao início dos anos 90, os alinhamentos ganham velocidade. Os acontecimentos continuam a reflectir a actualidade do dia, mas encurtam o intervalo entre o tempo do acontecimento e o tempo da notícia. Percebe-se que a redacção da RTP sabe que o mundo corre depressa, embora o TJ nem sempre consiga acompanhar o ritmo vertiginoso daquilo que é imprevisível. No dealbar do século XXI, há uma tendência para noticiar acontecimentos ainda em desenvolvimento. A RTP percebe que o mundo corre a grande velocidade e TJ parece andar ainda mais rápido. O tempo é um valor-notícia que remete para o que está/vai acontecer.

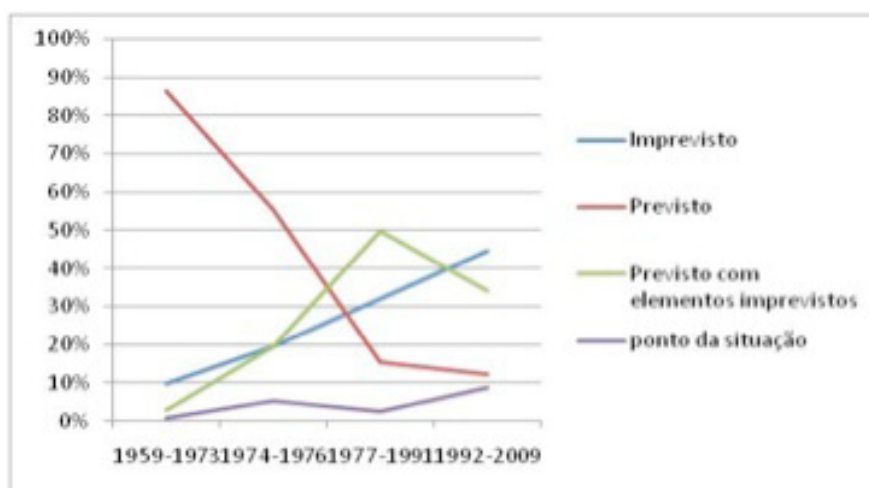


Gráfico 2: Grau de (im) previsibilidade dos acontecimentos em notícia entre 1959 e 2009 (valores percentuais).

Quanto aos temas que abriram o Telejornal ao longo destes 50 anos, nota-se um predomínio dos assuntos políticos, embora essa hegemonia tenha vindo a perder espaço. Durante o Estado Novo, mais de 80 por cento das edições estudadas abriram com peças políticas, um valor que cai para metade meio século depois. A partir do 25 de Abril, cresce o número de peças de temática social que, nos anos mais recentes, quase coincidem com as notícias do campo político. Refira-se igualmente a visibilidade conquistada pelos temas económicos a partir da segunda metade dos anos 70 e, nos últimos anos, o tímido crescimento dos tópicos culturais ou desportivos (aqui com o predomínio do futebol) na abertura do TJ.

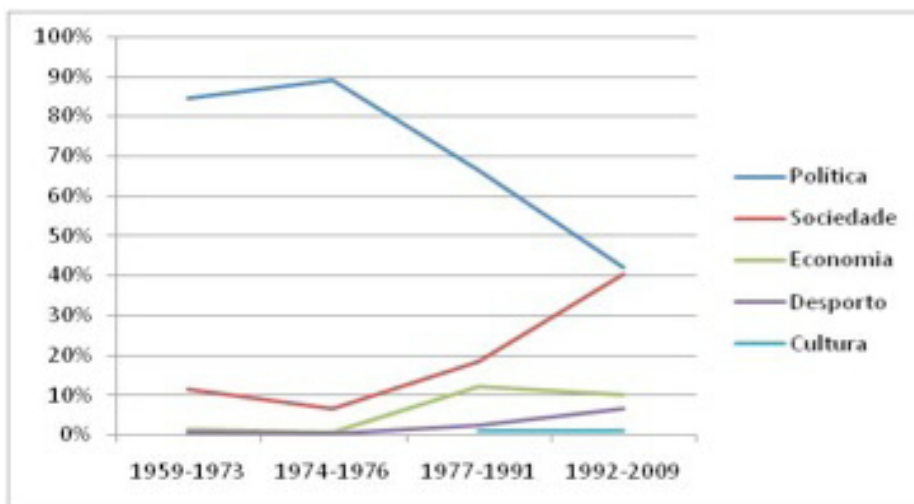


Gráfico 3: Categorias temáticas da notícia de abertura do Telejornal entre 1959 e 2009 (valores percentuais).

## 5 . Notas conclusivas

Em que medida uma única notícia nos pode servir de indicador sobre as tendências de um serviço noticioso e ser tomada como significativa no contexto de um alinhamento? Esse é o desafio subjacente ao trabalho de que este texto dá conta. Apesar dos limites, há bons motivos para pensar que, a exemplo do principal título de primeira página de um jornal, a peça de abertura do Telejornal significa qualquer coisa. Isto é: foi colocada a abrir por algum motivo de importância atribuída. Nessa medida, pode ser tomada como indicador, sintoma e revelador, quer de um ponto de vista conjuntural, quer diacrónico.

Observamos, em primeiro lugar, aquilo que poderia ser designado como o culto das personalidades que, de alguma forma, se associavam ao poder, no regime a um tempo autoritário e paternalista (Williams, 1978: 125-126) deposto pelo movimento dos capitães, em Abril de 1974. Secundarizando os motivos e as circunstâncias espacio-temporais dos acontecimentos, os holofotes projectam-se sobre as individualidades, escamoteando os assuntos. Como que a dizer-nos (a televisão oficial) que quem decide lá sabe o que faz. A nós, gente comum, bastar-nos-ia saber não o que

eles fazem e o que acham as pessoas do que eles fazem, mas que eles lá estão, viajando, inaugurando, recebendo, discursando... funcionando, para nosso bem. A instituição da censura lá estava para prevenir qualquer veleidade ou desatenção. O problema da relação com o tempo da notícia, isto é, com o moderno conceito de actualidade jornalística, sendo também um problema técnico, era certamente mais do que isso, na década de 60: noticiar algo acontecido três ou quatro dias antes exprimia simultaneamente uma vivência de um tempo mais lento, mais “rural”, poderíamos dizer, e também uma relação cautelosa e controlada na aproximação a (e gestão de) esse mesmo tempo. Nos primeiros anos do *Telejornal*, era mais rápido pegar nas imagens e textos das agências internacionais e apresentar notícias enxutas, ainda que não anódinas, relativas ao que se passava além fronteiras, do que cobrir um acontecimento em Coimbra ou na Guarda, transportar as imagens para Lisboa ou para o Porto, editá-las e dar a notícia no mesmo dia. Mas esses constrangimentos operavam de modo funcional ao ritmo e à lógica oficiais.

Note-se que o *Telejornal* assume, como bem demonstrou Francisco Rui Cádima (1996), uma faceta e um papel paternalistas, se entendermos este conceito, na esteira de Raymond Williams, como expressão de um sistema autoritário com ‘valores’ e ‘objectivos’ que estão para lá da manutenção do poder: afirmam “o dever de protecção e de orientação” que implica controlo (Williams, *ibid.*). Ora, se toda a representação jornalística constitui por si mesma uma forma de escolher e enfatizar certos aspectos da realidade social em detrimento de outros, em contextos como aquele que Portugal viveu até 1974, isso adquire contornos e alcance mais vastos e profundos, dado que as matérias sobre as quais só o silêncio se admitia eram muitíssimo mais vastas.

Há, assim, que chamar a atenção para o que significa a revolução dos cravos, neste contexto. A liberdade de expressão que conflitualmente se vai conquistando é, não apenas a possibilidade de falar, escrever e mostrar o lado silenciado da política, mas descobrir e surpreender-se com facetas de um país que haviam sido sistematicamente arredadas da visibilidade pública. O que ocorre a partir de então – e que é, a bem dizer, uma tarefa não terminada e, em rigor, interminável – é o processo de construção do profissionalismo jornalístico. Cobrir os assuntos não porque é A ou B o protagonista, mas porque é de interesse público o que está em jogo; tratar ma-

térias que passam pelas instâncias do poder, mas que não hesitam em trazer à luz do dia o que de menos digno se acoberta sob a sua órbita. Atenção a novos assuntos e a novos grupos sociais; enriquecimento dos critérios de selecção e de hierarquização; assunção da função de escrutínio do(s) poder(es); uma linguagem mais directa, ágil e incisiva; ensaios de novos formatos e de um progressivo recurso ao directo – tudo isso faz parte dessa aprendizagem e desse capital de experiência que, não sem contradições e conflitos, se vai impondo, em especial com a entrada em cena dos serviços noticiosos dos canais privados de televisão. Neste enquadramento, a notícia de abertura vai ganhando em riqueza formal e em velocidade, mas mantém uma focagem excessivamente polarizada na vida política e centrada na capital do país. Ou seja, visto pela luneta da notícia de abertura, o *Telejornal* parece não ter arrepiado caminho, continuando, algo autisticamente, a mover-se num universo aperreado.

Trabalhos mais aprofundados, que se debrucem sobre a totalidade dos alinhamentos poderão enriquecer ou questionar o retrato que aqui traçamos. Fica, para já, este pontapé de saída.

## Bibliografia

- Bardin, Laurence (2004) – *Análise de conteúdo* Lisboa: Edições 70.
- Brandão, N. (2002). *O Espectáculo das Notícias: A televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Editorial Notícias.
- Cádima, F. R (1996) – *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Quivy & Campenhoudt (2003) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Lopes, F. (1999). – *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Ed. Minerva.
- Reis, António (coord.) (1994) – *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vasterman P.L.M. (2005). “Media-Hype. Self-Reinforcing News Waves, Journalistic Standards and the Construction of Social Problems”. “European Journal of Communication”, Vol. 20, No. 4, 508-530.
- Williams, R. (1978) – *Los Medios de Comunicación Social*. Madrid: Ediciones Peninsula (ed. original: 1962, Penguin, London).

(Página deixada propositadamente em branco)

Ernesto Castro Leal  
*Universidade de Lisboa*

GAZETAS ACADÉMICAS E ESTUDANTIS NA I REPÚBLICA PORTUGUESA:  
VULGARMENTE EFÉMERAS MAS RECORRENTES

Introdução

O inventário e a história crítica das gazetas académicas e estudantis universitárias durante a I República Portuguesa está por fazer, mas o “modelo” para o prévio processo analítico, sujeito às adaptações inerentes à evolução do inquérito historiográfico, tem já dois projectos de referência essenciais: a obra coordenada por Manuel Alberto Carvalho Prata, *Imprensa Estudantil de Coimbra* (vol I: Repertório analítico, século XIX)<sup>174</sup> e os cadernos coordenados por Ernesto Castro Leal, *Memória da Imprensa Estudantil Universitária* (3 vols.), incorporando, neste último caso, alguns verbetes com análises parcelares de jornais e revistas saídos nos séculos XIX e XX, onde se encontram vários editados entre 1910 e 1926<sup>175</sup>. Há um importante registo de títulos da imprensa do distrito de Coimbra<sup>176</sup>, onde estão jornais e revistas da Academia, mas tal não acontece dessa mesma forma para Lisboa e para o Porto, apesar de existirem várias indicações bibliográficas.

---

<sup>174</sup> Manuel Alberto Carvalho Prata (coordenação), *Imprensa Estudantil de Coimbra*, vol. I: *Repertório Analítico (século XIX)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

<sup>175</sup> Ernesto Castro Leal (coordenação), *Memória da Imprensa Estudantil Universitária*, 3 vols., Lisboa, “Os Fazedores de Letras”/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007-2009. Nos volumes desta *Memória*, foram feitos pequenos verbetes sobre alguns jornais ou revistas desse período: de Lisboa – *Avante*, *O Rebelde*, *Revista da Federação Académica de Lisboa*, *A Liberdade*, *Técnica e Cultura*; do Porto – *Porto Académico*, *Universidade e Acção Republicana*; de Coimbra – *Alma Académica e Humanidade*.

<sup>176</sup> *Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra*. Edição actualizada e ampliada por A. Carneiro da Silva. Prefácio de Fernando Pinto Loureiro, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1947.

É bem possível que tenham sido feitos levantamentos e análises parciais sobre gazetas académicas e estudantis universitárias do período da I República Portuguesa, para além dos já conhecidos, o que exige a sua revelação pública mais alargada dentro da comunidade historiográfica. Pretende-se, assim, com este texto, dar mais um contributo para a construção deste território historiográfico, tão rico mas tão pouco abordado, a nível das gazetas académicas e estudantis universitárias de Coimbra, de Lisboa e do Porto, publicadas ao longo da I República Portuguesa, sendo a maior dificuldade a que decorre do seu mau estado de conservação nas bibliotecas, da existência de colecções incompletas ou da sua inexistência. Apesar do trabalho de digitalização por parte de algumas Bibliotecas, o acervo é ainda muito reduzido.

### 1. Gazetas efémeras mas recorrentes

Durante o tempo histórico sujeito a análise, para além da Universidade de Coimbra, releve-se a política inovadora republicana da criação/refundação da Universidade de Lisboa e da criação da Universidade do Porto, em 22 de Março de 1911, seguida da aprovação das novas bases da Constituição Universitária, no dia 19 de Abril seguinte, o que ampliou significativamente a rede do ensino superior português, a qual já tinha nessas duas cidades importantes Escolas, Academias e Institutos Superiores. As características da vida académica universitária, que conduzem a uma permanência escolar média de quatro a cinco anos, obviamente que são um dos factores de condicionamento da durabilidade de projectos académicos e estudantis próprios, informativos (imprensa, protesto) ou organizativos (associações, federações), devendo-se juntar a diversidade e a especificidade das várias comunidades académicas do País e a sua relação com as cidades onde se encontram.

Restaria como elemento de continuidade da memória universitária dos estudantes os órgãos de imprensa, quer das várias Associações Académicas de Faculdades, Escolas e Institutos – destaque-se o boletim *Agros*, órgão da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa (1917-1926; continuação) e a revista *Técnica*, órgão da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Técnico de Lisboa (1925-1926; continuação) –, quer das Universidades (Associação Académica de Coimbra, fundada em Novembro de 1887, Federação Académica de Lisboa, resurgiu em Março de 1913, depois de estar desactivada desde finais do século XIX, e



Associação Académica do Porto, criada em Abril de 1911), mas esses órgãos de imprensa não tiveram continuidade sustentada – excepção, neste caso, do federalismo académico, concedida ao jornal *Porto Académico*, órgão da Associação Académica do Porto (1922-1927).

Por outro lado, importa referir o lugar impresso, que poderia possibilitar a comunicação da memória universitária, ligado aos órgãos de centros políticos académicos republicanos, monárquicos ou católicos. Alguns deles vieram a ter durabilidade assinalável, devendo-se citar os que se publicaram em Coimbra – o jornal *A Revolta*, com duas fases (1908-1916; 1922-1924), ligado ao Centro Republicano Académico; a fileira constituída pela revista *Estudos Sociais* (1905-1911), pelo jornal *Imparcial* (1912-1919) e pela revista *Estudos* (1922-1934), do Centro Académico de Democracia Cristã, estes já estudados profundamente<sup>177</sup>.

Entre as justificações para a pouca duração das gazetas académicas e estudantis, encontramos o grau de motivação dos dinamizadores e dos colaboradores, as dificuldades económicas para os editar, as controvérsias ideológico-políticas internas ou a pouca recepção pública obtida pelas publicações. Vale a pena lembrar a argumentação exemplar e irónica de António José de Almeida, escrita em Luanda, no mês de Julho de 1896 e publicada em Coimbra, no mês de Abril de 1897, na revista *A Praça Pública* (director: Artur Leitão): “Gazeta académica anunciada, era gazeta a pedir logo um padre-nosso pelas intenções da sua alma. Saía o primeiro número, saía o segundo, e, ao terceiro, os redactores, que tinham hipotecado os ossos ao chelindró, iam pôr o relógio no prego para pagar os débitos do empreendimento. Vocês, porém, desta vez arranjaram as coisas de forma que o *Portugal* continua a falar rijo, como se tivesse ao seu alcance uma peça de artilharia e ao seu dispor o cofre dum banqueiro”<sup>178</sup>. Ora, o periódico *Portugal*, de Coimbra, que tinha como redactores Artur Leitão, Alexandre Braga, Guedes Teixeira, Joaquim Madureira e Pais Gomes, saíra apenas entre Abril e Julho de 1896, totalizando só dez números. De facto, tinha ultrapassado os míticos três números.

<sup>177</sup> Jorge Seabra, António Rafael Amaro e João Paulo Avelãs Nunes, *O C.A.D.C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934). Uma abordagem introdutória a partir dos ESTUDOS SOCIAES (1905-1911), IMPARCIAL (1912-1919) e ESTUDOS (1922-1934)*, 2.ª ed. revista, Lisboa, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

<sup>178</sup> António José de Almeida, “Da África”, *A Praça Pública*, fascículo 1.º [n.º único], Coimbra, Tipografia Operária, 1897, p. 8.

Outra opinião a ter em conta para a análise crítica da história desta imprensa foi subscrita pela redacção – composta por Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Américo Veloso, Fernando Correia Santos, João Tavares Mourato e Luís Guedes de Oliveira – da *Via Latina*, “revista de estudantes de Coimbra”, que ressurgiu em Maio de 1924 (2.<sup>a</sup> série); foi fundada em 28 de Novembro de 1889 (1.<sup>a</sup> série) e teria depois várias séries efémeras. Apesar da “vontade forte” declarada pelos seus promotores de 1924, não passaria do número único (reaparecendo só em Maio de 1938, também com um número único): “A ideia desta revista nasceu da aspiração dum grupo restrito de rapazes. Esse grupo arrostou com dificuldades de ordem material, inevitáveis numa empresa desta natureza. Arrostou ainda com a indiferença de muitos e com a triste realidade dos exemplos que precederam a *Via Latina*”<sup>179</sup>.

A regra geral enunciada por António José de Almeida, já diplomado em Medicina, sobre a quase “inevitabilidade” de saírem apenas três números dos jornais académicos e estudantis universitários, deve ser tomada na sua ideia geral e não tanto na sua materialidade durante a I República Portuguesa. Existiram, obviamente, excepções, quer quanto aos frequentes números únicos, quer quanto à ultrapassagem desses quase inevitáveis três números.

## 2. Gazetas académicas e estudantis de Coimbra, Lisboa e Porto: um inquérito

Os órgãos de imprensa das estruturas federativas académicas de Coimbra, Lisboa e Porto, com a excepção da do Porto, foram de duração mínima. A situação mais paradoxal aconteceu em Coimbra, dada a antiguidade e as características societárias da comunidade académica que vivia em grande parte em Repúblicas. O jornal e depois revista *Via Latina* funcionava, na prática, nas três primeiras séries como órgão informal da Associação Académica de Coimbra, mas ostentava, em subtítulo, as designações de “semanário de estudantes” (1.<sup>a</sup> série, 1889-1890, doze números) e de “revista de estudantes” (2.<sup>a</sup> série, 1924, número único), reaparecendo só a 3.<sup>a</sup> série em 1938 (número único, lançado por altura da Queima das Fitas); na 4.<sup>a</sup> série, em 1941 (número único), surgiu pela primeira vez a nomeação formal de “órgão da Associação Académica de Coimbra”. Em Lisboa, apenas saíram dois números da *Revista da*

<sup>179</sup> *Via Latina*, “revista de estudantes de Coimbra”, Coimbra, n.º 1, Maio, MCMXXIV, p. 1.

*Federação Académica de Lisboa* (1915). No Porto, foi a já referida excepção temporal de cinquenta e um números do jornal *Porto Académico* (1.<sup>a</sup> série, 1922-1923; 2.<sup>a</sup> série, 1923-1927). Habitualmente participam com textos estudantes e professores e os artigos são de natureza cívica, política e literária, noticiando-se actividades associativas ou ligadas à vida de instituições do ensino superior, por vezes com alusões aos liceus, incluindo textos de opinião sobre a vida pública local, regional ou nacional.

## 2.1. Os anos 10

Logo a seguir à revolução de 5 de Outubro de 1910, depois de uma reunião de vários estudantes realizada nas instalações do diário *O Século*, saiu em Lisboa o jornal *A'vante*, “semanário dos estudantes portugueses”, que, a partir do segundo número, corrigiu o subtítulo para “semanário de estudantes” (n.º 1, 25/11/1910 – n.º 6, 7/01/1911), sob a direcção de Luís Pacheco. Alguns dos participantes nessa reunião, após lerem os dois primeiros números, consideraram-no demasiado moderado e “apático” e avançaram na criação do jornal *O Rebelde*, “quinzenário de estudantes” (n.º 1, 6/12/1910 – n.º 3, 6/01/1911), dirigido por Cândido Marrecas. A ideia geral dos dois jornais de orientação republicana era a mesma e reuniu fundamentalmente estudantes da Escola Politécnica de Lisboa: despertar os estudantes para a criação de uma academia forte<sup>180</sup> e reivindicar junto dos professores a inovação nos conteúdos curriculares e nas metodologias de ensino então praticados<sup>181</sup>, elogiando a experiência da Escola-Oficina n.º 1, situada no Largo da Graça.

O *A'vante* lançou no quarto número (16/12/1910) a ideia de se promover um Congresso Académico para a fundação da Federação Geral dos Estudantes Portugueses e no quinto número (25/12/1910) noticiaram a eleição da Comissão Organizadora

---

<sup>180</sup> Escreve, por exemplo, o estudante Francisco Cunha Leal, da Escola Politécnica de Lisboa: “[...] temos estudantes, mas não temos uma academia. O nosso fim primacial é precisamente criar essa academia, discipliná-la, orientá-la até conseguir que ela venha a ser considerada como uma verdadeira força viva da nação” – cf. Cunha Leal, “A nossa atitude”, *A'vante*, Lisboa, n.º 1, 25/11/1910, p. 1.

<sup>181</sup> A inovação pedagógica, a colaboração entre professores e estudantes, a crítica à recitação pública dos conteúdos que se encontravam nos livros adoptados ou a defesa da experimentação e de um ensino mais moderno aparece, por exemplo, nestes dois jornais, nos artigos “Professores e estudantes”, escrito pelo redactor do diário *A Lucta*, José de Magalhães (*A'vante*, Lisboa, n.º 3, 9/12/1910, p. 1) ou “Educação” (não assinado) e “Ensino científico”, escrito por Vinício, um pseudónimo (*O Rebelde*, Lisboa, n.º 3, 6/01/1911, pp. 1 e 2, respectivamente).

da Federação Académica de Lisboa<sup>182</sup>, durante a última sessão da Grande Comissão Académica promotora do Centenário de Alexandre Herculano, tendo sido decidido dirigir uma circular às Associações de Estudantes para indicarem delegados e fundarem Associações nas Escolas onde não existissem. Só em 1913 é que se criaria a Federação Académica de Lisboa. O *A'vante* publicou poesias de João Mendo, Carlos Selvagem e João Duarte e *O Rebelde* de António Nobre, Guerra Junqueiro e Mário de Aguiar, divulgando a primeira parte de uma tradução livre do texto “Naufrágio”, de Alphonse Daudet, feita por Oreste, um pseudónimo. Os pseudónimos eram frequentes na assinatura de textos por parte dos estudantes.

No Porto, nasceu também nesse tempo o republicano *A Alma*, “semanário” (até n.º 8) e “semanário académico” nos três últimos números (n.º 1, 28/11/1910 – n.º 11, 27/11/1911), dirigido por Pedro de Alcântara, que também era o proprietário. A cumplicidade com o *A'vante*, declarava-se logo no primeiro número: “À hora do nosso jornal entrar nas máquinas, traz-nos um amigo o primeiro número deste nosso colega de Lisboa. Gémeos no aparecimento ao público e gémeos também na Ideia que nos anima, não podemos deixar de o saudar como um irmão, a cujo lado casualmente nos achamos neste combate pela Verdade e pela Justiça”<sup>183</sup>. Noticiam mais discretamente a recepção de *O Rebelde* no quinto número (26/12/1910).

Envolvidos activamente na fundação da Associação dos Estudantes do Porto, que veio a ser inaugurada em 5 de Abril de 1911 (o director do jornal presidiria à Junta Directora, com Cláudio Basto e Miguel Forjaz de Lacerda), lançaram um apelo no oitavo número (6/02/1911) para uma campanha de fundos juntos dos estudantes e publicaram listas de donativos vindos da Escola Médico-Cirúrgica, Academia Politécnica, Academia de Belas-Artes, Escola Normal, Instituto Industrial e Comercial e Liceus. Leonardo Coimbra colaborou com um texto, onde apelava à colaboração entre estudantes e operários: “Todo o estudante, não imbecilizado, não reduzido ao psitacismo absoluto, é um amigo dos que trabalham e sofrem [...]. Formar associações de estudantes e operários, onde se permutem sentimentos e ideias [...]. Procurem-se

<sup>182</sup> A Comissão Organizadora da Federação Académica de Lisboa era composta por Sá e Oliveira (presidente), Artur de Figueiróa Rego (relator do projecto de estatutos), Acúrcio Pereira, Álvaro Pais, Carlos Soares Branco, Luís Passos, Tolentino Ganho, Vítor Mendes e Gomes Pereira (vogais).

<sup>183</sup> “A'vante”, *A Alma*, Porto, n.º 1, 28/11/1910, p. 4.

e abracem-se [...]”<sup>184</sup>. Os textos literários mais relevantes divulgados foram “O Lume”, de Eça de Queirós, “O Turco”, de Alphonse Daudet e “A Arca”, de Gabriel d’Annunzio.

Em Coimbra, publicou-se no mês seguinte ao da revolução republicana a revista *A Cabra*, “edição oficial” (número único, Novembro de 1910), totalmente humorístico, que tinha em Zé Sem Nariz o seu director, proprietário e editor. Logo de seguida, saíria o mesmo título (sem o subtítulo), também em número único mas com duas edições, tendo agora Ascâneo Pessoa como director, proprietário e editor. Refira-se que, nos finais do século XIX, tinha sido publicado em Lisboa um título com o nome de *A Cabra*, “revista académica” (n.º 1, 1/04/1894 – n.º 10, 3/10/1894), dirigida por Alfredo Serrano. Em 1913, começou a edição da *Alma Académica* (n.º 1, 15/11/1913), dirigida por Fernandes Martins, onde colaboraram Feliz de Carvalho, Alberto Maria dos Santos, Lúcio Vidal, Capela e Silva ou Joaquim Mendes Guerra<sup>185</sup>. Dentro de um ideário republicano-socialista radical, denunciavam a futilidade e a ignorância dos “estudantes burgueses” e o indiferentismo geral da Academia de Coimbra e apelavam à responsabilidade e ao activismo da nova geração, repudiando a tradição da capa e batina e da praxe. Lúcio Vidal criticou fortemente o *Imparcial*, do Centro Académico de Democracia Cristã, visto fazerem parte “desse grémio os esquirolentos snobes que pretendem afogar-se em títulos nobiliárquicos e usam brasões feitos de ossaturas córneas do avô. Uma fidalguia avariada que entronca nos *Condotiêres* da Índia e nos Familiares do Santo Ofício”. Pretendiam o regresso ao tempo da contestação e da revolta que se seguiu à revolução republicana (não há uma alusão à Falange Demagógica), como escreveu o director do jornal, Fernandes Martins, no artigo “A Academia da minha geração”. Também saíram outros significativos jornais académicos na cidade do Mondego: *Gente Nova* (1912, 7 números), *Academia Portuguesa* (1914, 14 números) ou *Gente Nova* (1919, 4 números)<sup>186</sup>.

Regressando a Lisboa, apareceu a *Revista da Federação Académica de Lisboa* (n.º 1, Março, 1915 – n.º 2, Abril, 1915), dirigida por Raul Navas, com colaborações

<sup>184</sup> Leonardo Coimbra, “Estudantes e operários”, *A Alma*, Porto, n.º 2, 5/12/1910, p. 1.

<sup>185</sup> Na Biblioteca Nacional de Portugal só existe o primeiro número.

<sup>186</sup> Na Biblioteca Nacional de Portugal, do periódico *Gente Nova* (1912) só há um número especial e os periódicos *Academia Portuguesa* (1914) e *Gente Nova* (1919) encontram-se em péssimo estado de conservação, o que impossibilitou a consulta, não tendo sido viável a nossa deslocação a Coimbra para averiguar da possibilidade da sua leitura. O número especial de *Gente Nova*, “jornal da academia de Coimbra” (17/11/1912), dirigido por Félix Horta (também proprietário e editor), é totalmente literário, onde colaboraram Artur Ribeiro Lopes, Alberto Feliz de Carvalho, João de Lebre e Lima, Nuno Simões, Augusto Casimiro e Garcia Pulido.

estudantis de Moses Bensabat Amzalak e Francisco de Almeida Carmo e Cunha (Instituto Superior do Comércio), A. Morais Sarmiento (Escola de Medicina Veterinária), Joaquim José de Barros (Faculdade de Ciências), José dos Santos e Silva (Escola Colonial) e Maurício Monteiro (Faculdade de Direito). A capa foi da autoria de Cristiano Cruz e obtiveram a colaboração de professores, como, por exemplo, João de Almeida Lima (Faculdade de Ciências e Reitor da Universidade de Lisboa), Anselmo Braamcamp Freire (Escola Colonial), Francisco da Silva Teles (Faculdade de Letras), Pedro José da Cunha (Faculdade de Ciências), António Lino Neto e José Eugénio Dias Ferreira (Instituto Superior de Comércio) e Cincinato da Costa (Instituto Superior de Agronomia). No primeiro número foram publicados importantes textos políticos sobre a justificação e a necessidade de se manter a Federação Académica de Lisboa, já o segundo número recolheu textos de natureza literária e ensaística sobre temas de arte, literatura e filologia.

Começando nos finais dos anos 10 e continuando sem interrupção durante os anos 20, o mais prolongado e prestigiado órgão de uma associação de estudantes lisboeta foi *Agros*, “boletim da Associação dos Estudantes de Agronomia e periódico de propaganda agrícola” (n.º 1, Janeiro, 1917), cujo primeiro director foi Artur Castilho, presidente da Direcção dessa Associação de Estudantes para o ano de 1916-1917, organismo fundado em Novembro de 1911. O boletim divulgou, quer as actividades associativas estudantis, quer as actividades do Instituto Superior de Agronomia, mas também publicou importantes textos sobre várias temáticas científicas referentes à agronomia, à veterinária e ao regionalismo, encontrando-se textos de António Sérgio no ano de 1917, um deles era um extracto de uma conferência pública sobre “Os métodos do regionalismo”, solicitada pela Federação Académica de Lisboa.

## 2.2. Os anos 20

Nesta época, manteve-se nas três Academias a curtíssima periodicidade das gazetas académicas e estudantis, com as excepções já referidas: no Porto, *Porto Académico* (1922-1926, continuou); em Coimbra, *Estudos* (1922-1926, continuou) e *A Revolta* (1922-1924); em Lisboa, *Agros* (1917-1926, continuou) e *Técnica* (1925-1926, continuou).

A Academia do Porto afirmou, de facto, o mais prolongado projecto de imprensa periódica, *Porto Académico*, “quinzenário de estudantes da Universidade do Porto” (1.ª série, n.º 1, 6/11/1922 – n.º 17, 16/07/1923), sob a direcção de A. G. dos Santos Nobre (Faculdade de Ciências), continuou, primeiro, como “órgão da Associação de Estudantes do Porto”, depois, como “órgão da Associação Académica do Porto” (2.ª série, n.º 1, 14/11/1923 – n.º 33, 26/05/1926, reaparecendo com o n.º 34, 15/03/1927), tendo nesta 2.ª série as direcções de João de Espregueira Mendes, Agostinho Calheiros Lobo, Augusto Saraiva e Agostinho da Silva, estes dois últimos alunos da Faculdade de Letras. Saíram no total cinquenta e um números, pelo menos são os que existem na Biblioteca Nacional de Portugal, e colaboraram com o Grupo da “Renascença Portuguesa” na promoção de conferências públicas onde falaram Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, Afonso Duarte, Augusto Casimiro ou Leonardo Coimbra.

Em contraponto a essa notável longevidade, assinalem-se dois efémeros periódicos portuenses. Por um lado, *Universidade*, “quinzenário académico” (n.º 1, 11/04/1924 – n.º 3, 31/05/1924), dirigido por Tito Lívio dos Santos Mota, Ramiro Xavier da Fonte Fernandes Salgado e António Sarmento e Castro. Defendiam a abolição da praxe aos caloiros e conseguiram angariar uma significativa carteira de anúncios publicitários, mas não passariam do terceiro número, devido à dinâmica plural do jornal *Porto Académico*. Por outro lado, mas com impacto político relevante, *Acção Republicana*, “quinzenário de estudantes”, (n.º1, 1/04/1926 – n.º 2, 15/04/1926), dirigido por um corpo directivo, onde estavam Álvaro Ribeiro (também editor), Adolfo Casais Monteiro, Horácio Cunha, Luís Guedes de Oliveira, Marques dos Santos e Viriato Gonçalves, que foram os principais redactores e eram membros do Grupo “Acção Republicana”. Assumiam-se como “órgão do nacionalismo democrático” e elogiavam especialmente a revista *Seara Nova* e o pensador Leonardo Coimbra, tendo dado colaboração Luís Valter Vasconcelos, Jaime Cardoso, José Sant’Anna (Dionysio), Moreira de Faria e Ribeiro da Cunha.

O programa da revista e do grupo *Acção Republicana* veio estampado na capa dos dois únicos números totalmente escrito em letras maiúsculas e que reproduzimos em letras minúsculas: «Defende e quer: as doutrinas democráticas claramente sintetizadas na declaração dos direitos do homem e do cidadão; uma república nacionalista de tendências progressivamente descentralizadoras, orientando a nação para melhores destinos e procurando resolver as questões sociais no sentido duma justiça cada vez mais ampla; o parlamento como representante da vontade e da inteligência

da nação; a formação incessante de *élites* pela universidade que, não estando divorciada da nação, acompanha a cultura universal”. Esses dois números publicaram essencialmente textos de carácter doutrinário, muito críticos do monarquismo, em particular do Integralismo Lusitano, e das ditaduras como soluções para as crises políticas.

Na Academia de Coimbra destacou-se, para além da já referida revista *Estudos*, ligada ao Centro Académico de Democracia Cristã, o jornal *A Revolta*, ligado ao Centro Republicano Académico, tendo-se publicado nesta cidade dois periódicos estudantis relevantes de estrita natureza artística e literária – *Bysancio*, “revista coimbrã, artes e letras” (n.º 1, Março, 1923 – n.º 6, Janeiro, 1924), propriedade do 3.º ano jurídico, estando no grupo directivo Alberto Martins de Carvalho, Alberto Simões Pereira, Alexandre Aragão, Fausto dos Santos, João de Almeida, João Lumbrales e Luís Veiga; e o já referido número único de *Via Latina*, “revista de estudantes” (1924).

Quanto ao jornal *O Conflito*, “órgão da Academia de Coimbra” (n.º 1, 6/05/1921 – n.º 6, 23/06/1921)<sup>187</sup>, teve uma comissão directora constituída por Gualberto Melo, Pinto de Mesquita e Severo de Figueiredo, o editor era Antero Vale e a redacção e administração localizava-se nas instalações da Associação Académica de Coimbra. Foi uma consequência editorial do protesto que decorreu entre Abril e Outubro de 1921 dos alunos do 5.º ano de Medicina contra Ângelo da Fonseca, professor da disciplina de Clínica Cirúrgica, por ele, durante a aula do dia 1 de Março de 1921, ter comentado que ouvira “com desgosto e mágoa” o discurso que o aluno Eduardo Coelho, em representação do curso, tinha feito no cemitério aquando da homenagem ao recém falecido Daniel de Matos, professor de Medicina e antigo reitor da Universidade de Coimbra, o que originaria um grave conflito<sup>188</sup>. Após greves às

<sup>187</sup> Na Biblioteca Nacional de Portugal, não se encontram os números 7 e 8 do jornal *O Conflito*.

<sup>188</sup> Quais foram as palavras que incomodaram Ângelo da Fonseca? Provavelmente, as seguintes: “É que rareiam cada vez mais os homens da envergadura moral e intelectual de Daniel de Matos. Desaparecem grandes homens e ficam pequenos homens! [...] os cursos estiolam em apagada e vil tristeza, faz tremer de pavor, pelo futuro da raça, o desaparecimento de mentalidades como a de Daniel de Matos que foi extraordinária em todas as fases da sua vida e em todas as modalidades da sua personalidade [...]. [...] pertenceu a um curso excepcional – o maior que tem passado pela Velha Faculdade de Medicina e que tinha cabeças portentosas como a do Sena, do Augusto Rocha, do Lopes Vieira, do Matoso dos Santos, do Urbino de Freitas, do Teixeira de Queiroz [...]. Devia fazer-lhe pena recordar o seu curso e compará-lo com os actuais, olhar para o dobrar dos tempos em que se bateu a sua alta mentalidade e aferi-lo por esta estagnada planície. Que tristeza a geração de hoje! ‘De maus e de doidos, mais maus que doidos’, como ele tanta vez dizia [...]” – cf. “Ainda a morte do sr. Dr. Daniel de Matos”, *Gazeta de Coimbra*, Coimbra, ano X, n.º 1124, 3/03/1921, p. 1.



aulas, a 10 de Março de 1921, os quintanistas de Medicina de Coimbra lançaram um Manifesto ao País, onde esclareciam a situação criada e apelavam à greve académica nacional. Obtiveram a solidariedade grevista académica de Lisboa e do Porto no dia 20 de Abril, entrando as três Academias em greve. A Queima das Fitas de Maio desse ano não se realizou e a greve será interrompida durante as férias grandes, regressando em Outubro de 1921 com confrontos entre estudantes e polícias, donde resultou a prisão de vários estudantes e o ferimento de Aníbal Veloso e de Eduardo Pires Camelo, que veio a falecer um mês depois, altura em que a greve terminou com um acordo.

O jornal *A Revolta*, “quinzenário académico republicano” (n.º 1, 29/10/1922 – n.º 18, 5/10/1924), começou por ter Raul Pinto Madeira (Faculdade de Medicina) como director (até ao n.º 10, 17/04/1923), seguindo-se como redactores principais (com funções de director) Carlos Clímaco Baptista, também da Faculdade de Medicina (n.º 11, 5/06/1923) e José Rodrigues da Costa (n.º 12, 29/12/1923 até ao último), presidente da Mesa do Centro Republicano Académico. Ao longo do tempo de edição do jornal houve várias mudanças de cabeçalho, mas a inovação deste projecto jornalístico académico está justificada, logo no primeiro número, com o texto “*A Revolta*”: “O *Diário de Lisboa* criou uma nova linha estética na imprensa. Nova e interessante; e tanto que é sempre agradável à nossa vista e ao nosso espírito folhear as suas páginas. *A Revolta* adoptando a mesma compleição gráfica, não o faz por simples imitação: segue-a antes como manifestação de apreço às brilhantes qualidades daquele colega que tem na imprensa portuguesa um lugar distinto, e não menos por assim se encontrar melhor integrada na sua função renovadora”<sup>189</sup>.

Teve características de jornal informativo de Coimbra, não só académico, publicando também notícias da vida política nacional, textos políticos, textos literários (secção de literatura) e anúncios publicitários (uma ou duas páginas). O número de 31 de Janeiro de 1923, dia de aniversário da revolta republicana do Porto de 1891, foi totalmente dedicado “À Memória de José Falcão”, recolhendo texto de, entre outros, António José de Almeida, Presidente da República (o primeiro texto, na primeira página), Sebastião de Magalhães Lima, Afonso Bourbon e Menezes, António Luís Gomes, Joaquim de Carvalho e Augusto Casimiro<sup>190</sup>. No número de 31 de

<sup>189</sup> *A Revolta*, Coimbra, ano 1.º, n.º 1, 29/10/1922. p. 1.

<sup>190</sup> *A Revolta*, Coimbra, ano 1.º, n.º 6, 31/01/1923.

Janeiro de 1924, evocou-se o Batalhão Académico de Coimbra que combateu na “Monarquia do Norte” em 1919 e publicou-se o nome dos estudantes combatentes, onde estavam Raul Pinto Madeira, o primeiro director do jornal, e José Rodrigues da Costa, então redactor principal do jornal, com funções de director<sup>191</sup>. O número de 15 de Fevereiro de 1924 será dedicado a “Teófilo na Morte”<sup>192</sup>, visto ter falecido em 28 de Janeiro anterior.

Outro jornal académico de Coimbra publicado neste período foi *A Academia* (n.º 1, 25/01/1923 – n.º 14, 11/06/1923), “semanário” (desde o n.º 7, 25/03/1923) e “defensor dos interesses académicos” (desde o n.º 9, 29/04/1923), dirigido sucessivamente por Alberto de Sousa Drummond Borges, em conjunto com Rui Manuel Nogueira Ramos, que era chefe de redacção (desde o n.º 3, 8/02/1923), e por António Ramos Proença (a partir do n.º 9, 29/04/1923). A redacção e administração estava localizada nas instalações da Associação Académica de Coimbra. No primeiro número, através do texto “Primeiras palavras”, referia-se que a “falta de um jornal puramente académico, lugar defensor dos interesses, da união, das tradições da Academia de Coimbra, vem há muito fazendo-se sentir”<sup>193</sup>. Noticiou actividades nas Faculdades e sobre o Orfeão Académico e a Tuna Académica ou a equipa de futebol da Académica, publicando também textos sobre a Universidade, escritos por Vitorino Nemésio<sup>194</sup>, ou poesias, por exemplo, de Sílvio de Lima, “Jardim Verde”, dedicada a Eugénio de Castro, e de António de Sousa, “De Coimbra”.

Por fim, assinale-se *Humanidade*, “jornal de estudantes de Coimbra” (n.º 1, 15/03/1925) e “quinzenário de estudantes de Coimbra” (n.º 2, 1/04/1925), sem director, situado no campo político republicano. O redactor principal era Vitorino Nemésio, autor provável dos textos editoriais não assinados “À maneira de prólogo” (n.º 1) e “Brio académico” (n.º 2), sendo Carlos Soares de Oliveira o editor. Colaboraram José Régio e João Gaspar Simões (crítica literária), Mário de Castro (textos “Ordem! Ordem!”, no n.º 1, e “À margem da questão sebástica”, no n.º 2), António de Sousa e Sílvio de Lima (poemas). Vitorino Nemésio, António de Sousa

<sup>191</sup> *A Revolta*, Coimbra, ano 2.º, n.º 13, 31/01/1924, p. 4.

<sup>192</sup> *A Revolta*, Coimbra, ano 2.º, n.º 14, 15/02/1924.

<sup>193</sup> *A Academia*, Coimbra, ano I, n.º 1, 25/01/1923, p. 1.

<sup>194</sup> Vitorino Nemésio, “Universidade Nova”, *A Academia*, Coimbra, ano I, n.º 1, 25/01/1923, pp. 2-3; “Relações exteriores da Universidade Nova”, *ibidem*, n.º 2, 1/02/1923, p. 1; ou “Equívoco”, *ibidem*, n.º 3, 8/02/1923, p. 1.

e Sílvio de Lima tinham publicado já, conforme se escreveu, no jornal *A Academia*, de 1923. Noticiaram actividades da Universidade Livre de Coimbra, com sede provisória na Biblioteca Municipal: homenagem a Camilo no salão nobre da Câmara Municipal e na Biblioteca Municipal (conferência de Vitorino Nemésio e leitura de partes da sua obra por vários professores), curso de esperanto (lições de Eugénio Eliseu), curso de História de Portugal (lições de Almeida Costa), curso de trabalhos manuais educativos (lições de Viana de Lemos) ou curso de francês (lições de Viana de Lemos). Nos dois números mantiveram-se três secções formais: *Dos Livros* (n.º 1) denominou-se *Das Ideias e dos Livros* (n.º 2), com textos de José Régio; *Literatura*, com textos de João Gaspar Simões (n.º 1) e de Vitorino Nemésio (n.º 2); *Página Desportiva* com muitas notícias.

Logo no texto de abertura do primeiro número de *Humanidade* estava ditada a sentença final de mais um jornal académico: “[...] Nasce com boas esperanças e se morrer quase de certeza morrerá com elas. Há-de parecer-lhes de ruim agoiro este falar de morte em dia alegre de nascença, mas temos razões de sobra para explicar o caso. Não que a coragem nos falte em seguir caminho, ou que a vontade se quebre ao menor choque, à mais banal contrariedade; mas tão pouco risonha se nos apresenta a atmosfera académica, tão desfavorável à propaganda e estudo de qualquer coisa útil, que todos os pressentimentos, os mais desfavoráveis, são de aceitar [...]”<sup>195</sup>.

A Academia de Lisboa revelou três gazetas académicas e estudantis significativas nos anos 20. Em primeiro lugar, *A Liberdade*, “jornal académico de preparação social” (n.º 1, 15/05/1920 – n.º 2, 24/05/1920), dirigido por Feliciano Fernandes (editor e redactor principal, aluno da Faculdade de Direito) e relacionado com a Academia de Estudos Sociais, com colaboração de estudantes de várias Escolas, entre os quais estavam Carlos Lobo de Aboim Inglês (Instituto Superior Técnico), Artur Portela (Ensino Livre) ou Dinis Pimentel (Faculdade de Direito). O jornal acolheu um artigo sobre o socialismo, escrito por Agostinho Fortes (professor da Faculdade de Letras). Feliciano Fernandes afirmou, logo no primeiro número, no artigo doutrinário “O que nós queremos”, que “*A Liberdade* é o primeiro jornal académico de carácter socialista que se publicara em Portugal”, e, denunciando a apatia estudantil, não se resignava: “Se isto é isto, se a mocidade do meu tempo é uma máscara de vida, havemos de calar o que sentimos ante a razão do que pensamos? Não”.

<sup>195</sup> Cf. “À maneira de prólogo”, *Humanidade*, Coimbra, ano I, n.º 1, 15/03/1925, p. 1.

Quanto aos periódicos ligados a Associações de Estudantes de Lisboa, encontrá-mos dois, excluindo o já referido boletim *Agros*, de Agronomia, iniciado em 1917: *Técnica*, “revista mensal dos alunos do Instituto Superior Técnico”, propriedade da respectiva Associação de Estudantes (n.º 1, Dezembro, 1925 – n.º 5, Maio, 1926, continuando edição), dirigida por José Centeno Castanho e José de Queiroz Vaz Guedes, divulgou as actividades associativas do Instituto e temas de cultura técnica e económica, com a colaboração de professores do Instituto (Vicente Ferreira, Ernest Fleury ou Amílcar Mário de Jesus), e de engenheiros; *Cultura*, “revista de Letras” (n.º 1, Fevereiro, 1926 – n.º 2, Maio, 1926), dirigida por José Manuel da Costa (diplomado pela Faculdade de Letras), com colaboração estudantil de Teotónio Machado Pires ou António Serras Pereira (Faculdade de Letras), e de Rodrigo de Sá Nogueira (diplomado pela Faculdade de Letras e director da Instrução da Federação Académica de Lisboa), obtendo a colaboração de Francisco da Silva Teles, José Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues e Manuel de Sousa Brito (professores da Faculdade de Letras), sendo a vinheta da capa, inspirada em *O Pensador*, de Auguste Rodin, da autoria do arquitecto Cassiano Branco, então com 29 anos de idade.

Os periódicos *Porto Académico*, *Agros*, *Técnica* e *Cultura* divulgaram as reivindicações da contestação estudantil universitária que começaram em várias Faculdades e Institutos Superiores de Lisboa e conduziram a fases de greves e de regresso às aulas, a partir de 9 de Janeiro de 1926. Em Fevereiro seguinte, os estudantes de Letras e de Ciências obtiveram a solidariedade dos colegas das respectivas Faculdades de Coimbra e do Porto, mês em que declararíamos greve os alunos dos Institutos Superiores Técnico, de Comércio e de Agronomia de Lisboa e da Faculdade Técnica e do Instituto Superior de Comércio do Porto. A declaração das greves gerais nas três Academias far-se-á no Porto, em 21 de Maio de 1926, e em Lisboa e Coimbra em 24 de Maio de 1926, vindo a terminar em meados do mês seguinte, mas na Faculdade de Direito de Lisboa prolongar-se-ia até Outubro desse ano.

## Conclusão

Na sondagem feita ao conjunto seleccionado de periódicos académicos e estudantis universitários de Coimbra, Lisboa e Porto, durante a I República Portuguesa e que representa uma amostra significativa, pode chegar-se a alguns indicadores conclusivos:

- (1) *Porto Académico*, órgão da Associação Académica do Porto (1922-1927), foi o periódico mais continuado de uma estrutura federativa académica;
- (2) *Agros*, órgão da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa (1917-1926), foi o periódico mais continuado de uma estrutura associativa escolar;
- (3) *Estudos Sociais* (1905-1911), *Imparcial* (1912-1919) e *Estudos* (1922-1934), do Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra, foram os periódicos mais continuados de uma estrutura de natureza ideológico-política (com uma componente espiritual neste caso), seguida de *A Revolta*, com duas fases (1908-1916; 1922-1924), ligado ao Centro Republicano Académico de Coimbra, que, na segunda fase, adoptou a linha estética inovadora do *Diário de Lisboa*;
- (4) *O Conflito* (1921/Maio-Junho) foi o único periódico encontrado que se criou para exprimir uma contestação específica, neste caso dos alunos do 5.º ano de Medicina de Coimbra contra Ângelo da Fonseca, professor da disciplina de Clínica Cirúrgica;
- (5) Habitualmente, em cada periódico, publicaram-se textos sobre as actividades associativas dos estudantes e sobre as Faculdades ou Institutos, textos cívicos, políticos e literários de estudantes e de professores ou textos literários de autores portugueses e estrangeiros;
- (6) No universo de gazetas sujeito a análise (13 periódicos), onde não estão os periódicos do CADC de Coimbra, já estudados, e retirando as excepções longas do jornal *Porto Académico* e do boletim *Agros*, mas incorporando na contabilidade os periódicos de Coimbra que estão em mau estado (dois) ou não existe (um) na Biblioteca Nacional de Portugal (3 periódicos), concluiu-se, quanto aos números que foram editados: 5 periódicos (com 2 números), 2 periódicos (com 14 números), 2 periódicos (com 3 números), 1 periódico (com 18 números), 1 periódico (com 11 números), 1 periódico (com 7 números), 1 periódico (com 6 números), 1 periódico (com 5 números), 1 periódico (com 4 números), 1 periódico (com 1 número) – 50 % dos periódicos tiveram entre 1 e 3 números;
- (7) Registe-se os nomes de algumas personalidades que obteriam relevo na vida portuguesa e que colaboraram enquanto estudantes nas gazetas analisadas: Francisco Cunha Leal, Cláudio Bastos, Artur Ribeiro Lopes, Nuno Simões, Domingos Garcia Pulido, Moses Bensabat Amzalak, Carlos Lobo de Aboim

Inglês, Artur Portela, Alberto Martins de Carvalho, João Lumbrales/João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Vitorino Nemésio, José Régio, João Gaspar Simões, Mário de Castro, Sílvio de Lima, Álvaro Ribeiro, Adolfo Casais Ribeiro, Luís Guedes de Oliveira, Horácio Cunha, José Sant'Ana (Dionysio), José de Queirós Vaz Guedes, José Manuel da Costa, Teotónio Machado Pires ou António Serras Pereira. O jovem arquitecto Cassiano Branco desenhou a gravura da capa da revista *Cultura*, de Lisboa.

A terminar, pode afirmar-se que, genericamente, as gazetas académicas e estudantis universitárias estudadas, entreteceram a *função comunicativa* da sociabilidade e do protesto com a *função educativa* da formação cívica, cultural e política, acompanhando, quase sempre, através de uma vigilância crítica, as políticas públicas governamentais para o ensino superior e as decisões internas das Faculdades ou das Escolas e Institutos Superiores. Os títulos das gazetas referidas exprimem bem essas duas funções, umas vezes acentuando uma, outras vezes acentuando outra.

## A I REPÚBLICA E OS JORNAIS: O MITO DA LIBERDADE DE IMPRENSA

Dos mitos que a I república portuguesa criou – ou que se criaram em torno da I república –, destaca-se o da total liberdade de imprensa, mito que principalmente a primeira oposição ao Estado Novo – a braços com uma censura prévia codificada e sistematizada – ampliou e difundiu.

Em Portugal, a liberdade de expressão surgiu com o primeiro liberalismo, em 1821 mas a restauração do absolutismo, em Março de 1824<sup>196</sup>, restringiu-a de novo. Com o triunfo do liberalismo, em 1834, desapareceu outra vez a censura prévia que, legalmente, só voltaria a existir, a título excepcional, em 1914, com a I Guerra Mundial. Claro que nesse período de oitenta anos o poder arquitectou outras formas de limitação da expressão escrita, designadamente a apreensão de jornais e os processos aos jornalistas. Quer dizer que tanto a monarquia constitucional como a república privilegiaram a repressão *a posteriori*, embora não descurassem as dificuldades legais levantadas à criação de novos jornais, o que já era uma forma de censura prévia.

Dos finais do século XIX em diante a luta política foi violenta e não sossegou com a mudança de regime. Particularmente a partir do *ultimatum* de 1890 e até Outubro de 1910 é interessante notar o despique entre jornais monárquicos e republicanos, com alguns jornais católicos a procurarem combater a propaganda anti-religiosa dos republicanos, o que, naturalmente, os aproximava da monarquia. A novidade que o

---

<sup>196</sup> José Tengarrinha considera mesmo que liberdade de expressão através da Imprensa só no período entre 1822 e 1823 e mesmo assim “cortado por suspensões de garantias”. Cf. *Da Liberdade Mitificada à Liberdade Subvertida*, Lisboa, Colibri História, 1993, p. 73.

5 de Outubro traz é a violência física contra os jornais, traduzida em assaltos e empastelamentos. Poder-se-á atribuir a responsabilidade desses assaltos a grupos extremistas e à excitação revolucionária do momento mas a leitura dos jornais mostra perfeitamente como a força pública assistia, no mínimo passivamente, às movimentações da população<sup>197</sup>. O primeiro jornal a ser assaltado foi *O Liberal*, de Lisboa, invadido logo no dia 10 de Outubro por civis armados que empastelaram o tipo, danificaram a mobília e levaram toda a gente presa para o Quartel-General (excepto os tipógrafos mas incluindo o director, o conselheiro António Cabral), de onde só saíram trinta horas depois. Mais tarde, no domingo 8 de Janeiro de 1911, o mesmo e outros jornais, como o *Diário Ilustrado* e o *Correio da Manhã*, foram assaltados e destruídos. Desta feita, o conselheiro António Cabral não só foi preso como foi intimado pelo chefe da polícia cívica<sup>198</sup> a sair da capital (a que só regressou um ano depois) e o *Correio da Manhã* viu ser-lhe negada pelo então governador civil de Lisboa, Eusébio Leão, a autorização para voltar a publicar-se. No mesmo mês de Janeiro, *O Povo de Aveiro* foi encerrado e o seu director, Francisco Homem Christo, exilou-se na Galiza.

Desaparecem por algum tempo os jornais católicos como, por exemplo, o diário *Correio do Norte*, que começara a publicar-se, no Porto, em Julho de 1910, e que se extingue em Fevereiro de 1911. Jornais monárquicos houve que declararam aceitar a república, como o *Notícias d'Évora*, que afirma não ter aderido mas reconhecer o novo regime, o que não impediu que o respectivo director, o médico Joaquim Mota Capitão, fosse perseguido, chegando a ser preso em Julho de 1912.

Na noite de 30 de Maio de 1911, outro jornal monárquico, *O Dia*, e outra vez o *Liberal* e o *Correio da Manhã*, foram alvo de mais ou menos graves tentativas de assalto. *O Dia* interrompe a publicação e só reaparece em 6 de Novembro de 1911. Depois de várias interrupções, recomeça a publicar-se em 24 de Fevereiro de 1915, recordando o seu director, Moreira de Almeida, no artigo de fundo, que o jornal “suspendeu a publicação forçado pelas acintosas perseguições que o impediam de

---

<sup>197</sup> Um artigo do jornalista Álvaro Maia, publicado na obra *Uma Hora de Jornalismo* (Lisboa, 1928) descreve admiravelmente uma dessas situações de assalto a jornais.

<sup>198</sup> Era o major Alberto da Silveira. António Cabral refere o episódio no seu livro de memórias *Em Plena República*.



circular”; revelaria, anos mais tarde que se queixara pelo telefone a Bernardino Machado, do assalto e de como fora ele próprio agredido, e que “melifluamente e cordialmente” o então ministro dos Negócios Estrangeiros “o grande filho do Rio de Janeiro” - como Moreira de Almeida o qualificava nesse artigo - lhe manifestou “toda a sua mágoa e a sua surpresa por tais atentados praticados certamente por monárquicos que querem desacreditar a República”<sup>199</sup>.

Em 30 de Dezembro de 1912, *A Palavra*, diário católico do Porto que suspende-ra a publicação em Fevereiro do ano anterior, pretendeu voltar a publicar-se, mas a necessária autorização foi recusada pelo comissariado geral de policia civil que deu como justificação “motivo de ordem pública”. A 21 de Outubro de 1913, *A Nação*, órgão do Partido Legitimista, foi assaltada e destruído o seu material, tal como aconteceria ao semanário *O Universal* em Julho de 1914. O mesmo aconteceria mais tarde a outros jornais, como *A Batalha*, em 1920. como veremos adiante.

Em 1922, a 24 de Julho, ressurgiu *A Palavra*, agora como propriedade e órgão da Causa Nacional da Monarquia, mas logo no dia 6 de Outubro desse ano a sede do jornal foi assaltada e parcialmente destruída. Não faltaram também as apreensões de jornais – essas previstas na lei - e, a título de exemplo, citarei apenas o caso do diário monárquico *Jornal da Noite*, de que foi director Rocha Martins. Este jornal, fundado em Julho de 1914, interrompeu a publicação em 20 de Agosto de 1914 e no dia em que reapareceu – 1 de Fevereiro de 1915 – em artigo de fundo (naturalmente, de Rocha Martins) explica que viveu “durante dezoito dias sob a espada da polícia, que o apreendeu sucessivamente à ordem do governo do sr. Bernardino Machado, acabou-o o formiga branca, assaltando-lhe redacções, roubando-o, destruindo-o, fazendo dos seus papeis uma fogueira e do seu mobiliário um negócio, como um bando de canibais sob a vista complacente da autoridade”. E o articulista conclui: “Voltando à luta de ânimo sereno, sabendo o que nos espera no dia de amanhã, dada esta república em que a liberdade de pensar, de escrever, de ter opinião, são apenas umas figuras de retórica [...] continuaremos com a mesma energia o combate de ontem.”<sup>200</sup> Não tardam também a surgir as dissensões entre os políticos republicanos

<sup>199</sup> *O Dia*, 31 de Dezembro de 1918.

<sup>200</sup> O jornal duraria ainda um ano, extinguindo-se a 13 de Agosto de 1915.

e os jornais das diversas facções digladiam-se, insultam-se, atacam-se uns aos outros, tal como procedem também, naturalmente, para com os jornais monárquicos e os católicos que voltavam a publicar-se<sup>201</sup>. Uma situação geral pouco idílica.

Claro que todas essas medidas de apreensão dos jornais provocavam graves prejuízos aos próprios trabalhadores, que se viam sem emprego, e até aos ardinias, que em Agosto de 1918 enviaram uma carta aos jornais, assinada pelo 2º secretário da direcção da Associação dos Distribuidores dos Jornais, José Dias, alertando: “Isto importa a miséria, a fome de muitas dezenas de famílias” Porquê? Porque os ardinias deixavam de receber a percentagem a que tinham direito por cada exemplar que vendiam. Não era inédita a detenção de ardinias por algumas horas, como forma de impedir a venda de algum jornal que não fosse grato às autoridades do momento e já em Junho de 1913 o semanário *Os Ridículos* publicara uma caricatura de dois polícias levando presos dois ardinias e a legenda “um novo tipo de preso político: o ardina”.

Enfim, estes são exemplos de uma prática que tem a marca dos tempos violentos que então se viveram.

Voltemos, portanto, às leis e às tentativas de dificultar ou impedir, pela via legal, atitudes críticas da imprensa relativamente às políticas seguidas.

A não existência legal da censura prévia não é, por si só, garantia de liberdade de imprensa. Existiam (e existem) outras formas de coacção e o primeiro quartel do século XX foi palco de árduas lutas dos jornalistas, fossem monárquicos ou republicanos, contra as leis que procuravam cercar a sua livre expressão. Essa luta vinha do século XIX e, por isso, está fora do âmbito deste trabalho; recordemos apenas, pela sua proximidade a 1910, que em Abril e em Novembro de 1907, o governo de João Franco, culminando uma série de leis repressivas, decidiu não permitir que os jornais fossem “além da discussão política ordinária e do debate sobre os actos administrativos do governo” e também “não permitir notícias, boatos e comentários que possam

---

<sup>201</sup> - Por exemplo, o *Diário Nacional* em 1916, *A Monarquia*, integralista, dirigida pelo Conde de Monsaraz, que se publicou em 1917, o *Diário do Minho*, em 1919, *A Ordem*, que se intitulava Diário Católico da Manhã e que se publicou entre 1916 e 1919, *A Restauração*, em 1921, *O Correio da Noite*, em 1924, reflectindo perfeitamente a desordem que imperava na sociedade.

prejudicar o crédito do país ou animar ou auxiliar quaisquer especulações financeiras”. Em Junho de 1908, Moreira de Almeida, de quem já se falou acima, apresentou na Câmara dos Deputados um aviso prévio ao ministro da Justiça, Campos Henriques, sobre a necessidade de se revogar imediatamente a lei de imprensa franquista e na mesma altura o deputado republicano Afonso Costa também apresentou ao Parlamento uma proposta de Lei de Imprensa, proposta essa que viria a constituir a base da que seria aprovada logo nos primeiros dias da república. Com efeito, em 10 de Outubro de 1910, foi revogada por decreto “a lei repressiva da liberdade de imprensa de 11 de Abril de 1907, suspendendo-se todos os termos de quaisquer processos relativos à imprensa, enquanto não for publicado um novo decreto com força de lei protector da liberdade de imprensa”. Esse decreto surgiria a 28 de Outubro do mesmo ano e proclamava “o direito de expressão de pensamento pela imprensa, cujo exercício é livre, independente de caução, censura ou autorização prévia”. Os crimes de abuso de liberdade de imprensa eram apenas os que estavam previstos em diversos artigos do Código Penal. A Constituição de 1911<sup>202</sup> acolheria no nº 13 do seu artigo 3º o artigo 1º da Lei de Imprensa: “A expressão do pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia, mas o abuso deste direito é punível nos casos e pela forma que a lei determinar.”

Todavia, logo em 9 de Julho de 1912, o Congresso da República, aprovou a alteração a vários artigos da lei de 28 de Outubro de 1910 e, embora reafirmasse o direito de expressão de pensamento pela imprensa, permitia de novo, como em 1907, a apreensão, pelas autoridades judiciais, administrativas e policiais, de “periódicos, cartazes, anúncios, avisos e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos ou publicações que forem expostos à venda por qualquer modo distribuídos ou afixados ou expostos em quaisquer lugares públicos”, que fossem “pornográficos ou redigidos em linguagem despejada e provocadora contra a segurança do Estado, a ordem e a tranquilidade pública” ou que contivessem “ultraje às instituições republicanas e injúria, difamação ou ameaça contra o Presidente da República no exercício das suas funções ou fora delas”, enfim os habituais motivos pelos quais as publicações podiam ser apreendidas. Outra lei, a 12 do mesmo mês de Julho, reprimia a propaganda tendenciosa ou subversiva, “verbal ou escrita, pública ou clandestina”. A estas dispo-

---

<sup>202</sup> Em 21 de Agosto

sições deu-se o nome de “leis de defesa da república”, pois seriam provocadas pelas preocupações que traziam as incursões monárquicas de Paiva Couceiro.

162

Nas colónias, porém, onde as incursões de Couceiro não constituíam seguramente motivo de preocupação, deram-lhe outro nome: “leis do garrote”. Com efeito, em 11 de Setembro de 1912 o *Diário do Governo* publicara um decreto do Ministério das Colónias, segundo o qual “sendo de reconhecida necessidade adoptar para as colónias disposições repressivas dos abusos de liberdade de imprensa cometidos por meio de publicações atentatórias do prestígio e do respeito às instituições republicanas e à moral pública” se estendia a esses territórios o decreto de 12 de Julho. Como o Congresso se encontrasse encerrado, aplicava-se o art.º 87º da Constituição, que autorizava o governo “a tomar as medidas que julgar necessárias e urgentes”. Protestando contra esta situação, o jornal *A Voz d’África*, que se publicava em Lisboa e era propriedade e órgão da Junta de Defesa dos Direitos de África, escrevia no dia 1 de Janeiro de 1913: “esta lei [...] concede ao arbítrio das autoridades administrativas, judiciais e até policiais a faculdade de apreenderem e até suspenderem os periódicos cuja orientação lhes não convenha; é uma lei de excepção, vil e odiosa e de que já alguns nossos colegas do Ultramar têm sofrido os rigores.” Não era a primeira atitude repressora da imprensa que o regime tomava. No mesmo mês de Setembro de 1912, os jornais publicaram, sem lhe dar relevo, a seguinte notícia: “O ministro das Colónias<sup>203</sup> ordenou telegraficamente ao governador-geral de Angola que fossem suspensos e processados todos os jornais daquela província que publicassem quaisquer artigos ou locais ofensivos à república e ao bom nome de Portugal, acusando-nos de escravagistas.” A intenção seria boa mas estava-se, também, perante uma lei de excepção.

Em 1914, verificou-se a suspensão de alguns jornais, como o *Diário da Manhã*, *O Dia* e o *Diário da Noite*. O primeiro, em carta enviada, com data de 17 de Agosto de 1914, aos outros órgãos de informação, queixava-se de que, por matéria publicada em 6 de Junho, o seu redactor-chefe recebera ordem de prisão e que em seis dias o jornal fora apreendido quatro vezes, três das quais em dias seguidos. Assim, acrescenta a carta, “resta-nos duas soluções: ou ficarmos sujeitos a escrever apenas para a

---

<sup>203</sup> Era o coronel de engenharia Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro.

polícia e para o governo, ou suspendermos, até que volte a haver um balbúcio de liberdade de imprensa neste país”. Por seu turno, em 18 de Agosto de 1914, o diário *Vanguarda*, de Lisboa, mostrava-se preocupado com as apreensões de jornais e conseqüente desemprego, pois “dezenas de famílias” ficavam “sem trabalho e sem pão”.

A situação agravar-se-ia com o estalar da I Guerra Mundial, no fim de Julho de 1914, e em 30 de Novembro seguinte, embora Portugal ainda fosse neutral, foi proibida por decreto a publicação de notícias relativas às forças armadas portuguesas que não tivessem origem oficial. Estas disposições permitiam, portanto, que os jornais fossem sujeitos à leitura de uma autoridade que verificaria se continham matéria susceptível de impedir a sua circulação. O caso mais emblemático, verificou-se em 23 de Dezembro seguinte, quando Brito Camacho – que era o presidente da União Republicana – pretendeu publicar no seu jornal, *A Lucta*, um artigo em que explicava a sua posição relativamente à participação de Portugal na guerra<sup>204</sup>. O governo – constituído por democráticos de Afonso Costa e que era presidido pelo capitão-tenente Azevedo Coutinho – não permitiu a sua circulação sem prévia autorização do director da Polícia de Investigação<sup>205</sup>. Assim, para evitar a saída da *Lucta*, o edifício foi cercado, às quatro da manhã, por polícia fardada e à paisana. Foi então publicado um novo jornal, intitulado *A Notícia*, em tudo igual ao que seria *A Lucta* (excepto o artigo de Brito Camacho que causara o problema). Fizeram-se duas edições desse número cujo artigo de fundo, assinado por Brito Camacho, afirma em determinado passo: “o que a ditadura franquista não fez, sendo rei o sr. D. Carlos, fê-lo agora um governo democrático, sendo chefe do Estado o dr. Manuel de Arriaga.” Noutro artigo, intitulado “A censura prévia e a lei de imprensa”, o jornal acentua: “A lei de imprensa da lavra do sr. Afonso Costa ou da sua responsabilidade, proíbe no seu artigo 1º a censura prévia à imprensa. O governo democrático a que o sr. Afonso Costa não preside mas dirige, exerce a censura prévia como hoje se viu e como em outro lugar provamos”. Nesse “outro lugar”, como o anterior na primeira página, são narradas, com grande cópia de pormenores, as medidas tomadas pelo governo para impedir a circulação de *A Lucta*. Face à afirmação governamental de que o jornal não fora apreendido, Brito Camacho explica que efectivamente tal não

<sup>204</sup> O Congresso da República autorizara o governo, no dia 23 de Novembro, a “intervir militarmente” na guerra.

<sup>205</sup> Era o dr. João Eloy.

acontecera porque o jornal não fora posto à venda: o que acontecera, foi que um vendedor saíra com *A Notícia*, em tudo igual à *Lucta* mas sem o artigo em questão, e esse número “só pôde circular depois do sr. dr. João Eloy o ter lido. É a censura prévia – conclui - exercida pelos agentes do governo”. *A Lucta* acusa o governo de ter “rasgado a Constituição” e pergunta: “Com que direito, à sombra de que lei, está a imprensa sujeita à censura prévia?”

Três dias depois de a Alemanha declarar guerra a Portugal, a 9 de Março de 1916, intensificaram-se as medidas legais restritivas da liberdade de imprensa, com a publicação de um decreto do Ministério do Interior<sup>206</sup>, o nº. 2.270, que, se rejeitava a censura prévia, dava às autoridades policiais ou administrativas poderes que lhes permitiam a apreensão de periódicos ou outros impressos e escritos ou desenhos de qualquer modo publicados nos quais se divulgue “boato ou informação capaz de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado no que respeita, quer à sua segurança interna ou externa, quer aos seus interesses em relação a nações estrangeiras, ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defesa militar”. Este regime de apreensão – já autorizado, aliás, como vimos, pelas leis de 9 e 12 de Julho de 1912 - levantou numerosos protestos dos jornais e no dia 22 de Março representantes da imprensa de Lisboa reuniram-se com o ministro do Interior, agora o coronel António Pereira Reis<sup>207</sup>, que os informou de que o governo decidira levar ao Parlamento uma proposta de lei estabelecendo o regime da censura prévia, com o objectivo de reduzir, na medida do possível, os prejuízos eventualmente causados pela fiscalização rigorosa dos jornais já depois de impressos. Os jornalistas aceitaram a proposta, atendendo às circunstâncias e porque sempre era menos gravosa financeiramente do que a apreensão; a censura passaria a receber provas de página; o que os jornalistas solicitavam era que fosse rápida na apreciação, a fim de se não perderem os correios. Assim, menos de uma semana depois, a 28 de Março, a Lei nº 495 restringia as garantias consignadas no nº 13 do artigo 5º da Constituição e instituía a censura prévia, que seria exercida por comissões especiais para esse fim nomeadas

---

<sup>206</sup> O ministro era o Dr. Artur de Almeida Ribeiro, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, sendo a Presidência do Dr. Afonso Costa

<sup>207</sup> Desde 16 de Março, sendo presidente do Governo o Dr. António José de Almeida.

pelo governo quando funcionem nas capitais de distrito<sup>208</sup>. Houve, claro, quem não concordasse com essa Lei, caso da União Republicana, de Brito Camacho, cujos deputados apresentaram uma declaração de voto contra a instituição da censura prévia, não só “porque a não julgavam indispensável” como porque a julgavam inconstitucional, dado que não se fizera declaração de estado de sítio, como estipulava o art.º 16.º da Constituição. A acção da censura era visível porque no jornal surgia em branco o espaço ocupado pelas linhas suprimidas. Essa visibilidade que, evidentemente, não fora desejada pelas autoridades, decorria da própria lei que instituíra a censura e que declarava, no seu art.º 7.º que a parte eliminada não seria substituída “devendo ficar em branco o espaço que ocupava, a menos que, dentro da hora regulamentar, seja aprovada pela comissão respectiva a matéria que a substituíra”. Claro que, da parte dos jornais, não faltaram tentativas de aproveitamento político, pois “o grande número de espaços em branco era garantia para o leitor do rigor do jornal na crítica ao governo e despertava entretanto a sua curiosidade, espicaçada por vezes pelo próprio jornal<sup>209</sup>”. Por sua vez, *O Paiz*, jornal republicano de Lisboa, comentava, na edição de 31 de Março, que “sempre que o democratismo tem o poder não se esquece nunca de exercer a sua sanha contra a imprensa” e queixava-se de que enquanto o jornal, até mesmo antes de instituída a censura prévia, era examinado antes de poder circular, outros, como a *República*, *O Mundo* ou *O Século*, estavam dispensados desse exame.

As coisas continuavam a não correr bem entre jornalistas e censura<sup>210</sup>, pelo que, em Setembro de 1917, redactores de *A Manhã* apresentaram uma moção que foi lida no Parlamento por Luís Derouet<sup>211</sup> e, por sua proposta (6 de Setembro), aprovada. Rezava assim: “Os representantes dos jornais de Lisboa reunidos, a convite do *Jornal*

<sup>208</sup> O art.º. 2.º desta lei dizia: “A censura eliminará tudo o que importe a divulgação de boato ou informação capaz de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado no que respeita quer à sua segurança interna ou externa, quer ao interesse em relação a nações estrangeiras ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defesa militar ...”.

<sup>209</sup> Alberto Arons de Carvalho – *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973, p. 19.

<sup>210</sup> O próprio governo se preocupava com a actuação da censura. Na sessão de 2 de Maio de 1917, o ministro das Colónias (era o comandante Ernesto Vilhena) chamou a atenção do Conselho “para a maneira pouco inteligente como se está exercendo a censura jornalística, mostrando um artigo do *Dia* sobre questões coloniais com largos espaços em branco, entendendo que esse facto é prejudicial e contribuirá para exagerar a gravidade do problema africano”. In A. H. de Oliveira Marques *O Terceiro Governo Afonso Costa – 1917*, p. 50.

<sup>211</sup> Deputado e jornalista, viria a ser assassinado em 1927, com 47 anos.

*do Comércio e das Colónias*, para tratar do modo irregular por que está sendo exercida a censura prévia, determinada pelo estado de guerra; considerando que essa censura, que apesar de lesiva dos seus direitos mais fundamentais, a imprensa aceitou por inspirações de sentimento patriótico, só deveria aplicar-se, nem se poderia julgar que assim deixasse de suceder, a quaisquer notícias ou apreciações de carácter prejudicial para as operações de guerra, e nunca servir aos governos para impedir o debate político, cujos excessos, a darem-se, só podem estar sob a alçada da lei de imprensa; declaram que reputam vexatória para a sua missão e ultrajante para o seu patriotismo a aplicação da censura fora dos casos taxativos da inconveniência da publicação das notícias ou apreciações de carácter militar, ou de propaganda com a guerra, em que todo o país está empenhado. E resolvem empregar todos os esforços no sentido de tornar devidamente respeitada em Portugal a instituição da imprensa que em todos os países é considerada como uma garantia indispensável dos direitos populares e do prestígio dos próprios regimes que neles vigoram.” Nóbrega Quintal, o representante da *República*, de António José de Almeida, que estava a ser dirigida interinamente por Eduardo de Sousa, foi o único a recusar a moção por considerar que no estado de guerra em que Portugal vivia, a censura era imprescindível e que só havia que discutir a maneira irregular como era aplicada. O caso foi comentado por Marinha de Campos<sup>212</sup> em dois artigos do *Portugal*<sup>213</sup> (10 e 13 de Agosto), nos quais acusa mesmo o novo ministro do Interior, coronel Mouzinho de Albuquerque, de ter dado instruções à comissão de censura “para cortar, nas provas de página dos jornais, tudo quanto pudesse visar desagradavelmente toda e qualquer autoridade sem distinção de categorias”, impedindo a crítica, tal como “se proibem as notícias relativas às complicações económicas, tão próprias da perturbadora hora presente” o que não evitara que “em consequência da falta de pão e da alta de preços de quase todos os víveres, os estabelecimentos de Lisboa e dos seus arredores estivessem a saque durante três dias e várias ruas ficassem manchadas de sangue”. Também não foi autorizado que a imprensa se referisse ao descontentamento de algumas classes e, sobretudo, que publicasse qualquer notícia relativa a greves. “A palavra greve – prossegue o mesmo jornal - era cortada pela censura prévia como verdadeiramente subversiva. E, todavia, uma greve terrível se declarou em Lisboa, da qual resultaram

---

<sup>212</sup> Foi o primeiro governador de Cabo Verde depois de 1910.

<sup>213</sup> Diário republicano que se publicou em Lisboa entre 1917 e 1920. O director era Arthur Leitão.



prisões, ferimentos e mortes [...] A censura prévia para os artigos e notícias referentes à chamada defesa económica só pode servir para subtrair os ministros, os parlamentares e os funcionários à crítica dos erros que nestes difíceis problemas, porventura, comentam com prejuízo geral [...] e [...] foi precisamente durante estes últimos dias, achando-se já votada e assinada pelo chefe do Estado a nova lei de censura, que esta voltou a exercer-se duma maneira revoltante, permitindo-se o próprio Ministério da Guerra intervir directamente neste assunto, como se as funções ministeriais e os serviços públicos não se achassem repartidos por dez departamentos especiais. Só faltou mobilizar a imprensa e colocar um major à frente de cada jornal. Houve jornais que ficaram reduzidos a pouco mais de metade em consequência dos cortes feitos abusivamente pela censura.”<sup>214</sup> Então a imprensa resolveu esta cousa simples: não publicar as notas officiosas do governo, nem quaisquer outras comunicações de origem oficial. Se os jornais não podiam dar publicidade ao seu noticiário dentro das restrições impostas unicamente pela guerra, também não deviam dá-la, subservientemente, ao noticiário do governo.” Era a *pena do silêncio*<sup>215</sup>.

Perante esta atitude dos jornais, o governo cedeu e uma nota enviada, de madrugada, para as redacções, pelo Ministério da Guerra comunicava: “Modificada a situação que constrangerá o governo a restringir a publicação de notícias referentes aos últimos acontecimentos, julga s. exa. o ministro poder fazer cessar já essa intervenção, entregando essas notícias ao bom critério e patriotismo da imprensa, confiando que ela se orientará no sentido dos superiores interesses do país, evitando informações que possam induzir em erro ou perturbar o espírito público e o sossego que tão necessário é a todos neste momento delicado da nossa nacionalidade.” Ainda surgiria um episódio que vale a pena referir: em Novembro de 1917, *O Liberal*, que já acima se disse ter sido alvo de numerosas apreensões e suspensões, viu as suas instalações serem seladas e os seus director, redactores e colaboradores, serem presos e ameaçados de expulsão do país (o que em dois casos se concretizou). O motivo teria sido a impressão e distribuição de um panfleto – “O Rol da Desonra”

<sup>214</sup> Em 22 de Outubro de 1922, o *Portugal* inseriu um curioso artigo em que relatou o que foi a conversa entre os representantes dos jornais de Lisboa e o ministro do Interior, dr. Almeida Ribeiro, em que aqueles foram expor “as novas irregularidades da censura à Imprensa”. Segundo esse relato, a cada queixa dos jornalistas, o ministro pouco mais disse para além de um contrastado “é lamentável”.

<sup>215</sup> Esta decisão dos jornais viria, posteriormente, a ser tomada em conta pela Ditadura Militar que decidiu tornar obrigatória a publicação das notas officiosas.

se chamava – que atacava oficiais portugueses que combatiam em França. Toda a imprensa se levantou em protesto contra uma medida considerada arbitrária (não só não havia provas de que o panfleto tivesse sido impresso nas oficinas do jornal, como as medidas tomadas foram administrativas e não judiciais) e o próprio dr. Egas Moniz – que acabara de criar o Partido Centrista – escreveu um duro artigo num diário republicano conservador, o *Opinião*, de Lisboa, intitulado “Liberdade de Imprensa” em que atacava não só “a Censura intolerante e inquisitorial” como também o acto do Governo em relação ao *Liberal*, escrevendo: “Sem razão alguma justificativa da estranha e inqualificável violência, sem julgamento algum, arbitrariamente, como o acto audacioso de um rei absoluto, foram mandados para além das fronteiras o director e redactores d’*O Liberal*. Nem averiguaram de provas, nem julgaram os pseudo-delinquentes. O governo substituindo-se ao poder judicial contra o que expressamente determina a Constituição, julgou como entendeu e quis, condenando ao exílio um grupo de jornalistas pela forma mais arbitrária e mais violenta de que temos conhecimento. E hão-de querer dizer-nos que estamos em régimen liberal e que não pesa sobre nós o poder insuportável dum czarismo que à força de ridículo não deixa de ser violento.”<sup>216</sup>

A Lei nº 495, de 28 de Março de 1916, que instituía a censura prévia, viria a ser revogado por Sidónio Pais em 9 de Dezembro de 1917, no dia seguinte à instauração da Junta Revolucionária, de que eram vogais Machado Santos e o capitão Feliciano da Costa<sup>217</sup>. Todavia, nesse mesmo mês, a 28, Machado Santos, agora na qualidade de ministro do Interior, assina três portarias, uma das quais institui (ou reinstitui) um sistema de autorização prévia para a fundação de jornais e reprime radicalmente as acções de propaganda do Partido Democrático: que as autoridades administrativas “não permitam a divulgação de manifestos, moções, representações e deliberações várias do Partido Democrático, também impropriamente chamado Partido Republicano Português, para que a obra de aclamação se possa fazer rapidamente”.

Em 9 de Janeiro de 1918, Machado Santos, sempre como ministro do Interior, autoriza os governadores civis a suspenderem “por tempo indeterminado, todas as publicações periódicas que, em linguagem despejada, pretendam perturbar a segu-

<sup>216</sup> Face à reacção da imprensa só o editor, Costa Pinto, e um colaborador, Fernando Lindoso, foram postos na fronteira.

<sup>217</sup> Em 6 de Dezembro de 1917, logo a seguir ao triunfo de Sidónio Pais, *O Mundo*, órgão do Partido Democrático, foi assaltado, destruído e só voltaria a sair à rua em 30 de Março de 1918 mas em Outubro de 1918 voltaria a ser assaltado e só reapareceria em Janeiro de 1919.

rança pública”; seis meses mais tarde, a 13 de Junho, Sidónio Pais restabelece a censura, que ele próprio abolira, “enquanto durar o estado de guerra”. No entanto, nem o fim da guerra mundial decidiu, efectivamente, o fim da censura prévia, desta censura prévia, que só seria abolida em Fevereiro de 1919. De qualquer forma, a ideia estava instalada e renasceria. Nos dois anos seguintes ocorreram algumas apreensões de jornais, houve jornalistas presos e não faltaram as exigências de prévia entrega do jornal às autoridades, antes de circular. Por exemplo, o diário *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho, queixa-se, em 4 de Agosto de 1919, da presença frequente da polícia na casa de impressão à espera da saída do primeiro exemplar impresso para o levar ao Governo Civil onde era lido vagarosamente para que a autorização de distribuição chegasse já depois de perdidos os correios; e em 27 de Março de 1920, o jornal é ainda mais acutilante: “De como a expressão do pensamento é livre, neste país que à sua frente tem actualmente um acéfalo<sup>218</sup>, prova-o a contumaz perseguição que contra uma parte da imprensa está sendo exercida pelos lacaios do poder. *A Batalha*, o *Combate*<sup>219</sup> e outros jornais que não batem palmas à acção inepta e retrógrada do coronel são apreendidos discricionariamente.” Afirma também que o proprietário da máquina onde o jornal é impresso fora ameaçado de prisão se não mandasse um exemplar à leitura das autoridades, o primeiro exemplar de cada número, e se deixasse sair para venda quaisquer exemplares antes da autorização da polícia. “Já não é apenas a apreensão. É a ressurreição da odiosa censura prévia ...” – conclui o jornal. Em 5 de Agosto de 1920, os jornais publicaram uma Nota Oficiosa do Ministério do Interior<sup>220</sup> garantindo que “o governo não exerce nem permite que se exerça a censura prévia sobre a imprensa” e a sua apreensão só pode ser decidida pela autoridade competente se verificar que os jornais “depois de estarem à venda” inserem “matéria incursa em determinadas disposições da lei de imprensa”. Esta Nota Oficiosa foi, naturalmente, contestada pelos jornais, e a própria *Batalha* mostra-se solidária para com o jornal *A Monarquia*, que dias antes fora retido e impedido de circular enquanto não retirasse uma local em que a polícia era acusada de ter impedido a sua circulação durante três dias. As vicissitudes de *A Batalha* não se ficaram por aí e em 28 de Agosto do mesmo ano, em Suplemento,

<sup>218</sup> O presidente do Governo era, desde o dia 8 de Março desse ano, o coronel António Maria Baptista.

<sup>219</sup> Matutino socialista que se publicou entre Abril de 1919 e Maio de 1920.

<sup>220</sup> O ministro era o coronel Felisberto Alves Pedrosa.

informa, a toda a largura da página que o edifício da *Batalha* foi assaltado “por grupos de *defensores* da República, entre os quais vários membros do *Grupo Carbonário Os Treze*”, que empastelaram o jornal e quebraram os móveis perante a passividade da polícia que os deixou “trabalhar à vontade”.

Na sequência dos trágicos acontecimentos de Outubro de 1921, quando foram assassinadas seis pessoas, entre as quais três grandes figuras da república, António Granjo, José Carlos da Maia e Machado Santos, o governo do coronel Manuel Maria Coelho decretou o estado de sítio na capital, pelo que um ofício com data de 25 de Outubro, assinado pelo Comandante Militar de Lisboa, general Ernesto Vieira da Rocha, comunicou aos directores dos jornais que, “tendo sido determinado pelo governo a censura à imprensa de Lisboa”, todos deveriam enviar as provas tipográficas ao Comissário Geral da Polícia Cívica “para ser feita a censura prévia”. A medida foi suspensa no dia seguinte mas ainda provocou fortes reacções na imprensa. *A Vanguarda* ainda publicou um violento artigo do seu director contra tal medida censória, queixando-se de que o governo resolvera “enveredar pelo caminho das apreensões e suspensões” e o *Diário de Notícias* comentou assim a ordem recebida: “Entendeu o governo que devia estabelecer a censura prévia à imprensa, depois de várias entidades oficiais terem pedido a essa mesma imprensa o seu auxílio para se estabelecer a tranquilidade nos espíritos públicos e de terem recebido em resposta a manifestação de idênticos desejos. O governo presta a si próprio um mau serviço, e não presta melhor serviço ao país. De amanhã por diante, o público sempre inclinado a ver os acontecimentos por um prisma de exagero, deixará de ter confiança nos seus jornais e, ainda que nada haja que possa alarmá-lo, terá sempre a suspeita de que se lhe ocultam factos graves. Não nos parece esse o melhor modo de se atingir o fim em vista, nem de se conseguir uma colaboração amistosa com a qual só o regime e o país teriam que aproveitar.” Mais comedido, *O Século* não deixou, mesmo assim, de observar: “Achamos esta medida inteiramente injustificada e desnecessária, tanto mais que toda a imprensa se tem limitado a publicar o noticiário dos acontecimentos, sem o mínimo ataque ao governo e ao actual estado de coisas.”

A situação política permanecia agitada. Depois do governo extra-partidário do eng<sup>o</sup>. Cunha Leal, realizaram-se eleições gerais no fim de Janeiro de 1922, cabendo a vitória aos democráticos, que permaneceram no poder até Novembro de 1923, com

três Ministérios, todos presididos pelo eng<sup>o</sup> António Maria da Silva<sup>221</sup>. Logo o primeiro governo mostrou que havia a consciência de ser necessário alterar a lei de Imprensa e o ministro da Justiça, dr. Catanho de Meneses, anunciou que estava a trabalhar num novo diploma. O dr. Henrique Trindade Coelho, nessa altura assíduo colaborador do diário republicano *A Manhã*, dirigido por Mayer Garção, escreveu nesse jornal um artigo em que considerava que sob o regime republicano os jornais viviam “em completo e permanente regime de arbítrio”, vítimas de “apreensão, censura prévia e impunidade de desmandos”; e (“indo ao encontro do projecto do sr. ministro da Justiça”), apresentava<sup>222</sup> um projecto de lei de imprensa que era – segundo afirma – o do *Manual Político*<sup>223</sup>, com as necessárias e oportunas modificações”, acrescentando: “É o único projecto digno de uma imprensa séria e de uma república decente, rápido no julgamento e liberal no espírito, porque não permite nem a apreensão, nem a censura prévia”. A lei não apareceu e os problemas com a liberdade de expressão na imprensa mantiveram-se, com as habituais apreensões de jornais, o que levou, por exemplo, *O Radical* a escrever, em 6 de Outubro desse mesmo ano de 1922: “Vivemos num período de puro absolutismo governativo. Anteontem foi arbitrariamente apreendido o nosso colega *A Palavra*. Nem circular pôde, porque lhe foi apreendida a primeira página ao entrar na casa da máquina. Ontem, igualmente foi apreendido e proibido de circular o nosso colega *O Correio da Manhã*. Excessos destes definem um governo de prepotências que caminha para uma próxima agonia, com a mania da perseguição. Exceda-se o sr. António Maria da Silva e verá o trambolhão que apanha.” Três dias depois, o mesmo jornal escrevia: “Desde quinta-feira parece que o nosso jornal ao entrar na máquina merece os maus olhares da polícia. Quando sai o primeiro exemplar é levado por ordem superior ao governo civil onde sujeitam *O Radical* à censura prévia. Protestamos contra estas arbitrariedades que afrontam as leis.” E no dia seguinte insiste, mais “radicalmente”: “Vive-se pois em um regime de censura prévia e da lei da rolha adoptada pelo governo do sr. António

<sup>221</sup> Foi um dos fundadores e dirigente da Carbonária e esteve na Rotunda no 5 de Outubro. Nasceu em 1872 e faleceu em 1950.

<sup>222</sup> *A Manhã*, de 29 de Abril de 1922.

<sup>223</sup> Trata-se do livro de seu pai, intitulado *Manual Político do Cidadão Português*, editado em 1907.

Maria da Silva.”<sup>224</sup> Também no dia 6 de Outubro do mesmo ano a *Vanguarda* publica um duríssimo artigo contra a Censura denunciando que na véspera o *Correio da Manhã* e na antevéspera a própria *Vanguarda* e *A Palavra* haviam sido impedidos de sair pela polícia “à ordem do miserável de cu coçado (o eng. António Maria da Silva) que no tempo da monarquia foi cacique a soldo e hoje é rico proprietário e presidente de ministério”. O jornal foi suspenso, entre 7 e 15 de Outubro por ordem do governador civil, major Viriato Lobo, depois de o total das tiragens dos dias 2, 4 e 6 desse mês terem sido apreendidas pela polícia.

A 18 de Abril de 1925, um movimento militar veio de novo trazer problemas aos jornais: o *Diário de Lisboa* e *O Século* foram suspensos e não puderam circular durante uma e duas semanas, respectivamente<sup>225</sup>. *A Época* publicou-se com cortes de censura até 25 de Abril e no dia seguinte afirma que, acabada a censura que até aí o impedira de dizer toda a verdade sobre a revolução, ia agora começar a levantar “as pontas desse véu, que encobre tanta nobreza e tanta traição, tanto heroísmo e tanta covardia”. A resposta das autoridades foi imediata: suspensão e suspensão de tal modo rigorosa (o jornal só reapareceu no dia 6 de Maio) que a tentativa para publicar *A Nova Época* foi gorada, saindo apenas um número, a 3 de Maio, pois o “ministro do Interior (que era o tenente-coronel Vitorino Henriques Godinho) ordenou à polícia que impedisse a sua circulação”. No Senado, no início de Maio desse mesmo ano, o senador Joaquim Crisóstomo criticou a censura e a suspensão do *Século* e do *Diário de Lisboa*, afirmando que não foi para enclausurar o pensamento e restringir a liber-

---

<sup>224</sup> - Não faltavam, também, as situações caricatas: “Em 5 de Fevereiro de 1922, um jornal dos Açores, a *Folha de Angra*, inseria uma nota do correspondente em Lisboa, intitulada “A Censura Telegráfica” e que relatava uma intervenção da censura: “Por vezes, o empregado que recebe os telegramas tem-me advertido de que, naturalmente, não seriam expedidos alguns telegramas que eu lhe apresentava. Um dia, por exemplo, tratava-se de um inocente assunto, ao qual os jornais de Lisboa fizeram largas referências – a falta de pão que durante três dias cá se fez sentir. Pois o telegrama foi sustado pela censura em virtude do artigo 7º da convenção telegráfica internacional. Vim depois a saber que foi julgado prejudicial à manutenção da ordem pública nessa cidade! E de facto cá temos o aviso de que o telegrama 188, de 14 palavras, foi sustado nos termos do artº. 7º. Prejudicial à ordem pública de Angra a falta de pão em Lisboa ... Não lembra ao diabo.”

<sup>225</sup> - A proibição de publicação foi ordenada, a 19 de Abril, pelo General Comandante da 1ª Divisão “durante o período de tempo em que as garantias se mantiverem suspensas”; a suspensão foi levantada a 5 de Maio por resolução do Conselho de ministros.

dade de imprensa que se implantou a república e acrescentando: “se a lei de imprensa é má e não corresponde aos fins para que foi promulgada, faça-se outra melhor”<sup>226</sup>.

Havia candidatos a redigir essa nova lei de imprensa, designadamente, como já foi acima referido, Henrique Trindade Coelho e o dr. Catanho de Menezes, antigo ministro da Justiça, que, regressado ao governo, em 18 de Dezembro de 1925, sobraçando a mesma pasta<sup>227</sup>, não desistiu da ideia que já expusera anos antes e em entrevista à *Noite*, em 13 de Abril de 1926, declarou que tencionava apresentar ao Parlamento nova lei de imprensa que não estabelecia qualquer censura prévia embora, naturalmente, não isentasse de responsabilidades os jornalistas. “Para isso – acrescentou – parece-me necessário que os crimes de liberdade de imprensa sejam julgados, não com a intervenção do júri comum, mas sim com a intervenção de pessoas com o grau de cultura bastante para poderem apreciar até onde vai a crítica, mesmo severa, que é uma das funções principais da imprensa, e onde principia a injúria.”

Antes, porém, do próprio golpe de 1926, o último governo do eng. António Maria da Silva talvez em desespero com a situação criada pelas movimentações militares, preocupou-se com a imprensa e instituiu, *de facto*, a censura prévia, sem revogação da legislação vigente. No dia 30 de Maio, o *Diário de Notícias* inseria na primeira página o texto de uma nota intitulada “Ao País” que fora distribuída na véspera por toda a capital e afixada nos *placards* do jornal. Dizia o seguinte: “O governo, declarando que não exerce a censura prévia, exerce-a de facto. Fez de madrugada inúmeros cortes a informações por nós colhidas em todo o País, intimando-nos ao mesmo tempo a que os espaços correspondentes não ficassem em branco. O *Diário de Notícias*, portanto, para não iludir o público, não saiu hoje (dia 29).” Que se passara? O jornal explica que lhe fora afirmado que o governo deixaria publicar “todas as informações de seriedade garantida” pelo que foi surpreendido, alta madrugada, por “uma intimação, mandada fazer por ordem de quem então era ainda o Presidente do Ministério (António Maria da Silva), para que as páginas do *Diário de Notícias* fossem à censura de não sabemos

<sup>226</sup> - A referência aos dois jornais encontra-se num discurso sobre a suspensão das garantias, que condenou por se encontrar a funcionar o Parlamento, pelo que o governo cometera um “abuso de poder”. Cf. *O Radical*, de 5 de Maio de 1925.

<sup>227</sup> - O dr. João Catanho de Menezes fora já ministro da Justiça entre 7 de Junho e 22 de Novembro de 1924.

que empregado subalterno do governo civil, acrescentando-se que os cortes que essa censura entendesse dever fazer seriam preenchidos por originais que nada tivessem com os sucessos e arranjos *ad hoc* e por medida”. Comenta, então o jornal: “O ex-chefe do governo arrogava-se, já quase a despenhar-se do poder, de direitos que não lhe podíamos reconhecer, visto não estarem suspensas as garantias e acharem-se em vigor para todos os efeitos, os princípios da Constituição. E juntava à violência com que nos pretendia envolver a hipocrisia mais clara, porque queria ainda que o público acreditasse que nenhuns cortes se haviam feito, que a imprensa trabalhava em completa liberdade e que as informações que reproduzíssemos eram a expressão absoluta da verdade.”

#### Concluindo:

A república, tal como a monarquia, tentou evitar pelas vias legais – já não falo nos assaltos a jornais, amplamente consentidos pelo poder político, por muito que fossem arruaceiros a perpetrá-los – os ataques à sua política, ou às suas políticas. Tanto a monarquia liberal como a república evitaram a censura prévia, proibida pelas respectivas constituições. Durante todo o período liberal e até 1914 Portugal não esteve envolvido em qualquer conflito armado internacional. Faltava-lhe, portanto, experiência em matéria de salvaguarda de segredos de importância militar, aliás já previstos, algo incipientemente, no entanto, na legislação penal de países como a França, a Checoslováquia ou os Estados Unidos. Assim, é com o eclodir da Grande Guerra que surge em Portugal legislação que contempla a existência de censura prévia, legislação que perdura alguns meses após o fim da contenda, com um pequeno, pequeníssimo intervalo sidonista. Pode admitir-se que essa falta de experiência precipitasse, por receio, medidas de censura talvez ainda extemporâneas.

Qual foi então a forma, ou formas, imaginada(s) pela república para se defender dos ataques que muitos jornais lhe moviam?

Deixo a palavra a um jornalista, quanto a mim insuspeito: João Paulo Freire (Mário)<sup>228</sup>, que numa conferência que proferiu em Outubro de 1926<sup>229</sup>, sublinhou:

<sup>228</sup> 1885-1953.

<sup>229</sup> Na sede do Sindicato dos Profissionais de Imprensa, em Lisboa, para comemorar o 16º aniversário da proclamação da república.



“As leis de imprensa [da monarquia] existiam no papel. O que reinou no período que vai de 1834 a 1910 foi o arbítrio, o relaxamento, a perseguição e a revolta [...] Passamos finalmente ao regime republicano e verificamos, com verdadeiro assombro, que a compressão, o garrote usado para com a imprensa, aumentou, subiu de ponto! À censura mais descabelada juntou-se a apreensão violenta, o empastelamento criminoso, a agressão estúpida, o assalto de canibais.”

(Página deixada propositadamente em branco)

**O SERVIÇO PÚBLICO DE RÁDIO EM TRANSIÇÃO:  
ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DA RADIODIFUSÃO PORTUGUESA**

Este artigo analisa a forma como a rádio pública evoluiu em Portugal, no período compreendido entre 1975 e meados da primeira década de 2000. São cerca de trinta anos, que compreendem a vida da Radiodifusão Portuguesa (RDP), nascida com a nacionalização e desaparecida após a junção com a televisão pública.

O texto resulta da investigação documental realizada no âmbito do doutoramento em curso, na área de Ciências da Comunicação, na Universidade de Coimbra. Trata-se de um trabalho eminentemente descritivo, no qual se identificam os momentos principais da vida da RDP. O objectivo principal é a construção de uma base para a história da rádio pública em Portugal e para o posterior enquadramento teórico desta evolução.

### **A nacionalização**

A Emissora Nacional (EN) passou ao lado da renovação que atingiu a rádio nos anos 60. Debaixo do controlo censório, nunca deixou de ser o altifalante do regime (Cristo, 2005; Rbeiro, 2005). Manteve-se “com as cançonetas das vozes da música ligeira portuguesa e com Salazar na garganta”, como retrata José Manuel Nunes<sup>230</sup>. Como consequência, os anos que antecederam o 25 de Abril de 1974 foram de perda

---

<sup>230</sup> Entrevista realizada em 31 de Março de 2010 (José Manuel Nunes apresentou e dirigiu um dos programas mais relevantes de rádio na década de 60, a “Página Um”. Nos anos 80 e 90 dirigiu vários sectores da rádio pública. Entre o final de 1995 e 2002 foi presidente do Conselho de Administração).

de ouvintes, sobretudo no primeiro canal da EN<sup>231</sup>. A pouca isenção da informação oficial parecia ter os seus custos. Além disso, a sofisticação da revolução cultural que do estrangeiro se escutava, parecia ser mais apelativa do que a tradição e o nacional cançonetismo, que perpassavam nas emissões da rádio oficial. Quando se dá a Revolução dos Cravos, a EN, apesar de ter alguns profissionais atentos ao que se fazia lá fora é, claramente, um organismo estagnado.

A EN não desempenhou qualquer papel activo na movimentação de Abril de 1974. Depois de ocupada pelos militares, a sua emissão é interrompida e, simbolicamente, é feito o corte com o passado. Segue-se um período de desnorte, resultante do choque entre o poder cessante e a nova direcção (Serejo, 2001). À frente da EN ficarão, até 1979, comissões militares<sup>232</sup>.

Experimenta-se a liberdade nas emissões da rádio oficial. À euforia inicial seguem-se a instabilidade e os excessos que marcam o Período Revolucionário Em Curso (PREC): saneamentos, lutas das várias comissões de trabalhadores, abaixo-assinados, ocupações militares e uma sucessão de várias direcções na emissora. Trava-se uma luta feroz pelo controlo dos media (Mesquita, 1996). Porém, uma coisa parecia não ter mudado, depois de Abril: a estação oficial continuava a sua tarefa de formação da opinião pública e de sensibilização das massas. Desta vez, ao serviço dos ideais da revolução.

Este conturbado período culmina com o 25 de Novembro, que leva à nacionalização da rádio<sup>233</sup>. O sector da radiodifusão em Portugal ficou, desde então, alicerçado em dois pilares: o Estado e a Igreja. Foram nacionalizadas praticamente todas as estações do país: com o objectivo de assegurar o serviço público de rádio, nasceu a Empresa Pública de Radiodifusão (EPR), juntando à EN, os Emissores do Norte Reunidos, o RCP, a Rádio Alto Douro, a Rádio Ribatejo, o Clube Radiofónico de Portugal, a Rádio Graça, Rádio Peninsular, Rádio Voz de Lisboa e Alfabetas (Emissores Associados de Lisboa). De fora ficariam apenas a RR<sup>234</sup> e pequenas estações como a

<sup>231</sup> Cf. Inquérito do Serviço de Inspecção / Análise de Programas aos Ouvintes de Rádio da ENR, Abril de 1972 a Abril de 1973.

<sup>232</sup> Logo após o 25 de Abril, entra, também em funções uma comissão civil, que ficará a dirigir as emissões. Os responsáveis imediatos pela programação foram, pois, o major Delfim Moura, da comissão ad-hoc, e Álvaro Belo Marques, da comissão civil (cf. “Uma nova madrugada”, *in* Diário de Lisboa de 5 de Setembro de 1974).

<sup>233</sup> Definida pelo Decreto-Lei n.º 674-C75, de 2 de Dezembro.

<sup>234</sup> A RR fica de fora devido à Concordata com a Santa Sé e à vocação religiosa dos portugueses.

Rádio Altitude, da Guarda; a Rádio Pólo Norte, do Caramulo; o Rádio Clube de Angra e o Clube Asas do Atlântico, ambos dos Açores.

Os motivos que levaram à nacionalização eram claramente explicados no decreto legislativo: era necessário que a rádio abandonasse o comportamento apaixonado e panfletário dos últimos tempos, ganhasse isenção e serenidade, e servisse o povo. Recorde-se que o poder da rádio, num país com tantos analfabetos, era enorme. Além disso, a nacionalização permitia resolver outros problemas, como a necessária sujeição às limitações internacionais e a racionalização da gestão do sector.

A nova EPR é uma empresa gigante, sem planeamento prévio. É uma construção jurídica que resultou de um mero somatório de bens. Além de 2600 trabalhadores, a rádio nacionalizada tem mais de dez edifícios na capital, delegações e estúdios em várias cidades, três orquestras, um cinema, uma editora, uma fábrica de discos e uma exploração agrícola, entre outros<sup>235</sup>. Tem funcionários públicos e trabalhadores do sector privado. Mas ainda: o próprio espírito das empresas agora reunidas é bem distinto.

A situação da EPR era muito complexa, segundo João Figueiredo, então presidente da comissão administrativa (CA<sup>236</sup>): “a dispersão e inadequação das instalações; a obsolescência dos equipamentos; a deficiente especialização da massa laboral; a inadiável necessidade de reconversão de toda uma pesada máquina administrativa, de tipo estadual, num aparelho capaz de ocorrer às exigências de uma Empresa que se quer dinâmica e com um máximo de rentabilidade”<sup>237</sup>. Para fazer face à situação, no imediato, as direcções pouco mais puderam fazer do que avançar com medidas pontuais.

A designação Radiodifusão Portuguesa (RDP) surge em Fevereiro de 1976<sup>238</sup>, substituindo a anterior. A publicação dos seus estatutos acontece apenas em Abril<sup>239</sup>. A RDP nasce então como pessoa colectiva de direito público. A dimensão mais im-

<sup>235</sup> Cf. Relatório da Comissão Administrativa da RDP, com data de 12 de Julho de 1979 e Anuário da RDP de 1977.

<sup>236</sup> Neste texto é usada a abreviatura CA para designar Comissão Administrativa e Conselho de Administração.

<sup>237</sup> Cf. “Os portugueses terão, no futuro, a rádio que merecem”, *in* Tempo de 9 de Dezembro de 1976.

<sup>238</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 153/76, de 23 de Fevereiro.

<sup>239</sup> Decreto-Lei n.º 274/76, de 12 de Abril.

portante que o documento pretendia passar era a da construção de uma “imagem genuinamente democrática”<sup>240</sup>. No entanto, o estatuto é revogado<sup>241</sup> e tem início a “fase mais crítica da RDP, traduzida numa sucessão de situações mal definidas”<sup>242</sup>. A RDP vive, provisoriamente, com o diploma que orienta genericamente as empresas públicas<sup>243</sup>, até que, em 1984, é finalmente aprovado o seu estatuto<sup>244</sup>. O documento veio enquadrar a empresa ao nível normativo e orgânico. É ressalvada a sua autonomia de gestão e administração, assim como a independência em relação aos poderes político e económico. É definida a atribuição principal da RDP, como sendo a prestação do serviço público. Os órgãos da empresa são alterados, passando a ser compostos por um conselho geral, um conselho de administração e uma comissão fiscal. Todos eles tinham uma maioria mais ou menos significativa de membros eleitos pelo Governo.

#### A reestruturação

A RDP está oficialmente em situação económica difícil, desde 1979<sup>245</sup>. A CA, agora dirigida por Humberto Lopes, considera que a RDP vive uma “situação administrativa caótica e uma profunda crise económico-financeira”<sup>246</sup>. Privada das taxas até esse ano, a RDP tinha de recorrer a empréstimos estatais e bancários para garantir a sua actividade, uma vez que a publicidade não chegava. Foi essa a origem dos sucessivos resultados negativos (os prejuízos transitados entre 1975 e 1980, totalizavam 1691000 contos).

Ao entrar na nova década, a RDP é uma empresa à espera: do saneamento financeiro, da aprovação de uma Lei da Rádio, dos estatutos da empresa e dos trabalhadores, e da resolução das complexas situações dos seus funcionários. Entre Janeiro de 1979 e Fevereiro de 1980, a RDP tem três administrações, nomeadas por outros

---

<sup>240</sup> Cf. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 274/76, de 12 de Abril.

<sup>241</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 17/79, de 8 de Fevereiro.

<sup>242</sup> Cf. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 167/84, de 22 de Maio.

<sup>243</sup> Cf. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 167/84, de 22 de Maio.

<sup>244</sup> Decreto-Lei n.º 167/84, de 22 de Maio.

<sup>245</sup> Cf. Resolução n.º 110/97, de 28 de Fevereiro de 1979.

<sup>246</sup> Cf. Relatório da Comissão Administrativa da RDP, com data de 12 de Julho de 1979, página 1.

tantos Governos. À instabilidade política correspondia a rotatividade directiva da RDP, resultando em avanços e recuos na reorganização da empresa.

Em 1982 é firmado entre a tutela e a RDP um acordo de saneamento económico-financeiro (ASEF)<sup>247</sup>. Segundo o director financeiro da RDP, Alves Cunha, o acordo marcou a viragem na vida da RDP, porque: “actualizou as taxas de radiodifusão para os níveis de que a RDP carecia; definiu um regime de contenção de custos rigoroso, no qual se salienta a gradual redução dos efectivos (...); possibilitou a reconversão tecnológica da empresa (...); transformou a imagem da empresa junto da Banca, do Estado, Previdência e generalidade dos fornecedores”<sup>248</sup>.

Entretanto, a receita das taxas começa a estar disponível com mais eficácia. Em 1986, depois de um lento processo, a cobrança da taxa atinge já 98% do território continental<sup>249</sup>. Pode considerar-se que a segunda metade da década foi já de alguma consolidação, apesar de se manterem a austeridade e a contenção como linhas fortes da gestão. Em 1988 a RDP teve, pela primeira vez, um valor positivo no seu Fundo de Maneio Líquido<sup>250</sup>.

### As emissões

Inicialmente, a RDP limitou-se (salvo pequenos ajustes) a acumular os canais recebidos, sem articular as suas programações<sup>251</sup>. No final da década de 70, a RDP tinha, ao todo, um canal internacional<sup>252</sup>, quatro nacionais, cinco regionais e três locais<sup>253</sup>. O seu leque de emissões nacionais incluía programação de serviço público (programas 1 e 2 da ex-EN) e programação comercial com exploração de publicidade (programas 3 e 4, oriundos do ex-RCP). Estes últimos separaram-se dos dois pri-

<sup>247</sup> Publicado na II série do Diário da República de 31 de Março de 1982.

<sup>248</sup> Cf. “O director financeiro ao ‘informação rádio’”, *in* Boletim da RDP n.º2, de Janeiro de 1985.

<sup>249</sup> Cf. Relatório e contas de 1986.

<sup>250</sup> Cf. Relatório e Contas de 1988.

<sup>251</sup> Cf. Relatório da Comissão Administrativa da RDP, com data de 12 de Julho de 1979.

<sup>252</sup> As emissões internacionais eram feitas em português, mas existiam conteúdos em francês, inglês, alemão, italiano, espanhol e concani.

<sup>253</sup> Cf. Relatório da Comissão Administrativa da RDP, com data de 12 de Julho de 1979.

meiros em 1979. É o nascimento da Rádio Comercial (RC). Daí para a frente, os canais da RDP ficam, claramente, divididos em dois sectores: o de serviço público e o comercial. Apesar de um curto período em que a publicidade se estendeu ao primeiro canal, a partir de 1982, esta divisão é vincada e o serviço público ganha peso enquanto conceito<sup>254</sup>. No início dos anos 80 a rádio pública está ainda a adaptar-se às novas dinâmicas sociais e informativas. As suas emissões têm três objectivos: informar, cultivar e distrair<sup>255</sup>. A informação vai ganhando relevo no quotidiano da rádio.

A Antena 1 (designação a partir de 1981) é uma rádio dirigida ao grande público, feita entre a informação (não apenas no sentido jornalístico) e a música. Acompanha os momentos marcantes do país, ao nível religioso, desportivo ou institucional<sup>256</sup>. É uma rádio frequentemente em itinerância pelas regiões, com uma marca que se tornaria distintiva: a música portuguesa. O Programa 2 tinha, desde meados de 1981, uma nova orientação com vista ao alargamento do seu público. Tinham sido incluídas áreas como o jazz, a música popular, o cinema ou a biologia, entre outras<sup>257</sup>. Para a sua programação contribuía as duas orquestras sinfónicas da RDP. O canal erudito da RDP seria, mais tarde, pioneiro em Portugal, ao co-produzir e transmitir em directo, via satélite, uma emissão com a Rádio France Musique<sup>258</sup>.

A RC, que se definia como “urbana, jovem e dinâmica”, realizava iniciativas com bastante impacto. As suas duas emissões, em onda média (OM) e frequência modulada (FM) eram tão diferentes, que as iniciativas que promoviam atingiam públicos muito distintos. A rádio apoiava, ao mesmo tempo, um concerto de Jordi Savall, a Feira Nacional da Agricultura<sup>259</sup>, ou o espectáculo dos Iron Maiden. Uma das suas iniciativas mais marcantes, o Piquenício, chegava a reunir cerca de 100 mil pessoas<sup>260</sup>.

<sup>254</sup> Cf. Ordem de serviço série A, n.º51/82, de 30 de Setembro e n.º1/83, de 3 de Fevereiro; e Projecto Óptica Divisional/Serviço Público, do Gabinete de Planeamento da RDP, de 15 de Março de 1982.

<sup>255</sup> Cf. “A RDP/Empresa pública (II), *in* Informação Rádio – Boletim da RDP n.º2, de Janeiro de 1985.

<sup>256</sup> Cf. Informação Rádio – Boletim da RDP n.º1, de Dezembro de 1984.

<sup>257</sup> *Idem*, op. Cit.

<sup>258</sup> Cf. Relatório e contas de 1988.

<sup>259</sup> Cf. Relatório e contas de 1987.

<sup>260</sup> Cf. Relatório e contas de 1986.



O impacto da RC era grande no mercado. Em 1981, a sua cota publicitária ultrapassava os 50%.

A RDP Internacional continuava com as suas emissões para a Europa, América do norte, América do sul, África, Oceânia, médio e extremo oriente. Mas, para reduzir custos, as emissões em língua estrangeira foram progressivamente alteradas e extintas<sup>261</sup>. É uma altura de viragem para o Centro Emissor de Ondas Curtas (CEOC) que, ao fim de cerca de cinquenta anos, via as suas emissões, pela primeira vez, reduzidas<sup>262</sup>.

### A regionalização

A génese do movimento das rádios locais remonta, em Portugal, ao final dos anos 70. Em meados da década seguinte, o movimento tem já uma grande dimensão e está social e economicamente estabelecido (Azevedo, 2001). A rádio pública “não podia ficar indiferente ao triplo desafio que é o aparecimento destas rádios, as solicitações que lhe são constantemente apresentadas por autarquias locais que pretendem uma estação local da RDP, e a rentabilização e optimização dos seus próprios meios”<sup>263</sup>, como explicava Estrela Serrano, então assessora do CA da RDP para a regionalização.

A criação de rádios locais<sup>264</sup> era um desejo que se apoiava na existência, desde 1975, de núcleos como os de Elvas e Bragança, dentro do serviço público; e da Rádio Porto, que se inseria no serviço comercial da RDP<sup>265</sup>. Além disso há vários anos que, durante alguns momentos do dia, os emissores de Faro, Coimbra e Porto tinham produção própria. O ponto de partida foi o conjunto de instalações que haviam sido construídas durante o Estado Novo, anexadas a emissores de OM. Assim avançou a regionalização<sup>266</sup>, começando pelos locais em que havia disponibilidade das autarquias para celebrar protocolos. Viseu foi a primeira cidade. O objectivo era criar rádios nas

<sup>261</sup> Cf. Informação Rádio – Boletim da RDP n.º1, de Dezembro de 1984.

<sup>262</sup> Cf. Informação Rádio – Boletim da RDP n.º10, de Dezembro de 1985.

<sup>263</sup> Cf. “1985 – O ano da localização da rádio”, *in* Informação Rádio – Boletim da RDP n.º3, de Fevereiro de 1985” páginas 11-12.

<sup>264</sup> Cf. Documento anexo à proposta de ASEF s/d (arquivo RTP).

<sup>265</sup> Cf. ordens de serviço série A, n.ºs 43/81, 10/82 e 17/82.

<sup>266</sup> Cf. Ordem de serviço série A, n.º5/85, de 5 de Fevereiro.

capitais de distrito. As estações locais teriam produção própria e publicidade, mas seriam independentes em relação aos poderes políticos e económicos da região. Economicamente, deveriam ser auto-suficientes<sup>267</sup>. Naturalmente, a intenção regionalista da RDP não era alheia à possibilidade de um aumento de receitas publicitárias.

A política descentralizadora vai acontecendo aos poucos, recorrendo aos meios técnicos existentes. Em 1986 a RDP conta com várias emissões de proximidade no território do continente: RDP Norte (cerca de 20 horas semanais), RDP Centro – Rádio Coimbra (cerca de 120 horas semanais), RDP Sul – Rádio Algarve (cerca de 100 horas semanais), Rádio Porto<sup>268</sup> (cerca de 126 horas semanais), Rádio Nordeste (cerca de 14 horas semanais), Rádio Alto Douro (cerca de 70 horas semanais), Rádio Viseu (cerca de 44 horas semanais), Rádio Guarda (cerca de 37 horas semanais), Rádio Santarém (cerca de 49 horas semanais) e Rádio Elvas (cerca de 40 horas semanais). Em 1987, começa a funcionar a RDP Covilhã (com cerca de 37 horas semanais).

A aventura das emissões de proximidade da RDP terminará antes do meio da década de 90, devido a motivos económicos (Serejo, 2001) e à necessidade de usar os emissores para a futura Antena 3, como é referido por José Manuel Nunes<sup>269</sup>.

### A actualização tecnológica

Tecnicamente obsoleta, a RDP investiu, ao longo da década de 80, na melhoria das condições, quer de recepção, quer de produção. Em 1988 implementa o Radio Data System (RDS). E a partir de 1994 renova a sua rede de emissores<sup>270</sup>, com um investimento que não tinha paralelo nas últimas três décadas. A recepção por satélite foi alargada a todas as estações da rede. O grande investimento era já na FM, mas a recepção em OM ainda sofreu melhorias. Com o fim das rádios locais, a RDP

---

<sup>267</sup> Cf. Ordem de serviço série A, n.º5/85, de 5 de Fevereiro.

<sup>268</sup> A Rádio Porto havia sido integrada na estrutura da RC no último trimestre de 1987. Em Abril do ano seguinte passaria a designar-se Rádio Comercial Norte (RCN).

<sup>269</sup> Entrevista realizada a 31 de Março de 2010.

<sup>270</sup> Cf. “Ao telefone com.... João Soares Louro”, *in* Tal & Qual, de 7 de Janeiro de 1994.

investia agora na melhoria dos seus programas nacionais<sup>271</sup>, incluindo obras nos estúdios e nas centrais técnicas, e a instalação de estações de microcobertura, sobretudo no final da década. O objectivo era a universalidade no acesso. A partir de 1997, a digitalização torna-se prioritária. E, com a mudança de edifício, em Lisboa<sup>272</sup>, dá-se, também, a mudança de paradigma. O computador surge, omnipresente, nas rotinas da estação<sup>273</sup>. Em 1998 a rádio pública salta para duas novas plataformas: a Internet (com quatro emissões em *streaming* e algum áudio *on demand*) e o Digital Audio Broadcasting (DAB), tido à época como a grande aposta para o futuro da RDP.

### A reestruturação

O redimensionamento iniciado nos anos 80 prossegue ao longo da década seguinte: através da saída natural dos funcionários, de incentivos à reforma, da extinção das orquestras e da venda da RC. A segunda metade da década de 80 é de evolução geralmente favorável na vida económico-financeira da RDP<sup>274</sup>. Porém, em 1992, a nova administração de Soares Louro ainda encontra uma RDP com uma estrutura pesada e burocrática, instalações dispersas e degradadas, pouca autonomia e flexibilidade decisória, desadequação de órgãos existentes, incumprimento de planos de desenvolvimento e falta de comunicação<sup>275</sup>. A RDP entra num novo período de renovação e redimensionamento.

Logo no início de 1994, o estatuto jurídico da rádio pública é alterado<sup>276</sup>. A RDP passa a sociedade anónima, no seguimento do que havia acontecido à televisão. Esta alteração do modelo empresarial permitiu à RDP uma maior flexibilidade na gestão. O Estado deixaria de ter poder directivo e tutelar e passava

<sup>271</sup> Cf. “RDP transforma rede de emissores”, in Diário de Notícias, de 15 de Dezembro de 1994.

<sup>272</sup> A RDP adquire, em 1993, o edifício Phillips, em Lisboa, com o objectivo de terminar com a dispersão de instalações que existia na capital. A mudança, em plena fase de renovação da empresa, marca, também, uma ruptura com o passado.

<sup>273</sup> Cf. Relatório e contas da RDP de 1996, página 7.

<sup>274</sup> Cf. Relatório e contas de 1990.

<sup>275</sup> Cf. Ordem de serviço n.º21/92, de 29 de Outubro.

<sup>276</sup> Cf. Decreto-Lei n.º2/94, de 10 de Janeiro.

à situação de accionista<sup>277</sup>. Das principais alterações, destacam-se a criação do Conselho de Opinião (CO) maioritariamente formado por representantes de sectores socialmente relevantes, a celebração de um contrato de concessão de serviço público<sup>278</sup>, e a eleição do CA em assembleia-geral (AG), que deveria ser convocada pela tutela num prazo máximo de 60 dias.

Em 1996 começa um novo ciclo na empresa, apostada na modernização tecnológica, na estabilidade da sua orgânica e no fortalecimento das suas finanças<sup>279</sup>. Um dos factores mais importantes nesse âmbito, foi o acordo celebrado com o Governo, que permitiu a passagem para a Caixa Geral de Aposentações das responsabilidades inerentes a quase um milhar de aposentados. Será assim, estabilizada ao nível da orgânica, da regulamentação e das finanças, que a RDP irá entrar na nova década.

Em 1996, o CO passa a ser responsável<sup>280</sup> pela proposta ao Estado dos nomes de um ou dois vogais (consoante o número final de elementos do elenco) e do vice-presidente do CA. A administração em funções, dirigida por José Manuel Nunes, apresenta a demissão e, após reunião do CO, foi eleita de acordo com o novo modelo.

### As orquestras

As Orquestras Sinfónicas da RDP são extintas em 1989<sup>281</sup>. Porém, o processo ainda se arrastou durante uns anos. Na origem da degradação das condições deste sector da rádio esteve o excessivo peso acarretado pela Orquestra Sinfónica do Porto, que entretanto passara para a alçada da EN<sup>282</sup>. As orquestras eram um encargo pesado para a RDP. E parte das indemnizações compensatórias que a empresa recebia,

<sup>277</sup> Cf. Decreto-Lei n.º2/94, de 10 de Janeiro. Com este decreto são publicados os novos estatutos da RDP, nos quais aparece o Conselho de opinião, em substituição do Conselho geral. Ao conselho de opinião cabe a eleição de dois membros do CA.

<sup>278</sup> Assinado em 1999. Fica definido que a única fonte de receitas da RDP será o resultado da cobrança da taxa de radiodifusão (cf. Contrato de Concessão de Serviço Público de Radiodifusão (consultado em [http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/pdf/radio\\_ccsp.pdf](http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/pdf/radio_ccsp.pdf), em 18 de Maio de 2010).

<sup>279</sup> Cf. Relatório e contas da RDP de 1997.

<sup>280</sup> Cf. Alterações aos Artigos n.ºs 21 e 22 do Decreto-Lei n.º2/94, publicados na 3ª Série do Diário da República, n.º 166, de 19 de Maio de 1996.

<sup>281</sup> A Orquestra Ligeira foi-se extinguindo aos poucos.

<sup>282</sup> Cf. "Notas sobre uma Orquestra Sinfónica em Lisboa", de José Manuel Nunes, documento datado de 19 de Maio de 1992 (arquivo da RTP).

a elas se devia. Em 1985 decide-se terminar com esta situação. A estratégia da tutela passa pela criação de uma “régie cooperativa de interesse público”<sup>283</sup>, para a qual transitariam as orquestras. A Régie Sinfonia nasceu, mas não resultou. À extinção das orquestras da RDP seguiu-se um período de indefinição. Em 1992 a Sinfonia já não era maior do que uma orquestra de câmara, com sede no Porto, e composta por músicos, sobretudo, estrangeiros<sup>284</sup>. Entretanto, em Lisboa, os instrumentistas estavam parados desde o último concerto da Sinfónica da RDP, em Dezembro de 1989, e acabara por regressar à rádio<sup>285</sup>. Depois da extinção das orquestras da RDP, a tutela avançará com a criação, no Teatro Nacional de S. Carlos, da Orquestra Sinfónica Portuguesa, em 1993. O destino das orquestras da rádio foi traçado pela tutela, como explica José Manuel Nunes<sup>286</sup>: “Manter duas orquestras sinfónicas dignas e com qualidade é uma missão nobre mas cara. Os meios financeiros de que a RDP dispunha, mesmo na sua época de estabilidade financeira (...) não dariam para cumprir esse objectivo. O Estado não quis financiar um programa de reforma das orquestras da RDP, decidindo gerir directamente o sector sinfónico e operático”.

### A venda da Comercial

A vaga liberalizadora que se sentia pela Europa chega a Portugal. Em meados dos anos 80, o debate sobre a abertura de canais privados de televisão intensifica-se. É, também, o reflexo da adesão de Portugal à CEE. No Governo, o partido social democrata (PSD) pretende abrir os média audiovisuais ao sector privado, e garantir apenas “um serviço público mínimo na Rádio e na Televisão”<sup>287</sup>.

A manutenção de uma rádio comercial dentro da estação de serviço público nunca foi consensual. Eram dois contextos com objectivos e métodos de trabalho diferentes. Mas a RC era o grande competidor da RR. Destacara-se, sobretudo no

<sup>283</sup> Cf. Decreto-Lei n.º434/85, de 23 de Outubro e Decreto-Lei n.º435/85, de 23 de Outubro.

<sup>284</sup> Cf. Memorando do Gabinete do Subsecretário de Estado Adjunto da Secretaria de Estado da Cultura, datado de 22 de Julho de 1992 (Arquivo da RTP).

<sup>285</sup> Cf. Carta do Conselho de Administração da RDP n.º 334/CA/92, de 11 de Agosto de 1992.

<sup>286</sup> Cf. Entrevista realizada em Janeiro de 2010.

<sup>287</sup> Cf. Programa do XI Governo Constitucional (<http://www.psd.pt/archive/doc/GC11.pdf>, consultado em 31 de Março de 2010).

início dos anos 80, quando apresentava novas propostas e tinha um reconhecido grupo de profissionais. Antes da privatização, e apesar da queda nas audiências, a RC era ainda responsável por mais de metade da audiência da RDP. Mas o mercado havia mudado. Havia a recém-criada RFM, a Rádio Correio da Manhã ou a Rádio Cidade<sup>288</sup>. E com a legalização das privadas, os problemas agudizaram-se, como explica Jaime Fernandes: “como facturávamos muito bem do ponto de vista comercial, nós tínhamos capacidade orçamental para estar sempre a inovar (...) íamos buscar os melhores. Com a fragmentação da publicidade através das rádios locais, (...) a publicidade começa a ser distribuída e a RC começa a ter dificuldades, e eu diria que, a partir de 90, 91, a RC perde todo o *élan*”<sup>289</sup>. O próprio sector sempre fora hostil ao privilégio de que a RDP gozava com a situação. O destino da RC é traçado precisamente por esta conjugação de pressões políticas e de mercado. A saída de João David Nunes, em 1988, havia marcado o início do declínio.

O processo de privatização da RC foi complexo, uma vez que a rádio não tinha ao seu serviço apenas os meios do RCP aquando da nacionalização. A estação é formalmente desligada da RDP em Setembro de 1992 e é desencadeado o processo legislativo para a sua passagem a empresa privada<sup>290</sup>. Até ao final desse ano são desenvolvidos os restantes mecanismos legais necessários à alienação<sup>291</sup> e à venda<sup>292</sup>. A RDP abandona definitivamente a publicidade nas suas emissões no último dia de 1992<sup>293</sup>. No dia 31 de Março de 1993, Carlos Barbosa e Botelho Moniz concorriam à privatização da RC na Bolsa de Valores de Lisboa. Barbosa compraria a RC por um pouco mais de 1,2 milhões de contos. Adelino Gomes escrevia, no dia seguinte, que o RCP havia morrido pela segunda vez<sup>294</sup>.

A RC marcou o seu tempo pela inovação e uma dinâmica assinaláveis, sobretudo nos primeiros anos da década de 80. Foi a base da rádio moderna em Portugal.

<sup>288</sup> Cf. “Rádios em disputa, Televisão em paz” *in* Expresso de 26 de Setembro de 1987.

<sup>289</sup> Entrevista realizada em Janeiro de 2010. (Jaime Fernandes foi autor e apresentador de programas que ficaram na história da rádio. Teve cargos directivos e administrativos na RDP e no RCP. Foi o mentor da Antena 3).

<sup>290</sup> Cf. Decreto-Lei n.º198/92, de 23 de Setembro.

<sup>291</sup> Cf. Decreto-Lei n.º260/92, de 24 de Novembro.

<sup>292</sup> Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º1/93, de 3 de Dezembro de 1992.

<sup>293</sup> Cf. Relatório e contas de 1992.

<sup>294</sup> Cf. “A segunda morte do Rádio Clube Português”, *in* Público, de 1 de Abril de 1993.

No início da década de 90, a RDP tinha por aproveitar a rede que lhe havia sido entregue em meados dos anos 80. De entre as várias teses que existiam dentro do CA, venceu a da criação de um canal jovem. O objectivo era que o novo canal pudesse recuperar o terreno perdido em relação à RR e à Rádio Correio da Manhã, além de combater o envelhecimento do auditório da RDP. O terceiro canal começa as emissões experimentais em Junho de 1993. Inicialmente tinha a designação RDP FM e apenas uma frequência em Lisboa e outra no Porto. Depois passou a ouvir-se em Braga e, ao longo do Verão de 1994, chegará a todo o país<sup>295</sup>. A trabalhar no novo projecto estavam cerca de uma vintena de profissionais (oriundos da RDP, da Rádio Energia e de outras estações da capital). Em Abril de 1994 começam as emissões regulares. Era, também, a inauguração das emissões a partir do novo Centro de Produção de Lisboa (na nova sede). A Antena 3 transmitia exclusivamente em FM. Era dirigida a um público entre os 15 e os 40 anos e tinha um modelo próximo das rádios FM americanas<sup>296</sup>. O objectivo, segundo Jaime Fernandes, era ser um “canal alternativo aos privados”<sup>297</sup>. A Antena 3 teve um bom desempenho ao nível das audiências, chegando a ser responsável por 60% da audiência da RDP<sup>298</sup>. Mas esse período dourado seria curto. Jaime Fernandes explica o abaixamento progressivo das audiências da Antena 3 com o “desinvestimento”<sup>299</sup> feito pela administração seguinte, em relação ao projecto.

Entretanto, a RDP Internacional estava a mudar a sua orientação. O final da histórica “Hora da Saudade” e o início da “Hora da Amizade” eram o reflexo de uma rádio que já não pretendia dirigir-se aos emigrantes portugueses, mas sim a todos os que falavam português<sup>300</sup>. Além disso, havia sido percebida a desvantagem de uma hibridez na emissão, e o objectivo era diferenciar os programas para portugueses residentes no estrangeiro dos que se destinavam aos falantes de língua portuguesa.

<sup>295</sup> Cf. “Antena 3 ao ataque”, *in* Sete, de 31 de Agosto de 1994.

<sup>296</sup> Cf. “Copiámos o modelo das FM americanas”, *in* A Capital, de 12 de Maio de 1994.

<sup>297</sup> Cf. “Antena 3 está no ar 24 horas para dar música aos ‘jovens’”, *in* Diário de Notícias, de 12 de Maio de 1994.

<sup>298</sup> Cf. “Podíamos ter tido mais apoio” *in* A Capital, de 24 de Outubro de 1995.

<sup>299</sup> Cf. Entrevista realizada em Janeiro de 2010.

<sup>300</sup> Cf. “Acabou a hora da saudade” *in* Novo Jornal Cabo Verde, de 12 de Novembro de 1994.

Em 1995, a experiência africana da RDP é chamada de Canal África. Tinha entre seis a oito horas de emissão diária e fracas condições técnicas e humanas<sup>301</sup>. A RDP África nasce, de facto, enquanto canal autónomo e com uma programação diferenciada e estruturada, em 1 de Abril de 1996<sup>302</sup>. A programação, com 17 horas diárias, era transmitida em FM para Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em Janeiro de 1997 começaria a transmitir para Lisboa. Mais tarde seria a vez de Coimbra e Faro. Por satélite também chegará mais tarde a Angola.

Fora do país, a RDP avança com outros projectos. A rádio pública mantém desde 12 de Fevereiro de 1996, uma operação especial na Bósnia, que havia começado com a instalação em Sarajevo de uma delegação. Foram depois montados emissores de FM, que levaram às tropas portuguesas a Antena 1. Era produzido um programa diário com 15 minutos, destinado aos militares e respectivas famílias<sup>303</sup>. Em 1999, seria a vez do Kosovo<sup>304</sup>.

No início de 1994, a RDP começou a transmitir em OC o programa “Timor Loro Sae” para Timor Leste. A emissão, em português e tétum, era alvo de muitas interferências causadas pela Indonésia<sup>305</sup>. Depois de 1999, a RDP passa a transmitir sem interrupções para a região. É uma mudança impulsionada pelas alterações em curso na região. Em 2000, a RDP aluga 21 horas de emissão semanal na Rádio Timor Kmanek<sup>306</sup> e, ainda nesse ano, começa a instalar emissores de FM no território. A Antena 1 (que tinha um programa semanal de contacto entre Portugal e Timor) pôde então ser ouvida no novo país e acompanhar todos os acontecimentos.

Um dos projectos mais relevantes da década foi a Rádio Expo. Durante seis meses a RDP colocou no ar uma estação que acompanhou a Expo 98, em Lisboa. O projecto era completamente digital e transmitiu em FM, OM, DAB e Real Audio na Internet. As emissões eram contínuas e contavam com uma equipa especialmente contratada e formada para o efeito. Tratou-se, sobretudo, da entrada oficial de Portugal na era do DAB. A Rádio Expo falou aos milhões de visitantes em portu-

---

<sup>301</sup> Cf. Relatórios e contas da RDP de 1997 e 2000.

<sup>302</sup> Cf. Relatório e contas da RDP de 1997.

<sup>303</sup> Cf. Relatório e contas da RDP de 1996.

<sup>304</sup> Cf. Relatório e contas da RDP de 2000.

<sup>305</sup> Cf. “Indonésia contra RDP-I em Timor”, *in* Expresso, de 15 de Outubro de 1994.

<sup>306</sup> Cf. Emissora católica da capital timorense.



guês, inglês, espanhol, francês e alemão. O seu papel foi, sobretudo, de serviço, atenta ao trânsito, fornecendo informações sobre a exposição, a meteorologia, a agenda cultural da capital e relatando as notícias internacionais. Funcionou como laboratório para futuras opções da RDP, uma vez que o seu funcionamento era integralmente digital<sup>307</sup>.

### A aproximação dos operadores públicos

No seguimento do que vinha acontecendo na segunda metade da década, a rádio pública termina o ano de 2000 com um resultado líquido próximo do milhão de contos<sup>308</sup>. Tem como grande bandeira da estação o “Programa da Manhã”, conduzido por Francisco Sena Santos na Antena 1. A empresa está consideravelmente diferente. Tinha agora cerca de mil funcionários<sup>309</sup>. Em cerca de 15 anos o seu quadro havia emagrecido para menos de metade. E vinha acumulando sucessivos resultados líquidos positivos, durante a administração de José Manuel Nunes, o que permitiu, apesar dos enormes investimentos técnicos e da estagnação (desde 1998) do valor da taxa, atingir a estabilidade financeira<sup>310</sup>.

Embora a criação de uma *holding* já fosse referida em meados dos anos 90<sup>311</sup>, a aproximação das empresas praticamente não passou da assinatura de acordos em áreas específicas<sup>312</sup>. Só em 2000 é criada a Portugal Global (PG), uma *holding* sob a forma de sociedade de gestão de participações sociais (SGPS), para gerir as participações do Estado em empresas de comunicação social<sup>313</sup>. À frente da *holding* ficaria o presidente da RTP, João Carlos Silva, o que resultou numa convivência por vezes pouco pacífica com a RDP e a LUSA (Carvalho, 2002). O objectivo da tutela era

<sup>307</sup> Cf. Relatório e contas da RDP de 1998.

<sup>308</sup> Cf. Relatório e contas da RDP de 2000.

<sup>309</sup> Em 2000 tem 1037 trabalhadores.

<sup>310</sup> A Dunn & Bradstreet e o BCP premiam a RDP pela sua solidez económica e financeira (cf. Relatório e contas da RDP de 2001).

<sup>311</sup> Cf. “Fusão RTP/RDP só no fim do século”, *in* Semanário, 12 de Fevereiro de 1994.

<sup>312</sup> Formas de mobilidade de funcionários e reciprocidade de promoção (cf. “RTP e RDP ‘juntam-se’” *in* Expresso, de 19 de Março de 1994), e colaborações na cobertura informativa, na formação e ao nível técnico (cf. “Mais perto na informação” *in* Diário de Notícias, de 8 de Setembro de 1994).

<sup>313</sup> Cf. Decreto-Lei n.º82/2000, de 11 de Maio.

reestruturar as empresas, sobretudo a problemática (ao nível financeiro) RTP e gerar sinergias entre as empresas. No entanto, as empresas mantiveram convenientemente a sua autonomia e identidade, conseguindo-se, dessa forma, uma coabitação tolerável (Carvalho, 2002).

#### As novas administrações: o braço de ferro

Em 2002 o Governo de António Guterres demite-se. Sucede-lhe Durão Barroso como primeiro-ministro de um Governo PSD/PP, que vem imbuído de um “forte ímpeto reformador” (Sousa, 2008:14). O novo Governo anuncia que pretende acabar com “uma das mais graves crises do sector dos media” participados pelo Estado<sup>314</sup>.

Imediatamente, os trabalhadores da RDP e da RTP unem-se contra as anunciadas intenções da tutela<sup>315</sup>. A discussão em torno das propostas do Governo para a comunicação social pública, principalmente para a televisão, domina, claramente, as agendas política e mediática.

Com o final do mandato da administração da rádio e a demissão da administração da televisão, as novas direcções são escolhidas em Conselho de Ministros no início de Maio de 2002. Para a presidência da RDP, da RTP e da PG é escolhido Almerindo Marques, um gestor com experiência em situações financeiras difíceis.

Mas a nomeação das administrações (que deveria ter sido feita pela PG) esbarra na resistência dos CO, que estão contra as políticas anunciadas, e que têm poder (total no caso da RTP, ou parcial, no caso da RDP) para vetar o elenco da administração. Segue-se um braço de ferro entre a tutela e os CO, que se prolonga por cerca de cinco meses. Só em Outubro as administrações da rádio e da televisão estão simultaneamente completas e a trabalhar. Para contornar a situação, a tutela teve de alterar a Lei da Televisão<sup>316</sup> (retirando poder aos CO), e aceitar um nome de consenso para o lugar de vogal na administração da rádio.

---

<sup>314</sup> Cf. Programa do XV Governo Constitucional (consultado em [http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/ProgramaGoverno/Pages/programa\\_p022.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC15/Governo/ProgramaGoverno/Pages/programa_p022.aspx) a 20 de Abril de 2010).

<sup>315</sup> Cf. “RTP e RDP contra alienação de canais”, *in* Jornal de Notícias, de 6 de Maio de 2002.

<sup>316</sup> A primeira proposta de alteração é declarada inconstitucional.

Na base do projecto da tutela está o relatório redigido por um grupo de trabalho independente. O documento, entregue em Setembro de 2002, traduz uma actualização dos princípios inerentes ao serviço público de televisão. É sublinhada a importância do serviço público para a comunidade, assente em pilares como a universalidade, o reforço da identidade nacional e da inclusão social, a qualidade e a gratuidade no acesso, a independência e a gestão rigorosa<sup>317</sup>. O Governo apresenta o seu projecto, intitulado “Novas opções para o audiovisual” ainda antes do final do ano. O documento centra-se, maioritariamente, na televisão. Porém, as mudanças impostas à rádio são enormes. O documento explica que, “por trás da ilusão dos resultados positivos estava uma empresa que desperdiçava dinheiro dos contribuintes e não prestava satisfatoriamente o Serviço Público a que está obrigada”. Havia perda de audiências, a programação era anacrónica, o auditório das Antenas 1 e 2 era demasiado envelhecido, o número de funcionários era excessivo, com uma elevada média de idades, além de existir uma política interna de promoções baseada na antiguidade e não no mérito<sup>318</sup>. Porém, a Antena 3 não seria vendida, ao contrário do que inicialmente fora anunciado pelo Governo. As Antenas 1 e 2 seriam reformuladas, ao nível orgânico e dos conteúdos.

Tem início a reestruturação das empresas sob o lema “fazer melhor, com menos custos”<sup>319</sup>. É um período de enorme instabilidade interna<sup>320</sup>. Centenas de trabalhadores aderem aos planos de rescisões propostos logo nos primeiros meses<sup>321</sup>.

A integração sinérgica dos operadores públicos está em marcha. Avançam as promoções e acções mútuas de *marketing*. Prepara-se a partilha de instalações em

---

<sup>317</sup> Cf. “Relatório do grupo de trabalho sobre o serviço público de televisão”, de Setembro de 2002.

<sup>318</sup> Cf. “Novas opções para o audiovisual” documento da Presidência do Conselho de Ministros de Dezembro de 2002.

<sup>319</sup> Cf. Relatório e contas da RDP de 2002, páginas 5-6.

<sup>320</sup> Cf. “Televisão e rádio estatais a caminho da fusão” in *Semanário*, de 6 de Dezembro de 2002.

<sup>321</sup> Cf. “Quase mil trabalhadores abandonam RTP, RDP e Lusa”, in *IOL Diário* de 10 de Abril de 2003, consultado em [www.iol.pt](http://www.iol.pt) em 10 de Abril de 2003.

algumas delegações<sup>322</sup>, abrindo caminho para a futura partilha da sede, na zona de Cabo Ruivo, que acontecerá a partir de 2004.

194

A consolidação jurídica que serve de base à reestruturação do sector acontece em 2003. Em Agosto são publicadas a lei da televisão<sup>323</sup>, a lei do financiamento<sup>324</sup> e a lei que estabelece o novo modelo empresarial do sector audiovisual do Estado<sup>325</sup>.

A PG é extinta e, da RTP, nasce, a 1 de Janeiro de 2004, uma nova *holding*, a Rádio e Televisão de Portugal SGPS, SA, que fica titular das participações do Estado na comunicação social: RTP – serviço público de televisão<sup>326</sup>; RDP, SA; RTP Meios de Produção; PTDP e novos operadores regionais de televisão (ilhas)<sup>327</sup>.

A RDP, SA mantém a sua existência jurídica, como entidade que explora as emissões do serviço público de rádio. A titularidade do contrato de concessão é transferida para a nova RTP SGPS, SA. Passa a existir apenas um CO, cujos pareceres não têm poder vinculativo. Doravante, a Alta Autoridade para a Comunicação Social poderá vetar apenas as nomeações dos directores de programas e informação. O CA volta a ser eleito pela AG que é composta pelos accionistas, neste caso, o Estado. A nova *holding* tem um papel mais activo na gestão integrada das duas empresas do que a anterior PG.

O financiamento da nova *holding* passa a ser feito com base no Orçamento Geral do Estado e numa contribuição para o audiovisual, que sucede à taxa de radiodifusão. O resto do financiamento será feito através de indemnizações compensatórias de quatro em quatro anos. A publicidade televisiva fica afectada apenas às dívidas da empresa. O Estado cobre os custos da reestruturação, incluindo a financeira, da fase transitória e de situações extraordinárias. Uma das explicações mais frequentemente

---

<sup>322</sup> Um processo gradual que incluiria Coimbra, Faro, Porto e delegações internacionais.

<sup>323</sup> Cf. Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto.

<sup>324</sup> Cf. Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto.

<sup>325</sup> Cf. Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto.

<sup>326</sup> O novo operador de serviço público de televisão, que nasceria da RTP, integraria o canal generalista, a RTP África e Internacional, os dois novos projectos no cabo, serviços multimédia, a gestão do segundo canal e a operação dos canais insulares numa fase transitória.

<sup>327</sup> Transitariamente, a *holding* teria a seu cargo duas participações: Sport TV e EBS 2004.

avançadas para a junção das empresas, foi a possibilidade que o Governo encontrou de canalizar receitas da taxa de radiodifusão para a televisão<sup>328</sup>.

Com a junção das empresas, foi adoptada uma imagem unificada para todos os canais de rádio e televisão. A presença da RDP e RTP na Internet é integrada num novo portal conjunto. Há uma integração identitária sob o domínio da sigla RTP, o que, de acordo com José Nuno Martins, acaba por resultar na diluição da identidade da rádio<sup>329</sup>.

Em meados de 2004, com a saída de Durão Barroso para a Comissão Europeia, Pedro Santana Lopes assume a chefia do Governo. Porém, mantém-se a tutela da comunicação e nada muda na política para os *media* públicos. Em Março de 2005, após a dissolução do Parlamento, sobe ao Governo uma maioria socialista. Com a legislação entretanto aprovada, a administração não podia (salvo em casos de falta grave) ser destituída até ao termo do mandato, que só ocorreria em 2007. A fusão prossegue, mas a mudança de Governo tem consequências para os operadores públicos. Desde logo, o processo de regionalização da rádio e da televisão nas ilhas é suspenso<sup>330</sup>.

Em 2005 e 2006, depois de longas negociações, é adoptado um acordo colectivo de trabalho, que regula a relação com os trabalhadores da rádio e da televisão em iguais moldes. Em 2005, o grupo RTP tinha 2350 trabalhadores<sup>331</sup>; o número era semelhante ao dos trabalhadores da televisão em 2002, o que significava um decréscimo de cerca de mil postos de trabalho em relação ao início da reestruturação das empresas.

Em 2007 será criada uma empresa única para o audiovisual público<sup>332</sup>. A RDP desaparecerá, mantendo-se apenas enquanto marca associada ao serviço público de rádio, nomeadamente nos canais regionais e internacionais.

---

<sup>328</sup> Cf. “As causas da coisa radiofónica”, de Adelino Gomes, *in* Público de 31 de Dezembro de 2002.

<sup>329</sup> Cf. “A qualidade média da RDP é superior à das rádios privada” *in* Jornalismo e Jornalistas n.º35, de Set/Out. de 2008 e “Provedor do ouvinte permanece em funções” *in* Diário de Notícias (edição online), de 1 de Maio de 2008, consultada em [http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=998738](http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=998738), em 20 de Junho de 2010.

<sup>330</sup> Cf. “Demissão do Governo congela regionalização da RTP e RDP”, *in* Público, de 14 de Dezembro de 2004.

<sup>331</sup> Cf. Relatório e contas da RTP de 2005.

<sup>332</sup> Cf. Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Embora em momentos diferentes, todas as rádios da RDP foram mudadas durante este processo. A maior mudança acontece na Antena 1, que passa a apostar numa informação concorrente à TSF e numa reorientação musical que pretende rejuvenescer o auditório. É adoptada uma *playlist* em substituição da grelha baseada nos programas de autor. A Antena 2 acentuará em 2005 uma mudança que já se sentia nos anos anteriores e que se traduzia no alargamento temático da emissão. A Antena 3 tinha sofrido uma renovação recente, pelo que o seu reposicionamento acontece apenas em 2005. O objectivo era apelar aos mais jovens, conservando a geração de ouvintes e profissionais que, entretanto, amadurecera com a estação. As antenas internacionais da rádio pública foram também ajustadas, passando a ser alvo de uma gestão comum.

Além da imagem dos canais, a linha de investimento tecnológico da nova rádio pública também mudou claramente. Em 2006 houve deus-se um enorme salto no aproveitamento da Internet pela rádio pública. O número de *podcasts* disponíveis aumenta e é implementado o serviço de RSS para as notícias e novidades do portal. São lançadas as primeiras rádios de oportunidade, exclusivamente *online*: a Rádio Mundial, a Rádio Mozart, e a Rádio DAKAR 2006 são os primeiros canais temporários, criados para o acompanhamento de acontecimentos específicos. É a resposta à limitação de canais em FM. A estratégia da rádio pública passa agora pela Internet (num portal agregador com o domínio RTP) e pelas condições de transmissão da emissão internacional. O DAB foi, pelo menos temporariamente, posto de lado. O caminho da rádio e da televisão públicas virou-se para a integração de conteúdos e para a produção multiplataforma.

## Conclusões

O nascimento da rádio pública, devido à falta de planeamento aquando da nacionalização, resultou em problemas estruturais e financeiros que demoraram anos a ser sanados. A dificuldade em atingir um equilíbrio financeiro recorrendo exclusivamente à taxa de radiodifusão levou à manutenção de uma rádio de serviço pú-

blico que tolerava um sector com publicidade (com a RC e as rádios locais). Apesar do final da publicidade, a partir de meados da década de 90, a RDP conseguiu modernizar-se sem hipotecar a boa situação financeira que atingira. A sua independência era-lhe garantida pelo financiamento exclusivo através da taxa de radiodifusão e pelo papel do CO, na eleição da maioria dos elementos da administração.

A grave situação financeira da RTP esteve na origem de uma profunda reestruturação do sector audiovisual público. Da junção da rádio e da televisão, nasce um novo operador que passa a usufruir da ex-taxa de radiodifusão e cujo elenco administrativo já não passa pelo crivo independente do CO. O novo modelo de eleição do CA pelo accionista Estado configura uma diferente aplicação do conceito de independência na gestão dos *media* públicos.

Claramente, a identidade da rádio pública (RDP) sai diluída do processo de junção, o que é patente na adaptação do nome do novo operador e na integração *online* dos seus serviços. Com o fim da RDP, tem início uma nova fase na vida da rádio pública em Portugal.

## Bibliografia

- Azevedo, A. P. 2001. As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório*. n.º4, pp. 65-96.
- Carvalho, A. A. 2002. *Valerá a pena desmenti-los?*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Cristo, D. 2005. *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Maia, M. 1995. *Telefonia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mesquita, M. 1996. Os Meios de Comunicação Social. In: A. Reis, (coord.) *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Temas & Debates, pp. 360-396.
- Monteiro, D. J. 2008. *O serviço público de radiodifusão: o caso da Antena 3*. Seminário de investigação. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Ribeiro, N. 2005. *A Emissora nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo 1933-1945*. Lisboa: Quimera Editores.
- Serejo, F. 2001. Rádio – Do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). *Observatório*. n.º4, pp. 65-96.
- Sousa, H. 2008. Políticas da Comunicação no novo milénio: Crises, Impasses e Fracturas. In: M. Pinto e S. Marinho, org. *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do Século XXI*. Porto: Campo das Letras, pp. 13-33.

## Jornais citados

198

A Capital

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

Expresso

IOL (online)

Jornal de Notícias

Jornalismo e Jornalistas

Novo Jornal Cabo Verde

O Tempo

Público

Semanário

Sete

Tal & Qual

## Arquivo da RTP

Comunicação interna e documentação (1974-2007)

Informação Rádio – Boletim da RDP

Ordens de Serviço da RDP (1974-2002)

Ordens de Serviço RDP/RTP (2002-2007)

Relatório e Contas (1974-2007)



**A CHEGADA DA REPÚBLICA À PROVÍNCIA E O OLHAR DA IMPRENSA CATÓLICA (OUTUBRO DE 1910 – MARÇO DE 1911). O CASO DE VISEU E DO JORNAL DIOCESANO *A FOLHA***

**Viva a República! Ou o fim do martírio monárquico**

Os poucos combates travados na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910 (cf. Ramos, 2004: 380-399), entre as tropas monárquicas e os revoltosos republicanos, evidenciaram o que há muito era um dado adquirido, sobretudo entre a classe política: a Monarquia tinha os dias contados e, por esta, quase ninguém estava disposto a ser herói. As forças republicanas dispostas no terreno (nomeadamente na Rotunda, na Baixa Pombalina e ao comando dos amotinados navios de guerra *Adamastor* e *São Rafael*<sup>333</sup>) não tiveram grandes dificuldades em controlar as operações (cf. Valente, 2004: 113-150). A passividade monárquica era evidente. O Governo de Teixeira de Sousa (o último da Monarquia) estava reticente em confiar a defesa do regime «(...) a militares em quem não confiava» (Ramos, 2009: 579). Por outro lado, os poucos oficiais no terreno, também estavam insatisfeitos e não pretendiam lutar por um Governo de Esquerda. Perante este marasmo governativo, «(...) A indisciplina dos soldados bastou para fazer o rei fugir para Inglaterra, porque quase ninguém, entre os políticos e os comandos militares, levantou um dedo para o proteger» (Ramos, 2004: 25-26).

---

<sup>333</sup> Os revoltosos republicanos contaram com a sublevação, quase imediata, dos marinheiros a bordo dos navios de guerra *Adamastor* e *São Rafael*. Contudo, não puderam contar com a ajuda do *D. Carlos*, um couraçado de guerra, que só foi tomado às dez horas da noite de 4 de Outubro. Cf. Ramos, Rui (1994) “A Estranha Morte da Monarquia Constitucional”...pp. 382-383. Ver igualmente: Serra, João B. (2009) “O 5 de Outubro”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. 1.a ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda., p. 57.

Sem glória, na tarde de 5 de Outubro, D. Manuel seguiu para o exílio, embarcando no iate Amélia, na praia da Ericeira, com o seu séquito, rumo a Inglaterra, com escala na colónia de Gibraltar. A Monarquia também baqueara sem glória, ao fim de quase oito séculos de história. A atitude negligente das velhas glórias da elite política monárquica desempenhou aqui um papel importante. Optando por não apoiar, deliberadamente, a Revolução de Outubro, as denominadas forças vivas do regime acabaram por silenciar-se e, assim, «(...) deixar cair a Monarquia. Mais do que derrotada pela revolução lisboeta do ‘5 de Outubro’, a Monarquia vai render-se, à primeira oportunidade, na capital e nos arredores, entregando-se sem sequer esboçar a luta, por simples informação telegráfica, no resto do país» (Rosas, 2009: 25-26).

Os governantes monárquicos, mais interessados em manterem-se no Poder do que agirem em conformidade com o perigo reagente que avançava, não atenderam nem contrariaram a evolução do pensamento republicano que vinha ganhando uma outra postura, ainda antes do Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908 (cf. Ramos, 1994: 289-294). Era certo que, desde 1907, os republicanos já conspiravam em Lisboa com grande liberdade (Ramos, *ibidem*). Mas a feição mais extremista dos republicanos só ganhou uma força efectiva em 1909. De acordo com Fernando Catroga, foi a partir do Congresso Republicano de Setúbal, realizado entre 23 e 25 de Abril desse ano, que a união republicana se consolidou e que despontou, verdadeiramente, a radicalização do movimento<sup>334</sup>. O caminho para a Revolução estava traçado. O fim do martírio monárquico também.

De repente, para grande espanto dos monárquicos e dos católicos, soou o alarme. Sentindo o perigo republicano a cercar-lhe os pés, organizaram-se acções de propaganda da Monarquia e da figura do Rei para tentar revitalizar o que há muito estava inanimado. Mas estas acções pecaram por tardias, tanto que «(...) a sobrevivência do regime já não era um dado adquirido; o seu fim podia estar à vista» (Romero, 2009: 203), e a alternativa republicana era, cada vez mais, uma realidade.

---

<sup>334</sup> Foi a partir da entrada de João Franco em *Ditadura* (Maio de 1907) que a ala mais moderada dos republicanos começou, irremediavelmente, a perder terreno para os radicais. Ainda que a via eleitoral para atingir o Poder não estivesse descartada, era certo que a versão conspirativa ganhava cada vez mais adeptos. Sobre o Congresso e sobre as acções republicanas tomadas daí para a frente ver: Catroga, Fernando (2000) *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.a ed. Lisboa: Editorial Notícias.

Os republicanos consolidaram as suas acções de propaganda tendo por base o pensamento positivista e a doutrina da evolução humana. Defendia-se a ideia de um Mundo que «(...) desde os seus primórdios, estaria a progredir para a institucionalização final da República» (Homem, 2001: 17). Num mundo político pleno de mudanças, a República era, para os mais crentes, um fim natural. Profetizava-se a ideia de uma República salvadora, capaz de resgatar um Portugal que estava, há muito, mergulhado numa crise que se alargava a vários domínios. Ora, imbuída de um espírito messiânico, a República começou a ser apresentada ao Povo, através de comícios e à porta dos cafés republicanos da baixa lisboeta, e daí para o resto do País, num misto de entusiasmo e de apreensão. Mais tarde, a Revolução tomava lugar em Lisboa. É certo que na manhã da glória republicana, o País rural permaneceu o mesmo e os problemas do costume também. Mas em breve, a informação da mudança de regime chegaria à Província e tudo seria diferente.

#### **A primacial acção republicana e a chegada à Província**

Depois de atingirem o objectivo principal, os republicanos cedo comunicaram o triunfo ao resto do País, isto é, à Província, através do telégrafo, informando as autoridades locais da mudança de regime. Mais do que uma simples alteração política, esta pretendia provocar uma mudança cultural profunda. Era certo que a Revolução Republicana preencheria um vazio político que se vinha alargando desde o Regicídio de 1908. Vítor Neto assevera que essa acção vinha sendo propagandeada desde as vésperas da Revolução por parte da propaganda laica, impressa nos jornais republicanos e anticlericais. O objectivo era claro. Tal propaganda «(...) passava pela descristianização da sociedade» (Neto, 1998: 354).

Entusiasmados com a vitória, os republicanos trataram de aplicar um plano astucioso, uma vez que acreditavam que o seu ideal político era superior ao dos monárquicos e que «(...) novas leis bastariam para concretizar a almejada revolução cultural libertadora. Por isso, em sete meses, foram tomadas medidas que os seus correligionários franceses (...) demoraram quase vinte e cinco anos a decretar» (Catroga, 2001: 350-351), numa França que era mais urbana, com uma população mais alfabetizada e onde existiam maiores liberdades e diversidade religiosa. Porém, ainda que acreditassem que o regime republicano iria vingar, a verdade é que o fantasma

monárquico pairou no horizonte do Governo Provisório (GP) durante algum tempo, o mesmo período em que, entre os monárquicos mais entusiastas havia a ilusão de um regresso à Monarquia. Ainda que falhadas, as incursões de Paiva Couceiro, em 1911 e em 1912, foram uma prova disso mesmo (cf. Ramos, 1994: 458-460).

Mas a verdade é que o entusiasmo republicano e a aplicação das leis laicizadoras bastariam para o sucesso da investida. Aquelas leis constituíam valências que se incluíam numa alargada guerra religiosa<sup>334</sup> que os republicanos votaram à Igreja Católica, de forma a manterem-se no Poder. Ora, esta guerra religiosa seria uma estratégia para aplicar o quanto antes. Os republicanos não perderam muito tempo para mostrarem ao que vinham. Na manhã de 5 de Outubro, enquanto José Relvas e outros membros do Directório Republicano anunciavam a República ao Povo, e os nomes dos ministros do GP5, numa das varandas da Câmara Municipal de Lisboa, não muito distante dali, em Arroios, republicanos e outros adeptos anticlericais invadiam a Casa dos Religiosos Lazaristas. Depois de destruírem o local, deixaram para trás dois padres assassinados e outros apenas vaiados e agredidos (cf. Madureira, 2003: 28). Os grupos civis de defesa da República prosseguiram os seus ataques sumários e desenfreados às instituições monárquicas, mas sobretudo às católicas. Os membros da Igreja Católica eram, verdadeiramente, os alvos a abater. Vasco Pulido Valente assevera que «(...) apesar da raiva que se acumulara contra o regime, a principal vítima dos ‘distúrbios’ pós-5 de Outubro foi a Igreja católica, que o militante médio considerava o mais terrível obstáculo<sup>335</sup> ao progresso das ‘luzes’ e da liberdade» (Valente, 2004: 143). A caça aos padres e em especial aos jesuítas partiu de Lisboa, mas chegou a outros pontos do País.

<sup>334</sup> A guerra religiosa, que decorreu durante a *Primeira República*, pode ser confirmada em: Moura, Maria Lúcia de Brito (2004) *A Guerra Religiosa na Primeira República: crenças e mitos num tempo de utopias*. Lisboa: Editorial Notícias. Sobre este assunto veja-se também: Madureira, Arnaldo (2003) *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte.

<sup>5</sup> O primeiro Governo Provisório da República ficou definido desta forma, com as respectivas Pastas: Teófilo Braga (Presidência); António José de Almeida (Interior); Afonso Costa (Justiça); Bernardino Machado (Negócios Estrangeiros); António Luís Gomes (Obra Públicas); Correia Barreto (Guerra); Amaro de Azevedo Gomes (Marinha e Colónias); José Relvas (Finanças), depois da prévia recusa de Basílio Teles. Cf. Madureira, 2003: 25.

Qualquer homem que aparecesse na rua de cara rapada e sem o bigode republicano era perseguido e, na melhor das hipóteses, apenas preso, mas muitos acabaram vaiados, espancados e ocasionalmente mortos.

Os republicanos haveriam de viver dias gloriosos. Para os homens da Igreja a dura realidade era, concerteza, pior do que os seus pesadelos. Neste sentido, qualquer boato contrário às cores da Igreja era suficiente para instigar aqueles grupos civis a invadirem e a destruírem conventos e colégios, como aconteceu com os conventos das Trinas e do Quelhas, e com o colégio de Campolide, todos em Lisboa. As acusações eram variadas. Os grupos revolucionários afirmavam que ali «(...) se escondiam armas, o que evidentemente, era desmentido pelos factos» (Alves, 1996: 17). Os religiosos eram perseguidos e presos e, mais cedo ou mais tarde, acabavam por ser entregues às autoridades. Depois de ouvidos, a maioria era restituída à liberdade, mas não às suas antigas funções, recolhendo às suas terras natais ou exilando-se no estrangeiro (sobretudo em Espanha, França, Bélgica e Brasil) onde, geralmente, continuavam a sua acção missionária. Esta realidade era do conhecimento das autoridades republicanas que preferiam evitar confrontos com esses grupos. A base desses grupos era o Povo, o bom povo republicano sempre «(...) pronto a acudir ao chamamento, [e que] aparecia como o grande defensor da República, podendo encarregar-se de tarefas que os governantes, manietados pelas promessas de liberdade de expressão e de consciência, não poderiam executar» (Moura, 2004: 222). Os acontecimentos que marcavam o dia-a-dia de Lisboa demonstravam que o GP não estava interessado, verdadeiramente, em cessar com aquele comportamento dos grupos desordeiros da República. A atitude das autoridades locais era de grande condescendência para apreensão da Igreja. Cedo passou a ideia que «(...) a Revolução mais parecia feita contra a Igreja Católica do que contra a Monarquia» (Cruz, 1980: 243). Em boa verdade, assim era e os católicos haveriam de perceber isso da pior forma.

Mas cedo a ira anticlerical alargou-se a outras localidades, entrando na Província, inclusivamente em locais onde a religiosidade tinha um peso elevado, como eram os casos de Braga, de Guimarães, da Póvoa de Varzim, e de Viseu. Isto, claro, sem esquecer o Porto, cidade que era, ao mesmo tempo, um bastião da contestação, contando com um grande grupo de republicanos, e um local de uma religiosidade profundamente vincada. Tradicionalmente católica e politicamente indiferente, a

Província era um local alienado no quadro político nacional, não tendo um grande peso nas decisões que saíam do Terreiro do Paço, em Lisboa. Contudo, era, ao mesmo tempo, um território em bruto. E os republicanos necessitavam de o conquistar rapidamente, uma vez que conheciam a influência que a tradição monárquica (testemunhada em caciques e em influentes) e a Igreja Católica detinham ali, desde as maiores cidades até aos mais recônditos lugares da Província. Por outro lado, os republicanos sabiam perfeitamente que «(...) nem Lisboa, nem o Porto, nem os dois juntos, eram Portugal» (Valente, 2004: 151). Estava à vista um combate férreo entre republicanos, de um lado, e monárquicos e católicos, do outro. Entrar na Província em glória, dominar e substituir as estruturas monárquica e católica era, para os republicanos, fundamental. Só assim poderiam, verdadeiramente, implementar o plano de republicanizar Portugal.

#### **A República entra numa Província católica e monarquizada**

Na terceira semana de Outubro, «(...) a imprensa de Lisboa começou a publicar queixas sobre queixas de republicanos de cidades, vilas e aldeias de província. ‘A República’, todos protestavam com indignação, ‘ainda não chegou’ ao Cartaxo, a Condeixa, a Trancoso ou a qualquer outro remoto canto do país rural» (Valente, 2004: 152). Vasco Pulido Valente assevera que a acusação pelo esquecimento pela Província era justa e isso notava-se. Apesar de pequeno em dimensões, o Interior do País era, para muitos republicanos, perfeitamente desconhecido. Em 1910, com uma densidade populacional de 65 habitantes por km<sup>2</sup>, uma das mais baixas da Europa – ultrapassava a Suécia, a Noruega, a Grécia, a Rússia, e a Sérvia (cf. Ramos, 1994: 19) – Portugal concentrava, nas cidades, apenas 15,6 por cento da população total nacional: 5,9 milhões (cf. Pereira, 2009: 80), em especial em Lisboa e no Porto (cf. Vieira, 1999: 216). Talvez por isso, os jornais lisboetas mantinham uma visão deturpada da Província que «(...) continuava a ser fantasiada como uma gigantesca sacristia à espera de D. Manuel» (Ramos, 1994: 481). Mas afirmar que a Província era monárquica e católica era apenas uma meia-verdade. A tradição era, afinal, o denominador comum. Em boa verdade, o Povo era monárquico porque vivia sob a égide de uma Monarquia. Tinha sido assim com os seus avós e com os seus pais, era assim com eles próprios, mas já não seria com os seus filhos, fruto das mudanças efectuadas no País a partir de Lisboa. Rui Ramos aponta um comentário elucidativo desta

temática, de um militante do PRP, no distrito de Bragança, em Abril de 1912. Nessa época, aquele escrevera para Lisboa afirmando que a maioria da população da Província não era republicana como não era monárquica. Era apenas o que este influente ou aquele cacique pretendiam que fosse num dado momento (cf. Ramos, 1994: 592). E, a troco de um favor ou de algum dinheiro, assim era. Com o panorama católico o discurso era idêntico. Os números existentes de 1900, e que mais tarde seriam frequentemente recordados pelo Episcopado português, a propósito da política laicizadora da República, indicavam que dos 5 423 132 portugueses, quase a totalidade afirmava ser católicos: 5 416 204. Isto é, dez anos antes da Revolução Republicana «(...) apenas 1, 28 por mil habitantes não professava o catolicismo...» (Fontes, 2002: 139). Em 1910 os números eram, por certo, semelhantes.

Isto é, Portugal era, por tradição, um país católico e monárquico. E era assim que se apresentava aos republicanos. O resto era quase desconhecido. Assim, para republicanizar o País era preciso conhecê-lo. Mas essa tarefa, aparentemente tão simples de atingir, não era de fácil execução. Para os republicanos, que viviam em Lisboa, a Província era um local de difícil penetração ideológica. Se era certo que os monárquicos e os católicos na Província eram a larga maioria dos habitantes, não era menos verdade que os republicanos constituíam um grupo relevante, sobretudo nas cidades e nas vilas mais importantes. Com profissões como lojistas, empregados na Administração Pública, donos de oficinas, e até proprietários rurais, os republicanos da Província apenas constituíam uma força eleitoral apreciável, mas «(...) em conjunto, não passavam de uma pequena minoria sem poder económico nem influência política» (Valente, 2004: 153). E era esta influência política que os republicanos estavam dispostos a captar, disputando-a com os padres, com os velhos monárquicos, e com influentes e caciques (cf. Idem: 24). Eram estes quem, verdadeiramente, detinham o Poder na Província.

Nos primeiros dias, depois da Revolução, em muitos lugares da Província, a transferência de poderes foi apenas simbólica, não acarretando uma verdadeira transformação. O GP sabia que a mudança tinha que, forçosamente, ser lenta, uma vez que o Partido Republicano Português (PRP) não estava organizado da mesma forma em todos os concelhos do País. Entusiasmados com a vitória de Outubro, os republicanos da Província esperavam que o Poder, que antes se encontrava nas mãos dos

influentes e dos caciques, largamente monárquicos e católicos, lhes fosse atribuído de forma natural. Porém, isso não aconteceu. Apenas foram concedidos lugares de chefia aos republicanos «(...) ‘mais respeitáveis’ [que] foram, quase sem excepção, nomeados para concelhos municipais, juntas de freguesia e outros postos de responsabilidade da administração provincial» (Idem: 153).

Em Lisboa, os antigos políticos liberais monárquicos precipitavam-se a aderir à República, na ânsia de assegurarem lugares de relevo no novo quadro político (os denominados adesivos e conversos), mas esbarravam com a intransigência dos republicanos que guardavam o Poder apenas para si (Ramos, 2009: 584-89). Porém, ao contrário do que vinha sucedendo na capital, na Província o discurso era outro. Fruto da inexistência de uma forte ala política, os republicanos não tiveram outra escolha do que, inicialmente, entregar os lugares de chefia a monárquicos locais que, mais tarde, acabariam por serem aceites na direcção dessas novas organizações políticas. Era certo que a mudança radical do estado de coisas na Província não poderia acompanhar a rapidez de processos utilizados em Lisboa. Assim, os mecanismos a usar teriam de ser outros. Ao nível da desejada republicanização da Sociedade esta era tendencialmente mais lenta e até menos produtiva. Mas esta tomada de posição era a resposta a um perigo constante e a um medo mais ou menos exacerbado, entre os republicanos. Estes temiam que essa mudança repentina na Província, «(...) isto é, destruir a estrutura política existente sem tocar na sua base económica (a propriedade da terra), não passava de uma ilusão perigosa, talvez mesmo uma provocação à guerra civil» (Valente, 2004: 154). O Passado recente (Guerra Civil entre Liberais e Miguelistas, de 1834) fundamentava-lhes o receio. Ainda que em menor escala, as incursões monárquicas de Paiva Couceiro também. Mas os republicanos que tinham lutado pela instauração da República, sobretudo os mais fanatizados, sentiam-se defraudados com o caminho que a República ia tomando na Província. A base republicana, que recebera uma parca compensação pelos seus serviços, desesperava pela obtenção de empregos públicos que não chegavam, e as acusações enchiam as páginas da Imprensa Republicana mais radical. Os militantes afirmavam que a influência e o Poder na Província se mantinham praticamente nas mãos dos que já os tinham e «(...) recusavam-se a acreditar que a República se preparasse para deixar na mesma o seu triste e opressivo canto do mundo» (Idem: 156). O GP assegurava que a transformação ideológica na Província iria, mais cedo ou mais tarde, ser uma realidade e, em breve, os influentes, os caciques e os padres iriam aderir à República. Mas para



os velhos republicanos da Província a realidade era outra, e a lentidão dos processos de mudança política também. A velha guarda republicana confirmava que ainda continuava a ser uma minoria na Província e alvo de humilhações e de perseguições. Para estes «(...) velhos militantes, a República nunca verdadeiramente chegou à província» (Idem: 155). O entusiasmo entre as hostes republicanas da Província não podia, por isso, esmorecer. O GP sabia que a influência dos monárquicos e dos padres (sobretudo estes) era um grande obstáculo. Os republicanos eram conhecedores que a Igreja «(...) desenvolvia uma actividade de particular importância na formação das consciências dado o seu enraizamento na sociedade» (Neto, 1998: 226). Este foi um receio quase permanente durante os primeiros anos da República. Para debelar esse desassossego, o GP iniciou um plano de visita à Província. Cedo instigaram os novos governadores-civis, assim como os presidentes de Câmaras e de Juntas de Freguesia, a visitarem todas as localidades que estavam sob sua jurisdição, apresentando a República. Já desde meados de Novembro de 1910 saíram, sobretudo da capital, mas também do Porto, várias excursões de activistas republicanos que chegavam à Província envoltos em grande entusiasmo. A missão destes visava «(...) pregar aos infieis e distribuir panfletos que explicavam as virtudes do regime e os malefícios da Monarquia e da Igreja. Outras sociedades, como a 'Pró-Pátria' e a Associação do Livre Pensamento, organizaram tournées de propaganda dos seus melhores oradores» (Valente, 2004: 156). Os próprios ministros do GP desceram à Província, sentindo de perto o entusiasmo dos provincianos que, à custa de uma bem oleada máquina de propaganda, iam preenchendo alegremente os cadernos do PRP, depois de convertidos pela demagogia republicana. Em sentido inverso, da Província, deslocavam-se grandes grupos em direcção a Lisboa para cumprimentar o GP. Estas romarias foram uma constante durante os primeiros meses da República. As capitais de distritos eram igualmente locais de peregrinação republicana. Em Janeiro de 1911, Vila Real recebeu um grupo de vinhateiros e demais trabalhadores das vinhas do Douro que vieram agradecer ao Governo a acção deste em abolir a contribuição predial para aquela região (cf. Ramos, 1994: 482).

Contudo, o entusiasmo que as acções de propaganda republicanas produziam na Província não se reflectia na prática e esta ilusão de grandes vitórias era apenas transmitida pela Imprensa Republicana. Depois de os missionários republicanos abandonarem uma qualquer região da Província, era visível a pouca força que a

propaganda republicana realmente conseguira exercer na mente e nos corações dos habitantes do mundo rural. Quando confrontada com o poder que os influentes e os caciques possuíam no terreno, a teorização republicana esfumava-se rapidamente. Essa atitude era sintomática do comportamento lusitano. No fim de contas, o entusiasmo e o panorama de um dia diferente eram duas das principais razões que levavam a gente da Província aos comícios republicanos nas sedes do concelho. Em verdade, era sabido que as lutas pelo Poder pouco ou nada interessariam à classe trabalhadora das quintas agrícolas que vivia com a incerteza de um trabalho à jorna.

O seu dia-a-dia era uma contínua repetição e, não fosse a emigração um cenário sempre possível de atingir, sobretudo para os mais aventureiros e necessitados, o destino destes trabalhadores estava fatalmente traçado. Mas a sua importância política, enquanto eleitores (cf. Vieira, 1999: 216), não poderia ser menosprezada e tinha de ser conquistada.

Todavia, o excesso de confiança dos republicanos – que provinha quer do desfile dos ministros do GP em Lisboa e no Porto (sobretudo de Afonso Costa), quer das recepções triunfais que encontravam na Província – começou a ser aproveitado, na Província, por monárquicos e por católicos. Os anteriores líderes monárquicos, a maioria deles influentes e caciques, nunca esconderam o seu anseio em retomar as velhas influências dos tempos da Monarquia. E o seu esforço em tomar conta das posições de chefia locais do PRP era disso uma prova. Já com os católicos, o discurso era aplicado de uma outra forma, mas visava igualmente um regresso ao Passado.

A Província, espaço rural por excelência, tinha comunidades mais homogêneas e unidas do que as cidades. Era ali, no ambiente campestre, que os católicos portugueses se sentiam «(...) mais encorajados para tomar posição contra os seus adversários» (Moura, 2004: 289). Isso aconteceu sobretudo quando as novas autoridades republicanas trataram de querer mudar e apagar, em pouco tempo, práticas, tradições e crenças antigas. Cedo esbarraram com a revolta popular e com a intransigência de alguns padres mais afoitos e os casos foram aparecendo. Um desses exemplos de severidade católica aconteceu em meados de Novembro de 1910. Protestando contra o novo regime, o pároco da igreja de Oura, no concelho de Chaves, «(...) atou a bandeira encarnada e verde da República à cauda do cavalo e passou-se por toda a vila aos vivas à Monarquia» (Valente, 2004, 155). Este foi um episódio caricato, mas

subentendia uma posição mais rígida, não apenas do bom povo rural, mas da própria Igreja Católica, e que só os mais visionários puderam admitir e prever. O GP estava disposto a aplicar a política laicizadora que os republicanos tinham propagandeado no Passado, e lutado pela neutralidade do Estado em termos religiosos (cf. Neto, 1998: 262-264), e as medidas surgidas a partir dos primeiros dias da Revolução iriam confirmar os piores receios dos católicos (cf. Catroga, 2001: 351). Era notório que a Província e a Igreja estavam descontentes com o rumo que a administração republicana vinha tomando.

Lentamente, esse descontentamento deu lugar à contestação que encontrou na Imprensa Católica um sustentáculo importante. Foi esta que almejou obter a tal recristianização da Sociedade (cf. Fontes, 2002: 136-181) e o seu olhar sobre a chegada da República à Província teve a sua própria especificidade.

#### A Imprensa Católica e a República na Província. O caso de Viseu e do jornal diocesano *A Folha* (Outubro de 1910 – Março de 1911)<sup>336</sup>

Atacada pela ira republicana desde os primeiros dias de Outubro<sup>337</sup>, a Imprensa Católica cedo instigou o Episcopado Português a reagir, mas a reacção dos Bispos ainda demoraria. Aliás, a postura da Igreja portuguesa foi, desde o início, de elevada prudência. Não colocou em causa a legitimidade do novo regime, mas encetou uma resistência elaborada e que se alicerçou na necessária organização dos católicos. Já desde o último quartel do século XIX a Igreja vinha trilhando um novo caminho nesse sentido, desenvolvendo um sistema de associativismo católico onde se incluía

<sup>336</sup> As datas apresentadas referem-se ao início de Outubro de 1910 e decorrem até Março de 1911, altura em que o jornal *A Folha* foi suspenso (5 de Março), compreendo seis meses de análise e trinta e nove meses desde o n.º 2223 de 2 de Outubro de 1910 até ao n.º 2265, de 5 de Março de 1911.

<sup>337</sup> Os republicanos atacaram as Imprensas Católica e Monárquica logo após a instauração da República, invadindo e destruindo as instalações dos jornais conotados com a Igreja e com o anterior regime. Porém, esses ataques só tiveram um relevo significativo a partir de 1911. No dia 8 de Janeiro, três jornais de Lisboa, apelidados de *talassas*: *Diário Ilustrado* (1872?-1911), *Correio da Manhã* (1910), e *O Liberal* (1900?-1918?, nova série), foram assaltados e destruídos em pleno dia. Em 15 de Fevereiro o principal jornal católico portuense, *A Palavra* (1872-1911), foi assaltado e vandalizado por populares que também destruíram o Círculo Católico de Operários daquela cidade nessa mesma noite. A revolta anticlerical alargou-se a todo o País e, quer os jornais católicos, quer os periódicos monárquicos, foram assaltados e muitos acabaram suspensos, sobretudo os católicos que, desde Fevereiro desse ano vinham publicando a *Pastoral Colectiva do Episcopado* à revelia das ordens do Governo Provisório.

a Imprensa. Esta iniciaria um processo de riposta contra o avanço da Imprensa Laica que, «(...) ao divulgar uma mensagem dessacralizada do universo, contribuiu bastante para o desenvolvimento do anticlericalismo liberal, republicano e socialista» (Neto, 1998: 227). A primeira tomada de posição oficial dos Bispos só se concretizaria com a Pastoral Colectiva do Episcopado Português, dirigida ao Clero e aos fiéis nacionais, em 24 de Dezembro de 1910 (cf. Moura, 2004: 54-63), e que começou a ser lida nas missas e publicada nos jornais católicos apenas em meados de Fevereiro de 1911. Dessa forma, foi a própria Imprensa Católica a assegurar uma postura mais reactiva e a ter um papel preponderante na transmissão da Mensagem da Igreja<sup>338</sup>.

A necessidade de descer ao povo (cf. Policarpo, 1977: 29), ideia preconizada por Leão XIII<sup>339</sup>, seria realizada pela Imprensa Católica, de uma forma sistemática e em crescendo.

Os católicos que estavam por trás de jornais conheciam a força que a Imprensa possuía. Neste contexto, Vítor Neto assevera que «a Igreja tinha consciência da sua importância e, por isso, procurou usá-la na defesa do catolicismo» (Neto, 1998: 234). Assim sendo, não constituiu qualquer surpresa verificar que o Movimento Social Católico (cf. Idem: 401-455), com as suas diferentes valências, se construiu nas páginas dos muitos jornais católicos. A Imprensa Católica era um meio ideal para atingir os fins a que se propunha a Igreja, sendo que um deles era a própria recristianização

---

<sup>338</sup> O próprio papa Leão XIII (1878-1903) dedicou uma grande atenção para a causa da *Imprensa Católica* (futuramente apelidada de *Boa Imprensa*), consagrada em diversas encíclicas. Leão XIII incitava os Bispos a adquirirem *bons jornais* e a fomentarem, entre os seus fiéis, a sua leitura. Em 25 de Janeiro de 1882, dirigindo-se aos Bispos italianos das províncias de Turim, Milão e Vercelli (região de Piemonte), Leão XIII abordou o tema *Imprensa Católica*, dedicando-lhe essa *Carta* papal. Ver: Leão XIII (1951) *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa, Excertos*. Petrópolis, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Vozes Ltda., 1951, pp. 22-23.

<sup>339</sup> O cardeal italiano Vincenzo Gipachino Pecci foi eleito Papa em 20 de Fevereiro de 1878, tomando o nome de Leão XIII. A sua eleição aconteceu numa altura em que a discussão das ideias liberais validava a corrente anticlerical que circulava em toda a Europa. Dedicou uma grande atenção aos problemas sociais, tendo, para esse efeito, decretado a encíclica *Rerum Novarum* (sobre o Operariado), em 1891. Mais tarde chamou a atenção dos católicos para a causa da Igreja, com a publicação da encíclica *Graves Communi* (1901), tendo esta aberto as portas para a Democracia Cristã. Faleceu em 20 de Julho de 1903 com noventa e três anos, e ao fim de vinte e cinco anos de Pontificado. Sobre este Papa cf. Ferreira, Mendonça (2009) *O Papado: 2000 Anos de História*. 1.a ed. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, pp. 291-293.

da Sociedade numa época marcada pela secularização<sup>340</sup>. Isto é, a Imprensa Católica deveria caminhar firme para atingir o fim a que se propunha desde o início: «influen- ciar a opinião pública através do combate de ideias, veiculando um pensamento que se queria mobilizador das consciências, impedindo o triunfo da indiferença e do espírito anti-religioso» (Ferreira, 2002: 46). Era, precisamente, contra essa indiferença religiosa e, sobretudo, contra o espírito anti-religioso, que a Igreja empreendia uma guerra, afirmando que os juízos de valor, que daí se formavam, estavam entranhados nas páginas dos jornais que constituíam a denominada Má Imprensa (publicações republicanas, socialistas e anarquistas). Ora, para combater essa realidade, a Igreja apoiava-se no incremento da sua Imprensa e instigava os fiéis a lerem os bons jornais que começaram a enquadrar-se na recém denominada Boa Imprensa, uma mutação do termo anterior (Imprensa Católica), criado num contexto de combate.

Contando com o apoio de Leão XIII, que lhe deu uma dimensão considerável e promoveu a sua vitalidade, a Boa Imprensa constituiu um elemento vital para a resposta católica. E os católicos mais fervorosos tomaram a cruz e fizeram da Boa Imprensa a nova máquina de guerra da Igreja.

Ainda que em Portugal a taxa de iliteracia permanecesse alta: 75,1 por cento em 1911, e 70,9 por cento em 1920 (Vieira, 1999: 216), a importância dos jornais era elevada. A leitura de bons jornais era incentivada pelo Episcopado, de forma a agitar as consciências católicas e a evitar que os fiéis abandonassem o rebanho. A solicitação era reforçada nas missas de domingo em cada uma das paróquias do País, com maior aceitação na Província, sobretudo a Norte do rio Mondego. A luta na Província também passou por aí, e pelos combates travados nos jornais, com recurso à tinta e ao papel. Em 1910 publicavam-se em Portugal cinquenta e quatro jornais que faziam

---

<sup>340</sup> Em termos gerais, a *Secularização* pode ser definida pela redução da influência por parte da Igreja e da religião na sociedade. Contudo, esta expressão surgiu como uma expressão usual para definir a apropriação dos bens da Igreja pelo poder político. Cf. Neto, Vítor (1998) *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal*...pp. 219-220. Ver também: Ferreira, António Matos (2001) “Secularização”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 195-202.

parte da Imprensa Católica<sup>341</sup>. Só nesse ano surgiram nove novos títulos: *O Christianismo* (Ovar, 1910); *O Combate* (Braga, 1910-1911); *Correio do Norte* (Porto, 1910-1911); *Defesa Monárquica* (Lisboa, 1910); *A Fe Catholica* (Porto, 1910-1911); *Mensageiro do Coração de Jesus* (Lisboa, 1910); *União Popular* (Braga, 1910); *Vida Catholica* (Évora, 1910); e *A Voz da Juventude* (Lisboa, 1909 Série I, 1913-1915 Série II).

Mas qual era a realidade do que acontecia em Viseu? E de que forma a cidade e as suas forças religiosas acolheram a República? Por altura da Revolução Republicana publicavam-se em Viseu três títulos católicos, com a regularidade que se impõe a um jornal: *Echos da Via Sacra* (1908-1915); *A Folha* (1901-1911)<sup>342</sup>; e *Revista Catholica* (Viseu, 1891-1955?).

Todavia, era o jornal *A Folha* o que transmitia a voz da Diocese, uma vez que se tornou o seu órgão oficial, desde que o seu Bispo D. José Dias Correia de Carvalho

<sup>341</sup> Para além dos nove títulos que serão apontados em cima, mais à frente, eis os restantes quarenta e cinco que cruzaram o ano de 1910, tendo iniciado publicação anos antes: *Ação Catholica* (Braga, 1916-continua a publicar-se); *Almanaque do Operario* (Porto, 1900-1911); *O Amigo da Religião* (Braga, 1888-1920); *Annaes da Propagação da Fe* (Lisboa, 1828-1949?); *Arauto Cristão* (Setúbal, 1910?-1914); *A Associação Operaria* (Lisboa, 1905-1918); *O Bem Publico* (Lisboa, 1905?-1911); *Boletim Ecclesiastico da Diocese de Macau* (Macau, 1902?-1980); *Boletim Mensal da Familias Catholicas* (Braga, 1908?-1918); *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e Ordem Terceira* (Braga, 1907-1947); *Boletim da Obra de S. Francisco de Sales* (Porto, 1907-1911); *Boletim Salesiano* (Turim, Itália, 1902- continua a publicar-se); *Broteria* (Lisboa, 1902-continua a publicar-se); *Calendarium Ecclesiasticum Brigantinum* (Bragança, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Conimbrigense* (Coimbra, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Funchalense* (Funchal, Madeira, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Lamecensis* (Lamego, 1909-1919); *Calendarium Ecclesiasticum Vimaransenis* (Guimarães, 1909-1919); *Commercio do Minho* (Braga, 1872?-1921); *Diário Illustrado* (Lisboa, 1872-1911); *O Distrito de Portalegre* (Portalegre, 1883?-continua a publicar-se); *Echos da Via Sacra* (Viseu, 1908-1915); *Estrela Povoense* (Póvoa de Varzim, 1876-1919); *Estudos Sociaes* (Coimbra, 1905-1911); *O Evangelho* (Matosinhos, 1902-1919); *A Folha* (Viseu, 1901-1911); *O Grito do Povo* (Porto, 1899-1913); *A Guarda* (Guarda, 1905?-continua a publicar-se); *Jornal Popular* (Viana do Castelo, 1909-1911); *Jornal de Santo Tyrso* (Santo Tirso, 1882-1967); *Mensageiro de Maria* (Lisboa, 1905?-1950); *A Nação* (Lisboa, 1847-1928); *A Palavra* (Porto, 1872-1911); *Portugal em Africa* (Lisboa, 1894-1973); *O Povo da Barca* (Ponte da Barca, 1899?- continua a publicar-se); *O Progresso Catholico* (Porto, 1878?-1925); *Propaganda Catholica* (Silvares, Fafe, Porto, 1896?-1915); *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (Funchal, Madeira, 1901?-1912); *A Restauração* (Guimarães, 1903?-1911); *Revista Catholica* (Viseu, 1891-1955); *O Rosario* (Lisboa, 1907-1956); *San Miguel* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1905?-1911); *A União* (Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1893-continua a publicar-se); *Vida Nova* (Lousada, 1893-1933); e *Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923).

<sup>342</sup> O jornal *A Folha* teve duas fases distintas. A primeira iniciou-se em 4 de Abril de 1889, data do seu primeiro número publicado, e terminou com o número 1314, de 28 de Novembro de 1901. Nesta primeira fase o jornal assumiu-se como o órgão do Partido Progressista. Já na segunda fase, iniciada com o número 1315, de 1 de Dezembro de 1901, o jornal assumiu-se como o órgão da Diocese de Viseu, até ao seu fim, isto é, até à sua suspensão que aconteceu em 5 de Março de 1911 (número 2265). Sobre a história deste periódico cf. Alves, Paulo Bruno (2008) *A Folha, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*. Viseu: Palimage Editores.

(1883- 1911) adquirira o periódico para a Diocese. E é a partir do retrato católico d' *A Folha* que olharemos, de seguida, para a chegada da República a Viseu. Iremos fazê-lo, analisando os editoriais publicados por este bissemanário (publicava-se à quinta-feira e ao domingo). O editorial<sup>343</sup> era então denominado por artigo de fundo e caracterizava-se por transmitir a própria voz do jornal sobre um dado assunto. Ainda hoje, no jornalismo actual, o editorial apresenta-se como o artigo que «(...) toma posição sobre um facto da actualidade e compromete a responsabilidade moral do jornal» (Martin-Lagardette, 1998: 63).

Viseu era, em 1910, uma pequena cidade do Interior de Portugal. O concelho contava com dezasseis concelhos (desde 1915 que são vinte e quatro) e uma população que, de acordo com os dados disponíveis de 1911, era de 55 665 habitantes (cf. Costa, 1949: 817-818). No perímetro urbano, que estava dividido em duas freguesias (ocidental e oriental), concentravam-se 8167 habitantes em 1911. Em redor da cidade encontrava-se um planalto ornamentado com inúmeros campos que eram arroteados e cultivados por uma massa de gente analfabeta e a quem as lutas entre monárquicos e republicanos pouco ou nada interessariam. Por isso, a chegada da República a esta parte da Província não causou, nos primeiros dias, muito alarido. Os homens e mulheres do mundo rural estavam mais interessados em seguir os ritmos da sabedoria popular: Outubro chuvoso faz o lavrador venturoso. Ou ainda: Com a vinha, em Outubro, come a cabra, engorda o boi e ganha o dono.

Com efeito, apenas no interior da cidade é que as notícias vindas da capital foram recebidas de uma outra forma. Mas, como era apanágio daquela época, as notícias demoravam a chegar. Assim, se no domingo anterior, 2 de Outubro, *A Folha*<sup>344</sup> não dedicava qualquer linha às movimentações que os republicanos vinham fazendo em Lisboa, o número de quinta-feira era bem diferente. O que estava para acontecer em Lisboa seria uma efectiva surpresa na Província. O editorial de 6 de Outubro inti-

---

<sup>343</sup> À imagem do que sucedia com os outros periódicos, os editoriais d' *A Folha* (*artigos de fundo*) eram escritos utilizando uma técnica jornalística que o jornalismo actual denomina por *pirâmide normal*. Esta técnica assenta na apresentação dos factos seguindo uma ordem cronológica com uma prévia descrição das circunstâncias em que se insere o tema. O *editorial* prossegue por ordem do acontecimento, aumentando o interesse da notícia com a apresentação dos factos mais importantes que culminam com o desenlace. A técnica que hoje em dia é mais utilizada denomina-se por *pirâmide invertida*. Esta transporta para o *lead* (topo) os factos cruciais e mais importantes, perdendo importância ao longo do artigo. Cf. Crato, Nuno (1989) *A Imprensa*. 3.a ed. Lisboa: Editorial Presença, pp. 133-137.

<sup>344</sup> Nas notas de rodapé d' *A Folha* vamos utilizar a sigla «F», de forma a evitar repetições desnecessárias.

tulava-se «Hora Grave» e iniciava-se desta forma: «Á hora em que começamos este artigo encontram-se os espiritos em sobresalto pelas informações que chegam de Lisboa, dando noticia de ter alli rebentado um forte movimento revolucionario»<sup>345</sup>. Como jornal católico e apoiante da Monarquia, *A Folha* olhava para os primeiros factos conhecidos apenas com relativa apreensão: «(...) Estamos convencidos de que o movimento revolucionario se encontrará a estas horas suffocado. Não somos propensos a temores, e crêmos até que, quando mesmo os revoltosos dominassem a capital, nem por isso vingaria a republica. Lisboa não é o paiz. A provincia, felizmente, por muito graa[n]des que sejam os erros da monarchia, acha que ella é preferivel a um governo republicano» (idem, ibidem). Mas no número seguinte *A Folha* tomava uma outra postura, face ao que já era conhecido em todo o País. Foi o próprio director (Cónego Dr. José de Almeida Correia) a assumir a responsabilidade de informar os leitores da posição oficial do jornal e da Diocese. Acataria o novo regime, mas asseverava que a queda da Monarquia se devera à inércia e à corrupção do Rotativismo. Com excepção da capital e de algumas localidades do Ribatejo *A Folha* confirmava que «(...) ninguem tomou parte nas manifestações e actos publicos com que os caudilhos da democracia procuraram solemnizar o seu triumpho»<sup>346</sup>. A pouca adesão à República era uma realidade em Viseu. Na cidade apenas os republicanos se manifestavam favoravelmente face à mudança política. À imagem do que iria acontecer noutras cidades da Província, as instituições públicas viseenses seriam controladas pelos republicanos ou por influentes da mais alta estirpe. Os católicos e os monárquicos remetiam-se ao silêncio. O povo rural mantinha um frio desinteresse pela República. *A Folha* mantinha viva a sua postura nacionalista, e até defendia que o Partido Nacionalista poderia vingar na República.

Mas cedo começaram as críticas ao novo regime, sobretudo a propósito da guerra religiosa que o Governo Provisório votava à Igreja, com a expulsão dos seus servidores e a apreensão dos seus bens<sup>347</sup>. E em 16 de Outubro, *A Folha* avançava com uma triste premonição (para si e para a Igreja) e deixava no ar a força que a crença religiosa detinha nos portugueses: «(...) Se a Republica Portugueza envereda pelo

<sup>345</sup> *Hora Grave*, in F, n.o 2224 de 6 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>346</sup> J. d' Almeida Correia, *A nossa attitude*, in F, n.o 2225 de 9 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>347</sup> Cf. *Um decreto liberticina – protestando*, in F, n.o 2226 de 13 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.



caminho do radicalismo e das perseguições á Igreja, está irremediavelmente condenada. Não se arranca da alma de um povo a sua fé religiosa com a mesma facilidade com que se arranca do throno um rei inexperiente»<sup>348</sup>. Os protestos continuaram quando as primeiras medidas laicizadoras da República começaram a ser aplicadas e *A Folha* apelava aos católicos para se unirem e se preparem para a luta que estaria para breve, ao mesmo tempo que lembrava aos Bispos a necessidade destes se pronunciarem<sup>349</sup>. Dentro dessas medidas, a que deu mais azo a protestos por parte d' *A Folha*, foi o fim do ensino da religião nas escolas, decretado pelo Governo Provisório a 22 de Outubro. O jornal acusava os republicanos de instituírem a Escola neutra, vista como anti-católica, retirando Deus dos compêndios escolares, de forma a «(...) paganisar a sociedade»<sup>350</sup> e, dessa forma, encherem os livros «(...) de falsidades, de calumnias, de inexactidões, falsificando a historia, adulterando os factos...» (idem, ibidem).

Cerca de um mês e meio depois da Revolução, *A Folha* fez uma análise ao trabalho do GP e constatava-lhe uma grande esterilidade, confirmando que «(...) a obra do governo provisório tem sido uma obra estreita e sectaria, imposta pelas lojas e centros revolucionarios»<sup>351</sup>. *A Folha* aconselhava outros republicanos a tomarem conta do Governo, de forma a evitar que o País continue «(...) á mercê das exigencias dos grupos revolucionarios, das lojas maçonicas e de toda a multidão de antigos gravatinhas...» (idem, ibidem). Perante esta realidade, o jornal asseverava que «(...) o povo continua na mesma indiferença e desconfiança perante os homens da republica» (idem, ibidem).

O dia 1 de Dezembro passou a ser conhecido como o dia da bandeira, depois da polémica em redor da escolha da nova bandeira nacional ter apaixonado o País nas últimas semanas de 1910 (cf. Valente, 2004: 159-160; cf. Vieira, 1999: 42-43). *A Folha* não aprovava a substituição das cores azul e branca da Monarquia pelas cores republicanas (verde e vermelho), mas dizia: «(...) acertada foi também a escolha do

<sup>348</sup> *Facto symptomatico!*, in F, n.o 2227 de 16 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>349</sup> Cf. *O dever dos catholicos*, in F, n.o 2229 de 23 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>350</sup> *Exemplo a seguir*, in F, n.o 2230 de 27 de Outubro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>351</sup> *Balanço da obra da republica*: a esterilidade do governo provisório, in F, n.o 2236 de 17 de Novembro de 1910, ano XXI, p. 1.

dia (...) para essa solemnidade»<sup>352</sup>. Dias depois, *A Folha* lançava em editorial um apelo ao Clero e aos católicos da Diocese de Viseu, solicitando-lhes união e dedicação à causa católica perante os ataques sofridos pela República. Ao mesmo tempo, o jornal instigava os padres a explicarem aos fiéis as leis recentemente decretadas e a assinarem a reclamação-protesto que um grupo de católicos se preparava para enviar aos ministros do GP<sup>353</sup>. Em 1911, já depois do assalto às instalações d' *A Folha*, na noite de 12 para 13 de Janeiro<sup>354</sup>, o jornal alertava os seus leitores para o perigo da descristianização que a República vinha promovendo no País, apontando vários casos, como a supressão de várias instituições da Igreja, o fim da assistência religiosa aos militares, nas Misericórdias e Hospitais, a lei do divórcio, e o plano dos republicanos de prepararem «(...) uma geração de atheus e livre-pensadores»<sup>355</sup>.

A partir de Fevereiro *A Folha* começou a abordar o tema Lei da Separação do Estado das Igrejas com uma outra perspectiva, acicatando os ânimos dos católicos na preparação para a luta. Esses estímulos eram escritos em editoriais cada vez mais coléricos contra a acção da República. A certeza da publicação do documento era um facto, apenas havia dúvidas quanto à data prevista e, sobretudo, quanto ao conteúdo. Esta seria uma das imagens de marca do GP e este precisava de assegurar o sucesso da sua aplicação. O GP conhecia o desagrado com que as suas acções vinham sendo recebidas e acatadas. A própria situação em Lisboa também não era a mais favorável e, em breve, as ruas da capital só passariam a estar seguras para Afonso Costa, protegido pela formiga branca. Já na Província, ao fim de alguns meses de República, o peso dos padres, dos influentes e dos caciques ainda era visível. A República tardava em entrar na Província.

Os republicanos reforçaram os ataques às instituições ligadas à Igreja e à Monarquia, nomeadamente os seus jornais. Por essa razão, o governador-civil de Viseu, Ricardo

<sup>352</sup> *A Festa da Bandeira*, in F, n.o 2240 de 1 de Dezembro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>353</sup> *Ao clero e aos catholicos da nossa diocese*, in F, n.o 2244 de 15 de Dezembro de 1910, ano XXI, p. 1.

<sup>354</sup> O jornal ficou sem se publicar durante nove dias, reaparecendo no dia 22 desse mês. O assalto provocou uma readaptação natural das oficinas e o número de páginas foi reduzido das habituais quatro para duas nos seguintes números: n.o 2253 (22 de Janeiro de 1911); n.o 2254 (26 de Janeiro de 1911); n.o 2256 (2 de Fevereiro de 1911); n.o 2257 (5 de Fevereiro de 1911); e n.o 2258 (9 de Fevereiro de 1911). O número 2255 (29 de Janeiro de 1911) imprimiu apenas uma página. A partir do número 2259 (12 de Fevereiro de 1911) o jornal voltou a imprimir as quatro páginas habituais. Cf. Alves, Paulo Bruno (2008) *A Folha, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*...pp. 215-217.

<sup>355</sup> *Descristianisando!*, in F, n.o 2254 de 26 de Janeiro de 1911, ano XXI, p. 1.

Pais Gomes, tratou de convocar os representantes d' *A Folha* e de outros jornais católicos, mas também monárquicos para lhes comunicar que «(...) havia recebido instruções do governo para prevenir os directores dos jornaes de que, se continuassem a combater os seus actos usando linguagem despejada, lhes seria aplicada a suspensão»<sup>356</sup>. Ora, a referida suspensão do jornal teria o seu fundamento na publicação da Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal. Conforme vinha anunciando, *A Folha* respondeu afirmativamente ao brado dos Prelados e iniciou a publicação da Pastoral em 23 de Fevereiro de 1911 (n.º 2262) e prosseguiu nos dois números seguintes (n.º 2263 de 26 de Fevereiro de 1911 e n.º 2264 de 2 de Março de 1911). No dia 3 de Março saiu uma intimação, da Administração do Concelho de Viseu, destinada a todos os directores dos jornais, então referenciados, para não publicarem a Pastoral. A ordem vinha do GP e cedo seria colocada em prática. O Administrador do Concelho, José Perdigão, escrevia: «em virtude de determinação superior, previno a V. Ex.a de que serão supprimidos todos os jornaes que, d' hoje em diante, publicarem a pastoral collectiva do episcopado, de 24 de dezembro ultimo, ou parte d' ella, ou ainda que com ella mostrem accordo nas suas doutrinas. Assim o communico a V. Ex.a para seu conhecimento e devidos efeitos. Saude e Fraternidade»<sup>357</sup>. Agora que publicara a Pastoral à revelia, o jornal *A Folha* sofreria as consequências da afronta. Numa altura em que as suspensões de jornais católicos e monárquicos se multiplicavam no País, *A Folha* também recebeu a ordem de suspensão. O número 2265, de 5 de Março de 1911, seria o seu último. O fundamento de tal suspensão estava na não submissão da Pastoral ao beneplácito do Governo Provisório e na proibição da sua edição. *A Folha* discordava, mas a suspensão há muito que era esperada. Os motivos abundavam, desde a linguagem irada contra a República, a direcção católica do jornal e o facto de o director d' *A Folha* (Cónego Dr. José de Almeida Correia) ser um importante membro do Nacionalismo Católico e do Partido Nacionalista e um assaz inimigo da República.

Mas a força e a dinâmica dos homens d' *A Folha* não vergaram à determinação do GP. Sete dias depois a Diocese contava com um novo órgão oficial, *A Folha de Viseu*, mas foram publicados apenas quatro números (entre 12 e 25 de Março de

<sup>356</sup> *É isto a liberdade?*, in F, n.º 2258 de 9 de Fevereiro de 1911, ano XXI, p. 1.

<sup>357</sup> *Serviço da Republica*, in F, n.º 2265 de 5 de Março de 1911, ano XXI, p. 1.

1911), uma vez que foi extinto pelas autoridades republicanas por considerarem-no como uma continuação d' *A Folha*. Seria já uma nova publicação da Diocese, *Correio da Beira* (1 de Abril de 1911- Abril de 1919) a testemunhar a famigerada Lei de Separação do Estado da igreja, de 20 de Abril de 1911 (cf. Moura, 2004: 65-147; Ferreira, 1992: 532-536), a confirmar todas as peripécias inerentes à eleição de 28 de Maio de 1911 e à formação da Assembleia Constituinte (cf. Valente, 2004: 166-172), e a confirmar a saída do Governo Provisório, em Setembro de 1911, sem glória e deixando «(...) a nação em guerra aberta com o regime. As províncias haviam sido irremediavelmente hostilizadas, a maioria dos trabalhadores alienada para sempre» (Idem: 152). A República atravessaria dificuldades mais sérias nos anos seguintes, em especial no decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914- 1918).

A Imprensa Católica haveria de se desenvolver e ver reforçada a sua acção a partir de 1913, com o Apelo de Santarém (Cruz, 1980: 258-263), um protesto do Episcopado que retomou o processo reactivo da Igreja, seguindo «(...) numa dupla direcção: por um lado, pressionando directamente o poder, por outro, instigando à unidade e à organização das massas católicas» (Idem: 259). Mais tarde, em 1917, com o nascimento do Centro Católico Português (cf. Alves, 1996; cf. Cruz, 1980: 263-371), a acção da Igreja e da sua Imprensa encontrariam novos processos de actuação. Na Província, como no resto do País, a Imprensa Católica manteria com a República um clima de conflito permanente. No fim d' *A Folha*, em Março de 1911, era notório que a instauração da República em Viseu ainda estava para fazer. No resto do País a situação era semelhante. Só em Lisboa o discurso era outro.

## Bibliografia

- Jornal *A Folha* (Outubro de 1910-Março de 1911).
- Alves, Paulo Bruno (2008) *A Folha*, Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911). Viseu: Palimage Editores.
- Alves, Adelino (1996) *A Igreja e a Política: Centro Católico Português*. Lisboa: Editora Reis dos Livros.
- Catroga, Fernando (2001) "O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX)". *Revista de História das Ideias* 22, pp. 255-354.
- (2000) *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.a ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Costa, Américo (1949) *Diccionario Corográfico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização, 12, pp. 817-818.
- Crato, Nuno (1989) *A Imprensa*. 3.a ed. Lisboa: Editorial Presença.

- Cruz, Manuel Braga da (1980) *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- Ferreira, António Matos (2002) “A constitucionalização da religião”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal* 3, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 37-59.
- (2001) “Secularização”, in Dir. Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 195-202.
- Ferreira, David (1992) “Separação do Estado das Igrejas” in Joel Serrão (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 5, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 532-536.
- Ferreira, Mendonça (2009) *O Papado: 2000 Anos de História*. 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Fontes, Paulo F. de Oliveira (2002) “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, 3, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 139-351.
- Homem, Amadeu Carvalho (2001) *Da Monarquia para a República*. Viseu: Palimage Editores.
- Leão XIII (1951) *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa, Excertos*. Petrópolis, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Vozes Ltda.
- Madureira, Arnaldo (2003) *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Magalhães, Joaquim Romero (2009) *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Edições Almedida SA.
- Martin-Lagarrette, Jean-Luc (1998) *Manual da escrita jornalística: escrevo – informo – convenço*. Lisboa: Editora Pergaminho.
- Moura, Maria Lúcia de Brito (2004) *A Guerra Religiosa na Primeira República: crenças e mitos num tempo de utopias*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Neto, Vítor (1998) *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal, (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Pereira, David (2009) “A sociedade” in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (coord.) *História da Primeira República Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda., pp. 79-92.
- Policarpo, João Francisco de Almeida (1977) *O Pensamento Social do Grupo Católico de ‘A Palavra’ (1872-1913)*, 1. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ramos, Rui (1994) “A Estranha Morte da Monarquia Constitucional”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a Segunda Fundação*, 6 Lisboa: Editorial Estampa, pp. 380-399.
- (1994) “Introdução”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a Segunda Fundação*, 6 Lisboa: Editorial Estampa, pp. 13-39.
- (1994) “As Guerras da República (1911-1917)”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a Segunda Fundação*, 6 Lisboa: Editorial Estampa, pp. 435-527.
- (1994) “A «Vida Nova»”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal: a Segunda Fundação*, 6 Lisboa: Editorial Estampa, pp. 125-297.
- (1994) “A República antes da Guerra (1910-1916)”, in Rui Ramos (coord.) *História de Portugal*. 1.a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, pp. 577-603.
- (2004) *Outra opinião. Ensaio de História*. Lisboa: O Independente.
- Rosas, Fernando (2009) “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda., pp. 15-26.
- Serra, João B. (2009) “O 5 de Outubro”, in Fernando Rosas; Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. 1.a ed. Lisboa: Edições tinta-da-china, Lda., pp. 55-60.
- Valente, Vasco Pulido (2004) *O Poder e o Povo*. 5.ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações Lda. [Rio de Mouro]: Círculo de Leitores.
- Vieira, Joaquim (1999) *Portugal Século XX: crónica em imagens (1910-1920)*. 1.a ed.

(Página deixada propositadamente em branco)

OS DIREITOS DE AUTOR E A EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA ELECTRÓNICA  
(ENTRE O ACESSO E A EXCLUSÃO)

**Introdução**

As tecnologias da informação e da comunicação colocam ao dispor da educação ferramentas de grande utilidade em termos de acesso a informação e de divulgação e processamento de conteúdos informativos. Todavia, por razões legais, a informação não pode circular livremente na Internet. Em especial, os direitos de autor e conexos conferem aos respectivos titulares o poder de autorizar ou proibir a prática de actos de reprodução, distribuição e comunicação ao público de obras ou prestações protegidas. Por essa razão, informação que de outro modo poderia circular livremente nas redes fica sujeita a controlo por parte dos titulares de direitos.

Ora, tendo em conta o novo paradigma tecnológico, impõe-se questionar: serão os direitos de autor um instituto anacrónico, isto é, desfasado da realidade e em contra-corrente com o nosso tempo? Como preservar a protecção dos criadores intelectuais e, ao mesmo tempo, assegurar o acesso para fins educativos às obras e prestações protegidas?

É nossa convicção que o futuro da República electrónica – que tem na Internet a sua *Praça* central – passará em boa medida pela resposta que se encontre a esta questão. Razão pela qual dedicámos a nossa tese de doutoramento à tensão entre direitos de autor e liberdade de informação (Pereira 2008). Este trabalho passa em revista sucintamente a história da protecção legal dos direitos de autor em Portugal e indaga de que modo a educação justifica limites aos direitos de autor no quadro das utilizações livres de obras protegidas. Além disso, é feita referência ao papel dos

provedores de serviços da Internet no quadro da possível suspensão de acesso à rede. Termina com breve apontamento sobre a compensação equitativa pela livre reprodução.

### § 1. Dos privilégios de impressão à propriedade literária e artística

Os direitos de autor sucederam historicamente aos privilégios de impressão, enquanto instrumento de regulação de uma nova e poderosa tecnologia: a imprensa de Gutenberg. A invenção da imprensa é atribuída aos chineses (c. 600 d.c.), embora os caracteres hieróglifos da sua língua não tenham facilitado a expansão da imprensa na China. Na Europa, a utilização do alfabeto fenício terá sido um factor determinante do êxito da imprensa. Fala-se por isso, com propriedade, da ‘invenção chinesa da Europa moderna’ (Levinson, 1998: 47).

A tecnologia dos caracteres móveis de impressão, aplicada ao alfabeto fenício, tornou possível a reprodução de obras e a difusão de informação a uma escala até então desconhecida. ‘Entre a publicação do primeiro livro impresso segundo o novo método (o saltério de Mainz de 1457) até 1500 terão sido produzidos nas prensas europeias cerca de 15 milhões de exemplares, numa média diária de 1300 livros’ (Bebiano, 1999: 473).

A cópia de livros, antes feita à mão pelos monges, realiza-se agora maquinalmente. A imprensa torna possível a indústria e o comércio de livros e, ao mesmo tempo, potencia a divulgação de, e o acesso a, informação e conhecimento. Ora, tendo em conta, quer o valor económico da imprensa enquanto factor gerador de riqueza, quer o seu valor político enquanto instrumento de disseminação de informação e de novos pensamentos que poderiam abalar a ordem natural do cosmos e da sociedade – recorde-se Galileu ou a publicação da Bíblia em alemão -, o poder soberano reservaria para si o exclusivo da utilização desta tecnologia, subordinando a sua exploração à obtenção prévia de privilégio de impressão e venda de livros. ‘As autoridades políticas e religiosas desde cedo procuraram subordinar a imprensa aos seus próprios desígnios, dessa forma minimizando o seu poder de articulação do poder crítico’ (Machado, 2002: 40).



### 1.1. Da imprensa à primeira lei do *copyright*

O direito de autor como propriedade dos criadores sobre obras literárias foi legalmente consagrado pela primeira vez em Inglaterra pela Lei da Rainha Ana (1710) que estabeleceu o *copyright* ‘para o encorajamento da aprendizagem’. A concepção anglo-saxónica do *copyright* como instrumento de promoção da aprendizagem foi retomada no preâmbulo da lei sobre o *copyright* do Estado de Massachussets de 1783. Dois anos passados sobre a Revolução Francesa, e a conseqüente abolição dos privilégios, incluindo o privilégio de imprimir e vender as obras, deve-se a Le Chapelier a referência à protecção da criação do espírito como: ‘La plus sacrée, la plus légitime, la plus inattaquable et, si je peux parler ainsi, la plus personnelle de toutes les propriétés, est l’ouvrage, fruit de la pensée d’un écrivain’. Esta concepção estaria na base das chamadas leis revolucionárias francesas de 1791 e de 1793.

### 1.2. Marcos históricos da protecção legal dos direitos de autor em Portugal

Os direitos de autor, enquanto tais, existem na ordem jurídica portuguesa há pouco mais de século e meio, por força das Revoluções Liberais de oitocentos (Biblioteca Nacional, 1994: 13-7). Almeida Garrett referia-se então à propriedade literária como “a mais indefesa, porém... a mais nobre, e a mais inquestionável de todas as propriedades, a que se cria pela inteligência, e pelo espírito imortal do homem”.

Enquanto direitos exclusivos de exploração económica, os direitos de autor são herdeiros dos privilégios de impressão e de venda de livros que se praticavam no Antigo Regime, no contexto da ‘estadualização’ ou regulação pública do comércio (Marcos, 2001: 655).

Para começar, os *privilégios de impressão e venda* de livros eram concessões do poder régio destinadas a permitir a utilização da imprensa. Por via dos privilégios, o poder régio obtinha tributos e, além disso, controlava a divulgação de informação através dos livros. A tradução do livro de Marco Polo (Lisboa, 1502), de Valentim Fernandes, terá sido o primeiro privilégio concedido em Portugal, ostentando na folha de rosto ‘sob o privilégio del Rey nosso Senhor, que nenhum faça a impressão deste livro, ne lo venda em todollos se regnos senhorios sem licença de Valentim Ferndandez sopena conteuda na carta do seu privilegio.’ Mais tarde, a 20 de Fevereiro

de 1537, por Alvará, D. João III outorga a Baltazar Dias um privilégio para imprimir e vender as suas obras (de que é autor).

A passagem dos privilégios de impressão e comércio à propriedade literária e artística dos autores começou por ser obra do constitucionalismo português de oitocentos. A Carta Constitucional de 1826 refere os direitos dos inventores no art. 145.º, § 24, reconhecendo aos inventores ‘a propriedade das suas descobertas ou das suas produções’. A Constituição de 1838 acrescenta os direitos dos escritores, consagrando-os como direitos naturais e não como instrumentos de promoção da aprendizagem e do progresso das artes utilitárias. Nos termos do art. 23.º, § 4, da Constituição de 1838: ‘Garante-se aos inventores a propriedade das suas descobertas e aos escritores a de seus escritos, pelo tempo e na forma que a lei determinar’. Além disso, no ensino do direito era já incluído o ‘Direito das Artes Uteis e das Bellas Artes’ (Ferrer, 1883: 50).

Almeida Garrett seria o principal mentor da consagração legal dos direitos de autor em Portugal, à semelhança de Pierre-Auguste Caron de Beaumarchais em França (Rebello: 1999, 11). De modo a concretizar o comando constitucional, o ‘pai’ do direito de autor português apresentou um projecto de lei às Cortes, a 18 de Abril de 1839, discutido em 1840 e aprovado em 1841, ‘mas nunca convertido em lei devido à oposição do Senado e da Rainha’ (Biblioteca Nacional, 1994: 16)

A primeira lei portuguesa da propriedade literária seria a Lei de 18 de Julho de 1851. De algum modo, a aprovação desta lei destinou-se a estabelecer no direito português direitos que Portugal se comprometera a respeitar por força da Convenção celebrada com a França (12/4/1851), tendo posteriormente celebrado Convenções sobre propriedade literária com outros países, nomeadamente com a Santa Sé (1860), a Bélgica (1880) e a Espanha (1881). A propriedade literária estava na base do sector da indústria e comércio de livros e outras publicações, bem como dos espectáculos públicos, com crescente importância económica, social e cultural. De resto, as empresas deste sector seriam qualificadas como comerciais nos termos do art. 230.º do Código Comercial, aprovado pela Carta de Lei de 28 de Junho de 1888, designadamente promotores de espectáculos públicos, editores e livreiros (4º e 5º), com exclusão todavia do autor que editar, publicar ou vender as suas obras (§ 3º). Posteriormente, a Lei 1851 foi substituída pelo Código Civil de Seabra (artigos 570º a 612º).

Em 1911, já no regime republicano, deu-se a adesão de Portugal à Convenção de Berna. Em vista da exigência desta Convenção e dos progressos dos novos meios

tecnológicos de utilização de obras literárias e artísticas, seria adoptado o Decreto n.º 13725, de 27 de Maio de 1927, que aprovou um novo regime legal dos direitos de autor, em cujos trabalhos preparatórios se destacam Júlio Dantas e Cunha Gonçalves.

Ao Decreto de 1927 sucedeu o Decreto-Lei n.º 46980, de 27 de Abril de 1966, que codificou o regime legal dos direitos de autor, aprovando o (primeiro) Código do Direito de Autor, no quadro das reformas legislativas em curso. O Código do Direito de Autor de 1966 teve por base um projecto já de 1953, o qual se apoiava na Convenção de Berna, na Lei italiana de 1941 e no projecto Escarra que estaria na base da lei francesa de 1957.

A Constituição de 1976 enquadrou os direitos de autor na liberdade de criação cultural. Neste período foram aprovados, para ratificação ou adesão, vários instrumentos internacionais, nomeadamente: a Convenção que institui a OMPI (DL 9/75, 14/1), o Acto de Paris da Convenção de Berna (DL 73/78, 26/7), a Convenção Universal (DL 140-A/79, 26/12) e, mais tarde, a Convenção de Roma (Resolução da AR 61/99).

O Código de 1966 manteve-se em vigor até 1985, ano em que foi aprovado o novo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (doravante CDADC), pelo DL 63/85, 14/3, e imediatamente alterado pela Lei 45/85, 17/9, e mais tarde, pela Lei 114/91, 3/9. Posteriormente, de modo a transpor directivas comunitárias, foi alterado pelos Decretos-Lei 332/97 e 334/97, ambos de 27/11 (aluguer e comodato e prazo de protecção), pela Lei 50/2004, 24/8 (direitos de autor na sociedade da informação), pela Lei 24/2006, 30/6 (direito de sequência), e, mais recentemente, pela Lei 16/2008, 1/4 (medidas de protecção efectiva).

Em torno do Código gravitam diversos diplomas, designadamente sobre depósito legal (DL 74/82, 3/3), defesa de obras caídas no domínio público (DL 150/82, 29/4), classificação de videogramas (DL 306/85, 29/7), protecção dos produtores de fonogramas contra a reprodução não autorizada destes e contra a distribuição ao público ou importação de cópias não autorizadas (L 41/80, 12/8), protecção de videogramas (DL 39/88, 6/2, alterado pelos DL 350/93, 7/10, e 315/95, 28/11), exploração de videogramas (DL 227/89, 8/7, alterado pelo DL 315/95, de 28/11), regime da compensação pela reprodução livre prevista no art. 82.º do CDA (Lei 62/98, 1/9, alterado pela Lei 50/2004, 24/8), e regime das entidades de gestão colectiva (L 83/2001, 3/8).

Há uma certa tendência para a fragmentação do regime legal do direito de autor, ao menos no plano formal da técnica legislativa, quando se trata de transpor instrumentos comunitários. É o que se passa, nomeadamente, com os regimes especiais de protecção dos programas de computador (DL 252/94, 20/10), radiodifusão por satélite e retransmissão por cabo (DL 333/97, 27/11), e protecção de bases de dados (DL 122/2000, 4/7). A qualidade da técnica legislativa é discutível, quando se introduzem alterações no Código, deixando ao mesmo tempo regimes e normas ‘soltas’ nos diplomas de alteração (por ex., DL 332/97, 27/11, sobre direitos de aluguer e comodato, e DL 334/97, 27/11, sobre prazo de protecção).

Para além da história da sua adaptação aos desafios colocados pelas novas tecnologias, a história dos direitos de autor é também a história do alargamento e do aprofundamento da protecção dos direitos de autor. Mais recentemente, o alargamento e aprofundamento da protecção dos direitos de autor resultam, sobretudo, dos instrumentos de harmonização na União Europeia e dos acordos internacionais (com destaque para o ADPIC/TRIPS).

## § 2. Utilização livre de obras protegidas

Em termos gerais, os direitos de autor protegem formas originais de expressão literária ou artística atribuindo aos respectivos criadores intelectuais direitos morais (paternidade, integridade) e direitos exclusivos de exploração económica (reprodução, distribuição e comunicação ao público), por tempo limitado. Os direitos conexos protegem prestações artísticas ou organizatórias dos outros sujeitos envolvidos no processo da criação e difusão cultural, como sejam, nomeadamente, os artistas intérpretes ou executantes, os organismos de radiodifusão, os produtores de videogramas e fonogramas.

Não obstante, o direito exclusivo tem limites, designadamente as utilizações livres contempladas na lei. Com efeito, os direitos de autor conciliam-se com outros direitos e interesses fundamentais, como sejam a reserva da intimidade da vida privada, a liberdade de ensino e aprendizagem, a liberdade de informação e de expressão, ou a preservação do património cultural.

## 2.1. A utilização livre no CDADC

O interesse geral justifica que a utilização de obras seja lícita sem necessidade de autorização do autor quando, de um modo geral, se destine a fins de informação, arquivo, ensino, investigação científica e crítica. Como formas de utilização livre para fins de informação o CDADC prevê, nomeadamente, a reprodução por meios de comunicação social, por extracto ou em forma de resumo, a selecção regular de artigos de imprensa periódica, sob forma de revista de imprensa, e a citação de obras literárias ou artísticas em relatos de acontecimentos de actualidade (art. 75º, 2-b/c/d). A liberdade destas utilizações encontra a sua justificação em direitos fundamentais da comunicação constitucionalmente garantidos (Fechner, 1999: 342).

A utilização diz-se livre no sentido de que não é necessária a autorização do titular dos direitos. Porém, deverá ser acompanhada da indicação, por exemplo, do nome do autor, do editor e do título da obra, sendo conferida em alguns casos uma remuneração equitativa ao autor e/ou ao editor (art. 76º, 1). Assim é, por exemplo, no caso das restrições para arquivo: as bibliotecas públicas, os centros de documentação não comerciais ou as instituições científicas ou de ensino podem reproduzir, total ou parcialmente, obras previamente tornadas acessíveis ao público, desde que essa reprodução, e os respectivos exemplares, não se destinem ao público, se limitem às necessidades das actividades próprias dessas instituições, incluindo para fins de preservação e de arquivo, e não visem a obtenção de uma vantagem económica ou comercial, directa ou indirecta (art. 75º, 1-e); para além do requisito da identificação, essa utilização livre deve ser acompanhada de uma remuneração equitativa a atribuir ao autor e ao editor pela entidade que tiver procedido à reprodução (art. 76º, 1-b). O mesmo vale, *mutatis mutandis*, para a inclusão de peças curtas ou fragmentos de obras alheias em obras próprias destinadas ao ensino ou a reprodução efectuada por instituições sociais sem fins lucrativos, tais como hospitais e prisões, quando a obra seja transmitida por radiodifusão (art. 75º, h/p e art. 76º, 1-c).

Além disso, a utilização livre depende de a obra utilizada não se confundir com a obra de quem a utilize e/ou de a utilização ser tão extensa que prejudique o interesse por essas obras (art. 76º, 2). Assim é, por exemplo, nos casos em que se admite a reprodução de obras para fins de informação por extracto ou em forma de resumo, ou em relatos de acontecimentos de actualidade, bem como a reprodução e comunicação ao público para fins de ensino, ou a reprodução para arquivo, a inserção de

citações ou resumos de obras alheias, quaisquer que sejam o seu género e natureza, em apoio das próprias doutrinas ou com fins de crítica, discussão ou ensino (art. 75º, 2-e/f/g/h).

O direito de citação, previsto no art. 10º da Convenção de Berna, deve ser exercido em respeito pelos bons costumes, embora se ‘for objectivamente justificada, nenhum limite de extensão lhe pode ser imposto’ (Ascensão 1992, 218-9). Entre outros limites, a lei portuguesa permite ainda, relativamente a obras não disponíveis no comércio ou de obtenção impossível, a sua reprodução pelo tempo necessário à sua utilização, se for realizada para fins de interesse exclusivamente científico ou humanitário (art. 81º-a).

Finalmente, a lei portuguesa fere de nulidade toda e qualquer cláusula contratual que vise eliminar ou impedir o exercício normal pelos beneficiários das utilizações livres. Ou seja, as utilizações livres são consideradas imperativas, no sentido de que impõem limites à liberdade contratual. Todavia, a utilização livre não impede que os titulares de direitos adoptem medidas técnicas de protecção que controlem o acesso às obras nem os obriga a facultar acesso às obras relativamente para todas e quaisquer utilizações livres.

## 2.2. Harmonização da liberdade de utilização

Tal como permitido pela Directiva 2001/29, o CDADC consagrou, em condições restritas, a liberdade de actos de reprodução e de comunicação ao público para fins de ensino (art. 75º, 2-f). Todavia, esta liberdade de utilização para fins de ensino pode ser eclipsada por medidas técnicas de protecção, esvaziando-se o conteúdo útil dessa utilização livre no ambiente electrónico.

Vários estudos têm sido dedicados ao problema da neutralização das excepções aos direitos de autor (e do interesse público que prosseguem) através dos mecanismos tecnológicos de protecção e das licenças contratuais de utilização final, e à questão da natureza imperativa dessas excepções. Da nossa parte, pronunciamos-nos, por ocasião dos trabalhos preparatórios da Directiva 2001/29 sobre direitos de autor na sociedade da informação, contra o eclipse por via contratual e/ou tecnológica dos fins de interesse geral que limitam os direitos de autor (Pereira, 2001: 786-7).

Não obstante, ao contrário das Directivas 91/250 (*software*) e 96/9 (bases de dados), a Directiva 2001/29 não estabeleceu o carácter imperativo das excepções aos direitos de autor. Para além de definir o conteúdo positivo dos direitos de autor que consagrou (reprodução, distribuição e comunicação ao público), a directiva pretendeu, de igual modo, delimitar o seu recorte negativo, mediante uma ‘enumeração exaustiva’ das excepções permitidas (considerando 32). São previstas excepções ao direito de reprodução (art. 5º, 2) e excepções comuns ao direito de reprodução e ao direito de comunicação ao público (art. 5º, 3).

Seguindo a estrutura definida logo na proposta inicial, as excepções são taxativamente tipificadas, devendo os Estados-membros limitar-se a escolher, dentro do *menu* disponível pré-definido, quais as que se adaptam às suas tradições nacionais. De todo o modo, as excepções tradicionalmente admitidas no ambiente analógico não valem *ipso facto* no ambiente digital, tanto mais que neste ambiente predomina a nova figura da comunicação ao público a pedido, cujas excepções são todas elas recortadas, de novo, pela directiva comunitária.

Além disso, a concretização das excepções fica sujeita à regra dos três passos, no sentido de só poderem ser aplicadas a certos casos especiais e não poderem ser interpretadas de forma a prejudicarem de modo injustificável os legítimos interesses dos titulares dos direitos ou a obstarem à exploração normal das suas obras ou outro material. Retoma-se, deste modo, a cláusula geral da Convenção de Berna (art. 9º, 2), também consagrada no Acordo ADPIC (art. 13º) e nos novos Tratados OMPI sobre direitos de autor e conexos (artigos 10º e 16º, respectivamente). Nas suas Declarações Acordadas, estes últimos reconhecem às partes contratantes a liberdade de manutenção das excepções tradicionais, que tenham sido consideradas aceitáveis segundo a Convenção de Berna, e a possibilidade de adopção de novas excepções adequadas ao ambiente de rede digital.

A Directiva 2001/29 comprime esta salvaguarda, já que uniformiza as excepções e limites aos direitos exclusivos, retirando aos Estados-membros a possibilidade de adequarem livremente os direitos de autor às suas políticas nacionais de educação, cultura, informação e outros fins de interesse geral. Além disso, a Directiva 2001/29 insere-se numa linha de mercantilização dos direitos de autor, cuja matriz é o Acordo ADPIC, administrado pela OMC. A subordinação das excepções dos direitos de autor aos interesses do comércio mundial faz com que, no silêncio da letra da lei, caiba ao intérprete o ónus da justificação da excepção.

### 2.3. Sociedade da informação ‘a duas velocidades’ e a ‘balança dos três passos’

230

As exigências do mercado interno, em especial na sociedade da informação, justificaram, na óptica do direito comunitário, que as excepções e limitações fossem definidas de uma forma mais harmonizada. Desde logo, seria necessário sujeitar as excepções e limitações tradicionais às especificidades da sociedade da informação, tal como se lê no considerando 31, 2º período: ‘As excepções ou limitações existentes aos direitos estabelecidos a nível dos Estados-membros devem ser reapreciadas à luz do novo ambiente electrónico.’

A Directiva 2001/29 estabelece uma lista exaustiva e opcional de limites possíveis ao direito de reprodução (art. 5º, 2 e 3) e ao direito de comunicação ao público (art. 5º, 3). Fala-se, a propósito, num regime de direitos de autor para uma sociedade da informação ‘a duas velocidades’ (Lamouline/Poullet, 1997: 15). A primeira refere-se ao ambiente analógico e significa, basicamente, a conservação do recorte negativo do direito de autor, tal como operado pelas legislações internas dos Estados-membros. A segunda refere-se ao ambiente digital e traduz-se, sucintamente, numa lista mais apertada de limitações, para além de exaustiva e de adopção facultativa. O funcionamento a ‘duas velocidades’ dos limites ao exclusivo é acentuado pela protecção das medidas técnicas de protecção.

Por outro lado, a aplicação das excepções aos direitos exclusivos fica sujeita ao teste dos três passos, nos termos do qual as excepções e limites só se aplicam em certos casos especiais que não entrem em conflito com a exploração normal da obra ou outro material e não prejudiquem irrazoavelmente os legítimos interesses do titular do direito (art. 5º, 5). Assim, a Directiva 2001/29 converteu a regra dos três passos da Convenção de Berna (art. 9º, 2), de critério dirigido aos signatários (Estados) da Convenção a cláusula geral de interpretação ao nível da decisão dos casos concretos, à semelhança do que anteriormente já fizera no domínio da protecção jurídica dos programas de computador e das bases de dados (Pereira 2001, 627-8).

A subordinação das limitações aos direitos de autor à regra dos três passos decorre também do Acordo ADPIC/TRIPS, o qual se norteia em primeira linha pelos interesses do comércio mundial, a julgar pela decisão de 15 de Junho de 2000, relativa ao art. 110/5 da lei do *copyright* dos EUA, nos termos da qual o critério da exploração normal envolvia a necessidade de considerar as formas de exploração que geram actualmente proventos para o autor, bem como as que, com toda a probabilidade, são capazes de ter importância no futuro.



A regra dos três passos poderá conferir aos tribunais uma margem de liberdade para adequarem as excepções às circunstâncias do caso concreto, funcionando, nessa medida, em termos semelhantes à doutrina norte-americana do *fair use*. Todavia, a Directiva 2001/29 forneceu no preâmbulo um manual de instruções sobre a interpretação das excepções, que poderá comprometer essa margem de liberdade, apesar do carácter não vinculativo dos preâmbulos. Pense-se, nomeadamente, na liberdade de reprodução para arquivos e bibliotecas, que não vale no ambiente electrónico em linha. ‘Tal excepção ou limitação não deve abranger utilizações no contexto do fornecimento em linha de obras ou outro material protegido’, lê-se no considerando 40. Neste sentido, o *Oberlandesgericht München* na decisão *Kopienversand* de 10 de Maio de 2007 decidiu que uma biblioteca pública que presta um serviço de entrega de documentos, incluindo a feitura de fotocópias e a distribuição de artigos protegidos através de e-mail ou FTP a pedido dos seus utilizadores, viola o direito de reprodução, não sendo essa utilização abrangida também pela excepção de cópia privada.

Além disso, a excepção para fins de investigação pedagógica e científica é também rodeada de grandes cautelas, conforme resulta do considerando 42: na ‘aplicação da excepção ou limitação para efeitos de investigação pedagógica e científica não comercial, incluindo o ensino à distância, o carácter não comercial da actividade em questão deverá ser determinado por essa actividade propriamente dita. A estrutura organizativa e os meios de financiamento do estabelecimento em causa não são factores decisivos a esse respeito’.

#### 2.4. Os direitos de autor como restrição à liberdade de circulação de informação na Internet

A Internet foi anunciada como a super auto-estrada da informação, uma vez que permitiria a circulação sem fronteiras e quase instantânea dos mais variados conteúdos informativos (textos, imagens, músicas, filmes, *software*, bases de dados, i.e. todos os bens susceptíveis de expressão em forma numérica ou digital).

Todavia, por vezes os sonhos de uns são os pesadelos de outros. Com efeito, verificados os requisitos de protecção, os bens informacionais são objecto de direitos exclusivos de exploração económica, que lhes permitem proibir a reprodução, distribuição e comunicação ao público das obras e prestações protegidas. Por exemplo, no caso *Google*, relativo a digitalização e divulgação de obras, o Tribunal de Grande

Instância de Paris decidiu que ao digitalizar e disseminar pela Internet de obras, ainda que raras, de autores franceses sem prévia autorização dos titulares de direitos, a Google estaria a infringir os direitos autorais (TGI Paris, 18/12/2009).

Para saber de que modo o direito autoral restringe a liberdade de circulação de informação na Internet, importa ainda considerar o papel dos provedores de Internet (os chamados Internet Service Providers), que são chamados a desempenhar um papel decisivo na busca de um equilíbrio entre as forças em tensão.

### § 3. O papel dos prestadores de serviços da Internet na circulação da informação

No direito da União Europeia, à semelhança da solução anteriormente adoptada nos EUA (DMCA), a directiva sobre comércio electrónico (2000/31) estabeleceu três tipos de isenção de responsabilidade dos ISP por actividades dos utilizadores dos serviços, a saber, quando actuem meramente como meros transportadores da informação (*mere conduit*), quando procedam à armazenagem temporária da informação com vista a facilitar o seu acesso e transmissão (*caching*), e ainda quando realizem armazenagem em servidor (*hosting*), não sendo o provedor de Internet responsável quando não saiba nem deva razoavelmente saber que os conteúdos aí alojados pelos utilizadores dos seus serviços são ilícitos.

#### 3.1. Controlo prévio da actividade dos utilizadores?

A propósito disto podemos registar duas interessantes decisões relativas ao YouTube. Uma, do Tribunal ordinário de Roma (de 15/11/2009) condenando a YouTube por não ter removido vídeos (programas de televisão) colocados pelos seus utilizadores depois de ter sido notificado sobre a existência de conteúdos protegidos pelos direitos autorais; outra, de um tribunal de Madrid (Setembro de 2010), não condenando o YouTube por *culpa in vigilando* relativamente à colocação por parte dos seus utilizadores de séries televisivas, de que não tinha nem devia ter conhecimento, designadamente por impossibilidade técnica de controlo prévio.

Uma outra questão que se suscita nesta tensão entre direitos autorais e acesso à Internet é saber se o tribunal pode ordenar ao ISP que comunique aos titulares de

direitos a identidade e o endereço de titulares de contas de acesso suspeitos de praticarem infracções aos direitos de autor. No acórdão *Promusicae v Telefonica* (29/1/2008), O Tribunal de Justiça da União Europeia decidiu que o direito comunitário não impõe nem proíbe que a legislação dos Estados-membros estabeleça essa medida, mas ressaltou que, caso o façam, deverão atender às exigências do princípio da proporcionalidade. Na sequência desta decisão, a Suécia adoptou legislação que confere ao titular de direitos de autor o direito de obter o endereço de IP do alegado infractor.

Para além da divulgação dos dados dos titulares de conta, coloca-se ainda a questão de saber se o provedor de Internet poderá ser obrigado a instalar filtros de monitorização e bloqueio de conteúdos protegidos. Essa foi a questão apresentada ao Tribunal de Justiça no caso *Scarlet v Sabam*, em que o tribunal de recurso de Bruxelas questionou se, de acordo com o direito comunitário, os Estados-membros podem investir os tribunais no poder de ordenar aos ISP, por sua conta e por duração ilimitada, a implementação de mecanismos de monitorização e filtragem de tráfico de modo a prevenir infracções aos direitos de autor. E, em caso positivo, se devem essas medidas atender ao princípio da proporcionalidade em matéria de eficácia das medidas.

O tribunal de 1ª instância de Bruxelas respondeu afirmativamente, apoiando-se na Directiva 2001/29 (art. 8/3) e na Directiva 2004/48. Todavia, o tribunal de recurso (Cour d'Appel 28/1/2010), na dúvida sobre a conformidade dessa medida com o direito comunitário (Directiva 2000/31; Directivas 95/46 sobre dados pessoais e 2002/58 sobre privacidade nas comunicações electrónicas, e ainda artigos 8 e 10 da CEDH), submeteu um pedido prejudicial ao TJ, cuja resposta é aguardada com expectativa. Todavia, face ao teor das disposições das referidas directivas, dificilmente o Tribunal Europeu permitirá a confirmação a decisão do tribunal de 1ª instância de Bruxelas.

Não obstante, deve referir-se que a Directiva 2001/29 sobre direitos autorais na sociedade da informação estabelece a exclusão de certos actos transitórios do conceito de reprodução, no sentido de não os abranger no direito exclusivo de exploração económica. Chamado a esclarecer o conceito de acto de reprodução transitório, o Tribunal de Justiça no caso *Infopaq* (C-5/08, 16/7/2009) decidiu que, para um acto de reprodução ser transitório e por isso excluído do direito de reprodução (art. 5º/1 da Directiva 2001/29), a reprodução em causa deve ser automaticamente apagada da

memória do computador logo que o processo tecnológico que a permite esteja concluído, sem a intervenção do utilizador.

234

### 3.2. Motores de pesquisa e hiperligações

O acesso aos sites da Internet e à informação que eles contêm é deveras facilitado pelos motores de pesquisa, que apresentam listas de resultados com hiperligações para os *sites* que contenham descritores (*meta-tags*) correspondentes aos termos de pesquisa. De igual modo, o fornecimento directo de hiperligações também facilita a navegação na Internet e o acesso aos sítios.

Estas possibilidades tecnológicas geram, todavia, tensão com os direitos autorais e outras formas de propriedade intelectual. Regista-se, não obstante, uma tendência geral da jurisprudência no sentido da não proibição destes instrumentos de busca na Internet (TJ, 23/3/2010, Google Adworks – licitude de fornecimento de metadados; BGH 29/4/2010 - licitude de miniaturização de imagens na lista de resultados do motor de pesquisa da Google; *Sharemula*, Audiencia Provincial Madrid, 11/9/2008; *Edonkey/Emule*, Juzgado de lo Mercantil n.7 Barcelona 9/3/2010, não condenação do site elrincondejesus.com por oferecer em acesso livre e sem contrapartidas económicas *links* para *software* de *download* P2P)

Todavia, os ISP podem perder o benefício da isenção de responsabilidade quando induzam os utilizadores dos seus serviços a cometer infracções extraindo daí vantagens económicas, designadamente na forma de receitas publicitárias (STJ Dinamarquês 26/11/ 2008, The Pirate Bay; BGH 15/1/2009; Rechtbank Utrecht, 26/8/2009 - Mininova.org; Rechtbank Amsterdam, 22/10/2009 – ThePirateBay). Outros tribunais chegam a condenar os *sites* não apenas por indução à infracção aos direitos de autor mas inclusive por violação directa dos direitos (Corte Suprema di Cassazione 29/9/2009; High Court do Reino Unido 29/3/2010 - Twentieth century Fox et al. / Newzbin; Tribunal de Recurso de The Hague 2/6/2010).

Estas decisões mostram, por conseguinte, que as isenções legais de responsabilidade de que beneficiam os ISP têm limites, não podendo ser usadas como escudos ilimitados contra as infracções aos direitos de autor. Para além das situações em que são também responsáveis, os ISP estão ainda sujeitos a injunções específicas relativamente a infracções cometidas pelos utilizadores dos serviços, ainda que estes não sejam pro-

cessados. Por exemplo, na decisão de 27 de Maio de 2010, o STJ dinamarquês pronunciou-se no sentido de que o prestador de acesso deve bloquear o acesso por parte dos seus utilizadores ao *site The Pirate Bay*, considerado uma via de violação em massa de direitos autorais. Igual possibilidade foi afirmada pelo Tribunal de Recurso de Amesterdão, na decisão de 29 de Julho de 2010, relativa ao *site The Pirate Bay*.

### 3.3. Corte ou suspensão do acesso à Internet

Para além do bloqueio de acesso a um *site* específico, coloca-se ainda a questão de saber se será lícito cortar ou suspender a conta de acesso à Internet de um utilizador que seja utilizada para cometer infracções aos direitos autorais. Essa é, no fundo, a solução que a lei francesa consagra, sendo alvo de muitas críticas, em especial por se considerar uma medida excessiva. Tanto mais que estabelece uma espécie de responsabilidade objectiva por parte dos titulares da conta de acesso. Não obstante, é curioso registar que as soluções da lei francesa encontram eco em decisões de tribunais de outros Estados Membros. Por um lado, na questão da responsabilidade pela utilização da conta de acesso, o Oberlandesgericht Köln decidiu em 23/12/2009 que os pais são responsáveis pelos danos causados pelos seus filhos menores quando oferecem música protegida pelo direito autoral através de redes de partilha de ficheiros utilizando a conta de acesso à Internet de que são titulares os pais. Por outro lado, o Supremo Tribunal de Dublin na decisão de 16/4/2010 considerou válido o ‘Esquema de Resposta Gradual’ incluído nos acordos entre ISP e os seus utilizadores, nos termos do qual o ISP deve avisar por duas vezes o alegado infractor de direitos autorais antes de, à terceira, bloquear o acesso à rede. Na opinião do tribunal o IP não constitui dado pessoal nem tal esquema conflitua com a liberdade de expressão dos utilizadores.

Assim, verifica-se que, para além de restrição à liberdade de circulação de informação na Internet, o direito de autor pode justificar o corte ou a suspensão da ligação à Internet. Essa foi a solução apontada pela Lei HADOPI em França bem como pela Lei da Economia Digital no Reino Unido. Ao invés da suspensão de acesso à Internet poder-se-ia equacionar uma medida menos gravosa para as liberdades fundamentais da comunicação, como seja a redução da velocidade de acesso, tanto mais que na Finlândia já se proclama o direito de acesso IMB à Internet como direito

fundamental. De que forma conciliar o direito de acesso à Internet com a suspensão de acesso à rede em nome dos direitos de autor?

A Lei ‘Hadopi’, de 12 de Junho de 2009, foi alterada em Setembro do mesmo ano na sequência da decisão do Conselho Constitucional francês que considerou inconstitucionais alguns dos seus normativos, designadamente a possibilidade de a suspensão de acesso ser decretada por uma autoridade administrativa. Embora baptizada ‘Création et Internet’, esta lei ficaria conhecida por lei HADOPI em virtude de ter instituído uma Alta Autoridade para a difusão das obras e a protecção dos direitos na Internet. ‘Hadopi’ é justamente o acrónimo de ‘Haute autorité pour la diffusion des oeuvres et la protection des droits sur l’internet’.

Esta lei prevê um esquema de resposta gradual sob supervisão da referida Autoridade: 1º aviso; 2º aviso; 3º suspensão de acesso até um ano. Na prática, esta lei impõe ao titular da conta de acesso à Internet um dever de vigilância da sua utilização, que se traduzirá provavelmente na instalação de *software* de monitorização e filtragem de conteúdos. Além disso, sujeita a navegação na Internet a um controlo administrativo, instituindo uma espécie de ‘polícia da Internet’. Todavia, trata-se de uma polícia sem poderes de investigação, cabendo aos titulares de direitos proceder à recolha de dados que indiciem ou comprovem utilizações ilícitas, o que previsivelmente farão com recurso a detectives privados electrónicos (*sworn agents*). Além disso, a lei acarreta sobre o titular da conta de acesso uma presunção de culpa relativamente aos ilícitos de direitos autorais que sejam cometidos por seu intermédio. Finalmente, estabelece a ‘pena’ de exclusão temporária (suspensão) da rede aos titulares de conta que não tomem medidas de segurança da sua conta, após terem já recebido por duas vezes avisos para o efeito. A suspensão do acesso à Internet tem que ser ordenada por autoridade judicial, embora possa ser decretada como medida judicial *ex parte*, isto é, sem audição do titular da conta, e não afecta a subsistência do contrato com o ISP, designadamente no que respeita ao pagamento do serviço contratado. Além disso, o titular da conta fica inibido de obter novo acesso através de outro ISP, estando sujeito a sanções pecuniárias, caso o faça.

A lei Hadopi, a que se seguiu no Reino Unido a Lei da Economia Digital (UK Digital Economy Act), insere-se numa linha de reforço da protecção dos direitos autorais, em especial no ambiente em linha. Neste contexto, pode ainda registar-se a proposta de Directiva IP Enforcement II (IPRED2) e a preparação de um instru-

mento internacional, o Acordo comercial anti-reprodução (ACTA Anti-Counterfeiting Trade Act). Entre outras medidas, este Acordo estabeleceria que, para beneficiar de isenção, os ISP teriam que fornecer aos titulares de direitos os dados dos titulares de conta suspeitos de práticas ilícitas, os quais são responsáveis pela utilização que é feita da sua conta, passível de ser suspensa.

Trata-se de medidas especialmente gravosas, já que implicam a exclusão, ainda que temporária, do acesso à Praça da República electrónica, por onde passa cada vez mais a cidadania e o exercício de direitos fundamentais da comunicação, incluindo a aprendizagem.

#### § 4. A compensação equitativa pela reprodução

Uma questão candente nesta problemática diz respeito à chamada compensação equitativa pela reprodução, que procura estabelecer um equilíbrio entre os interesses dos titulares de direitos de autor e as formas de utilização livre que se destinam a promover fins de interesse geral como a aprendizagem, a investigação e a liberdade de informação. Aguarda-se, neste domínio, uma iniciativa legislativa. Com efeito, o 'GPEARI procede actualmente ao estudo da eventual revisão da designada *lei da cópia privada*, aprovada pelas leis nº 62/98, de 1 de Setembro, e 50/2004, de 24 de Agosto. Prevê-se que o termo do trabalho, ao nível técnico, seja alcançado até ao final do corrente ano. O objectivo geral é o de vir a adequar a lei da cópia privada ao ambiente digital, assegurando, com equilíbrio, uma justa e legítima defesa dos interesses dos titulares de direitos' (<http://www.gpearl.pt/>).

De um modo geral, somos favoráveis a esta iniciativa. Com efeito, tendo a lei portuguesa (Lei 50/2004), por ocasião da transposição da Directiva 2001/29, reiterado a liberdade de cópia privada (consagrando até um direito imperativo à cópia privada), independentemente do suporte, deveria, em contrapartida, ter concedido aos titulares de direitos uma compensação equitativa - tal como aliás já prevista no Código de 1985 embora só tardia e infelizmente regulamentada - independentemente, de igual modo, do suporte. É isso que resulta claramente da letra e do espírito da Directiva 2001/29 (art. 5º, 2-a/b, e preâmbulo).

Ao excluir dessa compensação os equipamentos digitais e muitos suportes digitais, a lei portuguesa terá criado um benefício fiscal para a sociedade da informação,

louvando-se porventura na jurisprudência do TC que atribuiu natureza fiscal à referida compensação. Todavia, parece-nos que dificilmente serão concebíveis tributos cujos titulares sejam sujeitos privados (autores e outros titulares de direitos). E mesmo que não se entenda que a compensação é globalmente um tributo, a afectação de uma percentagem das receitas da compensação a um fundo cultural poderá significar a aplicação de uma medida fiscal numa remuneração privada, pelo que os autores e outros titulares de direitos serão afinal os seus sujeitos passivos. O que, no mínimo, é problemático. Seria importante o legislador fazer opções claras e definir à partida, com rigor, que tipo de instrumento está em causa, qual é a sua natureza, o que não é questão esdrúxula em termos de regime jurídico.

De todo o modo, a iniciativa virá fazer alguma justiça neste sector e colmatar uma lacuna de transposição da Directiva 2001/29 para o ordenamento jurídico português. Da nossa parte, temos defendido a necessidade de alteração da lei da cópia privada (Lei 62/98) de modo a abranger equipamentos e outros suportes digitais. A Lei 50/2004 deu, é verdade, um passo importante no sentido da efectivação da compensação devida pela reprodução. Mas, terá sido um passo curto para os autores e outros titulares de direitos, já que isentou boa parte do arsenal tecnológico da sociedade da informação (Pereira, 2008).

Pelas mesmas razões, a iniciativa poderá ficar aquém do desejável, se isentar equipamentos de crescente importância na sociedade da informação, como sejam as novas gerações de telemóveis. Talvez fosse melhor isentar apenas os telemóveis com reduzida capacidade de gravação de ficheiros (e.g. inferior a 1 GB). Seria no mínimo estranho deixar de fora dispositivos, ditos híbridos, que são promovidos sobretudo pela sua capacidade de reprodução de ficheiros e de navegação na Internet.

Por outro lado, da compensação pela reprodução em suporte electrónico não deveriam ser excluídas as obras escritas. Tanto mais que tais obras são cada vez mais objecto de cópias digitais em massa através da Internet, tendo em conta as suas extraordinárias potencialidades enquanto meio de difusão do saber e do acesso à educação.



## Conclusão

A análise precedente mostra que a anunciada Internet como espaço de liberdade de informação e ferramenta ao serviço da educação está ainda longe de ver a sua consumação. É crescente a caracterização da Internet como espaço público com o consequente fim da privacidade no ambiente digital. Anuncia-se o advento do panóptico ciberespacial e questiona-se até que ponto o direito autoral, o direito da criação intelectual não estará transformado em instrumento de repressão informacional, legitimando inclusivamente a exclusão, ainda que temporária, do acesso à Praça da República electrónica, i.e., à Internet.

Em alternativa, um sistema de compensação pela reprodução poderia contribuir para uma maior flexibilidade da utilização das obras protegidas para fins de interesse geral, designadamente educação, investigação, ensino e aprendizagem, reservando ao mesmo tempo uma compensação para os titulares de direitos.

## Bibliografia:

- Ascensão, José de Oliveira, *Direito Civil – Direito de Autor e Direitos Conexos*, Coimbra Editora, Coimbra, 1992.
- Bebiano, Rui, *A Biblioteca Errante: Itinerários da leitura na era digital*, in *O Livro e a Leitura*, Revista de História das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- Biblioteca Nacional, *Direito de autor em Portugal: um percurso histórico*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Direcção Geral dos Espectáculos, Lisboa, 1994.
- Fechner, Frank, *Geistiges Eigentum und Verfassung (Schöpferische Leistungen unter dem Schutz des Grundgesetzes)*, Tübingen, Mohr Siebeck, 1999.
- Marcos, Rui de Figueiredo, 'O «*ius politiae*» e o comércio – A idade publicística do direito comercial', in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares*, FDUC, Coimbra Editora, 2001.
- Machado, Jónatas, *Liberdade de Expressão - Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.
- Levinson, Paul, *A Arma Suave. História Natural e Futuro da Revolução da Informação*, trad. J. Freitas e Silva do original *The Soft Edge*, 1997, Bizâncio, Lisboa, 1998.
- Pereira, Alexandre Dias, *Direitos de Autor e Liberdade de Informação*, Coimbra, Almedina, 2008.
- Pereira, Alexandre Dias, *Informática, Direito de Autor e Propriedade Tecnodigital*, Coimbra, Coimbra Editora, 2001.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A PERSPECTIVA DO PARTIDO REPUBLICANO ITALIANO SOBRE A REVOLUÇÃO DE ABRIL:  
O ENTENDIMENTO DO 11 DE MARÇO**

**Introdução**

Persuadir, recorrendo às razões invocadas, constitui o exercício basilar quando se pretende obter a adesão de um auditório. A comunicação argumentativa visa, por um lado, conservar e conquistar o assentimento “puramente intelectual” e, por outro, “incitar à acção”, ou em última análise “criar uma disposição para a acção”<sup>358</sup>. Processo que implica o reconhecimento de um interlocutor.

Os jornais partidários e os géneros jornalísticos opinativos (editorial, comentário, crónica) utilizados nas demais categorias da imprensa escrita, desempenham um papel fundamental para difundir uma determinada percepção do mundo social. Não vinculados aos comprometimentos deontológicos associados à imprensa independente ou de informação, os quotidianos político-partidários cumprem a tarefa de transmitir a mensagem dos grupos políticos que os criam e colocam nas bancas. O seu discurso remete, nesta perspectiva, para o desempenho da autoridade institucional. Isto é: o jornal é encarado como actor e instrumento de luta política.

O discurso dos órgãos oficiais dos partidos traduz as ideias de um grupo de poder, normalmente dirigidas a outro grupo de poder, imprensa e partidos. Para além do universo dos leitores. São narrativas que, legitimando estratégias políticas, orientam a formação da opinião e discorrem sobre eventos e actores parcelares sem a obrigatoriedade de os estruturar num todo coerente.

---

<sup>358</sup> PARELMAN, Chaïm – *O império retórico: retórica e argumentação*. Lisboa: Ed. ASA, 1999, p. 31.

Neste artigo pretendemos caracterizar o enquadramento (*framing*) dos textos de *La Voce Repubblicana*, jornal do Partido Republicano Italiano (PRI), face aos acontecimentos decorrentes do golpe militar de 11 de Março de 1975, um dos momentos críticos da Revolução de Abril. Procuramos elementos explicativos no sentido de determinar os principais argumentos invocados perante a audiência (elites políticas e leitores). Portanto, identificar os fundamentos do PRI na disputa, como diz Pierre Bourdieu, pelo “poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e fazer reconhecer”<sup>359</sup>.

A acção militar de 11 de Março desencadeou uma nova etapa no processo revolucionário português e motivou um “salto qualitativo gigantesco”, originando a “sobreposição do poder político ao económico” e a “inflexão à esquerda” que um conjunto de medidas representou<sup>360</sup>. A vaga de nacionalizações e, sobretudo, a suspensão da actividade política de três partidos, entre os quais o Partido da Democracia Cristã (PDC), produziu um autêntico vendaval nos círculos políticos e intelectuais italianos. Os decretos do Conselho da Revolução avolumaram a desconfiança dos partidos com assento parlamentar relativamente à natureza democrática do regime de Lisboa.

Desde o início de 1975 que a *Rivoluzione dei Garofani* cimentava o seu carácter excepcional no âmbito da imprensa italiana. O impacto mediático foi ainda potenciado pela interferência, desejada, dos acontecimentos portugueses ao nível da política interna. Episódios que se prolongaram no tempo e cujos clímaxes eclodiram, em 1975, aquando do XIV Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI) e da campanha para as eleições administrativas e regionais de 15 de Junho.

O dia 18 de Março de 1975, altura em que se tornou público o afastamento do PDC do major Sanches Osório, marcou o início da conferência comunista. A reunião destinada a debater o *compromisso histórico*<sup>361</sup> de Enrico Berlinguer foi atropelada pelas temáticas dimanadas da Revolução de Abril e pela instrumentalização política encetada pela Democracia Cristã italiana (DC). Logo na sessão inaugural, os dele-

<sup>359</sup> BOURDIEU, Pierre – *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 174.

<sup>360</sup> REZOLA, Maria Inácia – *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006, p. 153.

<sup>361</sup> Propunha a aliança entre as forças que representavam o povo italiano, do proletariado aos camponeses, dos católicos aos laicos. Pretendia uma coligação com a DC e com o Partido Socialista. O *compromisso histórico* ambicionava salvar uma democracia ameaçada pelo radicalismo, tanto à direita como à esquerda.

gados da DC abandonaram o congresso do PCI em sinal de protesto pela decisão dos militares lusitanos e, de acordo com o *Popolo*<sup>362</sup>, “em solidariedade com os amigos portugueses injustamente atingidos pela reacção furiosa dos militares fanáticos e dos comunistas amedrontados com a resposta do voto popular”<sup>363</sup>.

A *questão portuguesa* alterou o ritmo e os conteúdos da *praxis* política italiana. Motivou acesas polémicas entre intelectuais. Conduziu os órgãos de comunicação e os actores políticos a dissemelhantes chaves de leitura e representações da mundividência. E agitou o debate e a política internacional. Segundo o semanário romano *L'Espresso*, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, considerava que “um Portugal comunista e inserido na Nato [poderia] encorajar a Itália a abrir as portas do governo aos comunistas”<sup>364</sup>.

Integrando os elementos unificantes que articulavam a estrutura do sistema político do país de Garibaldi, baseado em alianças de partidos e classes sociais, o PRI participou activamente nas polémicas derivadas da transição democrática portuguesa. No final desse conturbado mês de Março, os deputados republicanos chegaram a interpelar o presidente do Conselho e os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa. Queriam perceber de que forma e quando é que se apresentava “ao Governo de Lisboa a profunda emoção da opinião pública italiana pelos recentes desenvolvimentos da situação interna portuguesa”<sup>365</sup>.

## Metodologia

O *corpus* analisado foi publicado entre 12 e 25 de Março de 1975. Período que medeia o aparecimento de artigos centrados nos acontecimentos decorrentes do golpe militar e a tomada de posição do Conselho Nacional do PRI, sob a forma de documento, em relação aos factos portugueses e às suas repercussões em Itália.

<sup>362</sup> Órgão oficial da Democracia Cristã.

<sup>363</sup> *Il Popolo*, 20 de Março, 1975, capa.

<sup>364</sup> *L'Espresso*, 4 de Maio, 1975, p. 44.

<sup>365</sup> *La Voce Repubblicana*, 28 de Março, 1975, capa.

Seleccionámos 17 textos que, recorrendo à terminologia de Yves Agnès<sup>366</sup>, remetem para quatro tipos de géneros jornalísticos, agrupados em duas categorias: narrativas (reportagem) e comentários (editorial, crónica, comentário). Por comodidade expositiva substituímos o *género comentário* por *nota política*. Não alterando, porém, o significado: artigo de opinião que se ocupa apenas de um assunto, frequentemente, o mais importante do dia, surgindo também como complemento de reportagem<sup>367</sup>.

A análise assentou na dimensão *ilocutória* dos actos de fala, enquanto produção de determinados enunciados que, implícita ou explicitamente, remetem para certas acções: por exemplo, *advertir*, *sugerir* ou *ordenar*<sup>368</sup>. Pretendemos então desconstruir a moldura interpretativa (*frame*) que produziu o discurso republicano sobre um momento fracturante do Processo Revolucionário Em Curso (PREC). Ou seja, discurrir acerca do elemento que confere sentido, segundo Goffman, às situações “construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo neles”<sup>369</sup>.

### Partido Republicano Italiano: resistência à erosão do tempo

Ainda antes de se apresentar como uma força política organizada no primeiro congresso de 1895, em Bolonha, o histórico Giuseppe Mazzini já anunciava alguns valores caros ao republicanismo do século XIX: direito ao trabalho e à educação e defesa da liberdade<sup>370</sup>. O início da centúria novecentista deu a conhecer um PRI mais direccionado para a afirmação de uma “civilização agrária” em detrimento de uma concepção social proletária<sup>371</sup>. A escassa penetração nas classes trabalhadoras industriais ajudou a explicar este posicionamento.

<sup>366</sup> AGNÈS, Yves – *Manuel de Journalisme - écrire pour le journal*. Paris: Éditions La Découverte & Syros, 2002, p. 197.

<sup>367</sup> MURIALDI, Paolo – *Come si legge un giornale*. Roma: Laterza, 1976, p.47.

<sup>368</sup> AUSTIN, John Langshaw – *How to do Things with Words*. London: Oxford University Press, 1978, p. 99.

<sup>369</sup> GOFFMAN, Erving – *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986, pp. 10-11.

<sup>370</sup> BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola – *Dizionario di politica*. Torino: UTET, 2004, p. 945.

<sup>371</sup> ROSSI, Elena Aga – *Il movimento repubblicano Giustizia e libertà e il Partito d'azione*. Bologna: Cappeli, 1969, p. 9.

A tradição republicana resistiu ao vinténio totalitário e, depois da luta contra a monarquia em nome da verdadeira república (1943-1946), começou a definir as bases que haviam de caracterizar a acção política no pós-guerra. Segundo Giovanni Spadolini, “um partido minoritário mas que soube manter a sua competência, a sua dignidade”<sup>372</sup>. De 1946 até 1991, ano que ditou o último assento governativo, o PRI participou em 24 governos de coligação. Em 1965, La Malfa assumiu a direcção política e deu seguimento ao cunho reformista que encetara ainda na década de cinquenta. Preocupou-se em conferir uma imagem de “esquerda democrática, moderna”, em sintonia com a “experiência da social-democracia nórdica”<sup>373</sup>.

La Malfa detinha uma renovada visão sobre o desenvolvimento socioeconómico e interpretava a industrialização italiana à luz de uma sociedade com novos problemas e exigências. O partido, laico, conotou-se consistentemente com as profissões intelectuais e liberais, com o empreendedorismo. Os anos setenta reforçam a ligação à Democracia Cristã. Entre 1974-1976, o PRI surge mesmo como o único aliado do governo de Aldo Moro, com cinco ministros e La Malfa no cargo de vice-presidente do Conselho.

Aproveitando os resultados de um estudo sobre a imagem psico-social do PRI, da autoria de Giancarlo Trentini e Cristina Bolla<sup>374</sup>, é possível isolar algumas características mencionadas pelos 72 entrevistados:

- partido pequeno (dos 3%) cuja opção situa-se mais no plano cultural; grupo restrito (“poucos mas bons”) que segue os seus programas em vez das massas e os outros partidos; imagem de rigor moral e administrativo, honestidade, competência tecnocrata (ligados às questões económicas); forte sentido europeísta, capacidade de mediação e valores tradicionais (família, pátria, heroísmo); possui consciência crítica;
- partido racional, equilibrado, avesso a extremismos; persegue uma imagem perfeita do mundo, rígida, mecanicista (“o menos italiano dos partidos italianos”); diz as verdades impopulares e não é demagógico, sectário ou fanático;

<sup>372</sup> FEDELE, Santi – *I repubblicani in esilio nella lotta contro il fascismo (1926-1940)*. Firenze: Le Monnier, 1989, p. 7.

<sup>373</sup> IGNAZI, Piero – “I partiti e la politica dal 1963 al 1992”, in *Storia d'Italia - L'Italia contemporanea dal 1963 a oggi*, Giovanni Sabbatucci e Vittorio Vidotto. Bari: Laterza, 1999, p. 120.

<sup>374</sup> TRENTINI, Giancarlo; BOLLA, Cristina – *Il P.R.I. - L'immagine psico-sociale di un partito politico*. Milano: Franco Angeli, 1983, pp. 161-178.

- fraca capacidade de manter relações (não apenas afectivas) com as massas; intransigente, austero e associado ao snobismo (superioridade moral); demasiado cultural; conservador; insiste em manter a distância entre aqueles que considera inferiores; partido complicado e com uma mensagem difícil de assimilar; incapaz de fazer algo sozinho; impede inutilmente a evolução de determinadas situações; por vezes baseia-se numa contra-ideologia que se traduz pela obsessão anti-religiosa.

*La Voce Repubblicana*: análise retórico-pragmática

*Edição 12 de Março, 1975 (nº 58, ano 55)*

Nota política (não assinada, capa, uma coluna): “A liberdade difícil”.

Refere que o golpe militar de 11 de Março era previsível e sublinha as “profundas divisões internas” já existentes, no final de Setembro de 1974, entre os militares que tornaram possível o 25 de Abril. Entende que, num “país pobre de estruturas civis”, a palavra mais importante cabe ao exército. Mas sustenta que forças políticas como o Partido Socialista (PS) de Mário Soares e o Partido Popular Democrático (PPD) de Francisco Sá Carneiro tiveram o “inegável mérito” de inserir um “cunho ‘civil’” no conflito entre as duas facções militares.

Avalia como irresponsável e criminal a violência despoletada contra a campanha eleitoral dos partidos democráticos. Saliencia que a situação é grave: se tivesse vencido a “direita” militar seria o regresso “à guerrilha, às repressões”; contrariamente, refere que os homens do Movimento das Forças Armadas (MFA) e os comunistas sentem legitimidade para executar saneamentos ao nível do exército e dos “partidos não alinhados” e, assim, proteger com “as armas e a prisão o regime ‘revolucionário’”. Usa a metáfora “é o ‘cão que morde a calda’” para aludir à “lição amarga de um país ainda demasiado longe da paz, da liberdade, da Europa”.

Crónica (n. a., p. 3, quatro col.): “Os riscos da democracia ‘tutelada’ pelos militares”

Considera sem fundamento as acusações dos “militares intransigentes” ligados à extrema-esquerda, para quem o general Spínola seria um homem ligado aos americanos e empenhado em “restituir um pouco de credibilidade ao regime para prosseguir a política conservadora”. Adianta que o general foi “talvez obrigado” a nomear



Vasco Gonçalves para presidir ao governo provisório, classificando-o como um homem muito ligado à esquerda e eventualmente ao Partido Comunista (PCP).

Reforça a ideia de que o PCP estava por detrás dos grupos de extrema-esquerda que se “manifestaram violentamente” contra o PPD no dia 3 de Novembro de 1974. Associa o PPD à Democracia Cristã italiana e deixa entender que a acção dos movimentos de extrema-esquerda processa-se em conformidade com os propósitos políticos do MFA e dos comunistas.

Aborda a aprovação do sindicato único, no início de 1975, enquanto medida que atribui ao PCP “o controlo da organização dos trabalhadores e contradiz todas as garantias dos militares acerca do pluralismo e do desenvolvimento democrático”.

***Edição 14 de Março, 1975 (nº 59, ano 55)***

Reportagem (n. a., capa, três col.): “Portugal: perde significado o voto”

Analisa o reforço dos poderes (legislativo e executivo) do MFA e a sua institucionalização como consequência dos acontecimentos do 11 de Março. Refere que não é clara a função dos dois órgãos criados para responder à nova situação política, o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA.

Menciona que, ao fortalecimento da ala radical do MFA e da extrema-esquerda, corresponde o esbatimento das forças políticas do centro e da direita depois da fuga de Spínola. Sustenta que o general do monóculo era o único homem em condições de coordenar um “consistente bloco moderado”.

***Edição 15 de Março, 1975 (nº 60, ano 55)***

Crónica (n. a., capa, duas col.): “Democracia sob tutela”

Comenta a *questão portuguesa* seguindo quatro linhas argumentativas: 1) golpe de 11 de Março; 2) consequências da acção falhada; 3) verdadeiros derrotados; 4) reacções da comunidade internacional.

1) Evoca duas explicações para a reacção militar, persuadindo o leitor para a segunda hipótese: “Foi uma tentativa no verdadeiro sentido ou alguns entre os mais aventureiros dos ‘spinolistas’ caíram numa armadilha que prejudicou inteiramente o lento trabalho de recuperação que o partido dos oficiais moderados estava executando com sucesso no exército?”. Apelando à compreensão de uma atmosfera caracterizada por tensões entre as facções militares, defende a *tese da armadilha* e refere que,

até a imprensa comunista e de extrema-esquerda, tem “embaraço em descrever a grave ameaça que afecta a democracia portuguesa”.

248

2) Acusa o MFA de se colocar “como tutor do povo, como pedagogo da ‘revolução’ e como juiz de mérito e legitimidade de qualquer acção política”. Antecipa a ilegalização de alguns partidos cujos programas são contrários ao entendimento dos militares. Recorre ao argumento da adição e à metáfora para desmontar a estratégia do MFA, considerando, à primeira vista, que este “jogou bem a bola” ao anular um elemento que poderia ameaçar a sua condição: “Portugal [...] não tem estruturas políticas e mentalidade protestante”; “Os ‘campesinos’ do Algarve, os muitos desertados do Alentejo teriam certamente votado ‘moderado’”; “O fatalismo e o messianismo da província lusitana são factores que poderiam jogar a favor de Spínola caso chegasse às eleições, mas hoje são um elemento passivo a favor de Costa Gomes e de Carvalho”.

3) Desvaloriza as eleições para a Assembleia Constituinte por não apresentarem “algum peso democrático”. Indica o PPD e o PS como os verdadeiros derrotados neste processo. Teme a eliminação política do primeiro. E ainda o enfraquecimento do segundo devido a um alinhamento de esquerda dominado pelo MFA.

Coloca o PPD no topo das preferências eleitorais e constrói as personagens Sá Carneiro e Pinto Balsemão com enunciados/adjectivos valorativos: “O seu líder era considerado elemento de precioso equilíbrio [...], Pinto Balsemão é tido como o maior jornalista português da actualidade”. Acusa o PCP de ter encorajado a violência de extrema-esquerda e profere uma verdade quase apodíctica quando se dirige ao secretário-geral comunista, Álvaro Cunhal: “Talvez começa a pensar que foi um gravíssimo erro pagar preços tão altos aos partidos de centro-esquerda. Ou então não o pensa. Em qualquer caso é tarde, também para ele”.

4) Assume uma posição de autoridade institucional ao mencionar que ninguém, em toda a Europa e mesmo no Este europeu, levou a sério as palavras de Otelo Saraiva de Carvalho<sup>375</sup> a propósito da suposta intromissão dos Estados Unidos no processo lusitano. Concluindo: “Os acontecimentos portugueses infligem outro duro golpe na estabilidade e na segurança dos equilíbrios europeus”.

---

<sup>375</sup> Comandante do Comando Operacional do Continente (COPCON).

Reportagem (n. a., capa, três col.): “A economia portuguesa sob o controlo do MFA”

Utiliza o argumento de probabilidade e socorre-se das informações da agência France Press para reforçar a ideia de que a acção de 11 de Março “poderá ter sido uma armadilha dos militares para eliminar o general Spínola”. Sublinha as crescentes “perplexidades sobre a consistência e a natureza da tentativa de sublevação militar”.

Observa que o Conselho da Revolução imprimiu uma viragem à esquerda, nacionalizando a banca e controlando quase toda a indústria nacional. Classifica a política do MFA como “maximalista”. Antecipa a hipótese da suspensão da actividade política do PDC e do Centro Democrático Social (CDS) à luz de uma estratégia conduzida pelo MFA com o intuito de eliminar uma aliança que, segundo as previsões, podia “obter muitos votos nas eleições” para a *Constituinte*.

***Edição 18 de Março, 1975 (nº 61, ano 55)***

Reportagem (n. a., capa, duas col.): “Grandes dificuldades para os socialistas”

Aborda as reuniões do Conselho da Revolução e as “frenéticas” consultas do primeiro-ministro Vasco Gonçalves no contexto da remodelação do governo. Destaca as dificuldades dos socialistas e refere que Soares “deixará seguramente o ministério dos negócios estrangeiros, talvez obrigado a aceitar um ministério sem pasta”.

Alude à crescente preocupação da NATO em relação à “rápida” mudança, à esquerda, da política dos militares, apoiada pelo PCP. Realça as garantias de Vasco Gonçalves a respeito dos compromissos internacionais que Portugal pretende cumprir. Mas logo desenha um quadro alarmante: “Os avanços russos para uma base no país parecem próximos de estar satisfeitos, com todas as implicações que isso inevitavelmente significa”.

Descreve o clima de insegurança que incide sobre determinados cidadãos, adiantando que foram presos “mais de cem homens de negócios, industriais, editores de jornais, funcionários conhecidos pela posição moderada”.

***Edição 19 de Março, 1975 (nº 62, ano 55)***

Editorial (Ugo La Malfa, capa, duas col.): “As condições internacionais e Itália”

Avança dois motivos por não ter rotulado, no passado recente, o processo político português como elemento de agravamento do quadro internacional: “Porque é preciso ter confiança num país que saía de uma longa e opressiva ditadura fascista e

porque, não demonstrando confiança, partia-se de uma posição prejudicial a partir da qual [...] é necessário reflectir”.

Observa, no entanto, que a experiência decorrente da democracia lusitana, nos últimos dias, obriga a incluir o caso português no topo das inquietudes, tais são “as graves incógnitas” que suscita. Enumera ainda os outros casos que motivam preocupação, não apenas no contexto internacional mas particularmente para Itália: a precária situação do Médio Oriente; o conflito do Chipre; a necessidade do percurso político Jugoslavo “tornar-se uma realidade mais operante”; e as consequências da crise petrolífera na economia ocidental.

*Edição 20 de Março, 1975 (nº 63, ano 55)*

Reportagem (n. a., capa, duas col.): “Os acontecimentos internacionais pesam sobre o congresso do PCI”

Refere que os acontecimentos de Portugal e do Camboja podem comprometer os equilíbrios internacionais. Recorre ao testemunho de dois deputados republicanos para sustentar a ideia de que, por um lado, o tema nuclear do XIV Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI) gravita em redor da política internacional e, por outro, que a agenda congressual comunista foi *atropelada* pela situação portuguesa, diante da qual o PCI necessita de tomar uma posição firme: “O processo involutivo que decorre em Portugal [...] preocupa qualquer democrático, assim como o consequente enfraquecimento da Europa e do Ocidente. Ao mais destacado e ponderado juízo não deve faltar a crítica e a condenação, também da parte do PCI [Oscar Mammì]”.

Reportagem (n. a., capa, três col.): “O MFA prepara-se para adiar as eleições”

Recorre a argumentos causais, associados a deduções probabilísticas, para comentar o adiamento das eleições para Assembleia Constituinte. Sem citar fontes, sugere uma relação directa entre a decisão do MFA e o PCP. Sublinha que a nova data (25 de Abril) “jogará a favor do partido comunista, que ganhará mais tempo para organizar a própria campanha eleitoral”. Ou ainda: “Nos ambientes políticos de Lisboa afirma-se que o eventual adiamento das eleições favorecerá e reforçará o partido comunista, que será beneficiado também com a remodelação governativa”. Interpreta o adiamento do sufrágio à luz de “uma nova demonstração de força do MFA”.

Editorial (n. a., capa, duas col.): “O défice estratégico”

Comenta as “legítimas” preocupações de determinadas forças políticas europeias sobre os acontecimentos de Lisboa. Defende que a “evolução anti-democrática” do regime português favorece o “deterioramento estratégico”. Veicula um discurso alarmista e interpreta o espaço geográfico português como parte integrante de um território que é de todos, de todos os europeus: “Todo o flanco atlântico da nossa segurança está enfraquecido pelos desenvolvimentos políticos de Lisboa”. Avisa que esta realidade agrava uma outra já praticamente consumada, no flanco oriental, onde a Grécia e a Turquia reviram as respectivas relações com a NATO.

Adopta uma posição de autoridade institucional quando critica o Conselho da Revolução e o MFA: “É correcto denunciar os movimentos dos oficiais portugueses, lamentar a involução anti-democrática da sua política”. Assume uma postura auto-valorativa das ideias republicanas e do PRI, arrogando-se uma leitura visionária e singular. Recorre ao argumento de adição: “Como republicanos, podemos dizer que somos praticamente os únicos, até ao momento, a reconhecer que tal involução contempla um défice estratégico para a Europa. E estamos também sozinhos, parece-nos, em reconhecer que um análogo passivo está para emergir no Médio Oriente”.

Reportagem (assinada d.c.j., capa, duas col.): “Os militares pressionam os socialistas”

Procede a uma leitura da situação portuguesa à luz da sobreposição do poder militar diante dos representantes civis. Sublinha o abandono de Mário Soares do ministério dos Negócios Estrangeiros: “É uma outra confirmação da pressão que os militares exercem sobre as forças políticas. [...] Soares será consolado com um ministério sem pasta”. Recorda que, “para os observadores”, a remodelação de ministros “acentuará a radicalização à esquerda do governo”. Mas que não significará uma diminuição da influência política do líder do PS.

Sugere que o reforço do poder militar verifica-se igualmente no interior das estruturas do Estado, uma vez que o Conselho da Revolução, ao adiar as eleições para 25 de Abril, “desautorizou o governo”. Considera a campanha eleitoral “gravemente amputada” pela exclusão do PDC e dos partidos de extrema-esquerda. Avulta que o PDC poderá recolher um bom número de votos através do CDS, aliado que não se encontra à margem da lei.

Cita fontes da designada “Democracia Cristã” a apelar para que as suspeitas centradas no seu secretário-geral, Sanches Osório, sejam dissociadas do partido. Menciona o regresso a Madrid de um jornalista da televisão espanhola como demonstração de endurecimento do regime, depois de ter recebido “intimidações para abandonar imediatamente Portugal”.

Reportagem (n. a., capa, duas col.): “O Congresso repete o discurso de Berlinguer”

Constata que o debate congressual do PCI, em Roma, permanece centrado no impacto provocado pela suspensão do PDC das eleições para a Assembleia Constituinte. Recorre às declarações dos republicanos Michele Cifarelli e Oddo Biasini para condenar o decreto suspensivo do Conselho da Revolução e criticar o PCI por não se desmarcar claramente do partido de Álvaro Cunhal, apoiante dos militares lusitanos. Reprova abertamente a estratégia do *compromisso histórico* de Enrico Berlinguer.

Cifarelli declara que a situação portuguesa “assemelha-se demasiado aos acontecimentos da Checoslováquia no pós-guerra e confirmam a perplexidade de todos os que não acreditam que as vias nacionais para o comunismo sejam compatíveis com a permanência dos regimes democráticos”. Biasini alinha pela mesma ideia e salienta que a exclusão do PDC justifica “as dúvidas e as reservas de muitos partidos sobre a credibilidade” que as vias nacionais para o socialismo representam para uma autêntica democracia. O deputado lamenta a ausência de uma “clara e explícita condenação” do PCI a respeito do decreto de Lisboa.

Reportagem (n. a., p. 3, quatro col.): “A involução política de Lisboa modifica o equilíbrio internacional”

Longo artigo que reúne os comentários de cinco importantes jornais europeus (*The Times*, *Le Monde*, *The Guardian*, *Financial Times*, *The Economist*). Declara que “as interrogações e as incertezas” suscitadas pela situação portuguesa concentram a atenção da imprensa internacional. Realça que essa situação tem “características específicas” e que, por isso, os quotidianos evitam “fáceis generalizações”. No entanto, adverte que a acção dos partidos e do MFA causa, pelo menos, perplexidade. Formula algumas interrogações: “Prepara-se para Portugal uma nova ditadura, desta vez de esquerda, imposta pelos militares? Existe ainda margem de manobra para as forças democráticas? Quais as consequências para a Aliança Atlântica?”

*Edição 22 de Março, 1975 (nº 65, ano 55)*

Reportagem (assinada r.w., capa, quatro col.): “As pressões de Cunhal e do MFA limitam o espaço aos socialistas”

Adopta um tom de denúncia sobre a “crise portuguesa” que, acusa, se acentua devido à “pressão conjunta dos militares e do PCP” para forçar os socialistas a deixar o Executivo. Refere “as crescentes ingerências do MFA” na orientação da política externa conduzida por Mário Soares. Qualifica de “inquietante” a entrevista do líder do PCP a uma agência argelina, declarando que Portugal colocará “a médio prazo o problema da sua permanência” na NATO e pedirá uma “renegociação” dos termos da aliança. Destaca que a influência dos comunistas no Conselho da Revolução “aumenta de dia para dia”.

O tom alarmista norteia a narrativa: “Nos ambientes políticos de Lisboa afirma-se que a exclusão do PPD significaria o fim do centro em Portugal. Os outros dois partidos do centro-direita estão desde já excluídos do jogo político”. Quando coloca os actores a falar, opta por uma selecção que sustenta o ponto de vista que pretende veicular. Elege as declarações do líder do CDS, Diogo Freitas do Amaral, para indicar o clima de perseguição moral e física que a extrema-esquerda exerce sobre as figuras do partido. Revela que continua “a gradual supressão da liberdade de imprensa através do controlo efectivo dos militares sobre alguns dos maiores jornais do país”.

*Edição 23 de Março, 1975 (nº 66, ano 55)*

Editorial (n. a. capa, duas col.): “As declarações de La Malfa”

Assume uma posição de autoridade e socorre-se das declarações do líder republicano, Hugo La Malfa, para reprovar a análise optimista de Berlinguer sobre a situação internacional: “Os factos de Portugal deram razão às preocupações republicanas e demonstram que a condição do Ocidente torna-se sempre mais precária”.

Utiliza argumentos causais e de probabilidade, num tom alarmista, para caracterizar o caso português, ao mesmo tempo que particulariza e generaliza as suas implicações na estabilidade e segurança, primeiro, de Itália, e depois, de milhões de cidadãos: “Criou-se uma situação alarmante [em Portugal] numa zona estratégica do Ocidente meridional, quase [...] a empurrar países como Itália para uma espécie de armadilha [...]. Uma grande incógnita pesa sobre o Ocidente e sobre as suas condições de liberdade e o mais elevado bem-estar, de que gozam, não grupos privilegiados, mas milhões e milhões de cidadãos”.

Prossegue com as críticas *ad personam* assentes na incompreensão do quadro político internacional: “A esta grande incógnita o digno Berlinguer não pode contrapor uma concepção ecuménica dos acontecimentos do mundo, ignorando as novas relações de força que se vão criando e os perigos que essas escondem”.

Reportagem (n. a., capa, duas col.): “Os acontecimentos de Portugal confirmam as preocupações do PRI”

Refere que, depois dos recentes acontecimentos de Portugal, a agenda política internacional “transformou-se claramente no verdadeiro ponto de polémica não apenas para os comunistas mas para todas as forças políticas”. Seleciona as declarações de três deputados para construir um quadro de reprovação a respeito da designada, “involução democrática” lusitana e da posição dos comunistas italianos: “O PCI [...] não conseguiu dar uma prova de querer destacar-se da ‘linha’ do partido comunista soviético [Mario Tanassi - PSDI]”. Apesar de representarem diferentes forças políticas, os testemunhos formulam um discurso coerente sobre a crítica geral que se pretende apresentar.

A decisão dos militares portugueses é avaliada, por Attilio Ruffini (DC), como *incrível e explicável*: “É incrível se se coloca o acento na pretensa responsabilidade da DC portuguesa na tentativa de golpe atribuído a Spínola; é explicável se se coloca o acento sobre a matriz ideológica [...] uma vez que entronca na filosofia e na prática comunista”. Insere enunciados que comportam adjectivação e (des)qualificam o sujeito/organização a quem se dirige a mensagem: “É verdadeiramente patético ouvir os comunistas italianos continuarem a falar de compromisso histórico’ [Ruffini]”.

Reportagem (n. a., capa, três col.): “Marginalizados os socialistas do novo governo”

Discorre sobre as negociações para a formação do IV governo provisório e a eventualidade do PS não participar no Executivo. Conclui que “os socialistas continuam a resistir às pressões dos militares e do partido comunista”. Coloca em destaque as afirmações de Álvaro Cunhal à imprensa argelina, a quem o líder comunista terá dito que “não existirá em Portugal uma democracia burguesa como o modelo da Europa ocidental”. Formula a hipótese de que o Comité Central do PS estará muito preocupado pelo teor da entrevista do líder do PCP.

Relata uma manifestação dos socialistas que reúne milhares de simpatizantes, em Lisboa, salientando o sentido anti-totalitário e democrático dos discursos políticos.



Bem como a posição contrária do PS a qualquer exclusão de partidos políticos das eleições para a *Constituinte*, a não ser que seja evidente a conivência com a “reacção”.

*Edição 25 de Março, 1975 (nº 67, ano 55)*

“O documento sobre a situação portuguesa”

O Conselho Nacional do PRI aprova e publica, na edição de 25 de Março, um documento político sobre “a situação interna de Portugal”. O texto contempla seis pontos que, resumidamente, referem o seguinte:

“O Conselho Nacional do PRI

- sublinhou que a grave e desconcertante involução [...] de Portugal ofereceu uma dramática validade das preocupações de ordem internacional expressas [...] pelo PRI;
- considerou que todo o sistema de equilíbrio internacional em que assenta a distensão [...] está em crescente perigo [...];
- observou que qualquer discussão em redor do tema do compromisso histórico não pode prescindir da avaliação [...] da segurança e da independência nacional;
- convida todas as forças democráticas e antifascistas [...] a apoiar com energia qualquer iniciativa tendente a assegurar o livre exercício da expressão da vontade popular depois de 50 anos de ditadura, contra a ameaça de uma involução autoritária;
- reafirma que não existe possibilidade de regime democrático e pluripartidário sem o respeito pelo princípio das liberdades políticas violadas pelo regime dos militares portugueses, com decisões apoiadas pelo partido comunista local [...].”

### Conclusão

O órgão oficial do Partido Republicano Italiano apresentou a acção militar de 11 de Março como previsível e resultante das divergências que opunham duas facções da estrutura militar: os homens do MFA aos de António Spínola. Preconizador de um regime pluripartidário e do método democrático, *La Voce Repubblicana* valorizou o “bloco moderado” do centro, formado, no seu entender, pelo PS, PPD, CDS e PDC. Referiu que o general Spínola era a única personalidade capaz de coordenar uma plataforma de forças políticas moderadas.

Defendeu a tese de que o golpe militar derivou da estratégia – *armadilha* – elaborada pelo MFA tendente a eliminar Spínola e os seus partidários. Criticou abertamente a radical viragem à esquerda da linha política do MFA, acusando-o de se colocar “como tutor do povo, como pedagogo da ‘revolução’” e portador da legitimidade de acção política. Recriminou a violência da extrema-esquerda e sublinhou que esta se processava em conformidade com os objectivos do MFA e do PCP.

Interpretou uma possível exclusão do PDC e do CDS à luz de uma estratégia conduzida pelo MFA para anular uma aliança potencialmente ameaçadora. Reprovou a sobreposição do poder militar ao poder civil e a exclusão das três forças políticas das eleições de 25 de Abril. Ao destacar a progressiva influência do PCP na política do Conselho da Revolução e do MFA, sugeriu que o adiamento do sufrágio procurou beneficiar o partido de Álvaro Cunhal.

Sustentou que o PPD e o PS foram os verdadeiros derrotados com a “involução democrática” verificada depois de 11 de Março, reconhecendo, porém, que estes dois partidos tiveram a capacidade de introduzir um “cunho ‘civil’” no seio da estrutura militar. Estabeleceu um cenário onde o PS sofreu constantes pressões do MFA e do PCP, principalmente aquando da formação do IV governo provisório, e acusou os dois últimos de agravarem a crise *portuguesa*.

Tal como a generalidade da imprensa italiana, considerou que os acontecimentos portugueses constituíram o tema nuclear do XIV Congresso do PCI. O debate do *compromisso histórico* dividiu as atenções com o impacto provocado pela exclusão do PDC e o aproveitamento político realizado pela DC italiana e por outros partidos, entre os quais o PRI. *La Voce Repubblicana* construiu um discurso crítico dirigido ao PCI pelo facto de não condenar abertamente a decisão suspensiva – apoiada pelo PCP – dos militares de Lisboa. O argumento foi inserido no contexto da política interna italiana e permitiu reforçar a estratégia do PRI: atacar a proposta do *compromisso histórico*.

A *questão portuguesa* foi interpretada como uma ameaça para os equilíbrios internacionais, designadamente no quadro da segurança e da estabilidade europeia. Os artigos, implícita ou explicitamente, alertaram para uma eventual hegemonia do PCP e conseqüente inserção de forças soviéticas no flanco meridional da NATO. Cenário que implicava o efectivo enfraquecimento da Aliança Atlântica e motivo de preocupação para países como a Itália.

Do ponto de vista da análise do discurso, o jornal desempenhou o papel de actor político activo, disseminando valores e condutas, expressando soluções e referências

de enquadramento (*framing*) que enformam a realidade que analisou. Defendendo, desvalorizando, seleccionando, propondo, ou mesmo utilizando os verbos inscritos no “documento sobre a situação portuguesa” – *reafirma, observa, convida, sublinha, considera* –, o discurso conferiu sentido às situações que comentou. Os acontecimentos adquiriram uma outra dimensão porque lhes foi introduzido um significado.

Os textos privilegiaram a eficácia da acção política. Restringiram as subjectividades expressas e assumiram-se como palco de exercício da autoridade institucional. Recorreram a um conjunto de argumentos coerentes de acordo com o sentido que o PRI detinha do mundo social: argumentos *ad personam*, causais, de probabilidade, de adição. Revelaram, no editorial, uma postura auto-valorativa/visionária das ideias republicanas e do PRI.

O discurso adoptou, não raras vezes, um tom alarmista, de denúncia – ameaça comunista, do totalitarismo – e operou uma selecção de vozes que sustenta o ponto de vista que pretendeu veicular. Utilizou enunciados, metáforas, adjectivos que desvalorizam e criticam certos destinatários (Álvaro Cunhal, Otelo Saraiva de Carvalho, Francisco da Costa Gomes, Enrico Berlinguer, MFA, Conselho da Revolução, PCP, PCI, partidos de extrema-esquerda). Empregando outros que enalteceram personagens/ organizações às quais manifestou o seu assentimento (Spínola, Mário Soares, *bloco moderado* – PS, PPD, CDS, PDC).

A aferição dos elementos explicativos aduzidos sai reforçada se observarmos os títulos das peças, essa *macroestrutura semântica preferencial*, na expressão de Teun Van Dijk. Os títulos, de narrativas ou comentários, comportaram um juízo de valor, procuraram modelar o horizonte das expectativas do destinatário, concretizaram o cenário descrito – “Portugal: perde significado o voto”; “Os acontecimentos de Portugal confirmam as preocupações do PRI”; “A involução política de Lisboa modifica o equilíbrio internacional”; “Grandes dificuldades para os socialistas”.

*La Voce Repubblicana* disseminou numa visão cultural ancorada ao esquema binário, dicotómico: Ocidente (democracia) vs Leste (totalitarismo). Como refere Edward Said, a cultura, com o tempo, “transforma-se naquilo que diferencia ‘nós’ e os ‘outros’, quase sempre com um certo grau de xenofobia”. Entendida como uma “fonte de identidade”, a cultura constitui um género de “teatro no qual várias causas, políticas e ideológicas, entram em relação umas com as outras”. E pode mesmo “transformar-se num verdadeiro campo de batalha sobre o qual diversas causas se manifestam à luz do sol”<sup>376</sup>.

<sup>376</sup> SAID, Edward W. – Cultura e imperialismo (tradução italiana). Roma: Gamberetti, 1998, pp. 9-10.

(Página deixada propositadamente em branco)

**MEDICINA, FARMÁCIA E PUBLICIDADE:  
DA I REPÚBLICA AO SÉCULO XXI**

**Introdução**

Durante a I República a industrialização do medicamento fez-se sentir em Portugal acompanhando o movimento de profunda transformação que se operava neste domínio em países mais avançados científica e tecnologicamente.

A consolidação da microbiologia como ciência, o surgimento de medicamentos de origem biológica, o aparecimento de novos fármacos e de novos medicamentos, a aplicação de novas tecnologias à produção de medicamentos, o surgimento de novas tecnologias médicas, etc. encontravam-se bem patentes na divulgação que se fazia das farmácias, dos médicos, das clínicas e dos estabelecimentos de saúde.

A análise da publicidade às instituições de saúde, aos medicamentos e às novas tecnologias aplicadas à saúde proporcionam-nos um percurso pela história da medicina e da farmácia portuguesas da I República ao século XXI.

Neste trabalho, tendo como ponto de partida a publicidade a medicamentos e afins e abordando também algumas outras terapias e tecnologias médicas, fazemos um percurso sobre a história da medicina e da farmácia portuguesas, desde o processo de industrialização do medicamento até à actualidade, sublinhando algumas questões na I República, tendo como pano de fundo as problemáticas política, social, cultural e científica.

Desde há vários anos que a publicidade farmacêutica tem sido objecto das nossas pesquisas. Temos realizado a nossa investigação nalgumas das principais revistas portuguesas da especialidade e noutras publicações com forte componente publicitária, generalistas ou especializadas.

O trabalho que agora apresentamos constitui, por isso, o resultado de uma investigação em curso e não é propriamente o resultado final de uma investigação. Não constitui, também, um assunto disperso que preparámos unicamente para uma reunião científica. Trata-se de uma investigação em marcha, ao longo da qual nos confrontámos com múltiplas questões interferentes. Tendo uma base cronológica tentámos, também, analisar a publicidade tendo como referente um sistema de classificação por nós estabelecido. Através dele e, como referimos, tendo como pano de fundo as problemáticas política, social, cultural e científica, podemos concluir sobre a recepção da inovação científica estrangeira a Portugal, sobre a inovação portuguesa, sobre a actualidade dessas mesmas inovações, sobre os protagonistas principais em matéria de medicamentos, de indústrias farmacêuticas, sobre a caracterização de diferentes patologias, os diferentes actores singulares (médicos e farmacêuticos), etc.

Lembramos que a publicidade ao medicamento surge em grande escala quando se dá a sua industrialização. Não queremos dizer com isto que a publicidade ao medicamento tenha surgido unicamente após a sua industrialização. O que queremos dizer é que ela assume proporções nunca verificadas após a sua industrialização e ilustra marcadamente as etapas recentes da história médica e farmacêutica.

Este estudo incide, então, sobre a problemática da publicidade a medicamentos em Portugal entre os finais do século XIX e a actualidade tendo por objectivo reflectir e dar a conhecer algumas questões como, por exemplo, os aspectos legislativos e regulamentares da publicidade, os argumentos e os objectos publicitários.

Um dos primeiros resultados da investigação que temos em curso sobre a publicidade farmacêutica foi publicado na forma de um capítulo de uma obra colectiva. O que agora se publica retoma os resultados dessa investigação e trabalha com outros elementos decorrentes dessa pesquisa. Do mesmo modo, retomamos, adaptamos e acrescentamos o texto já publicado e que serviu como ponto de partida para o estudo que agora apresentamos.

### **1. A industrialização do medicamento: algumas questões**

A publicidade a medicamentos encontra-se intrinsecamente ligada à industrialização dos medicamentos. Com a sua produção em série, eles passaram a ser produzidos em larga escala e isso implicava serem divulgados por quem os consumisse ou

auxiliasse ao seu consumo. Os médicos, os farmacêuticos e o público consumidor passaram a ser os alvos da divulgação publicitária dos medicamentos. Tratava-se de uma nova lógica, de uma nova relação que se iniciou em larga escala no final do século XIX e que se consolidaria ao longo de todo o século XX. A publicidade ao medicamento, uma das estratégias do mais vasto campo de *marketing*, toma, gradualmente, um papel chave na problemática do medicamento.

A primeira indústria farmacêutica portuguesa de grandes dimensões foi a Companhia Portuguesa de Higiene, fundada em 1891. A industrialização do medicamento, tal como noutros países, atingiu Portugal de um modo irreversível, embora com muitas questões, nalguns casos com muitas reservas, noutras situações com grande entusiasmo, mas adaptada à realidade científica, técnica e socioeconómica do nosso país. Depois da fundação da indústria atrás referida, citem-se algumas outras de significativa dimensão, como foi o caso de: Laboratório Farmacêutico J. Neves & C<sup>a</sup> fundado pelo farmacêutico José Vicente das Neves (Lisboa, 1892), Empresa de Vinhos Medicinais (Porto, 1893), Laboratório Normal (antes Farmácia Normal, Lisboa, 1904); Laboratório Sanitas (Lisboa, 1911); Laboratórios Davita (Lisboa, 1912); Estabelecimentos Álvaro de Campos (1918).

No Primeiro Congresso Nacional de Farmácia, uma autêntica mostra da indústria farmacêutica da época, realizado em Lisboa em 1927, estiveram presentes os seguintes laboratórios industriais: Companhia Portuguesa de Higiene (Lisboa), Laboratório Farmacêutico Lux (Coimbra), Laboratório Sanitas (Lisboa), Laboratórios da Farmácia Normal (Lisboa), Laboratório Bial (Porto), Farmácia Central-Silva Ferraz (Barcelos), Davita, Lda (Lisboa), Laboratório Iatria (Lisboa), Laboratórios Sigma, Lda (Figueira da Foz), Laboratório Gayal (Lisboa), Laboratório de Biologia e Quimioterapia Dr. Seixas Palma (Lisboa), Instituto Pasteur de Lisboa, Farmácia Central-Salgado Lencart (Porto), Farmácia Lemos & Filhos, Lda (Porto), Laboratório Saúde (Lisboa), Farmácia Gama (Lisboa), Laboratório Mattos Cid (Lisboa), Farmácia Freire de Andrade & Irmão (Lisboa), Farmácia J. M. da Silva Nobreza (Quaiões), Farmácia Manuel J. Teixeira (Lisboa), Sociedade de Indústria Química, Lda Sicla (Lisboa), Mendes & Braga, Lda (Lisboa), Farmácia Francisco Albano (Lisboa), Farmácia Almeida Cunha, Lda (Porto), Farmácia Confiança (Porto), Laboratório Vaz (Viseu), Farmácia Nacional de Abel de Sousa Alves (Funchal), Farmácia Pinheiro Torres, Lda (Tomar), Farmácia Fiel Figueiras (Lagoa), Farmácia Paixão (Entre-os-Rios), Farmácia Valongo (Vila Nova de Famalicão), Laboratório de Dr. Mendes Ribeiro (Lisboa), Laboratório Jaba

(Lisboa), Laboratório Unitas (Lisboa), Laboratório Therapia Isis (Porto) e Farmácia José Valentim (Lisboa). Como se pode verificar, algumas destas unidades industriais eram unidades industriais de farmácias que foram desenvolvendo o seu laboratório e que mais tarde vieram a dar indústrias farmacêuticas relevantes.

A industrialização do medicamento levantou no seu início muitas questões em Portugal. Desde logo sobre a orientação científica e tecnológica das indústrias, sobre a qualidade do medicamento, mas também outras questões como a concorrência das indústrias estrangeiras, o preço dos medicamentos, a protecção dos laboratórios portugueses, etc. Também se sublinhava que Portugal não podia aspirar a uma indústria tão forte como a que existia noutros países estrangeiros, pois não havia em Portugal uma forte indústria química. E tudo parece indicar que a indústria farmacêutica que despontava no início do século XX não terá apostado em formas farmacêuticas demasiado arrojadas, porque isso implicava investimentos económicos que as nossas instituições não podiam comportar.

Em 1950 existia em Portugal um total de 51 indústrias farmacêuticas e 34 de farmácias industriais, isto é, 85 estabelecimentos produtores. E em 1966 produziam-se em Portugal 8199 marcas comerciais com 16637 variedades. Em 1968, por ocasião do Primeiro Congresso Nacional da Indústria Farmacêutica, existiam em Portugal 212 estabelecimentos industriais farmacêuticos, sendo 64 indústrias de medicamentos e 2 especificamente vocacionados para a produção de vacinas. Os restantes eram farmácias que se dedicavam à produção de medicamentos industrializados. Em 1996 houve em Portugal 306 autorizações de introdução de medicamentos no mercado português (isto é, novos medicamentos para o mercado nacional) e em 2002, 416 autorizações. Em 1985 existiam em Portugal 3597 marcas de medicamentos e em 2002 existiam 6424 marcas, totalizando 28430 apresentações.

## 2. Publicitar as instituições ou publicitar os medicamentos?

No período pré-industrial e no início da industrialização do medicamento, frequentemente a publicidade recaía sobre a instituição produtora do medicamento. Isto porque, quando o medicamento se produzia em farmácias de oficina e por indicação médica, era importante credibilizar junto do médico e dar a conhecer junto do público a instituição que produzia os medicamentos e em segundo plano o que era



produzido - o medicamento. Isto pode levar-nos a dizer que a publicidade a medicamentos nem sempre incidiu directa e objectivamente sobre os medicamentos. Parece algo de antagónico mas no fundo não o é. Esta lógica passa mesmo para o plano industrial, isto é, quando os medicamentos passam a ser produzidos pelas indústrias, mas vai-se diluindo com o fortalecimento da indústria farmacêutica e com a proliferação das inúmeras marcas comerciais industrializadas.

Em Portugal, tal como no estrangeiro, no início da industrialização do medicamento, as entidades produtoras eram, também, o argumento essencial da publicidade. Para segundo plano remetia-se o medicamento produzido. Havia que trazer para primeiro plano e havia que dar a conhecer junto do público e, também, dos médicos, a instituição que produzia os medicamentos. Esta era a razão mais forte, o argumento mais forte da credibilização dos medicamentos. Isto é: eles tinham qualidade porque eram produzidos por aquela entidade ou, visto de outra forma, recomendava-se o recurso àquela instituição porque ela dava garantias de produzir medicamentos com qualidade.

Vejam os alguns exemplos já estudados e cujos resultados foram divulgados em artigo anterior: o farmacêutico J. P. Rodrigues anunciava em 1885, na conhecida revista *Gazeta de Pharmacia*, que produzia “todas as qualidades de pastilhas que lhe forem encomendadas e em condições mais favoráveis que do estrangeiro”. Que pastilhas? Isso não importava. O que era importante sublinhar é que ele produzia pastilhas e em melhores condições que os concorrentes estrangeiros, isto porque a instituição era credível; passava-se uma imagem de credibilidade da instituição.

Em 1911 o famoso farmacêutico e polemista Emílio Fragozo anunciava que produzia “medicamentos novos”, sendo a sua farmácia o depositário geral; ao referir que produz medicamentos novos isto permite-nos avaliar a sua competência e da instituição que liderava, a sua farmácia, que se encontrava preparada para preparar o que de mais avançado se fazia naquele tempo.

Em 1912 na revista *Ilustração Portuguesa*, onde a publicidade farmacêutica era recorrente, um dos variados anúncios à aspirina inscrevia: “comprimidos *Bayer* de aspirina”; e adiantava-se ainda que “como garantia de pureza exigir sempre o tubo original marcado com a cruz de Bayer” — isto é, a instituição produtora. Neste caso, também a casa produtora fortalecia o produto; e é interessante salientar a ideia plas-

# INDUSTRIA PHARMACEUTICA

J. P. Rodrigues, pharmaceutico, avisa os collegas que produz todas as qualidades de pastilhas que lhe forem encomendadas, e em condições mais favoraveis que do estrangeiro. Offerece egualmente as pastilhas de Dethau seja qual fôr a qualidade em caixas. A menor quantidade é de 10 caixas a 280 réis, e sendo o pedido superior a 100 tem o abatimento de 10 por cento.

Todos os pedidos são feitos á pharmacia Durão — rua Garrett, 90 — Lisboa.

## PHARMACIA HOMŒOPATHICA

DIRIGIDA PELO PHARMACEUTICO

FRANCISCO JOSÉ DA COSTA

234, 236 — RUA AUGUSTA — 234, 236

N'este estabelecimento, fornecido pelas pharmacias mais acreditadas do estrangeiro, se encontram todos os medicamentos homœopaticos e um grande numero de pharmacias homœopaticas de varios tamanhos e por preços convidativos.

## XAROPE DE PHELANDRIO

COMPOSTO DE ROSA



Este xarope é efficaz para a cura de catharros, tosses de qualquer natureza, ataques asthmaticos e todas as doenças do peito. Foi ensaiado com optimos resultados nos hospitaes de Lisboa e pelo conselho medico do Porto, bem como pelos principaes facultativos da capital e das provincias, como consta de 41 attestados que acompanham cada frasco.

## POMADA DO DR. QUEIROZ

Experimentada ha mais de 40 annos para curar impingens e outras doenças de pelle.

Vendem-se nas principaes pharmacias do reino.

Deposito geral, *Pharmacia Rosa*, rua de S. Vicente, 31 e 33.

LISBOA

## MEDICAMENTOS NOVOS

ESPECIALISADOS DE

### EMILIO FRAGOSO

Chefe do serviço pharmaceutico dos hospitaes civis,  
director da «Gazeta de Pharmacia», socio do «Instituto de Coimbra», etc.

**IODOLOSE.** — E' um medicamento liquido em que o *iodo* se encontra em combinação organica.

Emprega-se ás gottas, 20 a 60 por dia, nos adultos; 10 a 30 nas creanças. Substitue os *iodetos* sem os effeitos do *iodismo*. Dilue-se em agua assucarada.

**GLYCO-ARSYNAL.** — Combinação dos glycerophospatos e glycerarseniatos. E' um medicamento liquido. Emprega-se aos calices nos adultos, e ás colheres de chá, nas creanças.

**ELIXIR DOS GLYCEROPHOSPHATOS ALCALINOS.** — E' um medicamento precioso nas neurasthenias, enfraquecimento geral, etc. Aos calices.

**Deposito geral**

**PHARMACIA EMILIO FRAGOSO** — Rua dos Santos, 42

### SAES DAS AGUAS DE MOURA

FRASCO, 900 rs.

MEIO FRASCO, 500 rs.

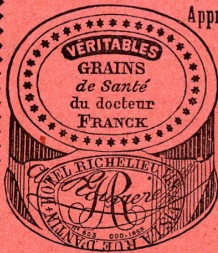
Alcalino de reconhecido merecimento nas doenças de **estomago, rins, figado, intestinos e aparelho genito-urinario**. Este pó, tirado de uma agua de uso publico na alimentação diaria de seis mil pessoas, tem a superior qualidade **de não enfraquecer o sangue**. Cada frasco tem junto a guia de dóse, dieta e hora.

A' venda em todas as principaes pharmacias e drogarias, e no escriptorio da empresa, rua de S. Francisco n.º 20 — Lisboa.

ASSUMPCÃO TORRES & C.ª

### VERDADEIROS GRÃOS DE SAUDE DO D'FRANCK

Approvados pela Inspectoria Geral de Hygiene do Rio-de-Janeiro



Contra **FALTA de APPETITE**  
**PRISÃO de VENTRE — OBSTRUÇÃO**  
**ENXAQUECA — CONGESTÕES**

SEM MUDAR OS SEUS HABITOS  
nem diminuir a quantidade dos alimentos, se  
tomão nas refeições e excitão o appetite.  
EXIJAM a **ETIQUETA** junta em 4 Côres.

Em **PARIZ**, Ph<sup>ie</sup> **LEROY**, 9, Rue de Cléry  
E TODAS PHARMACIAS

mada de que o medicamento ultrapassa as fronteiras de cada país e é um produto de produção e aplicação global — neste anúncio à aspirina coloca-se o globo terrestre e sobre ele a influência da aspirina cujos comprimidos, com os seus efeitos, “dominam o mundo”.

Nestes casos, paradigmáticos da muita publicidade que circulava em Portugal, destaca-se, em primeiro lugar, a instituição produtora e somente depois o medicamento produzido. Este estado de coisas foi-se alterando e o medicamento foi sendo gradualmente valorizado na publicidade, de modo claro e objectivo. Com o advento dos medicamentos genéricos, num passado muito recente, a valorização da instituição produtora voltou a ser uma realidade na publicidade a este grupo de medicamentos.

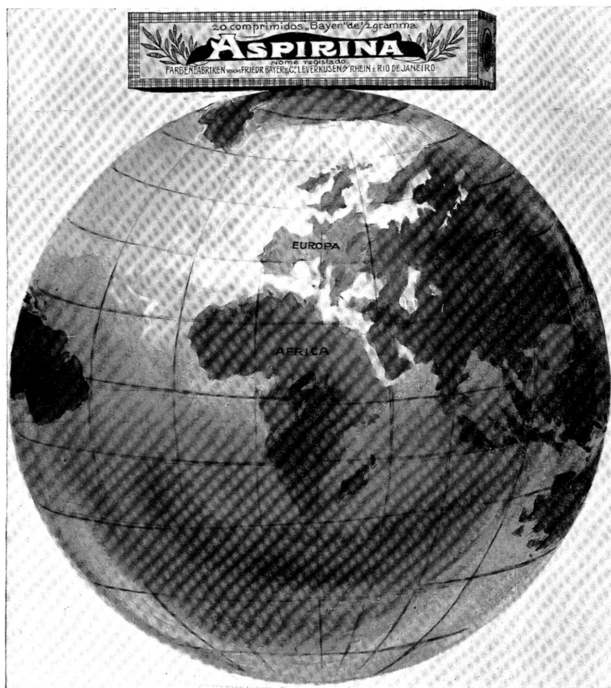
### 3. Diferente argumentação publicitária

Ao longo da história da publicidade a medicamentos encontramos diferentes argumentos e lógicas da publicidade. Podemos fazer diferentes leituras sobre os avanços verificados no plano científico e tecnológico, nas diferentes etapas da história da farmácia e do medicamento, sobre a história da indústria farmacêutica em Portugal, sobre a concorrência entre a indústria farmacêutica estrangeira e a indústria portuguesa, sobre diferentes contextos políticos, sociais e económicos, etc. Através da publicidade a medicamentos, apercebemo-nos dos avanços da legislação e da regulamentação da publicidade a medicamentos e, também, das consequências dessa mesma legislação e regulamentação na publicidade.

Alguma da publicidade que na primeira metade do século XX circulava, hoje por razões de natureza legislativa, regulamentar e éticas não era possível de se concretizar.

De seguida, tomando o que a este propósito já tivemos oportunidade de ter publicado em artigo anterior, faremos uma sistematização dos diferentes argumentos utilizados na publicidade a medicamentos. Sistematizámos a publicidade de acordo com as categorias seguintes: o receio da indústria estrangeira.

Começando pelo receio da indústria estrangeira deve dizer-se que com o processo de industrialização do medicamento e a sua consequente globalização originaram-se, em Portugal, enormes receios no início do século XX. O que fazer perante a ameaça estrangeira. Várias questões se levantaram. Desde logo a questão base, a de perguntar para que servia afinal a indústria farmacêutica portuguesa? Apenas para produzir



Impondo-se pelos seus beneficos efeitos e maravilhosos resultados, dominam o mundo os

## Comprimidos "Bayer" de Aspirina

provadamente efficazes nas:

**DORES DE CABEÇA E DE DENTES, INFLUENZA, CONSTIPAÇÕES, RHEUMATISMO, ETC.**



Como garantia de pureza exigir sempre o tubo original marcado com a

**CRUZ DE BAYER**

# A MEDICINA CONTEMPORANEA

FUNDADORES: MANOEL BENTO DE SOUSA, MIGUEL BOMBARDA e SOUSA MARTINS

PROF. BELLO MORAES, director

ANTONIO DE ABEVEDO, REYNALDO DOS SANTOS (redactores)

ALBERTO MAC-BRIDE, ARRUEDA FURTADO (secretarios da redacção)

Propriet.: J. Rodrigues & C. — Admim. rua do Ouro, 186. — Telephone 3936. — Editor: Pedro José Pereira — Typ. e imp. 46, rua do Corpo Santo, 48

**SUMMARIO:** Um caso de dysenteria, por Luiz Figueira. — Sociedades scientificas portuguezas: Academia das sciencias de Lisboa. — Agremiações medicas portuguezas: Associação medica lusitana. Associação dos medicos do centro de Portugal. — Actualidades: A expedição a Moçambique. Os mobilizados e as associações de soccorros mutuos. — Notas praticas. — Movimento medico portuguez.

O mais eficaz de todos os Reconstituintes

Nas Principaes Pharmacias do Mundo

Estab<sup>tos</sup> FUMOUIZE  
78, Faubourg St-Denis  
PARIS





## Vias Urinarias - Syphilis

Aprovação da Academia de Medicina

**CAPSULAS RAQUIN**

**GLUTINISADAS, INSOLUVEIS NO ESTOMAGO**

Ausencia de cheiro e de arrótos; tolerancia perfeita.

Exigir o Nome de Raquin e o Sello da União dos Fabricantes.

COPAHIBATO DE SODA  
COPAHIBA  
ICHTHYOL  
SALOL-SANDALO  
SANDALO  
PROTOIODURETO DE HYDRARGYRIO

ESTABELECIMENTOS FUMOUIZE  
78, Faubourg St-Denis, PARIS

O Antiseptico mais potente — Não é Tóxico.

# ANIODOL

Previne e Cura todas as Doenças Infecciosas e Contagiosas

<p><b>ANIODOL EXTERNO</b></p> <p>CHAGAS quaesquer, Queimaduras, Picadas; Doenças da VISTA e da PELLE</p> <p><b>INDISPENSÁVEL</b> para o ASSEIO INTIMO</p> <p>Supprime todos os Achaques periodicos, previne e cura todas as Doenças da Mulher.</p>	<p><b>ANIODOL INTERNO</b></p> <p>O Desinfectante mais potente</p> <p><b>1º do TUBO GASTRO-INTESTINAL:</b> Entericos, Diarrihas, Febre typhoidea, Cholera infantil, Dysenterias, Febres,</p> <p><b>2º das VIAS RESPIRATORIAS:</b> Grippe, Resfriamentos, Bronchites, Catarrhos.</p>
<p><b>DESODORIZANTE MARAVILHOSO</b></p> <p>1 a 2 colheres des de sopa num litro de agua, para qualquer uso externo.</p> <p>DOSES de interior: 10 a 300 gotas de Aniodol Interio n uma chavena e lisa na depis das refeicoes.</p> <p>Folheto Boticas do ANIODOL, 40, Rue Condorcet, PARIS e todas as boas Pharmacias.</p>	

medicamentos para Portugal ou para outros locais? Se fosse só para Portugal justificava-se a presença de indústrias estrangeiras entre nós? Qual a necessidade de haver indústrias estrangeiras em Portugal se até produzíamos medicamentos com a melhor qualidade? Até que ponto a indústria farmacêutica estrangeira estaria a prejudicar as indústrias farmacêuticas portuguesas e os farmacêuticos portugueses? A concorrência entre o nacional e o estrangeiro seria leal ou desleal? No início do século a valorização do produto nacional era uma mais valia do argumento publicitário. De resto, o *Primeiro Congresso Nacional de Farmácia*, que se realizou em Lisboa em 1927 foi o primeiro momento global de afirmação da indústria farmacêutica portuguesa. Em vários periódicos estas questões foram sublinhadas. Contudo, a entrada dos medicamentos estrangeiros em Portugal foi inevitável e a publicidade, a sua publicidade foi feita com intensidade. Não está em causa a qualidade de todos os produtos. As revistas portuguesas ficaram impregnadas de anúncios a instituições estrangeiras e a validade científica dos produtos não seria toda a mesma, mas o que é certo é que eram anunciados medicamentos estrangeiros em revistas portuguesas de grande repercussão. Um bom exemplo do que acabámos de dizer são as capas de *A Medicina Contemporânea*, no caso vertente, um número de 1917, com três grandes anúncios a medicamentos estrangeiros.

Os argumentos científicos também foram utilizados desde muito cedo na publicidade a medicamentos. Contudo, esta argumentação era tanto voltada para os profissionais de saúde, como para o grande público. Os argumentos utilizados relacionavam-se com os avanços operados em cada época, utilizando-se palavras muito fortes e penetrantes, bem como por vezes imagens científicas cuja leitura pelo grande público nem sempre seria fácil. Esta argumentação científica tinha que ver tanto com o produto publicitado, como com o responsável pela investigação. Também encontramos variada publicidade apoiada em argumentos científicos do médico que utiliza o medicamento, do doente que o consumiu ou de figuras públicas que o consumiram. As curas infalíveis são inscritas e tentam estimular a venda dos medicamentos. A este propósito é interessante referir que Egas Moniz, o único português a ser galardoado com o Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia (1949), bem como outros médicos publicitaram, por exemplo, produtos da indústria portuguesa Laboratório Farmacológico. Nos primórdios da industrialização da penicilina, Alexander Fleming surge com argumento publicitário, isto é, a publicidade à penicilina vem ilustrada com a imagem do seu descobridor.

**PENICILINA**  
**AZEVEDOS**  
**DE PREPARAÇÃO**  
**AMERICANA**



**POMADA**  
**PENICILINA**  
**AZEVEDOS**

SOCIEDADE INDUSTRIAL FARMACÊUTICA



# Reumatismo articular agudo

## Gota aguda

### Reumatismo cronico deformante

### Litíase biliar

Combatem-se eficazmente com o **Diurenal**. (Iodo-Salicilado).

Garante a permeabilidade renal, elimina rapidamente os



Mão com reumatismo

depósitos uráticos, pela acção sobre a célula hepática.

Os médicos que o desejem ensaiar, podem fazê-lo com confiança porque o **Diurenal** foi usado pessoalmente com um êxito admirável pelo ex.<sup>mo</sup> sr. dr. Egas Moniz da faculdade de medicina de Lisboa e sobre o mesmo preparado diz o ilustre clínico ex.<sup>mo</sup> sr. dr. Clemente E. de Moraes Sarmiento:

«Por motivo de uma artrite reumática aguda, persistente e hipertensiva, no hombro direito, fiz pessoalmente uso do **Diurenal**, com resultado optimo, o que me levou a prescrever na minha clinica esta preparação iodo-salicilada, que tem correspondido sempre muito satisfatoriamente ás suas indicações therapeuticas.

*C. de Moraes Sarmiento*



A mesma mão depois do tratamento com o **Diurenal**

Evita-se a repetição dos ataques agudos tomando periodicamente **Iodal** preparação de granulado (Iodo-Iodetado) do mesmo Laboratorio.

Experiencias efectuadas por mais de cem medicos portuguezes, cujas assignaturas iremos apresentando em *Fac-similes*.

Producto do nosso Laboratorio

Pedidos a Raul Vieira R. da Prata 51, 3.º — Telef. 3586 C.

---

RECEITAR

# Insulina Marca 'Wellcome'

---

- O fundamento da fabricação da Insulina marca 'Wellcome' é uma experiência excepcional na produção de medicamentos opoterápicos. Nos processos de fabrico e para manter o nível muito elevado da qualidade do produto, aproveitam-se as últimas aquisições da ciência.
- Para ter Insulina pura e digna de confiança, receitar Insulina marca 'Wellcome.'

## INSULINA Marca 'WELLCOME'

20 unidades por centímetro cúbico		
Frasco de 5 c. c.	. . .	9\$00
Frasco de 10 c. c.	. . .	15\$00
40 unidades por centímetro cúbico		
Frasco de 5 c. c.	. . .	15\$00
Frasco de 10 c. c.	. . .	27\$00



## BURROUGHS WELLCOME & C.<sup>o</sup>

(The Wellcome Foundation Ltd.)

LONDRES

CASAS ASSOCIADAS:

NOVA-YORK MONTREAL SYDNEY CIDADE DO CABO BOMBAIM SHANGHAI BUENOS-AIRES

*Unicos representantes e importadores em Portugal e Ilhas*

JAYME ALVES BARATA, LDA., Rua Aurea, 124, 1.<sup>o</sup>, Lisboa

---



Especialidades Farmacêuticas  
Produtos Químicos  
Reagentes e preparados para laboratórios  
e usos científicos «Kalbaum»

## **SCHERING S. A. PORTUGUESA**

**Largo da Anunciada, 9-2.º — LISBOA**

As especialidades farmacêuticas "Schering," continuam  
a ser vendidas aos mesmos preços  
de antes da guerra.

**SABONETE MEDICINAL**  
**Souza Martins**

Este sabonete antiseptico da **Companhia Portugueza Hygiene**, é cuidadosamente preparado, entrando na sua composição elementos de primeira qualidade. Foi formulado pelo celebre clinico **Souza Martins**, com o fim de evitar as infecções, e o seu uso tem-se justamente generalizado. Desinfecta, sobretudo, effi- cazmente as mãos, que, por intermedio do que comemos, podem facilmente infectar o organismo. 113

Fig 09 — Almanach de A Lucta, 1911

.....

**EM 20 DIAS** *CURA RADICAL*  
*e INFALLIVEL*

**ANEMIA** *CÔRES*  
*PALLIDAS*  
**CHLOROSE, CONVALESCENÇA**  
*PELO*

**Elixir de S. Vicente de Paula**

*Em todas as Pharmacias ou no DEPOSITO GERAL .*  
**CURIEL & DELIGANT, Rua dos Sapateiros 15. 1. LISBOA**  
*1300 reis o frasco franco porte em todo Portugal.*  
**P. LOILLE, Phara, 2, Faub. St-Denis, PARIS**

Fig 10 — Illustração Portuguesa



Fig 11 — Postal publicitário

Esta argumentação, de algum modo, articula-se com a argumentação institucional. Isto é, os anúncios são ilustrados com alusões à instituição onde se realizou a investigação. Ou então são ilustrados com referências escritas ou imagens da instituição produtora ou da instituição importadora ou de venda do medicamento ao público. Nalguns casos, isto constituía um forte argumento da publicidade. O que estava em causa era a credibilidade da indústria ou da instituição onde se realizou a investigação. Se ela fosse credível o medicamento era credível - era esta a lógica. Também constituíam argumentos válidos a concorrência entre as instituições, bem como a valorização do produto de cada estabelecimento como se aquele medicamento fosse o único e o genuíno.

Contudo, para o público a questão económica era e continua a ser das mais relevantes. A argumentação comercial era, igualmente, um recurso frequente na estratégia publicitária. As declarações do importador, da farmácia que vendia o medicamento, eram relevantes. Um dos pontos máximos desta argumentação consistia na devolução do dinheiro a quem não ficasse bem servido com o medicamento. Sublinhe-se ainda que a questão do preço era muitas vezes observada, de forma comparativa e qualitativa.

Também é importante sublinhar a existência de argumentos de religiosidade, ou pelos que nos remetem para alguma religiosidade ou tradição religiosa. Deste modo, o recurso da relação do medicamento com cura milagrosa foi prática utilizada na publicidade a medicamentos. Encontramos em Portugal publicidade, por exemplo, aos *Sabonetes medicinais Sousa Martins*, ao *Elixir S. Vicente de Paula*, entre vários. Que dizer do postal publicitário à aspirina ilustrado com *Nossa Senhora de Fátima* ou outros santos?

A alusão e a ilustração com pessoas e passos da história foi muito utilizada na publicidade. Do mesmo modo, a alusão a figuras e objectos do quotidiano foi utilizada. Neste caso o objectivo era articular o medicamento com muitos aspectos da nossa vida prática e da nossa cultura. Estes anúncios são muito decorados, coloridos, sendo o nome do medicamento e a figura escolhida o motivo principal da publicidade.

A argumentação científica, técnica e critérios regulamentares vão surgindo recorrentemente na segunda metade do século XX, vão aparecendo insistentemente na publicidade a medicamentos, argumentos técnicos e científicos directamente relacio-

**Sifilis**

**BISMUCILINA Bial**

**BISMUCILINA Bial**

**Amigdalites e faringites agudas**

**INJECTÁVEL**

COMPLEXO DE PENICILINA G PROCAÍNA E BISMUTO  
EM SUSPENSÃO OLEOSA COM MONOESTEARATO DE ALUMÍNIO

EQUIVALENTE A

PENICILINA . . . . . 300.000 U. I.  
BISMUTO . . . . . 0,09 g

Por ampola de 3 cm<sup>3</sup>

**SUPOSITÓRIOS**

COMPLEXO DE PENICILINA G PROCAÍNA E BISMUTO

EQUIVALENTE A

PENICILINA . . . . . 300.000 U. I.  
BISMUTO . . . . . 0,09 g

Por supositório

**INFANTIL**

**SUPOSITÓRIOS**

COMPLEXO DE PENICILINA G PROCAÍNA E BISMUTO

EQUIVALENTE A

PENICILINA . . . . . 300.000 U. I.  
BISMUTO . . . . . 0,045 g

Por supositório

Fig 12 — Simposium Terapêutico, 1957

nados com o medicamento no seu aspecto mais farmacêutico: as embalagens dos medicamentos, aspectos relacionados com a sua acção terapêutica, posologia, vias de administração, modos de apresentação, etc. surgem na publicidade a medicamentos. A distinção da publicidade entre medicamentos não sujeitos a receita médica e medicamentos sujeitos a receita médica torna-se mais notória. Do mesmo modo torna-se bem mais regulamentada a regulamentação da publicidade nos últimos vinte anos. Com a entrada dos medicamentos genéricos verifica-se, também, o recurso à instituição, à indústria farmacêutica, como figura central; o argumento institucional volta a ser utilizado com enorme força, pois o que está em causa é conferir credibilidade à instituição produtora e argumento prioritário da publicidade e é muito natural que assim seja, pois neste caso é o nome, o prestígio do laboratório que servirá como justificação na escolha do medicamento. (Pita, 2008).

#### 4. A publicidade a medicamentos: legislação e regulamentação

O *Estatuto do Medicamento*, isto é, o Decreto-Lei nº 72/91, de 8 de Fevereiro, revogado pelo Decreto-Lei nº 176/2006, de 30 de Agosto, foi o primeiro diploma a estabelecer de modo profundo um conjunto de normas relativas à publicidade. Este diploma adaptou para o direito interno directivas comunitárias e acentuou a especificidade do medicamento no respeito à publicidade, pois não se rege pelo código geral da publicidade.

Contudo, deve sublinhar-se que a regulamentação da publicidade aos medicamentos não foi iniciada com esse diploma. Em legislação anterior havia referência à publicidade a medicamentos, embora de um modo muito sucinto. Como exemplo, veja-se o Decreto-Lei nº 48.547, de 27 de Agosto de 1968, bem como alguns diplomas anteriores.

A fundação da *Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticas*, em 1940, antecessora do INFARMED, terá sido importante e um primeiro passo para a discussão de diversos pontos relacionados com a publicidade a medicamentos.

Encontramos sinais claros da necessidade de se regulamentar a publicidade a medicamentos em Portugal desde muito cedo. Em periódicos portugueses dos anos 30 e 40 do século XX, encontramos vários textos onde a problemática da publicidade a



medicamentos é referida intensamente, vincando-se a necessidade de normalizar e regulamentar uma matéria tão importante, de interesse para a saúde privada e pública.

Na segunda metade do século XX a publicidade a medicamentos, surge como uma parte integrante de uma fortíssima estratégia de *marketing* inerente hoje ao mundo industrial farmacêutico.

## 5. Considerações finais

A história da publicidade a medicamentos é fulcral para a compreensão da história da farmácia e da medicina. Ela fornece-nos um conjunto de imagens que ilustram a inovação portuguesa, a recepção da inovação estrangeira, que nos remetem para questões de ordem cultural, social e económica imprescindíveis para a compreensão da sociedade portuguesa do século XX.

## Bibliografia

- HIGBY, G.; STROUD, E. (Eds) (1997). *The inside story of medicines*. Madison, AIHP.
- PITA, J.R. (2003). Ciências médico-farmacêuticas e normalização social. *In: RIBEIRO, M.M.T. (Ed.). Portugal — Brasil. Uma visão interdisciplinar do Século XX. Actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003*. Coimbra, Quarteto, pp. 405-436.
- PITA, J.R. (2004). Sanitary normalization in Portugal: pharmacies, pharmacopoeias, medicines and pharmaceutical practices (19th-20th Centuries). *In: ABREU, L. (Ed.) — European Health and Social Welfare Policies*. Brno, PhoenixTN, European Thematic Network on Health and Social Welfare Policies, pp. 434-453.
- PITA, J.R. (2007). História da farmácia, 3ª ed. revista. Coimbra, MinervaCoimbra.
- PITA, J.R. (2008). Para uma história da publicidade farmacêutica em Portugal. *In: DUARTE, A.G. (Ed.). Infarmed 15 anos*. Lisboa, Ministério da Saúde / Infarmed, pp. 31-39.
- PITA, J.R.; PEREIRA, A.L. (2002). A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea. *Estudos do Século XX*, 2, pp. 231-265.
- PITA, J. R. (2005). História da profissão farmacêutica em Portugal. Alguns problemas e reflexões. *In: AGUIAR, A.H. (Ed.). Farmacêuticos 2015. Uma reflexão sobre a evolução da profissão*. Lisboa, AJE-Sociedade Editorial, pp. 20-40.
- RODRIGUEZ NOZAL, R.; GONZÁLEZ BUENO, A. (Eds.) (2008). *El medicamento de fabricación industrial en la España contemporánea*. Madrid, CERSA.

(Página deixada propositadamente em branco)

António Barroso

## A IMPRENSA ESTUDANTIL VIANENSE DURANTE A 1ª REPÚBLICA

Com esta comunicação pretendemos caracterizar as publicações periódicas impressas que foram editadas na cidade de Viana do Castelo, cujos responsáveis eram alunos do Liceu, da Escola Comercial ou da Academia Vianense.

Durante os anos de 1910 a 1926, coligimos um total de doze títulos, publicados semanal ou quinzenalmente, excluindo as publicações impressas ou editadas por meios não tipográficos, geralmente com uma existência efémera, tendo tido apenas vinte e oito números o jornal que se publicou durante mais tempo.

Ao falarmos em imprensa estudantil podemos descrevê-la nestes termos:

Diferentes das publicações académicas, que, normalmente, são feitas e dirigidas por professores, lançadas e subsidiadas por escolas e instituições, as estudantis situam-se, na maior parte dos casos, em campos distintos e até opostos. De um modo geral, os periódicos estudantis caracterizam-se por um certo distanciamento e até por uma posição de irreverência em relação à escola e aos seus mestres. Em termos económicos, os periódicos estudantis vivem, essencialmente, do produto das suas vendas, alguma publicidade, quando existe, mas sobretudo da capacidade financeira dos seus responsáveis. Eis aqui uma explicação, não só para a sua pouca longevidade, traduzida, normalmente, nuns fatídicos três meses, mas também para o não cumprimento, em muitos casos, da periodicidade inicialmente anunciada. Diferenças, também, ao nível das temáticas abordadas. Se as revistas académicas privilegiam, sobretudo, temas ligados ao passado, as estudantis viram-se mais para questões do presente e do futuro (Prata, 2006: 13-14).

Em 1911 a população residente na cidade de Viana do Castelo era de 10.522 habitantes e, no seu concelho, de 51.466 (Fernandes, 1995: 170). Na urbe vianense, existia o Liceu Nacional de Viana do Castelo que, depois de 1918, passa a chamar-se

Liceu Nacional de Gonçalo Velho, a Escola de Ensino Normal e a Escola Comercial. São estudantes oriundos destas escolas, principalmente os que frequentaram o Liceu, que vão ser os responsáveis das publicações, que a seguir descrevemos, como se comprova neste excerto:

Os jornais produzidos por estudantes, boa parte das vezes em números únicos ou com poucas edições, surgiram na maior parte dos liceus. O de Viana do Castelo não foi excepção. Entre os que aí foram produzidos avultaram títulos como *O Gabiru*, *O Peneira*, *O Pedante*, *O Académico*, *A Academia*, *Academia Vianense*, *À Sombra da Capa* (Azevedo, 2003: 767).

### Títulos publicados

#### O PENEIRA

O primeiro número do jornal *O Peneira* surge em 25 de Março de 1912, dirigido por João Rebelo de S. Júnior. Deste quinzenário académico apenas se iria publicar mais um número, em 15 de Abril do mesmo ano. A redacção e administração situavam-se na rua das Rosas, nº 35, em Viana do Castelo, tendo como editor Manuel P. Barbosa e como secretário da redacção, Edmundo Guimarães.

No nº 1, em texto intitulado “O Peneira”, assinado por Rebelo de Sousa, lê-se na parte final:

Pequeno jornal, que até agora tenho estado escondido, sou hoje obrigado a aparecer á luz da publicidade, para que por meio de originais e escritos que estampam nas minhas faces, eu possa, no futuro, vir a ser um jornalão. Mas temendo o canelão, os pochões de orelhas e sopapos dos meus colegas, eu lhes peço de joelhos, de mãos erguidas para o céu e debulhado em pranto, que não me façam mal. Tenham pena de um pobre Peneira meus caros coleguinhas. Eu comprometo-me a fazer tudo o que desejarem, mas não me batam. A todos os meus colegas eu peço protecção, mas com especialidade ao meu colega «Aurora do Lima» como mais velho eu peço encarecidamente que me proteja e me cubra a cabeça com a sua pasta, para que daqui para o futuro eu possa seguir livremente e sem interrupção, o meu triste e escarpado caminho.

Este jornal contém pequenos contos, poesia, notícias sobre diversos assuntos académicos, especialmente os relacionados com o Liceu de Viana e a Academia

Vianense. No primeiro número destacamos: notícia do falecimento de um aluno do Liceu; a reunião da Academia onde se falaram vários assuntos entre os quais “da projectada vinda a esta cidade da Tuna da Universidade de Coimbra”; o texto, “Espetaculo”, que abre com “Promovido pelo grupo dramatico da Academia desta cidade, realiza-se no dia 27 do corrente no elegante salão da Officina de S. José um espetaculo em beneficio da mesma Oficina (...) Pedimos ás gentilissimas damas da terra que nos favoreçam com a sua presença, que nos deem palmas, saquinhas de bombons e mais qualquer coisa que se coma” e a secção “Ha quem diga”, composta de frases curtas em tom jocoso.

No segundo número, destaque para o texto “Até que enfim”, assinado pelo director, onde se lê:

Ha já muito tempo que era desejado e reclamado por todos os estudantes deste liceu um pavilhão que os abrigasse do sol e da chuva. Foi-nos prometido, mas passou-se um mez, dois, três, quatro, sem o pavilhão aparecer” (...) Felizmente agora estamos bem (...) Desejamos apenas uns bancos onde nos possamos sentar, porque não podemos sentar-nos no chão, nem nas imundas pedras que estão debaixo do pavilhão. Pedimos então respeitosa-mente ao senhor Reitor do liceu, que nos faça esse grande favor, que é não só de grande comodidade para nós mas tambem para a conservação de nossas roupas.

Também não podemos deixar de assinalar o texto “De Viagem”, relatando uma saída dos alunos: “A fim de verem o eclipse partem na proxima quarta feira para Penafiel os nossos distintos professores snrs Dr Jesus de Araujo e Dr Tomás Felgueiras com toda a 5ª classe do Liceu. Que tenham boa viagem e que façam muita pândega”.

Este jornal possui textos anónimos ou assinados com pseudónimos, exceptuando a colaboração assinada pelo director e presidente da Academia Vianense, Rebelo de Sousa.

Composto e impresso na Typ. d'André J. P. & Filho, em Viana do Castelo, num formato de 34,5 x 25 cm, com 4 páginas a 3 colunas, sendo a última destinada apenas a publicitar a tipografia onde foi impresso e ao espaço para o endereço dos assinantes. Era vendido avulso a 20 réis, e a assinatura semestral importava em 240 réis.

No segundo número *O Peneira*, em pequeno texto intitulado “Atenção”, adverte para a alteração do título no número seguinte, prevenindo “todos os nossos amigos e leitores que o nosso jornal em vez de ter o título de *O Peneira* passa a tê-lo de *Folha Académica*”.

## FOLHA ACADÉMICA

Como era anunciado no nº 2 de *O Peneira* de 15 Abril de 1912, a 1 de Maio do mesmo ano, publica-se o nº 3, mas agora com o título de *Folha Académica*, sendo este o único número publicado.

Continuava com os mesmos responsáveis, ou seja dirigido por João Rebelo de S. Júnior, editado por Manuel P. Barbosa e tendo como secretário da redacção Edmundo Guimarães. A redacção e administração continuavam a situar-se na rua das Rosas, nº 35, em Viana do Castelo.

Inserindo poesias, um pequeno conto, anedotas e breves notícias relacionadas com estudantes do Liceu de Viana, apresenta colaboração de Rebelo de Sousa, Alfredo Guerra e M. Baptista Torres, além de textos com pseudónimos ou sem qualquer responsabilidade.

A última página destinava-se apenas a publicidade, com o anúncio da Typographia d’André J. Pereira & Filho, onde este jornal foi composto e impresso, e espaço para o endereço dos assinantes. O formato continuava a ser de 34,5 x 25 cm, com 4 páginas impressas a 3 colunas.

## O GABIRÚ

Este jornal iniciou a sua publicação em 25 de Fevereiro de 1913, terminando a 11 de Setembro do mesmo ano, ao fim de 28 números publicados, sendo de entre os jornais analisados o que teve a maior longevidade.

O director foi sempre Nápoles Machado, o editor foi, primeiro José Gonçalves, e depois José Fernandes, sendo administrado por Manuel J. Barbosa e como secre-

tário da redacção, primeiro foi Flávio Guimarães, sendo substituído, mais tarde, por Manuel Alves.

No primeiro número, em texto intitulado “O gabiru”, assinado por A Empresa, lê-se:

Ha muito tempo que nós, levados por reconhecer a precisão que havia de dar aos estudantes um meio de distrahir as horas vagas, e aos paes dos mesmos que moram longe, noticias do liceu, tentavamos levar a cabo a fundação dum jornal de humorismo e informação liceal. A nossa vontade era que êle fôsse uma enorme folha como as que se circulam no paiz e estrangeiro, publicadas nas grandes cidades.

Para isso era preciso que entre nós houvesse grandes capitalistas a quem não fizesse falta o dinheiro que com isso podia perder-se, e que os estudantes, a quem principalmente nos dirigimos tivessem, contra a regra geral, dinheiro suficiente para custearem as assinaturas. Vendo que se teriam de fazer milagres, resolvemos publicar um folheto que com o tempo pôde vir a progredir. É esse o folheto que estais a ler e que se chama *O Gabirú*. Se resolverdes continuar a leitura fazei a convenção de achar tudo bem escrito pois (para que nega-lo?) são muitos os erros que aqui se encontram devido á incapacidade de todos os que se meteram nesta empresa, e á falta de conhecimentos ortográficos e de pontuação que ainda temos.

A redacção situava-se na Casa Barbosa, na estrada de Santa Luzia, mudando-se, a partir do nº 2, para a rua da Bandeira, 149, e do n.º 9 em diante, transfere-se para a rua Nova de S. de Bento, 10, em Viana do Castelo.

No nº 5, *O Gabirú* passa a mencionar no cabeçalho “semanário académico”, complemento de título que vai simplificar, no nº 21, para “semanário”, alterando também o aspecto gráfico do título.

Neste jornal encontramos pequenas notícias sobre alunos e professores do Liceu, as reuniões académicas, contos, poesias, anedotas, e, as secções, “Debicando”, “Secção charadística”, “Ventila-se”, conjunto de frases de crítica social e de costumes e “Mundo elegante”, onde são notícia “as sopeiras em vez de damas da sociedade”. Muitos dos textos são assinados com pseudónimos, outros anónimos, surgindo como colaboradores os nomes de A. Anselmo, F. Viana e José Fernandes de Sousa.

*O Gabirú* era composto e impresso na Typographia Modelo, passando a partir do n.º 5 para a Typographia Commercial, situada na rua da Picota, 22 a 26, em Viana do Castelo.

Inicialmente, com um formato de 29 x 20 cm, com 4 páginas, a 3 colunas, sem publicidade, este semanário aumenta de tamanho a partir do n.º 5, para 38 x 26,5 cm, mantendo as 4 páginas, mas passando a última para publicidade, e sendo impresso a 4 colunas. A assinatura mensal importava em 4 centavos, vendendo-se avulso, por 1 ½ centavos.

## O PEDANTE

O n.º 1 deste quinzenário académico saiu em 14 de Março de 1913 e o n.º 6, em 1 de Junho do mesmo ano, tendo-se publicado seis números.

Como director encontramos Gonçalves Pires, como editor Luiz Caetano Alves, como secretário Artur Maciel, e administrado por J. A. Rocha e Sá e J. Portocarrero. No n.º 3 como directores, surgem G. Pires e Mamede e, como primeiros redactores, A. M. Gonçalves e Oner de Carvalho, para no n.º 4 figurar apenas A. M. Gonçalves como redactor. A redacção e administração situavam-se na rua Frei Bartolomeu dos Mártires, 96, passando no n.º 3 para a rua Nova de Santana, 69 a 71, em Viana do Castelo.

No primeiro número editado, no texto “A nossa apresentação”, lê-se:

Com o titulo «O Pedante» aparece hoje ao publico este pequenino jornal que vem com intenção, não de ser com o decorrer dos tempos um d’esses grandes jornaes com a tiragem de milhares e milhares de exemplares como o «Times» «Daily Mail» «Le Journal» e muitos outros, mas sim de ser um jornal modesto onde não faltaram os competentes erros que os nossos leitores devem desculpar, atendendo a que representa obra de rapazes que se ocupam ainda do seu aperfeiçoamento pelo estudo, e que com a sua publicação tem um unico fim «a distração». Os nossos leitores rir-se-hão das nossas infantilidades, é certo, mas ao mesmo tempo que passamos as nossas horas d’ocio preenchendo as columnas do «Pedante» fazemos um exercicio que ninguem deixará de achar util. Ajudem-nos pois, ouvindo o primeiro chilrear d’um bando de passaritos novos.



*O Pedante* insere nas suas páginas poesias, curtas notícias, artigos de opinião, breves comentários de crítica social e textos nada abonatórios para o jornal “O Gabirú”.

Como colaboradores teve, A. Maciel, A. P. da Cunha, G. Pires, Oner Viana de Carvalho, sendo outra colaboração assinada com pseudónimos, ou a coberto do anonimato. No nº 6, e último número publicado, em texto intitulado “O nosso jornal”, assinado por Gama, lê-se:

Aproximando-se o termo das nossas lides escolares e ouvindo-se já ao lonje o feroz latir dessa traiçoeira «rabuda», vemo-nos obrigados a suspender temporariamente, se bem que contra nossa vontade, o nosso jornal que apesar da sua precóce existência tem conseguido sustentar-se através de inumeras dificuldades afim de satisfazer o programa que tinhamos em vista. Terminados os exames, de novo voltaremos a continuar a publicação dêste modesto jornal, que passará a ser semanal. Se não temos cumprido á risca o que tinhamos prometido, se o jornal não tem saído com regularidade, esperamos, digo, faremos, por que isso não suceda daqui para o futuro. Mas para isso necessitamos que todos nos auxiliem nesta ardua tarefa que se chama a vida jornalística”

Apesar da intenção manifestada em manter a sua publicação, *O Pedante* não voltou a sair dos prelos.

Com 4 páginas, impressas a 3 colunas, apresentando a última apenas publicidade da Typ. André J. Pereira & Filho, Successor, onde este jornal foi impresso, com um formato de 38 x 26 cm, era vendido, por assinatura anual de 480 réis.

## O ACADÉMICO

Surgido a 5 de Fevereiro de 1914, este jornal com uma periodicidade semanal, apresentava como complemento de título órgão do Liceu, terminando a sua publicação a 2 de Abril, com nove números publicados<sup>377</sup>.

A direcção esteve a cargo de Omer de Carvalho, tendo como editor António Pinto da Cunha, como administrador José S. Malheiro e secretário da redacção Manuel

<sup>377</sup> E não com seis números como indica Luís de Figueiredo da Guerra (Guerra, 1917).

Alves, sendo estas duas últimas funções desempenhadas a partir do nº 6 respectivamente por Manuel Dantas de Brito e Abílio da Rocha Gomes.

288

No editorial do primeiro número, podemos ler que este jornal se deve a um “grupo de rapazes e se destina a empregar as horas de ocio enchendo as colunas do órgão do Liceu”.

Como colaboradores encontramos A. P. da Cunha e A. M. Viana, e outras vezes colaboração assinada com pseudónimos, compreendendo poesia, notícias de actividades académicas, artigos sobre o Liceu, pequenas notícias de âmbito local e uma “secção charadística”.

Nos números dois e sete, os responsáveis deste jornal esclarecem os seus leitores que esta publicação “não tem nada com [os jornais] O Gabirú e O Pedante”.

Editado com quatro páginas, a quatro colunas, num formato de 38 x 25 cm, *O Académico* foi impresso na Typ. Comercial, à rua da Picota, em Viana do Castelo. A quarta página destinava-se, exclusivamente, a publicidade e espaço para o endereço dos assinantes.

A sua distribuição fazia-se por assinatura que custava na cidade \$06 por mês, aumentando \$02, se a distribuição fosse pelo correio.

## O ACADÉMICO

Com o mesmo título do jornal anterior, surge na primeira semana do mês de Junho de 1918, uma nova publicação que apresentava como complemento de título “semanário académico”<sup>378</sup>, terminando na segunda semana de Julho desse ano, com a edição de seis números (Pimenta, 2000: 95).

---

<sup>378</sup> Segundo Luís Figueiredo da Guerra, *O Académico* continua no *O Normalista* (Guerra, 1920).

Dirigido por Jerónimo Vieira da Silva e editado por Severino Costa, *O Académico* tinha como administrador António Correia Vieira, depois Domingos Carvalho, e secretário de redacção, Rogério Sousa.

Apresentando quatro páginas, impresso a três colunas, com uma altura de 25 centímetros, este semanário foi composto na Tipografia Eduardo Rodrigues, localizada na rua D. Luís, na cidade de Viana do Castelo.

Os temas abordados<sup>379</sup> são idênticos aos de outras publicações editadas por estudantes vianenses, nesta década.

## O ACADÉMICO

Assumindo-se no complemento de título como órgão defensor dos interesses da Academia de Viana, este jornal deve ter iniciado a sua publicação durante o final do mês de Fevereiro de 1919, ou na quarta-feira, dia 5 de Março, de 1919<sup>380</sup>, e não sabemos quando deixou de se publicar.

António Machado foi o seu director, tendo como redactor Jerónimo Aguiar, e como editor António V. Enes, no número três, e José H. da Costa, no número quatro. O administrador António Branco foi substituído, no número quatro, por António Enes. A redacção e administração situavam-se na Avenida Conde Carreira, em Viana do Castelo.

Inseres textos informativos de temática escolar, poesia, uma secção intitulada “Há quem diga, leitor amigo” de teor sarcástico, outra de necrologia, notícias da sociedade local, assinadas por iniciais ou pseudónimos.

Destacamos um texto no terceiro número assinado por A. J., sobre a instauração “de um processo escolar aos actos dos alunos do nosso liceu, que levados ou pela

<sup>379</sup> Consultamos apenas o jornal nº2, da 2ª semana de Junho de 1918.

<sup>380</sup> A nossa dúvida prende-se com a pequena nota inserta no terceiro número, onde os responsáveis pedem desculpa aos assinantes porque “o presente numero sai com bastante atraso”, e só consultámos o n.º 3, de 19 Março de 1919 e o n.º 4, de 26 de Março do mesmo ano.

ignorância, ou descabido partidarismo ao régimen monárquico, ousaram em requintes de baixaza e ignominia faltar aos seus deveres de académicos e de futuros cidadãos desta pátria tão querida”. Estes actos, vexatórios para os republicanos e nomeadamente contra a bandeira verde e vermelha, foram praticados por alunos do Liceu e da Escola Normal nos vinte e cinco dias da Monarquia do Norte. No quarto número, o autor da notícia anterior, agora assinando José Pereira de Aguiar Junior, escreve um longo texto intitulado “Aos meus colegas”, onde se defende das acusações de muitos dos seus colegas não terem gostado do seu artigo dizendo que tal assunto não devia ser tratado nas páginas deste jornal onde o autor pedia “ao Exmo Sr. Reitor um julgamento severo para aqueles que vilmente deshonraram a Academia do Liceu de Gonçalo Velho”. Refere que “alguns dos académicos vianenses arrastaram pela lama a bandeira nacional, constituindo um grupo que percorreria as ruas da cidade, dando vivas á monarquia e cometendo assim o maior crime que pode haver, isto é, o ultrage á bandeira da Pátria e como consecuencia o enxovalho e a afronta ao nobre povo português”.

No terceiro número publicado, em texto intitulado “Para que todos leiam”, encontramos a razão do surgimento deste jornal. Aí, podemos ler:

Viana, incontestavelmente, uma das mais Formosas cidades desta ditosa pátria, cujas margens são constantemente humedecidas pelas águas cristalinas do Letes, é nela, nesta cidade tam tímida pelos romanos pela sua beleza, que só se publicava um jornal (o nosso colega o “Cupido”). Foi por isso e por vermos a necessidade que a Academia tem dum órgão que seja o seu defensor, que seja a guitarra que queira as melancolicas horas por ela passadas que nós, jovens mas levados pela ambição de levantar ao maior esplendor a imprensa portuguesa fizemos este Jornal. O aparecimento dele causou na Academia assim como na terra um destes entusiasmos que tivemos que mandar fazer maior tiragem tal é a quantidade que temos de nossos futuros assinantes.

O Académico era composto e impresso na Tipografia Guimarães, em Ponte de Lima, num formato de 24,7 x 17,2 cm, com quatro páginas impressas a três colunas, destinando a última página a anúncios publicitários.

Este pequeno periódico era distribuído pelos assinantes, em Viana do Castelo, ao preço de \$10 por mês, e, aos de fora desta localidade, a \$12, podendo, estes, “enviar a sua quota em estampilhas do correio”.

No editorial do primeiro número deste jornal, surgido na primeira semana de Novembro de 1919, com o subtítulo “defensor dos interesses académicos”, assinado pela redacção e intitulado “Apresentação e Programa”, pode ler-se: “somos cerca de meia dúzia de rapazes somente que se propõe criar um jornal académico”. Pugnando pelos interesses académicos, defendem a independência política como princípio orientador e, como tal, segundo afirmam, não publicarão qualquer texto de feição política, por saberem que a “Política e a Discórdia são irmãs gémeas”. Também não aceitam colaboração anónima e todos os textos terão que ser assinados e, no caso de pseudónimo, o verdadeiro nome será revelado. Como defesa da língua portuguesa, os artigos não poderão conter estrangeirismos e seguirão a ortografia oficial.

Tendo sido publicados vinte números<sup>381</sup>, o último dos quais na terceira semana de Abril de 1920, os temas dos editoriais giram à volta das Escolas Primárias Superiores, do uso do uniforme académico, da educação moral nos Liceus, das vantagens da caixa escolar, da passagem do Liceu de Viana da categoria de Liceu Central a Nacional, entre outros assuntos de natureza académica, principalmente em torno do Liceu Gonçalo Velho. *A Academia* insere, ainda, poemas, cartas, pequenas notícias, contos, um folhetim, uma crónica da Grande Guerra, duas curtas biografias e pequenos artigos com temas diversos. Destaque para o quarto número, com 8 páginas, inteiramente dedicado ao 1º de Dezembro com diversos artigos evocando o acontecimento, com realce para o soneto “Portugália”, da autoria de Severino Costa.

A direcção foi confiada a Francisco de Andrade, sendo editor Saturnino e Silva e administrador, Jorge Lobato, estando a redacção e administração localizada no n.º 162, da rua 8 de Maio, em Viana do Castelo

Apresentando habitualmente 4 páginas impressas a três colunas, com o formato de 27 x 18 cm, este semanário foi composto até ao número 15, na tipografia de Eduardo Rodrigues, sedeadada na rua de D. Luís, em Viana do Castelo, e, nos cinco últimos números na tipografia de André J. P. & F.º Suc, também na mesma rua.

---

<sup>381</sup> E não quatro números, como afirma Luís de Figueiredo da Guerra ( Guerra, 1920 ).

A assinatura mensal custava \$12 e cada exemplar avulso, era vendido a \$03, exceptuando o n.º 4, que foi vendido a \$05.

292

## À SOMBRA DA CAPA

Saindo o primeiro número a 15 de Janeiro de 1922, deste semanário literário, sportivo, humorístico e noticioso, órgão da Academia de Viana do Castelo, publicaram-se 24 números, tendo o último saído a 21 de Setembro, desse ano.

Teve como director até ao n.º 22, António G. Correia Vieira, como editor Armando Vieira Pinto, e até ao n.º 11, o administrador foi Cândido Sá, sendo redactores Alberto Fontinha, Sequeira Campos, Pinto Cruz, Joaquim Torres, J. H. da Costa (até ao n.º 7) e Alfredo P. Oliveira (a partir do n.º 11). Martinho Faria foi secretário da administração até ao n.º 11, situando-se a redacção e administração na rua de S. Pedro, 35, em Viana do Castelo. Com o n.º 12, o administrador e secretário da administração passa a ser Alberto Fontinha, e Sequeira Campos como redactor principal. No n.º 13, muda o aspecto gráfico do cabeçalho e surgem como redactores Ananias T., Pinto C. e Alfredo P. Oliveira. Com a publicação do n.º 22, este semanário volta a sofrer alterações, passando o editor a ser João Passos Ribeiro, o redactor principal, Manuel Martins Queiroz, os redactores, A. Torres e Pinto Cruz, e o redactor sportivo, Alfredo P. Oliveira.

No n.º 23, em editorial intitulado “Á Sombra da Capa”, na 1ª página, lê-se: “Reaparece hoje após algum tempo de suspensão, a que deu lugar o incidente que todos é conhecido já. Anunciam ainda outras melhorias no jornal a cujas colunas veem hoje dar distinção nomes ilustres como o de Leonardo Coimbra”.

Com este número altera o complemento de título para “Bi-semanário literario, noticioso, sportivo e humorístico (independente)”, mudando o director que passa a ser João de Passos Ribeiro, e, a redacção e a administração transitam para a rua Nova de Santa’Ana, também em Viana do Castelo. No cabeçalho, passa a indicar que: “Escritos anónimos ou inconvenientes à moral não se publicam”.

No n.º 1, em texto intitulado “Evocação”, assinado por S. C. , na 1ª página, é explicado o modo como apareceu este jornal, ao mesmo tempo que o autor evoca outra publicação estudantil vianense:

Tenho na minha frente o primeiro número dum jornalzinho chamado “O Académico” que veio pela primeira vez á luz do dia, numa manhã clara da primeira semana de junho de novecentos e dezoito. Há tres anos e meio. Um dia, ali à porta do “Américo” o Jerónimo Vieira, o Correia Vieira e o Rogério Sousa, vieram ter comigo, entusiasmados, para se fazer um jornal da Academia. Eu tinha acabado o meu 5º ano mezes antes, e sentia ainda, esparsa pelo coração, a saudade da vida que não voltaria. Instaram comigo, - que eu ia ser o edictor, que havia de escrever. Não pude nem soube recusar.

O jornal saíu, cheio de impetos moços, abrindo logo com um artigo de fundo terrível, e com uma carta aberta ao Reitor do liceu. O dinheiro, porém, começou a escacear, o tipógrafo não queria dívidas, e um belo dia tudo acabou. (...) Mas a Vida repete-se. Ha dias, na mesma infalível porta do “Américo”, o Correia Vieira veio ter comigo. Vai sair outro jornal. Eu tinha que escrever. O Rogério tambem escreveria. E não pude recusar. Pediu-me um artigo de fundo. Em vez de massadorias fiz isto. Disse uma página da vida de alguns rapazes que hoje voltam a reunir-se, com a mesma e terna magia deante dos olhos, a tentá-los.

Que mais poderei dizer? Que êste jornal vai ser como tantos outros, como todos, o intérprete das nossas emoções, das nossas piéguices, do nosso sentimentalismo? Isso todos o sabemos. Vai ter longa vida? Creio que sim. Hoje há mais dinheiro... e mais escritores. Considerando-me já da velha guarda, com 22 anos, só estimo muita força nos pulmões e na bolsa ao jornal que estais lendo.

Neste jornal encontramos poesia, pequenos contos, notícias sobre o Liceu, pequenas notícias da vida académica, relatos de visitas de outras Academias a esta cidade, e as rubricas “Sport”, mais tarde “Cronica sportiva”, “Notas d’elite”, “Folhetim”, “Charadas academicas” e “Um pouco de filosofia...”, estando a última página, geralmente com publicidade. Os textos são assinados com iniciais, anónimos ou escritos entre outros pelos seguintes colaboradores: A. Castro, A. L. de Carvalho, A. Moura Vitória, Abílio Costa, Adelino Cordeiro, Amândio Castro, Ângelo Augusto da Silva, António Correia Vieira, Armando Vieira Pinto, Beatriz de Souza Bacelar, C. Dantas, Carlos Ribeiro de Melo, Celestino Pires, Cláudio Basto, Domingos do Paço, E. Sarmiento, Ernesto Sardinha, Fausto de Meireles, J. Passos Ribeiro, João Cunha Valença, Joaquim Torres, Jorge Ramos, José Alves, Leonardo Coimbra, Luciano Ribeiro, M. Santos, Manuel Ferreira, Manuel Parente Nôvo da Cruz, Marcelo Gouveia,

Maria Matos, Orlando Jorge, Pedro da Silva, Rosa Varela, Sebastião A. Guerra Pinto, Severino Costa e Teixeira Pinto.

294

Inicialmente composto e impresso, na Tip. A Plebe, passa a partir do n.º 14 para a Typ. Com. A Aurora do Lima, ambas em Viana do Castelo. Possuindo habitualmente 2 ou 4 páginas, a 5 colunas, num formato de 50,8 x 33,2 cm, vendendo-se, avulso, por \$15.

Merecem destaque os números 7, que foi impresso a roxo, e o 13, impresso a verde, com 6 páginas e dedicado ao dia 9 de Abril - Batalha de La Lys, assinalando que “o produto da venda deste jornal deduzidas as despesas reverte em benefício dos Padrões da Grande Guerra”.

#### A VOZ DA MOCIDADE

Deste semanário foram publicados seis números, saindo o primeiro a 24 de Fevereiro de 1922 e o último, a 15 de Abril do mesmo ano, apresentando do lado esquerdo do cabeçalho, como complemento de título, “semanário noticioso, humorístico e recreativo” e, do lado direito, “órgão dos alunos da Escola Comercial de Viana”.

Dirigido por Pedro Dias, tendo como administrador J. Figueiredo, este jornal teve inicialmente como editor Armando António de Matos, para no número seguinte passar a ser Manuel A. Neves Martins. A redacção e a administração situavam-se na rua da Bandeira, 152, em Viana do Castelo.

No n.º 1, em texto denominado “O nosso jornal”, assinado por A. P., pode ler-se:

A Voz da Mocidade é no decurso de qualquer tempo uma toada alegre e ridente. (...) Num impulso, alevantado forte e entusiástico, que uma pleiade de novos campeões do Futuro, se permite reservar para a satisfação do seu ideal, no lindo gesto de um tudo – nada furtar às horas destinadas ao manuseamento dos seus compendios, maxime á sua folgança e em detrimento das suas inofensivas tropelias e do brou ha-ha propria da tamanina idade, sempre revestida de bons propósitos, esse grupo de leais e dedicados rapazes, essa plêiade, dizíamos, propõe-se trazer a publico, pela imprensa como que o carnet onde apontados e recolhidos, semanalmente, os seus devaneios de amor, as suas canções garrúlas,



por ventura gratas ao coração das gentis deidades; as suas ligeiras notas de sport, e a sua pontinha de humor para o despelamento dos parólos arrabaldescos e para o exagerado formalismo e donaire dos cidadãos adelaides de espartilho e almofadinhas....

Neste jornal encontramos textos relacionados com a vida estudantil, poesias, uma secção recreativa e alguma publicidade. Muitos dos seus textos são assinados com pseudónimos figurando como colaboradores, entre outros, J. Figueiredo, Jorge Ramos, Neto Beirão e Pedro Dias.

Composto e impresso na Tip. Roza, localizada na rua da Bandeira, 152, em Viana do Castelo, variando entre as duas ou quatro páginas, num formato de 38,5 x 25,5 cm, este semanário publicou-se, inicialmente às sexta-feiras, passando a sair aos sábados a partir do nº 4. Era vendido, por assinatura que importava anualmente em \$35.

## O GAROTO

O primeiro número deste jornal académico, *O Garoto* saiu dos prelos da Tip. de Eduardo Rodrigues, a 7 de Janeiro de 1914, tendo-se publicado 4 números (Guerra, 1917).

## O NORMALISTA

Este jornal publicou-se em Viana do Castelo, durante o ano de 1918, com o subtítulo de “semanário académico”.

Deste periódico, apenas encontramos referência ao n.º 10, respeitante à 4.ª semana de Outubro de 1918 (Pimenta, 2000: 15). Este número, apresenta como director, Romeu Pimenta, editor Abel Viana, redactor, Agostinho Carvalhido, administrador, Manuel Barbosa, e, a redacção e a administração, sedeadas na rua dos Manjovos, n.º 53, em Viana do Castelo. A sua composição e impressão efectuou-se, nesta cidade, na Tip. Eduardo Rodrigues, localizada na rua de D. Luís.

## Considerações finais

296

Dos dois últimos títulos referidos não conseguimos encontrar qualquer exemplar, quer nas colecções existentes na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Biblioteca Municipal do Porto e Biblioteca Nacional de Portugal, quer em acervos particulares, o que se deve, essencialmente, ao interesse efémero destas publicações. A fragilidade do suporte em papel, muitas vezes de fraca qualidade, o não haver a preocupação de se conservarem os jornais, ou, quando se conservam, nem sempre nas melhores condições, levando a que muitas vezes se encontrem em mau estado, com páginas rasgadas ou comidas por insectos e roedores, são algumas das razões que impedem que, em muitos casos, não se encontrem colecções completas, quer públicas, quer privadas. O indiscutível interesse destas publicações estudantis, que permitem superar em alguns casos lacunas de documentação, é razão primordial para que se proceda a uma melhor conservação destas colecções.

Com esta comunicação, além de dar a conhecer a imprensa estudantil vianense publicada na vigência da Primeira República, é nosso propósito alertar para a importância fundamental da preservação e divulgação das publicações escolares existentes em muitas bibliotecas ou arquivos e sublinhar o interesse de que a imprensa estudantil se reveste, como fonte para o estudo da cultura escolar.

## Bibliografia

- Azevedo, Rodrigo (2003) "Liceu Gonçalo Velho". In António Nóvoa (Org.), *Liceus de Portugal*, Porto: Edições Asa
- Fernandes, Mário Gonçalves (1995) *Viana do Castelo: a consolidação de uma cidade (1855-1926)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Guerra, L. de Figueiredo da "O jornalismo em Viana: 1914-1917". *A Aurora do Lima*, 6 Fevereiro 1917.
- Guerra, L. de Figueiredo da "Jornalismo em Viana: 1917-1920". *A Aurora do Lima*, 30 Julho 1920.
- Nóvoa, António (dir.) (1993) *A Imprensa de Educação e Ensino: repertório analítico (séc. XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Pimenta, Romeu (2000) *De Ponte de Lima à Foz do Douro: por Viana e Cerveira*. Porto: Figueirinhas.
- Prata, Manuel Alberto Carvalho (2006) *Imprensa Estudantil de Coimbra Vol. I: Repertório Analítico (Século XIX)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Viana, Rui A. Faria & António José Barroso (2009) *Publicações Periódicas Vianenses*. Viana do Castelo: Câmara Municipal.

PALESTRA DE JK COM GETÚLIO VARGAS NO CÉU:  
LEITURA VERBO-VISUAL DE UM FOLHETO DE CORDEL REPUBLICANO

INTRODUÇÃO

Os diversos estudos realizados ao longo de pouco mais de cem anos da literatura de cordel no Brasil têm atribuído grande valor à origem histórica e à constituição material de seus folhetos. O que tais estudos não têm mostrado, no entanto, é que, para a leitura desse gênero, deveriam ser consideradas as duas linguagens que o caracterizam simultaneamente: a verbal e a visual. Sendo assim, o que se pretende, neste texto, é mostrar que o folheto de cordel é um gênero que se caracteriza verbo-visualmente, a fim de que, em seguida, seja possível contribuir, – por meio de uma experiência de leitura, articulada pela caracterização do gênero<sup>382</sup> –, para o trabalho do professor em sala de aula e, por que não dizer, do pesquisador afeito a essa manifestação cultural, popular, nordestina e brasileira.

Dentre as definições existentes sobre gênero, a do teórico russo Mikhail Bakhtin parece ser, aqui, a mais adequada, por permitir considerar esse conceito de maneira mais ampla.

---

<sup>382</sup> Desenvolvo uma pesquisa na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), “Literatura e Ensino: contribuições da articulação verbo-visual para a criação do ato didático”, em que estabeleço três categorias de análise para as possíveis articulações entre a linguagem verbal e a linguagem visual em aulas de literatura, a saber: a) articulação determinada – quando o gênero literário estudado se caracteriza pela linguagem verbal e pela linguagem visual simultaneamente e que assim, portanto, deveria ser lido, como no caso dos poemas dos folhetos de cordel e dos poemas visuais; b) articulação referida – quando o autor do texto literário estudado faz referência direta ou indiretamente a uma obra visual; c) articulação proposta – quando o professor de literatura propõe uma atividade de leitura, em perspectiva intertextual, estabelecendo relações entre o texto verbal e uma pintura, ou uma fotografia, ou uma gravura, etc. Estabelecendo-se tais categorias, acredito que seja possível ao professor de literatura, em seu processo de criação, valorizar ambas as linguagens envolvidas no processo de leitura, aprimorando a relação ensino/aprendizagem.

Estável. Efêmero. O gênero para o filósofo russo se define da seguinte forma:

Por sua natureza mesma, o gênero literário reflete as tendências mais estáveis, “perenes” da evolução da literatura. O gênero sempre conserva os elementos imorredouros da *archaica*. É verdade que nele essa *archaica* só se conserva graças à sua permanente renovação, vale dizer, graças à sua renovação. O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero renasce e se renova em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero. (Bakhtin, 1997: 107)

Essa definição permite se pensar o folheto de cordel, considerando-se suas transformações, ao longo desses pouco mais de cem anos de história no Brasil, como um gênero que se constitui da linguagem verbal e da linguagem visual, simultaneamente, e reconhecer que assim, portanto, deveria ser lido.

Levando-se em conta essa perspectiva de leitura dos folhetos de cordel, determinar, aqui, um título para análise, somente pelo tema não seria suficiente, já que recorrendo novamente à teoria de Mikhail Bakhtin, em *Estética da criação verbal*, fica mais evidente sua concepção de gênero, por meio de outras características:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (*Idem*, 2003: 261-262)

Ampliando-se a definição de gênero, a análise do folheto de cordel proposta neste trabalho ocorrerá sob os três aspectos apontados pelo teórico: temático, composicional e estilístico. Três noções que se inter-relacionam fortemente em sua constituição, tanto na linguagem verbal, como na linguagem visual. A primeira, referindo-se ao sentido da unidade; a segunda, mostrando a estrutura e a organização

textual; e a terceira, caracterizando as escolhas das formas desses textos. É preciso salientar que a leitura de folhetos só poderá ocorrer de forma transdisciplinar, já que ela envolve diversas áreas do conhecimento, dada a própria proposta de se trabalhar a linguagem verbal e a linguagem visual simultaneamente. Sendo assim, é possível pensar que o exercício da leitura verbo-visual de um folheto, em particular, poderá auxiliar no estudo da literatura de cordel em geral.

## DO DESAFIO NORDESTINO AO FOLHETO DE CORDEL

Refletir sobre a origem do folheto de cordel no Brasil é recorrer, necessariamente, à origem do desafio nordestino, um embate poético entre dois cantadores adversários que improvisavam alternadamente, utilizando-se de uma estrutura textual desenvolvida, inicialmente, em quadras, e que passou, no final do século XIX, a ser composta em sextilhas.

Contudo, não se pode ser indiferente à informação de que, na mesma estrutura da linguagem oral da cantoria, a partir de 1893, o poeta Leandro Gomes de Barros passou a desenvolver seus folhetos, estabelecendo uma forma escrita para o que já existia oralmente, o que justifica as recorrentes marcas de oralidade presentes nessa produção, que acabou sendo comercializada nas feiras e nos mercados nordestinos.

Ao longo do tempo, o poeta Leandro Gomes de Barros foi sucedido, nessa expressão, por Francisco das Chagas Batista e por João Martins de Athayde, dando origem, assim, ao folheto de cordel nordestino, como bem evidenciam as pesquisadoras Ruth Terra (1983), em sua obra *Memórias de lutas: literatura de folheto do Nordeste (1893-1930)* e Márcia Abreu (1999), em sua obra *Histórias de cordéis e folhetos*.

Esses folhetos, entretanto, não mantiveram somente a estrutura da cantoria; com o passar do tempo, outras estruturas em toda a literatura de cordel brasileira passaram a existir, sendo determinadas até de acordo com o número de páginas dos folhetos, como atesta Eno Theodoro Wanke (1983): os de oito páginas, com impressão dos dois lados de uma folha de papel jornal, dobrada em quatro, medindo aproximadamente 16cm x 11cm, eram aqueles que abordavam diversificados temas circunstanciais; os de dezesseis páginas, feitos em duas folhas, eram os romances; os de trinta e duas, em quatro, histórias; sendo todos, com o passar do tempo, denominados folhetos.

No que se refere à terminologia, e uma possível origem portuguesa do folheto, é preciso observar a seguinte elucidação da pesquisadora Márcia Abreu:

300

Apesar de, atualmente, utilizarmos o termo “literatura de cordel” para designar as duas produções [portuguesa e brasileira], os autores e consumidores nordestinos nem sempre reconhecem tal nomenclatura. Desde o início desta produção, referiam-se a ela como “literatura de folhetos” ou, simplesmente, “folhetos”. A expressão “literatura de cordel nordestina” passa a ser empregada pelos estudiosos a partir da década de 1970, importando o termo português que, lá sim, é empregado popularmente. Na mesma época, influenciados pelo contato com os críticos, os poetas populares começaram a utilizar tal denominação. (Abreu, 1999: 19-20)

Vale lembrar que a própria forma de comercialização dos folhetos teria dado origem à terminologia portuguesa, já que os cordéis lusitanos eram, de fato, pendurados em cordões. No caso dos folhetos nordestinos, a exposição se dava em grossos tecidos estendidos no chão ou mesmo em bancadas montadas nas feiras.

O mais curioso é que, mesmo que o tempo fosse passando e que fosse ocorrendo uma sucessão enorme de temas, de estruturas composicionais e de estilos para caracterizar os folhetos de cordel, alguns deles mantiveram, em sua elaboração, elementos fundamentais do desafio oral, como a alternância de vozes ou a “réplica” entre personagens, algo que Ruth Terra menciona em seu trabalho, *Memórias de lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. Assim, é possível observar que a estrutura do desafio não ocorre somente em folhetos que reproduzem ou que simulam cantorias, mas em outros, que apresentam personagens relacionados a outras esferas sociais. Por isso, não faria sentido a classificação dos folhetos de cordel somente por meio da determinação de um possível tema. Nota-se que se torna necessária a observação ainda de sua estrutura composicional, tanto na linguagem verbal como na linguagem visual.

## I. A LINGUAGEM VERBAL DOS FOLHETOS DE CORDEL

O folheto de cordel em evidência neste trabalho será aquele que apresenta as características do desafio, embora, como já se afirmou acima, existam muitas outras formas na literatura de cordel brasileira. Sendo assim, no que se refere à linguagem verbal desses folhetos, podem-se observar, basicamente, dois aspectos: o título do folheto e sua própria estrutura textual de desafio.

## A) O TÍTULO

Com relação ao primeiro aspecto, o título do folheto, que em geral ganha o nome de peleja, quando se trata de um desafio entre dois cantadores, no desafio escrito, também tem o nome de encontro, discussão, debate, intriga etc, sendo apresentado, às vezes, com os nomes somente dos dois personagens que se enfrentarão na luta. Esses títulos vão mudando em função do tipo de desafio que se configura no folheto, não se limitando aos cantadores de viola, como já se afirmou, mas envolvendo os mais variados personagens. Por isso, nota-se que o título, por si só, já anuncia algo sobre a estrutura composicional do desafio, isto é, é de se prever um texto marcado pela alternância de falas entre os personagens, como ocorre no desafio oral, demonstrando sempre suas divergências em função de particularidades temáticas e conservando, de alguma forma, outros elementos estruturais do desafio oral, a se observar na análise que será proposta mais adiante.

## B) A ESTRUTURA TEXTUAL

A estrutura textual do folheto de desafio é composta, geralmente, de duas partes: *o encontro para o desafio* e *o desafio propriamente dito*, ainda que se possa observar que tais folhetos, com o tempo, passaram a admitir outros elementos estruturais variáveis, como as invocações aos santos, os comentários do autor, as digressões etc.

### B.1) O ENCONTRO PARA O DESAFIO

Um folheto de desafio, em geral, narra o encontro de dois cantadores antes do evento, já que, muitas vezes, ocorre de esses cantadores serem convidados para se apresentar ao público em uma fazenda, uma mercado, uma feira. Esse encontro, aqui, denomino de *encontro para o desafio*. É preciso lembrar que, em alguns folhetos, ocorre ainda antes do desafio de o poeta fazer um pedido de inspiração às musas, aos deuses ou aos seus santos de devoção; em outros, o encontro dos personagens ocorre diretamente.

## B.2) O DESAFIO PROPRIAMENTE DITO

302

A segunda parte da estrutura textual é o *desafio propriamente dito*, que reproduz grande parte da estrutura do desafio oral, sobretudo no que se refere à alternância de vozes dos personagens que se enfrentam, caracterizando, geralmente, um diálogo simétrico entre eles.

## II. A LINGUAGEM VISUAL DOS FOLHETOS DE CORDEL

No que se refere à linguagem visual, é preciso notar, em primeiro lugar, que as três formas prioritárias presentes nas capas dos folhetos são o desenho, a xilogravura e a fotografia, guardando, em cada uma dessas formas, suas particularidades e caracterizando à sua maneira o desafio. Na composição imagética dos folhetos que apresentam estrutura de desafio, consideram-se os personagens, dois antagonistas, antagonistas que carregam seus instrumentos. No caso dos cantadores, os instrumentos são, evidentemente, musicais. No caso de outros personagens que se encontram em folhetos de estrutura similar, mas que não são cantadores, os instrumentos passam a ser gestos, armas brancas e de fogo, além de outros objetos, de acordo com seus atributos e suas ações na luta. É em função desses personagens que participam do desafio, aliás, que parece se tornar evidente toda a organização verbo-visual do folheto.

Curioso é que, de forma ambígua, a luta entre cantadores ocorre em uma situação de festa. Observando-se essa mistura da luta e da festa e lembrando que o folheto de cordel é um gênero constituído da linguagem verbal e da linguagem visual, é possível perceber que para se entender o desafio nessas duas linguagens, simultaneamente, torna-se necessária a construção de um novo critério, surgindo, assim, a noção de *forrobodó*.

### **O FORROBODÓ**

*Forrobodó* é um termo ligado à cultura nordestina que no *Dicionário do folclore brasileiro*, Luís da Câmara Cascudo registra como “divertimento, pagodeiro,



festança”(Cascardo, s.d.: 412). No verbete, o estudioso transcreve um trecho de *A Lanceta* para defini-lo:

Forrobodó ou Forrobodança é um baile mais aristocrático que o Chorão do Rio de Janeiro, obrigado a violão, sanfona, reco-reco e aguardente. Nele tomam parte indivíduos de baixa esfera social, a ralé... A sociedade que toma parte no nosso forrobodó ou forrobodança é mesclada; há de tudo. Várias vezes verificam-se turras ou banzés, sem que haja morte ou ferimentos. Fica tudo sempre muito camarada, muito bem, *obrigado*. (*Idem*, *Ibidem*:413)

No *Dicionário Musical Brasileiro*, Mário de Andrade registra o termo como: “o mesmo que baile, forró”(1989: 232)

O *Dicionário Contemporâneo Caldas Aulete* o define como:

s. m. (Bras.) (pop.) festança, arrastapé animado com bebidas e comezainas; forró. || Farra. Farrancho. || Confusão, desordem. || Festejo ruidoso, popularesco. (Garcia, 1978: 1646.)

No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, “forrobodó” é definido da seguinte maneira:

1 baile popular, arrasta-pé, festança 2 confusão, tumulto, balbúrdia, briga <a festa acabou no maior f.> ETIM segundo Evanildo Bechara, var. atual do galg. *forbodó*, termo privativo da região, mas comum a todo o Portugal, associando-o Joseph Piel a *farbodão*, do francês *faux-bourdon*, figuradamente, ‘sensaboria, desentonação’; a ligação semântica entre *forbodão* e *forrobodó* decorre de que, na região pesquisada, segundo registra Bouza-Brey, a gente “danza com absoluta seriedad a golpe de bombo, los puntos monorrítmicos monótonos de ese baile que se llama *forrobodo*”. (Houaiss, 2001: 1377)

A noção de *forrobodó*, portanto, que está vinculada, de forma ambígua, à diversão e à confusão, está fortemente ligada também ao desafio: um jogo dramático que oscila entre a festa e a luta. Observando-se o termo, nota-se que: na condição de festa, *forrobodó* é diversão; na condição de luta, *forrobodó* é confusão. Um mesmo nome, dois sentidos. No confronto desses sentidos, o *forrobodó* está, de fato, na *linguagem do sertão*.

Dessas definições, a de Câmara Cascardo parece ser a mais próxima do sentido que se busca na apreensão desse termo, envolvendo a festa e a luta. Pensa-se, assim, a noção de *forrobodó* além de seu reconhecimento na música e na dança, mas antes, na ambivalência do termo, permitindo-se refletir sobre a leitura de folhetos de cordel,

em geral, e, dentre eles, os folhetos que têm a estrutura de desafio, em particular, para entender como esse gênero se configura verbo-visualmente.

Para tanto, neste trabalho, será analisado um folheto de cordel, cuja temática envolve a República Brasileira, “Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu”, tomando-se como referência um dos três modos prioritários de elaboração de suas capas, a fotografia, além de se considerar a relevância da sua estrutura de desafio, diretamente relacionada à própria origem da literatura de cordel no Brasil, buscando evidenciar exemplarmente como ocorre o *forrobodó*.

O objetivo dessa análise não é olhar para o folheto de cordel de forma descontextualizada, ao contrário, é mostrar que essa produção está inserida em um contexto sócio-histórico e cultural. Nesse ponto, é necessário lembrar novamente o filósofo russo Mikhail Bakhtin que, a respeito do ato artístico, afirma:

(...) ele não vive nem se movimenta no vazio, mas na atmosfera valorizante, tensa, daquilo que é definido reciprocamente. (...) A obra é viva e significante do ponto de vista cognitivo, social, político, econômico e religioso num mundo também vivo e significante. (*Idem*, 1998: 30)

Nessa análise, o que se buscará mostrar é que, nas ações cotidianas dos personagens, evidenciam-se elementos que estão presentes também na vida de quem pode desfrutar da leitura dos folhetos, observando-se sua linguagem verbal e sua linguagem visual, simultaneamente, e que, por isso, pode produzir múltiplos sentidos, o que neste pensamento de Bakhtin se explica melhor:

A particularidade principal do estético, que o diferencia nitidamente do conhecimento e do ato, é o seu caráter receptivo e positivamente acolhedor: a realidade, preexistente ao ato, identificada e avaliada pelo comportamento, entra na obra (mais precisamente, no objeto estético) e torna-se então um elemento constitutivo indispensável. Nesse sentido, podemos dizer: de fato, a vida não se encontra só fora da arte, mas também nela, no seu interior, em toda plenitude do seu peso axiológico: social, político, cognitivo ou outro que seja. A arte é rica, ela não é seca nem especializada; o artista é um especialista só como artesão, isto é, só em relação ao material. (*Idem, Ibidem*: 33)

No que diz respeito, ainda, à contextualização, é celebre o pensamento de Ezra Pound, ao afirmar que: “A arte não existe num vácuo”. (1991: 36)

Em referência nacional, o crítico literário Antonio Candido afirma que “a literatura desperta inevitavelmente o interesse pelos elementos contextuais”. (2002: 79) E,

pensando na linguagem organizada pela literatura, vale lembrar outra observação de Antonio Candido a esse respeito em *Literatura e sociedade*:

(...) só podemos a entender [a obra] fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários no processo interpretativo. (*Idem*, 1973: 3-4)

Considerando-se essa concepção de Antonio Candido, unindo texto e contexto, para a análise do folheto proposto, serão explicitadas suas condições de produção, sendo esse folheto transcrito integralmente, antes de sua análise, respeitando a grafia da edição estudada. Para que seja possível consultar o texto durante a leitura, os versos citados estão numerados entre duas barras, de acordo com o número da estrofe à qual pertencem.

#### PALESTRA DE JK COM GETÚLIO VARGAS NO CÉU

1. Oh! Santa musa mandar-me  
o vosso sagrado véu  
cobrir meu crâneo poético  
sem precisar de chapéu  
para escrever a Juscelino  
e Getúlio Vargas no céu.
  
2. No ano de 54  
a 24 de agosto  
Getúlio suicidou-se  
deixando imenso desgosto  
para o Brasil inteiro  
todo povo brasileiro  
de lágrimas banhou o rosto.

3. No ano 76  
lembrar isto me convém  
dia 22 de agosto  
JK morreu também  
em um desastre na pista  
ele e o seu motorista  
partiram para o além.
4. JK deixou na terra  
seus restos sua matéria  
está no chão de Brasília  
sua morada pura e fina  
partiu pra corte divina  
onde só vai gente séria.
5. Em poucos dias que ele  
estava na eternidade  
uma tarde passeando  
cheio de tranquilidade  
em uma das ruas largas  
encontrou Getúlio Vargas  
foi grande a festividade.
6. Juscelino sem demora  
deu-lhe um abraço apertado  
disse meu caro Getúlio!  
que prazer inesperado!  
pensei de não te ver mais  
isto a mim satisfaz  
estou emocionado!
7. Getúlio muito educado  
abraçou ele também  
dizendo meu Juscelino  
do lugar que você vem  
todo povo te admira  
pois no mundo ninguém tira  
o valor que você tem.

8. Sairam os dois abraçados  
n'uma palestra sem fim  
adiante se sentaram  
em um banco do jardim  
Getúlio lhe perguntou  
o que foi que se passou?  
esclareça tudo a mim.
9. Juscelino nessa hora  
respondeu muito ligeiro  
eu saindo de São Paulo  
para o Rio de Janeiro  
perecemos na viagem  
n'uma grande derrapagem  
eu e Geraldo Ribeiro.
10. As 16 e 40  
a 22 de agosto  
do ano de 76  
quando o sol já estava posto  
morri, deixei a família  
e o povo de Brasília  
sofrendo grande desgosto.
11. Getúlio lhe respondeu  
sinto lamentavelmente  
me conte como você  
foi eleito presidente!  
quando empossou-se de vez  
o que foi que você fez  
naquele país da gente?
12. Juscelino disse eu  
depois que fui empossado  
logo encontrei um projeto  
que estava programado  
achei que era capaz  
transferir para Goiás  
a capital do Estado.

13. No estado de Goiás  
bem no planalto central  
onde só havia selvas  
construí a capital  
do Brasil presentemente  
onde é hoje atualmente  
o Distrito Federal.
14. Houve apoio em geral  
de todas forças legais  
logo mandei muita gente  
ao planalto de Goiás  
com direitos, bons salários  
para todos operários  
enfrentarem os matagais.
15. Primeiro foi o Exército  
com armas de prontidão  
abrindo grandes picadas  
para chegar condução  
os índios que existia  
o exército transferia  
para outra região.
16. Mesmo em 56  
dei início a construção  
foi criada a NOVACAPE  
para a administração  
com lei regulamentada  
decretada e assinada  
pela constituição.
17. No ano 61  
meu governo se venceu  
entreguei a Jânio Quadros  
outro grande amigo meu  
mas ele renunciou  
e no seu lugar ficou  
João Goulart cunhado seu.

18. Mas antes já tinha sido  
Brasília inaugurada  
mesmo no ano sessenta  
como estava programada  
a 21 de abril  
a capital do Brasil  
ficou ali sediada.
19. Ainda continuei  
na minha boa carreira  
como estadista e político  
honrando a nossa bandeira  
muitos serviços prestei  
jamais desmoralizei  
minha pátria brasileira.
20. Getúlio lhe respondeu  
você teve muito peito  
nunca houve um presidente  
corajoso desse jeito  
também tive esta intenção  
mas aquela oposição  
me tirou todo conceito.
21. Começou Carlos Lacerda  
com outros agitadores  
impondo e forçando a barra  
com muitos acusadores  
pois eu queria fazer  
tudo para proteger  
os nossos trabalhadores.
22. Pois eu criei várias leis  
no meu país brasileiro  
dei ao trabalhador  
férias e décimo terceiro  
direitos salariais  
e 8 horas normais  
isentos de cativoiro.

23. Criei o INPS  
para aposentadoria  
porque o trabalhador  
trabalhava noite e dia  
depois de incapacitado  
ficava desamparado  
sem auxílio e garantia.
24. Fui eleito duas vezes  
presidente da nação  
pois queria governar  
com democratização  
mas houve grande revolta  
se reuniu uma escolta  
fizeram grande opressão.
25. Também por causa de um crime  
lá na rua Toneleiros  
um tal Major Ruben Vaz  
foi morto por traiçoeiro  
então este acontecido  
foi a mim atribuído  
por inimigos grosseiros.
26. Queriam que eu assinasse  
renúncia da presidência  
toda força contra a mim  
na mais terrível insistência  
cercam todo Catete  
fiquei no meu gabinete  
sem ânimo e sem resistência.
27. Nisto chega um “segurança”  
com uma carta na mão  
a qual dizia Excelência  
não tem mais apelação  
assine sem ter demora  
pois toda força lá fora  
está toda em prontidão.



28. Nessa hora meu amigo  
me senti muito infeliz  
fiz ali mil pensamentos  
e o mais certo que fiz  
foi de me suicidar  
para não se derramar  
tanto sangue em meu país.
29. Então depois que tomei  
aquela resolução  
peguei caneta e papel  
escrevi com decisão  
foi assim que me expressei  
daqui eu só sairei  
morto sim, mas vivo não.
30. Logo peguei meu revólver  
apontei sobre meu peito  
quando puxei o gatilho  
senti que causou efeito  
ouvi o grande estampido  
pelo meu povo querido  
morri muito satisfeito.
31. Apesar de ser forçado  
a Deus eu pedi perdão  
lutei com gosto mais fui  
vítima da grande opressão  
estou auzente mais sinto  
saudades lá da nação.

FIM

Getúlio Vargas

## CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO FOLHETO

312

O folheto “Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu” é de autoria do poeta popular Apolônio Alves dos Santos e tem reproduções de fotografias oficiais de ambos os ex-presidentes da República em sua capa.

Esse folheto, sem indicação de data de publicação, foi editado no município de Guarabira, no agreste paraibano, como se pode notar pelos créditos presentes em sua capa: “Tip. Pontes - Rua Prefeito Manoel Simões, 20 – Fone, 271-2196 Guarabira – Pb.”.

O autor, Apolônio Alves dos Santos, nasceu em 1926, na própria cidade de Guarabira, mas migrou para o Rio de Janeiro em 1950. Décadas depois, voltou para Campina Grande, onde faleceu em 1998.

Há dois aspectos a se destacar, previamente, na composição da capa do folheto para que, em seguida, se possa iniciar a análise de seu título.

O primeiro está relacionado à informação sobre o gênero “literatura de cordel”, impresso no topo da página. Essa informação parece satisfazer uma necessidade de se nomear o folheto oferecido ao leitor, uma provável maneira de o editor chamar a atenção do público para o gênero que ali se configura, uma possível precaução para que não se confunda o folheto com qualquer outro material em circulação.

O segundo aspecto a se destacar é uma curiosa incongruência relativa à data e ao local de publicação do folheto. Para percebê-la, é preciso observar que a palestra de JK com Getúlio Vargas ocorre em um espaço relacionado à transcendência judaico-cristã, isto é, de acordo com o título do folheto, ambos encontram-se “no céu”, a morada das divindades. Sendo assim, é evidente que a data de publicação do folheto só poderia ser posterior à data de falecimento de Juscelino Kubitschek, 22 de agosto de 1976. Uma pergunta, porém, que permanece sem resposta, é a seguinte. Levando-se em consideração que o poeta Apolônio Alves dos Santos migrou para o Rio de Janeiro, em 1950, por que o folheto teria sido editado em Guarabira, cidade mencionada na capa do folheto? Será que o poeta teria visitado a cidade e, então, publicado o folheto em tal ocasião? Essa incongruência demonstra o que ocorre frequentemente ao se analisar um folheto de cordel, a falta de rigor no que se refere a seu processo de edição. Isso não é um defeito do gênero, e sim uma característica de sua produção. São muitos os folhetos que não apresentam dados suficientes para se reconhecer a que operações são submetidas durante sua invenção.

Dessa forma, nota-se que, para se estudar a literatura de cordel, é necessário articular informações de diversas fontes, editoriais, históricas, geográficas, biográficas etc, a fim de que seja possível aproximar os resultados a respeito da edição de muitos folhetos que, por sua constituição material, não apresentam regras absolutas na composição.

## PROJETO GRÁFICO DA CAPA: TÍTULO E FOTOGRAFIAS

Na capa desse folheto, as sequências verbo-visuais se caracterizam simultaneamente sob duas posições, vertical e horizontal. Na posição vertical, encontram-se apenas estruturas verbais formadas pelo título e pelas já mencionadas informações sobre o gênero e pelo nome do autor. Na posição horizontal, encontra-se uma estrutura verbo-visual, constituída pelas fotografias de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, acompanhadas por suas legendas.

No título do folheto, “Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu”, a estrutura linguística põe em evidência a expressão “palestra”. E, ao refletir sobre esse termo, surge uma questão. Pode-se entender “palestra” no mesmo sentido do desafio, quando este ocorre entre cantadores? No que concerne ao título, considerando-se a etimologia do termo, pode-se observar que “palestra” vem do nome grego “palaístra”, “lugar onde eram realizados os exercícios físicos, as lutas corporais, as instruções verbais para as lutas e os embates de ideias”. (SILVEIRA, 2004: 504) Nesse vocábulo, portanto, está o sentido de exposição de ideias e de discussões que podem envolvê-las, um “sentido guerreiro”. Percebe-se, dessa forma, que, ao se empregar o termo “palestra” no título do folheto, ocorre uma associação com o desafio nordestino e, conseqüentemente, com a sua estrutura, sugerindo uma constante alternância de falas dos personagens em função de uma ideia que venham a defender. Havendo de se esperar, nesse caso, um encontro dialogado entre os dois ilustres palestrantes, Getúlio Vargas e JK, dois ex-presidentes da República.

Nesse título ainda, sobre os substantivos que nomeiam os palestrantes, é preciso observar que, antecidos pela preposição “de” e unidos pela preposição “com”, mesmo que abreviadamente como no caso de Juscelino Kubitschek, conferem atributos patrióticos à palestra, exatamente o que se pode esperar de tão renomados personagens uma exaltação à política republicana. Outro elemento a se considerar, na estrutura linguística do título, é a já mencionada referência ao local onde se passa o encontro,

nesse caso, determinado pela expressão: “no céu”. Esse espaço, como já se mencionou, sugere a ocorrência de uma narrativa caracterizada sob a perspectiva da fantasia. Tratando-se, portanto, de um encontro entre os dois ex-presidentes após sua morte.

Nas fotografias, posicionadas em sentido oposto ao título, na horizontal, notam-se as imagens dos dois palestrantes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, ambas acompanhadas por legendas. Trata-se da fotografia oficial de Getúlio Vargas, em sua posse como presidente da República em julho de 1934, quando foi eleito por voto indireto pelo Congresso Nacional, e da fotografia oficial de Juscelino Kubitschek, também em sua posse, em janeiro de 1956, quando eleito por voto direto.

Na cerimônia de posse de um presidente da República, a fotografia oficial ocorre em seguida à transmissão da faixa presidencial do antecessor ao eleito, uma verdadeira alegoria da passagem do poder. Sendo assim, a fotografia emprestada à capa do folheto é documental e, ao mesmo tempo, histórica. Há de se perceber na composição dessa capa, no entanto, algo diferente do que afirma o escritor Orígenes Lessa, em *Getúlio Vargas na literatura de cordel*:

O retrato oficial, de faixa auriverde no peito, largamente distribuído pelo país, não tem apelo para o povo e muito menos para os poetas. Eles preferem as fotografias informais e o Getúlio de mão no ar saudando os “seus fãs”, como diz um dos trovadores, nas partidas e chegadas, nos comícios e campos de futebol, que tantos puderam testemunhar. (Lessa, 1973: 67-68)

Na verdade, é justamente a fotografia oficial de Getúlio que caracteriza a exceção na capa desse folheto.

Em termos comparativos, nota-se que tais imagens, reproduzidas nessa capa, apresentam alguns elementos comuns no que se refere às suas características objetivas. O formato das duas é oval com cerca de 5 cm de diâmetro, alteração que parece propor um novo sentido. Quanto ao enquadramento, é possível considerá-las em grande plano, abrangendo ombros e cabeça. Nota-se também que ambos os fotografados estão voltados para a esquerda, ambos dirigem o olhar para a objetiva da câmera e ambos estão usando seu traje de gala e a faixa presidencial, o que torna o candidato eleito oficialmente presidente da República. Tais similaridades, evidentes na descrição das fotografias, podem ser explicadas sobretudo pela origem oficial de ambas, que obedecem a preceitos de um cerimonial. Entretanto, é referente à qualidade da imagem que elas apresentam diferenças entre si. A qualidade

técnica é baixa, devido possivelmente às recorrentes e precárias reproduções em preto-e-branco, tornando o rosto de JK mais sombreado do lado esquerdo. É fácil perceber que ambas são fotografias posadas sob iluminação lateral. Além disso, possivelmente, por ser mais recente, a imagem de JK é mais ampliada na reprodução do que a de Getúlio.

Indo além desses elementos, o que parece se destacar na composição dessa capa é uma alteração do que oficialmente nela se apresenta. Os dois ex-presidentes, lado a lado, em fotografias com formato oval fazem lembrar os tradicionais quadros com reproduções de imagens de cunho familiar ou religioso dispostos, muitas vezes, na parede da sala de uma casa. Parece ser essa uma forma de tornar o fotografado íntimo do leitor, como se faz com as imagens preparadas pelo olhar de um “retratista”. É como se, ao ganhar a linguagem do lambe-lambe, a composição tornasse os fotografados mais próximos de quem os vê, tão próximos quanto o ente querido ou o santo de devoção, guardados no interior da casa nordestina.

Nas legendas, “GETÚLIO VARGAS (1883 – 1954)” e “Pres. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA – 1902)”, incluídas na parte inferior de suas fotografias, evidenciam-se também algumas diferenças. JK tem apenas a data de seu nascimento registrada, o que denota sua morte mais próxima à edição do folheto. Essa condição é reforçada pelo próprio título de presidente, indicando sua recente passagem pelo comando do país. Diferentemente disso, Getúlio, tendo sido presidente da República há mais tempo, recebe apenas as datas de nascimento e morte no rodapé de sua imagem sem a denominação de presidente.

#### SIMULTANEIDADE: TÍTULO E FOTOGRAFIAS

Nessa capa, ao observar a simultaneidade do título e da composição fotográfica, nota-se que a ordem com os nomes dos personagens mencionados no título do folheto é inversa à revelação de suas imagens, observadas em sequência da esquerda para a direita na horizontal. No título, quem aparece primeiro é JK; na imagem, Getúlio Vargas. No entanto, nesse caso, é difícil afirmar se, de fato, existe uma necessidade de inverter os nomes e as fotografias dos dois ex-presidentes para criar certo antagonismo entre eles.

Um elemento que não pode passar despercebido é o fato de os dois palestrantes-personagens, em um folheto que apresenta fotografias em sua capa, não estarem juntos na mesma fotografia, ao contrário, as duas fotografias é que estão juntas na mesma capa. Observando melhor essas fotografias é fácil notar que foram feitas em diferentes épocas. Para isso, é suficiente perceber o modo como os dois ex-presidentes se mostram vestidos, portando, na fotografia oficial, a faixa presidencial. Nesse ponto, é preciso lembrar que a faixa, como já se afirmou anteriormente, é passada de presidente para presidente na cerimônia de posse, não sendo possível, portanto, do ponto de vista histórico, dois ex-presidentes usarem a mesma faixa ao mesmo tempo. Isso dá a entender que o adereço, sendo único, evidencia a distância espaço-temporal que ocorre na apresentação de ambas as fotografias na mesma capa. Nessa composição, aliás, as fotografias não deixam um de frente para o outro, mas um atrás do outro, respeitando a história, primeiro Getúlio, depois Juscelino. Tal discordância espaço-temporal caracteriza, imageticamente, um encontro simulado.

Esse encontro simulado parece ser uma característica dos desafios que têm fotografias em suas capas, sempre caracterizados pela separação das duas partes que debatem. E, mesmo que essa justaposição, por meio da fotografia, seja uma tentativa de tornar mais real o encontro dos ex-presidentes, isso não ocorre, o que ela revela é, no máximo, uma condição de igualdade entre ambos, considerando-se a imagem oficial como presidentes, aquela que deve ficar, na história, para a posteridade, ainda que não se ateste a veracidade do encontro.

No título, diferentemente do que acontece na imagem, sobretudo devido à referência ao espaço celeste do não-palpável, no qual todo encontro é possível, não ocorre a mesma discordância da composição fotográfica.

Essa simultaneidade verbo-visual na capa do folheto, portanto, torna evidente a dissociação entre título e fotografias. Aquele, marcado pela possibilidade do encontro; esta, pela impossibilidade.

#### ESTRUTURA FORMAL DO FOLHETO

O folheto “Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu” mostra-se organizado em trinta e uma estrofes de seis versos setessilábicos, com padrão de rima ABCBDB,

distribuídas em oito páginas. Na primeira página, o título de entrada apresenta a exata repetição do título original.

Para se pensar na estrutura, esse folheto pode ser dividido em três partes: a primeira, determinada pelo exórdio; a segunda, pelo encontro dos personagens (ou *encontro para o desafio*); e a terceira, pela palestra exatamente (ou *desafio propriamente dito*), neste folheto, sempre mediada pelo narrador.

Na primeira parte, manifestada na primeira estrofe do folheto, o poeta pede inspiração à Santa musa, trocando o chapéu pelo sagrado véu e pedindo proteção para homenagear os dois ex-presidentes.

Na segunda parte, que compreende as seis estrofes seguintes, o poeta apresenta os palestrantes-personagens ao leitor, contando que “Getúlio suicidou-se” /2/ e que “JK morreu também / em um desastre na pista” /3/. Afirma que ambos faleceram no mês de agosto, o primeiro, em 1954; o segundo, em 1976. O motivo do encontro é mostrado na quarta estrofe, justificando o fato de os dois ex-presidentes da República estarem no céu, espaço onde se desenvolverá a palestra. Esse espaço, a propósito, é denominado no folheto associando-o à morte sempre por meio de eufemismos: “o além” /3/, na “corte divina / onde só vai gente séria”/4/, eternidade /5/. Esses nomes acabam atenuando o incômodo do termo. É perceptível também que, na palestra toda, o céu se configura, em algumas referências, como um lugar fisicamente semelhante à Terra: “ruas largas” /5/, e com “um banco do jardim” /8/. Essas alusões terrenas favorecem o leitor, ajudando-o a situar-se no espaço imaginado. De acordo com a tradição religiosa, há certo merecimento conferido aos personagens que para lá se dirigem, o que se evidencia na quarta estrofe: “onde só vai gente séria” /4/. É ainda nessa segunda parte que os dois ex-presidentes se encontram harmoniosamente. Esse encontro, que se dá em “grande festividade” /5/, ocorre em função da chegada de JK ao céu, onde já está Getúlio Vargas. Dada a satisfação de ambos, elogiam-se mutuamente, o que manifestam em palavras e gestos:

Juscelino sem demora  
deu-lhe um abraço apertado  
disse meu caro Getúlio!  
que prazer inesperado!  
pensei de não te ver mais  
isto a mim satisfaz  
estou emocionado! /6/

Getúlio muito educado  
 abraçou ele também  
 dizendo meu Juscelino  
 do lugar que você vem  
 todo povo te admira  
 pois no mundo ninguém tira  
 o valor que você tem. /7/

Na terceira parte, que se revela a partir da oitava estrofe, quando o poeta anuncia a palestra sem fim /8/, inicia-se uma estrutura construída por sucessivas perguntas e respostas, ora em forma interrogativa direta, ora indireta. Primeiro Getúlio, depois JK, alternadamente, vão traçando uma composição semelhante à de um desafio: “Getúlio perguntou” /8/, “Juscelino respondeu” /9/, “Getúlio lhe respondeu” /11/, “Juscelino disse” /12/, “Getúlio lhe respondeu” /20/. Nesse ponto, retornando ao termo “palestra”, presente no título do folheto, pode-se notar que não é propriamente o tema do encontro que justifica o uso de tal expressão, mas a tão característica estrutura textual dialogada. Porém, diferentemente do que acontece em geral em um desafio, longas são suas falas. Isso é perceptível logo depois de algumas alternâncias, ainda próximo ao encontro dos dois personagens, entre as estrofes /6/ e /11/, quando a fala de Juscelino passa a abranger da estrofe /12/ até a /19/ e a de Getúlio, da estrofe /20/ até o final do folheto, na estrofe /31/. Essa especificidade indicada na última fala de cada um dos personagens compreende a acepção do termo “palestra” como uma exposição de ideias, mas sem interrupções. É assim, que cada um deles apresenta seus feitos durante a gestão republicana como presidente. Há que se perceber que as primeiras perguntas formuladas por ambos são mais fechadas e as últimas, mais abertas, dando a oportunidade de ambos enumerarem seus méritos como estadistas.

Há, sem dúvida, um certo exagero em seus relatos, o que se pode destacar em constantes auto-elogios. É assim que, Juscelino, indagado por Getúlio, fala sobre a criação de Brasília e sobre os benefícios que proporcionou à população, sobre o “respeito” aos povos indígenas: “os índios que existia / o exército transferia / para outra região” /15/. Getúlio, “o pai dos pobres”, questionado por Juscelino, fala sobre os pioneiros benefícios concedidos ao trabalhador: “dei ao trabalhador / férias e décimo terceiro” /22/. O poeta revela, dessa forma, o que Orígenes Lessa apontou em muitos folhetos, anteriores a este, especificamente sobre Getúlio: “O que todos procuram é identificar a morte de Getúlio com o desamparo do povo, como um sacrifício pela sua causa, aceitando-a como bandeira para lutas futuras.”(*Op. Cit.*: 122)



Mesmo assim, o poeta sem se queixar ou questionar até que ponto a “transferência” de índios, por exemplo, pode ser um benefício, reforça uma suposta aprovação popular, aparentemente reconhecida pela exaltação à política nacional, manifestada em diversas estrofes. Na narração do poeta: “Getúlio suicidou-se / deixando imenso desgosto / para o Brasil inteiro / todo povo brasileiro / de lágrimas banhou o rosto. /2/; na voz de Getúlio em elogio a JK: “do lugar que você vem / todo povo te admira”/7/; na voz do próprio JK: “morri, deixei a família / e o povo de Brasília” /10/, “logo mandei muita gente / ao planalto de Goiás / com direitos, bons salários / para todos operários / enfrentarem os matagais” /14/; na voz do próprio Getúlio: “pois eu queria fazer / tudo para proteger / os nossos trabalhadores” /21/, “Criei o INPS / para aposentadoria” /23/, “pois queria governar / com democratização” /24/, “para não se derramar / tanto sangue em meu país” /28/, “pelo meu povo querido / morri muito satisfeito” /30/, “saudades lá da nação” /31/.

Nota-se isso também quando se faz uso de muita explicação para situar o leitor, o que se percebe no frequente emprego de ideias e expressões de caráter positivo e redundante. Eis um exemplo:

Juscelino disse eu  
depois que fui empossado  
logo encontrei um projeto  
que estava programado  
achei que era capaz  
transferir para Goiás  
a capital do Estado.  
No estado de Goiás  
bem no planalto central  
onde só havia selvas  
construí a capital  
do Brasil presentemente  
onde é hoje atualmente  
o Distrito Federal. /13/

Nota-se paralelamente o uso de “transferir para Goiás / a capital do Estado” e “No estado de Goiás... construí a capital”; de “presentemente” e “hoje atualmente”,

o que se repete em todo o folheto. Esse exagero de caráter descritivo parece ocorrer no lugar de uma possível ação dramática. Os dois ex-presidentes, de certa forma, apresentam-se ao público, mostrando seu plano de governo, de fato, na forma de uma palestra, e por que não dizer de um espetáculo? Isso faz com que esse folheto seja mais descritivo do que narrativo.

Esse caráter de apresentação torna-se evidente na comparação que se pode fazer da estrofe /7/ e /11/. Na estrofe /7/, Getúlio demonstra saber o que se passou na Terra com JK: “...meu Juscelino / do lugar que você vem / todo o povo te admira”, entretanto, na estrofe /11/, pede a JK contar por que foi eleito presidente:

Getúlio lhe respondeu  
 sinto lamentavelmente  
 me conte como você  
 foi eleito presidente!  
 quando empossou-se de vez  
 o que foi que você fez  
 naquele país da gente? /11/

O que se depreende de tudo isso? Essa é uma forte exaltação à política nacional. Há que se perceber que, nesse aspecto, tanto as fotografias como o texto têm esse papel, evidenciado pela referência aos símbolos nacionais brasileiros, que tantas vezes se fazem presentes.

Na linguagem verbal, JK exalta a bandeira:

Ainda continuei  
 na minha boa carreira  
 como estadista e político  
 honrando a nossa bandeira  
 muitos serviços prestei  
 jamais desmoralisei  
 minha pátria brasileira. /19/

Ainda na linguagem verbal, demonstram-se, no léxico, alguns elementos comuns à letra do hino nacional: “Dos filhos deste solo és mãe gentil”: “JK deixou na terra

/ seus restos sua matéria / está no chão de Brasília” /4/; “Desafia o nosso peito a própria morte!”: “Getúlio lhe respondeu/ você tem muito peito / nunca houve presidente / corajoso desse jeito” /20/; “Nossos bosques têm mais vida”: “No estado de Goiás / bem no planalto central / onde só havia selvas” /13/.

Na linguagem visual, supõe-se a presença das armas nacionais na faixa presidencial, que embora, na capa, esteja reproduzida em preto-e-branco, exhibe as cores nacionais.

Essas referências, mesmo que indiretas, indicam o caráter ufanista do discurso de ambos. Isto é, alegoricamente, nessa combinação de linguagem visual e verbal, exaltam a Pátria. Isso ocorre a ponto de, no final do folheto, se encontrar a assinatura de Getúlio Vargas, confundindo a autoria da fala com a autoria do folheto em uma estrofe caracterizada pelo acróstico “AALVES”, indicando o nome do poeta.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse folheto revelam-se algumas particularidades, quanto às condições de produção; à simultaneidade: título e fotografia; e à sua estrutura formal.

No que se refere às condições de produção, pode-se notar que nem sempre se encontram na capa todas as informações relacionadas a seu processo de edição, tais como autoria, cidade, editora, ano de publicação, o que, frequentemente, dificulta a descoberta de dados fundamentais para o conhecimento do folheto estudado, em particular, e da literatura de cordel, em geral. É preciso frisar que essas informações são omitidas não só com relação à linguagem verbal ali produzida, mas também com relação à linguagem visual. Isso faz com que seja necessário partir para a investigação em outras fontes, a fim de se elucidar em questões de caráter externo ao texto, porém reveladoras da própria esfera na qual o gênero circula.

No que se refere à simultaneidade: título e fotografia, é comum o uso da estrutura linguística: “Peleja de *personagem 1* com *personagem 2*” em folhetos de desafio. Nessa estrutura, entretanto, podem-se observar dois elementos. O primeiro diz respeito ao nome “peleja”, às vezes substituído por outros que caracterizem o desafio: “palestra”, “disputa”. O segundo diz respeito aos nomes dos personagens que, nesses títulos, são reais e identificáveis. É preciso observar também que, havendo o emprego de vocá-

bulos que se evidenciem como advérbios de lugar, como no caso de “céu”, as condições da narrativa são alteradas em função de se admitir a fantasia e de se pressupor a bondade dos dois para merecerem o céu. Nas fotografias, especificamente, nota-se que, embora os personagens sejam reais e identificáveis, o encontro não se realiza de fato. O que ocorre é uma composição por meio da justaposição de imagens, comprovando que não houve encontro, de fato, e caracterizando, portanto, uma peleja simulada. Sendo assim, essas fotografias têm a função de identificar os personagens com o objetivo de torná-los o mais próximo possível do real. Daí a necessidade de exibir apenas seus rostos. E o rosto é um elemento de individualidade e de identidade. É por meio dele que se pode reconhecer o outro. Na simultaneidade verbo-visual da capa, percebe-se que, uma vez apresentadas alterações no tradicional título “Encontro de... com...”, como ocorre com o emprego do nome de um lugar, o céu, passa a existir uma correspondência na linguagem visual. A exemplo disso, observa-se que ambos os personagens do folheto analisado são retratados pelas fotografias oficiais de presidentes da República, o que causa uma ruptura espaço-temporal, já que os dois não poderiam portar a mesma faixa presidencial ao mesmo tempo. E, nesse ponto, é bom lembrar que os espaços fantásticos da narrativa são menos frequentes em folhetos, cujas capas apresentam fotografias justamente porque a escolha dessas imagens é tentar confirmar o real. Dessa forma, nota-se que a faixa presidencial se configura como uma marca dessa simultaneidade da linguagem verbal e da visual na capa do folheto.

Quanto à estrutura formal do folheto, no diálogo, que geralmente se apresenta de forma simétrica, o poeta se coloca no discurso, demonstrando que tem consciência da linguagem da qual se utiliza em um “desafio”, para registrar outras vozes como a política, a religiosa, a popular. Nesse registro de múltiplas vozes, nota-se um caráter de apresentação, de espetáculo que se configura na linguagem verbal e na visual, sempre centradas nos personagens, como se eles quisessem se mostrar, quisessem ser vistos e reconhecidos pelos seus feitos republicanos.

Quando se lembra do dito popular “Não se conhece um livro pela capa”, inicialmente, para quem estuda literatura, tem-se um parecer fundamental. Quando se estuda a literatura de cordel, contudo, e não se considera a capa do folheto, o contrário acontece: deixa-se de conhecer esse gênero literário no seu todo, isto é, verbo-visualmente. E, quando ambas as linguagens são levadas em conta na leitura de um folheto, o professor tem a possibilidade de ampliar a produção de sentidos e a contextualização dessa manifestação cultural, popular, nordestina e brasileira.

## Bibliografia:

- ABREU, Márcia (1999) *História de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil.
- ANDRADE, Mário de (1989) *Dicionário Musical Brasileiro*. Coordenação de Oneyda Alvarenga e Flávia Camargo Toni. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: IEB-EDUSP.
- BAKHTIN, Mikhail (2003) *Estética da criação verbal*. 4ª ed. Tradução do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.
- (1997) *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2ª ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- (1998) *Questões de literatura e de Estética: a teoria do romance*. 4ª ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini et alli. São Paulo: Editora da UNESP.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da (s.d.) *Dicionário do folclore brasileiro*. 9ª ed. São Paulo: Ediouro.
- CANDIDO, Antonio (2002) “A literatura e a formação do homem”. In CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Editora 34.
- (1973) *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GARCIA, Hamílcar e NASCENTES, Antenor (1978) *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete*. 3ª ed. Lisboa: Ed. Delta, vol. III.
- HOUAISS, Antonio e VILLAR, Mauro (2001) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LESSA, Orígenes (1973) *Getúlio Vargas na literatura de cordel*. Rio de Janeiro: Editora Documentário.
- POUND, Ezra (1991) *ABC da literatura*. 9ª ed. Organização e apresentação da edição brasileira de Augusto de Campos. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.
- ROIPEHE, Alberto (2008) *Forrobodó na Linguagem do Sertão: leitura verbo-visual de folhetos de cordel*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientação da Profª. Drª. Hercília Tavares de Miranda.
- SANTOS, Apolônio Alves dos (s.d.) *Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu*. Guarabira: Tipografia Pontes, 8p.
- SILVEIRA, Dionísio da (2004) *De onde vêm as palavras*. São Paulo: Mandarin.
- TERRA, Ruth Brito Lemos (1983) *Memórias de lutas: literatura de folheto do Nordeste 1893-1930*. São Paulo: Global.
- WANKE, Eno Teodoro (1983) *Vida e luta do trovador Rodolfo Coelho Cavalcante*. Rio de Janeiro: Folha Carioca.

(Página deixada propositadamente em branco)

### 3. REPÚBLICA E EDUCAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



## A REPÚBLICA – REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO?

Ao pretendermos tratar dos problemas educativos na 1ª República, iremos incidir, por razões de tempo, de espaço e de limitações próprias de um colóquio, apenas em duas das mais significativas reformas pelo seu alcance cultural e social, a do ensino primário e a do ensino técnico.

O nosso objectivo não se restringe a uma análise ideológica ou pedagógica desses grandes monumentos que foram as reformas de 1911 e de 1919, das suas grandes metas de transformação de uma sociedade empobrecida, limitada, sufocada por uma imensa massa de iletrados. Procuraremos, também, perceber em que medida foram aplicadas tais reformas. Em que cenários? Com que protagonistas?

Alcançar tais objectivos pressupõe que entendamos o clima de uma época complexa na comunidade internacional em que o capitalismo agudizava os conflitos, pela supremacia nos mercados e nas disputas coloniais, e num país que se mostrava incapaz de acertar o ritmo com a Europa, que apresentava enormes défices comerciais fruto da nossa dependência económica com o estrangeiro, resvalando numa ou noutra circunstância, para a dramática situação de bancarrota; num país com uma deficiente produção agrícola e industrial, agitado por greves constantes, abalado com perturbações da ordem pública, inquieto com a crise das instituições políticas; num país em que a explosão demográfica e um campesinato empobrecido levaram uma parte da população a procurar resposta na emigração para as Américas, particularmente para o Brasil.

Esta situação não se modificaria, substancialmente, com a proclamação da República, em 1910, apesar do empenho de muitos políticos em alterar as estruturas

básicas de uma sociedade agrícola multissecular atrofiada por marcas ainda presentes do Antigo Regime. A economia não se muda de um momento para o outro; a distribuição das riquezas numa sociedade burguesa é deficiente e beneficia sempre os mais poderosos.

Por sua vez, a agitação no meio operário em nada contribuía para uma acalmia política e, a tudo isso, acresciam as divisões e intransigências no seio do movimento republicano. O clima de crispação resultava também das aventuras golpistas de alguns sectores monárquicos. A crise financeira, a quebra nas trocas comerciais com o exterior e na produção agrícola e a entrada de Portugal, em 1916, na 1ª Guerra Mundial, avolumaram as dificuldades e aumentaram as tensões políticas. Assistia-se, ainda, a uma sociedade sacudida pelos conflitos entre o Estado e a Igreja, pelos efeitos da laicização, como a expulsão das ordens religiosas e a perseguição a muitos dos seus membros.

No plano internacional a situação tornara-se explosiva. As tensões nacionalistas e sociais, a rivalidade económica entre as grandes potências, e o imperialismo (que começou por ser europeu e se tornou expressão de um capitalismo industrial e financeiro, cada vez mais agressivo), iam desenhando graves conflitos bélicos.

Foi, pois, nesta conjuntura e apesar dela, que a República veio lançar os seus projectos, em diferentes áreas, implicando uma profunda transformação do sistema educativo. Tornava-se necessário atacar o flagelo do analfabetismo, dominante na sociedade portuguesa, gerador de inércia e impeditivo do progresso.

Mas a escola, que tinha de ser o elemento aglutinador da mudança, continuava a ser olhada pelos sectores mais carenciados do mundo urbano e rural como algo de pouco interessante, incapaz de modificar a situação dos seus filhos no futuro e no presente, roubando-lhes o tempo necessário para o sustento da família. A mudança das mentalidades é lenta e complexa e, desse modo, não admira que alguns diplomas legais, por razões que se entrecruzam, tenham sido de difícil concretização.

No fazer desta história não nos podemos nem queremos limitar à análise dos diplomas. Pensamos que uma visão mais completa exige uma atenção a outras fontes,

como artigos publicados nos órgãos de comunicação social, mensagens, relatórios das inspecções, comentários inseridos nas revistas de professores, análise crítica de pedagogos, de intelectuais e de escritores. Por isso e nessa ordem de ideias invocamos aqui, ainda, entre muitos possíveis, alguns testemunhos de Aquilino Ribeiro, um militante republicano e um intelectual empenhado na transformação cultural do País cuja ruralidade ele tão bem retrata, ao mesmo tempo que denuncia o seu afastamento de uma Europa decididamente apostada na revolução industrial e atenta às suas implicações económicas, políticas, sociais e culturais.

### **1º - A educação republicana: contextos, ideais e valores**

A República começou por ser um ideal, um projecto de liberdade, de reconversão nacional, de empenhamento popular. Os portugueses já não eram súbditos, tornaram-se cidadãos, o que deveria implicar mudança na mentalidade, na forma de viver em sociedade, no comprometimento da coisa pública.

Quando se dá a revolução republicana, Portugal vive numa encruzilhada, ainda tem raízes do antigo regime económico que a força dos ideais iluministas e a pressão das organizações maçónicas não conseguiu destruir. Dizemos “encruzilhada” porque, apesar do seu atraso, tem uma janela aberta para uma Europa no apogeu da sua afirmação, do seu poderio, colocada no centro do mundo envolvido pela revolução industrial (Rioux, 1971), motor do desenvolvimento capitalista, caminho para a riqueza...

Estamos na era da industrialização que vai destronar a multissecular sociedade agrícola; da revolução que agita os povos e aproxima continentes na procura constante de novos mercados, gerando a universalização da economia; dos progressos técnicos e dos novos meios de transporte que vão acelerar a ultrapassagem das fronteiras que retalhavam continentes. Esta revolução que abalou o mundo vai repercutir as suas enormes implicações em áreas como a economia e a cultura. É neste contexto da chamada “Idade dos Impérios” que irrompe a revolução republicana, no “longo século XIX” que se estende até à 1ª Guerra Mundial.

O novo regime, nascido em 1910, numa perspectiva ideal, teórica, não pretendia ser uma simples alternativa à monarquia. Pelo contrário, pretendia ir muito mais

longe, constituindo-se numa outra via de construção do homem novo, onde deveria coexistir o indivíduo e o cidadão que se pretende autónomo e socializado. Estamos perante o “mito da educação” entendida como alicerce onde deveria assentar a evolução da sociedade.

É que na linha da matriz iluminista republicana “o homem vale pela educação”, o motor capaz de conduzir o País, de forma mais racional, à prosperidade e ao equilíbrio social. Nestes termos, a 1ª República enquadra-se na perspectiva do liberalismo, uma filosofia que, na sua essência, pretende ser um projecto regenerador com marcas na economia, na sociedade e na cultura. Compreende-se, assim que alguns dos mais carismáticos líderes republicanos, como Afonso Costa e António José de Almeida defendam, respectivamente, “*a instrução como grande cruzada da república*” (Afonso Costa, 1910) ou que a “*consolidação e a nobilitação só se pode fazer abrindo escolas, derramando a instrução, iluminando e resgatando a juventude*” (Almeida, 1911).

Não admira que passados poucos meses após a proclamação da República fossem alteradas as linhas orientadoras do sistema educativo, os currículos e os programas para tentar encurtar distâncias entre Portugal e a Europa culta, a “*Europa que se tornara escola do mundo*” (Remond, 1994) e se transformara na luz que progressivamente irradiava a cultura pelo globo. Os responsáveis políticos tinham uma dura tarefa pela frente; não era fácil abanar a estrutura de uma sociedade imersa num ruralismo enraizado, rotineiro, avesso a mudanças e pouco aberto (por razões diversas e complexas que se entrecruzam) ao papel transformador da escola. O analfabetismo de 75,1% da população abafava a sociedade portuguesa, que contrastava com a Inglaterra ou a Alemanha, onde as percentagens não iam além, respectivamente, de 0,1% ou 0,51%.

Perante esta realidade era necessário e urgente investir na educação; o problema não estava na falta de vontade política, mas na dificuldade de encontrar os meios necessários num país que se debatia com a debilidade de uma economia pouco industrializada, apesar do inegável esforço do fontismo. O défice orçamental era crónico e a dívida pública impedia ou dificultava a concretização de medidas estruturais que ajudassem a melhorar a situação numa nação com profundos desequilíbrios sociais e culturais.

## 2º - A revolução na educação infantil e primária

A revolução no ensino tocou em todos os graus e ramos, desde o primário ao superior. Nessa ambiência, reformularam-se as Escolas do Magistério Primário que passariam a funcionar em Lisboa, Porto e Coimbra, e criaram-se as Escolas Normais Superiores nas Universidades de Coimbra e Lisboa onde se preparariam os professores do ensino secundário, os professores das Escolas do Magistério e os inspectores.

331

A escola seria de todos e para todos, única, como um direito social, expresso na igualdade de oportunidades de acesso à educação, como expressão de emancipação dos povos. Era uma instituição pensada para ensinar a viver em liberdade, em igualdade, em fraternidade; por isso, tinha de ser libertadora, conduzir a novas formas de pensar e de entender o mundo. Educar uma sociedade é fazê-la progredir, assim se exprimia um dos emblemas da revolução.

Os ideais republicanos vão ser traduzidos nas grandes reformas de ensino de Março de 1911. São reformas inspiradas na linha de uma epistemologia positivista da pedagogia, ciência que se prestava a ser uma encruzilhada de várias outras. Por outro lado, estas reformas reflectem um enorme esforço para renovar a instituição escolar que será o alicerce de toda a construção social, não servindo apenas para transmitir conhecimentos e técnicas mas, também, para divulgar os valores universais e republicanos. Ao consagrar o laicismo na sua Constituição, a República proibiu o ensino religioso nas escolas públicas. O ensino passa cada vez mais a ser controlado pelo Estado, embora esta tendência já venha do século XVIII, das reformas pombalinas.

A reforma do ensino primário, de 29 de Março de 1911, elaborada por João de Barros e João de Deus Ramos, embora não tendo sido promulgada conforme o projecto original, não deixou de ser um hino à “*Aurora do Mundo Novo*”, enquanto difusora dos valores civilizacionais. Ao formar o homem como cidadão e ao desenvolver-lhe o espírito crítico, tornava-o capaz de ser um elemento activo na construção de uma sociedade aberta, solidária, a caminho da democracia.

A reforma, que na expressão de Filipe Rocha assenta no “positivismo iluminista” (Rocha, 1987), não deixou de reflectir os ideais metodológicos da Educação Nova, das pedagogias da descoberta, da experiência do aluno e da sua maturação. Partindo do princípio que a criança está no centro de toda a actividade pedagógica, deu par-

ricular atenção à sua capacidade intelectual e física, estimulou a criatividade e entendeu que a aprendizagem não podia reduzir-se ao livro mas tinha de se basear em processos mais estimulantes e mais activos.

A legislação reformadora não deixou de reflectir, também, marcas do movimento romântico que envolviam todos os campos da criação artística e estimulavam a renovação teórica da pedagogia. Assim, defendia-se que a educação não podia ser castradora das potencialidades da criança, nem suprimir ou paralisar o seu crescimento natural, devendo ir ao encontro da sua energia, da sua espontaneidade, da sua criatividade.

Trata-se de uma proposta elaborada por pedagogos que se mostram atentos à evolução natural dos interesses predominantes em cada fase do crescimento da criança. Se esta ama a liberdade, a natureza... então, como complemento da acção pedagógica na aula, proponham-se visitas de estudo e passeios que, além do contacto com a natureza e a sociedade, proporcionam, ainda, uma relação pedagógica mais saudável.

A educação infantil passou a ocupar um espaço especial na mente do legislador. O artigo n.º 5 da nova lei (Decreto de 29 de Março de 1911) estabelece que ela deve ser comum às crianças de ambos os sexos e visar “*a educação e desenvolvimento integral, físico, moral a fim de criar hábitos e disposições nas quais se possa apoiar a instrução primária*”. Este ensino era facultativo, gratuito, organizado em forma de *lição das coisas*, devendo a criança aprender a leitura e a escrita em conformidade com a sua capacidade. O desenho, a modelagem, as referências aos animais e plantas da sua região e as poesias “*simples*” com assuntos cívicos e patrióticos, e os contos tradicionais deveriam, também, fazer parte da sua aprendizagem. Tudo isto implicava, por consequência, uma profunda mudança na formação dos educadores, ao ponto de João Camoesas, por diploma de 6 de Novembro de 1923, determinar que os educadores, para além do curso geral das escolas de Magistério Primário, teriam de receber uma formação específica de mais dois anos.

A falta de escolas infantis levou Leonardo Coimbra (Decreto n.º 5787<sup>a</sup>, de 10 de Maio de 1919) a aceitar que nas escolas primárias pudesse funcionar uma classe infantil para crianças do 6 aos 7 anos. Casimiro Freire, membro do Directório do Partido Republicano Português, um dos promotores das Escolas Móveis, não deixou, no entanto, de fazer duras críticas ao estado da educação e, em 1916, escrevia: “*criaram no papel algumas escolas. Quantas funcionam e com que resultados? Qual o núme-*

*ro das que se encontram fechadas por esse país fora?”* (Freire, 1916, p. 229). Na verdade, o ensino infantil oficial, um dos grandes sonhos dos educadores republicanos, teve pequena expressão; entre 1910-1926, apenas teriam funcionado 12 escolas, segundo o historiador da educação Joaquim Ferreira Gomes (Gomes, 1986, p.81).

Por seu turno, o ensino primário, visando habilitar o homem para a vida, passa a ser desdobrado em graus (art. 4.º): elementar, complementar e superior. O ensino geral compreendia o elementar de 3 anos e o complementar de 2 anos. O ensino elementar, obrigatório e destinado às crianças de ambos os sexos, dos 7 aos 9 anos, visava proporcionar a aprendizagem da leitura, da escrita e da aritmética. Finalmente, o ensino complementar, para além dos objectivos de consolidação de conhecimentos, permitia revelar aptidões naturais e esboçar a preparação para qualquer profissão. O ensino primário superior era de 3 anos, os seus diplomados podiam matricular-se nas Escolas Normais Primárias, nas Escolas Industriais, Comerciais e Agrícolas. Este grau de ensino tinha a missão de ser um agente de cultura geral, particularmente nos centros industriais e agrícolas onde havia carência de escolas secundárias.

A formação cívica, visando a laicização da sociedade, substituíu o Catecismo (Mónica, 1978). As circulares de 17, 22 e 27 de Maio de 1915 desafiavam os professores a inculcar nos alunos o espírito da revolução, o respeito pela bandeira, pelos monumentos e pela paisagem portuguesa. A criança era colocada no centro de toda a actividade escolar e “*o ensino deveria ser metódico, concêntrico, estabelecendo uma harmonia constante com a evolução orgânica e fisiológica e o desenvolvimento intelectual e moral*” (Decreto de 29 de Março de 1911). João de Barros defendia um ensino apoiado nas motivações da criança e escrevia:

A criança ao abandonar a escola primária tem de saber utilizar a sua inteligência, a sua energia, a sua natural curiosidade. E, mais ainda, tem de saber nelas exercitar sobre o meio que a cerca, sobre os fenómenos, factos e objectos que formam e constituem o seu ambiente (Citado *in* Magalhães, 1979, p. 33).

Apesar das intenções e dos projectos, a escola primária não se impôs como seria desejável nos meios rurais, sobretudo porque as dificuldades económicas levavam as famílias a encarar a escola como um empecilho e desviavam as crianças para outras tarefas ajudando os pais na luta pela sobrevivência. Afinal a escola republicana não se impôs nos meios rurais, como seria desejável. Para se alterar esta situação e se

viver conforme o preâmbulo da lei de 29 de Março de 1911, que se referia às crianças como “*essa matéria prima das Pátrias*”, exigia-se uma escola renovada pedagogicamente e com um parque escolar equipado.

De facto, desde há muito que este parque, além de exíguo era pobre e altamente degradado. A maioria dos edifícios escolares, que nos primeiros anos da República pouco ultrapassavam os cinco mil, não tinha o mínimo de qualidade exigível para as suas funções, as escolas não eram atractivas e no seu aspecto soturno e sombrio amedrontavam as crianças (Rodrigues & Ferreira, 2000).

Grande parte das escolas continuava a funcionar em casas alugadas, construídas para outras finalidades. Era preciso ponderar e retomar o notável projecto elaborado em 1897 pela Associação do Engenheiros Portugueses em que o país era dividido em 7 regiões (Minho e Douro, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo, Algarve e Ilhas Adjacentes). Já nesse documento, as escolas a construir deviam respeitar as características de cada região, numa linguagem plástica típica e sóbria, expressando a identidade local.

Compreende-se, assim, que a República, na linha do seu ideário, tenha estabelecido regras para a construção de edifícios escolares, tenha elaborado um manual com normas técnicas, pedagógicas e higiénicas a respeitar nas futuras construções escolares. Temos de reconhecer que foi feito um esforço para melhorar a situação, mas a inflação e as dificuldades das finanças públicas levaram os empreiteiros ao abandono de obras. A renovação do parque escolar não era fácil, o dinheiro público era escasso (cf. Rodrigues, 1996; 2006; 2010). Em 14 de Maio de 1920, o Jornal “O Século”, sob o tema «a bem dos pequeninos – são precisas boas escolas primárias», pedia aos professores um testemunho da realidade e os relatos que se seguiram foram impressionantes sobre o estado de degradação, a ponto de se olhar para a escola como um lugar perigoso, nada saudável, foco potencial de doenças epidémicas.

Em 1919, Leonardo Coimbra, responsável pela pasta da Instrução Pública, tentando criar melhores condições para o ensino primário, alicerce de todo o sistema educativo, e para que se conseguisse uma maior implantação, dividiu-o em três graus: o infantil, o geral (de 5 anos, abarcando os anteriores, elementar e complementar, e



que passou a ser obrigatório) e o superior. No art.º 6 do diploma (Decreto-Lei, 5787, de 10 de Maio de 1919), na linha do Movimento da Escola Nova, definia as seguintes metas de aprendizagem:

a criança deveria saber traduzir o pensamento pela palavra oral e escrita e a sua interpretação pela leitura inteligente, e ter conhecimento da terra portuguesa. Deveria aprender operações de cálculo, noções de geometria prática elementar, conhecimento de fenómenos naturais, desenho, modelação, canto coral, ginástica, jogos educativos, higiene, trabalhos manuais e agrícolas.

O ensino primário superior arrancaria, ainda pela mão do mesmo político e pedagogo, em 50 escolas, no ano lectivo de 1919-1920. O seu currículo foi reformulado, aproximando-se do currículo liceal. Embora para alguns ideólogos republicanos este ensino devesse constituir a educação mínima do cidadão português, sabemos que, de facto, poucas escolas acabaram por funcionar. As causas explicam-se, mais uma vez pela falta de investimento, mas também por impreparação de parte do corpo docente e por razões de mentalidade; com efeito, era socialmente mais interessante o aluno frequentar o liceu ou a escola técnica.

Qualquer reforma educativa de fundo exige a adesão de docentes devidamente preparados e motivados; muito mais o exigia esta, atendendo à perspectiva republicana de formar o homem novo. Os pedagogos e dirigentes reconheciam que era preciso alterar as regras de recrutamento dos professores, não era qualquer um que servia para o desempenho de tão delicada actividade. O professor teria de possuir uma boa preparação científica e pedagógica que lhe permitisse uma séria reflexão sobre o acto educativo, sobre as práticas, sobre o papel da experiência na aprendizagem dos conhecimentos, para além de ter de estar imbuído dos ideais republicanos e preocupado em formar cidadãos livres e responsáveis. Nessa linha, escrevia Adolfo Lima (1914), Director da Escola Normal de Lisboa:

o nosso professorado educado ou influenciado por professores jesuítas, não pode esquivar-se a essa influência e educação e, portanto há-de ensinar com todos os vícios que tal educação cria Assim sendo, a República não pode furtar-se à invenção de um novo formador, figura central do universo educativo que se pretende transformar, inscrevendo como uma das suas prioridades a preparação técnica e científica dos professores, bem como a melhoria do seu estatuto profissional e a sua imagem social (Lima, 1914, p.55).

Dificuldades de toda a ordem não permitiram que o Decreto de 21 de Maio de 1911, que introduzia modificações nos mecanismos de formação de docentes, e o regulamento das Escolas Normais Primárias, pudessem dar melhores frutos. As Escolas Normais Primárias de Lisboa, Porto e Coimbra só em 1916 tiveram as suas comissões instaladoras nomeadas, e arrancaram apenas em 1919, com o Ministro da Instrução Pública Leonardo Coimbra. Os seus professores deviam estar habilitados com o diploma das Escolas Normais Superiores das Universidades de Coimbra ou de Lisboa, e estavam sujeitos a concurso público. Os professores primários só podiam leccionar nas escolas anexas e estava-lhes vedada a docência na disciplina de Metodologia. As Escolas Normais Primárias tiveram nos seus quadros figuras de grande prestígio e saber, como Adolfo Lima, Viana de Lemos, Aurélio da Costa Ferreira, Alberto Pimentel e tantos outros. Mas não se pense que, apesar da legislação que extinguiu as antigas escolas do magistério herdadas da Monarquia, e reestruturava toda a formação dos professores, doravante tudo passasse a funcionar bem. A esse propósito António Nóvoa escreve que:

entre 1910 e 1918 assistiu-se a uma espécie de republicanização das antigas escolas normais e de habilitação para o magistério primário, mas não foi efectuada nenhuma alteração de fundo na estrutura claramente inadequada do sistema de formação dos professores. Num certo sentido, pode-se afirmar que a qualidade do ensino prestado nessas instituições se degradou bastante, sobretudo devido ao estatuto de provisoriedade em que passaram a viver. Nos últimos anos da monarquia diplomaram cerca de 260 professores por ano, número que subiu para 486 nos primeiros anos da República e para 949 no quinquénio anterior à implantação da Nova Reforma. Ora, se já na Monarquia estas escolas eram acusadas de não ter as infra-estruturas necessárias, imagine-se o que se passou a seguir” (Nóvoa, 1988, p.18).

Como o processo de formação entrou tarde, só no ano lectivo de 1921-1922 saíram os primeiros professores primários diplomados e, quando a República caiu, em 1926, apenas 621 tinham concluído o curso. A República, para além de ter procurado proporcionar uma formação mais adequada ao professor primário, o *mensageiro da cultura, o apóstolo da religião social*, deu-lhe também maior projecção social, melhorou significativamente o seu vencimento, exigindo-lhe maior dedicação. Conjugando a sua actuação com o movimento associativo dos professores, incentivou a formação de um espírito de corpo profissional. A União do Professorado Primário Oficial Português, criado em 1918, representava em 1925, 90% dos docentes.

### 3 - A reforma do ensino técnico

O ensino técnico recebeu um enorme impulso na Europa com a revolução industrial. Era preciso preparar técnicos e operários especializados, a maquinaria assim o exigia. Um dos grandes reformadores do nosso ensino técnico, ainda no tempo da Monarquia, António Augusto de Aguiar (1838-1887), um profundo conhecedor da realidade inglesa e da excelência do seu ensino, projectou uma reforma para proporcionar alterações na área industrial e bases que alterassem a dinâmica dos nossos agentes económicos (Martinho, 1993, p. 48-58).

337

Um dos maiores problemas da nossa revolução industrial foi não ter sido precedida por uma profunda reforma agrária. As nossas estruturas económicas só a partir de 1890 conseguiram quebrar muito da teia característica do Antigo Regime. Avançou-se para a industrialização, o ritmo não foi o ideal, diversas forças de bloqueio o limitaram. Tínhamos uma deficiente preparação dos recursos humanos (gestão, técnicos e operários), o nosso pequeno mercado interno e mesmo o colonial não eram suficientes para absorver uma produção rentável. O mercado externo era difícil de penetrar em função dos preços e da nossa tecnologia rudimentar, então usada. Por outro lado, à nossa industrialização faltou-lhe capital e, também, o apoio de uma rede de transportes e comunicações.

Apesar das dificuldades de arranque e de encontrar o ritmo próprio da industrialização, algo que se foi fazendo, lentamente se ia reconhecendo que para aumentar a qualidade e a produtividade, era preciso encontrar mão-de-obra mais qualificada. Quando a República deu um passo importante, em 1914, com a electrificação, a indústria entrava numa outra fase com os sectores químico e cimenteiro. Se estávamos numa época em que se exaltava o mito do progresso e a valorização dos saberes, se se apostava na ciência e na técnica, se se geravam dinâmicas, então nasciam outras exigências sociais.

A República começava a desenhar novos contornos para implementar o ensino técnico sem o qual não era possível fazer progredir uma sociedade, quando a ciência e a alta tecnologia avançavam a passos largos e a competitividade tecnológica se tornava uma preocupação dos Estados e das grandes empresas. A inovação era um

instrumento fundamental face à concorrência, o que vai exigir técnicos cada vez mais preparados.

338

E neste momento histórico em que o saber adquire novos contornos sociais, as elites republicanas assumem-se como “educadores” em defesa de uma cultura cada vez mais extensiva, para que o maior número de pessoas a pudesse saborear como alimento que fortalece os espíritos e os prepara para a construção de uma sociedade livre e solidária. O ensino técnico vai participar nessa construção, por isso, torna-se necessário reestruturá-lo, definir currículos, programas, tipo de escolas, desde as elementares às do ensino superior.

Dois meses depois da proclamação da República, em 13 de Dezembro de 1910, o governo provisório começava pelas cúpulas, criando o Instituto Superior de Agronomia, com os cursos de Agronomia e Silvicultura e a Escola de Medicina Veterinária.

Brito Camacho, no *Relatório* que antecede o Decreto de 23 de Maio de 1911, afirma que:

as nossas aptidões originárias revelam as dos povos que já lograram atingir um alto desenvolvimento industrial, e que são, cumpre notá-lo, os de mais larga e mais intensa cultura científica (...). O nosso atraso provém, apenas, de insuficiência do nosso ensino técnico, insuficiência que ontem era um mal e hoje é um perigo dada a luta de competências que é preciso suportar na concorrência aos mercados de todo o mundo.

No que respeita ao ensino técnico superior, este apresentava-se com “*uma sofisticação grosseira de que tem encargo as Politécnicas e os Institutos escolas onde “muito se ensina e pouco se aprende” (Ibidem)*. Assim, o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa foi transformado em duas escolas de nível universitário – o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio.

Entretanto, por Portaria de 19 de Julho de 1911, o ministro António Aurélio da Costa Ferreira, reconhecendo ser “*necessário reorganizar e remodelar o ensino comercial professado na cidade do Porto, tendo em vista as necessidades da sua praça e de toda a região norte*”, designou o engenheiro Francisco Xavier Esteves, lente do Instituto

Industrial e Comercial do Porto, para proceder a um inquérito directo à cidade e sua região, apresentando uma monografia contendo a sua proposta para a reorganização desta modalidade de ensino (Portaria de 19 de Julho de 1912).

Em entrevista concedida ao jornal *O Século* – Dezembro de 1913 – por um industrial covilhanense podia ler-se:

a instrução profissional é a única que aproveita ao povo, é a única que neste momento histórico, mais precisamos, pois está provado que os povos pequenos só podem manter a sua independência pelo trabalho, pela agricultura e pela indústria. Passamos a vida a recordar o passado glorioso, como se ele fosse remédio para a doença que nos mina, e a qual se a tempo não lhe pusermos termo, nos levará à completa ruína (Jornal “O Século”, Dezembro, 1913).

Quanto à organização do ensino técnico-profissional, o mesmo industrial acrescentava:

A meu ver, o nosso ensino profissional e técnico deveria ser dividido em três classes: elementar, secundário e superior. A primeira ministrada nas escolas primárias, pois se criavam pequenas oficinas das indústrias que predominassem na localidade. A segunda nas actuais escolas industriais, dando-se-lhes uma função essencialmente prática e especialmente destinada a criar bons operários nos diversos ramos da indústria, escolas estas providas do maquinismo moderno e montadas segundo as provas teóricas e pedagógicas com material e pessoal habilitado teórica e praticamente; numa palavra estas escolas deveriam ser verdadeiras fábricas. A terceira seria ministrada em escolas mais teóricas, sem que a prática fosse posta de parte, antes pelo contrário, devendo ser a base fundamental do ensino. Porém, como estas escolas seriam destinadas a fazer chefes ou directores de fábricas e engenheiros industriais; é claro que a teoria deveria ocupar uma grande parte do programa dos cursos. Parece-me que a essas escolas só deveriam ser admitidos alunos diplomados pelas escolas industriais, para, assim, irem conhecedores do ramo industrial a que desejassem dedicar-se (*Ibidem*).

Do mesmo modo, pensadores como João de Barros, não deixaram de reflectir sobre este ramo de ensino. Assim, ao referir-se ao legado monárquico, no domínio do ensino e, em especial, ao profissional escreveu:

uma herança de fórmulas abstractas e de mentiras convencionais. Todos aqueles que, nos últimos cinquenta anos do extinto regime, procuraram dar a Portugal gente educada para valorizar e fazer progredir a sua Pátria, viram o seu generoso pensamento e as suas iniciativas louváveis afogadas no mais insípido mar de verbalismo que jamais atacou o cérebro dos nossos estadistas e governantes (citado por Fernandes, s/d, p. 87)

João de Barros via na difusão do ensino profissional um factor primordial para o progresso económico-social e estabilidade política do País e, assim, no dia em que este ensino conseguir desempenhar a sua função essencial:

teremos contribuído eficazmente para a democratização do país, porque formaremos homens úteis e com consciência da sua utilidade, todos eles seguros de que participaram pelo seu trabalho na riqueza e progresso da nação e, portanto, na sua ordem e estabilidade (*Ibidem*, p. 89).

No estudo sobre João de Barros que temos vindo a utilizar nas citações anteriores, Rogério Fernandes procurou fazer ressaltar a posição do político republicano sobre o ensino profissional como:

suporte de uma pedagogia social que neutralizasse o parasitismo das velhas camadas e categorias sociais exploradas, que tanto devoraram os recursos das classes trabalhadoras como da burguesia e pequena burguesia industrial e comercial recém-chegada ao palco da história como elementos decisivos da evolução (*Ibidem*, p. 92)

O ensino profissional para João de Barros, como escreveu Rogério Fernandes, origina:

um patriotismo de acção, impede ou açaima o devaneio retórico, as formações vazias e alma que tanto nos prejudicam, porque é prático, severo, exige uma tensão de espírito e nervos (e porque não músculos?). Sempre calma e sempre vigilante (...) esta característica – ou qualidade – da educação profissional, torna-a especialmente indicada para inspirar e orientar a pedagogia nos países meridionais (*Ibidem*, p. 92-93)

Assim, por decreto de 8 de Setembro de 1913, é remodelado o ensino industrial e comercial e, mais tarde, o Ministro da Instrução Pública – José de Matos Sobral Cid, por diploma de 22 de Abril de 1914, institui o *Conselho de Ensino Industrial e Comercial* que funcionaria junto da Repartição Industrial e Comercial, do Ministério da Instrução Pública, que deveria aprofundar os estudos para uma mais adequada reforma, nesta área de ensino, essencial ao crescimento económico.

Tornava-se, igualmente, forçoso repensar as próprias metodologias que tornassem mais eficaz, aliciante e prestigiado socialmente este tipo de ensino. O decreto n.º 2609-E, de 4 de Setembro de 1916, vem reconhecer a necessidade de regulamentar o

ensino elementar industrial e comercial. No que respeita ao “ensino industrial” eram considerados os seguintes tipos de estabelecimentos de ensino – “*escolas de desenho industrial*”, “*escolas industriais*”, “*escolas preparatórias*” e “*escolas de arte aplicada*”. Para o ensino profissional e prático dos diferentes cursos foram instituídas, junto das escolas, oficinas para a aprendizagem e laboratórios para investigações industriais.

Um dos aspectos que esta reforma acentuou foi o da frequência diurna das escolas que acabou por adquirir carácter permanente, uma vez que a legislação posterior não voltou a impedir o funcionamento diurno de qualquer disciplina ou actividade. No entanto, o recrutamento dos professores continuou a ter como base o ensino nocturno e as aulas diurnas eram consideradas como desdobramento das aulas nocturnas, situação que só veio a ser alterada muito mais tarde.

Num *Relatório* de 4 de Junho de 1915, a propósito da reorganização da Escola de Setúbal, escrevia o Inspector António Arroyo:

na nova escola o ensino comercial regular é o curso diurno, que sobreleva a todos como necessidade social do meio, e para ele é que principalmente deverão tender as nossas atenções”. E acrescentava: “quer-me parecer que o ensino nocturno é que passará a ser considerado um desdobramento do ensino diurno, facto este que vai exercer uma certa influência na organização do pessoal docente.

Esta intuição do Inspector António Arroyo irá concretizar-se no Decreto 5029, de 1 de Dezembro de 1918, assinado por João de Azevedo Neves, Secretário de Estado do Comércio, pois nele se acentua a importância do ensino diurno. No *Relatório* do Decreto encontramos as ideias força que presidiram à sua elaboração. Azevedo Neves afirma que:

o valor de um povo, o seguro caminhar na senda do progresso, a intensa vibração de patriotismo, a harmonia de instintos capaz de conduzir à finalidade histórica de uma nação, tem uma e só origem, um e só fundamento, imutável através dos tempos, constante em todas as civilizações: o ensino”(*Ibidem*) .

Deste modo, o Governo teria de “*transformar a massa ignara da plebe, a alma desvairada da multidão, as paixões denegrindo incultas glebas*”, fazendo ressurgir e incentivando o ensino técnico:

O ensino deve fazer-se na escola, no laboratório e na oficina recorrendo à lição, à demonstração e ao exercício; no museu, (...), na biblioteca (...), nas visitas e missões de estudo (...), em viagens (...), para que no cérebro do aluno desperte a sua individualidade própria, e a noção do modo mais perfeito por que pode utilizar-se (*Ibidem*).

Assim, o ensino industrial devia ter como objectivos:

desenvolver as artes e as indústrias próprias de um país; criar operários suficientemente hábeis para satisfazer às exigências da indústria (...), criar engenheiros cuja ilustração seja vasta e os conhecimentos técnicos perfeitos, não só para dirigirem fábricas e empresas, como também para saberem promover a introdução de aperfeiçoamentos técnicos ou de novos ramos do labor industrial (*Ibidem*).

A concretização de tais objectivos deveria “*operar-se pela criação de Escolas de Artes e Ofícios*”, destinadas a preparar operários a partir dos 13 anos e aperfeiçoar os que já exerciam a profissão. O ensino industrial ministrava-se nestas escolas, em escolas industriais e escolas preparatórias (com cursos de 4 anos para auxiliares de engenheiros, chefes de oficina e directores de trabalhos) e Instituto Superior Técnico (para engenheiros), sendo “para adultos o curso nocturno, para crianças curso diurno” (*Ibidem*). Por sua vez, o ensino técnico comercial seria ministrado em *aulas comerciais, escolas comerciais, institutos comerciais e Instituto Superior de Comércio* (*Ibidem*).

O recrutamento dos professores foi instituído pelos processos de contrato, convite e concurso, com passagem pelo tirocínio antes da efectividade. Para a formação de professores de desenho nas Escolas de Artes e Ofícios, preparatórias, industriais e de Arte Aplicada, criou o decreto uma “escola normal de desenho” “constituída por duas secções que poderão funcionar nas escolas industriais existentes em Lisboa” (*Ibidem*).

A 1ª Secção, de “desenho exacto ou rigoroso”, era destinada à preparação do professorado para o ensino do desenho de máquinas e de construções arquitectónicas e a 2.ª Secção de “desenho livre ou artístico”, para professores de desenho geral elementar, decorativo, modelação e pintura. O decreto nº 5029 cuidava, ainda, dos meios auxiliares de ensino tais como:

bolsas para alunos de todas as categorias e para os professores e mestres de todos os graus de ensino, em missão de estudo no país e no estrangeiro, tendo tomado a precaução de pôr à disposição do Estado, durante dois anos, os alunos pensionados, a fim de colher



imediate e directa vantagem do dispêndio feito. Cria e organiza museus e bibliotecas. Instituiu um sistema de exposições anuais em Lisboa, Porto e Coimbra, a que devem concorrer todas as escolas e institutos, e de exposições regionais periódicas, com todas as facilidades que o governo pode conceder (*Ibidem*).

Estabelece, ainda, o diploma que, no *Boletim da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial*, haja uma secção destinada a registar relatórios, inquéritos, estatísticas e trabalhos sobre artes industriais, indústrias ou de natureza científica.

Se a legislação de 1918, em relação ao ensino industrial e comercial elementar, apenas esboçava uma nova orientação e, tão genericamente que permitiu, por largos anos, o seu desenvolvimento dentro das linhas gerais estabelecidas, o mesmo já não aconteceu em relação à sua regulamentação “*por não ter acentuado suficientemente o cunho de profissionalidade que seria para desejar*” (Decreto n.º 18420, de 4 de Junho de 1930).

Apesar de todas as deficiências, a população escolar foi sempre aumentando, o que se compreende pela reconhecida necessidade, por parte das classes operárias, de alcançarem uma formação e uma cultura profissionais eficazes e condignas. O ensino técnico era frequentado, em 1910, por 7.153 alunos; no final da República o número subiu para 14.714, o que revela um significativo crescimento.

#### 4 – Memória, sensibilidade e re-vivência...

Para melhor imaginarmos a realidade, neste como noutros campos da História, não nos podemos cingir à legislação e aos seus objectivos. E, muito especialmente, para o conhecimento da nossa realidade escolar – esse contexto onde todas as reformas invocadas acima se deveriam fazer sentir — não basta a consulta e o estudo das fontes legislativas, nem colocarmo-nos a par da forma como, oficialmente, se estruturaram os currículos, se desenharam os programas, se apontaram as metodologias, se disponibilizou o material didáctico, se prepararam os professores, se projectaram os edifícios escolares.

Seria importante, também, darmos conta do modo como toda esta revolução, bem como os sucessos e frustrações a que ela deu azo, foram percebidos e vividos pelos

responsáveis, pelos professores, pelos alunos e pelo povo anónimo da época. Seria importante uma historiografia que corresse atrás de eventuais depoimentos de antigos alunos, professores e pais. Ainda que seja praticamente impossível fazê-lo hoje, julgamos que a literatura poderá, em parte, colmatar essa falha e responder a esse intento; embora com uma mensagem que privilegia o efeito estético em detrimento do rigor histórico, não deixa, no entanto, de nos dar traços importantes da vivência escolar e das tensões que envolvem o acto de aprender. Não só nos descreve cenários como nos devolve, sublimada pela arte, a atitude dos diferentes actores que se esforçam (ou não) por desempenhar os seus papéis. Valeria a pena neste linha, invocar a obra de autores como Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Manuel da Fonseca e outros.

Limitamo-nos à invocação da obra e do pensamento de Aquilino Ribeiro, um “mestre” indiscutivelmente empenhado na revolução republicana. Esta invocação tem dois propósitos; por um lado, serve-nos para darmos conta de alguns quadros reveladores da vivência quotidiana, de professores e alunos em escolas e liceus da época; por outro lado, possibilita-nos o registo de um balanço da revolução republicana na educação, através do pensamento de um homem indubitavelmente empenhado nesses eventos.

Sabemos que a abordagem de Aquilino Ribeiro é, em grande parte, feita daquele jeito que só a literatura permite – colocando no coração e na mente de algumas personagens fictícias, os sonhos, as preocupações e os hábitos mentais de muitos daqueles que na realidade lutavam pela realização das transformações sociais e culturais necessárias à população portuguesa.

Poderíamos invocar neste domínio o retrato de uma escola primária rural incapaz de se afirmar como algo mais do que uma simples “*admirável faculdade do bocejo*” à qual a rapaziada sabia muito bem opor a sua “*frescura psíquica, primordial, refractária ao tédio*” (Ribeiro, 1957, p.129). De facto, para Aquilino, enquanto não viesse o dia em que aprender a ler e a escrever fizesse sentido e tivesse uma utilidade prática, a maioria das crianças rurais, sem condições, discriminadas e desmotivadas para a vivência escolar, acabava por ter comportamentos desviantes veementemente condenados pelos seus mestres. Era aqui que a já referida “frescura” infanto-juvenil se traduzia, com frequência, numa tensão permanente entre cumprir o que os mestres

exigiam, muitas vezes apenas por medo dos castigos, e dar largas à liberdade e à avidez dos espaços sem perder a oportunidade de, por muitas e variadas formas, manifestar resistência e oposição à escola.

Esta resistência, muito natural nas crianças, tornava-se mais compreensível se atentássemos nas más condições de vida em que viviam muitas crianças da aldeia, tantas vezes retratadas pelo autor. Não menos expressivas e significativas são as passagens a propósito da relação pedagógica tal como era, de facto, vivida por discentes e docentes, e sempre caracterizada pela omnipresente *resistência* dos alunos ao *esforço* exigido pelo trabalho escolar (cf. Amado, 2006).

Viria aqui, ainda, muito a propósito, uma deriva pela novela *Domingo de Lázaro* (incluída na obra: *Estrada de Santiago*) que, de algum modo, traduz a experiência do autor enquanto professor supra-numerário, no Liceu Camões, entre 1915-1918. Não podendo ir por aí, nesta comunicação, diremos apenas quanto nos surpreende ver sobressair no referido texto os habituais (clássicos) temas da moderna etnografia escolar sobre muitos dos aspectos da vida na aula e na escola, designadamente sobre a condição do professor, sobre as relações de poder no contexto escolar, sobre os métodos de ensino e a sua relação com a atenção e empenhamento dos alunos, sobre as estratégias de “sobrevivência” de docentes e discentes no contexto da interacção pedagógica, sobre a insolência dos alunos e sobre a indisciplina e a violência escolar – fenómenos que não são tão novos como às vezes se quer fazer crer.

Mas o exemplo mais acabado de uma preocupação verdadeiramente existencial pelo estado da educação e do impasse em que ela se encontra, depois de tantas reformas e de tantos ensaios, podemos encontrá-lo no discurso inflamado de Ricardo Tavares, personagem central do romance *O Arcanjo Negro*, publicado em 1947: “*que é preciso para que o português tenha vida plasticamente sua e a viva com a indispensável autonomia e carácter?*” (Ribeiro, 1985, p. 174). A resposta é dada pela mesma personagem: a batalha deve começar, antes de mais, pela reforma do “*português físico, atacando o mal original*” e, finalmente, do “*homem social, ensinando-lhe a viver*” (*Idem, ibidem*, p. 181).

Notamos que estas palavras vêm à luz do dia só em 1947, bem distantes do período republicano a que nos estivemos a referir nas alíneas anteriores deste texto, mas não deixam, ainda que pela via da ficção, de reflectir o pensamento de um militan-

te, na hora em que pode ter consciência do que se não fez e deveria ter feito. Neste ponto podemos fazer convergir o pensamento doutrinário de mestre Aquilino, expresso em obras não ficcionais como *O Homem da Nave* (primeira edição de 1954) e *Aldeia: Terra, Gente e Bichos* (primeira edição de 1946). Ainda que também tardias em relação ao período republicano, pensamos que o seu testemunho crítico, relativamente ao período em que escreve, nos permite dar conta do balanço que ele próprio fazia de toda uma revolução guiada por belos e nobres ideais, mas que se mostrou incapaz de mobilizar as forças e os recursos necessários para os concretizar.

Nas referidas obras, retomando a magna questão do combate ao analfabetismo que vem desde os alvares do período republicano, bate com insistência numa tecla fundamental: a de que a escola e o aprender a ler e a contar para nada servirão se as formas de vida e as exigências do progresso técnico não tornarem úteis e produtivos esses mesmos conhecimentos. A escola é fundamental mas não basta: ela precisa de ser acompanhada por outras molas propulsoras do progresso e do bem-estar das populações. O que a escola, por certo, pode fazer e está nas mãos dos professores, é levar a criança a compreender e a defender valores eternos e incontestáveis da humanidade, a saber:

o respeito pelos velhos; a obediência à lógica e à harmonia; o amor à direita; um bil do entendimento à beleza e à originalidade em arte; o culto do heroísmo verdadeiramente construtivo e do génio acima de tudo, etc, etc. (Ribeiro, 1968, p. 117).

À escola compete, ainda, levar a criança à compreensão da natureza que a rodeia. Era, por isso mesmo, merecedora de aplauso a retoma da tradicional *feira da árvore* (uma velha herança do pensamento pedagógico emanado da Revolução Francesa) que Aquilino saúda nestes termos:

E é de louvar que a tão simpática e terna festa da árvore, que parecia tão pegada no nateiro dos nossos costumes, desleixada não sei porque cargas de água, retome o seu brilho. Se há uma ciência da natureza a inculcar no ânimo do aldeão, tem de começar por este particular. A árvore é a boa fada do homem” (Ribeiro, 1968, p. 143).

Aquilino fala, portanto, de uma prática e manifestação educativa, a todos os títulos louvável, que se havia tornado tradicional no período republicano e que, entretanto, se perdera. Segundo Joaquim Pintassilgo (1988), as primeiras manifestações

desta festa terão ocorrido por volta de 1907 por iniciativa da Liga Nacional de Educação, uma associação republicana e maçónica. Mas é ao pedagogo Ferreira Deusdado, falecido em 1918, que se devem interessantes páginas escritas sobre “a festa da árvore, o culto da Bandeira e o sentimento da Pátria” (Deusdado, p. 1995, p. 439), uma obra que Aquilino, certamente, teve ensejo de compulsar.

Finalmente, aos professores está confiada, ainda, a função de esconjurar das mentes infantis toda a espécie de medos irracionais:

antes de mais nada, há que restituir a espécie – e dentro de ela o Homem – à serenidade, libertando-a dos terrores iníquos, superiores a tudo o que a imaginação teológica concebeu de infernal, dos fantasmas atómicos, e de todas as ameaças hediondas de catástrofe a prazo e a domicílio (Ribeiro, 1968, p. 117).

Esta visão aquiliniana, da luta contra a irracionalidade como uma das missões da escola, coloca o nosso autor em perfeita consonância com os ideais republicanos, ideais que apontavam para a indispensável criação de uma mentalidade aberta ao diálogo e à verdade científica; o que aliás fica bem patente nesta outra expressão registada no prólogo à obra *O Servo de Deus e a Casa Roubada*, editada em 1940: “*Que o logos, que é a racionalidade, volte a pairar sobre o caos*” (Ribeiro, 1967, p. 26).

Mas a este cuidado e preocupação pela formação de um cidadão livre (de pressões e de medos) e responsável por si e pelo bem comum, os professores deveriam ainda, acrescentar o zelo pela preservação e limpeza da escola: «*Cumprir-lhe-á, de par com a sua função pedagógica, ser o almoxarife da casa em que exerce o munus e ganha honestamente o seu pão*» (1968, p.142). Constatando a existência de variados tipos de professores — «*zelotas, zeladores e desleixados*» (1968, p.142) — Aquilino reforça uma ideia a que hoje poderíamos chamar de ecologia educativa:

tudo na escola, está dito e redito, é ensinamento. Sem dúvida, ensina o mestre em primeiro lugar e ensinam simultânea e gradativamente as paredes, as pranchas, as vidraças, a cor e a linha do edifício. Tudo, mas tudo, concorre para a formação a inculcar à mentalidade impressionável da criança (1968, p., 145).

No pensamento de Aquilino, a este propósito, não havia, porém, ilusões; no contexto da época, e para a população portuguesa, nem escola, nem professores, poderiam oferecer, alguma vez, soluções definitivas e totalmente eficazes:

O professor não faz milagres. Atrás explanámos a tese aparentemente paradoxal de que se não é secundado pelo engenheiro, o agrónomo, o veterinário, os agentes, em suma, do progresso, combinados numa frente única, o melhor do seu tempo é perdido” (Ribeiro, 1968, p. 145).

Por outras palavras, a escola, na perspectiva de Aquilino Ribeiro, ao formar o homem e o cidadão, ao desenvolver o seu espírito crítico, torna-o capaz de agir no tecido social e de transformar as condições que alimentam o progresso. Mas para que haja progresso é necessário intervir noutras esferas e conjugar muitas outras vontades e competências que não só as do professor; tal como para mudar o sistema educativo, alterar o papel da Escola, não basta legislar, torna-se imprescindível abanar a estrutura de uma sociedade imersa por um ruralismo pouco consciente e avesso ao importante papel desta instituição (cf. Amado, 2008).

### Conclusão

Nesta visão retrospectiva sobre a revolução republicana no campo educativo, longe de pretendermos ser exaustivos, procurámos salientar os aspectos mais marcantes, quer do pensamento dos pedagogos e legisladores da época, quer da sua acção nos dois domínios educativos considerados fundamentais para qualquer transformação da sociedade: o ensino infantil e primário e o ensino técnico. Um e outro, independentemente da concretização ou não das melhores ideias que lhes davam suporte, se revelavam fundamentais para a realização da reforma estrutural da sociedade portuguesa com a mudança de regime político. Pode dizer-se que no campo das ideias e da vontade de transformar o estado de coisas, estávamos muito avançados e algo se fez na criação de estruturas educativas e na valorização e dignificação das carreiras docentes. Os alunos, certamente, também ganharam muito com isso nos domínios da aprendizagem, do bem-estar e dos direitos. Mas as metas no domínio da alfabetização e da instrução popular em geral, bem como da formação de técnicos intermédios e superiores, ficaram muito aquém do desejado e planeado, por motivos de ordem económica e das mentalidades. Um bom exemplo desta frustração de ideais e desta incapacidade para concretizar as grandes metas delineadas, está no total fracasso da reforma de 1923, do então Ministro da Instrução Pública, João Camoesas. Apesar de metida na gaveta após a sua discussão na Câmara dos Deputados, pode

ser considerada como o primeiro plano metodicamente organizado, nos tempos modernos e, como a primeira tentativa de reforma nacional orientada por um espírito democrático. A miopia de alguns políticos responsáveis impediu a sua concretização... não foi por acaso que em 16 anos de regime o país tivesse 45 governos e 17 eleições.

O fracasso da revolução cultural iniciada com a República torna-se evidente em alguns textos da nossa literatura, como, por exemplo, na referida obra de Aquilino Ribeiro. Ela ajuda-nos a ilustrar, permitindo-nos passar da análise dos decretos e documentos oficiais para a auscultação dos que melhor viveram no terreno a revolução – os professores e os alunos. Este outro olhar, ainda que realizado numa perspectiva captada através do testemunho literário, faz-nos pensar que, apesar de incontornáveis decretos, de reformas com variada profundidade e de revoluções portadoras de mais ou menos esperanças, ao longo destes cem anos volvidos, os ideais mais genuínos de todas as Repúblicas, afinal, ainda não se cumpriram e vale a pena continuar a lutar por eles: a educação para a liberdade, para a igualdade e para a fraternidade! Mas, para isso, estamos convictos, está ainda por inventar a Escola capaz de assumir os “riscos” necessários para educar nesses valores.

## Bibliografia

- Almeida, A. J. (1911). A Grande Revolução, in “*A República*”. Declaração transcrita posteriormente na Revista “*Educação Nacional*”, n.º 750, de 29 de Janeiro de 1911.
- Amado, J (2006). A criança: um mundo na bruma do amanhecer. .. (Representações da infância na obra de Aquilino Ribeiro). In Rogério Fernandes, A. Lopes & L. Faria Filho (org.). *Para a compreensão histórica da infância*, (pp.265-290). Porto: Campo das Letras.
- Amado, J. (2008). Do estado de charneca à mente ilustrada: a educação e a escola na obra de Aquilino Ribeiro. *Acta do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação* (ACTA em CD). Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Carvalho, R. (1986). *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.
- Costa, A. (1910). Declaração. In *Federação Escolar*. Nº 92, 15 de Outubro.
- Deusdado, F. (1995). *Educadores Portugueses*. Porto: Lello & Irmãos Editores.
- Fernandes, R. (s/d). *João de Barros, educador republicano*. Biblioteca do Educador Profissional. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gomes, J. F. (1986). *A educação infantil em Portugal*. Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Gomes, J. F. (2001). *Novos estudos de História da Educação*. Coimbra: Quarteto.

- Gomes, J. F. (1977). *Dez estudos pedagógicos*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Lima, A. (1914). *Educação e Ensino*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Magalhães, R. (1979). *Educação e Democracia*, Prefácio a Reis, M<sup>a</sup> A. *A Pedagogia e o Ideal Republicano em João de Barros*. Lisboa: Tempo Livre.
- Martinho, A. M. M. (1993). *A Escola Avelar Brotero (1884 a 1974). Contributo para a história do ensino técnico-profissional*. Guarda: Instituto Politécnico da Guarda.
- Mónica, M. F. (1978). *A educação e a Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.
- Nóvoa, A. (1987). *Le temps des professeurs*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nóvoa, A. (1988). República e a escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades. *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (3), 29-60.
- Nóvoa, A.; Ó, Jorge (1998). *A Escola na Literatura*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian. Pintassilgo, J. (1988). *República e formação de cidadãos*. Lisboa: Edições Colibri.
- Remond, R. (1994). *Introdução à História do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Gradiva.
- Ribeiro, A. (1957). *A Casa Grande de Romarigães*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Ribeiro, A. (1967). *O Servo de Deus e a Casa Roubada*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Ribeiro, A. (1968). *O Homem da Nave*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Ribeiro, A. (1985). *Estrada de Santiago*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Ribeiro, A. (1985). *O Arcanjo Negro*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Rodrigues, A.S. (1996) (Org.). *História Comparada – Portugal, Europa e o Mundo*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rodrigues, A.S. (2006). No Centenário da Escola José Falcão. *Estudos do Século XX*, nº 6, 239-254.
- Rodrigues, A.S. (2010). O sonho liberal da educação. Formar o cidadão como homem e formar o homem como cidadão. *Actas do Colóquio “Da Regeneração ao crepúsculo da Monarquia”* (pp. 46-57). Ponta Delgada: Governo Regional dos Açores.
- Rodrigues, A.S. & Ferreira, A.G. (2000). *Imagens da escola – Memória e Realidade*. Coimbra: DREC.
- Rocha, F. (1987). *Fins e objectivos do sistema escolar português*. Aveiro: Livraria Estante Editora.
- Rioux, J.-P. (1971). *La Révolution Industrielle*. Paris: Éditions du Seuil.
- Sampaio, J. S. (1975). *O ensino primário 1911-1969. Contribuição monográfica*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.



**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INSTITUCIONAIS:  
SUBJECTIVIDADE, NORMALIZAÇÃO E O IDEÁRIO DE REEDUCAÇÃO REPUBLICANO**

O desenvolvimento constante, inerente à natureza do ser humano, gera mudanças a todo momento na dinâmica social vigente. O séc. XX foi aquele no qual as crianças e os adolescentes passaram a ocupar um espaço na organização da sociedade ocidental nunca antes obtido. Numa sociedade conturbada pelos constantes processos globalizantes, como aquela em que vivemos hoje, os problemas de ordem sócio-econômica aparecem como elementos decisivos na configuração de um quadro que não só delimita os contextos políticos e sociais e delinea as bases das relações humanas, como também é responsável por perpetuar a desigualdade social que estratificou, ao longo da História, dois distintos segmentos infantis. O primeiro, composto pelas ditas crianças bem-nascidas, inclui todos os pequenos pertencentes às classes mais favorecidas da população, que contam desde os primeiros anos de vida com todo um aparato que vai desde uma adequada estrutura familiar, passando pelas condições sócio-econômicas que os permitem ter acesso à condições de saúde satisfatórias, boa educação, lazer, entre outros; e o segundo, que se restringe às crianças oriundas das classes populares, condenadas desde os primeiros instantes aos piores serviços e oportunidades que se possa oferecer.

O contexto político, social, cultural e econômico que cercou o advento da 1ª República Portuguesa, no início do séc. XX, é de especial relevância para o estudo de problemáticas como a infância desvalida e delinquente, tendo sido Portugal um dos países pioneiros na criação de mecanismos legais para a proteção do menor em risco e perigo social, com a Lei portuguesa de Proteção à Infância, promulgada através do Decreto de Lei de 27 de Maio de 1911.

Esse contexto ajudou a impulsionar o desejo de combater as taxas de analfabetismo da população portuguesa e prepará-la para o que seria uma nova era. Foi empreendida então a partir de 29 de março de 1911, a Reforma da Instrução Primária e Normal, considerada um avanço importantíssimo para a escolarização no país, que teve o ensino primário ampliado dos três anos iniciais para oito anos no total do ensino que agora compreendia uma etapa elementar, uma complementar e outra superior.

Notoriamente, esse processo não ocorreu de maneira tão simplificada. Vale lembrar que esse contexto esteve sempre acompanhado das transformações capitalistas que provocaram o deslocamento de um contingente populacional cada vez maior do campo para as cidades, provocando o inchaço destas e impedindo que as medidas assistenciais orientadas para a infância pudesse alcançar efetivamente aqueles que dessas mais precisassem.

#### **A criança pobre e o controle das multidões**

As transformações advindas do capitalismo têm relação direta com o êxodo rural e o deslocamento populacional em busca de cidades em processo de industrialização, através da expropriação de terras, bem como dos meios de produção. Outros fatores que contribuíram para o crescimento demográfico das cidades estão relacionados com um conjunto de orientações e medidas de atenção destinados à criança, que diminuíram os índices de mortalidade infantil. Esse crescimento das populações citadinas, cada vez maior, acabou por gerar preocupações quanto à organização social das cidades a partir do final do séc. XVIII.

Ao longo de o todo séc. XIX, o contato constante e a convivência entre todos os escalões de cidadãos veio a se intensificar, provocando sensação de confusão e angústia nas famílias mais abastadas, quadro que contribuiu para que a burguesia reivindicasse soluções para acabar com uma situação, para ela, perturbadora.

Na relação da política com a medicina é que, ao analisar esse fenômeno, o filósofo Michel Foucault vai encontrar uma das respostas dadas nesse período. Baseando-se na prática da quarentena, buscou responder ao problema da multidão similarmente

ao combate à peste, isolando as pessoas em suas casas, vigiando e controlando o estado de saúde delas e procedendo ao isolamento de quem fosse diagnosticado com lepra. (Foucault, 1992).

Outra política que foi desenvolvida concomitante a essa foi a criação de polícias para o controle da população pobre e para a orientação sobre as formas de comportamento e desenvolvimento dessa. Essas medidas tinham a intenção, ainda que para grande parte da população, implícita, de transformar os espaços sociais, segregando as classes. Dessa forma, pode-se dizer que esse tipo de política contribuiu para a transferência da família do espaço público para o privado, inserindo o que veio a ser chamado de discurso médico-higienista na ação do Estado e na assistência destinada à infância.

De acordo com Silva Santos (2004), a visibilidade em torno da infância foi sendo definida com mais precisão no séc. XIX, quando o ocidente como um todo, preocupado com a preservação das crianças, bem como em relação à reserva de mão-de-obra, começou a intervir publicamente e buscou a integração dos cenários político e social, configurando-se como um processo evolutivo que remonta às teses de Ariès (1973) sobre o conceito de infância como histórico e culturalmente localizado no tempo.

Nos tempos modernos, com a criança ganhando cada vez mais destaque no núcleo da instituição familiar, a influência do pensamento iluminista e das ideologias democráticas contribuíram para uma modificação significativa nos papéis sociais dos membros da família e da situação da criança. O sentimento de infância difundido em nossos dias pode ser visto como o resultado desse processo de caracterização da criança.

Esse movimento de proteção à criança surgido no final do séc. XIX pautava-se numa ideologia de bem-estar infantil formulada por ideais advindos da medicina e justificaria a intervenção médica sobre tudo que implicasse no desenvolvimento infantil, ou seja, em qualquer instância ou instituição que se relacionasse com a criança, como creches, lactários, hospitais infantis, e até a família, com o intuito de proteger aqueles considerados mais frágeis (Ferreira, 2007).

A família concentra-se mais no investimento educativo e afetivo e generaliza-se uma atitude mais puerocêntrica e mais atenta ao investimento educacional. Tudo isto se insere num contexto que favorece uma maior atenção para com a educação das

crianças, que vai se consolidando progressivamente no séc. XIX, até chegarem as transformações do século seguinte.

354

Ao longo do séc. XX:

assistiu-se a uma alteração do controlo dos pais sobre a criação e a disciplina da criança. (...) A autoridade parental foi repartida por uma variedade de recursos extra familiares: os professores das escolas, educadoras, especialistas em crianças, conselheiros de orientação, assistentes sociais, pediatras, psicólogos (Ferreira, 2001: 47-48).

De qualquer modo, esta atitude para com a infância não se repercutiu igualmente sobre todas as crianças. Quer a família, quer os serviços públicos que atendem crianças acabaram por dar uma resposta que favoreceu especialmente as necessidades da infância tal como são compreendidas pelo poder hegemônico. No meio de tantas medidas e de tantos atores que se legitimaram sobre a atenção prestada à infância, muitas foram as crianças que não se encaixaram nesse contexto e/ou que se tornaram vítimas dos referenciais postulados em nome de uma técnica analítica a ideia de criança bem engendrada pelo poder dominante.

O descontentamento das classes dominantes levou o poder soberano a atuar, provocando interferências nos modelos sócio-familiares, por meio do que Foucault veio a chamar de conjuntos de “saberpoder”. Estes, por sua vez, fundamentaram-se no discurso médico-higienista e nas ideias eugênicas, que foram introduzidos com mais força durante o final do séc. XIX e início do séc. XX, implementando teses do “viver bem”, através do discurso médico-higiênico, no conjunto de normas de organização da sociedade, agindo através da polícia higiênica de forma direta na organização familiar e promovendo o esquadramento social da população pobre.

Depois do desenvolvimento de políticas de atendimento aos desfavorecidos, era a vez de instruí-los para que pudessem se tornar “úteis para a sociedade”. Após um diagnóstico que produziu as informações necessárias para o início de um controle estatístico minucioso, e com ele, cercar a circulação daqueles que tanto perturbam as famílias mais abastadas, bem como o próprio sistema, era hora da medicina e da pedagogia assumirem um importante papel no seio dessas ações, especialmente na relação entre princípios científicos, éticos e morais, muitos deles mesclados para que as políticas implementadas e outras que estavam por vir tivessem um alcance o mais amplo possível na sociedade.

Na escola não foi diferente. O pensamento médico-higienista que surgiu no início com propósitos de trazer benefícios sanitaristas que melhorariam as condições de vida dos alunos, ao longo do séc. XX, legitimou orientações psicopedagógicas acerca de métodos e processos de aprendizagem que foram acolhidas devido ao prestígio que possuía o saber médico naquela época (Ferreira, 2007).

Ainda de acordo com Ferreira, “o campo médico-pedagógico apresenta-se como duplamente controlador porque nele se desenha um maior controlo dos adultos e das crianças que agem no espaço escolar” (2007: 89).

O aumento da população infantil e, por conseguinte, o da população juvenil, foi outro gerador de problemas na transição do meio rural para os centros urbanos. As famílias mais pobres, quase sempre com maior número de filhos, acabavam por largá-los pelas ruas à mercê da própria sorte, o que criou um segmento de crianças e jovens abandonados entregues à vadiagem e à criminalidade e que veio a encher as prisões de menores. Os ideais de reeducação e penas educativas já presentes em discursos da esfera jurídico-penal, que condenavam a manutenção de crianças e jovens em prisões de adultos pela falta de compatibilidade dessas com as condições de desenvolvimento dos menores, contribuíram para alavancar a criação de políticas para a retirada dos menores das prisões de adultos.

Nesse movimento jurídico-político, “a laicização da assistência, sentida desde o advento do liberalismo, obrigara a sociedade laica e o próprio Estado a desenvolverem um esforço no sentido de se preencher esta lacuna deixada pela tradicional acção da Igreja Católica no campo assistencial” (Caldeira, 2004: 215).

#### **Infância desvalida e delinquente: diferentes moldes de assistência...**

Na sociedade moderna ocidental, a estratificação da sociedade em segmentos hierarquizados levou ao que se chama controle social a direcionar políticas de assistência à infância pobre com objetivos implícitos de cercear sua livre circulação pelas ruas, local já considerado nocivo e de grande periculosidade para o desenvolvimento sadio dos pequenos.

Em Portugal, a “recolha” de crianças e adolescentes em situação de risco e/ou perigo social instituiu, como em outros países europeus, uma gama diversificada de

estabelecimentos que seriam destinados a abrigar, educar, reeducar, custodiar, tratar e prover diversos outros tipos de assistência. Para aqueles que fossem considerados em situação de delinquência, ainda que não se definisse com muita clareza o conceito de delinquência até início do séc. XX, seria previsto o internamento em estabelecimentos que variavam de abrigos até prisões comuns.

As condições de vida oferecidas nas instituições prisionais da época envolviam um péssimo clima, criminógeno e de promiscuidade, uma vez que era inexistente a diferenciação dos indivíduos encarcerados, fosse por gênero, idade, ou nível de instrução, ou ainda o ato infracional cometido, sem falar das desumanas condições sanitárias das prisões. Ao ficar sabendo dessa forte realidade, a sociedade civil, chocada, sentiu-se obrigada a assumir uma posição contrária à manutenção de menores em prisões, constatado o quão incompatíveis com seu desenvolvimento eram essas instituições. As primeiras iniciativas para retirada de menores portugueses das prisões comuns encontram referências na Casa Pia, fundada no final do séc. XVIII, que utilizava instalações do Castelo de São Jorge. Era visível a influência francesa nesse período nos estudos portugueses sobre esta matéria (Santos, 1999).

No âmbito da criação, os primeiros estabelecimentos criados para o internamento de menores, denominados casas de educação correcional e de trabalho, tiveram seus regimentos pautados pelos princípios enunciados por Charles Lucas<sup>383</sup>, criador do modelo de instituição correcional para menores do tipo colônia agrícola, largamente utilizado no continente europeu. Para a organização e o funcionamento das casas de educação correcional e de trabalho, entre outros, estava configurado um regime disciplinar rigoroso, que contava com separação individual celular para algumas atividades e para o período noturno, separações por seção de recompensa e de punição, diferenciações de vestuário e de alimentação para comportamentos diferenciados, isolamento como punição e vigilância inesperada, dentre outras tantas medidas, conforme o estabelecimento.

Ainda a essas linhas orientadoras do trabalho desenvolvido nessas instituições, deve-se acrescentar uma perspectiva de cunho militarista, onde defendia-se a preparação

---

<sup>383</sup> Nomeado inspetor-geral das prisões no ano de 1830, Charles Lucas (1803 – 1889) foi considerado por mais de quatro décadas uma das maiores referências no campo da reeducação de menores no Estado francês.

desses menores para a vida militar como solução para a questão do desvio de comportamento e como ocupação e serventia de bem destes, para com a sociedade. Essa perspectiva foi bem aceita durante o séc. XIX até meados do séc. XX, levando muitas colônias agrícolas correcionais a adotarem um regime militar, fossem elas públicas, particulares ou até religiosas.

#### Nas colônias agrícolas: o ideário de reeducação para menores “delinquentes”

Os modelos disciplinares institucionalizados para os estabelecimentos de internamento de menores, sempre se assemelharam muito às práticas disciplinares militares. Os teóricos do séc. XVIII, segundo Foucault, pautavam-se nos fundamentos das práticas militares para a obtenção de uma “arquitetura, anatomia, mecânica, economia do corpo disciplinar” (2004: 141). É o exemplo da colônia agrícola francesa de Mettray, com um modelo disciplinar inspirado no da Marinha, uma das mais importantes colônias do séc. XIX.

É importante sublinhar aqui que o surgimento das colônias agrícolas em Portugal teve relação direta com o importante papel da agricultura e da atividade agropecuária como fontes de riqueza nessa época, ameaçadas pelo êxodo rural e pela desertificação dos campos, frutos do progresso industrial advindo das revoluções que transformaram o agricultor em operário. Assim, a criação das colônias agrícolas veio como uma iniciativa de reverter o movimento desencadeado pela Revolução Industrial, provocador de um crescimento populacional jamais visto nos centros urbanos, que por sua vez gerou um aumento exponencial de crianças em situação de delinquência. Depois da batalha travada para retirada dos menores do convívio com adultos nas prisões, nomeadamente para aqueles em prisão preventiva e, alegadamente, por falta de locais adequados e de recursos financeiros para custodiar esses menores, permaneceu em todas as iniciativas, modelos e instituições criados, uma perspectiva muito mais punitiva do que reeducativa, como aparentemente se pretendia.

Comenta Duarte-Fonseca (2005: 95) a respeito dessas instituições:

De um modo geral, praticamente todas, mesmo as de orientação laica e as geridas pelo Estado, recorreram a um regime disciplinar inspirado, fundamentalmente, pela ideia de que é a mortificação do corpo que conduz à redenção e purificação da alma, sustentada nos pilares em que assentava esse regime: o isolamento, o silêncio, a privação e a violência física.

Foucault (2004) ao comparar o modelo disciplinar instituído nas chamadas instituições correccionais com quartéis e outras como a própria escola, estabelece a noção de que a criação de uma sociedade disciplinar utiliza os sujeitos imersos em suas teias de poder não somente para controlar suas ações, mas também para orientá-las em função do modelo sócio-econômico adotado.

No caso das colônias agrícolas portuguesas, o modelo de (re)educação deveria promover, através da permanência na instituição, a perda de uma cultura nociva, adquirida através de hábitos degradantes praticados em uma sociedade problemática. O regime disciplinar aplicado nas colônias deveria ser responsável pelo “apagamento” dessa memória cidadina, aonde, longe dos perigos da cidade, os menores poderiam aprender valores, serem educados, instruídos, profissionalizados.

Nessa ideologia, ficam evidenciados os traços de uma herança iluminista e de um pensamento rousseauiano, que fomentaram a crença nas benesses de uma educação inserida no contexto rural, livre das contaminações urbanas. A educação no campo seria responsável por inculcar na formação da criança uma das mais fundamentais influências, “com o fim supremo de dar a si própria unidade moral e solidariedade afectiva” (Pintassilgo, 1998: 237).

Assim, o que poderia ser chamado de modelo (re)educacional presente nas colônias agrícolas, representava uma nova escola para esses menores. A colônia não se destinava às elites, não impunha uma cultura hegemônica nem representava uma ameaça ao seu modo de vida. Pelo contrário, a colônia era destinada a receber os sujeitos que pertenciam às classes mais desfavorecidas da população, oferecendo a eles um modelo que se adequaria às suas necessidades físicas e intelectuais.

Na colônia agrícola, seria possível a invenção, por parte do internado, de uma nova identidade, “como uma coisa que se precisa de construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais” (Bauman, 2005: 22). Esse processo de construção identitário se faria por meio de um modelo de (re)educação com base na atividade laboral agrícola, considerada re-dentora.



Ainda na última década do séc. XIX o Estado português colocaria em funcionamento uma instituição que realmente refletia as aspirações de seguir o modelo das colônias agrícolas francesas: a Escola Agrícola de Vila Fernando, situada no Alentejo, que teve alguns anos depois de sua criação o nome alterado para Colônia Agrícola de Vila Fernando para ganhar maior respaldo da sociedade devido à natureza da instituição. Não se desejava confundi-la com outras escolas ligadas à Direcção-Geral da Agricultura e sim preservar um carácter intimidatório compatível com o tipo de atividade ali desenvolvida. Outras Casas de Detenção e Correção foram criadas, mas o número não era suficiente para atender a demanda de menores que precisavam de tratamento, o que acarretava o internamento de muitos em cadeias comuns, não sendo possível, assim, a separação dos adultos. Isso porque, para além dos menores condenados por penas de prisão, havia também aqueles em detenção, e ainda toda uma gama de menores vadios, débeis, abandonados ou considerados incorrigíveis pelos pais e tutores que, na prática, eram colocados nos mesmos estabelecimentos<sup>384</sup>.

Essa realidade definia o estilo penal da época e nos mostra que não havia, de fato, uma efetiva reeducação desses menores. Embora alguns diplomas jurídicos já explicitassem a intenção de promover um tratamento voltado para a (res)socialização dos menores enquanto internados, a preocupação maior ainda era custodiá-los e mantê-los afastados, devido às pressões da sociedade civil que clamava por melhores condições de organização urbana, fruto do contexto sócio-político já caracterizado, vivido nesse período.

A essa altura, um dos nomes mais proeminentes no país no âmbito do tratamento de menores foi o do padre António de Oliveira, responsável por cargos de gestão e capelanía em diversos estabelecimentos correcionais de menores espalhados pelo território português. Inspirado pelos ideais e pelas experiências no campo da reeducação de menores ocorridas na França, o padre António de Oliveira foi um estudioso que, desde o início de sua atuação como capelão na Casa de Detenção e Correção de Lisboa, em sua primeira fase, quando ainda funcionava no Convento das Mónicas, procurou expor concepções positivistas de individualização da pena.

---

<sup>384</sup> Desse modo, as ações efetivas e as medidas aplicadas foram perdendo sua eficiência e muitos menores internandos ficaram entregues à ociosidade em estabelecimentos lotados (Pestana, 1935), sem quaisquer oportunidades formativas.

Sobre o modelo correcional empregado pelos estabelecimentos penais para menores da época comenta Duarte-Fonseca:

360

A intervenção destas instituições perseguiu, em massa, objectivos de educação primordialmente para o trabalho, pelo trabalho e pela moral, prevenindo e reprimindo, de forma sistemática, rigorosa e severa as condutas dos menores que não se adequassem a tais objectivos e meios, fazendo apelo a um dispositivo pormenorizado de regras, de inspiração militar, a uma rede alargada de controlo e à vulnerabilização dos destinatários através da sua classificação, divisão, separação, isolamento, incomunicabilidade e privação (2005: 111).

Com base na passagem do autor acima referido, ficam fortes indícios da intenção do Estado para com esse segmento da população. Podemos chegar então a concluir que a arte de punir, no regime do poder disciplinar, na verdade não objetiva expiar nem reprimir. A penalidade que é encontrada em todas as instâncias e controla todas as esferas das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. “Em uma palavra, ela normaliza” (Foucault, 2004: 153).

A componente do trabalho descrita no trecho acima, mais tem a ver com a preparação desses menores para servirem de mão-de-obra do que com uma vertente de reeducação propriamente<sup>385</sup>. Com o contínuo avanço industrial, fazia-se necessário ter um contingente populacional preparado sempre para assumir, sem muito questionar, a classe de operariado. Essa realidade é exemplificada por meio dos trechos abaixo que relatam o regime de tratamento dado aos menores internandos na Colónia Agrícola de Vila Fernando, segundo seu Regulamento Geral, descrito por Duarte-Fonseca:

Por isso, a educação tinha como objectivo primeiro a aquisição pelo menor de meios de subsistência que lhe garantissem a sua autonomia, razão pela qual só se considerava terminada quando o menor obtinha um posto de trabalho e ficava assegurada a sua entrada na vida activa. Subliminarmente, visava-se também a preparação e obtenção de mão-de-obra para assegurar necessidades produtivas. (...) A preparação profissional dos menores era realizada através da prestação de trabalho. As suas aptidões tinham uma importância secundária. A obtenção de maior lucro e rendimento ou a conexão com a economia do estabelecimento devia ser encarada como factor determinante na escolha das actividades e ofícios a implementar e desenvolver para a preparação dos menores. As profissões ensi-

---

<sup>385</sup> Segundo relata José Rombo a respeito da “Colónia Correccional de Izeda, a jornada de trabalho agrícola, com a duração de oito horas, prejudicava manifestamente o ensino primário ao qual estavam destinadas apenas duas horas diárias” (1931: 9).

nadas estavam circunscritas à produção de bens e à prestação de serviços, mas exclusiva ao nível do operariado e dos trabalhos pesados auxiliares (2005: 114).

Já o diretor da Colônia Agrícola de Vila Fernando expressava sua opinião em relação ao modelo correcional que era empregado no estabelecimento, apontando a natureza economicista como um elemento vantajoso:

A grande obra de reabilitação moral para delinquentes desta natureza e de graduação mais ou menos delituosa, estaria com grande êxito financeiro na organização simples e eminentemente moral dos pequenos estabelecimentos agrícolas que são, sem contestação, uma escola de virtudes do trabalho, e que têm uma característica salutarmente económica (Vasconcelos, 1905, cit. por Rufino, 2004: 221).

E afirmava com convicção a respeito dos efeitos deste tipo de correção ser esta capaz de recuperar os jovens delinquentes,

(...) na sua moralidade e na sua afectividade, dependendo esse êxito dos meios necessários que é preciso empregar individualmente, da oportunidade da sua sequestração e da duração indeterminada do seu internato consoante o seu progresso moral e o grau de confiança que possa porventura merecer (Vasconcelos, 1905, cit. por Rufino, 2004: 222).

Era assim que o poder social agia, se entranhando nas instituições sociais, entre elas a escola, a Igreja, as forças armadas, as fábricas, a família e as instituições penais. Essas todas, as quais Foucault (1992) chamou de “instituições de sequestro”, geriam o que esse filósofo denominou “poder disciplinar”, o qual se infiltraria nas relações entre dominantes e dominados em toda e qualquer estrutura social, incutindo a ideologia e a vontade das classes dominantes na vida e vontade das classes dominadas.

Evocando o conceito foucaultiano de “disciplina”, temos a noção de que as práticas ministradas para o tratamento de menores oferecidas por essas instituições correcionais visavam muito mais a serventia desses sujeitos à economia do país, do que formá-los cidadãos íntegros, como esteve sempre presente em seu discurso, uma vez que para Foucault:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos económicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (2004: 119).

Assim como na França, nas instituições portuguesas para tratamento de menores, a instrução escolar sempre fora deixada em segundo plano. O cerne de todo o modelo correccional sempre esteve ligado à preparação profissional que transformaria esses sujeitos em mão-de-obra a serviço do país<sup>386</sup>, seguido pelas imposições de carácter moral e religioso, que ficavam a cargo da Igreja Católica.

O privilégio concedido ao trabalho agrícola nas instituições já não era ditado pela crença de salvar o colono pela terra, mas pela política de contenção de encargos suportados pelo Orçamento do Estado, pela convicção de que se tratava de um dispositivo disciplinar eficaz e, alegadamente, de um bom destino profissional (Oliveira, 1929: 28).

### As colónias agrícolas no contexto da 1ª República

Nas primeiras décadas do séc. XX, depois de uma tortuosa batalha para se separar os menores dos adultos nas instituições penais, ainda não vencida na totalidade, surge em Portugal a necessidade de se intervir na questão do tratamento dispensado pelo Estado aos menores infratores, de forma mais especializada, mais organizada, tanto do ponto de vista legislativo, quanto do judiciário. As atenções agora começavam a voltar-se para uma perspectiva mais preventiva e educativa do que a repressiva que vinha sendo posta à frente de tudo até então. Com as contundentes verificações de que mesmo com as penas de prisão e um tratamento severo, os índices de criminalidade entre jovens não paravam de aumentar, os estabelecimentos encontravam-se sempre superlotados e o número de crianças pobres espalhadas pelas ruas não cessava seu crescimento, a saída foi começar a pensar numa alternativa para lidar com a situação, e logo se viu necessária a realização de reformas no tocante à elaboração de leis processuais que distinguissem o menor do adulto e a implementação de uma instância para se aplicar tais dispositivos.

---

<sup>386</sup> Com esse quadro, “a escolarização mantinha-se subalternizada aos interesses laborais e de produção lucrativa do estabelecimento, condicionante por seu turno das oportunidades de profissionalização dos menores” (Duarte-Fonsrca, 2005: 203). Essa perspectiva seria muito lucrativa para o Governo, “no sentido de que os estabelecimentos da Justiça funcionavam, assim, como exército de reserva para as classes possidentes, através da criação de mão-de-obra barata, minimamente qualificada, e sobretudo domesticada por uma duradoura dominação” (Lopes, Carmo, Fernandes, 2001: 62).

Foi marcante para a Primeira República Portuguesa o ano de 1911, no qual fora promulgada a primeira Lei de Protecção à Infância – LPI, diploma que contemplava não somente os menores infratores, mas incluía também aqueles que se encontravam em perigo moral, os menores abandonados, órfãos entregues à mendicidade, libertinos e quaisquer outros em situação de risco social<sup>387</sup>. No mesmo ano em que se institucionalizava o ensino infantil no país, essa lei direcionou todas as políticas nacionais para a infância ao longo do séc. XX.

No bojo dessas transformações, segundo Caldeira:

A grande peça legislativa a nível assistencial parece , no entanto, ter sido a lei de 25 de Maio de 1911 que, para além de reorganizar os serviços assistenciais já existentes, terá lançado as bases de uma verdadeira assistência moderna, distanciada das velhas medidas caritativas até aí dominantes (2004: 16).

Com a criação de diversos serviços ressurgiu a intenção de assistir o menor retirando-o do meio urbano, já considerado altamente nocivo, não só para a sua moral, como também para a sua saúde, o que levou o governo a buscar iniciativas de implantar no meio rural estabelecimentos destinados especificamente ao trabalho agrícola como forma de reeducação para os menores recolhidos, de modo que:

Com a intenção de “desurbanizar” os assistidos, autorizava-se ainda a função de Colónias Agrícolas destinadas a menores de idade não inferior a doze anos que estivessem a cargo da Casa Pia e do Asilo Maria Pia, bem como daqueles que fossem indicados pelo Ministro do Interior (Caldeira, 2004: 18).

Fazemos aqui ressaltar que essa mentalidade mais humanizadora que se formava em torno da questão do menor no início do séc. XX levou Portugal não somente a elaborar uma legislação exclusiva para essa matéria, como também a criar uma instância jurídica específica para lidar com os casos que envolvessem crianças e ado-

---

<sup>387</sup> Dois anos após a Lei de Protecção à Infância portuguesa entrar em vigor, no Congresso Internacional de Protecção à Infância, realizado em Bruxelas, o relatório português comentava a pretensão de reduzir a criminalidade infantil a um percentual mínimo, tão logo fosse reduzido o abandono de crianças pobres, o que contribuiria como um dos principais fatores para o aumento dos menores com comportamentos desviantes (Castro, 1913).

lescentes. O que nos outros países veio a ser chamado de tribunal de menores, em solo português, nessa época, ficou com a nomenclatura de tutoria<sup>388</sup>.

364

O Estado tinha a intenção de, com esse nome, afastar o estigma repressivo já não mais compatível com os ideais de ressocialização com os quais essa nova jurisdição deveria trabalhar. Esse seria o desafio da LPI na era industrial: lidar com a pobreza que suscitava um sentimento de piedade por parte da opinião pública e com a crescente população de jovens entregues à vadiagem, promiscuidade e marginalidade, situação essa intimamente ligada à primeira.

Nas palavras de Duarte-Fonseca acerca da criação das tutorias, essas representavam o “advento da duradoura vertente mistificadora do discurso político-criminal de menores português, perante a contradição entre o livre recurso a medidas coercivas, privativas de liberdades, e o repúdio da ideia de punição” (2005: 148).

Neste sentido, comentando o carácter da LPI, “apesar de todas as suas limitações, a verdade é que o diploma de 1911 foi a pedra basilar de tudo quanto, a nível legislativo (não só de carácter preventivo mas também correcional), a 1ª República concebeu em prol da infância” (Caldeira, 2004: 204).

As reformas que deram origem aos tribunais de menores revestem-se de um carácter liberal de proteção à propriedade privada, mas não excluem a ação protetora ao indivíduo carenciado. A ação social, quando deixa de ter cunho exclusivamente caridoso, torna-se uma filantropia legal e civil de orientação mais laica do que religiosa, levando os sujeitos a verem o trabalho como lógica de coesão social e a se sujeitarem a essa ordem pré-estabelecida pelo poder dominante.

Dessa forma, a aprendizagem profissional imposta, voltada para a atividade rural, tinha por objetivo fomentar o sentimento pelo trabalho no campo como parte de uma política nacional com propósitos de incentivar a população a voltar para zonas rurais do interior do país que haviam sido abandonadas pelo êxodo rural provocado

---

<sup>388</sup> De acordo com Pereira de Castro, a “designação tutoria pretendia concentrar num só vocábulo as vastas atribuições do tribunal: prevenção, em vez de castigo, e intervenção supletiva do poder paternal. O objectivo parece ter sido alcançado, já que a maioria das pessoas representava como estabelecimento asilar de benemerência, não apenas a tutoria, devido ao refúgio anexo, como também as escolas de reforma, o que bem revela as grandes carências a nível de estruturas de apoio social face à dimensão da problemática da pobreza, que então se faziam sentir” (1911: 10-16; 1916: 11).

pelo crescimento das cidades urbanas, sobretudo as litorâneas, deixando os campos desertificados e carentes das atividades agrícolas e de pecuária, situação essa que já começava a dar preocupação à economia portuguesa.

Contudo, por mais bem planejados e executados que fossem os cursos de preparação, não obtinham muito sucesso quando se tratava do internamento de menores provenientes do meio urbano em colônias agrícolas, como no caso do agora denominado Instituto de Reeducação de Vila Fernando, o que se verifica na passagem a seguir:

Sendo os jovens colonos de origem maioritariamente urbana, verificava-se, reiteradamente, que acabavam por, de sua vontade, não seguir a profissão agrícola que aprenderam, sem esquecer que, regressando à origem, se defrontavam com enormes dificuldades de encontrar colocação compatível. Pouco jovens se fixavam na região como agricultores, depois de libertados (Rombo, 1931: 10-11).

O próprio padre António de Oliveira admitia a falta de correlação entre as atividades oferecidas na formação profissional e no tratamento reeducativo, funcionando apenas como uma medida repressiva, despreendida de qualquer sentido regenerativo. “É ridículo pensar que cultivar vinha e batatas são ótimos estimulantes da moralidade e honradez” (Oliveira, 1923c: 373).

Que não fosse negado o problema da delinquência juvenil, esse foi usado para manobras políticas, fruto de uma intencionalidade das classes dominantes que, através de uma rede de poderes, institucionalizou um sistema de penalização/correção que serviria para lidar com a questão da delinquência, e viu que por meio deste poderia suportar ao menos uma parte da teia econômica do Estado. Com isso, até à primeira metade do séc. XX, as instituições correcionais para menores acabaram por servir mais à economia de Portugal do que para tratar a delinquência juvenil em si.

No discurso oficial, no entanto, em flagrante contraste com o próprio discurso dos textos legais, reformatórios e colônias correcionais mais não eram do que vulgares escolas práticas industriais e agrícolas, cuja aparência de severidade, rigor e coercividade estavam longe de ter correspondência real, e onde a repressão era substituída pela pedagogia correcional (Duarte-Fonseca, 2005: 205).

Oliveira definia a corrente da pedagogia correcional como assente “nos princípios da pedagogia geral, da pediatria, da eugénica, tem contudo um campo próprio de

investigação e estudo nos elementos anormais que são objecto da sua acção, principalmente os anormais sociais e do carácter” (1929: 27).

366

Dessa forma, a preocupação expressa em atender as crianças e adolescentes desvalidas e delinquentes, para além das questões económicas expostas, possuía um objetivo orientado por um dos marcos do movimento pedagógico português na 1ª República, a vontade exacerbada de conceber uma pedagogia científica, isto é, uma pedagogia experimental, na qual as colónias agrícolas (dentre outros estabelecimentos de natureza semelhante) funcionariam como um laboratório pedagógico onde seriam cultivadas experiências subsidiadas pelos modelos correcionais vigentes (Martins, 1998).

#### Algumas considerações

A 1ª República Portuguesa configurou-se como um fenómeno particular na História de Portugal. Dentre os diversos fatores que caracterizam esse período histórico, destaca-se uma mobilização no avanço dos direitos civis, nunca antes tentada na História da nação. Os ideais republicanos e as ideias liberais ajudaram a introduzir, num país marcado pela pobreza e imensas dificuldades de cariz sócio-económico, reformas no campo educacional, na política, nos impostos e taxações, na reforma agrária, no desenvolvimento urbano, na reforma das forças armadas, no âmbito do bem-estar social, etc. Apesar dos êxitos terem sido, em muito, comedidos, é válido afirmar que mais do que qualquer outro regime, a 1ª República, apesar de suas deficiências, lutou para efetivar seus ideais, e sendo assim, foi obrigada a arcar com as consequências de suas falhas.

Numa época de sobriedade punitiva, em que o país com seu modelo de proteção não foi capaz de dar resposta à configuração que tornou insustentável a organização social da população portuguesa, uma das maiores preocupações do poder público esteve desde sempre ligada à necessidade geral na sociedade civil, um sentimento de pertença aos problemas e questões que envolveram a infância desvalida e a delinquência juvenil.

Ainda assim, algumas iniciativas, como a criação da Federação Nacional das Instituições de Protecção à Infância, a Lei de Protecção à Infância, a criação das



Tutorias, entre outros dispositivos, foram de grande importância no sentido de trazer para o cenário das políticas de atendimento ao menor a componente do envolvimento social para atuar junto aos órgãos legais de assistência e também fortalecer as ações da iniciativa privada.

Dada a realidade sócio-econômica de Portugal e o cenário político mundial que sofreria pesadas transformações alguns anos depois de aprovada essa nova legislação, quando eclodisse a 1ª Grande Guerra, o Estado buscava fortalecer suas indústrias com mais e melhor mão-de-obra e lidar com as pressões sindicalistas e trabalhistas que cresciam nessa época, exigindo melhores condições para o operariado. Esses fatores provavelmente foram os mais significativos para que se adotasse como principal intenção a reabilitação de menores delinquentes, não para qualquer outro fim a não ser torná-los úteis ao capital, serventia à economia do país.

Sobre isso, o próprio padre António de Oliveira já deixara evidenciado em seus trabalhos quando afirmava que o trabalho era capaz de formar o cidadão, mas não era suficiente para reformar, deixando de ter, portanto, qualquer efeito positivo no problema da delinquência.

Como o desemprego, a nível de senso comum, era tido como uma das causas da criminalidade, isso construiria na sociedade um mito em torno do valor regenerador que possuiria a atividade laboral. A aliança entre os valores materiais advindos do trabalho, a tradição de pertença e utilidade à nação e os valores moralizadores da Igreja Católica ainda eram o cerne do modelo de reeducação das instituições portuguesas sob o lema: “Deus, Pátria, Trabalho” (Oliveira, 1923).

Já no final da década de 1920, era possível ver o início de um movimento de integração social, fruto das preocupações com a questão da delinquência juvenil no país. Foram promulgados alguns decretos com o objetivo de “enxugar” as disposições da LPI e facilitar o enquadramento das crianças e adolescentes que viessem a ser “contempladas” por essa legislação e facilitasse a atuação das tutorias de infância.

Ainda que essa nova legislação tenha representado uma ruptura no paradigma do tratamento de menores delinquentes baseado numa extrema repressão, exceto pelos

refúgios, estabelecimentos de natureza e fins peculiares, criados no bojo da LPI, as outras instituições, às quais cabia de fato o internamento para a promoção de uma reeducação para os menores, como era o caso das colônias agrícolas, pouco se distinguiam de suas antecessoras, isto é, o modelo de sociedade disciplinar, e todas as técnicas disciplinares descritas por Foucault continuavam a impregnar as práticas cotidianas dos estabelecimentos destinados ao atendimento de menores.

Por detrás das novas intenções estava a constante e antiga vontade do Estado de retirar das ruas os considerados “elementos nocivos”, ainda que estes fossem representados por crianças famintas e sem instrução<sup>389</sup>.

Nos modelos correccionais e regimes disciplinares adotados, nomeadamente pelos estabelecimentos do tipo colônia agrícola, o que chama realmente atenção não é a intenção de domínio sobre o corpo, uma vez que ele é objeto de investimento submetido a poderes em qualquer sociedade desde os primórdios, mas as técnicas utilizadas para tal fim.

Na análise de Duarte-Fonseca:

Sob o pretexto da protecção e defesa do menor, combatendo nele e no seu meio as causas que o tinham levado ou podiam levar ao crime, procurou realizar-se uma política de pura defesa social, através de segregação temporária, tendencialmente duradoura, e de criminalização das crianças oriundas das classes socialmente mais carentes e vulneráveis (2005: 207).

Nas colônias agrícolas, a disciplinação de mentes e corpos seria então utilizada para alcançar a docilidade, que por sua vez, traria a utilidade daqueles que não estivessem “dispostos” a colaborar pelo desenvolvimento da nação.

## Bibliografia

- Ariés, P. (1973). *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. Paris: Seuil.  
Bauman, Z. (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

---

<sup>389</sup> “É preciso limpar Lisboa”. É esse o título do editorial de janeiro de 1931 do Boletim do Governo Civil, manifestando claramente uma política de “erradicação epidérmica das manchas de vadiagem e pobreza, através da supressão da sua visibilidade na via pública” (Fatela, 1989, p. 209).

- Caldeira, M. F. (2004). *Assistência infantil em Lisboa na 1ª república*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, coleção TESES.
- Castro, P.A.P. (1916). *Relatório do Juiz Presidente da Tutoria Central da Infância de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Ano judicial 1914-1915.
- (1913) *Relatório apresentado ao Congresso Internacional de Protecção à Infância de Bruxelas (23-26 de julho)*. Lisboa.
- (1911). *Relatório do Juiz Presidente da Tutoria Central da Infância de Lisboa: protecção a menores*. Lisboa: Ano judicial de 1910-1911.
- Duarte-Fonseca, A. C. (2005). *Internamento de Menores Delinquentes. A Lei Portuguesa e os seus modelos: um século de tensão entre protecção e repressão, educação e punição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Fatela, J. (1989). *O sangue e a rua. Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ferreira, A. G. (2007). *Crianças, Alunos e Menores: Elementos para uma compreensão social da infância em Portugal*. IN: *A História da Educação em Portugal: Balanços e perspectivas*. (pp. 73-110). Porto: Edições ASA, coleção EM FOCO.
- (2001). *Compreensão do comportamento anti-social no pensamento psicopedagógico contemporâneo. In: Problemas Emocionais e Comportamento Anti-Social*. (pp. 47-62). Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Coimbra, Ediliber Editora de Publicações.
- Foucault, M. (2004[1977]). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis: Vozes.
- (1992). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Editora Graal.
- Lopes, J; Carmo, D. S; Fernandes, Z. (2001). *A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária*. Porto: Edições Afrontamento.
- Martins, E. C. (1998). *Menores delinquentes e marginalizados : (evolução da Política Jurídico-penal e sociopedagógica até à 1ª República)*. In: *Rev. Infância e Juventude*, nº.4 (Out.-Dez.), Lisboa, pp. 67-114.
- Oliveira, António (p.e.) (1929). *Protecção Moral e Jurídica à Infância*. In: *Criminalidade Infantil*. Lisboa: Tipografia do Reformatório Central de Lisboa Padre Antóio de Oliveira.
- Oliveira, António (p.e.) (1923). *Deixemos os pais, cuidemos dos filhos*. Lisboa: Edição do Autor / Direcção dos Serviços Gráficos do Exército.
- Pestana, A. (1935). *El Protectorado del niño delincuente (Un ensayo de educación correccional)*. Madrid: Imp. de J. Cosaro/ Ed. del Autor.
- Pintassilgo, J.(1998). *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Rombo, J.P.A. (1931). *Monografia da Colónia Correccional de Izêda*. Lisboa: Ministério da Justiça e dos Cultos – Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores.
- Rufino, C. (2004). *A Educação Correccional de Menores em Internato: Discurso Pedagógico e Práticas Disciplinares da Modernidade*. Lisboa, 296 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Lisboa.
- Santos, M. J. M. (1999). *A sombra e a luz: As prisões do liberalismo* Porto: Afrontamento.
- Silva Santos, E.P. (2004). *(Des)construindo a 'menoridade': uma análise crítica sobre o papel da psicologia na produção da categoria 'menor'*. In: H.S. Gonçalves, E.P. Brandão (Orgs.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp.205-248). Rio de Janeiro: NAU.

(Página deixada propositadamente em branco)

Helder Henriques  
*Escola Superior de Educação de Portalegre*

## **A ESCOLA DISTRITAL DE HABILITAÇÃO PARA O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO/ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR ALBICASTRENSE (1898-1926): RETRATO DE UM PERCURSO**

O presente texto tem como objectivo principal apresentar o percurso de uma instituição de formação de professores da cidade de Castelo Branco existente, globalmente, entre 1898 e 1926, cruzando sempre que possível este percurso singular com o ideário educativo republicano.

Para o efeito, utilizamos um conjunto diversificado de estudos e fontes documentais que permitem responder a algumas das nossas interrogações: quando surgiram as primeiras escolas de formação de professores? Que trajectos tomaram? Que importância assumiram os contextos locais no desenvolvimento da formação de professores do ensino primário elementar? Qual o ideário republicano? Que representações surgem na documentação/nos materiais escolares desse ideário? Assim, na tentativa de responder às questões colocadas, utilizamos um conjunto de fontes que se dividem em três níveis: a legislação, a imprensa pedagógica promovida pela instituição e, por fim, o material de arquivo da própria instituição escolar.

Assumimos, do ponto de vista metodológico, um modelo interpretativo/descritivo no interior deste trabalho, orientados por uma perspectiva diacrónica, e promovendo, sempre que possível, a desejável triangulação dos dados recolhidos e a crítica histórica sobre os mesmos.

As principais referências teóricas que teremos em linha de conta são diversas, destacando-se os trabalhos de António Nóvoa, de Joaquim Ferreira Gomes, de Áurea Adão, Joaquim Pintassilgo, Maria João Mogarro, Rogério Fernandes, entre outros autores.

Numa primeira parte traçaremos um retrato sumário sobre a formação de professores em Portugal ao longo da centúria de oitocentos e primeiras décadas de novecentos; num segundo momento, retrataremos o processo de instauração da escola albicastrense até à sua extinção; por fim, faremos alusão ao quotidiano académico, em cruzamento com os ideais republicanos promovidos no interior da instituição escolar, nomeadamente a partir de 1910/1911.

### A Formação de Professores em Portugal: retrato sumário

A formação de professores, ao longo da segunda metade da centúria de oitocentos, acompanhou as ideias de progresso *vs* decadência que circulavam pelo país e que ajudaram a construir o discurso político republicano. De acordo com Maria Cândida Proença foi “no binómio decadência/regeneração [que] surgiu e se consolidou ao longo do século XIX o pensamento republicano tornando-se esta dicotomia um dos principais vectores da sua cultura política” (2008: 166).

Gradualmente os debates sobre a importância da escola e, em particular, sobre a formação de professores, ganhavam relevância e foram sendo alvo de legislação específica que raramente era aplicada, pelo menos na íntegra. Foi no interior deste balançar entre a importância do debate pedagógico, promovido pelos homens de oitocentos, e a dificuldade em aplicar o legislado, que assistimos a um conjunto de intenções sobre a formação de professores, nomeadamente a constituição de escolas para a formação de professores para o ensino elementar, que percorreram caminhos estreitos e de difícil aplicabilidade.

Apesar dos avanços e recuos em matéria legislativa sobre a educação, não podemos ignorar a importância de duas escolas que inauguraram um caminho formativo de professores do ensino elementar em Portugal. Em 1862 fundou-se a Escola Normal de Marvila, para o sexo masculino, dirigida por Luís Filipe Leite. Esta escola, após um intenso período de actividade académica, caracterizada inicialmente pelo regime de internato, pela dedicação ao ensino da agricultura, numa perspectiva profissional, encerraria as suas portas em 1869, conduzindo à demissão do seu primeiro director e à sua substituição por Teófilo Ferreira. De acordo com António Nóvoa, o professor

que era formado naquela instituição tinha um perfil e uma missão relativamente definida:

(...) le profil du professeur d'instruction primaire tel que voulaient le forger les hommes qui avaient en mains le destin de l'Ecole Normale de Marvila: un bon *professionnel*, ayant la *vocation* pour le magistère primaire, se consacrant entièrement au *sacerdoce* de l'enseignement, capable de contribuer au *développement économique* des régions (surtout rurales) où il sera nommé et de s'insérer harmonieusement dans les communautés locales afin d'agir comme un véritable *agent culturel* (1987: 440).

Em 1866 surgiu a Escola Normal para o sexo feminino, que se instalou numa fase inicial no *Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assumpção*, no Calvário, em Lisboa. Segundo Maria João Mogarro, a primeira directora da Escola foi Rosalina P. Gomes de Sousa “a que sucederia sua filha Maria Honorina Gomes de Sousa, que desempenhou essas funções de 1882 a 1900” (2009: 43). O ensino ministrado nesta escola caracterizava-se pela forte componente religiosa e por actividades normalmente ligadas à educação feminina.

As duas escolas, mais tarde, acabariam por fundir-se, encontrando-se na origem da Escola Normal Primária de Lisboa (1914), transferindo-se, em 1918, para o actual edifício de Benfica.

Joaquim Pintassilgo defende que as Escolas Normais constituíram-se como espaços privilegiados que ajudaram a projectar o professor como um elemento que se movimentava entre os saberes teóricos, que devia possuir para ministrar, e as orientações práticas que devia cumprir (estágios) para ganhar um maior entrosamento de carácter profissional, tendo em vista o “saber-ensinar” (2009: 9).

O último quartel do século XIX foi caracterizado pela expansão do ensino normal em Portugal. Em particular na década de 90 promoveu-se a formação de professores para o ensino elementar, ajudando a consolidar a ideia de que para se ser professor não bastava fazer um qualquer exame de admissão, mas antes realizar um percurso de formação relativamente longo, no interior de uma instituição especializada para o efeito, caminhando deste modo no sentido de uma verdadeira profissionalização dos professores.

Joaquim Ferreira Gomes refere a este propósito que “a década de 90, que se anunciara austera e até maltusiana, está a aparecer-nos com uma face inteiramente diferente. Em menos de cinco anos, vão criar-se algumas centenas de escolas primárias e mais de uma dúzia de escolas distritais de habilitação para o magistério” (1980: 64).

Relativamente às “escolas normais”, em 1896, João Franco cria as escolas de habilitação para o magistério primário de Vila Real, Évora e Bragança instituindo, deste modo, as escolas de habilitação para o magistério primário nas capitais de distrito do país. No ano seguinte, em 1897, foram criadas mais seis escolas distritais de habilitação para o magistério primário, nomeadamente a de Braga e a de Viana do Castelo, que funcionavam normalmente por referência às escolas normais de Lisboa, Porto e Coimbra, embora de uma forma mais simplificada. No mesmo seguimento, mas desta vez pela mão de José Luciano de Castro, criaram-se as escolas de Viseu, Aveiro, Guarda e a de Castelo Branco. Em 1898 criou as escolas de Leiria, de Portalegre e a escola de Ponta Delgada. Em 1899 criou a escola de Angra do Heroísmo. No ano seguinte (1900) Hintze Ribeiro criou as escolas da Horta e a de Beja.

Ao entrarmos na primeira década do século XX encontramos um cenário apertado no que diz respeito à existência de escolas distritais de habilitação para o magistério primário. De acordo com António Nóvoa, verificamos a existência de 6 escolas normais (Lisboa, Porto e Coimbra – duas por sexo) e 17 escolas distritais de habilitação para o magistério primário (uma em cada capital de distrito, excepto em Santarém) (1987: 657).

Em termos gerais estas escolas apresentavam problemas relacionados com os programas das disciplinas, a forma como eram ministrados, os espaços escolares, a falta de colocação dos seus alunos, a reivindicação de equiparação às escolas normais, entre outros problemas. De qualquer dos modos esta malha apertada de escolas distritais de habilitação para o magistério primário demonstra a preocupação de um conjunto de governantes em formar professores, a todo o custo, como alavanca social e económica do País. De certo modo, na primeira década do século XX encontramos já esta ideia de progresso que será aproveitada e reforçada pelo ideal republicano quando se refere à importância da escola.



Efectivamente, foi durante o período republicano que o ensino normal conheceu maior importância, na medida em que estes futuros professores podiam ser os representantes da república na transformação dos seus alunos em “Homens-Novos”, republicanos, cultos e instruídos. A reforma de 1911 procurou edificar uma escola republicana, laica e democrática, formadora de cidadãos, que demorou a gerar os frutos pretendidos.

Apesar das boas intenções dos governos republicanos, a instabilidade não favoreceu, na prática, a implementação de reformas significativas no campo em análise. Continuamos a encontrar as escolas normais de Lisboa, Porto e Coimbra a funcionar, assim como as escolas distritais de habilitação para o magistério. Só em 1919 se promoveram alterações significativas no sistema educativo relacionado com a formação de professores do ensino elementar. Foi neste ano que as escolas distritais de habilitação para o magistério primário foram transformadas em Escolas Primárias Superiores, apostando na revalorização da formação de professores do ensino elementar através de mecanismos diversos.

A reforma de 1919 encontra-se marcada pelos ideais educativos do movimento da educação nova que obteve grande alcance no período entre guerras. Para António Nóvoa a década de 20 do século passado, caracteriza-se pelos “anos loucos da pedagogia” (1994: 209) e pela importância que a sociologia e a psicologia assumiram no contexto educativo da época.

De facto, contrariamente ao que se passou na maioria dos países europeus, a Educação Nova Portuguesa teve expressão sobretudo nas escolas da rede oficial de ensino, e não em instituições ou colégios privados; adquiriu uma dimensão significativa nas instituições de formação de professores, e não apenas em círculos pedagógicos restritos; articulou-se de forma relativamente harmoniosa com o importante movimento associativo dos professores (Nóvoa, 1994: 211).

A educação nova caracteriza-se por um “programa” prático de aprendizagens, pela coeducação dos sexos, pela importância acrescida aos trabalhos manuais, pelo desenvolvimento do espírito crítico e, muito relevante, pelo princípio da autonomia dos alunos.

Nos anos 30 assistimos a uma mudança na concepção educativa. O Estado Novo tinha outra “missão” para os alunos e para os professores do ensino elementar. Fechou

instituições de formação de professores (1936) que reabriu num formato diferente, adaptado aos novos ideais políticos, em 1942 (cf. Mogarro, 2001; Mota, 2006; outros).

376

#### A Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário Albicastrense: um percurso atribulado

As escolas distritais de habilitação para o magistério primário assumiram uma forte influência regional e local reforçada pelas próprias “comunidades políticas” locais. No final do século XIX assistíamos a um conjunto de entidades camarárias que apoiavam a fundação destas escolas por quererem assumir a linha do progresso e da regeneração que falamos anteriormente e que levaria a construir uma sociedade diferente daquela em que se estava a viver na época. Há, portanto, uma forte ligação entre as comunidades locais e o estabelecimento destas escolas nas diferentes capitais de distrito. Não fugiu à regra o caso da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário de Castelo Branco.

Tendo em vista o disposto nos artigos 42º e 43º da carta de lei de 18 de Março de 1897: hei por bem determinar que na cidade de Castello Branco seja organizada uma escola de habilitação para o magistério primário nos termos do artigo 120º e seguintes da parte II do regulamento de 1896; ficando porém a nomeação do pessoal e a instalação da escola dependentes de se tornar effectivo o concurso da Câmara Municipal d' aquella cidade com o fornecimento da casa e do necessário material escolar (Decreto de 3 de Dezembro de 1897 (D.G. nº 294, de 29 de Dezembro).

Do ponto de vista legal a escola foi criada em 1897 e, tal como referimos anteriormente, embora autorizada por José Luciano de Castro, o início das suas actividades lectivas ficava dependente da vontade política dos órgãos autárquicos, nomeadamente para encontrar uma casa digna para o ensino e comprar o respectivo material escolar. Para resolver este problema a Câmara Municipal de Castelo Branco, pouco tempo depois da permissão ter sido concedida, solicitou autorização “a fim de aplicar receitas do respectivo fundo de viação, ás obras de instalação de uma aula de habilitação para o magistério primário (...)” (*Decreto de 23 de Dezembro de 1897 (D.G. nº 293, de 28 de Dezembro)*).

De facto, os poderes locais movimentaram-se no sentido de encontrar um edifício que servisse para a prática do ensino. Esse primeiro edifício situava-se na Rua Vaz Preto,

embora depressa as condições se deteriorassem face ao número de alunos que procuraram a instituição escolar, obrigando, adiante, à mudança de instalações para outros espaços no interior da cidade, nomeadamente para a Escola do Castelo e, em 1912, para o Paço Episcopal da cidade, local onde também se encontrava o Liceu.

Mesmo assim, a escola iniciou as suas actividades a 17 de Outubro de 1898. O seu primeiro director indigitado foi o Bacharel João Duarte de Carvalho e Sousa, que dava simultaneamente a disciplina de Pedagogia. Além do director, nesta fase inicial, encontramos ainda o professor e Secretário da escola Francisco Xavier Pereira, que teve um papel importante ao longo da vida desta instituição; e encontramos os seus primeiros professores: José da Costa Henriques, António Rodrigues Cardoso, Miquelina da Conceição Amador e, embora por pouco tempo, Miquelina Feliciano D'Abreu Flor.

De acordo com Francisco Goulão, os primeiros anos de vida da instituição não foram fáceis devido, principalmente, às dificuldades financeiras que atravessou e às dificuldades em encontrar um espaço verdadeiramente condigno para a prática do ensino (2003: 35). De facto, estes professores, e outros que entretanto entraram na instituição até 1900, procuravam implementar um ensino activo e para isso necessitavam de condições apropriadas dos espaços escolares.

A metodologia deve ser principalmente prática e o curso deve ter pelo menos 3 anos; a metodologia aprende-se melhor com exercícios práticos do que pela exposição oral. É praticando sob a direcção de professores experimentados que se aprende a ser professor metódico (Livro de Actas do Conselho Escolar, nº 1, sessão de 08 de Novembro de 1900).

Do ponto de vista pedagógico também existiam algumas dificuldades. Em 1906 propôs-se a fundação de uma Biblioteca na escola, dado que ajudaria os alunos nos estudos. Podemos ler no livro de actas do Conselho Escolar o seguinte sobre a importância da biblioteca:

(...) devia existir nesta escola uma biblioteca que servisse para auxiliar os alumnos nos seus estudos, aos quaes, na maioria, era pecuniariamente impossível a aquisição de muitos livros que lhes é indispensável conhecer. Para isso se propunha, na qualidade de bibliotecário efectivo, fundar uma biblioteca que ficasse propriedade da escola e à qual, para dar começo, oferecia pela sua parte volumes diferentes em número superior a sessenta, os quaes, como todos os mais que lhe forem ofertados constarão do catálogo da livraria

tendo adquirido à custa do expediente da escola apenas o “dicionário popular” e uma estante (Livro de Actas do Conselho Escolar, nº 1, sessão de 06 de Fevereiro de 1906).

378

Uma estratégia seguida por parte do corpo docente da escola, além de ofertar alguns dos seus livros, foi a de fazer pedidos a eventuais beneméritos escolares no sentido de engrandecer a biblioteca. Nessa mesma reunião do Conselho Escolar propôs-se também “que, por meio de uma circular se fizessem pedidos a diferentes livrarias e pessoas importantes, a fim de aumentar o nº de volumes” (*Idem*).

Esta primeira fase da vida da escola foi efectivamente bastante atribulada, acompanhando, no fundo, a instabilidade que se vivia nos últimos anos da monarquia.

A escola que se encontrava, por altura da implantação da República, na cerca do Castelo, mudou de instalações em 1912 para o Paço Episcopal da cidade de Castelo Branco, local onde já se encontrava o Liceu. Todavia, as condições físicas continuaram a deixar muito que desejar para uma prática do ensino adequada aos propósitos que se pretendiam alcançar. Podemos ler no jornal escolar, pertencente à Escola Distrital de Habilitação do Magistério Primário, o seguinte sobre as condições do novo espaço escolar comparativamente ao que acontecia com os alunos do Liceu através de um testemunho de Manuel d’Almeida Maia Marques de que fazemos questão de colocar grande parte do mesmo, pela lucidez com que o escreveu:

Que contraste! Que verdadeira antítese entre o Liceu e a nossa Escola! Ao passo que uns se orgulham de frequentar um modelar estabelecimento de ensino, onde a higiene e tudo o que cabe a uma casa daquela natureza é respeitado, nós quasi que nos envergonhamos de entrar naquele infame, horrendo e anti-higiénico pardieiro, que serve de Escola Normal. É uma verdadeira vergonha existir uma Escola Normal destas! Ali não há a mais pequena noção do que seja uma casa higiénica (Marques, 1916: 1 e 2).

Ora, se a implantação da república trouxe um discurso novo em relação ao papel da educação na sociedade, a realidade física desta escola não corresponde, por certo, à ideia de formação de professores para, por sua vez, formar cidadãos activos e republicanos. O futuro professor do ensino primário, Manuel d’Almeida Marques, mostra o seu descontentamento com as instalações onde o ensino era ministrado. Porém, o autor do artigo aprofunda a descrição, levando-a mesmo ao pormenor quase *cinematográfico* e diz:

Quem depois de passar o portão do Liceu, olhar para aquele amplo pateo, todo calcetado, tendo do lado direito uma grande extensão coberta, para abrigo dos seus alunos, quer em dias de calma quer em dias de invernia, dê mais uns passos fica certamente consternado, só com aquela linda entrada da nossa Escola. Uma porta que lembra a de qualquer casa vulgar, seguida de um olival que tem apenas uma facha de terreno onde não há árvores nem coisa nenhuma, constitue isto a principal e única entrada daquele palácio onde se estuda Pedagogia.

Lá ao fundo temos uma cobertura que nem para recolhimento de irracionaes serve e é pois aí que nós estamos albergados em dias de inverno. Quem não viu, imagine um coberto roto de três lados, que tem uma parede na frente da qual estão umas pirâmides estilo 1915, que serve de base a uns toscos paus, sobre os quaes assentam umas ripas com barro e telhas!!! (...) Cal nas paredes não existe e assim tenho dito a aparência exterior do edifício escolar, que é frequentado por 225 alunos de ambos os sexos. (...) Pode aquilo chamar-se Escola Normal? Não, mil vezes não! (Idem)

Condições físicas deploráveis que não ajudavam ao ensino da pedagogia e a formar os futuros professores do ensino primário que por esta altura eram cerca de 225 alunos que frequentavam o interior do espaço escolar descrito acima.

A relação entre os alunos da “Escola Normal” e os alunos do ensino liceal também não eram as melhores. Encontramos testemunhos de rixas e grandes rivalidades entre os alunos do Liceu e da “Escola Normal”, gerando processos disciplinares a alguns elementos.

Esta fase de 1910 a 1918 não foi uma fase favorável ao desenvolvimento da instituição escolar pela falta de condições, de um edifício apropriado ao ensino, pela ineficácia das reformas legislativas da república, pelo contexto bélico europeu (1914-1918), entre outros aspectos que levaram em 1918 a encerrar a Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário, depois de ter sido alvo de uma “sindicância”. Nas actas do Conselho Escolar faz-se referência a esta “inspecção” à escola que acabou por encerrá-la durante vários meses e atrasar todos os processos de avaliação dos alunos.

Aberta a sessão, o senhor director [Francisco Xavier Pereira] disse que convidara o Conselho a reunir porque recebeu um ofício da Primeira Repartição da Instrução Primária e Normal comunicando-lhe que estava suspenso do lugar de director por motivo de sindicância a que se estava procedendo e que por esse motivo entregava a direcção escolar ao director de classe mais antigo no serviço da Escola, senhor Alexandre Moreira de Sousa (Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, sessão de 22 de Janeiro de 1918).

Esta decisão foi tomada devido a alterações nos livros da secretaria da escola, de acordo com a informação que encontramos nos livros de actas do conselho escolar e que obrigou ao encerramento da escola durante alguns meses, retomando a normalidade apenas em Outubro de 1919, já como Escola Primária Superior ao abrigo da reforma promovida nesse mesmo ano no ensino normal. Lê-se na documentação as razões da “sindicância” e do encerramento da instituição durante alguns meses:

Atendendo às irregularidades que se encontram nos livros de médias dos alunos onde há rasuras e notas escritas a lápis e atendendo ainda aos factos irregulares que se praticavam neste estabelecimento que motivaram uma sindicância, constando ao actual corpo docente que durante o encerramento desta escola alguns professores agora afastados do serviço vieram à Secretaria, onde consultavam e manuseavam os livros e registo das médias e atendendo a que as chaves da secretaria e estantes durante o citado período de encerramento estavam indevidamente confiadas ao continuo; proponho que o Conselho Escolar seja de parecer que devem ficar sem nenhum efeito as notas de aproveitamento respeitantes aos professores afastados, ficando a média final dos respectivos alunos sendo da competência dos seus novos professores (...) (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, sessão de 01 de Julho de 1918*).

As Escolas Distritais de Habilitação Para o Magistério Primário dispunham de dois anos lectivos de transição para que se extinguissem definitivamente e dessem lugar às Escolas Primárias Superiores.

De facto, em Castelo Branco, pareceu existir um novo fôlego inicial com a criação desta “nova” escola, dirigida por Francisco Xavier Pereira. Os docentes da instituição eram, além do director, Adolfo de Lemos Viana, Alexandre Moreira de Sousa, António Duarte Belo, António Trindade, João Guterres de Matos, Manuel de Medeiros Júnior, Maria da Piedade Barroso, Adelaide de Paiva Dias e Ilda Correia Cabral. Os professores Adolfo de Lemos Viana e António Duarte Belo foram eleitos para o Conselho Administrativo da Escola Primária Superior.

Em Outubro de 1919 saiu um novo jornal académico voltado mais para a pedagogia e menos para a política local, como aliás o próprio nome indica - *Echo Pedagógico* (Nov. 1919 - Jan. 1920).

Este periódico escolar tinha como objectivo principal a valorização da educação, do pensamento pedagógico – logo no primeiro número aparecem referências a Pestalozzi – da missão social do professor ao serviço da pátria, surgindo por diversas

vezes referências à educação e emancipação da mulher naquela época, entre outros assuntos.

Porém, muitos dos problemas anteriores decorrentes da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário, transitaram para a sua herdeira, a Escola Primária Superior, nomeadamente a questão do espaço escolar para o ensino com verdadeiras condições para a prática pedagógica. Verificamos no livro de actas correspondente que esta foi sempre uma preocupação da direcção da instituição:

(...) Foi aprovada a verba de sete mil escudos para mobiliário, material didáctico, instalações de gabinetes e outras despesas, foi resolvido que se aplicasse a referida verba no que fosse mais urgente, ficando o mesmo senhor director [Francisco Xavier Pereira] encarregado de consultar um técnico sobre as obras de adaptação mais necessárias neste estabelecimento de ensino (...) (Livro das Actas das Sessões do Conselho Escolar – Instrução Primária Superior, nº 1, Sessão do dia 06 de Maio de 1920).

Todavia, o que parecia ser uma nova fase decorrente das alterações legislativas de 1919, das modificações do corpo docente face à Escola Distrital, e do empenho do seu director e corpo docente, o período que se situa entre 1920 e 1926 ficou marcado por um conjunto de questões de natureza disciplinar, embora outros aspectos como a participação em congressos, por parte de docentes, nomeadamente de António Trindade que foi delegado ao Congresso do Professorado Primário das Escolas Primárias, também tenha marcado a vida desta instituição. Na verdade, este foi um período em que o encerramento da Escola Primária Superior pairava sobre os seus alunos e sobre a comunidade em geral acontecendo em 1926. Apesar do encerramento a comunidade local não esqueceu a “Escola Normal” e na década de 30 iniciou-se um novo movimento em Castelo Branco no sentido de reivindicar uma escola de formação de professores para esta cidade, o que veio a acontecer muito mais tarde.

#### Quotidianos escolares e cultos patrióticos da “Escola Normal”: exemplos

Ao longo do arco temporal em análise verificamos que existiram alguns “ritmos”, “cultos” e experiências pedagógicas que caracterizaram a vida da instituição (Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário/ Escola Primária Superior).

Um dos momentos mais significativos do calendário académico, antes ou depois da instauração da Iª República Portuguesa, era a abertura solene do ano lectivo. Este momento acontecia no mês de Outubro/Novembro, onde o director da Escola fazia uma intervenção oral dedicada aos alunos, aos docentes e funcionários presentes.

Logo em 1898 o director da escola distrital proferiu um discurso onde enaltecia as vantagens da educação, não deixando de parte os “deveres dos professores, pessoal-menor e alumnos, incitando ao estudo e ao cumprimento das respectivas obrigações” (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, Sessão de 17 de Outubro de 1898*).

Esta sessão acontecia repetidamente e em 1901, prenunciando novos ideais políticos, o director já falava na missão social do professor, repetindo, com ligeiras diferenças, o mesmo sentido discursivo até à implementação da República.

A partir de 1910 o discurso modifica-se em certa medida, adaptando-se aos novos ideais educativos republicanos. Três dias depois da instauração da república, mais uma vez na abertura solene das aulas, o director falava na necessidade dos alunos se tornarem bons cidadãos. A escola surge como um factor de regeneração e de transformação dos indivíduos em cidadãos, emergindo a escola primária como “lugar” preferencial para dar início à consolidação do ideal republicano (Pintassilgo, 1996: 80-81).

Em 1913 assistimos a uma outra sessão de abertura de aulas onde podemos ler o seguinte:

(...) Foi este acto uma alocução aos alumnos, incitando-os ao cumprimento dos seus deveres, ao respeito e afecto pelas instituições e lembrando-lhes que serão eles os obreiros do futuro, pois da orientação dada pelo professor primário ao espírito dos seus alumnos, depende o engrandecimento da Pátria (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº 1, Sessão de 02 de Novembro de 1913*).

O espírito patriótico encontrava-se associado ao ideal educativo republicano. Joaquim Pintassilgo entende que “esta associação entre república e pátria, entre educação republicana e educação patriótica é uma constante (...)” de diversos autores e prossegue defendendo que “a necessidade de operar a unidade espiritual e



moral da nação, subsequente a um momento de ruptura política e cultural importante, e de o fazer tendo por base o novo ideal republicano, levava a que se procurasse associá-lo ao, já tradicionalmente arreigado, sentimento patriótico” (1996: 170).

No fundo estamos a falar de uma forma de socialização dos cidadãos, cuja escola primária e os seus professores constituíram um dos principais instrumentos para suportar este novo ideal laicizador, anticlerical e patriótico, na tentativa de formar novos cidadãos republicanos.

Com a afirmação do movimento da educação nova, esta visão altera-se, tentando colocar de lado a componente de natureza política e apostando verdadeiramente na pedagogia centrada no aluno e num ensino activo, como defendiam Álvaro Viana de Lemos ou Faria de Vasconcelos (Pintassilgo, 1996: 183).

Um outro aspecto relevante que identificamos com o ideal republicano tem a ver com as manifestações de apreço a “figuras e momentos heróicos” que encontramos no decurso da História de Portugal, e que são mencionados na imprensa escolar desta instituição. Por exemplo no periódico *Echo Pedagógico* encontramos alguns artigos de alunos, evocativos dos descobrimentos portugueses e, também, alusivos à restauração da independência portuguesa (1640). Podemos ler, a título de exemplo, neste periódico, o que acabamos de referir:

Houve tempo em que a fama portuguesa ecoou toda a Europa. Foi a época dos seus grandes descobrimentos e conquistas, que a nossa história relembra com grande ufanidade. Portugal é grande em honra e domínios, e os seus soldados luctaram nos campos de França com grande glória e satisfação para engrandecer e defender a nossa Pátria, a pátria de Camões (Eco Pedagógico, 27 de Novembro de 1919, nº 2, pp. 1).

---

Deste pedacinho de terra que constitue o nosso querido Portugal e que tanta custou a emancipar quer da edionda Castela quer do barbarismo árabe, já houve tempo que administrações estrangeiras ávidas de oiro, o quizeram lançar na lama impura, na derrota sem glória que é a – Vassalagem. Sim, esta pátria de heroes que é também a de Nun`Alvares, do Marquez de Pombal e tantos outros, já esteve governada pela cafila castelhana e isto porque meia dúzia de traidores em cujo cérebro não cabia a ideia da independência, a mercadejaram como se ela não fosse alguma coisa de respeitável, alguma coisa de sublime para a nossa alma de patriotas para as nossas grandiosas aspirações (Eco Pedagógico, 04 de Dezembro de 1919, nº 3, pp. 1).

A construção de uma consciência nacional e patriótica encontra-se bem presente nos discursos que acabamos de transcrever. Além destes discursos encontramos também ordens directas provenientes da Direcção Geral de Instrução Primária e Normal, que solicitava que os professores discursassem sobre algumas figuras heróicas de Portugal. Destacamos, pela sua importância, a figura de Luís de Camões.

(...) o sr. Director comunicou que havia recebido do Ex.mo Director Geral de Instrução Primária e Normal uma circular que mandava efectuar em todas as escolas do país no dia nove de Junho próximo a comemoração do cantor dos Lusíadas com palestras, conferências, recitativos de versos do grande épico, etc, dando-se a esta festa máxima importância possível. O sr. Director convidou para fazer uma palestra sobre Camões a professora de Português, D. Maria da Piedade Barroso, que aceitou o convite. Assentou-se em que além de poesias do maior dos poetas portugueses, fossem recitadas pelos alunos poesias de Francês e de Inglês e se entoassem alguns cânticos patrióticos, sendo expostos no final da sessão os trabalhos executados pelos alunos durante o ano lectivo (Livro das Actas das Sessões do Conselho Escolar – Instrução Primária Superior, nº 1, Sessão do dia 23 de Maio de 1924).

Esta figura surge como um verdadeiro representante mítico da pátria e da alma de um povo e portanto devia ser reconhecido como uma figura ilustre que poderia considerar-se, segundo João Medina, “o santo laico dos republicanos portugueses” (1985: 54), constituindo a sua obra-prima – *Os Lusíadas* – o livro que melhor representaria o ideal patriótico português.

Realçamos ainda que esta expressão de natureza patriótica, com uma feição histórica, também se verificou de outros modos. Por exemplo, encontramos referência a uma visita de estudo em 1914 onde os alunos iam visitar a cidade de Tomar “muito especialmente o notável Convento de Cristo” (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, Sessão de 14 de Abril de 1914*).

Um outro exemplo, particularmente interessante, tem a ver com o facto das alunas da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário, através da professora de Liores D. Miquelina Augusto da Conceição Amador, e por recomendação superior, no interior do espaço escolar e das aprendizagens, serem capazes de unir a República, o sentimento de patriotismo e a Educação, através da confecção de vários artigos de vestuário de flanela e abafos de malha de lã para oferta aos soldados portugueses. Este trabalho foi iniciado no princípio do ano lectivo (Outubro de 1914) e ocupou os alunos até Fevereiro de 1915 (*Livro de Actas do Conselho Escolar, nº1, Sessão de 04 de Março de 1915*).

Estes são apenas exemplos do quotidiano estudantil no interior da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário, transformada depois em Escola Primária Superior, de Castelo Branco, entre outros que poderíamos elencar, mas que tornariam o nosso texto demasiado pesado e repetitivo.

### Concluindo...

É necessário retirar do silêncio da história, estas instituições de formação de professores para podermos, adequadamente, reflectir sobre a nossa condição profissional e o modo como se foi construindo a profissão de professor do ensino elementar no *devir histórico*.

O estudo das instituições ou organizações escolares é uma área que se tem desenvolvido de forma acentuada nas últimas décadas, convocando, entre outros, os olhares sociológico, político e histórico. Comum a essas abordagens é a centralidade assumida pela organização escolar, vista não apenas como lugar de reprodução de uma cultura e de regras que lhe são exteriores mas, também, na sua autonomia sempre relativa, como um lugar de criação cultural (Pintassilgo, 2009: 11).

As Escolas de Habilitação Para o Magistério Primário surgiram na última década do século XIX, num contexto de instabilidade em seu redor, que acabaria por caracterizar definitivamente todo o seu percurso de vida. Apesar da instabilidade política vivida entre o final de oitocentos e os anos 20 do século seguinte, conseguimos vislumbrar alguns indícios caracterizadores da instituição escolar e do seu funcionamento quotidiano.

Em termos gerais poderíamos dizer que o percurso da Escola Distrital de Habilitação Para o Magistério Primário de Castelo Branco dividiu-se em 3 fases: a primeira fase, desde o início do seu funcionamento até 1910, marcada pela instalação da escola e pela falta de recursos para a prática do ensino; a segunda fase de 1910 até 1919 onde, segundo António Nóvoa se assistiu “a uma espécie de republicanização das “antigas” escolas normais e de habilitação para o magistério primário” (Nóvoa, 1994: 191 e 192), a que não fugiu o exemplo albicastrense, embora não sendo efectuada nenhuma alteração na estrutura anterior; e uma terceira fase, em que se alterou o nome e extinguiu a Escola Distrital passando a denominar-se Escola Primária Superior, que

começou formalmente em 1919 (embora prevista desde 1911) e terminou, definitivamente, em 1926.

386

Embora encontremos o princípio da formação de professores em instituições devidamente preparadas para o efeito na segunda metade do século XIX e a expansão do ensino normal se situe na década de 90 da mesma centúria, foi a República que assumiu como “prioridade das prioridades” o ensino normal. Foi também no interior da Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Castelo Branco, embora nascida no regime monárquico que, entre 1910 e 1919, encontramos um conjunto de elementos discursivos que acompanharam o ideal educativo republicano apesar das dificuldades descritas anteriormente.

Muito mais há a dizer e a reflectir sobre estas organizações escolares. É preciso saber quem eram os seus alunos? Qual era a sua proveniência social e geográfica? O que fizeram para melhorar o seu estatuto socioprofissional? Produziram cultural e cientificamente? etc... mas isso fica para outra oportunidade e outros estudos que estão neste momento a ser desenvolvidos.

## Bibliografia

- Adão, Áurea (1984), *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Fernandes, Rogério (1993), *Uma Experiência de Formação de Adultos na 1ª República – a Universidade Livre para a Educação Popular 1911-1917*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa.
- Gomes, Joaquim Ferreira (1980), *Estudos Para a História da Educação no Século XX*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Goulão, Francisco (2003), *Instrução Popular na Beira Baixa*, Coimbra: Alma Azul.
- Marques, Manuel D'Almeida, “A Nossa Escola”. *O Albicastrense – Semanário: Órgão dos Alunos da Escola Normal e Defensor dos Interesses da Instrução*, Ano I, Castelo Branco, 26 de Novembro de 1916, pp. 1e 2.
- Medina, João (Dir.) (1985), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa: Amigos do Livro.
- Mogarro, Maria João (2001), *A formação de professores no Portugal Contemporâneo. A Escola do Magistério Primário de Portalegre* (2 Vols.), (Tese de Doutoramento), Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Mogarro, Maria João; Zaia, Iomar Barbosa, “Do Palácio ao Calvário – Escolas de Formação de Professores em Portugal no Século XIX” in PINTASSILGO, Joaquim e SERRAZINA, Lurdes (Org.) (2009), *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores – Arquivo, História e Memória*, Lisboa: Edições Colibri/ Centro de Investigação em Educação da Universidade de Lisboa/ Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Mota, Luis (2006), *A Escola do Magistério Primário de Coimbra (1942 – 1989). Entre a ideologia, memória e história*, (3 Vols.) (Tese de Doutoramento), Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Nóvoa, António (1987), *Les Temps des Professeurs – Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII – XX Siècle)*, Vol.1, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

- (1990), “Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?” in STOER, Stephen R., *Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa – Uma abordagem Pluridisciplinar*, Porto: edições Afrontamento.
- (1993), *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (Séculos XIX – XX)*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (Versão em CD de 2005).
- (1994), *História da Educação*, Relatório da disciplina de História da Educação, apresentado no âmbito das provas para a obtenção da agregação, 2º grupo Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- (Org.) (1995), *Profissão Professor*, 2ª ed., Porto: Porto Editora.
- Pintassilgo, Joaquim (1996), *A Educação Cívica nas Escolas Primárias da 1ª República Portuguesa (1910-1926)*, 2 Vols., Tese de Doutoramento apresentada à Facultad de Educacion da Universidad de Salamanca.
- (1998), *República e Formação de Cidadãos - A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, Joaquim; Serrazina, Lurdes (Org.) (2009), *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores – Arquivo, História e Memória*, Lisboa: Edições Colibri/ Centro de Investigação em Educação da Universidade de Lisboa/ Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Proença, Maria Cândida (2008), “A Republicanização da Educação e da Escola” in Cunha, Norberto Ferreira da (Org.), *Pedagogia e Educação em Portugal – Séculos XX e XXI*, Actas dos Encontros de Outono (2005), Vila Nova de Famalicão: 7 dias 6 noites/Museu Bernardino Machado.

(Página deixada propositadamente em branco)

**BIBLIOTECA DO MUSEU DO ÍNDIO DE MANAUS**  
**ICONOGRAFIA DA COLEÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA**  
**(1910-2010)**

Inaugurada em 21 de abril de 1989, a Biblioteca do Museu do Índio de Manaus<sup>390</sup> é administrada e mantida pelas Irmãs Salesianas e Filhas de Maria Auxiliadora e reúne uma coleção de obras literárias especializada no campo da Antropologia, Educação, História, Geografia, Folclore, Filologia, Artes Populares, entre outros, sendo disponibilizada, principalmente em três suportes técnicos: livros, folhetos e periódicos que tratam de diferentes assuntos referentes aos povos indígenas da Amazônia, especialmente do Alto Rio Negro e assuntos de conhecimentos gerais, desde os tempos das primeiras ocupações missionárias na região até os dias de hoje. Há ainda, uma coleção de obras de referência (dicionários bilíngües, enciclopédias, guias e catálogos) e materiais especiais, incluindo cartões postais, gravuras, entre outros.

O acervo da biblioteca, sob a responsabilidade do Museu, é basicamente formado por documentos sob suporte papel, constituídos, em sua grande maioria, de docu-

---

<sup>390</sup> O Museu do Índio de Manaus é uma instituição privada, sob a responsabilidade das Irmãs Salesianas. Está localizado no Centro Histórico da cidade de Manaus e foi fundado em 19 de abril de 1952 pela Madre Maddalena Mazzone, como forma de fazer memória à presença missionária dos Salesianos e Filhas de Maria Auxiliadora na região amazônica e também despertar o interesse pela causa indígena. O acervo museológico é composto por mais de 3.000 peças artesanais e está distribuído em seis salas da exposição permanente. Destacam-se as seguintes: maquetes, simulações de habitações indígenas, utensílios domésticos, armas de caça e guerra, cerâmicas, cestarias, entalhes, objetos infantis (incluem os brinquedos indígenas), adornos ornamentais e rituais, urnas mortuárias, animais empalhados e artesanatos sobre a vida e os costumes das tribos indígenas da Amazônia, tais como: *Tucano, Dessana, Macu, Baniwa, Ianomami, Wanana, Tariano, Kobewa* que vivem no Alto Rio Negro, região do Estado do Amazonas próxima ao Pico da Neblina, que compreende os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira (ALVES, Arlete Sandra Mariano. Função educativa do museu: o museu como instrumento de suporte ao processo de ensino-aprendizagem. 2007, f. 58-59. Monografia (Especialização em Museologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007).

mentos textuais, iconográficos e cartográficos. A Biblioteca possui obras em inglês, francês e espanhol, destinadas aos mais variados tipos de usuários, tanto de nível superior como de nível médio e fundamental, dentre os quais, destacam-se os turistas nacionais e estrangeiros, estudantes, antropólogos, pedagogos, historiadores, sociólogos e demais pesquisadores que se interessam pela temática indígena na Amazônia.

Neste sentido, deparamo-nos com uma rica literatura, formada por fontes especializadas que tratam de assuntos específicos sobre a vida e os costumes das comunidades tradicionais da Amazônia, em especial, das populações indígenas. Assim, procuramos reunir os documentos que tratam sobre a educação indígena no Amazonas, nos focalizando no contexto temporal e histórico, sob o mirante de alguns registros ilustrativos de obras existentes no acervo do período republicano, mais precisamente entre 1910 e 2010, com intuito de reunir imagens representativas de um século de história e da memória da educação escolar indígena.

Diante do exposto, utilizamos instrumentos de garimpagem de informações a partir da coleta de dados de documentos escritos e materiais iconográficos, dos quais foram extraídos evidências e indícios referentes às práticas escolares com as populações indígenas no Amazonas.

### **1. Da República aos dias de hoje: excertos da memória iconográfica sobre educação indígena no Amazonas**

Neste estudo, foram selecionados para fins didáticos, alguns dos principais registros iconográficos encontrados nas publicações que compõem o acervo da Biblioteca do Museu do Índio de Manaus – as ilustrações das obras do acervo. Compreendemos que estes tipos de imagens podem ser considerados como documentos, pois de acordo com Bloch (1949), a presença ou a ausência dos documentos:

[...] no fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida



do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação, através das gerações<sup>391</sup>.

Neste sentido, partimos do princípio que “não há história sem documentos”<sup>392</sup>, no sentido mais amplo do termo, seja ele “escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”<sup>393</sup>. Por isso, optamos pelo uso destas imagens, em função da importância destes tipos de documentos como testemunhos da história sobre a educação escolar indígena no estado do Amazonas, no período republicano. Segundo Le Goff (2003), no início do Séc. XIX, o sentido moderno de documento como testemunho histórico e, posteriormente no início do Séc. XX como fundamento do fato histórico, na concepção da escola positivista<sup>394</sup>, nos faz compreender o documento como um testemunho escrito da memória coletiva de um determinado povo, uma vez que “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”<sup>395</sup>.

Estes documentos foram analisados com base na concepção de Le Goff (2003), como fontes repletas de intencionalidade por afirmarem-se, essencialmente como testemunhos escritos<sup>396</sup>. Com isso, torna-se possível identificar seus autores e as circunstâncias em que foram produzidos, baseado numa postura crítica, evitando-se assim, a neutralidade ou, em contrapartida, emitir um juízo de valor precipitado diante dos fenômenos à primeira vista detectados em nosso levantamento.

Buscamos com esta pesquisa extrair evidências, sinais e indícios sobre o fenômeno investigado, permitindo incluir a recuperação de materiais iconográficos que possibilitam a inferência de diversos enfoques acerca de determinados fatos. A intenção foi proporcionar a compreensão de uma época em termos de seu campo educa-

---

<sup>391</sup> Bloch, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, 1949. p. 29-30.

<sup>392</sup> Samaran, C. (Org.). *L'histoire et ses méthodes*, XI. Paris: Gallimard, 1961. p. xii..

<sup>393</sup> Samaran, C. (Org.), loc. cit.

<sup>394</sup> Le Goff, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003. p. 526.

<sup>395</sup> *Ibid.*, p. 419.

<sup>396</sup> *Ibid.*, p. 527.

cional, de revisarmos e ampliarmos as informações alusivas aos povos originais na Amazônia e como transcorreu o processo de educação escolar indígena no estado do Amazonas. Contempla, também, uma breve abordagem sobre a proposta de educação escolar indígena diferenciada preconizada pelos os movimentos indígenas, isto porque:

Quando falamos em “educação indígena” é preciso diferenciar esses processos tradicionais de socialização, próprios a cada povo, de uma educação que decorre da situação de contato e da inclusão dos povos indígenas à sociedade nacional, abrangendo tanto as escolas pensadas como instrumento de colonização e negação de identidade própria a cada povo e, portanto, da diversidade, quanto às tentativas de se construir, com os índios, uma educação “para os índios”<sup>397</sup>.

Dentro destas premissas, para entendermos como ocorreu o processo de educação com as populações indígenas, convém abordarmos um breve histórico do surgimento das primeiras ações educativas indigenistas no período republicano, a partir do trabalho das missões religiosas no estado, considerando os aspectos históricos, culturais, socioeconômicos do republicanismo no contexto amazônico e brasileiro.

Na Amazônia republicana, a educação escolar indígena segue uma periodização bastante extensa que se caracteriza, com fortes influências da presença das missões religiosas e por manifestações das comunidades indígenas por uma educação diferenciada.

Especialmente, no estado do Amazonas, a educação escolar indígena perpassa pelos modelos de educação para a região amazônica, que remonta destes os tempos coloniais, cujas práticas educativas ora procuravam atender aos interesses políticos e econômicos dominantes, ora visavam atender aos interesses da Igreja. Silva G. (1985) revela que “não foram poucos os que advogaram a vinda de missionários para a Amazônia, compreendendo que para firmar raízes na nova conquista seria indispensável a catequese”<sup>398</sup>, evidenciando que as práticas educativas exercidas pelas missões religiosas em aldeias indígenas eram baseadas na catequese dos gentios. Ainda se-

---

<sup>397</sup> Silva, Aracy Lopes da. A questão da Educação indígena. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 12.

<sup>398</sup> Silva, Garcilenil do Lago. A educação na Amazônia colonial: contribuição à História da Educação Brasileira. Manaus: SUFRAMA, 1985. p. 41.

gundo Silva G. (1985) “defendeu-se logo a possibilidade da ação de religiosos no trabalho da conversão e aculturação do nativo aos valores da civilização cristã”<sup>399</sup>.

No final do Séc. XIX, a Província do Amazonas<sup>400</sup> oferecia concessão de auxílio financeiro pelo poder público para o ensino superior no exterior, cujo objetivo consistia: “[...] comissionar um cidadão com habilitações necessárias a estudar na França, Bélgica ou qualquer outro país da Europa mais apreciáveis à instrução pública”<sup>401</sup>. Desta forma, as classes populares não conseguiam alcançar esse nível de escolarização, prevalecendo os benefícios à classe social de maior poder aquisitivo.

Por todo o período Provincial e início da República no Brasil<sup>402</sup> em 1889, segundo Costa (1993), o ensino primário amazonense foi marcado por certa dualidade escolar, ou seja, um ensino para elite e outro para as classes populares. A política educacional direcionada para a camada popular consistia no atendimento escolar para órfãos e desfavorecidos, por meio do oferecimento do ensino primário e profissional, que também acolhia um contingente indígena<sup>403</sup>.

## 2.1 A Educação escolar indígena na região do Rio Uaupés, no Alto Rio Negro

O advento da República no Amazonas é marcado pelo surgimento de estabelecimentos de ensino, nos moldes de escolas profissionais, industriais e agrícolas, com o objetivo de intensificar a formação de trabalhadores para atender à demanda de mão-de-obra. Este objetivo também se estendia às comunidades indígenas existentes no interior do estado. Embora, desde 1910, o controle da ação educativa às comunidades indígenas estivesse sob a responsabilidade do Serviço de Proteção aos Índios

<sup>399</sup> Ibid., p. 42.

<sup>400</sup> Em 1822, com a Independência do Brasil, o Amazonas foi incorporado ao Império do Brasil, na Província do Pará, como Comarca do Alto Amazonas, em 1824. Anos depois, o território foi elevado à categoria de Província pela Lei nº. 582, de 5 de setembro de 1850.

<sup>401</sup> Costa, Maria das Graças Pinheiro da. *A Educação nas Constituintes e na Primeira Reforma Republicana do Ensino no Amazonas (1891-1892)*, 1993. f. 49.

<sup>402</sup> A República no Brasil foi proclamada em 15 de novembro de 1889.

<sup>403</sup> Costa, Maria das Graças Pinheiro da. *A Educação nas Constituintes e na Primeira Reforma Republicana do Ensino no Amazonas (1891-1892)*, 1993. f. 50.

(SPI), ainda havia uma permanência das missões religiosas quanto à educação de uma parcela indígena, sobretudo no interior do Amazonas<sup>404</sup>.

394

Em 1910, depois de uma viagem para uma visita pastoral realizada de Manaus a Cucuí e grande parte do Rio Uaupés, o então Bispo de Manaus, D. Frederico Costa, resolveu criar naquela região a Prefeitura Apostólica do Rio Negro. O objetivo da Prefeitura Apostólica era desenvolver assistência religiosa, ensino elementar e agro-profissional, fixação dos índios ao solo, saneamento e hospitalização<sup>405</sup> dos habitantes daquela região.

Em 1915, o Papa Pio X designou que os missionários Salesianos assumissem a direção da referida Prefeitura Apostólica para atuar nos municípios de Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Taracuí e Iauareté. Na região, estes municípios eram os principais centros de cultura moral e cívica, onde se poderiam fixar escolas agrícolas, oficinas de carpintaria, alfaiataria, mecânica e sapataria<sup>406</sup>, preparando os alunos para o exercício eficiente de várias profissões.

Segundo Ferreira (1992), nas primeiras décadas do Séc. XX, a atuação das missões religiosas no Amazonas tinha como objetivo “o aldeamento ou redução, a catequese e a educação”<sup>407</sup>. Isto significava dizer que era “através da educação escolar desenvolvida nos internatos, os salesianos introduziram a língua, a história e os valores da sociedade dominante”<sup>408</sup>, de maneira a influenciar diretamente nos modos de vida dos povos indígenas da região.

A obra, *Os Tucanos e outras tribus do Rio Uaupés, afluente do Negro – Amazonas* (1949), do missionário salesiano Padre Antonio Giacone, é uma síntese de muitos anos de sua convivência e de seu trabalho educativo junto aos indígenas da região do Rio Uaupés e seus principais afluentes da margem direita, Tiquié e Papuri, no

---

<sup>404</sup> Ibid., f. 144.

<sup>405</sup> Nas Fronteiras do Brasil (Missões Salesianas do Amazonas). Rio de Janeiro, 1950. p. 10-11.

<sup>406</sup> Nas Fronteiras do Brasil (Missões Salesianas do Amazonas), loc. cit.

<sup>407</sup> Ferreira, Mariana Kawall Leal. Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil, 1992. f. 166.

<sup>408</sup> Ferreira, loc. cit.

Estado do Amazonas<sup>409</sup>. Esta publicação pode ser considerada como outra forma de memória associada à escrita – “[...] o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita [...] no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita [...]”<sup>410</sup> e se configura num registro consciencioso sobre a organização social, os usos, os costumes, as tradições e a língua destes grupos autóctones. Esta obra reveste-se de grande significância para estudos da lingüística indígena, pois se trata de uma abordagem mais aprofundada da língua tucana, dominante em toda bacia do Rio Uaupés e, de maneira geral, exerce uma importante contribuição para a Etnografia brasileira. Nas Figuras 1 e 2 visualizamos a presença das missões religiosas e a folha de rosto da gramática Ticuna, como instrumento de aprendizagem da língua materna no processo de educação escolar indígena.

As Missões Salesianas do Amazonas visavam atender ao problema da instrução, em vários ramos, seja o primário, agrícola, industrial, moral e cívico. Todos os alunos internos, de ambos os sexos, receberam formação no ensino primário e elementar. Eram oferecidos cursos regulares de agricultura, prática e de aprendizagem profissional em oficinas de carpintaria, marcenaria, alfaiataria, ferraria e mecânica elementar, olaria para os menores e cursos regulares de ensino doméstico e profissional para meninas, de costura, corte e bordado, chapéus e confecções, lavanderia e engomagem, e princípios de higiene e enfermagem. Nas notas de campo, Padre Giacone (1949) ressalta as suas impressões quanto à capacidade intelectual e de aprendizagem para Artes e Ofícios dos alunos indígenas, conforme relato a seguir:

Nossos índios, no estado primitivo, revelam bastante capacidade intelectual [...]. Possuem memória prodigiosa, e esta é a faculdade mais desenvolvida pelo exercício contínuo [...]. Demonstam muita habilidade e extraordinária paciência em preparar enfeites para as danças, peneiras com desenhos e cores diversas, tipitis para espremer mandioca, banquinhos de uma só peça, remos, canoas, cochos para bebidas, panelas, camotis, etc. Quando suas faculdades são estimuladas e educadas, há provas admiráveis de que são capazes de aprender a desenvolver as artes e ofícios, como qualquer povo civilizado [...]<sup>411</sup>.

<sup>409</sup> Segundo Giacone (1949), as tribos do Rio Uaupés abrangem nove tribos no território brasileiro: Tucano, Tariano, Dessana, Piratapúia, Arapaco, Tuiuca, Miriti-Tapuia, Uanana e Macu. Há também um pequeno núcleo de índios Carapana, na cabeceira do Umarí-igarapé, afluente do Tiquié que vieram do território colombiano uns trinta anos atrás.

<sup>410</sup> LE GOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003. p. 428.

<sup>411</sup> GIACONE, Antônio (Padre). Os Tucanos e outras tribos do Rio Uaupés – afluente do Negro – Amazonas: notas etnográficas e folclóricas de um missionário salesiano. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Associação Brasileira dos Amerindianistas, 1949. p. 69.

Outro religioso de alto relevo das Missões Salesianas no Amazonas, na região do Rio Uaupés, Tiquié, Papuri, Içana e Cauaburi foi o Padre Alcionílio Brüzzi, cujas observações antropológicas, etnográficas e sociológicas, a respeito da sua experiência missionária junto aos povos indígenas estão registradas na publicação *A Civilização Indígena do Uaupés* (1977), em que descreve parte do processo de desenvolvimento das crianças indígenas em relação aos comportamentos e habilidades que devem aprender para a fase adulta, conforme relata:

O gênero de vida indígena é todo um processo intuitivo de aprendizagem, despertando o interesse das crianças, desenvolvendo a capacidade de imitação que possuem bem radica-da, num ambiente de liberdade e alegria, e bem-estar. Um conjunto, enfim, de condições de acordo com a psique indígena, e por isso asseguradoras de um feliz resultado. Não raro os rapazes se tornam mais hábeis que os próprios pais<sup>412</sup>.

Nas Figuras 3 e 4, observamos a presença efetiva dos missionários Salesianos na condução dos internatos para as crianças indígenas na região do Alto Rio Negro, interior do estado do Amazonas. Para esses internatos, meninos e meninas índios eram recrutados e aí recebiam ensino primário, “[...] eram iniciados na religião ca-tólica e no aprendizado de hábitos e padrões estranhos à sua cultura”<sup>413</sup>.

Neste contexto, vale ressaltar que não é só o ensino elementar e a alfabetização do aluno que se procurava repassar nas escolas e nos institutos das Missões Salesianas. Essas casas eram ao mesmo tempo escolas profissionais e aprendizados agrícolas, com suas oficinas, campos de lavoura e experimentação, cursos de aprendizagem doméstica, ensino culinário e mais misteres, de modo que os alunos ao saírem da escola, estariam convenientemente preparados para a vida, como provam as numerosas turmas de antigos alunos e alunas saídos anualmente dessas casas de habitação<sup>414</sup>. Nas Figuras 5 e 6, verificamos como eram repassadas as instruções, pelas irmãs Salesianas superiores às alunas do internato do Patronato de São Gabriel da Cachoeira, na Prelazia do Alto Rio Negro<sup>415</sup>, com a finalidade de prepará-las para o desenvolvi-mento de atividades domésticas e laborativas.

<sup>412</sup> SILVA, Alcionílio Brüzzi Alves da. *A civilização indígena do Rio Uaupés: observações antropológicas, etnográficas e sociológicas*. 2. ed. Roma: Las Romas, 1977. p. 383.

<sup>413</sup> WIEGEL, Valéria Augusta; RAMOS, José Ademir. O processo educativo dos internatos para os índios do Alto Rio Negro – Amazonas. In: SEKI, Lucy (Org.). *Linguística indígena e Educação na América Latina*, 1993. p. 286.

<sup>414</sup> *Nas Fronteiras do Brasil (Missões Salesianas do Amazonas)*. Rio de Janeiro, 1950. p. 25-26.

<sup>415</sup> *Nas Fronteiras do Brasil (Missões Salesianas do Amazonas)*, loc. cit.

Diante dos bons resultados do programa de educação das Missões Salesianas no Amazonas junto aos alunos e as alunas internas, envolvendo desde a instrução doméstica até o aprendizado quanto ao cultivo da terra e ao domínio de técnicas agrícolas, cabe destacar as honrarias dirigidas aos missionários Salesianos frente a este trabalho educativo nas Prelazias do Alto Rio Negro. Em 1923, o ilustre representante do governo republicano, o então Ministro da Agricultura, Dr. Miguel Calmon, enviou uma carta naquela época com menção honrosa aos trabalhos executados pelos missionários, em que registrava “seus aplausos oficiais ao movimento agrícola felizmente iniciado”<sup>416</sup> como reconhecimento aos apreciáveis resultados obtidos pela atuação missionária.

Após duas décadas de intensos e contínuos trabalhos das Missões Salesianas do Amazonas, o Ministro Fernando Costa, também da Agricultura, em documento público escreveu o seguinte: “Apreciei imensamente o cuidadoso trabalho dedicado às várias culturas que tão promissores resultados vêm apresentando. *Esses pequenos obreiros serão outros tantos patriotas e homens úteis à terra e ao Brasil*”<sup>417</sup>.

Os Salesianos realizaram um trabalho pioneiro na melhoria moral, espiritual e material do homem amazônico, sobretudo os indígenas. Enfrentando as dificuldades colossais e os contrastes existentes, próprios da vasta região amazônica, que o gênio Euclides da Cunha<sup>418</sup>, tão apropriadamente chamou de “o maior quadro da terra” e Roquette Pinto<sup>419</sup> que declarou em suas sábias palavras: “se a terra é áspera, - o homem

---

<sup>416</sup> Ibid., p. 26.

<sup>417</sup> Nas Fronteiras do Brasil (Missões Salesianas do Amazonas). Rio de Janeiro, 1950. p. 26. (grifo nosso).

<sup>418</sup> Euclides Rodrigues da Cunha, engenheiro, sociólogo, historiador, geógrafo, jornalista, escritor e poeta brasileiro. Nasceu em 20 de janeiro de 1866, no Rio de Janeiro (Brasil). Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Escreveu aquela que seria uma das mais célebres obras da literatura brasileira, o romance *Os Sertões* (1902) que trata da Guerra de Canudos no interior da Bahia (Brasil). Também publicou outros trabalhos importantes na literatura nacional. Realizou viagens à Amazônia, onde estudou trabalhos de reconhecimento da região do Alto Purus, com o objetivo de cooperar para a demarcação de limites entre o Brasil e o Peru.

<sup>419</sup> Edgar Roquette Pinto, médico legista, professor, antropólogo, etnólogo e ensaísta brasileiro. Nasceu em 25 de setembro de 1884, no Rio de Janeiro (Brasil). Foi membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Nacional de Medicina, da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade de Geografia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entre outros. É considerado um dos mais notáveis antropólogos do Brasil e pai da radiodifusão do país. Foi professor de Antropologia no Museu Nacional, no Rio de Janeiro (Brasil), tendo exercido o cargo de diretor do mesmo museu.

é teimoso e forte”<sup>420</sup>, analisando adequadamente a determinação destes abnegados missionários Salesianos quanto ao trabalho fecundo e humanitário realizado na região.

Em 1967, com a substituição do SPI pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as políticas públicas de educação indígena ganham um novo impulso. A FUNAI assumiu novos compromissos de proteção aos direitos indígenas e, dentre as suas principais finalidades, está aquela referente à educação escolar diferenciada aos indígenas, a saber: “promover a educação de base apropriada ao índio, visando a sua progressiva integração na sociedade nacional”<sup>421</sup>.

Na década de 70, os povos indígenas do Amazonas, juntamente com organizações da sociedade civil mobilizaram-se num movimento indígena no sentido de reivindicar os direitos de posse da terra, da saúde e de uma educação escolar indígena diferenciada, como contraponto ao projeto colonizador da escola dos “não-índios”<sup>422</sup> e baseada nas particularidades de cada nação indígena, na reafirmação das identidades étnicas, no respeito às diversidades culturais e na recuperação da memória histórica dos povos originais.

A partir dos anos 80, há um significativo aumento no surgimento de organizações indígenas na Amazônia e no Brasil como todo. As lideranças indígenas passaram a se articular através de assembléias nacionais e regionais, buscando “[...] a defesa de territórios, o respeito à diversidade lingüística e cultural, o direito à assistência médica adequada e a processos educacionais específicos e diferenciados dos que, até então, vinham sendo praticados nas áreas indígenas pela FUNAI e entidades religiosas”<sup>423</sup>.

<sup>420</sup> Nas Fronteiras do Brasil (Missões Salesianas do Amazonas). Rio de Janeiro, 1950. p. 32; 33.

<sup>421</sup> BRASIL. Lei nº. 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/1950-1969/L5371.htm>>. Acesso em: 08 set. 2010.

<sup>422</sup> Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. [São Paulo]: Instituto Socioambiental, 2006. p. 145.

<sup>423</sup> Ferreira, Mariana Kawall Leal. A Educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: Aracy, Lopes da; Ferreira, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Antropologia, História e Educação: a educação indígena na escola, 2001, p. 95-100.



Ferreira (2001) ressalta que o objetivo principal dos encontros de lideranças indígenas era pressionar a União, os Estados e a Sociedade por uma “reestruturação na política indigenista do Estado” e por medidas que assegurassem aos povos indígenas, dentre outros, o direito a uma educação escolar autêntica fundada nas especificidades socioculturais de cada povo<sup>424</sup>.

Até 1987, as escolas indígenas e os professores indígenas eram chamados de escolas rurais e professores rurais, respectivamente, denominações que simbolizavam a negação da idéia de educação escolar indígena diferenciada em defesa do processo colonizador e tutelar.

A luta dos povos indígenas e as experiências alternativas de educação escolar indígena implementada pelas entidades e organizações não-governamentais, assim como a força do movimento das organizações em defesa da causa indígena, contribuíram para que se pudessem alcançar as conquistas constitucionais para o país. Publicada em 1988, a Constituição Brasileira reconheceu as comunidades indígenas do país o direito de utilizarem suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem nas escolas localizadas nas terras indígenas, ensejando um movimento renovador no ensino indígena praticado no Brasil. Desde então, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tem se esforçado no sentido de apoiar, incentivar e valorizar os conhecimentos milenares dos povos indígenas, viabilizar os programas de formação de professores indígenas e a produção de materiais didáticos escritos nas línguas maternas dos mesmos<sup>425</sup>.

A propósito deste aspecto, mencionamos a experiência interessante de autonomia e gestão de escola diferenciada implementada por parte de algumas comunidades indígenas nos últimos anos da década de 90, na região do Alto Rio Negro. A Escola Tuiuca do Alto Rio Tiquié, por exemplo, foi organizada pela própria comunidade, juntamente com apoio de instituições governamentais e não governamentais, tais

---

<sup>424</sup> Ferreira, Mariana Kawall Leal. A Educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: Aracy, Lopes da; Ferreira, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Antropologia, História e Educação: a educação indígena na escola, 2001, p. 95.

<sup>425</sup> Grupioni, Luís Donisete Benzi. Tempos de escrita. Rio de Janeiro: Museu do Índio; FUNAI, 2008. p. 7.

como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com demais associações locais e outras ONGs<sup>426</sup>.

400

Nas Figuras 7 e 8 podemos perceber algumas iniciativas de funcionamento de escolas indígenas diferenciadas, citando como exemplo as Escolas Tuiuca em comunidades indígenas de São Pedro, na região do Alto Rio Tiquié.

A educação indígena, de acordo com Bartolomeu Meliá, parte do pressuposto de que as sociedades indígenas possuem mecanismos próprios para transmitir seus conhecimentos às novas gerações, incluindo seus costumes, sua visão de mundo, as relações com os outros, sua religião. Desta forma, a educação é “para o índio um processo global”, ligado ao viver e a sua cultura, “distinto do que normalmente se entende por educação de tipo escolar”<sup>427</sup>.

Apesar de todas as dificuldades e barreiras enfrentadas, as escolas indígenas existentes foram, aos poucos, agregadas pelos sistemas oficiais de educação. Na concepção dos professores indígenas, a educação escolar diferenciada é aquela que objetiva valorizar e divulgar a língua materna e os conhecimentos dos povos originais onde se encontra inserida, cujo projeto pedagógico e programa curricular estejam baseados na revitalização cultural e étnica e, sobretudo, ser definida, implementada, gerenciada pelos próprios indígenas. Para Silva R. (1998), a escola diferenciada corresponde a um espaço diferenciado, ou seja,

O lugar onde a relação entre os conhecimentos tradicionais e os novos conhecimentos deverão se articular de forma equilibrada, além de ser uma possibilidade de informação a respeito da sociedade nacional, facilitando o “diálogo intercultural” e a construção de relações igualitárias – fundamentadas no respeito, reconhecimento e valorização das diferenças culturais – entre os povos indígenas, a sociedade civil e o Estado<sup>428</sup>.

A ideia mais aceita entre os professores indígenas sobre a educação escolar indígena diferenciada, é aquela educação trabalhada a partir da escola, tendo como

---

<sup>426</sup> Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. [São Paulo]: Instituto Socioambiental, 2006. p. 249.

<sup>427</sup> Meliá, Bartolomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 10-11.

<sup>428</sup> Silva, Rosa Helena Dias da. A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: um estudo do movimento dos professores indígena do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais. Quito, Equador: Abya Yala, 1998. p. 131.

fundamento e referência os pressupostos metodológicos e os princípios geradores de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos dos distintos universos socio-culturais específicos de cada povo indígena. Ou seja, uma educação que garanta o fortalecimento e a continuidade dos sistemas de saber próprios da cada comunidade indígena e a necessária e desejável complementaridade de conhecimentos científicos e tecnológicos, de acordo com a vontade e a decisão de cada povo ou comunidade<sup>429</sup>.

O Padre Luís Laudato, na sua obra *Yanomami Pei Këyo: o caminho Yanomami* (1998), destaca a proposta de educação escolar diferenciada na comunidade Ianomami, a partir de práticas educativas abertas ao diálogo intercultural e baseadas no processo de socialização que envolva a família, a comunidade e que respeite os ritmos de aprendizagem de cada um, evitando-se com isso, tornar as atividades escolares algo pesado e cansativo<sup>430</sup>.

Para os Ianomami, os conhecimentos adquiridos na escola indígena, além de ser um meio de diálogo com a cultura ocidental, também funciona como instrumento de defesa dos seus direitos, uma vez que, devidamente instruídos e informados, poderão exigir políticas públicas que ofereçam benefícios, mais do que merecidos, às comunidades indígenas<sup>431</sup>. Nas Figuras 9 e 10 verificamos as diferentes cenas da educação escolar Ianomami nas aldeias, com a participação da jovem mãe Ianomami no curso de alfabetização, na foto à esquerda e mobilização de professores Ianomami na preparação de cartazes para evento, na foto à direita.

## 2.2 A Educação escolar indígena na região do Alto Rio Solimões.

As primeiras experiências de escola indígena diferenciada começaram a operar principalmente no Acre e entre os índios Ticuna no Alto Solimões, no Estado do

<sup>429</sup> Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. [São Paulo]: Instituto Socioambiental, 2006. p. 146.

<sup>430</sup> Laudato, Luís. *Yanomami Pei Këyo: o caminho Yanomami*. Brasília: Ed. Universa; Universidade Católica de Brasília, 1998, p. 282.

<sup>431</sup> Escalamou: o fazer escola dos Yanomami. *Mensagem*, Belém, PA, n. 101, p. 14, nov./dez., 1996. Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Amazonas<sup>432</sup>, que à época, mantinham boas assessorias na área de educação. Isto porque, no caso dos povos indígenas do Alto Rio Negro, não tinham assessoria nessa área devido à forte predominância das missões religiosas na administração das escolas, essa ideia começou a fazer parte da agenda de discussão e prática somente no final da década de 1990.

No que concerne aos Ticuna, durante um encontro realizado em maio de 1984, na comunidade de São Domingos II, no Amazonas, surgiu a ideia de criar um material didático próprio e adequado à alfabetização da criança Ticuna. Este material tinha a finalidade de aprendizagem da leitura e da escrita na língua materna para o registro da história e o ensino da cultura do povo Magüta às gerações futuras<sup>433</sup>, posteriormente, visando o aprendizado da língua portuguesa e, conseqüentemente, melhor apreensão dos conhecimentos da cultura ocidental.

Podemos destacar o lançamento da 1ª Cartilha de Alfabetização Ticuna ou “Magüta” que foi elaborada pelos professores Ticuna Francisco Otaviano do Carmo, Fidelis Antonio José, Nino Fernandes, Quintino Emílio Marques, Reinaldo Otaviano do Carmo e outros colaboradores Ticuna, além de contar com o apoio de voluntários da Operação Anchieta (OPAN), Silvio Cavuscens, Dilson Rapkiewicz e de religiosos, como por exemplo, o Pe. Inácio Nailson. As ilustrações dos originais foram realizadas pelo jovem Ticuna, Henrique Emílio Félix Marques<sup>434</sup>.

A Cartilha Magüta é considerada “uma pequena obra-prima de arte, de um realismo mágico e fantástico, de extraordinária força comunicativa”<sup>435</sup>, conforme observa a OPAN e, ainda completa:

Com as cartilhas e livros de leitura ilustrados pelos próprios índios desenvolve-se uma forma de arte indígena, que, sem ser tradicional, se tornou meio privilegiado de comunicação. A vida cultural com suas atividades econômicas, sua organização social mitológica, seu ritual, é dita desde dentro com uma propriedade e originalidade que os etnógrafos

---

<sup>432</sup> Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. [São Paulo]: Instituto Socioambiental, 2006. p. 145.

<sup>433</sup> Operação Anchieta (opan). A Conquista da escrita indígena: encontros de educação. Cuiabá: Iluminuras, 1989. p. 103.

<sup>434</sup> Magüta: a cartilha Ticuna. Mensageiro, Belém, PA, n. 49, p. 25-26, fev./mar., 1988. Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

<sup>435</sup> Operação Anchieta (opan), op. cit. p. 14.

raramente conseguem. Por meio desses desenhos não só aflora muita informação etnográfica, mas revelam-se novas visões do mundo indígena [...]<sup>436</sup>.

Reconhece-se nas atuais tendências deste tipo de educação escolar diferenciada, que a filosofia e a metodologia de Paulo Freire se aplica perfeitamente à alfabetização e a pedagogia indígena como todo. O próprio Paulo Freire numa Assembléia do CIMI/MI (1982) afirmou que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”<sup>437</sup>. De acordo com o pensamento paulofreireano esses novos modos de ler o mundo suscitam novos modos de ler a palavra. Portanto, neste tipo de educação diferenciada, o alfabetizador, enquanto educa, é educado pelo educando, ou seja, é alfabetizado pela leitura do mundo indígena. Ambos desenvolvem uma relação dialógica e tornam-se sujeitos do mesmo processo, e há uma aprendizagem mútua, como afirma Paulo Freire: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”<sup>438</sup>.

Por este motivo, acreditamos que as imagens do acervo, aqui apresentadas, permitem uma visibilidade do contato de crianças, jovens, mulheres e homens, pertencentes aos diferentes povos indígenas da Amazônia, apresentando variadas situações de uso e interação com a educação escolar indígena e evidenciando novas práticas educativas e culturais em curso nas aldeias indígenas do estado do Amazonas. Muitos destes documentos foram produzidos por religiosos, antropólogos, historiadores, fotógrafos e demais interessados pela vida e os costumes indígenas, durante pesquisas de campo, expedições e relatórios de viagem. Isto talvez, se deve ao fato de acordo com Grupioni (2008):

Os povos indígenas que vivem no Brasil são considerados tradicionalmente ágrafos, por desconhecerem e não fazerem uso da escrita, repassando os seus conhecimentos através da oralidade, ao longo de sucessivas gerações. A escrita passou a fazer parte da sua vida através do contato com o europeu e início do processo colonizador. Hoje, a escrita está presente em todas as aldeias do país. Não se trata de uma opção, se é que um dia foi, de algo que possa escolher ter acesso ou não. Por variados caminhos, a escrita se impôs como

<sup>436</sup> Operação Anchieta (Opan), loc. cit.

<sup>437</sup> Freire, Paulo Freire. A importância do ato de ler: em três textos que se completam. 3. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986. p. 22.

<sup>438</sup> Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 78.

uma necessidade ou como algo a ter conquistado e se disseminou ampla e irreversivelmente<sup>439</sup>.

404

Vários povos indígenas vêm tendo contato com a escrita há muito tempo, sendo esta uma velha conhecida que chegou junto com a catequização e com a introdução de propostas que pretendessem “civilizar” os índios e integrá-los na redentora comunhão nacional. A aquisição da escrita foi ofertada, primeiramente, por representantes da Igreja e depois pelo Estado Nacional, por meio da alfabetização na língua portuguesa, com a declarada intenção de que os índios abandonassem suas línguas maternas e utilizassem a língua portuguesa como língua nacional, como forma de se relacionar com os demais segmentos da sociedade brasileira, na qual deveriam, gradativamente, integrar-se. Experiências de escrita em línguas indígenas, por meio da alfabetização em línguas maternas, também foram experimentadas, em via de regra como prática transitória da língua portuguesa como língua franca. Contam-se aí décadas de interação e relacionamento de segmentos da sociedade nacional.

### 3. Considerações finais

Com base na pesquisa realizada, podemos constatar que o estudo sobre a iconografia da coleção bibliográfica do Museu do Índio apresentou várias nuances do processo histórico e da memória sobre educação escolar indígena no Estado do Amazonas. Completados um pouco mais de um século e duas décadas da Proclamação da República no Brasil, procuramos nos concentrar no recorte temporal compreendido entre o período de 1910-2010. Nesta direção, não tivemos com esta pesquisa, a pretensão e nem tampouco a presunção de esgotar o tema, apenas procuramos analisar, a partir das imagens selecionadas, os acontecimentos mais significativos e emblemáticos.

Esta análise nos permitiu perceber que a educação escolar indígena, embora por muitos anos sempre estivesse vinculada à presença da escola, seja religiosa ou laica, ou ainda, do letramento, visando à integração do índio para o trabalho e para o controle de suas terras, ao longo dos últimos anos vem adquirindo novos rumos no

---

<sup>439</sup> Grupioni, Luís Donisete Benzi. Tempos de escrita. Rio de Janeiro: Museu do Índio; FUNAI, 2008. p. 11

contexto amazônico. A conquista pela educação diferenciada, por tantos anos reivindicada pelas comunidades indígenas, paulatinamente está sendo alcançada e consolidada no âmbito das políticas públicas sobre a educação indígena no país.

Também é importante destacar, que a partir desse período, o centro das discussões acerca de novas políticas indigenistas foi saindo das instâncias do órgão oficial indigenista para a esfera das organizações indígenas, que passaram a estabelecer novas relações de parceria política e técnica com outros setores do governo e da iniciativa privada.

O movimento indígena que se inicia no Brasil foi importante no sentido de ampliar e solidificar os movimentos e organizações indígenas. Até os dias atuais os encontros e as assembléias indígenas contribuem para uma maior integração e fortalecimento dos povos originais da Amazônia e para construir instrumentos mais permanentes de articulação e de força política quanto aos direitos destes grupos.

Portanto, a especificidade da educação escolar indígena é um direito garantido pela legislação do país, e somente os indígenas, detentores destes saberes tradicionais específicos, possuem condições adequadas de divulgação destes conhecimentos às futuras gerações, definindo o modelo de educação e de escola indígena que se quer hoje, adequada aos seus modos próprios de ser, pensar e viver.

#### **Bibliografia:**

- Alves, Arlete Sandra Mariano. Função educativa do museu: o museu como instrumento de suporte ao processo de ensino-aprendizagem. 2007, f. 58-59. Monografia (Especialização em Museologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.
- Bloch, Marc. Apologie pour l'histoire ou métier d'historien. Paris: Colin, 1949. p. 29-30.
- Costa, Maria das Graças Pinheiro da. A Educação nas Constituintes e na Primeira Reforma Republicana do Ensino no Amazonas (1891-1892), 1993. f. 49-50. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, 1993.
- Escalamou: o fazer escola dos Yanomami. Mensageiro, Belém, PA, n. 101, p. 14, nov./dez., 1996. Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).
- Ferreira, Mariana Kawall Leal. A Educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: Silva, Aracy Lopes da; Ferreira, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Antropologia, História e Educação: a educação indígena na escola, 2001, p. 95-100.
- Ferreira, Mariana Kawall Leal. Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil, 1992. f. 166. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

- Giacone, Antônio (Padre). Os Tucanos e outras tribos do Rio Uaupés – afluente do Negro – Amazonas: notas etnográficas e folclóricas de um missionário salesiano. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Associação Brasileira dos Amerindianistas, 1949.
- Grupioni, Luís Donisete Benzi. Tempos de escrita. Rio de Janeiro: Museu do Índio; FUNAI, 2008.
- Laudato, Luís. Yanomami Pei Kéyo: o caminho Yanomami. Brasília: Ed. Universa; Universidade Católica de Brasília, 1998.
- Le Goff, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.
- Meliá, Bartolomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 10-11.
- Nas Fronteiras do Brasil (Missões Salesianas do Amazonas). Rio de Janeiro, 1950.
- Operação Anchieta (OPAN). A Conquista da escrita indígena: encontros de educação. Cuiabá: Iluminuras, 1989.
- Freire, Paulo, A importância do ato de ler: em três textos que se completam. 3. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986.
- Pedagogia do oprimido. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. [São Paulo]: Instituto Socioambiental, 2006.
- Samaran, Charles. (Org.). L'histoire et ses méthodes. Paris: Gallimard, 1961. 1771 p. (Encyclopédie de la Pléiade, v. 11).
- Silva, Alcionílio Brüzzi Alves da. A civilização indígena do Rio Uaupés: observações antropológicas, etnográficas e sociológicas. 2. ed. Roma: Las Romas, 1977.
- Silva, Aracy Lopes da. A questão da Educação indígena. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- Silva, Garcilenil do Lago. A educação na Amazônia colonial: contribuição à História da Educação Brasileira. Manaus: SUFRAMA, 1985.
- Silva, Rosa Helena Dias da. A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: um estudo do movimento dos professores indígena do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus encontros anuais. Quito, Equador: Abya Yala, 1998.
- Wiegel, Valéria Augusta; Ramos, José Ademir. O processo educativo dos internatos para os índios do Alto Rio Negro – Amazonas. In: Seki, Lucy (Org.). Lingüística indígena e Educação na América Latina, 1993. p. 286.



(Página deixada propositadamente em branco)



eBOOK

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011

